



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVI Nº 184, QUARTA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO DE 2021

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)

2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)

3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

4º - Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Diários

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 149ª SESSÃO, ESPECIAL SEMIPRESENCIAL, EM 9 DE NOVEMBRO DE 2021

1.1 – ABERTURA	11
----------------------	----

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar o Dia Nacional do Hoteleiro e o aniversário de 85 anos da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), nos termos do Requerimento nº 2176/2021, do Senador Fernando Collor e outros Senadores	11
---	----

1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	11
--	----

1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Fernando Collor)	11
---	----

1.2.3 – Oradores

Sr. Gilson Machado Guimarães Neto, Ministro de Estado do Turismo	13
--	----

Sr. Manoel Cardoso Linhares, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH Nacional)	15
---	----

1.2.4 – Entrega da Placa da Hotelaria Nacional ao Sr. Gilson Machado e ao Senador Fernando Collor	18
---	----

1.2.5 – Oradores (continuação)

Senadora Soraya Thronicke	18
---------------------------------	----

Sr. Gilson Machado Guimarães Neto, Ministro de Estado do Turismo	20
--	----

Sr. Manoel Cardoso Linhares, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH Nacional)	21
---	----

1.2.6 – Realização de 1 minuto de silêncio em razão do falecimento do ex-Senador Iris Rezende	21
---	----

1.2.7 – Lançamento do selo personalizado e do carimbo comemorativo em homenagem aos 85 anos da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH Nacional)	21
---	----

1.2.8 – Oradores (continuação)

Sr. Leonardo Volpatti, Autor do livro "A construção da História da Associação Brasileira de Hotéis - Livro dos 85 anos da hotelaria no Brasil"	21
--	----



Sr. Fabrício Borges Amaral, Presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (Fornatur)	23
Sr. Oto Sarquis Soares, Representante do Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil (Fohb)	24
Sr. Herculano Albuquerque Iglesias, Representante dos ex-Presidentes da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH)	25
Sr. Otavio Leite, Deputado Federal	26
Sr. Cesar Reinaldo Rissete, Representante do Sebrae Nacional	28
Sr. Munir José Calaça, Representante da Associação Brasileira de Resorts (Resorts Brasil)	29
Sra. Vanessa Chaves de Mendonça, Secretária de Estado de Turismo do Distrito Federal	30
Sr. Maurício Cavalcante Filizola, Diretor da Confederação Nacional do Comércio (CNC)	32
Sr. Herculano Passos, Deputado Federal	33
Senador Eduardo Girão	34
Sr. Manoel Cardoso Linhares, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH Nacional)	36
1.3 – ENCERRAMENTO	36
2 – ATA DA 150ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL, EM 9 DE NOVEMBRO DE 2021	
2.1 – ABERTURA	38
2.2 – ORDEM DO DIA	
2.2.1 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Pesar pelo falecimento do ex-Governador do Estado de Goiás Iris Rezende. Preocupação com o Projeto de Lei nº 591/2021, que visa à privatização dos Correios e destaque para a necessidade deste projeto ser debatido na CCJ. Considerações sobre a PEC nº 29/2020, que inclui no rol dos direitos sociais constitucionalizados, a renda mínima para todo brasileiro em situação de vulnerabilidade de renda, garantida pelo Poder Público. Críticas ao Governo Federal pelo fim do programa Bolsa Família.	40
Senador José Aníbal – Comentários sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 60/2021, que institui a Frente Parlamentar de Defesa da Responsabilidade Fiscal. Destaque para a necessidade da aprovação do Projeto de Resolução nº 59/2021, que fortalecerá a capacidade institucional do Senado Federal na área das finanças públicas, com vistas ao aprimoramento da governança e da transparência das contas públicas.	42
2.2.2 – Item 4	
Projeto de Resolução nº 60/2021, do Senador Alessandro Vieira e outros Senadores, que <i>institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar de Defesa da Responsabilidade Fiscal, em defesa dos fundamentos que regem a responsabilidade fiscal na gestão dos recursos públicos no Brasil. Aprovado, com emenda, nos termos do Parecer nº 276/2021-PLEN-SF, proferido pelo Senador Lasier Martins, após Emenda nº 1-PLEN.</i>	44
Redação final do Projeto de Resolução nº 60/2021 (Parecer nº 277/2021-CDIR/PLEN-SF). Aprovada. À promulgação.	48



2.2.3 – Oradores (continuação)

Senador Fernando Bezerra Coelho – Registro acerca da importância de ter sido realizado o leilão que marca a chegada da tecnologia 5G ao País, aumentando a conectividade pelo território brasileiro. Cumprimentos ao Ministro das Comunicações, Fábio Faria, pela concretização deste projeto de modernização. 49

2.2.4 – Item 1

Proposta de Emenda à Constituição nº 29/2020, do Senador Eduardo Braga e outros Senadores, que *introduz a renda básica como direito social*. **Aprovada, em primeiro turno, com emenda**, ressalvado o destaque, após **Parecer nº 278/2021-PLEN-SF**, proferido pelo Senador Antonio Anastasia, e **Requerimento nº 2186/2021** (votação nominal). 50

2.2.5 – Oradores (continuação)

Senador Jorge Kajuru – Pesar pelo falecimento do ex-Governador do Estado de Goiás Iris Rezende. Críticas à existência do orçamento paralelo e às emendas de relator. Manifestação positiva à decisão da Ministra do STF Rosa Weber de suspender tais repasses. Sugestão ao Governo Federal para que envie ao Congresso Nacional crédito extraordinário com o valor do Auxílio Brasil. 70

2.2.6 – Item 1 (continuação)

Proposta de Emenda à Constituição nº 29/2020, do Senador Eduardo Braga e outros Senadores, que *introduz a renda básica como direito social*. **Rejeitado em primeiro turno o art. 2º da proposta, destacado pelo Requerimento nº 2186/2021** 72

2.2.7 – Oradores (continuação)

Senador Eduardo Girão – Felicitações ao Senador Flávio Arns pelo aniversário de S.Exa. Preocupação com o cerceamento da liberdade de expressão que supostamente vem ocorrendo no País. 75

Senadora Zenaide Maia – Solidariedade à família da cantora Marília Mendonça, à família do ex-Governador do Estado de Goiás Iris Rezende e com aos mais de 610 mil brasileiros vítimas da covid-19. Comentários sobre a importância da criação de uma política pública para gerar empregos e renda para que o País consiga abrandar a crise econômica. Defesa da diminuição dos juros da economia brasileira sem prejuízo do ajuste fiscal. 76

Senador Plínio Valério – Elogios ao Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, pela entrevista coletiva na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança de Clima realizada em Glasgow, no Reino Unido. Defesa da instalação da CPI das Organizações não Governamentais ambientais que atuam na Amazônia. 78

2.2.8 – Item 1 (continuação)

Proposta de Emenda à Constituição nº 29/2020, do Senador Eduardo Braga e outros Senadores, que *introduz a renda básica como direito social*. **Aprovada, em segundo turno** (votação nominal). 80

Redação final do Proposta de Emenda à Constituição nº 29/2020 (**Parecer nº 279/2021-CDIR/PLEN-SF**). **Aprovada**. À Câmara dos Deputados. 80

2.2.9 – Item 2

Projeto de Lei nº 2825/2021, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que *estabelece como critérios para desempate em licitações públicas o patrocínio a atletas ou equipes de esporte olímpico, bem como a construção, o auxílio na construção, a manutenção e o auxílio na manutenção de estrutura pública destinada à prática de esporte olímpico*. **Aprovado com emendas**, nos termos do **Parecer nº 280/2021-PLEN-SF**, proferido pelo Senador Romário; e **Emendas nºs 1 a 6-PLEN**.



	81
Redação final do Projeto de Lei nº 2825/2021 (Parecer nº 281/2021-CDIR/PLEN-SF). Aprovada. À Câmara dos Deputados.	86
2.2.10 – Item 3	
Projeto de Lei nº 3517/2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 402/2008), do Senador Gerson Camata, que <i>dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem</i> . Aprovado o Substitutivo da Câmara dos Deputados , nos termos do Parecer nº 282/2021-PLEN-SF , proferido pelo Senador Flávio Arns. À sanção.	86
2.2.11 – Item extrapauta	
Requerimento nº 2214/2021, do Senador Zequinha Marinho e outros Senadores, de realização de Sessão Especial destinada a homenagear os 75 anos do jornal <i>O Liberal</i> , do Pará. Aprovado.	90
2.2.12 – Oradores (continuação)	
Senadora Leila Barros – Críticas à administração da política educacional pelo Governo Federal. Considerações acerca do pedido de demissão coletiva de 29 coordenadores do Inep às vésperas da realização do Enem. Alerta aos parlamentares da importância da institucionalização de medidas que visem defender e resguardar os estudantes do País. Agradecimento à Frente Parlamentar em Defesa da Educação pela defesa da PEC nº 27/2021, de autoria de S.Exa., que define como Instituições permanentes de Estado as entidades responsáveis pela produção das estatísticas nacionais, das avaliações nacionais da qualidade da educação e das avaliações das políticas públicas; e define ritos para indicação de seus dirigentes.	91
Senador Zequinha Marinho – Registro da realização, nos próximos dias 10 e 11, do Encontro de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação da Região Norte-Amazônia Legal 2021. Destaque para a necessidade de debate pelo legislativo de um maior investimento nas formações acadêmicas de estudantes da Região Norte e Nordeste.	92
2.2.13 – Convocação de Sessão	
Convocação de sessão deliberativa semipresencial para 10 de novembro de 2021, às 16 horas	94
2.3 – ENCERRAMENTO	94
2.4 – REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO	95

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 150ª SESSÃO

3.1 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

3.1.1 – Projeto de Resolução nº 60/2021

Emenda nº 1-PLEN	98
Parecer nº 276/2021-PLEN-SF	101
Redação final (Parecer nº 277/2021-CDIR/PLEN-SF)	105



3.1.2 – Proposta de Emenda à Constituição nº 29/2020

Parecer nº 278/2021-PLEN-SF	109
Redação final (Parecer nº 279/2021-CDIR/PLEN-SF)	114
Listas de votação	116

3.1.3 – Projeto de Lei nº 2825/2021

Emendas nºs 1 a 6-PLEN	126
Parecer nº 280/2021-PLEN-SF	140
Redação final (Parecer nº 281/2021-CDIR/PLEN-SF)	150

3.1.4 – Projeto de Lei nº 3517/2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 402/2008)

Parecer nº 282/2021-PLEN-SF	157
-----------------------------------	-----

4 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

4.1 – EXPEDIENTE

4.1.1 – Encaminhamento de matérias

Encaminhamento do Projeto de Lei nº 1472/2021 à Comissão de Assuntos Econômicos.	164
---	-----

4.1.2 – Mensagens do Presidente da República

Nº 566/2021, na origem (Mensagem nº 58/2021, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.	166
--	-----

Nº 567/2021, na origem (Mensagem nº 56/2021, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado Plurinacional da Bolívia.	195
---	-----

Nº 568/2021, na origem (Mensagem nº 55/2021, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. VIVIAN LOSS SANMARTIN, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Namíbia.	218
---	-----

Nº 569/2021, na origem (Mensagem nº 57/2021, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ORLANDO LEITE RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha e, cumulativamente, ao Principado de Andorra.	253
--	-----

Nº 574/2021, na origem (Mensagem nº 59/2021, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria.	300
--	-----



Nº 575/2021, na origem (**Mensagem nº 60/2021, no Senado Federal**), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. SUSAN KLEEBANK, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Hungria. 334

4.1.3 – Projetos de Decreto Legislativo

Nº 981/2021, do Senador Humberto Costa, que *susta PARCIALMENTE a Portaria SECULT/MTUR nº 44, de 05 de novembro de 2021, que dispõe sobre a exigência de comprovação de vacinação nos projetos financiados pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC, pune os projetos culturais que respeitem as medidas sanitárias impostas pelos gestores Municipais, Distritais e Estaduais, e dá outras providências.* 362

Nº 982/2021, do Senador Randolfe Rodrigues, que *susta o Decreto s/n de 5 de novembro de 2021, que tornou sem efeito o Decreto de 3 de novembro de 2021, publicado no Diário Oficial da União de 4 de novembro de 2021, Seção 1, página 239, na parte referente à admissão, na classe de Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico, de ADELE SCHWARTZ BENZAKEN, Diretora do Instituto Leônidas & Maria Deane da Fundação Oswaldo Cruz, e de MARCUS VINÍCIUS GUIMARÃES DE LACERDA, Médico da Fundação de Medicina Tropical Doutor Heitor Vieira Dourado.* 370

4.1.4 – Projetos de Lei

Nº 3938/2021, do Senador Randolfe Rodrigues, que *altera as Leis nºs 7.347, de 24 de julho de 1985, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e 9.008, de 21 de março de 1995, para estabelecer a destinação vinculada de recursos da fiscalização do trabalho aos respectivos territórios.* 375

Nº 3941/2021, do Senador Wellington Fagundes, que *institui o Dia Nacional da Logística Humanitária.* 384

Nº 3946/2021, da Senadora Mailza Gomes, que *dispõe sobre o exercício da profissão de doula.* 390

Nº 3966/2021, do Senador Styvenson Valentim, que *altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a lavratura do auto de infração e o prazo para julgamento de recursos.* 395

Nº 3967/2021, da Senadora Maria Eliza, que *institui a Política Nacional de Economia Circular e o Selo Produto Economicamente Circular.* 400

4.1.5 – Projeto de Resolução

Nº 61/2021, do Senador Styvenson Valentim, que *dispõe sobre a divulgação, independentemente de solicitação, de dados sobre despesas e contratos celebrados no âmbito do Senado Federal.* 409

4.1.6 – Requerimentos

Nº 2235/2021, do Senador Alessandro Vieira e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 23 de novembro de 2021, destinada à 4ª edição do Ranking de Universidades Empreendedoras, realizado pela Confederação Brasileira de Empresas Juniores. 415

Nº 2236/2021, do Senador Vanderlan Cardoso, de homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador Iris Rezende 418

Nº 2238/2021, do Senador Jarbas Vasconcelos, de homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador Iris Rezende 421

Nº 61/2021-CAE, de homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador Iris Rezende 424



Nº 483/2021-CDIR, do Senador Rodrigo Cunha, de retirada do Requerimento nº 464/2021-CDIR. ... 427

Nº 485/2021-CDIR, da Senadora Soraya Thronicke, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar do Seminário “O Agronegócio Sustentável no Brasil” – Exposição da Economia Criativa e Gastronomia da Amazônia, do IX Fórum Jurídico de Lisboa e 25 anos de CPLP – Jornada “Agostinho da Silva, em Lisboa, Portugal, e da Missão Prospectiva Brasil-Emirados Árabes Unidos, em Dubai, Emirados Árabes Unidos. **Deferido.** 430

4.1.7 – Término de Prazos

Término do prazo, em 8 de novembro de 2021, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei nº 1400/2019. 441

Término do prazo, em 8 de novembro de 2021, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei nº 3766/2021. 442

PARTE III

5 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL.

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 443

7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 446

8 – LIDERANÇAS 447

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 450

10 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 458

11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 462

12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 515

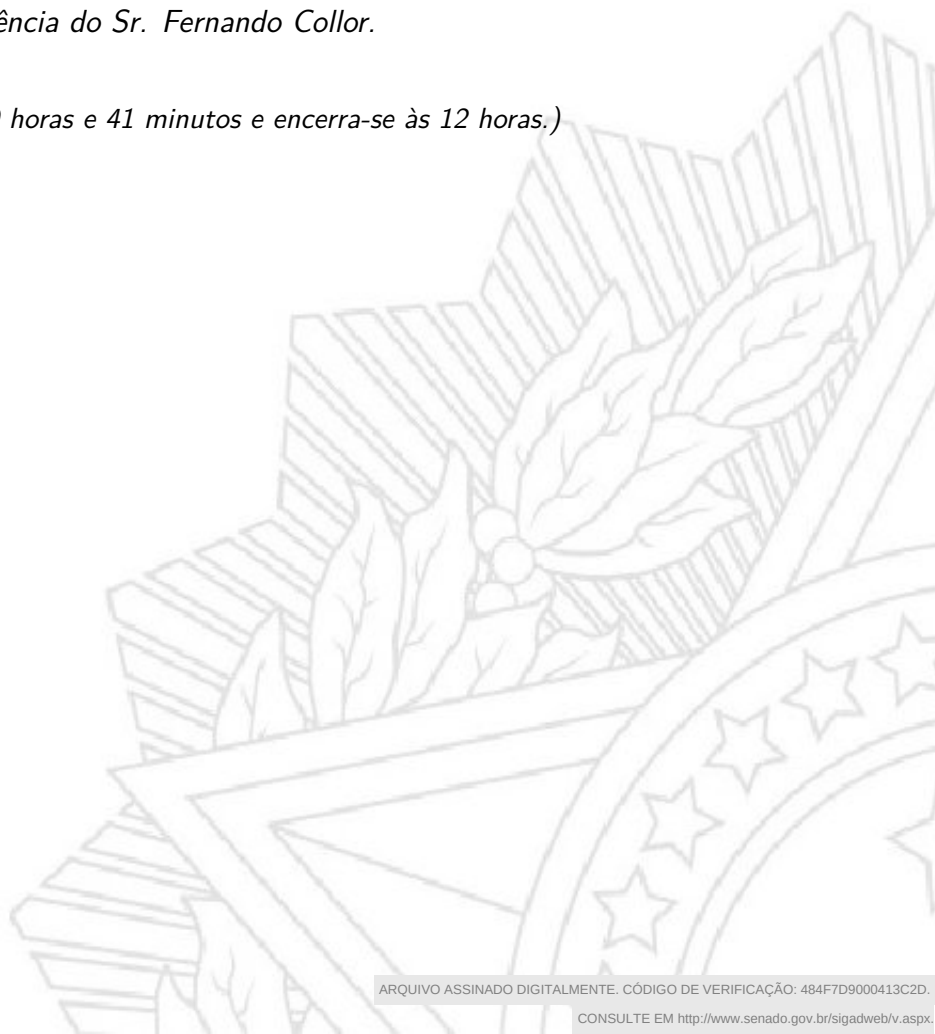


Ata da 149ª Sessão, Especial Semipresencial,
em 9 de novembro de 2021

3ª Sessão Legislativa Ordinária de 56ª Legislatura

Presidência do Sr. Fernando Collor.

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 41 minutos e encerra-se às 12 horas.)



O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial remota foi convocada nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, que regulamenta o funcionamento das sessões e reuniões remotas e semipresenciais no Senado Federal e a utilização do Sistema de Deliberação Remota; e em atendimento ao Requerimento nº 2.176, de 2021, de minha autoria e de outros Srs. Senadores, aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

A sessão é destinada a comemorar o dia nacional do hoteleiro e o aniversário de 85 anos da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH Nacional).

A Presidência informa que comporão a Mesa desta sessão as seguintes autoridades: Sr. Gilson Machado, Ministro de Estado do Turismo; Sr. Manoel Cardoso Linhares, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH Nacional); e Sr. Alex do Nascimento, Diretor de Negócios da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

A Presidência informa, ainda, que esta sessão terá a participação dos seguintes convidados: Sr. Fabrício Borges Amaral, Presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Turismo (Fornatur); Sr. Oto Sarquis Soares, representando o Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil; Sr. Alfredo Lopes de Souza Júnior, representando os ex-Presidentes da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH Nacional); Sr. Cesar Reinaldo Rissete, representando o Sebrae Nacional; Sr. Munir José Calaça, representando a Associação Brasileira de Resorts – Resorts Brasil; Sra. Vanessa Chaves de Mendonça, Secretária de Estado de Turismo do Distrito Federal; e Sr. Maurício Cavalcante Filizola, Diretor da Confederação Nacional do Comércio (CNC).

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. Para discursar - Presidente.) – Inicialmente, gostaria de agradecer a S. Exa. o Vice-Presidente do Senado da República, Senador Veneziano Vital do Rêgo, no exercício da Presidência desta Casa Legislativa, pela deferência que teve ao me permitir presidir esta sessão comemorativa dos 81 anos da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis e do Dia do Hoteleiro. Muito obrigado a S. Exa.

Seja bem-vindo, Ministro de Estado Gilson Machado, a quem gostaria de cumprimentar em primeiro lugar, antes de minhas palavras iniciais. *(Palmas.)*

Sr. Diretor de Negócios da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Alex do Nascimento; Sr. Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, Manoel Cardoso Linhares; Exmas. Sras. Senadoras; Exmos. Srs. Senadores; Exmas. Sras. Deputadas; Exmos. Srs. Deputados; autoridades presentes; senhoras e senhores, em muito boa hora, decidiu este Senado Federal homenagear nossos profissionais da hotelaria, aos quais a sociedade brasileira devota merecida gratidão e apreço. A dedicação, a criatividade e a resiliência dessa categoria e da associação que a representa foram determinantes para a superação das imensas dificuldades que vivemos no passado recente. Neste 9 de novembro, data em que celebramos o Dia Nacional do Hoteleiro e o 85º aniversário da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), a consecução deste nosso tributo é especialmente oportuna e devida.

A pandemia de covid-19 impôs ao País e ao mundo um dos mais tormentosos períodos da história do turismo. Felizmente o que se descortina agora é horizonte mais promissor. A gradual estabilização sanitária, a reabertura das fronteiras e a necessidade de dar vazão a planos longamente represados por pessoas e empresas prenunciam rápida e sólida recuperação da atividade turística. No Brasil, tal perspectiva ganha contornos ainda mais claros graças ao rápido sucesso de nossa campanha de vacinação, à melhora gradual



da infraestrutura nacional e ao câmbio favorável aqueles que nos visitam. Esse conjunto de fatores nos deixa esperançosos e confiantes de que o ritmo da retomada em nosso País será acelerado.

Estatísticas recentes corroboram as boas expectativas. Estudo do Conselho de Turismo da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio), verificou o crescimento de 47% no faturamento da nossa atividade turística em junho último na comparação com o mesmo período do ano anterior. A ocupação dos hotéis País afora volta a registrar taxas próximas ao período pós-pandemia ou, melhor dizendo, pré-pandemia.

A recuperação do turismo no Brasil é potencializada pelo esforço de inovação e aprimoramento que o setor hoteleiro, há décadas, vem empreendendo. Na arte de receber bem, somos hoje uma referência.

Há tempos, vimos testemunhando o florescimento de uma nova e qualificada classe de empreendedores e profissionais de hotelaria. Capazes de rivalizar com os seus melhores concorrentes em países com maior tradição nessa área, esse grupo de hoteleiros adquiriu habilidades e aprimorou aptidões em cursos e vivências no exterior. Em paralelo, foi capaz de desenvolver métodos próprios e soluções locais em incontáveis demonstrações de engenhosidade e espírito inovador. Tais esforços se combinaram com a própria natureza do povo brasileiro, tão acostumado a sobrepujar as dificuldades do dia a dia com enormes doses de criatividade e suor. O resultado é que a nossa hotelaria assumiu caráter singular, um jeito especial de receber o turista, que associa à eficiência da prestação de serviços carinhoso acolhimento. Tornou-se um símbolo nacional, uma marca do Brasil.

Para além de expressar a garra e a inventividade da nossa gente, a hotelaria também é uma espécie de síntese da própria atividade turística. A hospedagem é item prioritário no planejamento de nossas viagens.

Sendo o turismo uma atividade desempenhada por pessoas para pessoas, a qualidade alcançada pela hotelaria brasileira prova novamente que, em termos de material humano, estamos entre os melhores.

É nesse contexto que se insere a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH).

Uma das funções precípuas da associação, insculpida em seu estatuto, é justamente a de fomentar o desenvolvimento dos meios de hospedagem em âmbito nacional, incrementando o turismo em todas as suas manifestações. O seu desempenho nesse aspecto tem sido impecável, desde a fundação, ocorrida no já distante ano de 1936, por ocasião do 1º Congresso Nacional de Hotéis (Conotel). São quase nove décadas de bons serviços prestados à sociedade e de incansável sistematização de dados. Toda essa experiência faz da ABIH uma das mais longevas entidades de classe do Brasil e a consolida como confiável fonte de informações setoriais.

Hoje são mais de 3,2 mil meios de hospedagens associadas em todo o Brasil. O setor gera mais de 1,3 milhão de empregos diretos e cerca de 675 mil empregos indiretos aos brasileiros.

Em função da grande respeitabilidade angariada e da constante interface mantida junto aos mais diversos órgãos estatais, a associação passou a exercer protagonismo também na formulação de políticas públicas e no aprimoramento do arcabouço legal que rege as atividades do setor.

Nesse ponto, cumpre fazer menção honrosa ao trabalho irretocável do seu Presidente, o Sr. Manoel Linhares. (*Palmas.*)

É irretocável o trabalho do Presidente Manoel Linhares, o nosso querido amigo Baixinho, apoiado de maneira diligente e efetiva pelas diretorias técnicas e pelo conselho deliberativo da associação. Sua condução exemplar tem possibilitado à entidade o fortalecimento das relações institucionais, a defesa vigorosa dos interesses dos associados e o investimento cuidadoso na valorização da atividade hoteleira. Sua dedicação incansável tem resultado em novas oportunidades de negócio para o setor, além da consolidação de ações e programas exitosos.

A ABIH tem desempenhado papel decisivo não apenas para a evolução da hotelaria nacional, mas



também para o desenvolvimento do conjunto da atividade turística no Brasil. Os nossos hoteleiros, inteligentemente, compreendem que os avanços do setor estão estreitamente associados ao fortalecimento de todo o ambiente turístico.

Nesse sentido, a associação tem sido parceira essencial do Ciclo de Debates sobre o Turismo, realizado no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, que tenho a honra de presidir. O ciclo tem como objetivo discutir as questões conjunturais e os gargalos históricos enfrentados por diferentes segmentos turísticos no Brasil na busca de soluções criativas e ações efetivas para a promoção do setor. Mais de dez audiências públicas já foram realizadas, sempre às segundas-feiras, no horário das 18h.

O relatório do primeiro segmento de debates reuniu as contribuições de mais de 20 organizações ou *trades* turísticos e Parlamentares e autoridades do Poder Executivo nas esferas federal, estadual e municipal. O texto se encontra disponível na página eletrônica da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e apresenta rico material de análise e inspiração sobre possíveis caminhos para o desenvolvimento do turismo no País. Hoje também estaremos distribuindo alguns exemplares para aqueles que estiverem interessados em compulsá-los.

O setor tem potencial para se tornar alavanca potente do nosso crescimento econômico. Refletir sobre o aproveitamento de possibilidades ainda inexploradas é tarefa urgente. Podemos ampliar significativamente o número de visitantes estrangeiros no País. Há espaço para o crescimento substantivo da participação do turismo no PIB brasileiro. A atividade turística é uma das maiores e mais confiáveis empregadoras do Brasil, precisa ser um vetor prioritário de combate ao desemprego e de geração de renda. No enfrentamento desses enormes desafios, é seguro contar com a excelência da hotelaria nacional e com os bons préstimos da entidade que se dedica à sua evolução.

Por tudo isso, a palavra final que nos cabe é de agradecimento. Trabalhadores e empresários da hotelaria nacional estão elevando o turismo brasileiro a outro patamar, merecem nosso melhor reconhecimento e profunda admiração, fazem do Brasil um País seis estrelas!

Parabéns a todos!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Concedo a palavra a S. Exa. o Sr. Ministro de Estado do Turismo, Gilson Machado.

O SR. GILSON MACHADO GUIMARÃES NETO (Para discursar.) – Muito bom dia a todos.

Eu quero saudar o Senador Fernando Collor, Presidente da sessão, e dizer, Senador, que venho aqui em nome de toda a cadeia do turismo agradecer o seu empenho aqui no Senado, pela Comissão do Turismo, porque o senhor brilhantemente está deixando um legado. E a ABIH, a hotelaria brasileira, sabe reconhecer isso, vai saber reconhecer isso. (*Palmas.*)

Assim como o senhor deixou um legado também quando a gente virou a página dos carros no Brasil. E é inesquecível aquela sua frase de que nós tínhamos carroças, e hoje nós temos carros decentes de várias marcas e carro passou a ser acessível a todo povo. Antigamente o cara ter um carro e uma casa era a coisa mais difícil. E depois da sua virada de página, o senhor fez realmente um ato que até hoje virou uma página no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Ministro.

O SR. GILSON MACHADO GUIMARÃES NETO – O senhor aqui falou que o nosso País é um país seis estrelas. O nosso País, minha gente, não tem como dar errado. O nosso País foi arquitetado para dar certo. E sabe por que este País até hoje não deu errado? Por causa dos senhores que botam o dos senhores na reta, porque os governos até hoje, Presidente Collor, só fizeram atrapalhar o setor produtivo



do País.

Para tirar uma licença antigamente: até cinco anos, mais de 200 – 200 – certidões em nível federal, estadual, municipal, da casa da peste. Todo mundo está fazendo assim, balançando, porque é verdade. E hoje, não, a gente está destravando, a gente está acabando com o maior câncer que o Brasil tem, que é o "burococos". O Presidente Bolsonaro determinou que as ações fossem feitas para "desatrapalhar" a vida do empresário.

Neste momento de festa, de 85 anos da ABIH, eu quero dizer também, ouvindo suas palavras, que o senhor falou uma expressão muito importante, muito bonita: o capital humano. É o maior patrimônio que nós temos. Eu sou um dos senhores, eu sou hoteleiro. Como é difícil, Eduardo, do portal, você formar uma equipe, bicho, como é difícil você manter a máquina azeitada. E, numa pandemia como essa, Presidente, eu sou testemunha porque eu viajo e viajo o mundo. O nosso Governo, o Presidente Bolsonaro salvou a grande maioria dos empregos no setor do turismo. (*Palmas.*)

Nenhum país, diga-se de passagem, nenhum país da América Latina está tendo a recuperação astronômica no turismo que nós estamos vivenciando e vivendo e convivendo. Há a parte tangível, que a gente vê no dia a dia, como o senhor disse, feita por pessoas para pessoas, mas há a parte tangível do orgulho do funcionário na sua capilaridade: dar o pão para sua família, com um trabalho digno, limpo e que não polui, que o turismo faz.

Eu queria fazer um apelo ao pessoal da imprensa que está me filmando hoje. Minha gente, quando vocês falam mal do Brasil lá fora, vocês não estão atrapalhando só a nós aqui, não – já apitou o negócio aí –; vocês estão atrapalhando o emprego do pobre coitado que está lá na capilaridade, da vendedora de caranguejo, do pescador de maçunim, do cara que está fazendo doce de coco para vender na Bahia, está atrapalhando as vinícolas do Brasil. Nós temos vinícolas excelentes! Eu estive agora na Serra Catarinense, estive na Serra Gaúcha, estive em Nova Pádua esta semana, no Rio Grande do Sul, em Flores da Cunha. É impressionante, Presidente Collor! Temos uma batalha para ajudar a hotelaria e ajudar o setor de vinho naquela região.

O vinho no Brasil ainda é tido como bebida, e não como complemento alimentar. E eu tenho certeza de que os senhores aqui fazem compra em grande quantidade para os seus hotéis, e vocês usam muito pouco vinho brasileiro por um simples fato: não é pela qualidade, mas pelo preço. O nosso vinho é tributado como bebida, enquanto o vinho produzido na Argentina, na França, o vinho produzido no Chile, no Uruguai é tributado como complemento alimentar. Então, às vezes eu quero comprar um vinho de Petrolina, em Pernambuco, para botar em São Miguel dos Milagres, em uma pousadinha que eu tenho, e ele não concorre com o preço do vinho que vem de Mendonça, na Argentina. Isso esta Casa, este Congresso – o Senador Heinze vai lhe procurar também... Isso ajuda todos nós e ajuda o turismo na região lá da Serra Gaúcha, da Serra Catarinense e do enoturismo.

Eu quero dizer que estou muito satisfeito com os números que tenho visto dos próprios senhores, da recuperação. E há um dado aqui do Ministro Onyx: no mês de agosto, Presidente Collor, Presidente Manoel Linhares, que eu quero aproveitar e saudar também...

Quero dizer que não é à toa, Manoelzinho, que você está já se perpetuando na cadeira da ABIH. Tu fazes a diferença, cara! Parabéns, Manoel Linhares! (*Palmas.*) Cearense de Crateús, nordestino. Quem sabe a vida de Manoel Linhares? Sabe como ele começou a vida, Presidente Collor? Vendendo bombom. Você chega ao escritório dele – não vá chorar, não, safado! (*Risos.*) Você chega ao escritório dele e está lá a primeira bomboneira que ele vendeu, numa caixa de sapato ainda, meu amigo. Esse, sim, é um vencedor, um homem que a vida fez e está aqui dando exemplo a todos nós, lutando por um setor dia após dia.

Voltando – porque ele também é responsável por isso, e os senhores –, em agosto o Brasil produziu 372 mil empregos de carteira assinada. Os senhores sabem quantos foram ligados ao turismo, ao setor de



serviços especificamente do turismo? Mais de 100 mil ou menos de 100 mil? (*Pausa.*)

Mais? Mais de 110 mil ou menos de 110 mil?

Foram 180 mil empregos. (*Palmas.*)

Temos a nossa malha aérea recuperada. Estive agora na Colômbia, na Alta, a maior feira das companhias aéreas. O Brasil é, sim, a maior oportunidade de negócio do mundo no setor de turismo, no setor aéreo. Apenas temos por brasileiro 0,4 voo/ano. E não se faz um país do nosso tamanho, Presidente, sem aviação, principalmente a regional. Estou indo hoje à noite para Dubai, voltar a umas reuniões que eu já tive um mês atrás, quando nós abrimos o pavilhão na feira de Dubai, e muitas oportunidades estão vindo de lá.

Eu quero agradecer aqui, terminar minhas palavras, ser breve. E quero dizer, minha gente: contem com o Ministério do Turismo para o que for necessário – o Ministério do Turismo, que tem um Ministro que já viajou a 148 Municípios, como eu estava agora, de domingo a domingo. Quem vê minha rede social vê lá: trabalhando com entrega lá em Nova Pádua, no Rio Grande do Sul, com a estrada turística. E a primeira palavra que eu escuto quando eu chego é: "Nunca um ministro veio aqui". Esse é o Governo do Presidente Bolsonaro. (*Palmas.*)

Prometeu e cumpriu. As coisas acontecem na ponta.

Presidente Collor, Porto de Pedras: nunca um ministro tinha ido lá, o nosso amigo Henrique Vilela disse.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. *Fora do microfone.*) – Foi.

O SR. GILSON MACHADO GUIMARÃES NETO – Está vendo? E eu estive lá com o Presidente Collor.

É isso minha gente. Conte conosco para o que for preciso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Para terminar minhas saudações, quero saudar o Alex do Nascimento, Diretor de Negócios da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Fabrício Borges do Amaral, Presidente do Fórum Nacional; a Senadora Soraya, sul-mato-grossense, minha amiga de longas datas, já comemos muito quilo de sal juntos – não foi, Soraya? –; Fabrício Borges do Amaral, Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Turismo (Fornatur); Carlos Brito, Presidente da Embratur; Vanessa Mendonça, Secretária de Estado de Turismo do Distrito Federal; Cesar Reinaldo Rissete, representante do Sebrae Nacional; Oto Soares, representante do Fórum dos Operadores Hoteleiros do Brasil (Fohb); Maurício Filizola, Diretor da Confederação Nacional do Comércio (CNC); Silvio Nascimento, Diretor de Marketing, Inteligência e Comunicação da Embratur; Carlos Brito, Presidente da Embratur; Munir Calaça, representante da Associação Brasileira de Resorts – Resorts Brasil; membros da imprensa; senhoras e senhores, sintam-se cumprimentados.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Parabéns!

Passo agora a palavra, com muita alegria, com muita satisfação, ao nosso querido amigo e Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, nosso amigo Manoel Cardoso Linhares. (*Palmas.*)

O SR. MANOEL CARDOSO LINHARES (Para discursar.) – Bom dia a todos e a todas.

Quero dizer para todos vocês que é com muita satisfação que estamos aqui hoje para comemorar os 85 anos da Associação Brasileira de Indústria de Hotéis, a ABIH Nacional. Gostaria primeiro de saudar os nossos queridos hoteleiros e moteleiros aqui presentes. (*Palmas.*)

Guerreiros sem os quais essa história não poderia ter sido escrita. E, em especial, quero saudar a todos os presidentes das ABIHs estaduais, saudar a todos os ex-presidentes da ABIH Nacional.



Vou fazer um parêntese, para fazer uma saudação especial à minha querida amiga Leonora, representando o nosso... (*Palmas.*)

... o nosso querido Eraldo, que nos deixou há pouco tempo, mas deixou o seu legado para a hotelaria nacional. (*Palmas.*)

Os meus sinceros agradecimentos por toda a luta e suor despendido nos últimos duros anos de nossa existência, o meu muito obrigado a todos vocês.

Quero cumprimentar o meu Presidente, o meu Senador alagoano, um nordestino cabra da peste – como o Gilson falou há pouco tempo –, que, em tão pouco tempo, pegou esta Comissão e está mostrando o que veio fazer para o turismo do Brasil e das suas Alagoas.

Parabéns a todos os alagoanos que estão aqui em ter um Senador como o senhor! Os meus parabéns, meu Presidente! (*Palmas.*)

Quero cumprimentar esse cabra da peste, que gosto de chamar e ele se orgulha também de dizer, o nosso querido sanfoneiro, esse Ministro nordestino, pernambucano, que em tão pouco tempo tem escrito já a sua história dentro do turismo brasileiro.

Quero saudar a minha querida amiga Senadora Soraya, outra defensora do turismo brasileiro, essa sul-mato-grossense que se tem mostrado na defesa de nossa hotelaria e, por que não dizer, do nosso turismo.

Quero saudar o Sr. Alex do Nascimento, Diretor de Negócios dos Correios.

Queria cumprimentar também os Deputados aqui presentes, o meu amigo Herculano Passos, o Otavio Leite, o Bacelar, e, nas suas pessoas, saudar todos os Deputados Federais aqui presentes.

Gostaria também de saudar a todos os meus queridos hoteleiros e moteleiros, porque a história passa por todos vocês nesses 85 anos da ABIH Nacional.

Quero saudar também e agradecer a todas as autoridades aqui presentes e dizer que, sem sombra de dúvida, vocês são os nossos grandes parceiros e responsáveis pela sobrevivência do turismo nacional. Sem vocês, meus queridos Deputados, meus queridos Senadores... Aqui eu não sei se está presente ainda este meu querido amigo, o Senador Veneziano, esse paraibano que também faz a diferença no seu Estado e no Brasil.

A maior entidade da história da hotelaria nacional, a ABIH Nacional, não estaria comemorando os seus 85 anos: nesse dia de alegria, talvez estivéssemos lastimando a perda de milhares de empregos e a falência de diversas empresas. Porém, vocês nos mostraram que não estávamos sozinhos, e isso nos deu força e fé para mudar o curso da história.

E aqui eu quero ressaltar também o trabalho do nosso Presidente Jair Messias Bolsonaro, esse Presidente que, em tão pouco tempo, tem olhado para essa indústria de turismo, essa indústria que só vende duas coisas: só vende felicidade, só vende sorriso, não joga dejetos nos rios nem fumaças nas nuvens.

Quero saudar também o meu Presidente da Embratur, Carlos Brito. Vocês nos ajudaram a salvar não só a hotelaria, mas também todo o turismo nacional. E por isso hoje tenho a certeza de que continuarão a nos ajudar na retomada dos empreendimentos do nosso setor com medidas como... Aqui eu quero abrir um parêntese, meu Senador, meu Presidente. Sempre aprendi, desde criança, na minha querida cidade da Primeira Dama do Brasil, a nossa querida Crateús, que, quando todos aniversariam, gostam de ganhar presente. E aqui eu quero ressaltar o que a hotelaria reivindica, o que o turismo brasileiro reivindica: a desoneração da folha de pagamento.

Hoje, para os senhores terem uma ideia, Srs. Deputados, Srs. Senadores, só o setor de hotelaria gera em torno de 1,3 milhão de empregos. Só o turismo de um modo geral gera em torno de 7,2 milhões de empregos. Geramos, sim, mais da metade do que geram os 17 setores que são contemplados na desoneração de folha de pagamento. Por isso eu quero pedir a esta Casa que olhe com carinho para essa indústria, essa



indústria... (*Palmas.*)

... essa indústria, porque a cada quatro empregos, um é do turismo.

Outra coisa que também de aniversário a gente pode reivindicar: adequação do texto da reforma tributária. Outra muito importante, meu querido Presidente, meu Senador, que está nesta Casa...

E aqui quero fazer uma reivindicação ao Presidente da Comissão, o Senador Alcolumbre, para que destrave, coloque em votação a nova lei do turismo. (*Palmas.*)

Conseguimos aprovar essa nova lei do turismo, meu Senador, lá na Câmara. Recordo-me muito bem de que eu saí, nesse dia, eram 12h45 da manhã. O Deputado Maia não deixava ninguém entrar no Plenário, mas um nordestino também, da sua terra, meu ex-Ministro e Deputado Marx Beltrão disse: "Esse baixinho, se não entrar, tem que entrar!". E fiquei lá dentro sem poder me levantar do meu cantinho, mas saí com a vitória às 12h45 da manhã.

Estou olhando aqui o Gustavo... O Presidente lá do Espírito Santo, quando ligou para mim, disse: "Baixinho, meus parabéns!". Estava chegando no hotel às 12h45 da manhã. Mas saí satisfeito porque saí com a vitória. E essa lei que se encontra aqui no Senado, isso vai destravar, meu Senador, todo o turismo de um modo geral. Vamos fazer uma força para destravar essa nova lei do turismo.

Agradeço de coração todo carinho e atenção que nunca nos faltaram quando éramos atendidos em seus gabinetes e, também, quando V. Exas. dedicaram o seu tempo para prontamente nos atender, o meu muito obrigado. (*Palmas.*)

Em nome da hotelaria nacional, agora gostaria de chamar uma salva de palmas a todas as autoridades aqui presentes, meus Deputados e meus Senadores. (*Palmas.*)

Por fim, gostaria apenas de dizer que a construção da história da hotelaria nacional está compilada neste livro, que conta os 85 anos da ABIH Nacional. Quero aqui agradecer aos escritores que estão aqui presentes, o meu amigo Léo e a Dra. Giovanna. O livro perpassa basicamente por esse diálogo cotidiano com as autoridades aqui presentes, perpassa pela perseverança, símbolo de cada um dos hoteleiros que modificam sua região todos os dias. São pessoas, meus amigos Parlamentares, que a todo instante trabalham para engrandecer o turismo nacional.

E eu, meus amigos, quero lhes dizer que estou aqui com uma alegria que não cabe nesse peito.

Aqui, quero fazer um agradecimento e pedir permissão para saudar a todas as mulheres presentes na pessoa de minha companheira... (*Palmas.*)

Minha amiga de todas as horas, que suporta este baixinho dentro do avião, lutando por esses guerreiros, pela hotelaria do turismo nacional.

É um sinal de que o pior já passou e que, com certeza, tempos melhores virão. Vamos olhar agora para frente, não vamos mais olhar para o retrovisor. O Brasil é outro. Hoje neste Brasil, eu posso dizer, o turismo, Ministro, pode ser contado em duas vertentes: uma antes de Bolsonaro e outra depois de Bolsonaro. (*Palmas.*)

Tenho a certeza de que vocês sairão, meus amigos hoteleiros e moteleiros, fortalecidos de toda essa luta despendida. As batalhas, uma após outra, serviram para engrandecer os esforços da nossa hotelaria. E, após todo esse sacrifício, tenho certeza de que no íntimo de todos vocês perpassa o sentimento de vitória. Por isso, recebam esse livro que foi construído por dezenas de mãos, este livro que ficará registrado na história de luta que vocês têm e tiveram na hotelaria brasileira.

É importante dizer o quão vocês são guerreiros. E aqui eu quero também agradecer, na pessoa e Alex do Nascimento, aos Correios brasileiro. A minha gratidão, Alex, por hoje estarmos com o selo de 85 anos da ABIH, além do carimbo.

Meu agradecimento também, eu não poderia deixar de agradecer a quem acompanhava essa minha luta quando eu chegava aqui em Brasília, o meu amigo César Augusto de Souza Cunha, esse cearense



cabra da peste – onde é que ele está, esse meu amigo? Está aí –; à minha querida Renata de Jesus Torres; à Eliane Braz de Melo. Então, meu querido Alex, ressalte lá nos Correios esses bravos funcionários que defendem os Correios do Brasil.

Queria também agradecer a esses parceiros: CNC, Sesc e Senac. Para quem não conhece esse sistema, eu só queria que vocês se aprofundassem um pouco sobre o que é o Sistema S, o que são o Sesc e o Senac, que hoje são os bravos que lutam por esse Brasil na qualificação da mão de obra. E temos, sim, na presidência, também um grande guerreiro, hoteleiro para nossa felicidade, o Dr. Roberto Tadros. Peço uma salva de palmas para o Sistema S. (*Palmas.*)

Gostaria também de agradecer a esse grande parceiro, o Sebrae nacional, e quero ressaltar que precisamos, sim, de mais Sebraes espalhados por todo esse Brasil. Agradecer à Saga, à Realge, à Rede TV, à Souza Cruz, à ABMotéis, à CVC, à RX, ao Banco do Nordeste, Rede Nobile e ao escritório Nelson Wilians.

Agora, meu Senador, eu queria ressaltar o que foi uma experiência diferente para esse baixinho. Eu sou uma pessoa, meu querido Presidente, que tenho o privilégio de já ter participado de eventos nacionais e internacionais por todo esse Brasil, mas quero parabenizar esta Casa, porque nunca vi tanta dedicação, tanto carinho, tanto amor como se faz um evento aqui no Senado. Quero ressaltar o trabalho daquela que eu posso chamar de minha amiga, fizemos essa amizade, a Ludmila Fernandes de Miranda Castro. Meu muito obrigado, minha querida Ludmila. (*Palmas.*)

Chefe de gabinete da Secretaria-Geral da Mesa; Joberto Mattos de Santanna, chefe de gabinete do meu querido Presidente Fernando Collor; Francisco Etelvino, Relações Públicas; Tiago Ribeiro, Relações Públicas, Valéria de Oliveira, Relações Pública. E quero também deixar o meu agradecimento a toda a imprensa aqui presente e dizer: a nossa luta não foi em vão, o resultado dela está aqui, e por isso agradeço a presença de todos vocês.

E, por fim, peço a todos vocês uma salva de palmas à ABIH Nacional!

Meu muito obrigado. (*Palmas.*)

Quero pedir ao meu Ministro Gilson Machado Neto para ter o prazer de lhe entregar uma placa da hotelaria nacional em reconhecimento a todo o seu trabalho no Ministério do Turismo.

(*Procede-se à entrega de placa de homenagem ao Sr. Gilson Machado.*) (*Palmas.*) (*Pausa.*) (*Palmas.*)

(*Procede-se à entrega de placa de homenagem ao Sr. Fernando Collor.*) (*Palmas.*) (*Pausa.*)

O SR. MANOEL CARDOSO LINHARES – Quero chamar também o Deputado Bacelar. Não sei se ele está aqui... Ele é da Comissão de Turismo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MANOEL CARDOSO LINHARES – Não está não?

Então depois eu entrego.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Dando prosseguimento à nossa cerimônia do dia de hoje, eu tenho a satisfação de passar a palavra a S. Exa. a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para discursar.) – Bom dia a todos! Bom dia, Senador Fernando Collor de Mello, Presidente desta sessão! Bom dia, Ministro Gilson Machado, Ministro de Turismo! Bom dia, Sr. Manoel Cardoso Linhares, nosso famoso Baixinho, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis! Bom dia, Diretor de Negócios dos Correios, Sr. Alex do Nascimento!

Gostaria também de parabenizar algumas autoridades que têm envolvimento com o setor: Secretária



de Estado de Turismo do Distrito Federal, Sra. Vanessa Chaves de Mendonça; Diretor-Presidente da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), Sr. Carlos Alberto Gomes de Brito; quem está representando o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Nacional, Sr. Cesar Reinaldo Rissete; Presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Turismo, Sr. Fabrício Borges Amaral; Diretor da Confederação Nacional do Comércio, Sr. Maurício Cavalcante Filizola; representando a Associação Brasileira de Resorts, Sr. Munir José Calaça; representando o Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil, Sr. Otto Sarkis; todos os presidentes das associações brasileiras de indústria de hotéis nos Estados.

Quebrando o protocolo, porque eu não tinha fala aqui, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma homenagem especial ao Sr. Felipe Martinez, que é o Presidente da ABMotéis. (*Palmas.*)

O Ministro Gilson é do setor hoteleiro e eu sou do setor moteleiro e tenho muito orgulho de ser do setor moteleiro. (*Palmas.*)

É um setor que paga impostos, que gera empregos, e em que 80% de seus colaboradores são mulheres. Como Baixinho falou da mulher dele, eu também quero falar do meu marido, que está aqui hoje, o moteleiro, meu marido, Carlos Cesar de Lima Batista. É ele que está lá na ponta empregando e trabalhando. Esse é um setor, muitas vezes, marginalizado. Temos dificuldades em relação a isso, e a atuação do Felipe, a atuação da ABMotéis busca trazer cada dia mais credibilidade a esse setor tão importante.

Meu marido, que lida ali no dia a dia, emprega mulheres que são do regime semiaberto, presidiárias, e isso tem sido tão gratificante para nós. Dias atrás, nós não tínhamos nenhuma vaga, porque, quando elas terminam de cumprir a pena, elas têm que sair desse sistema que nós temos com o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, e você tem que assinar a carteira, contratar mesmo. Dias atrás, nós não tínhamos nenhuma vaga para presidiárias, porque havíamos contratado todas. Para nós, isto é de uma satisfação muito grande: você realmente poder reabilitar uma pessoa e trazê-la com segurança para o mercado de trabalho. Isso é muito importante. Eu gostaria de ressaltar esse tipo de trabalho. Elas, como camareiras, fazem um trabalho maravilhoso, e é uma grande ideia que pode ser reproduzida por todo o nosso País. (*Palmas.*)

Eu quero pedir para o nosso Ministro especial atenção para o setor moteleiro, porque nós queremos, sim, cada dia mais segurança e queremos estar absolutamente equiparados a todos os meios de hospedagem. Nós queremos dar ao nosso cliente a segurança de que eles precisam. Então, eu já peço aqui – viu, Felipe? – uma agenda com o Ministro entre hoje e amanhã, enquanto você ficar, porque nós temos as pautas do nosso setor que são de extrema importância para o desenvolvimento do nosso País diante da colaboração e da vultosidade do nosso trabalho.

Quero aqui destacar que vocês podem ter certeza do nosso trabalho dentro do Senado Federal, dentro do Congresso Nacional, e, acima de tudo, da coragem de dizer o que é certo.

No Direito, nós aprendemos uma das premissas mais básicas, mais comezinhas, que é a de conceito de domicílio e residência. Eu não vou tocar nesse assunto exatamente, não vou me aprofundar, quero ser breve, mas nós tivemos, infelizmente, uma decisão do STJ em relação à cobrança de direitos autorais. O Ministro é músico, mas ele também é do setor hoteleiro. Eu já cheguei a ouvir aqui, Presidente Fernando Collor, dentro deste Congresso Nacional, dizerem assim – uma das justificativas para se cobrar direito autoral dentro do quarto de hotel –: "Ah, o setor é rico". Então, quer dizer, porque o setor é rico, eu posso cometer uma injustiça; porque o setor é rico? (*Palmas.*)

É um conceito tão básico: o quarto de hotel, o quarto de motel, o quarto ali do navio é equiparado à residência, e eu não pago direito autoral. E, olha só, esperem aí. (*Palmas.*)

Nós somos absolutamente favoráveis ao pagamento de direitos autorais. Nós respeitamos os compositores, os músicos. Temos o mais profundo respeito e queremos, sim, pagar. Eu faço questão de



pagar, mas onde é certo, onde tem que ser pago. Dentro da minha casa, dentro da minha residência, eu não pago direitos autorais, principalmente porque o Ecad não tem como mensurar o que eu escuto na minha casa e para quem vai ser direcionado, se é para o compositor Gilson Machado, se é para a Anitta, ou se é para a Marília Mendonça. Uma grande salva de palmas para esta mulher! (*Palmas.*)

Eu faço questão, nós todos fazemos questão, mas no ambiente que é comum para todos. Ali, sim, é possível mensurar, é possível saber qual artista foi escutado e é possível enviar os direitos autorais exatamente para esse artista. Mas fazer algo obscuro, com falta de transparência, sem uma medida capaz de mensurar a forma como vai se cobrar esse direito autoral, aí, já não é coisa de país sério, vocês vão me perdoar. Eu tenho a coragem de falar isto: não é coisa de gente séria! (*Palmas.*)

Quando você pode cobrar aquilo que você consegue explicar, mensurar, aí, sim, tudo bem! Mas não quero adentrar nisso. Hoje é dia de festa, é dia de aniversário. Dessa forma, eu quero colocar aqui a coragem de expor a minha opinião sem medo nenhum de ir contra os interesses de um ou de outro setor, principalmente porque eu respeito todos os setores, mas a gente tem que respeitar, acima de tudo, e trazer para o nosso País, principalmente para alavancar os nossos negócios, segurança jurídica, respeito a todos os brasileiros, respeito a todas as regras, a todas as normas.

Então, Felipe, parabéns! Parabéns, Baixinho! Parabéns a esse setor que sofreu tanto na pandemia e que agora volta a todo vapor e que eu tenho certeza de que tem muito ainda para crescer. Muito obrigada por tudo que vocês fazem por este País. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito obrigado a S. Exa. a Senadora Soraya Thronicke, que traz um assunto extremamente importante e que, em algum momento, vamos ter que resolver. Sem dúvida nenhuma, a senhora está coberta de razão naquilo que pleiteia. (*Palmas.*)

Para complementar as palavras da Senadora Soraya Thronicke, pede a palavra S. Exa. o Sr. Ministro do Turismo Gilson Machado Neto.

O SR. GILSON MACHADO GUIMARÃES NETO (Para discursar.) – Muito obrigado, Presidente, Senador Fernando Collor.

Senadora Soraya, a senhora foi cirúrgica nas suas palavras. É desse jeito mesmo. E eu vou lhe dar um exemplo de uma reunião que eu tive com a Diretora do Ecad, eu, como Ministro do Turismo. Ela não sabia que eu era compositor. Então, deixei-a falar. Falou, falou, falou, falou. Quando chegou no fim da reunião, eu disse: "A senhora sabia que eu sou compositor?". "É?". Eu digo: "É". "Ah, coisa boa". Eu digo: "É". Pelo meu CPF, há como a gente puxar agora o acompanhamento do recolhimento das minhas obras. Eu tenho mais de 200 obras publicadas. "Não, a gente está fazendo isso". Como é? Fazendo isso? Nós estamos criando um meio de o compositor, através do seu CPF, em 2021, acompanhar. A gente não está em 1993, não, minha gente; nós estamos em 2021. A coisa mais fácil é apertar o pitoco e sair lá tal música, não sei o quê. Cadê a transparência para o compositor? Porque é com meia dúzia que fica realmente, porque há... Você sabe o que eu estou falando, não é? Você sabe o que eu estou falando. (*Palmas.*)

Mas a grande maioria dos compositores só queremos transparência. Qual é a dificuldade que há? Quando eu sou multado no Detran, é só botar o CPF que aparece, IPTU. Para cobrar, é uma beleza; agora, para pagar, minha gente. Então, é isso que eu digo.

Eu só estou pedindo, Senador, que esta Casa, que o Congresso ajude para que a gente tenha segurança jurídica, como a Senadora Soraya disse. É fundamental o Direito do Consumidor. A concorrência por que só há uma? Por que só há um Ecad? Por que não pode haver mais ECADs para que o compositor seja disputado, feito em outros países?

Então, fica aqui o meu desabafo. Perdoem-me, mas eu não estou falando aqui como Ministro; eu estou falando como compositor.



Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Grato ao Sr. Ministro Gilson Machado Neto pelo seu complemento às palavras da Senadora Soraya Thronicke.

E passo a palavra também, para uma intervenção novamente, ao nosso querido Manoel Cardoso Linhares, Presidente da ABIH.

O SR. MANOEL CARDOSO LINHARES (Para discursar.) – Minha querida Senadora, a senhora gravou uma vez um vídeo para mim e a senhora dizia: "Baixinho, nós precisamos mais de Baixinho para defender esse turismo do Brasil". É nisto que está o Ecad, minha Senadora, está dentro da nova lei do turismo, que está travada aqui dentro. Nós precisamos destravar.

E aqui também eu quero ressaltar a presença do nosso Diretor, representando o seu irmão, o Dr. Roberto Tadros, meu amigo Paulo Tadros. Meu muito obrigado, Paulinho. (*Palmas.*)

E, aproveitando, já que eu estou no Senado, nós estamos nesta Casa, hoje nós perdemos um grande Senador, o Senador Iris Rezende. Se o senhor permitir, Senador, se eu pudesse pedir um minuto de silêncio, eu agradeço ao senhor.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – As nossas profundas condolências aos familiares de S. Exa. o ex-Senador Iris Resende, ex-Governador, ex-Prefeito, enfim, um homem que teve uma carreira política extraordinária, dedicada ao seu Estado, Goiás, e também ao Brasil. Em nome de todos nós que aqui estamos, eu gostaria de enviar estes votos de solidariedade e de profundo pesar aos seus familiares e aos seus amigos, agradecendo pela lembrança que o Sr. Manoel Cardoso Linhares teve ao fazer essa referência ao triste passamento do Senador Iris Rezende no dia de hoje.

Dando continuidade à nossa sessão, eu passarei agora à cerimônia de obliteração do selo personalizado e do carimbo comemorativo.

Será realizado, neste momento, o lançamento do selo personalizado e do carimbo comemorativo em homenagem aos 85 da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH Nacional).

Senhoras e senhores, para conduzir o lançamento do selo personalizado e do carimbo comemorativo, convidamos o Diretor de Negócios dos Correios, Alex do Nascimento, a se posicionar junto à mesa para o ato de lançamento. (*Pausa.*) (*Palmas.*)

Neste momento, o Diretor de Negócios dos Correios passa para o Presidente da ABIH Nacional, Manoel Cardoso Linhares, o carimbo para a segunda obliteração.

Após a obliteração, o Diretor de Negócios dos Correios entrega para o Presidente da ABIH Nacional, Manoel Cardoso Linhares, o álbum com as peças lançadas. (*Pausa.*) (*Palmas.*)

Está, assim, encerrado o lançamento do postal. Agradeço ao Diretor de Negócios dos Correios pela sua participação neste evento.

Esta Presidência informa que nesta sessão estão sendo distribuídos exemplares do livro, como já foi aqui anunciado pelo Presidente da ABIH, *A construção da história da Associação Brasileira de Hotéis – Livro dos 85 anos da hotelaria no Brasil*, dos autores Leonardo Volpatti e Giovanna Ghersel.

Concedo a palavra a um dos autores do livro, o Sr. Leonardo Volpatti. (*Palmas.*)

O SR. LEONARDO VOLPATTI (Para discursar.) – Primeiramente, bom dia a todos e a todas!

Gostaria de saudar o Presidente Fernando Collor de Mello, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e que preside essa tão bela sessão solene do nosso Presidente Manoel Linhares, da



ABIH Nacional. Na pessoa dele, gostaria também de saudar todos os Senadores aqui presentes; saudar também o Presidente da Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados, Deputado Bacelar, e, na pessoa dele, saudar os demais Deputados que aqui estão: Deputado Herculano, Deputado Otavio Leite e todos os Parlamentares que fazem parte da nossa Frente Parlamentar em Defesa do Turismo. Quero saudar também o Ministro do Turismo, Gilson Machado, na pessoa de quem saúdo todas as autoridades do Poder Executivo do nosso País, e também nosso Presidente da Embratur, Carlos Brito. Por fim, gostaria de saudar nosso querido Presidente Manoel Linhares, Presidente da ABIH, grande companheiro e amigo do peito de toda a hotelaria nacional. (*Palmas.*)

Saúdo também, na pessoa dele, os diretores e presidentes das ABIHs estaduais e todas as associações do turismo nacional, associações irmãs do G 20, que é o grupo que compõe as principais associações do nosso turismo, em especial a Resorts Brasil, Sindepat, Adibra e Fohb, que se encontram aqui presentes. Por fim, mas não menos importantes, saúdo aqueles que contribuíram com a construção desse livro, que não poderiam deixar de ser mencionados. Entre eles, a coautora Giovanna Ghermel, que aqui se encontra; Mirian Akemi, que trabalhou conosco também; Ana Luiza Félix; e também minha esposa e companheira de todas as horas, Mariana Endrice.

Antes de vir para cá eu estava pensando em como conseguiria transmitir todo esse sentimento, essa alegria, diante do Plenário desta Casa tão importante para o nosso País, pela satisfação de ter escrito um livro tão importante para um pilar do turismo nacional, que é a hotelaria, e por ter narrado a história de vocês, porque a história é construída por vocês, eu apenas escrevo.

São mais de 85 anos da hotelaria nacional. O que eu posso dizer, senhoras e senhores, é que a missão de narrar a história dos hoteleiros para mim foi um aprendizado e uma tarefa de grande satisfação; um aprendizado incrível, poderia dizer.

Narrar a história de vocês é descrever todo o brilhantismo daqueles que, em meio à pandemia, fechamentos e taxa de ocupação de quase zero, tiveram a sensibilidade de enviar profissionais de saúde, *kits* de saúde e demais equipamentos para as pessoas que mais necessitavam, tanto em suas regiões quanto nos Estados do Amazonas e também do Maranhão, diante da sua pior crise.

E narrar a história de vocês é descrever projetos como o Mude a Curva, que tem o objetivo de minimizar a fila no sistema público de saúde daqueles pacientes que têm escoliose e que esperam por cirurgias de correções de deformidades na coluna vertebral, sem contar as dezenas de histórias de apoio a comunidades locais e de busca por soluções diante da pior crise da história do nosso País. A hotelaria não deixou de lado aqueles que estavam nas suas comunidades; sempre ajudou as suas comunidades locais por menores e mais carentes que fossem.

Pois bem, ouvindo e escrevendo cada história, posso dizer que tenho orgulho e satisfação de estar aqui hoje. Posso dizer também que, se o Brasil tem a fama de ser um país acolhedor, tenho a certeza de que boa parte dessa fama se deve à hospitalidade dos hoteleiros aqui presentes.

A construção de 85 anos da ABIH é feita todos os dias. E é uma obra que tem um começo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO VOLPATTI – ... porém, que não terá o seu fim. É a fibra de cada um aqui presente e a vontade de união de hoteleiros de cada um dos Estados, de cada região que faz a grandeza dessa entidade.

Estar comemorando 85 anos da hotelaria do meu País, junto com os protagonistas dessa história e lembrando tantos que ajudaram a construção dessa entidade, é uma demonstração de que a nossa luta não foi em vão.

Agradeço aos Srs. Senadores por reconhecerem o papel dessa grande entidade, por cederem o



Plenário desta Casa para prestar a devida homenagem honrosa, Senadores esses que não se furtaram ao dever de zelar pela hotelaria e que não fecharam seus gabinetes nos momentos de maior agonia dessa entidade. Meu sincero respeito a V. Exas., Senador Fernando Collor, Senadora Soraya, Senador Veneziano, Senador Izalci, Senadora Daniella...

(Soa a campainha.)

O SR. LEONARDO VOLPATTI – ... Senador Petecão, Deputado Herculano, Deputado Otavio Leite, Deputado Bacelar.

Por fim, gostaria de dizer aos hoteleiros que aqui estão que, apesar dos fechamentos, apesar da baixa taxa de ocupação, apesar de tudo de ruim que aconteceu no ano passado, nós estamos aqui, de maneira presencial, firmes, mais fortalecidos, em busca da retomada do turismo nacional.

E, por fim, faço um pedido a todos os presentes e a todos os brasileiros que nos ouvem: não deixem de acreditar no nosso País. Hoteleiros, não deixem de acreditar nos encantos e belezas da nossa terra maravilhosa. Não deixem de fazer o que vocês já fazem. O nosso País é muito lindo, e a história de vocês é muito bonita; é bonita demais para não ser escrita e registrada por mais de 85 anos.

Meu muito obrigado! E gostaria de pedir uma salva de palmas para a hotelaria de nosso País.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Concedo agora a palavra ao Sr. Fabrício Borges Amaral, Presidente da Fornatur, o Fórum Nacional dos Secretários de Turismo.

O SR. FABRÍCIO BORGES AMARAL (Para discursar.) – Muito bom dia, senhoras e senhores. É uma honra estar nesta Casa tão estruturante para a democracia do Brasil. Estou muito feliz pelo seu convite, meu Baixinho.

Senador, meus cumprimentos. Nos falamos ontem numa reunião virtual. É uma honra estar com vocês aqui.

O Governador Caiado manda um grande abraço. Infelizmente, hoje nós tivemos a passagem do nosso Senador Iris, por quem a gente tem muito afeto, que está sendo velado neste exato momento.

Eu queria reforçar a participação do senhor, da sua história na vida pública brasileira e para o nosso turismo, que é muito importante.

Na pessoa do senhor também cumprimento os Deputados Federais envolvidos na causa do turismo, porque, sem o papel do Legislativo na construção de políticas públicas, dificilmente o privado vai avançar como gostaria e como precisa.

Meus cumprimentos, meu amigo Gilson. Esteve conosco semana passada cantando Chico Mineiro e tocando sanfona no estande da Goiás Turismo, em Gramado. *(Risos.)*

A gente ficou muito feliz, viu, Gil? Cantar Chico Mineiro no estande nosso e deixar... Você é sempre muito carinhoso. Parabéns pelo trabalho! A gente tem a honra de tê-lo como Ministro.

Representante dos Correios, muito bom dia. Parabéns pela iniciativa!

A Senadora não está aqui? Meus cumprimentos à Senadora. Fiquei emocionado com o relato dela em relação à moteleria. Eu deixo meus cumprimentos.

A gente precisa abraçar as causas sociais. Há três anos – a Presidente da ABIH de Goiás, está aqui minha amiga Vanessa –, Senador, eu tive um filho adotivo especial e, infelizmente, ele faleceu. E, naquela ocasião, dentro dos abrigos que eu percorri por muitos anos – eu estou adotando outro filho agora –, a gente percebeu que os jovens com 18 anos eram convidados a ir para a rua de novo. Eles vinham da rua e, com 18 anos, têm que voltar para a rua se não forem adotados. E nós da ABIH de Goiás abraçamos um projeto de colocá-los como menores aprendizes dentro dos hotéis de Goiânia. Foi um sucesso – não



só eles, mas os menores infratores, essas pessoas precisam de ajuda. Eu acho que vocês têm um papel fundamental no processo de inclusão, pela força, pela credibilidade, pela complexidade que vocês têm, para ajudar essas pessoas,

E você, meu amigo, você é um guerreiro. (*Palmas.*)

Obrigado, pessoal.

Você é um guerreiro, você nos inspira muito. Eu tenho um jargão que eu utilizo na minha vida também, que é de muita luta, que é: 10% de inspiração e 90% de transpiração. Não existe milagre; existe luta, trabalho, diálogo, respeito. Você representa muito isso. Chore sempre, abrace sempre, olhe as pessoas nos olhos, as pessoas sentem, porque pessoas como você nos inspiram a caminhar.

Em nome de todos os secretários de turismo do País, eu coloco o nosso fórum à disposição da ABIH, coloco o nosso fórum à disposição do Ministério do Turismo, do Presidente. Todos os secretários vão estar trabalhando para vocês, porque a gente tem uma unidade só.

Senador, eu continuo a minha fala rapidamente pulando para o lado de cá do balcão. Eu sou advogado de hotéis há 15 anos. Eu fui autor da Lei Geral do Turismo muito novo à época. Talvez a lei não tenha sido perfeita por isto, gente: eu era muito novo! Vocês me desculpem, mas a gente está na luta para reconstruir essa lei. Eu conheço todas as mazelas que vocês têm dentro das contabilidades, dentro dos *front desks*, tributário, trabalhista, com questões municipalistas de fiscalizações.

A maioria dos hotéis está dentro do Simples Nacional, é importante dizer isso, lutas com o Ecad, guardadas as observações que a Senadora fez. E vocês são guerreiros! Vocês são guerreiros!

Eu me emociono de ter sido convidado pelo Manoel e estar aqui, porque eu vi muitos hotéis fecharem, eu vi muitas famílias perderem seus negócios na pandemia, mas, de forma muito otimista, eu acho que o turismo está muito maduro. Eu acho que, com a pandemia... E a gente tem que buscar as coisas positivas da pandemia, não obstante as nossas condolências às milhares de famílias que se foram, porque eu acho que nós estamos maduros. Nós tínhamos alguns problemas, inclusive políticos...

(*Soa a campanha.*)

O SR. FABRÍCIO BORGES AMARAL – ... em que a gente não tinha uma atuação política considerável. Então, 2022 vai ser um grande ano para o turismo e para a hotelaria nacional.

Eu termino a minha fala aqui agradecendo, Senador.

Também perdemos, na semana passada, uma cantora sertaneja goiana, Marília Mendonça, com 26 anos. Tanto Iris Rezende quanto Marília eram de uma cidade chamada Cristianópolis, no interior de Goiás. Então, ficam aqui, em nome de todos os secretários, em nome do turismo, as nossas condolências ao movimento sertanejo, ao movimento da música e ao grande estadista de 64 anos de vida pública, Iris Rezende.

Uma salva de palmas para esses dois brasileiros, por favor. (*Palmas.*)

Obrigado Senador. Obrigado Manoel.

Ministro, que tenhamos um 2022 próspero e de muito sucesso em nosso turismo e hotelaria!

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Concedo agora a palavra ao Sr. Oto Sarquis Soares, representando o Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil.

O SR. OTO SARQUIS SOARES (Para discursar.) – Bom dia a todos.

Senador Fernando Collor; Deputado Herculano, em nome de quem eu dou a minha saudação a todos os Parlamentares presentes nesta Casa da democracia, na qual eu tive o privilégio de ser credenciado como jornalista por tantos anos – o Senador deve lembrar –; Ministro Gilson, a quem tive também o privilégio



de receber já num dos hotéis que a gente administra, um companheiro na luta pelo turismo; Sr. Alex, obrigado pelo apoio; meu grande Presidente, grande parceiro na grande luta da hotelaria, que foi muito bem retratada aqui pelo Senador e pelo Ministro Gilson, que é o estabelecimento cada vez mais de regras claras, um ambiente de negócios exige regras claras.

A nova lei geral dos nossos meios de hospedagem, na qual o Fohb é um grande parceiro na luta pela sua aprovação, procura trazer um pouco mais de clareza.

Nós temos outras grandes batalhas. O Ministro Gilson nos apoiou outro dia num encontro com o Secretário da Receita, no qual o Fohb e a ABIH estiveram, para discutir a questão da informalidade que cresceu muito nesse período. A gente estima em mais de 15% essa informalidade, Ministro. E, quando se fala na reforma tributária, mais do que penalizar mais o setor de serviço, talvez seria trazer para a formalidade todas essas operações facilmente identificáveis e tributáveis.

No mais, eu gostaria de agradecer, sim, o quadro que foi traçado aqui pelo Presidente Collor. Eu acho que ele deixou claras tanto a nossa luta quanto as nossas perspectivas.

Quero lembrar que o fórum, Presidente, reúne as administradoras que representam mais de 100 mil hoteleiros, que são os donos de unidades nos apart-hotéis. E eu posso dizer com certeza absoluta que não é um meio rico, é um meio que exige muita inversão de capital. E é um meio que se remunera muito mais pela manutenção do patrimônio, que é uma necessidade, do que pela distribuição do dividendo.

Mais do que ninguém, nós as operadoras que administramos o patrimônio de terceiros temos esse retrato. E sabemos dessa luta de cada um de vocês, nossos colegas hoteleiros, que é a lojinha que não fecha, não é? Nós temos 24 horas por dia de tensões, de soluções e de um sorriso sempre no rosto. É muito difícil, a gente sabe disso. E a gente sabe da necessidade de manter esse investimento permanente na modernização do hotel, na substituição dos itens. O nosso ícone é um hotel de cem anos onde você entra lá dentro e é tudo moderno, tudo funciona muito bem. Isso é muito caro, isso é difícil de atingir.

Então, é bom que a sociedade e os poderes públicos entendam que não é um meio rico, é um meio com uma exigência muito grande de inversão de capital, com uma grande dificuldade de remuneração, mas tem a resiliência que o Senador Collor trouxe e festeja, sim, a perspectiva dessa retomada. É só a gente lembrar ontem do noticiário da festa dos agentes econômicos nos Estados Unidos com a abertura para o turismo. O turismo é, sim, fundamental e o Brasil, sim, tem espaço muito maior para crescer.

O Fórum de Operadores, que hoje eu estou representando, cujos hotéis estão filiados à ABIH em sua maioria – então, o fórum é um fórum de gestores –, vem aqui manifestar satisfação da parceria com a ABIH na busca da conquista dos meios necessários para um saudável ambiente de negócios.

Muito obrigado.

Parabéns para todos nós! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Passo a palavra ao Sr. Herculano Iglesias, representando os ex-Presidentes da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH) Nacional.

O SR. HERCULANO ALBUQUERQUE IGLESIAS (Para discursar.) – Bom dia a todos. (*Palmas.*)

Eu quero, primeiro, saudar o Presidente desta sessão, o nosso caro ex-Presidente Fernando Collor de Mello. Todos nós temos uma dívida para com ele, pois foi ele quem disse, na ocasião, que nós éramos todos carroceiros. E, graças a ele, houve uma mudança incrível na indústria nacional. (*Palmas.*)

Minha saudação também ao nosso Ministro do Turismo, Gilson Machado Neto, e também um grande abraço ao nosso caro Linhares, o famoso Baixinho, Presidente da ABIH Nacional.

Esta manhã deveria estar aqui no meu lugar outro ex-Presidente da ABIH Nacional, mas, como ele deve ter tido algum problema e não pôde estar presente aqui hoje, me pediram para falar um pouco em



nome dos ex-presidentes.

Eu sou hoteleiro há 47 anos. Desde 1976, eu lido com hotel, mas por formação técnica sou engenheiro civil. Eu não sou um homem de muitas palavras bonitas, de discurso. Eu sei falar se me derem tempo de fazer um roteiro e escrever o que eu tenho que dizer, mas infelizmente não tive esse tempo e vou tentar dizer algumas coisas nesta sessão de hoje.

Como a maioria dos senhores sabem, a ABIH Nacional foi fundada nos anos 30, em 1936, se não me falha a memória. Por quê? Porque o Rio de Janeiro era o único local do Brasil onde existiam hotéis de peso; no resto do Brasil, mesmo em São Paulo, os hotéis eram insignificantes, posso até assim dizer. E o Rio de Janeiro formou uma associação de hotéis do Rio de Janeiro, isso no começo dos anos 20, 30. Mas foram se desenvolvendo alguns hotéis em São Paulo, no Sul, no Norte, no Nordeste. Então, houve a ideia do ex-Presidente à época no Rio de Janeiro, Corinto de Arruda Falcão, de fazer uma ABIH Nacional. Ele chamou os hoteleiros dos outros Estados, expôs a ideia e assim foi fundada a nossa grande entidade.

A nossa entidade, como já foi dito aqui, é maior do que a indústria de automóveis, é maior do que qualquer outra indústria no Brasil, se você levar em consideração o capital investido. É muito importante – coisa de que talvez a imprensa não tenha conhecimento –, mas nenhum setor industrial tem investido no País o que os hotéis têm investido no País.

(Soa a campainha.)

O SR. HERCULANO ALBUQUERQUE IGLESIAS – Não sei o que significa isso...

Não significa nada. Tudo bem.

Então, eu gostaria também que a Senadora Soraya soubesse que, quando fui Presidente, há 20 anos, estive uma vez no Superior Tribunal de Justiça conversando com o Ministro sobre o problema do Ecad, e ele disse para mim na ocasião: "Mas eles querem cobrar no apartamento? – isso também no apartamento. E aí ele disse assim: "Mas eu vou para o hotel e a única coisa que eu faço é ligar a televisão para ver futebol. Por que eles querem cobrar o Ecad de vocês lá?". E eu disse: "Mas eles querem". E até hoje continuam querendo cobrar o Ecad, o que não é justo.

Eu estou muito satisfeito com o número de participantes na nossa solenidade aqui, inclusive quero saudar os Senadores e Deputados Federais presentes. E, com muita satisfação, encerro minhas palavras dizendo que a ABIH sempre foi e continuará sendo uma entidade líder do Brasil.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Passo a palavra a S. Exa. o Deputado Otavio Leite.

O SR. OTAVIO LEITE (Para discursar.) – Eminente Presidente desta sessão, Senador Fernando Collor, Sr. Ministro Gilson, meu amigo Manoel Linhares, permitam-me cumprimentar todos os presentes, hoteleiros brasileiros, nas figuras de Angelo Vivacqua, Álvaro Bezerra de Mello, que foi presidente da ABIH Nacional, Francisco Grabovski, meu amigo Alfredo Lopes e meu amigo Paulo Michel, da ABIH-RJ, em vossos nomes cumprimento todos os senhores. *(Palmas.)*

Este é um instante, evidentemente, de celebração da história. Oitenta e cinco anos, como dizia meu pai, não são oitenta e cinco dias, há todo um esforço coletivo em prol de uma categoria da relevância de hospedar as pessoas. Dos primórdios civilizatórios já se esculpia a importância de dar solução a essa característica intrínseca ao homem, que é a de se movimentar, de ir para outros lugares. Portanto, do ter que se hospedar nasceu o turismo, cada vez mais se desenvolvendo.

E hoje nós temos, neste instante, um momento de reflexão sobre o passado, mas, sobretudo, um momento de discutir o futuro. E o futuro é agora, o futuro é agora, permitam-me a ousadia! Por quê? Porque dentre inúmeras oportunidades que temos à frente, neste instante a Câmara dos Deputados tem



no Plenário, com urgência, com relatório apresentado, uma proposta que visa a oferecer uma conceituação nova para o Fungetur, que intitulamos de Novo Fungetur: são agentes financeiros credenciados mais amplamente, destinatários ampliados, agora também com a esfera pública podendo participar, instituições da sociedade civil, as cooperativas com condições muito mais facilitadas, com compartilhamento de riscos para poder destravar.

Foram colocados R\$5 bilhões no Fungetur em 2019, mas tão somente, até o momento, R\$1,5 bilhão escoaram. E por quê? Porque há travas, há uma série de problemas que precisam ser resolvidos. E uma lei que é de 1971 tem agora, na Câmara dos Deputados, a oportunidade de ser trazida para o século XXI.

Com essas perspectivas, então, eu penso que, neste instante de congratulações generalizadas entre nós outros, é preciso dizer o seguinte. Aproveitamos esta oportunidade para falar com todos os Parlamentares para que possamos votar essa matéria. Essa matéria tem a intenção de manter os recursos no Fungetur, para que não percamos R\$3 bilhões, que podem rapidamente, ao final de dezembro, com a mão rápida do Tesouro Nacional, ir para o superávit primário; os recursos têm que prosseguir no Fungetur, porque o Fungetur é aquela fonte para a estruturação de destinos, é a fonte que vai permitir, agora também, a promoção turística diretamente, seja pela esfera privada, seja pela esfera pública.

E mais: para retroalimentar o Fungetur, nós estamos propondo duas iniciativas. Uma delas tem íntima relação com os senhores. Ninguém aqui é contra o Airbnb, mas todos somos a favor da justiça tributária. Então, estamos propondo nesse projeto a instituição de uma contribuição que se imponha sobre os alugueres que são feitos em residências particulares. (*Palmas.*)

É o momento que nós precisamos ter como oportunidade de resolver essa questão. Desses montantes, 60% com os Municípios, 20% para as agências estaduais para equalizar taxas de juros para que o empréstimo seja muito mais convidativo, e 20% para o Fungetur.

(*Soa a campanha.*)

O SR. OTAVIO LEITE – Sr. Ministro, quero aqui fazer um apelo a V. Exa. também em nome dos nossos colegas da Comissão de Turismo – o Deputado Bacelar acaba de falar comigo, aqui o eminente Presidente, Deputado Herculano.

Nós temos a oportunidade de destravar a burocracia, de ampliar os destinatários, de oferecer condições muito mais convidativas, de oferecer compartilhamento de risco, de manter os R\$5 bilhões. É hora de votar essa matéria! Essa matéria é fundamental para o futuro, para o futuro da hotelaria, para o futuro do turismo nacional. Então, é muito importante que o Ministério do Turismo entre firme nessa questão para que possamos votar aquilo que já está ali pautado; aos 45 do segundo tempo, mas, enfim, que possamos marcar esse gol.

Então me perdoem por trazer essas informações, que são mais técnicas, mas são, eu penso, fundamentais neste instante em que a hotelaria brasileira está aqui no Congresso Nacional dizendo: "Existimos, somos importantes, geramos empregos, geramos renda". Nós queremos ir mais adiante, com uma legislação que tem 50 anos e tem que ser modernizada.

É isso aí, vamos em frente!

Parabéns, Senador Collor, por essa iniciativa! (*Palmas.*)

Ministro, contamos com o senhor.

A todos os presentes: é uma satisfação muito grande poder lhes dirigir essas palavras.

Viva o Fungetur forte!

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Passo a palavra agora ao Sr. Cesar Reinaldo Rissete, representando o Sebrae Nacional. (*Palmas.*)



Antes que ele chegue à tribuna, S. Exa. o Ministro Gilson Machado Neto gostaria de fazer um anúncio aos senhores.

O SR. GILSON MACHADO GUIMARÃES NETO – Eu quero agradecer, parabenizar e dizer que vou ter que me ausentar. Infelizmente, agora eu vou ter uma audiência com o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Jair Bolsonaro...

O SR. GILSON MACHADO GUIMARÃES NETO – Baixinho, daqui a pouco eu estou lhe esperando lá, viu?

Senador Collor, Presidente Bolsonaro...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Presidente Bolsonaro...?

O SR. GILSON MACHADO GUIMARÃES NETO – É.

Senador Collor, parabéns pela condução dos trabalhos, parabéns pela Comissão do Turismo!

Contem com o Ministério do Turismo para o que for preciso. Todos os senhores sabem que têm um parceiro, um irmão. E eu quero deixar bem claro que eu estou Ministro do Turismo, mas eu sou um de nós.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito bem! (*Palmas.*)

Tem a palavra V. Sa.

O SR. CESAR REINALDO RISSETE (Para discursar.) – Bom dia! Que dia bonito, que dia de celebração!

Quero, primeiro, em nome do Presidente do Sebrae Nacional, o Presidente Carlos Melles, agradecer – é o momento de agradecer a todos que estão aqui: agradecer ao nosso Senador Fernando Collor e à Senadora Soraya, que estava aqui até então, pelos trabalhos que têm feito em nome do turismo nacional; também agradecer aos Deputados, como o Deputado Otavio Leite, que estava aqui até então; o Deputado Herculano, que está aqui; e o Deputado Bacelar, pelo trabalho que têm feito por todo o setor de turismo; ao nosso Ministro do Turismo, que tem, junto com o Presidente Jair Bolsonaro e toda a equipe ministerial, feito medidas que estão nos ajudando a passar por este momento; e, em especial, agradecer ao nosso Manoel, que representa muito bem a hotelaria, a ABIH, que está hoje completando seus 85 anos. Uma entidade que está completando 85 anos, representativa, é uma entidade que, de fato, tem feito a diferença no cenário nacional, no cenário do turismo nacional. E você é o espelho do setor, a sua simpatia, a forma como você recebe é a forma como os hoteleiros recebem as pessoas. Quem nunca... (*Palmas.*)

Quem nunca, que esteve em uma cidade, não se recorda dos momentos em que passou dentro de um meio de hospedagem como o hotel? Momentos em que as pessoas celebram, momentos em que as pessoas têm o seu turismo, o seu momento de celebração em família ou entre amigos. E ali estão os empresários que estão aqui.

Então, quero agradecer, em nome do Sebrae, todo o trabalho que a ABIH Nacional e a ABIH em todos os Estados têm feito ao longo deste ano para manter um setor que não é um setor fácil de se fazer a gestão. Nós passamos por um momento muito difícil, estamos passando...

Felizmente, Senador Fernando Collor, pelas medidas feitas tanto por esta Casa quanto pelo Poder Executivo, muitos estão aqui hoje, muitos conseguiram passar por esse momento, e nós no Sebrae conseguimos ver essas pessoas tomando decisões muito difíceis, tomando decisões de investimento para passar por essa crise, tomando decisões do ponto de vista trabalhista para passar por essa crise, tomando decisões. E são empreendedores que não deixaram as famílias que dependem daquele empreendimento



passarem momentos difíceis. O meio de hospedagem hotel é algo que, numa cidade, consegue fazer com que várias famílias tenham o seu sustento, várias famílias que estão direta ou indiretamente dependendo daquele meio de hospedagem. E o nosso setor está passando por esse momento, felizmente, com as medidas tomadas, felizmente, com a atitude, a persistência e o espírito empreendedor dos empresários e hoteleiros que estão aqui e que estão nas bases.

Nós podemos testemunhar, por meio das consultorias, Manoel, quão difícil foram as decisões tomadas há um ano e meio, quando tínhamos que tomar uma decisão e sequer tínhamos cenários de quando retornaria. Mas foram tomadas e por isso estamos aqui.

Agora é o momento do movimento de reinvenção, o que, inclusive, foi feito durante a pandemia. Muitos hotéis aproveitaram tendências, aproveitaram oportunidades e conseguiram o mínimo de receita para passar por essa crise que estamos passando. E agora é o momento de perceber as novas oportunidades.

Então, quero colocar o Sebrae nacional e todas as unidades do Sebrae à disposição da ABIH, à disposição desta Casa, Senador, à disposição da Embratur, do Ministério do Turismo, de todas as entidades que estão aqui representadas para termos um movimento de retomada consistente e que gere qualidade de vida, emprego e renda para a nossa sociedade. Assim é o setor hoteleiro, assim são vocês.

Parabéns pelos 85 anos da ABIH! Parabéns pelo Dia Nacional do Hoteleiro!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Concedo a palavra ao Sr. Munir José Calaça, representando a Associação Brasileira de Resorts.

O SR. MUNIR JOSÉ CALAÇA (Para discursar.) – Bom dia, senhoras e senhores.

A Deus todo o poder, honra, glória e reverência.

Com a permissão de todos os senhores, gostaria de saudar V. Exa., ex-Presidente da República, Senador Fernando Collor de Mello, em nome do G20, associação que compõe os principais membros do turismo brasileiro, e, liderados aqui pelo Manoel Linhares, agradecer todo o seu empenho, todo o seu apoio, que foi fundamental para a nossa retomada. Jamais esqueceremos. Gratidão eterna por tudo que o senhor tem feito por nós. Obrigado. (*Palmas.*)

Queria cumprimentar aqui o Manoel Linhares, esse gigante, baixinho gigante que, sem dúvida, fez toda a diferença para a hotelaria brasileira, assim como todos os senhores aqui presentes. Queria cumprimentar aqui o Deputado amigo Herculano Passos e, na pessoa dele, todos os Deputados presentes. O Otavio Leite tem sido também um grande parceiro. Ao Diretor dos Correios, obrigado por todo apoio à ABIH e ao selo. Sem dúvida, o esforço de vocês fez toda a diferença. Muito obrigado!

Gostaria de parabenizar a todos os aqui presentes.

O fato de estarmos aqui reunidos já demonstra que é um dia de festa. Depois de tantas reuniões virtuais, podemos finalmente estar juntos, comemorando esse grande dia para a hotelaria nacional.

O setor de turismo, Senador Fernando Collor, tem sido resiliente e tem se reinventado desde o início dessa pandemia. Sem dúvida, o movimento associativo foi fundamental para que isso acontecesse. E líderes como o Manoel fizeram toda a diferença.

Por isso, hoje quero ressaltar e agradecer o empenho da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), que celebra 85 anos e busca constantemente auxiliar e dar todo o suporte a essa indústria tão relevante para o nosso País.

Também quero agradecer ao Manoel Linhares, Presidente da ABIH, por sua garra, determinação, dedicação e luta pelo turismo brasileiro. Já dizia a saudosa mãe de Manoel Linhares: ele é capaz de tirar a sua própria roupa para vestir o próximo. Líderes assim, Manoel, nos inspiram e são fundamentais para que todo o setor esteja forte e unido. Essa união tornará o caminho da retomada mais breve, leve, divertido e



consistente. Você jamais será esquecido por todos os hoteleiros do Brasil. O que você tem feito com o seu esforço pessoal, a sua dedicação pessoal e todo o sacrifício significou a retomada de todo o nosso segmento. As incansáveis reuniões, toda a sua dedicação e principalmente esse carinho que você tem por onde você passa, essa humildade nos inspiram muito e só deixam um legado que aumenta e muito a responsabilidade de todos nós para dar seguimento a um trabalho tão belo como o que você tem feito ao longo desses anos.

Muitíssimo obrigado. (*Palmas.*)

Por fim, em nome da Resorts Brasil, Associação Brasileira de Resorts, e do Sistema Integrado de Parques e Atrações Turísticas, gostaria de parabenizar...

(*Soa a campanha.*)

O SR. MUNIR JOSÉ CALAÇA – ... a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH) pelos seus 85 anos. Que as celebrações especiais como esta sejam uma constante em nossas vidas e agendas.

Muito obrigado a todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Concedo agora a palavra à Sra. Vanessa Chaves de Mendonça, que é Secretária de Estado de Turismo do Distrito Federal.

A SRA. VANESSA CHAVES DE MENDONÇA (Para discursar.) – Bom dia a todos.

Primeiramente, eu quero agradecer a Deus por estarmos aqui neste dia, nesta manhã, para celebrarmos esta data tão importante para o nosso setor, para o Brasil, que são os 85 anos da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira, mas eu gostaria de celebrar especialmente a vida do Manoelzinho, a vida do nosso baixinho, porque a sua vida representa muito desses 85 anos. Então, em primeiro lugar, eu quero pedir a Deus que o proteja, que o guarde e que continue a ser essa inspiração para todos nós de muito trabalho, de muita luta e de muita coragem.

Eu quero aqui cumprimentar V. Exa., nosso Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, nosso ex-Presidente Fernando Collor. Quero dizer, Presidente, que poder participar, toda semana, de um debate sobre um tema do nosso segmento liderado pelo senhor tem sido uma oportunidade para nós e para o Brasil que nós nunca tínhamos visto. O seu empenho, a sua dedicação, a qualidade, o conteúdo, com o que nós temos hoje... Discutimos temas, como o Deputado Otavio Leite trouxe agora há pouco, do Fungetur, dos parques temáticos, das áreas de interesse turístico, do desenvolvimento regional e nacional do nosso setor. Esse trabalho, essa iniciativa do senhor merece ser reconhecida, aplaudida e, eu diria até, copiada em vários Estados e em vários Municípios. Muito obrigada por esse apoio ao nosso setor.

Eu quero... Ele já nos deixou, mas eu não poderia jamais deixar de falar do nosso Ministro do Turismo – estive com ele em São Paulo, na São Paulo Boat Show –, por essa postura aguerrida, pelas ações, pela defesa do nosso País.

Eu acho, Presidente, que nada é por acaso. Ele citou o senhor na virada de chave que nós tivemos na indústria automobilística.

Senhores, nós temos tudo para fazermos essa virada de chave no nosso setor do turismo. Olhem essa Mesa! (*Palmas.*)

Presidente, não é uma coincidência. Não é uma coincidência! Nós temos o Governo certo, nós temos a liderança certa presidindo a Comissão do Turismo, nós temos os governos estaduais.

Aqui quero cumprimentar todos, em nome do nosso Governador Ibaneis Rocha, que tem feito um trabalho diuturno para recebê-los todos os dias na nossa Capital. Honra-nos muito poder recebê-los no aeroporto, no nosso Centro de Atendimento ao Turista, onde nós temos o nosso ipê amarelo iluminado e



os nossos atendentes, fazer com que todos os nossos equipamentos hoje, como a Torre Digital e a Torre de TV, funcionem com a qualidade que os senhores devem encontrar aqui ou em qualquer outro lugar do mundo e oferecer aos senhores uma experiência no nosso Lago Paranoá, que é o maior lago artificial urbano do mundo, tudo isso com a nossa rede hoteleira.

Aqui eu gostaria de cumprimentar o nosso Presidente da associação da indústria hoteleira, o Presidente Henrique, que, certamente, deve estar aqui ainda.

Presidente, parabéns!

A nossa rede hoteleira nos orgulha. São mais de 40 mil leitos. Os empresários... Em nome da rede hoteleira de Brasília, eu cumprimento todos!

Nós estamos celebrando uma atividade que é feita por pessoas e para pessoas. É uma atividade que é feita para servir, para servir com qualidade. Eu acredito que o nosso papel, o de todos nós aqui, agentes públicos, é também o de servir.

Nunca – tenho absoluta convicção – na história do nosso País, nós tivemos tanta condição de olhar para o nosso setor como uma indústria. Quando nós saímos do nosso País e admiramos os outros que mudaram a sua economia por meio do turismo, isso nos parece distante, mas não é.

Eu tenho recebido, Presidente, semanalmente, Prefeitos do Brasil inteiro. O nosso Ministro e o Presidente da Embratur nos indicaram como um *case* de turismo nacional. Nós criamos novas rotas. Nós criamos a Rota do Rock, nós criamos a rota rural, nós fomos para o turismo rural, nós criamos a Rota Arquitetônica, a Rota da Diversão. Nós estamos dando significado para as coisas que já existiam. No meio de uma pandemia, os Prefeitos estão chegando dos Municípios, para perguntar: "Quais são as ações que deram certo aqui? Eu gostaria de já implementá-las".

Pouca coisa faz a diferença, Presidente. Sinalizar, muitas vezes, uma rodovia, como nós vamos fazer agora entre Brasília, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, na BR-040, que perpassa por esses três Estados com um patrimônio cultural da humanidade, o principal do nosso País, já muda o significado desses Municípios, a realidade da comunidade.

Nós precisamos muito de ações a curto prazo. Nós acreditamos... E aí eu quero aqui parabenizar e destacar o Deputado Herculano, que sempre também esteve e está conosco nessa bandeira pelo turismo, mas eu acho que esse é um dia que nos permite também refletir, não é, Baixinho? – que me disse há um mês: "Baixinha, nós vamos fazer essa cerimônia", e fez. E vai ser um almoço lindo.

E hoje começa um novo ciclo dessa trajetória. E eu convido a todos os senhores a essa reflexão do que nós podemos fazer hoje, porque tem um detalhe que também é muito importante, senhores hoteleiros: o movimento que o hotel recebe é resultado de todo o segmento. Nós temos mais de 50 setores econômicos no turismo: o turismo de eventos, que leva para o hotel um hóspede e deixa na cidade em torno de R\$750/dia; o turismo religioso; o turismo arquitetônico; o turismo esportivo. Então, nós estamos falando de 52 atividades que refletem para a rede hoteleira um desempenho muito grande, ou seja, nosso setor é uma indústria muito forte. E eu quero parabenizar aqui a todos os senhores que até este momento permanecem aqui para apoiar, para se sensibilizar, mas para fazer com que a gente realmente ganhe celeridade.

Muito bem foi colocado o número de empregos que o turismo gera. O setor náutico gera milhares de empregos. Uma lancha gera em torno de quatro a sete empregos e isso reflete na hotelaria. Vamos acreditar no turismo, vamos agir pelo turismo, vamos virar essa chave, como o Presidente virou, da indústria automobilística. Nós nunca tivemos um Governo Federal e governos estaduais e um Senado e uma Câmara tão prontos para mostrar para o mundo que o nosso setor, que emprega pessoas muito mais do que máquinas, vai mudar a história deste País.

A minha mensagem é de esperança, de otimismo, de fé e de um amor enorme pelo seu trabalho e por



todos os trabalhadores da rede hoteleira, esses empresários incansáveis que venceram o maior desafio. Era triste andar em Brasília. Eu me lembro o Oto me ligando, o Henrique me ligando: "o que que nós vamos fazer na primeira semana do decreto? Como é que a gente vai receber essas pessoas?". E olhar esses hotéis fechados – não é, Henrique? – foi duro, mas vocês venceram e merecem aqui toda a nossa homenagem.

Parabéns, que Deus os abençoe e abençoe a todos! Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Passo a palavra ao Sr. Maurício Cavalcante Filizola, Diretor da Confederação Nacional do Comércio.

O SR. MAURÍCIO CAVALCANTE FILIZOLA (Para discursar.) – Bom dia a todos, a todas aqui presentes!

Senador Fernando Collor de Mello, eu, olhando aqui este Plenário pleno, eu digo para o senhor que eu me sinto em casa; em casa, pela receptividade, pelo respeito, pela energia aqui de todos. E aqui fiquei observando principalmente a atenção de cada um, com as palavras que foram trazidas nesta sessão especial em homenagem ao Dia do Hoteleiro e nesta comemoração muito especial da ABIH pelos seus 85 anos.

Nós vimos aí as nossas instituições sendo criadas, sendo conduzidas por homens, por mulheres e que representam a nossa essência. Observamos que neste dia especial nós estamos comemorando, mas agradecendo a cada um pelas palavras e pelo feito de cada um em colaboração. Nós sabemos que, para o nosso País, é um momento em que nós temos que nos unir. Nós temos que levantar, tirar essa poeira que está passando e enaltecer pelo trabalho.

Ouvi aqui o nosso Ministro do Turismo enfatizar as ações do Governo.

É a primeira vez que estou aqui nesta Casa, e muito me honra. Recebi o convite desse meu nobre amigo Baixinho, que tem em sua essência a presteza de humildade, de conversar de uma forma muito simples, de quebrar até protocolos, como o senhor colocou aqui. Mas é isso que aproxima a gente, né? Eu acho que essa maneira bem descontraída é a essência do ser humano, é a nossa verdadeira essência.

Eu vou pegar aqui um pouquinho do roteiro que eu preparei, não como discurso, mas também por me sentir em casa, e talvez até quebrar um pouco do protocolo com palavras, talvez até com alguma coisa que possa ser permitida.

Bem, eu estou hoje aqui representando o nosso Presidente da CNC, o nosso Presidente Tadros. Ele está em uma missão internacional, e eu recebi esse presente. Eu digo que é um presente para mim estar aqui, de uma forma muito simples, mas mostrando também o papel do empresário cearense, brasileiro, como o Manoelzinho é. E quero aqui também enaltecer o trabalho de todos vocês empresários. Nós temos orgulho do que fazemos, e isso é muito importante que nós coloquemos nas nossas palavras.

Eu diria também aqui, ouvindo a nossa Senadora Soraya, de algo que me tocou. O nosso Sistema S do comércio, que tem a CNC como instituição máxima, tem nos Estados as Federações; e temos as nossas instituições nacionais, o Sesc e o Senac, que nos Estados estão lá fazendo a sua operação de servir. Nós temos o Sesc com as ações sociais e temos também o Senac na formação. E eu observei aqui uma demanda, inclusive, conosco, eu acho. Eu acho que nós estamos aqui buscando colaborar. E, quando é colocado que o setor está necessitando e ajudando pessoas muitas vezes em estado de vulnerabilidade, nós temos o nosso PSG, que é o Programa Senac de Gratuidade...

(*Soa a campanha.*)

O SR. MAURÍCIO CAVALCANTE FILIZOLA – ... que contribui bastante com o nosso País. E aqui eu quero colocar, em nome do Presidente Tadros, esse grande líder, que a gente possa, inclusive, sentar para unir forças também na formação profissional.

Voltando aqui ao que eu coloquei para poder falar, eu sei que só falta um minuto, mas eu digo o



seguinte: que eu queria aqui saudar as mulheres neste momento. Manoelzinho, na pessoa da sua esposa Morgana, também saudar as mulheres que estão trabalhando lá na ponta de um setor tão importante como o de vocês, que enaltecem o turismo. Queria saudar a minha amiga Ivana Bezerra, que com certeza está lá no seu hotel, no Ceará, representando muitos de vocês que estão aqui neste momento. Enquanto muitos estão aqui prestigiando este amigo, muitos estão também trabalhando nos seus Estados. E é desta forma que a gente vai levando e conduzindo a nossa vida, com o nosso propósito do servir.

E, neste dia especial, eu digo aqui que, representando o Presidente, eu ainda trago mais algumas palavras que dizem respeito às nossas lideranças. Eu digo, Baixinho, que falar da verdadeira liderança, que é uma liderança servidora, enaltece a você como um ser bem especial. Eu digo isso porque quem tem a oportunidade de conviver com você no dia a dia quer estar sempre perto, perto da sua energia, da sua simplicidade, da sua maneira de ser. E eu acho que é isso que, por exemplo, o próprio Senador Collor sentiu e sente quando está pertinho de você, como também cada um de vocês que são líderes do setor que estão aqui sentem também, têm orgulho da representatividade. E é desta maneira que a gente vai, eu diria, enaltecendo o nosso trabalho do dia a dia.

Estou correndo aqui no tempo para ver se eu termino o que eu tenho que falar. Mas, assim, eu digo que liderança é inspiração, é protagonismo, é construir com trabalho, é participar. E neste setor, como foi colocado aqui, que emprega mais de 1,3 milhão de pessoas, a gente observa que são empregos que as pessoas aprendem no dia a dia – aprendem no dia a dia. São aprendizados diários – cada um que está lá na ponta, tanto os empresários, como os nossos clientes, como também, eu diria, os empreendedores. E isso é que faz realmente desse nosso País um país grande. Eu até acho que talvez o primeiro turista que esteve por aqui foi no nosso descobrimento, viu? Acho que foi o Pedro Álvares Cabral, que veio com a missão, talvez, comercial, que é a nossa origem também, que talvez aqui tenha sido o primeiro turista e que está aqui sendo representado por tantos hoje, não é?

Então, é nessa linha que eu queria aqui trazer alguns pontos que eu acho importantes ainda. Eu diria que receber esta sensação de que... Às vezes, nós temos a nossa casa, e eu queria aqui que a gente parasse um pouquinho para fazer um comparativo. Na nossa casa, nós temos a nossa sala, os nossos ambientes para receber a nossa família e os nossos amigos, que a gente recebe tão bem, recebe tão bem!

(Soa a campanha.)

O SR. MAURÍCIO CAVALCANTE FILIZOLA – Então, é nesta linha que também os hotéis do nosso País recebem a essência do ser humano que está nessa mistura de culturas, está na essência de cada um de nós. E aqui é isto que eu quero trazer para vocês: que a gente possa estar de cabeça erguida fazendo esta recuperação e colocando o nosso sistema à disposição! Este é o nosso legado: é a união e a cooperação.

E eu quero mais uma vez enaltecer o trabalho desse Baixinho que é muito especial e que faz tanto pelo nosso País, não só pela parte hoteleira, não só pelo turismo, mas faz tanto por todos vocês, por todos os empresários, porque, através do trabalho e do exemplo, é que a gente vai construindo este legado, é que precisamos estar unidos mais uma vez.

O meu muito obrigado e desculpem pela extensão do tempo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Passo a palavra, agora, à S. Exa. o Deputado Herculano Passos.

O SR. HERCULANO PASSOS (Para discursar.) – Bom dia a todos!

Quero saudar e cumprimentar o nosso Presidente desta sessão solene, uma comemoração tão importante, o nosso ex-Presidente Fernando Collor de Mello, na pessoa do qual eu cumprimento todos os Parlamentares, as Senadoras que estiveram aqui, a Simone, o Otavio Leite, Deputado, o Bacelar; e



parabenizá-lo pela organização deste evento e pela participação dos hoteleiros aqui, porque muitos são meus amigos de longa data.

Quero cumprimentar também o nosso Presidente da ABIH, o Baixinho, Manoel Linhares, que é uma figura fantástica, querida do *trade* do turismo como um todo. O *trade* do turismo reconhece o trabalho do Baixinho e aqui eu quero parabenizá-lo também, Baixinho, pelo seu trabalho, pelo seu dinamismo e pelas suas conquistas em relação a tudo que você constrói aqui no Parlamento, tanto na Câmara, como no Senado, debatendo os projetos e, como foi muito bem dito aqui, por você mesmo.

Está aqui na Comissão de Constituição e Justiça do Senado a lei geral do turismo, Presidente, e eu sei da habilidade do nosso Presidente Fernando Collor de poder trabalhar isso, avançar nesse tema, como foi dito aqui. O Ecad está lá, a lei do Ecad, que é um absurdo cobrar em apartamentos o direito autoral, e a gente já debateu tanto isso lá na Câmara, discutimos tanto a lei geral do turismo, e todos os temas debatidos, não só o Ecad, mas tudo que dá segurança jurídica para que todos possamos trabalhar em paz e melhorar a atividade econômica, gerar mais emprego com carteira assinada, o que os hoteleiros fazem, que estão dentro da legalidade, querem trabalhar cada vez melhor e com possibilidade de crescer e desenvolver.

Passamos por um momento muito difícil com a pandemia, porque eu venho do turismo do interior, Presidente. Eu fui Prefeito numa cidade média do Estado de São Paulo, da cidade de Itu, média, mas que tem a fama de que é a maior do Brasil, tudo é grande, mas é uma cidade turística. E lá, no Estado de São Paulo, há uma associação das estâncias turísticas do Estado de São Paulo, são 70 Municípios, e eu tive a honra de presidir essa associação por três vezes e fiquei apaixonado pelo turismo. Eu não era do turismo, mas me envolvi de tal forma que hoje sou dono de restaurantes lá, em São Paulo, por quê? Por causa do turismo. E a gente se envolveu. Hoje eu tenho uma pequena rede de restaurantes em São Paulo.

E vejo que o turismo, como a Vanessa falou aqui, são 52 atividades econômicas. Mas qual é a principal? É onde a pessoa fica, onde ela se hospeda; ela sai da sua casa para ir a algum lugar e ficar naquele lugar. Então, a espinha dorsal do turismo é o hotel. Por isso que eu fiz questão de vir aqui e ficar até o final. Acredito que eu seja o último orador, até porque eu quis ouvir todo mundo falar, para que a gente possa conhecer o pensamento de cada segmento do turismo aqui e das autoridades que me antecederam.

E quero dizer que, como nos 80 anos da ABIH nós fizemos... Eu era Presidente da Comissão de Turismo na Câmara, Presidente, e nós fizemos a homenagem, lá no Plenário da Câmara, da qual eu presidi a sessão como Presidente da Comissão de Turismo e também em respeito aos hoteleiros, porque a gente tem a maior consideração e sabe da importância que têm no desenvolvimento do nosso País, no progresso do nosso País. Agora, após a pandemia, vai ser fundamental o crescimento e o desenvolvimento desse segmento tão importante que são os hotéis, as hospedagens. Então, eu quero me colocar aqui sempre à disposição de vocês, até porque a gente defende essa bandeira. A gente representa vocês lá na Câmara dos Deputados e consequentemente vamos acompanhar também aqui no Senado.

Então, parabéns, Presidente Fernando Collor de Mello, pela sua atuação! E eu tenho certeza de que, com a sua competência, habilidade e força política, essa lei vai ser colocada em pauta no Plenário, e vai ser votada e vai dar segurança para todos nós. Parabéns! Um forte abraço a todos. Sucesso e que Deus abençoe a todos!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Passo agora a palavra a S. Exa. o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Muitíssimo obrigado, Presidente Fernando Collor de Mello, meu



colega aqui no Senado Federal.

Queria, nesse momento tão importante dos 85 anos de existência da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, a indústria com potencial fantástico cada vez mais revelado, uma vocação natural do Brasil, celebrar com o Presidente da instituição, que me avisou lá atrás desse evento, com muito carinho, lá em Fortaleza, ele que é cearense de Crateús, o nosso querido irmão Manoel Linhares, que foi reeleito agora e que tem desenvolvido um trabalho no limite das suas forças para consolidação dessa força motriz que gera emprego, que gera expectativa, Presidente Collor.

O senhor sabe, eu estava acompanhando ontem o pronunciamento do senhor alertando para essa reunião de hoje, chamando as pessoas para participar, e realmente é algo que nos entusiasma. O Brasil tem de tudo.

O Brasil tem de tudo no turismo, tem dunas maravilhosas, tem praias como as da sua terra, Alagoas, do meu Ceará e tantas outras, tem serra. Há lugares no nosso Nordeste, como a Serra de Guaramiranga, no Ceará, que, em julho, faz frio e você tem de andar agasalhado mesmo. E há muitos outros locais no Brasil em que, inclusive, neva. Você tem um Sertão fabuloso, o Sertão brasileiro. E o mundo precisa conhecer a garra do brasileiro, a superação do nosso povo. As fazendas, as plantações, a cultura do *plantation* – existe muito no Havaí o turismo que leva para conhecer a cultura com relação ao desenvolvimento da agricultura. Esse é outro grande potencial do Brasil.

Mas eu acredito que a gente tem muitos desafios. São seis milhões... Eu estava ouvindo ontem a entrevista do Ministro do Turismo, dizendo que seis milhões, antes da pandemia, pré-pandemia, o Brasil recebia de turistas estrangeiros. A gente tem um potencial muito grande, melhorando a infraestrutura – o que a gente vê como ponto positivo deste Governo. Também a segurança é algo fundamental a se trabalhar. Não tem para ninguém. O Brasil é um país fabuloso, o senhor muito bem sabe disso. E a gente vai estar no protagonismo, dentro de pouco tempo, do mundo todo com relação ao turismo. E a ABIH tem um fator preponderante na organização disso tudo, trabalhando e capacitando de forma organizada.

Durante esta pandemia, foi praticamente o primeiro setor a fechar e um dos últimos a abrir, e a gente já vê recuperação. Só ali no Nordeste, em Recife, dizem que já são 150% dos voos para Pernambuco do período pré-pandemia que já superamos agora nesses primeiros dias. Os voos estão todos lotados. No Nordeste, no *réveillon*, nas festas do final do ano, tudo lotado.

Eu acho que a gente tem condição de incrementar o turismo local, o brasileiro conhecer mais o Brasil – eu acho que essa é uma bandeira importante –, e também o turismo internacional. Nós não precisamos, absolutamente, de muito mistério com relação a isso. No Brasil, há receptividade, calor humano. A afetividade do povo brasileiro é de encantar qualquer cidadão do mundo. Tanto o é que a gente tem esta recepção: "Ah, é do Brasil? Poxa, adoro o teu país, o teu povo!". Então, é a fome com a vontade de comer se a gente souber se organizar melhor.

Não precisamos, absolutamente, trazer cassinos, *resorts*, fazer investimentos com relação a jogo de azar, porque isso traz outras mazelas para o nosso País. A gente precisa evoluir, o Brasil tem uma condição natural de estar na ponta do mundo, sem precisar de abrir portas para possibilidade de lavagem de dinheiro, de corrupção, de destruição de famílias, que é um valor do povo brasileiro, o que viria com a jogatina.

Presidente, parabéns pela sessão! Estou acompanhando de forma impecável o senhor conduzindo. Tinha de ser o senhor para fazer esta condução num dia tão especial para a ABIH.

Que Deus abençoe o Brasil e a todos os participantes!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Eu vou abrir o protocolo de passar a palavra ao nosso Presidente Manoel Linhares, e ele vai conduzir



esta parte da sessão, porque deseja fazer algumas homenagens aos senhores e às senhoras que estão aqui presentes.

Com a palavra o nosso Presidente Manoel Linhares.

O SR. MANOEL CARDOSO LINHARES (Para discursar.) – Eu queria pedir um pouco de atenção a vocês. Eu tinha que prestar uma homenagem, entrega de placa, e, devido à hora, nós vamos entregar lá no restaurante do almoço.

Então, mais uma vez, meu Presidente, meu querido Senador, esse nordestino alagoano, a hotelaria do Brasil agradece ao senhor e a toda a equipe do Senado.

Meu muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – O Presidente Manoel Linhares havia previsto fazer a entrega dessas placas aqui nesta sessão, mas, devido ao adiantado da hora e também por ele estar sendo aguardado no Palácio do Planalto por Sua Excelência o Senhor Presidente Jair Bolsonaro, ele resolveu fazer isso durante o almoço que ele estará oferecendo a todos os participantes desta sessão solene de hoje.

Então, cumprida a finalidade desta sessão especial remota do Senado Federal e agradecendo as personalidades que nos honraram com sua presença, declaro encerrada a presente sessão.

Muito obrigado a todos.

(*Levanta-se a sessão às 12 horas.*)



Ata da 150ª Sessão, Deliberativa Ordinária Semipresencial,
em 9 de novembro de 2021

3ª Sessão Legislativa Ordinária de 56ª Legislatura

Presidência do Sr. Veneziano Vital do Rêgo.

(Inicia-se a sessão às 16 horas e 24 minutos e encerra-se às 20 horas e 26 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Fala da Presidência.) – Sras. e Srs. Senadores, declaramos aberta a sessão desta terça-feira, dia 9 de novembro de 2021.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Início da Ordem do Dia

Neste momento, serão abertas as inscrições para os nossos oradores que desejarem fazer uso da palavra por três minutos.

Para os Senadores que estão presentes entre nós, em Plenário, as inscrições serão feitas em lista específica de inscrições, que se encontra sobre a mesa desta Presidência.

Para os Senadores e Senadoras presentes remotamente, as inscrições serão através do sistema remoto.

As mãos serão baixadas, neste instante, para que nós abramos as inscrições.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, posso...

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Senador Wellington Fagundes, pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Eu gostaria de registrar, Sr. Presidente, que, amanhã, nós começaremos, lá no Mato Grosso, um grande simpósio sobre o nosso Pantanal Mato-Grossense.

O Senador Jayme Campos está aqui conosco, a nossa luta, que já vem de muito tempo, no ano passado, tivemos grandes problemas, grandes tensões de queimadas no Pantanal, com a previsão, na área ambiental, de seca, neste ano, tudo se configurou, e temos, ainda, mais a possibilidade, por três anos, de viver esse problema da seca.

Então, amanhã, nós estaremos lá, junto com a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, com o Tribunal de Contas, principalmente com o Tribunal de Justiça, através do Desembargador Marcos Machado, mas também com autoridades do Tribunal Superior de Justiça.

Enfim, queremos discutir, principalmente, um projeto que propus aqui, no ano passado, na Comissão Especial, e que está tramitando nesta Casa, que é o Estatuto do Pantanal. Nós precisamos de um regramento jurídico para que o Pantanal tenha condições de fazer o seu desenvolvimento socioeconômico ambiental, fazendo com que as nossas futuras gerações possam ter este que é um patrimônio da humanidade.

Mas nós não podemos deixar de registrar a presença do homem pantaneiro, dos ribeirinhos, daqueles quilombolas, dos indígenas e dos investidores, porque mais de 95% do território do Pantanal está na mão da iniciativa privada, que quer preservar e, às vezes, pela falta de uma legislação, tem a sua dificuldade, porque não sabe o que pode e o que não pode, e, às vezes, o proprietário é extremamente penalizado.

Então, ali, também, nós temos um grande potencial do turismo. Nós precisamos discutir os impactos de toda a Bacia do Rio Paraguai, a questão do saneamento básico, enfim, é isso que pretendemos amanhã, nessa grande aliança, em Mato Grosso, para discutir essas alternativas.

A Procuradoria-Geral da República entrou com uma Adin, junto ao Supremo Tribunal Federal...

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... alegando, enquanto houver omissão do Congresso Nacional, que o Pantanal seja regrado, regido pelo mesmo código da Mata Atlântica, e sabemos que essa situação é completamente diferente. Por isso, eu quero aqui... Essa



parceria que estamos fazendo, inclusive, com o Senado também, com autorização do nosso Presidente Rodrigo Pacheco, de V. Exa., da Mesa, para que tudo isso seja feito em conjunto com a Comunicação do Senado da República e a Comunicação da Assembleia, a TV Senado, a TV Assembleia, a Rádio Senado e a Rádio Assembleia.

Então, eu agradeço muito a sensibilidade da Mesa de estar apoiando aquilo que pode representar o ressurgimento da economia, mas, claro, com a preservação, através das nossas universidades, dos nossos institutos de pesquisa. Então, agradeço, Presidente, esta oportunidade de aqui registrar. E tenho certeza de que amanhã, quinta, sexta, teremos esse grande espaço de discussão lá no Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Fala da Presidência.) – Nós louvamos a iniciativa, Senador Wellington Fagundes. Obviamente, além do comprometimento da Mesa, pelo Presidente Rodrigo Pacheco, de ajudar no acompanhamento, instrumentalizando e fazendo a publicização necessária a um tema de altíssima relevância, V. Exa. sempre terá de nós a sensibilidade para demandas igualmente importantes. Os nossos cumprimentos.

Os oradores inscritos terão a palavra concedida de forma intercalada entre as duas listas.

A presente sessão deliberativa semipresencial foi convocada nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, que regulamenta o funcionamento das sessões e reuniões remotas e semipresenciais no Senado Federal e a utilização do Sistema de Deliberação Remota, e é destinada à deliberação da seguinte pauta:

– Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2020, de S. Exa., o Senador Eduardo Braga, e outros Senadores, tendo como Relator S. Exa., o Senador Antonio Anastasia, já presente;

– item 2, Projeto de Lei nº 2.825, de 2021, de S. Exa., o Senador Veneziano Vital do Rêgo, tendo como Relator S. Exa., o Senador Romário;

– item 3, Projeto de Lei nº 3.517, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2008, do Senador Gerson Camata), figura muito querida, *in memoriam*, tendo como Relator o Senador Flávio Arns, aniversariante do dia – os nossos cumprimentos, Senador Flávio Arns, saúde e muita paz a esse querido e competente companheiro; e

– item 4, Projeto de Resolução nº 60, de 2021, dos Srs. Senadores Alessandro Vieira, Oriovisto Guimarães e outros, tendo como Relator o querido Senador Lasier Martins, que requereu a esta Presidência, e nós ouviremos os demais companheiros, que invertamos a pauta, tendo o Senador Lasier Martins justificado, plenamente compreensível para nós, por compromissos firmados para reunião da bancada gaúcha, para tratar dos encaminhamentos, direcionamentos das emendas.

Senador Lasier Martins, nós estamos apenas esperando alcançar o quórum de 41 para que possamos fazer a deliberação.

As matérias já foram disponibilizadas em avulsos eletrônicos e na Ordem do Dia eletrônica de hoje.

Nós temos inscrito, até este momento, o Senador Paulo Paim, e eu pediria, Senador Paulo Paim, um instante, para que nós aqui, lastimando e consternadamente, levemos uma palavra de conforto aos familiares do Senador, Governador, Vereador, Prefeito por quatro períodos, mandatos na capital Goiânia, o nosso querido e sempre estimado homem público, que teve a sua longevidade, essa longevidade do Senador, Governador, Ministro da República Iris Rezende não se daria ou não se deu senão por força dos seus valores. Não há como nós deixarmos de reconhecer todo esse período do profissional formado, advogado dedicado, que participou do processo de redemocratização do nosso País, tendo um acolhido reconhecimento, sendo referenciado durante vários períodos de mandato, se não fosse o seu valor, a sua determinação, a sua coragem e, mais do que isso, a sua permanente disposição de fazer pelo povo do Estado de Goiás, pelo País.

Por essa razão, em nome do Presidente Rodrigo Pacheco, em nome dos que integram esta Mesa



e, decerto, de todos os companheiros, creio que inclusive o Governador Antonio Anastasia teve essa oportunidade, Senador Lasier Martins, de gozar de uma relação com o Senador Iris Rezende, nós aqui abrimos esta sessão, antes de passarmos a palavra ao Senador Paulo Paim, que também, decerto, foi companheiro do Senador Iris Rezende, para transmitir sinceramente as nossas condolências às senhoras e aos senhores familiares e a todo o povo de Goiás, que perde, neste momento, a figura de um grande homem público, o Senador Iris Rezende.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Presidente Veneziano Vital do Rêgo, eu queria, em primeiro lugar, me somar a V. Exa. nesse voto de pesar, deixando toda a minha solidariedade. Assino embaixo do seu pronunciamento. Conheci o ex-Senador Iris Rezende. Estive no seu Estado, fui recebido por ele, um grande homem público. Quem perde é o Brasil. Um abraço.

Presidente, continuando a minha fala, eu quero cumprimentar todos os autores e Relatores de hoje.

Mas queria, assim mesmo, antes de entrar na pauta, comentar a situação complexa, Presidente, da privatização dos Correios, que eu sei que é uma preocupação sua também. Foi lido o relatório principal, já há um relatório complementar, já há dois votos em separado, dois relatórios em separado, devido à complexidade do tema, não é?

Propusemos, vamos insistir muito para que passe pela CCJ. Temos inclusive um parecer do Procurador-Geral da República Augusto Aras, de que essa proposta é inconstitucional. Está inclusive lá no Supremo Tribunal Federal. O Presidente da CAE, Presidente, Senador Otto Alencar, grande Senador, declarou: "Sou contra a privatização. Se der empate na CAE, votarei contra." Tudo hoje de manhã.

Tivemos também, hoje pela manhã, uma crítica corajosa, justa do Senador Omar Aziz quanto a esse tema.

Por isso tudo, temos que debater, inclusive com sessões temáticas aqui, no Plenário, mais que uma, se necessário.

São 350 anos de história. Nem a ditadura ousou privatizar os Correios. Somente oito pequenos países no mundo foram por esse caminho, que leva ao precipício.

Presidente, voltando ao tema, a PEC em pauta, nº 29, de 2020, considera a renda básica como um direito social. A autoria é do Senador Eduardo Braga. A relatoria, do Senador Antonio Anastasia.

Um quarto da população brasileira vive na pobreza ou na extrema pobreza. Estou com o autor e estou com o Relator.

Presidente, segundo o relatório, o vírus da fome se multiplica. O número de pessoas vivendo em situação de fome estrutural aumentou cinco vezes desde o início da pandemia. A dor da fome é cruel; estômago vazio mata sem piedade.

Caetano Veloso já dizia: "Gente é pra brilhar, não pra morrer de fome". O Brasil precisa agir, reagir, tendo como prioridade combater a fome, a miséria, o desemprego.

Precisamos, Presidente, nessa ótica global, de regulamentar a lei da renda básica universal de cidadania, através do PL nº 4.194, de 2020, que tramita aqui no Senado. Há, inclusive, no Congresso, uma Frente Parlamentar em Defesa da Renda Básica, tendo o nosso querido ex-Senador Eduardo Suplicy como Presidente de honra. São mais de 200 Parlamentares que estão nessa frente.

A renda básica assegura o atendimento a necessidades vitais dos brasileiros. Ele foi considerado o maior e mais eficiente programa de transferência de renda do mundo. Serve para combater a fome e a miséria, ativa a economia, fortalece o consumo popular.

Presidente, para cada R\$1 investido num programa como esse e também no Bolsa Família, há aumento de R\$1,78 na economia e R\$2,40 no consumo das famílias. Até hoje esse programa beneficiou 14



milhões de famílias e mais de 50 milhões de pessoas. Retirou 36 milhões de pessoas da extrema pobreza. Reduziu em 58% a mortalidade infantil por desnutrição.

Enfim, senhoras e senhores, é inaceitável – é inaceitável – que se pense em acabar com o programa Bolsa Família. Com o fim do auxílio emergencial e a troca do Bolsa Família por outro, chamado Auxílio Brasil, cerca de 22 milhões de pessoas deixarão de ser atendidas. O que esses milhões vão fazer quando souberem que não têm mais o Bolsa Família? Vai ser um desespero sem limite de um povo tão sofrido como o nosso, que está nessa miséria!

Como disse a grande ex-Ministra Tereza Campello, não há sequer regras de transição, reforçando que haverá um apagão de renda se o Bolsa Família desaparecer. A crise é sistêmica, generalizada, tem método: desemprego, informalidade, aumento das desigualdades, pobreza, miséria.

Faço das palavras, Presidente Veneziano, da pesquisadora Renata Motta também minhas palavras. Ela disse: "A fome, na verdade, é uma escolha política".

Por isso, querido Presidente, para finalizar, quero aqui, ainda, cumprimentar V. Exa., o Presidente da Casa, Senador Rodrigo Pacheco; o 1º Secretário da Mesa, Senador Irajá; a Diretora-Geral do Senado, Ilana Trombka; bem como o povo negro. E por que, Presidente, este cumprimento ao povo negro brasileiro? Mediante um grande acordo que fizemos com as autoridades – incluí V. Exa. –, pela primeira vez, nessa parceria, o Senado Federal será iluminado pela cor laranja, no dia 20 de novembro, em homenagem ao Dia de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra.

Esperamos que, no mês de novembro, que é o mês da consciência negra – já fizemos o apelo ao Presidente –, a gente vote alguns projetos sobre os quais eu voltarei a falar em outra oportunidade, neste mês.

Obrigado, Presidente Veneziano.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Grande abraço, queridíssimo Senador Paulo Paim. Sempre as nossas melhores e maiores referências e reconhecimentos.

Eu perguntaria, indagaria a V. Exas., como regimentalmente nós estamos amparados para que pudesse ter o Senador Lasier Martins a oportunidade de fazer a leitura, até que nós alcançássemos o nosso quórum mínimo para deliberações, de 41... Queria, inclusive, convidar as Sras. e os Srs. Senadores que estão chegando para que façam os seus registros para o painel.

Eu perguntaria se há alguma resistência a podermos aqui inverter, Senador Esperidião Amin, Senador José Aníbal, Senador Anastasia, Senadora Nilda, Senador Paulo Rocha, se nós pudéssemos inverter, como pedido pelo Senador Lasier, o Item 4, para que ele se torne o Item 1.

V. Exas. concordam? (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu vou me prevalecer deste momento de descuido – de descuido planejado de V. Exa. – apenas para registrar o meu sentimento de pesar muito particular pela perda desse grande homem público, meu colega Governador na década de 80 e meu colega de Senado na década de 90, Iris Rezende.

Além da amizade pessoal, do apreço pessoal por aquela figura simpática, calma e serena que eu conheci, eu não posso deixar de externar os meus sentimentos a todo o povo de Goiás e registrar aqui, com o pesar, o seu falecimento e a nossa despedida como seus amigos e ex-colegas de trabalho aqui, na Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não há objeção quanto à inversão de pauta.



O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Perfeito.

Eu convidaria...

O Senador José Aníbal quer fazer uso da palavra antes da leitura do relatório do Senador Lasier Martins. Portanto, convido o Senador José Aníbal para acessar a nossa tribuna.

Dentro de instantes, nós estaremos com o Item 4, já que não houve nenhum tipo de resistência, o Projeto de Resolução nº 60.

Senador José Aníbal, por gentileza.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Para discursar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, especialmente o Senador Lasier Martins, esse PRS é meritório. Eu voto esse PRS, mas eu queria lamentar que não tenha havido a inclusão, na pauta de hoje, do PRS nº 59, que eu apresentei antes desse PRS nº 60, e do PLP nº 144/21

No PRS 59, Lasier, eu coloquei foco nas renúncias fiscais decorrentes da concessão de subsídios, que têm como objetivo garantir a transparência nas intervenções do Estado brasileiro, que acabam por elevar o custo das atividades econômicas desenvolvidas no País.

Estamos discutindo um auxílio social de 50 bilhões. Não podemos esquecer que, entre 350 e 390 bilhões, deixam de ingressar nos cofres públicos em decorrência de subsídios tributários. Nós precisamos rever isso, não é? E isso sucessivamente é adiado sob os mais diversos pretextos. Mas agora temos uma agenda social que nós queremos que seja sustentável, e nessas renúncias fiscais certamente existem incentivos e benefícios que podem ser cortados.

Então, nesse projeto que eu apresentei, o 59, que tem o mesmo propósito do PRS 60, eu já avancei em um dispositivo que atribui às consultorias do Senado a elaboração de estudos e pareceres técnicos para subsidiarem os trabalhos de avaliação periódica do Sistema Tributário Nacional e determina que caberá à consultoria do Senado a avaliação da efetividade da renúncia fiscal; eventuais impactos nos instrumentos de partilha intergovernamental de receitas; adequação das contrapartidas prestadas pelos beneficiários – que permanentemente devem ser revistas – e os efeitos redistributivos e econômicos setoriais ou gerais.

Essas atribuições, que vão além daquilo sugerido pelo PRS, que é uma frente parlamentar em defesa da questão fiscal, da boa gestão fiscal pública, essas atribuições permitiriam aos Senadores, a nós, melhores condições de deliberar sobre temas como a eficácia e a eficiência das renúncias, a título de benefícios fiscais, considerando seus impactos federativos nos fundos de participação de Estados e Municípios como nos mercados dos setores beneficiados.

A aprovação do PRS 59, que apresentei, fortalecerá a capacidade institucional do Senado Federal na área das finanças públicas, com vistas ao aprimoramento da governança e da transparência das contas públicas.

Sei que o Senador Oriovisto também tem essa preocupação, como outros Senadores.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – O PLP 144/21, que também apresentei, aprimora os mecanismos de controle da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre os gastos com precatórios. O projeto prevê uma câmara de negociação e compensação para que acertos de contas possam ser feitos entre credores e devedores do Estado, com transparência.

Isso já foi feito em Brasília, pelo então Secretário da Fazenda de Brasília Everardo Maciel, que, depois, foi Secretário da Receita Federal.

Essa ideia conversa com a PEC dos precatórios, tendo em vista que nela estão previstos mecanismos de compensação. Você pode pagar precatórios numa mesa de negociação em que o precatista negocia



com o Governo e com...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – ... os possuidores ou devedores de dívidas ativas, para que se faça uma negociação e não se dê o calote que está se pretendendo dar nos precatórios, sobretudo porque esse calote joga, para o próximo Governo de 2023, R\$50 bilhões, aos quais se somarão os 90, provavelmente, do ano que vem, reduzidos a quarenta e alguma coisa, mais 50. É uma bola de neve.

Então, eu imagino, Senador Lasier, que esse projeto, esse PRS 59, que apresentei, e essa PLP 144, de 2021, que lamentavelmente não vieram para a Ordem do Dia e que eu imaginei que viriam – fiz essa solicitação duas vezes ao Presidente Rodrigo Pacheco... E me surpreendi quando se avançou para um bom projeto também...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – ... que cria essa Frente Parlamentar de Defesa da Responsabilidade Fiscal.

Mas aqui nós já temos um caminho, que pode servir como caminho de trabalho para frente. Não teria nenhuma dificuldade que trabalhássemos conjuntamente esses dois projetos.

Como o Presidente inverteu a pauta e colocou como primeiro ponto, eu achei importante levar à sua consideração isso aí, porque nós podemos até eventualmente rever e, em uma semana, fazemos um texto convergente ou num outro modo que se encontrar aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador José Aníbal.

Seria de bom alvitre que nós, à chegada...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Pode me dar um aparte, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Só um instante, Senador Oriovisto.

... à chegada do Presidente Rodrigo Pacheco, pudéssemos levar, na próxima reunião do Colégio de Líderes, o pleito que V. Exa. apresenta através do PRS 59. Eu apenas faço um registro de que, na última reunião que houve, a sugestão que partiu do próprio PSDB foi a de se priorizar um outro PL, um outro projeto de lei. Mas, obviamente, todos nós aqui o ouvimos com a atenção devida que sempre temos quando V. Exa. utiliza dos microfones do Senado, sempre de forma muito precisa e colaborativa, até porque não há razões de exclusão.

Senador Lasier, V. Exa. estará defendendo, no seu relatório, a criação de uma frente, e no PRS, que é plenamente defensável e merecedor dos nossos aplausos, do Senador José Aníbal, há uma amplitude maior, inclusive de mudança regimental.

Então, eu me comprometo com V. Exa. de, à chegada do Presidente Rodrigo Pacheco, à próxima reunião do Colégio de Líderes, colocar como uma das prioridades, apenas salientando que, no momento oportuno, o item desejado, defendido pela Liderança do PSDB, foi um outro.

Eu pergunto a V. Exas. se posso anunciar, e já o faço, porque houve concordância para a inversão de pauta, o item 4.

Sim, desculpe, Senador Oriovisto. Perdoe-me! V. Exa. pediu pela ordem.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS -



PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para complementar a fala do Senador José Aníbal e dizer que, realmente, as matérias são absolutamente convergentes. A criação de uma frente parlamentar é a criação de uma união de Parlamentares preocupados com a responsabilidade fiscal, e, debaixo desse grande manto, que é a responsabilidade fiscal, inúmeros assuntos serão tratados nessa frente – inúmeros –, sob vários aspectos, entre eles, todos aqueles enumerados pelo Senador José Aníbal.

Então, decididamente, uma coisa não exclui a outra, elas virão ao encontro, e a aprovação da frente vai ajudar, e muito, a discutir esses assuntos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Oriovisto.

Anunciamos o item 4.

Projeto de Resolução nº 60, dos Srs. Senadores Alessandro Vieira, Oriovisto Guimarães e outros, que institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar de Defesa da Responsabilidade Fiscal, em defesa dos fundamentos que regem a responsabilidade fiscal na gestão dos recursos públicos no Brasil.

Perante a Mesa foi apresentada a Emenda nº 1, já disponibilizada na tramitação da matéria e que será encaminhada à publicação. **(Vide Item 3.1.1 do Sumário)**

A matéria depende de parecer.

Faço a designação de S. Exa. o Senador Lasier Martins para proferir parecer de Plenário.

Senador Lasier, com a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Para proferir parecer.) – Muito obrigado, Presidente Veneziano.

Em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo por estar mais uma vez presidindo uma sessão deliberativa do Senado, sempre com muita cordialidade e eficiência.

Aproveito também para cumprimentar o Senador Flávio Arns, que hoje faz aniversário, um brilhante Senador, que nos dá muita alegria de ter aqui como companheiro de trabalho.

Evidentemente, também, as minhas condolências pela perda do ex-Senador Iris Rezende.

Também quero me associar ao apelo do Senador José Aníbal, com relação ao Projeto de Resolução nº 59. Por tudo que ouvi da sua fala da tribuna, é um projeto que completa e aperfeiçoa este que vou apresentar agora, que é o Projeto de Resolução nº 60, para o qual, com muita honra, fui designado pelo Presidente Rodrigo – essa proposta que partiu dos Senadores Alessandro Vieira e Oriovisto Guimarães.

Submete-se ao exame deste Plenário o Projeto de Resolução nº 60, de 2001, de autoria do eminente Senador Alessandro Vieira e eminente Senador Oriovisto, que institui, no âmbito do Senado, a Frente Parlamentar de Defesa da Responsabilidade Fiscal, em defesa dos fundamentos que regem a responsabilidade fiscal na gestão dos recursos públicos no Brasil.

O projeto é composto de dois artigos, sendo o primeiro o que estabelece, no âmbito do Senado, a Frente Parlamentar de Defesa da Responsabilidade Fiscal, doravante Frente de Responsabilidade Fiscal, dividido em quatro parágrafos, que estabelecem:

1) tal Frente da Responsabilidade Fiscal tem por objetivo atuar em defesa dos fundamentos que regem a responsabilidade fiscal na gestão dos recursos públicos no Brasil;

2) ademais, para efeitos da defesa da responsabilidade fiscal, são considerados, não exaustivamente, fundamentos que regem a responsabilidade fiscal o disposto nos arts. 106 a 114 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT (Novo Regime Fiscal), os quais dispõe sobre o "Teto de Gastos", e na Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

3) como é praxe, a Frente da Responsabilidade Fiscal será integrada, inicialmente, pelas Senadoras e pelos Senadores que assinarem sua ata de instalação, sendo facultada a adesão posterior de outros



Parlamentares, nos termos de seu estatuto;

4) por último, determina que a Frente da Responsabilidade Fiscal reunir-se-á preferencialmente em Brasília, nas instalações do Senado Federal, sendo também admitido para esse fim, por questão de conveniência, qualquer outro lugar no Território nacional.

Já o art. 2º define que essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

No prazo regimental, foi apresentada a Emenda nº 01, do eminente Senador Rogério Carvalho.

Análise.

Em sua justificação, o autor enfatiza que, diante dos recentes avanços contra os fundamentos que regem a responsabilidade fiscal no Brasil sem que haja ampla discussão com a sociedade, propõe a instituição da Frente Parlamentar de Defesa da Responsabilidade Fiscal no Brasil. A frente terá como objetivo atuar em defesa dos fundamentos que regem a responsabilidade fiscal na gestão dos recursos públicos no Brasil. São considerados fundamentos da responsabilidade fiscal no Brasil: a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), o Novo Regime Fiscal (Emenda Constitucional nº 95, de 2016) e outras regras fiscais e orçamentárias consideradas pertinentes.

Relembra que, infelizmente, deparamos mais uma vez com tentativas de burlar as regras fiscais vigentes nos termos do NRF para atender a interesses eleitoreiros e políticos de ocasião. A tentativa de desfigurar o NRF é grave e gera incertezas com relação à gestão responsável das contas públicas do País.

A discussão sobre a alocação de recursos orçamentários é de suma importância e deve acontecer de forma transparente e respeitando as regras vigentes. O casuísmo com as regras de responsabilidade fiscal gera insegurança jurídica, que afasta investimentos no País e torna o financiamento da dívida pública mais caro, pois os credores passam a demandar juros mais altos para emprestar ao Governo brasileiro.

Assim, o presente projeto busca essencialmente criar uma união entre Senadores que queiram se engajar na luta dos princípios que buscam nortear a economia brasileira desde o Plano Real. Seria, como podemos metaforicamente dizer, uma "bancada do Erário", que representa os contribuintes e cidadãos na manutenção da estabilidade econômica. Tais Senadores, como nas demais frentes, vinculam-se ao seu objetivo nas ações e posicionamentos.

Foi apresentada a Emenda nº 01, do Senador Rogério Carvalho, que acrescenta §3º ao art. 1º, especificando como objetivo da frente:

Art. 1º.

§3º Disseminar o debate, no âmbito do Senado Federal, sobre as melhores práticas internacionais em relação às regras fiscais e sua evolução, considerando arcabouços legais que busquem conciliar sustentabilidade fiscal, estabilidade econômica e redução de desigualdades sociais.

Tal emenda não altera a essência do projeto, simplesmente explicita a necessidade de debate a ser realizado pela Frente de Responsabilidade Fiscal a respeito de temas correlatos. Desse modo, pode vir a compor naturalmente o projeto inicial como um novo parágrafo.

É inegável o mérito da presente proposição legislativa. A responsabilidade fiscal é um dos principais gargalos para o desenvolvimento econômico do País e para que não voltemos ao caos econômico dos anos 1980, com hiperinflação, juros elevadíssimos, desestímulo aos investimentos produtivos, etc.

Voto.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 60, de 2021, e da Emenda nº 01, que passa a compor a proposição como §5º do art. 1º.

É o relatório, Sr. Presidente Veneziano. **(Íntegra do Parecer nº 276/2021-PLEN-SF - Vide**



Item 3.1.1 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Lasier Martins.

O parecer é favorável, portanto, ao projeto de resolução e à Emenda nº 1.

Concluída a instrução da matéria, passamos à sua discussão.

Senador Oriovisto, deseja fazer uso da palavra?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pois não. O Senador Oriovisto Guimarães como inscrito para discutir a matéria.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, na verdade, parablenzo o relatório do Senador Lasier Martins e a emenda também apresentada pelo Senador Rogério Carvalho, que veio melhorar ainda mais o texto.

Sr. Presidente, a questão da responsabilidade fiscal é extremamente relevante. A demonstração de que no Senado existe uma frente preocupada com isso certamente vai ajudar o Governo, vai ajudar o País como um todo, vai acalmar os mercados.

E hoje nós temos, Sr. Presidente, um mecanismo muito claro no nosso País, na economia do nosso País: o Brasil é um país extremamente carente de investimentos, a poupança nacional é baixa, o Governo tem recursos esgotados para grandes projetos. Então, o Brasil é absolutamente carente de poupança externa e de investimentos em dólar.

O que acontece quando se tem um clima de desconfiança? O que acontece quando a nossa imagem lá fora está ruim? O que acontece quando investidores começam a olhar para o País e dizer assim: "Será que eles serão capazes de pagar as suas contas? Será que um país que está funcionando com déficit primário já há sete anos seguidos e que tem mais a previsão de déficit primário por pelo menos mais dois anos? Quando vai acabar essa dívida pública?"

(Soa a campanha.)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Aonde isso tudo vai levar? Essa desconfiança, Sr. Presidente, funciona para o País mais ou menos como a desconfiança dos clientes de um banco funciona para o banco. Se houver uma corrida a um banco, se todos os clientes de um banco, por mais poderoso que ele seja, começarem a ter dúvidas sobre esse banco, achando que o banco vai quebrar, e correrem lá para retirar os seus depósitos, essa é uma profecia autorrealizável: o banco quebra, porque nenhum banco tem disponível para entregar aos depositantes todo o dinheiro que lá foi depositado. Os bancos vivem fundamentalmente da confiança que os seus clientes depositam nele. Nenhum banco consegue encaixar... Nem os fundos que o Banco Central possibilita para acudir determinadas crises conseguiriam acudir um banco em que todos os clientes...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Um país é muito semelhante a isso. A nossa economia está intimamente atrelada ao dólar. Quando se começa a ter dúvida desse país, o dólar dispara. Da pandemia para cá, o real desvalorizou 30%. Moedas de países semelhantes, como México e Índia, desvalorizaram 5% frente ao dólar. Não foi a pandemia. A pandemia existiu no mundo inteiro. Essa é a causa primeira de todo o desarranjo da nossa economia, todo o desarranjo começa aí. O dólar dispara, dispararam os combustíveis; disparando os combustíveis, tudo o



que nós exportamos fica mais caro, dispara a inflação interna, vem a desconfiança, vêm dificuldades, os salários não são reajustados a tempo... Tudo de mau acontece quando o mercado...

(Soa a campanha.)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – ... mundial não acredita em um país.

Eu acho que a criação dessa frente vem em boa hora. E que ela trabalhe muito e realmente consiga transmitir a todo o País e a todo o mercado nacional e internacional que nós estamos preocupados, sim, com a responsabilidade fiscal, que este Governo vai, sim, pagar suas contas, que este País é, sim, um país de gente séria e que quer trabalhar dentro dos limites da responsabilidade com as contas que tem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Oriovisto. E, de já, cumprimento-o como um dos signatários do PRS.

Nós estamos na fase de discussão.

Pela ordem, Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, meus cumprimentos a V. Exa. pela condução dos trabalhos.

Eu quero cumprimentar o Relator, o Senador Lasier Martins, e os autores da proposta, o Senador Alessandro e outros.

Eu apresentei uma PEC, a PEC 36, que dialoga com o que acontece hoje no mundo em termos de marcos regulatórios fiscais. O mundo tem, de certa maneira, mudado a sua visão sobre como devemos ancorar os nossos gastos, ancorar os nossos limites de lidar com as finanças públicas.

A austeridade caminha junto com o neoliberalismo, o Estado mínimo, tudo aquilo que foi defendido pelo Ronald Reagan, pela Margaret Thatcher. E o que foi o que nós vimos e qual o resultado disso? Nós temos uma economia chamada projetada, de mercado, como é a economia chinesa, que se desenvolveu, que ocupou espaço e que pressiona o mundo a também fazer investimentos públicos e a redefinir o papel dos Estados nacionais na projeção e no projetamento de suas respectivas economias, o que significa dizer que esse Estado focado, fincado somente no conceito da austeridade e do livre mercado não é suficiente para gerar riqueza, gerar capacidade competitiva...

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... gerar condição de se movimentar no mundo em direção a ter protagonismo futuro, ou seja, esse modelo não garante uma predição do que seremos no futuro, porque nós não temos nenhuma projeção, nenhuma construção pensando no futuro a partir de um conjunto de variáveis complexas que precisam ser observadas por qualquer Governo e qualquer Estado.

A emenda que nós apresentamos vem no sentido de estudarmos e vermos como o mundo está ancorando a sua realidade fiscal e quais são as novas referências. A União Europeia, por exemplo, e o Banco Central Europeu têm trabalhado hoje com uma ideia...

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... de superávit estrutural e não mais com regra de ouro, não mais com algumas âncoras que a gente tem usado. No Brasil, há regra de ouro, superávit primário, teto de gastos, uma série de regramentos que puxam e promovem a contração da atividade econômica, fazendo com que o País, que está em crise



econômica, se mantenha na crise econômica num círculo vicioso. Nós precisamos adotar novas regras fiscais, um novo marco regulatório fiscal que permita ao País fazer a ruptura cíclica da diminuição da atividade econômica, para que possamos ser um País que promova o crescimento econômico com um olhar para o futuro. E isso requer outro olhar.

A ideia é que possamos não só observar se estamos gastando mais ou menos...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... estou terminando, Sr. Presidente –, mas também como nós podemos nos modernizar do ponto de vista fiscal para que as nossas demandas, as nossas necessidades de investimento dialoguem com a perspectiva de um país mais forte, mais justo, mais incluyente e em que mais pessoas possam ter emprego, renda. Que a gente possa ter mais conhecimento disponível, que a gente possa ter uma indústria mais potente e que a gente tenha um planejamento preditivo de futuro mais claro, o que hoje a gente não tem. Hoje, nós padecemos da falta total e absoluta de planejamento econômico no Brasil e na maioria dos Estados brasileiros.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Um abraço, Senador Rogério Carvalho. Antecipo-me para cumprimentá-lo pela participação objetiva no PRS.

Eu não vejo mais nenhum inscrito para a discussão da matéria. *(Pausa.)*

Concluída a instrução e já esgotada também a discussão e esgotada a lista de oradores, portanto, encerrada está a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

Esta Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica, não há nenhum óbice para tal. *(Pausa.)*

Não havendo óbice, em votação o projeto e a emenda, em turno único, nos termos do parecer de S. Exa. o Senador Lasier Martins, que é favorável ao projeto de resolução e à Emenda nº 1.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados o projeto e a Emenda nº 1.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final será publicado na forma do nosso Regimento. **(Parecer nº 277/2021-CDIR/PLEN-SF - Vide Item 3.1.1 do Sumário)**

Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Concluída a discussão, em votação.

As Sras. e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

Meus cumprimentos ao Senador Lasier Martins e a todos os demais que colaboraram, repito, objetivamente, para a constituição desta matéria.

O Senador pede a palavra. Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Como Relator.) – Agradeço o apoio de todos, agora, partindo para a busca das assinaturas, e, principalmente, Senador Veneziano, agradecendo a sua explícita adesão. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Uma grande alegria, nada melhor do que somar-se a causas defensáveis, Senador Lasier Martins.



O Senador Fernando Bezerra pediu pela ordem de inscritos, e, logo à conclusão da fala do Líder Fernando Bezerra, nós anunciaremos o item 1 da pauta, sem esquecermos aqui o Senador Eduardo Girão, que também está inscrito.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de registrar o sucesso do maior leilão da história das comunicações no Brasil, que marca a chegada da tecnologia 5G e inaugura uma nova era de conectividade.

Com a venda das faixas de radiofrequência disponibilizadas, o Governo arrecadou R\$47,2 bilhões, dos quais R\$40 bilhões serão investidos na ampliação da infraestrutura de rede, garantindo a expansão do acesso à internet em todas as regiões do País, incluindo as regiões mais remotas.

Além de colocar o Brasil como *hub* global de inovação, o leilão do 5G estabelece uma série de compromissos a serem cumpridos em contrapartida à autorização para o uso das faixas. Nesse sentido, as empresas terão que prover cobertura 5G em todas as capitais e cidades com mais de 30 mil habitantes; levar internet 4G para as rodovias federais e para as localidades ainda sem conexão; e implantar rede de fibra ótica em locais com pouca ou nenhuma infraestrutura de redes, como os leitos dos rios da Região Amazônica. Escolas de educação básica serão conectadas, de modo a tornar mais igualitário o acesso a recursos educacionais. E uma rede privada de comunicação 5G para a administração pública federal será estruturada com protocolos de segurança mais robustos.

Estamos falando, Sr. Presidente, de um novo paradigma nas comunicações e no setor produtivo com a digitalização e a automação de processos e serviços.

Para se ter uma ideia, 70% das propriedades rurais não possuem internet, o que dificulta o acesso a tecnologias voltadas para o aumento da eficiência e da produtividade do agronegócio, mas, ao reverter o cenário de apagão tecnológico no campo e levar internet para 31 mil quilômetros de rodovias hoje não conectadas, o 5G oferece a possibilidade de um salto sem precedentes no setor, que responde por 26% do Produto Interno Bruto do País.

Nesse sentido, estima-se em US\$1,2 trilhão o valor que a implantação do 5G deve agregar ao PIB brasileiro nos próximos 20 anos como consequência do impacto tecnológico em todos os setores da economia.

Sr. Presidente, não podemos duvidar do caráter estratégico do setor de telecomunicações dentro do esforço para alcançar o desenvolvimento que almejamos para o Brasil. Nesse sentido, a implantação do 5G é decisiva para alinhar as políticas públicas de telecomunicações às transformações tecnológicas, econômicas e sociais das últimas décadas, inserindo o País, de forma definitiva, na era da economia digital, que promove o aumento da competitividade e dos níveis de emprego e renda. A economia do futuro é digital e deve alcançar todos os brasileiros de todas as regiões.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Portanto, quero cumprimentar o Ministro Fábio Faria pelo leilão histórico, que constituiu o Brasil como primeiro país da América Latina a implantar a tecnologia 5G em seu território, passo fundamental da agenda de modernização do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Fernando Bezerra.



Anunciamos o item 1.

Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2020, de S. Exa. o Senador Eduardo Braga e outros Senadores, que introduz a renda básica como direito social.

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa de 26 de outubro, quando foi retirada de pauta e transferida para a data de hoje.

A matéria depende de parecer.

Com muita honra, fazemos a designação do Senador Antonio Anastasia para proferir parecer de Plenário.

Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, eminente Senador Veneziano Vital do Rêgo, meus cumprimentos. Aproveito para, da tribuna, parabenizar V. Exa. pela condução segura, tranquila, serena do nosso Senado Federal, que está em excepcionais mãos, naturalmente inspirado sempre pela nossa distintíssima Senadora Nilda, a quem igualmente cumprimento.

Minhas senhoras, meus senhores, vamos ao relatório.

Vem ao exame do Plenário, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 29, de 2020, que tem como primeiro signatário o eminente Senador Eduardo Braga, que aqui se encontra e a quem igualmente cumprimento, e acrescenta ao Art. 6º da Constituição a renda básica como um direito social de qualquer brasileiro em situação de vulnerabilidade.

A proposta possui quatro artigos. O primeiro altera o texto do Art. 6º da Constituição para prever que a renda básica será regulamentada por lei ordinária, inclusive quanto aos requisitos de acesso ao benefício.

O segundo artigo altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), modificando o Art. 107, introduzido pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016. Por essa mudança, as despesas com a renda básica não seriam consideradas para fins do Novo Regime Fiscal instituído por aquela emenda — conhecido popularmente como “teto de gastos”.

Já o terceiro artigo dispõe que a renda básica poderá ser instituída em etapas, priorizando cidadãos em insuficiência de renda. Dispõe ainda que o gasto com a renda básica deve ser inteiramente compensado, seja com aumento da arrecadação ou com corte de despesas, o que incluiria aquelas previstas pela própria Constituição.

O quarto artigo traz a cláusula de vigência, imediata.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Análise.

O momento é mais do que oportuno para discutir essa proposta que, embora apresentada em 2020, revela-se atual. Há um grande anseio em nossa sociedade para que a proteção à renda se estenda a todos, inclusive aos informais, em um momento em que a crise social provocada pela pandemia continua a se mostrar desafiadora. Neste 2021, o quadro foi prejudicado pela alta internacional do preço dos alimentos, e a inflação chegou para pressionar ainda mais o poder de compra dos mais pobres.

A PEC nº 29, de 2020, vem ao encontro de uma tradição desta Casa em inovar para proteger os mais vulneráveis. A Casa da Federação, enquanto espaço em que há maior representação das regiões mais distantes dos centros econômicos, é um *locus* natural para isso. Foi neste Senado que foi proposto o Fundo Constitucional de Combate e Erradicação da Pobreza ou a Renda Básica de Cidadania, bandeira, desde os anos 90, do ex-Senador Eduardo Suplicy, que virou lei no ano de 2004. Certamente seus esforços foram determinantes para que esse assunto tenha hoje ganhado o destaque que merece.



Neste momento, diversos projetos buscam solucionar, da forma mais efetiva possível, o desafio da proteção social diante de uma conjuntura fiscal desfavorável. Nesse contexto, tenho a honra de relatar o Projeto de Lei nº 5.343, de 2020, de autoria do eminente Senador Tasso Jereissati, que institui a Lei de Responsabilidade Social. Em meu entender, portanto, essa PEC não apenas complementa esse conjunto de propostas, como as fortalece e as coroa. De fato, não há ainda hoje, em nosso arcabouço constitucional, a previsão de um benefício às famílias pobres que não estejam incluídas no mercado de trabalho formal. Com isso, os benefícios atuais operam, às vezes, como um “semidireito”, sem muitas garantias aos beneficiários.

A constitucionalização desse direito alça essas transferências sociais ao mesmo patamar de outros benefícios. Seja o Bolsa Família, o Auxílio Brasil, ou outro benefício a ser criado, haverá o mesmo *status* que hoje possuem políticas públicas consagradas, como o seguro desemprego, o Benefício de Prestação Continuada, o abono salarial, as aposentadorias e as pensões. É um ganho de legitimidade para parcela da população que frequentemente é vista por alguns não como beneficiária de uma política pública, mas como receptora de um favor. A constitucionalização da renda básica também permite que essas transferências de renda sejam uma política perene, uma política de Estado, que não poderia ser revogada por qualquer Governo.

O poder aquisitivo dos brasileiros mais vulneráveis deve estar imune a conjunturas políticas. Nunca é demais lembrar que esse é um tipo de política pública com grande alcance sobre as crianças de nosso País. Espera-se que o estigma seja combatido e a renda básica tenha estabilidade para florescer nos próximos anos.

Os beneficiários estarão mais seguros quanto aos seus direitos, e boatos ou rumores quanto aos benefícios, que tanto já prejudicaram a vida dos que recebiam o Bolsa Família, hão de acabar. Ademais, o novo *status* constitucional das transferências de renda dará maior força para esse tipo de política, que, em momentos de ajuste fiscal, acaba competindo por recursos com gastos decorrentes da Constituição.

Esta PEC, assim, complementa a Carta Magna de 1988. Ali estendemos, por exemplo, a cobertura de saúde para todos que precisam, não apenas os que tinham carteira assinada. A cobertura de proteção à renda precisa ir no mesmo sentido: ser direito de todos. Esse caminho inclusivo é um que hoje o Estado brasileiro tem condições de perseguir, afinal, ele é, atualmente, bem mais robusto do ponto de vista administrativo e financeiro do que era décadas atrás.

Julgo pertinente, porém, apresentar uma emenda para retirar dois dispositivos que poderiam ser objeto de contenda e prejudicar o necessário andamento célere dessa proposta. São eles: o art. 2º e o parágrafo único do art. 3º, que tratam, respectivamente, da exclusão do teto de gastos e da compensação obrigatória do gasto com a renda básica. Ambos se referem ao custeio deste tipo de política pública, um tema complexo que o Parlamento já está discutindo em diversas outras proposições.

Assim, entendemos que a questão encerra uma grande polêmica, a qual não deve ser resolvida por meio dessa PEC, cuja importância central deve ser a garantia da renda básica como um direito social previsto na Constituição.

Voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2020, bem como pela aprovação da seguinte Emenda:

Emenda nº 1, de Plenário:

Suprimam-se na PEC nº 29, de 2020:

I - o art. 2º;

II - o parágrafo único do art. 3º.

Este, portanto, é o relatório e aproveito, mais uma vez, Sr. Presidente, para cumprimentar a iniciativa do eminente Líder Senador Eduardo Braga pela sua apresentação, porque acredito que a



constitucionalização desse direito e garantia à renda básica torna, de fato, perene uma política de Estado e não mais de governo. E, portanto, fico muito feliz de ter tido a honra de ser designado por V. Exa. para relatar essa proposta, que tem, a meu juízo, um caráter histórico. **(Íntegra do Parecer nº 278/2021-PLEN-SF - Vide Item 3.1.2 do Sumário)**

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Nós é que agradecemos.

Mais uma vez, temos a alegria, sempre, de tê-lo escalado para matérias de cunho social e dessa dimensão que a PEC enseja, como o autor, o nosso Líder Senador Eduardo Braga.

O parecer é favorável à proposta, com a Emenda nº 1, do Relator.

Passamos à discussão da matéria em primeiro turno.

Na lista de inscritos, nós temos o nosso signatário primeiro, o Senador Líder Eduardo Braga, e, em seguida, o Senador Flávio Arns.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.)

– Sr. Presidente, primeiro, eu quero cumprimentar o nosso eminente Senador e Relator Anastasia e cumprimentá-lo pela forma sempre competente, brilhante e, acima de tudo, gentil e cordial com que V. Exa. busca construir os relatórios e os consensos nesta Casa. E V. Exa. entendeu o espírito desta PEC que apresentamos.

Entendemos, Sr. Presidente, que um país que tem as injustiças sociais, as desigualdades sociais e as desigualdades regionais que o Brasil possui não pode deixar de ter, entre as suas políticas públicas perenes, a renda básica.

O objetivo dessa proposta foi primordialmente este, incluir a renda básica como uma política pública que não esteja à mercê do governo de plantão. De repente, o Governo resolve acabar com a renda básica. Encaminha um projeto e acaba com a renda básica. De repente, não quer mais que seja Bolsa Família, quer que seja Auxílio Brasil, quer que seja o que for e acaba gerando insegurança para aqueles que já sofrem pelas desigualdades e pelas injustiças sociais. Esse foi o princípio básico da nossa emenda.

E, quando apresentamos essa proposta de emenda à Constituição, não existia ainda discussão sobre teto de gastos, sobre furar teto de gastos, de PEC dos precatórios; não existia essa discussão, Senador Fernando Bezerra. E nós já entendíamos, naquela época, que era tão importante a questão da renda básica e tão fundamental como política de Estado – não de governo, mas de Estado –, que deveríamos excepcionalizá-la do teto de gastos.

Entendeu o nosso brilhante Relator que, pela oportunidade do relatório, não deveria abordar esse tema, por não ser oportuno, tendo em vista que já há uma discussão em curso no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, sobre a matéria, com o que concordei, em que pese achar e continuo achando que, no mérito, uma política pública perene e necessária para o povo brasileiro como a renda básica não pode estar limitada ao teto de gastos. Por quê? Porque é essencial para diminuir as desigualdades; é essencial para combater a pobreza; é essencial para matar a fome, e a fome tem pressa! E nós estamos vivendo isso no Brasil.

Mas eu tenho que cumprimentar o Senador Anastasia, porque o Senador Anastasia compreendeu exatamente o espírito de querermos constitucionalizar a renda básica. E a minha avó, a Dindinha, sempre me disse o seguinte: "O inimigo do possível é o ótimo".

Então, cumprimento V. Exa., porque V. Exa. apresenta um relatório possível para o momento, para constitucionalizarmos e garantirmos uma política perene, uma política de Estado de renda básica.

E eu fico muito agradecido à Mesa, a V. Exa. e ao conjunto de Senadores, porque creio que hoje



votaremos essa importante proposta de emenda à Constituição, que fará com que possamos diminuir as desigualdades socioeconômicas deste País.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Na ordem de inscritos, nós temos o Senador Flávio Arns; em seguida, o Senador Izalci Lucas e o Senador Rogério Carvalho.

Senador aniversariante, mais uma vez os nossos mais efusivos e sinceros cumprimentos. Que Deus possa abençoá-lo grandemente e que seja longa a sua presença entre os paranaenses e entre todos nós.

Senador Flávio Arns.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pois não, Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Poderia abrir a votação no painel? Enquanto os oradores vão se sucedendo, a gente poderia avançar na votação.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Senador Oriovisto, eu estou sendo informado pela Secretaria-Geral, através do Dr. Gustavo Sabóia, que nós temos ainda um destaque. Então, carecemos, portanto, do cumprimento dessa fase, até para discussão dele – ou conhecimento dele.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, agradecer a V. Exa. pelos cumprimentos e aos colegas Senadores e Senadoras também.

Como eu coloquei para muitos e muitas Senadores e Senadoras, o que a gente deseja é que haja felicidade, saúde, alegria, participação, vida, enfim. A gente valorizar o maior dom que nós temos, particularmente neste momento da pandemia, que é o dom da vida. Então, eu agradeço bastante e estamos juntos para trabalharmos também naquilo que é importante e necessário.

Mas eu quero parabenizar o Senador Anastasia – como sempre, aliás – pelo relatório que fez em relação a algo que eu considero essencial: termos uma política de renda básica no Brasil.

Quero parabenizar o Senador Eduardo Braga pela apresentação da iniciativa, mas temos que obrigatoriamente lembrar aqui também do ex-Senador Eduardo Suplicy, que durante muitos anos batalhou insistentemente para a criação de uma política de renda básica no Brasil.

Talvez ele tenha tentado plantar uma semente em época ainda muito antecipada, mas o momento está chegando, porque a pandemia mostrou, claramente, entre tantas outras coisas, que nós temos que ter uma política muito bem estruturada para atender às famílias mais vulneráveis, e esse não é um problema do Brasil, no mundo inteiro existe isso.

(Soa a campainha.)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Qualquer país desenvolvido busca, através da renda básica, dar dignidade, respeito, para que a pessoa... A gente vê essas cenas lamentáveis acontecendo pela televisão, pelos meios de comunicação.

Então, a pandemia mostrou isso, mostrou a necessidade de desenvolvimento econômico, para o qual a educação é essencial. Nós temos que trabalhar com a educação, educação em tempo integral, profissionalização, educação básica, acesso ao ensino superior... Quer dizer, termos as prioridades... Apoiar o empresário, o microempresário...



Então, constitucionalizar o aspecto da renda básica é um importante avanço, porque isso passa a ser uma iniciativa permanente, como foi com o Fundeb.

(Soa a campanha.)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – O Fundeb está na Constituição e, na verdade – o fundo de valorização da educação básica –, a renda básica vai estar lá também.

Então, nós temos que caprichar, porque o Brasil precisa disso, as pessoas, as famílias, as crianças... Estamos perdendo pessoas para tantas dificuldades que vêm sendo enfrentadas por elas, em função desse grave momento econômico.

Então, parabéns, Senador Anastasia, Senador Eduardo Braga e a todos nós que vamos, sem dúvida, votar favoravelmente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Nossos cumprimentos pelo pronunciamento, Senador Flávio Arns.

Pela ordem de inscrições, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, primeiro eu quero cumprimentar aqui o nosso querido Senador Eduardo Braga pela iniciativa desse projeto. É um projeto de anos e anos de luta, porque vários outros Parlamentares, Senadores e Deputados, sempre buscaram resolver essa questão do mínimo de dignidade das pessoas.

Então, eu não poderia deixar de cumprimentar o Senador Eduardo Braga, mas também o nosso querido Relator, Senador Anastasia, que, para nós, é uma referência aqui, no Senado, na gestão pública, como Governador. Eu tenho um carinho e um respeito muito grande, uma admiração muito grande pelo trabalho do Senador Anastasia, que sempre faz de fato um relatório primoroso. E essa matéria merece, de fato.

Eu fico, Presidente....

Eu tenho andado muito nas ruas, e olha que é na Capital Federal. Eu fico imaginando no Amazonas, no Pará, na Bahia, no Nordeste brasileiro. Na Capital da República, as pessoas passando fome. As pessoas podem achar que é brincadeira, mas não é. Realmente, Senador Eduardo Braga, aqui... Primeiro que Brasília, por incrível que pareça, foi agora a campeã no aumento da pobreza. Eu estive agora, recentemente, em várias cidades. Se não fossem as associações, as entidades do terceiro setor, as igrejas, nós teríamos aí muita gente morrendo ainda mais nessa situação.

Então, isso é dignidade e colocar essa questão na Constituição é fundamental, porque todo cidadão... Já está na Constituição uma série de direitos. E a gente precisa ter também esse cuidado, para que haja o cumprimento disso.

Estou vendo aqui, hoje, para vocês terem ideia, que, no Hospital de Base, que sempre foi referência nacional aqui, no DF, foram suspensas todas as cirurgias por materiais básicos. Não tem papel higiênico...

(Soa a campanha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... não tem touca para os médicos entrarem nas salas de cirurgia, não tem anestésico no melhor hospital e que foi referência para nós.

Então, isto está na Constituição: a educação é direito de todos, a saúde é direito de todos, e colocam agora também a renda mínima, essa renda básica. Mas a gente precisa, na lei complementar,



atribuir também responsabilidades. E eu falo isso, Senador Anastasia, porque eu, durante anos, no acompanhamento do Plano Nacional de Educação, em que aprovamos diversas metas, não alcançamos essas metas, e ficou por isto mesmo: um plano de intenção. Nós não podemos, numa matéria como essa, ficar apenas na intenção. A intenção é maravilhosa. Nós temos que cuidar disso assim como prioridade total, mas temos que atribuir responsabilidades, quando você vê crianças e jovens passando fome neste País, que se diz o maior produtor do agro. Está aí o agro, sobrando soja, milho, arroz...

(Soa a campanha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... campeão na produção, e as pessoas aqui do lado passando fome.

Então, parabênizo V. Exa. pelo relatório.

Já vou orientar a bancada, Presidente, para ficar já como orientação do voto do PSDB: é favorável o encaminhamento do PSDB.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Izalci Lucas.

Pelas inscrições, S. Exa., o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, primeiro eu quero cumprimentar aqui o autor e o Relator desta matéria tão importante.

Nós precisamos, de fato, constitucionalizar um programa de renda permanente para as famílias brasileiras que, por algum motivo, em algum momento da sua vida, estejam em dificuldade. Dificuldade pela falta de emprego, dificuldade por conta do cenário econômico... Não é razoável um País, com a riqueza que o Brasil tem, não é razoável um País do tamanho do nosso ter pessoas em dificuldades, sem segurança alimentar, pessoas passando fome, pessoas desabrigadas... Este País precisa olhar para todos os brasileiros.

E eu quero aqui, primeiro, cumprimentar, e dizer que nós apoiamos, bem como que nós vamos manter o nosso destaque, porque é preciso que esse recurso saia do teto de gastos, senão não haverá possibilidade de a gente dar materialidade ao pagamento de um auxílio, ou de uma renda familiar compatível com a subsistência das famílias em momentos de grande dificuldade, como nós estamos vivendo no País.

Acho, e devemos nós, e eu quero pedir apoio àqueles que votarem nesta PEC no dia de hoje; eu vou entrar em contato com todos os gabinetes, para que a gente possa ir além, e desenhar um programa definitivo de renda familiar para todos os brasileiros. E aí fica registrado um programa...

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... que não tenha mais nenhum momento... Em nenhum momento da nossa história nós vamos viver ou passar pelo que nós estamos passando, se nós constitucionalizarmos esse direito, mas já estabelecendo as regras, o modo de funcionamento, o modo como o Sistema Único de Assistência Social também vai participar, para dar segurança jurídica, para evitar a fraude...

Veja, o Bolsa Família tinha pouquíssimo desvio. Quando a gente viu o auxílio emergencial que foi feito, foram milhões de pessoas que receberam sem ter a necessidade. Portanto, a gente precisa ter algo definitivo para ocupar esse lugar e tirar, de uma vez por todas, brasileiros e brasileiras da insegurança e das dificuldades que a vida lhes coloca.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho, que já antecipa, em nome, com a autorização da Liderança do seu partido, o Senador Paulo Rocha, que manterá o destaque.

Pela ordem de inscrições, Senador Plínio Valério.

Senador Plínio Valério, seria para tratar e discutir sobre a matéria? (*Pausa.*)

Perfeito. V. Exa. está inscrito.

Ao concluirmos a discussão e as deliberações, já que teremos duas votações desta PEC, nós o convidaremos, como inscrito, na lista de oradores.

Indago às Sras. e aos Srs. Senadores, se desejam fazer uso da palavra para discutir a matéria? (*Pausa.*)

Esgotada a lista de oradores, nós encerramos a discussão em primeiro turno.

Passamos à apreciação da matéria.

Em votação a proposta em primeiro turno, nos termos do parecer de S. Exa., o Senador Antonio Anastasia, que é favorável à proposta com a Emenda nº 1, do Relator, ressalvado o destaque mantido e já defendido pelo Senador Rogério Carvalho.

A matéria depende, para a sua aprovação, do voto favorável de três quintos da composição desta Casa, ou seja, pelo menos 49 Sras. e Srs. Senadores votando "sim".

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para que nós iniciemos a deliberação.

Votação aberta, Sras. e Srs. Senadores.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Passamos à orientação, concedendo a palavra a S. Exa., Líder do MDB, autor Eduardo Braga, para orientar a Bancada emedebista.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para orientar a bancada.) – Meu caro Presidente Veneziano Vital do Rêgo, eu quero pedir o apoio não só da nossa Bancada do MDB, mas de todos os Senadores e Senadoras, como bem disse o aniversariante do dia, o Senador Flávio Arns – e aproveito para dar-lhe aqui os parabéns e os votos de muitos anos de vida, com saúde e paz, –, e dizer que o MDB encaminha "sim", na expectativa de que, ao tornar essa política uma política de Estado, perene, na Constituição da República, possamos trazer efetivamente esperança e justiça social para o povo brasileiro que tanto necessita disso nesse momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – O MDB orienta o voto "sim" aos seus integrantes.

Pelo PSD, Senador Nelsinho Trad. (*Pausa.*)

Pelo Podemos, S. Exa. o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para orientar a bancada.) – Presidente, primeiramente, os cumprimentos do Podemos e certamente de todo o Senado Federal ao aniversariante do dia, o Senador Flávio Arns, um Senador extraordinário e uma figura humana exemplar. Os nossos cumprimentos e o desejo de uma vida longa, com muita saúde, paz e sucesso. Que realize todos os seus sonhos. Que Deus o proteja sempre. Flávio Arns, um grande amigo e um grande líder.

E votamos favoravelmente, Sr. Presidente, ao projeto. O voto do Podemos é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Alvaro Dias, que orienta o Podemos e os seus demais integrantes pelo voto



”sim”.

Pelo PP, Progressistas, Senadora Daniella Ribeiro. (*Pausa.*)

Pelo PSDB, Senador Izalci Lucas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*)

– Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – ... já orientou o voto ”sim”.

Senador Esperidião Amin, perdoe-me.

Pelo PP...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para orientar a bancada.) – Na falta da Senadora, na falta eventual da Senadora Daniella Ribeiro, eu, que acabo de assinar uma proposta de emenda à Constituição da minha colega, querida amiga Daniella Ribeiro, ousou dizer, em seu nome e em nome da nossa bancada, ”sim” à proposta.

E aproveito a oportunidade para tonar público os meus parabéns ao querido amigo Flávio Arns, secundando as palavras do Senador Alvaro Dias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Esperidião Amin, que orientou aos seus companheiros do Partido Progressista o voto ”sim”.

O PSDB, pela sua Liderança, o Senador Izalci Lucas também já o fez, voto favorável à matéria.

Pelo DEM, S. Exa., o Senador Marcos Rogério. (*Pausa.*)

Senador Jayme Campos. (*Pausa.*)

Pelo Partido dos Trabalhadores, o querido Senador Paulo Rocha. (*Pausa.*)

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para orientar a bancada.) – Presidente, o Partido dos Trabalhadores entende e historicamente sempre defendeu um programa de renda mínima, como o Bolsa Família, considerado o maior programa de distribuição de renda do mundo.

Nós somos favoráveis à retirada do teto do gasto com programas de transferência de renda.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – V. Exa. orienta ”sim” para o texto e, no destaque, fará, mais uma vez, essa defesa? Já o fez.

Neste instante, nós estamos votando o texto-base.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Orientamos ”sim”.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Orientação do Partido dos Trabalhadores, Senador Rogério Carvalho, ”sim”.

Pelo Partido Liberal (PL), Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, meus colegas, o PL, no texto-base, orienta ”sim”.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Carlos Portinho.

Pelo Cidadania, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Sr. Presidente.

O Cidadania orienta voto ”sim”.



O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – O Senador Alessandro Vieira orientou o voto "sim" aos companheiros do Cidadania.

Pelo Partido Democrático Trabalhista, Senador Cid Gomes. Como orienta o PDT, Senador Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - CE. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – Meu caro Presidente Veneziano, saúdo V. Exa., sempre muito retilíneo conduzindo esta sessão do Senado Federal.

Cumprimento o Senador Eduardo Braga pela iniciativa do projeto. Isso é o verdadeiro planejamento. Diferentemente do que a gente, lamentavelmente, está assistindo lá na outra Casa, o Senado tem tido uma preocupação de realmente formular políticas públicas que sejam políticas de governo e não políticas oportunistas, às vésperas já de um ano eleitoral. Então, parabéns ao Senador Eduardo Braga. Essa iniciativa dele é do ano passado, e V. Exa. a coloca em pauta hoje em muito boa hora, simbolicamente demonstrando a maturidade que o Senado Federal tem. Eu já tenho ouvido de muitos brasileiros que essa Casa tem salvado o Brasil diante de tanto oportunismo, diante de tanta bravata que tem acontecido no Parlamento brasileiro.

Quero cumprimentar a sobriedade do nosso querido Senador Anastasia, que, como de hábito, faz, com grande maestria, com grande eficiência e competência, a relatoria dessa matéria.

Quero dizer que o PDT, com muito orgulho, encaminha o voto "sim" para essa matéria.

O Brasil precisa proteger a sua população mais pobre.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Agradecido, querido amigo Senador Cid Gomes.

O PDT orienta o voto "sim".

Pelo PROS, S. Exa. o Senador Telmário Mota. (*Pausa.*)

Amantíssima Senadora Zenaide Maia, pelo PROS.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sr. Presidente, está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Muito bem, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – Colegas Senadores, quero parabenizar o Senador Eduardo Braga e o nosso brilhante Anastasia.

É uma pauta positiva. Está diferente do que a gente vê muito aqui: pautas negativas. Criar uma renda básica para o povo brasileiro, botando na Constituição, é uma coisa de uma importância fundamental, gente! Tem que ser uma política de Estado, e não uma política de governo. Ações públicas para o povo brasileiro não podem ser de governo, têm que ser de Estado, que é para a gente, todo ano, a cada Governo, não mudar uma renda básica para este País, para este povo, no momento em que a gente tem 20 milhões (*Falha no áudio.*)

O voto do PROS é "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Pela Rede, convidamos o Senador Randolfe Rodrigues para a orientação de sua bancada. (*Pausa.*)

Pelo Patriota, S. Exa. o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – Presidente, pelo Patriota, a orientação do voto é "sim". É importante...

Ouve-me, Presidente?



O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Sim, Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Dando continuidade, é só para orientar o voto "sim" pelo Patriota.

É importante que esteja na Constituição o programa social para aqueles que mais precisam, em especial no momento em que estamos vivendo, com o desemprego em alta por causa da pandemia. Aqueles que defendiam o "fica em casa, a economia a gente vê depois" estão vendo agora, na realidade, os efeitos nocivos disso. E, por isso, neste momento, mais do que nunca, milhões de brasileiros precisam dessa renda básica. O Governo Bolsonaro tem atendido, como encaminhou pela medida provisória.

E faço o apelo aqui: assim que a PEC dos precatórios for aprovada na Câmara, se por lá passar e chegar ao Senado, é importante que para o pagamento desse auxílio aos quase 17 milhões de brasileiros, é necessário, sim, que nós possamos aprovar a PEC com um espaço dentro do teto de gastos, um espaço maior, que será, inclusive, para a compra de vacinas no ano que vem. Então, ao contrário do que muitos têm dito, que isso seria uma espécie de toma lá dá cá com o Congresso Nacional, isso não é verdade. A PEC dos precatórios abre espaço para o Auxílio Brasil, para a compra de vacinas e diversas outras coisas que estão alinhadas com o lema de Bolsonaro muito antes da campanha: menos Brasília e mais Brasil. São recursos que chegam às cidades para atender a população, para atender os pagadores de impostos.

Muito obrigado.

O voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Flávio Bolsonaro.

Pelo PSD, S. Exa. o Senador Sérgio Petecão. Como orienta a sua bancada, Senador?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC. Para orientar a bancada.) – Presidente, o nosso Líder Nelsinho Trad encontra-se numa agenda e pediu que nós aqui assumíssemos a responsabilidade e indicássemos o voto "sim" pelo PSD. O 55 é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Sérgio Petecão. Pelo PSD, orientando em nome do Líder Nelsinho Trad, o voto "sim".

Pelo PSC, Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para orientar a bancada.) – Presidente, muito obrigado.

Eu quero, antes de defender o voto, cumprimentar o nosso Senador aniversariante de hoje, Flávio Arns, desejando vida, saúde e paz. Que seja uma benção todos os dias que a gente possa continuar aqui trabalhando e ajudando o Brasil.

Presidente, lá no passado, no Governo ainda de Fernando Henrique Cardoso, quando surgiram diversos auxílios – Bolsa Escola, bolsa alimentação, cartão alimentação, auxílio-gás –, naquele momento, começava a se formatar uma política de transferência de renda de que o Brasil tanto precisava. A população aumenta, a economia não aumenta na mesma proporção para dar cobertura e oportunidade para que possa ser um pouco mais fácil o acesso ao emprego. O Governo Lula pegou todos esses benefícios e transformou no Bolsa Família, mas agora eu acho que a gente tem um momento diferenciado. Correto?

Primeiro, nasce uma legislação aqui no Senado Federal, no Congresso Nacional, transformando tudo isso numa política de Estado.

Segundo, o Governo Federal querendo dar um significado maior nesse sentido, podendo aumentar esses valores que estão extremamente defasados para atender às populações carentes.



(*Soa a campanha.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – A gente vive num País onde se tem muita dificuldade com a grande camada da sociedade, problema financeiro, econômico, dificuldade imensa, e, depois de uma pandemia dessas em que a economia foi lá para baixo, nada melhor do que oferecer uma oportunidade mais digna de sobrevivência a essa população.

Parabéns ao nosso Senador Eduardo pela autoria e ao Professor Antonio Anastasia, que está aqui na minha frente, por ter incorporado e entendido a mensagem da PEC. Parabéns.

O PSC não podia fazer diferente: o ser humano em primeiro lugar. Votamos pela aprovação da PEC. Votamos "sim".

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Zequinha, que fala em nome do PSC.

A mim me parece que o Líder Marcos Rogério está conectado conosco?

Senador Marcos Rogério, por gentileza, como V. Exa. orienta os seus demais companheiros?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – Senador, caro Presidente Veneziano Vital do Rêgo, cumprimento V. Exa. pela condução dos trabalhos da Casa no dia de hoje; cumprimento, de maneira especial, o Senador Eduardo Braga pela autoria dessa importante emenda constitucional; e o nosso Professor Antonio Anastasia pelo brilhante voto.

A orientação do Democratas é pelo voto "sim". Trata-se de uma matéria com absoluta sintonia com os brasileiros que sofrem, e não adianta pensar em tantas outras políticas públicas sem socorrer aqueles que mais precisam. Especialmente num momento como este que nós atravessamos, é importante assegurar a renda básica, a renda mínima a essas pessoas. E essa proposta é um instrumento que vai possibilitar essa concretização.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Marcos Rogério, que orienta o voto "sim" pelo Democratas.

S. Exa. o Senador Mecias de Jesus, pelo Republicanos. (*Pausa.*)

Senador Mecias de Jesus. (*Pausa.*)

Senadora Soraya Thronicke, pelo PSL.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, gostaria de parabenizá-lo pela condução dos trabalhos de hoje e parabenizar também o Senador Flávio Arns, que faz aniversário nesta data. Quero cumprimentar o Senador Eduardo Braga pela iniciativa brilhante, neste momento, nem se fala, num momento de tamanha necessidade do povo brasileiro. E também, por fim, quero parabenizar o Senador Anastasia pelo brilhante, pelo costumeiro brilhantismo na condução de suas relatorias. Gosto muito de ouvir o Senador Anastasia. A sua conduta, a forma que faz suas relatorias é de muita credibilidade. E, por isso, nós vamos orientar o voto "sim", pelo PSL.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senadora Soraya Thronicke.

Eu indago à Secretaria-Geral da Mesa se S. Exa. a Senadora Kátia Abreu está conectada entre nós? (*Pausa.*)

Senador Jean Paul Prates. (*Pausa.*)

Pelo Governo, S. Exa. o Senador Fernando Bezerra, como o Governo se pronuncia?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB -



PE. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo deseja, inicialmente, cumprimentar o Senador Eduardo Braga pela iniciativa de constitucionalizar o direito à renda mínima aos brasileiros mais carentes, mais frágeis, mais necessitados; cumprimentar o Senador Antonio Anastasia, por, mais uma vez, apresentar um relatório muito bem escrito, estudado, refletido, procurando retirar os excessos, neste momento de grande indecisão, indefinição em relação aos rumos de financiamento para os gastos públicos. Portanto, o relatório aqui apresentado prima pelo equilíbrio, ao mesmo tempo que assegura e reforça esse direito que sobe à categoria de um direito constitucional.

Na realidade, a política de proteção social foi iniciada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso; na sequência, pelo Presidente Lula; depois, nós tivemos, com a chegada do Presidente Bolsonaro, a transformação do Bolsa Família no Auxílio Brasil. E o Presidente Bolsonaro toma a iniciativa de alargar esse benefício, sobretudo, neste momento de crise alimentar, em que milhões de brasileiros têm dificuldade de acesso a proteína, a comida.

Então, é importante que a gente possa, daqui para a frente, saber que a política de solidariedade, de proteção aos mais pobres é uma garantia constitucional.

E, por isso, o Governo orienta o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Fernando Bezerra Coelho, que falou em nome do Governo.

Pela oposição, nosso Senador Líder Randolfe Rodrigues se encontra conectado? (*Pausa.*)

Não.

Senadora Líder da Bancada Feminina nesta Casa, Senadora Simone Tebet. (*Pausa.*)

Ausente.

Eu passarei à lista de inscritos, para que nós tenhamos um tempo a mais, para que alguns Senadores – por exemplo, o Senador Omar Aziz – possam votar. (*Pausa.*)

Temos ainda um destaque. Então, vamos passar direto para a abertura...

Em votação.... (*Pausa.*)

Não. Desculpem. Desculpem.

Encerramos a votação em primeiro turno.

Pedimos, encarecidamente, ao Secretário-Geral da Mesa que abra o painel para que nós identifiquemos o resultado do Colegiado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Votaram SIM 63 Sras. e Srs. Senadores à Proposta de Emenda à Constituição; nenhum Sr. Senador, nenhuma Sra. Senadora votou negativamente. (**Lista de votação - Vide Item 3.1.2 do Sumário**)

Quórum de 64.

Aprovada, portanto, a proposta com a Emenda nº 1, em primeiro turno, ressalvado o destaque, que apreciaremos, até porque mantido pelo autor, Senador Rogério Carvalho.

Votação do art. 2º da proposta, destacado pelo Senador Paulo Rocha, Líder do Partido dos Trabalhadores.

Concedemos, mais uma vez, a palavra ao autor do requerimento, Senador Rogério Carvalho; em seguida, à S. Exa. o Senador Relator Antonio Anastasia.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, mais uma vez o cumprimento pela direção dos trabalhos.

Esse programa só se materializará, só terá vida se nós o retirarmos do teto de gastos, para garantir



que essa renda possa se viabilizar. O teto de gastos não pode ser uma âncora tão pesada, que gere tanto sofrimento e tantas dificuldades ao povo brasileiro. Por isso que nós propomos nessa emenda e nesse destaque que fiquem fora do teto de gastos programas de renda familiar, que trazem dignidade, respeito, segurança alimentar, que podem alentar o povo brasileiro, que está neste momento clamando por uma posição mais acolhedora e mais humanista de todos nós Parlamentares, Senadores desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho, que dessa forma faz a defesa do destaque.

S. Exa. o Senador Antonio Anastasia, como Relator da matéria, seu posicionamento, querido Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, eminente Presidente.

Eu ouvi com muita atenção as sempre lúcidas palavras do Senador Rogério Carvalho, as recebo com imenso interesse, mas, conforme aludi no nosso relatório, no nosso parecer, me parece que é uma questão de oportunidade. Não há dúvida de que o tema do teto de gastos, neste momento, é um tema bastante delicado sob o ponto de vista até da economia nacional, tem desdobrado muitas atenções, inclusive em votações recentes na Câmara dos Deputados, que chegarão talvez em breve aqui ao Senado Federal. E, como o eminente autor da proposta, Senador Eduardo Braga, se manifestou aqui de maneira adequadíssima, pertinente, dizendo que o espírito da sua PEC era exatamente a criação do princípio do direito, que está garantido, me parece que, neste momento, até para permitir a aprovação do texto constitucional, quer nesta Casa, quer na Câmara, e termos a garantia perene do direito à renda básica, essa supressão se faz necessária.

Evidentemente, num segundo momento, pela identificação orçamentária, por lei ordinária, quando tivermos o rol explícito dos valores e das dotações orçamentárias a sustentar, aí sim, em razão do orçamento, nós vamos verificar como será a adequação desses recursos.

E é bom lembrar também, por fim, Sr. Presidente, que o eventual rompimento, neste momento, do teto de gastos, poderia tornar o processo inflacionário tão agudo que o valor da renda seria dizimado, infelizmente, e não teria lastro suficiente para fazer frente às necessidades.

Desse modo, sentindo um peso no coração pelo texto original do Senador Eduardo Braga, mas que compreendeu, e pedindo escusas e vênias à Liderança do PT, especialmente na pessoa do Senador Rogério Carvalho, eu mantenho o texto do relatório pela exclusão do *caput* mencionado no referido destaque.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado ao nobre Relator, Senador Antonio Anastasia.

Eu só faria aqui um adendo, uma lembrança: não é regimental a discussão de destaques, mas, evidentemente, se rápidos forem os nossos companheiros que pediram, até pela atenção da Mesa, Senador Eduardo, Senador Alessandro, Senadora Zenaide Maia, nós assim o façamos. Agora, encarecidamente, com a participação breve.

Por gentileza, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Sr. Presidente.

De forma extremamente breve, o Senador Anastasia muito corretamente reposiciona a discussão. Não há necessidade de rompimento do teto de gastos para o atendimento a um robusto programa de transferência de renda. Eu lembro a V. Exas., lembro àquele cidadão brasileiro que nos acompanha que o Orçamento do ano 2021 é na casa dos R\$4,325 trilhões. Então, são R\$4,325 trilhões. Um programa,



mesmo um programa robustecido, não vai chegar nem a 2% desse valor. Então, não há por que se imaginar a necessidade da ruptura do teto de gastos. O que nós precisamos, sim, é de vontade política e qualidade técnica na gestão.

E eu tenho certeza de que o Senado fará o seu papel de forma muito clara, qualificada, como sempre tem feito, mais ainda amparado agora nessa inclusão como direito constitucional da renda básica.

É apenas a minha contribuição, Sr. Presidente.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Alessandro Vieira.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pela ordem, Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu acabo de ter conhecimento de que se marcou uma reunião do Congresso Nacional para a próxima quinta-feira, depois de amanhã, e de que não está na pauta dessa reunião o veto ao projeto da quimioterapia oral, ao PL da quimioterapia oral.

Ora, esse veto já tem... Há muito tempo, o Presidente fez esse veto. O Congresso Nacional tem a obrigação de deliberar sobre isso. Nós temos que aqui deliberar. Esse é um projeto que mexe com a vida de milhares de pacientes com câncer em todo o País. E eu não posso achar que a luta contra o câncer não seja uma prioridade. Então, eu gostaria de solicitar que esse veto entrasse na pauta dessa reunião do Congresso Nacional no dia de quinta-feira, depois de amanhã. Esse é um tema muito caro para milhares de brasileiros, para milhares de famílias que vivem esse problema real nas suas vidas. E o Congresso Nacional tem nas suas mãos uma chance de facilitar a vida dessas pessoas. Então, eu queria solicitar que entrasse na pauta esse veto, porque não há motivo para ele não entrar. O veto já está aí há muito tempo para ser deliberado e não pode simplesmente ser engavetado. Então, eu queria fazer essa ponderação respeitosa a V. Exa. e à direção desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Senador Reguffe, suas palavras, seus posicionamentos sempre haverão de ser tidos por nós como respeitosos, porque assim são as suas demonstrações.

Eu apenas informo ao querido companheiro que estou recebendo a informação da parte da Secretaria-Geral da Mesa, pelo Dr. Gustavo Sabóia, de que, para esta quinta, não há nenhuma inclusão de apreciações de vetos, apenas discussões em torno de projetos de lei do Congresso, questões orçamentárias.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Respeitosamente também, Sr. Presidente, os vetos têm que ser analisados! Não pode só votar PLN, tem que votar os vetos. Os vetos estão aí, são temas importantes para a sociedade. E é uma obrigação – não é nem um direito, é uma obrigação – do Congresso Nacional deliberar sobre esses vetos.

Esse da questão da quimioterapia oral é um veto que mexe com uma doença que é uma doença grave, que é o câncer. Esse é um projeto que melhora a vida real de milhares de pacientes com câncer. Então, eu queria fazer essa ponderação, esse apelo, para que fosse colocada na pauta a análise desse veto.

É a minha ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – E V. Exa. bem sabe do meu posicionamento pessoal a respeito da matéria desde o momento em que ela foi discutida, defendida por V. Exa. e votada pela Casa.



Nós aguardamos o retorno de S. Exa. o Senador Rodrigo Pacheco, que, de certo, não deixará, até o término das nossas atividades no ano de 2021, junto ao Governo e à Câmara, de fazer uma sessão para que nós apreciemos esse e outros que também merecedores são da nossa apreciação, tenha certeza disso, Senador Reguffe.

Senadora Zenaide, abriu mão ou ainda deseja fazer uma participação breve, minha querida amiga, Senadora Zenaide?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Eu quero fazer. Não abri mão, não. Quero fazer. Quero fazer, Presidente. É a minha hora de falar, não é?

Eu quero aqui parabenizar o meu colega Veneziano aqui do Estado da Paraíba, meu vizinho, e dizer o seguinte: acho que o destaque tem razão de ser. Como vai ser se a gente não botar fora do teto de gastos? É claro que não vai acontecer. Essa história de dizer que "por si só"... Isso não existe!

Uma coisa que me chamou a atenção, pelo que eu também parabenizei, foi o Projeto de Resolução do Senado nº 60. Essa criação é para a defesa da responsabilidade fiscal, mas existe algo para o que eu quero chamar a atenção. Responsabilidade fiscal, colegas, não é só gestão de recursos públicos; responsabilidade fiscal é também não fazer isenções bilionárias de recursos públicos que seriam para a saúde e para a educação, como é feito, como este Governo e outros anteriores fizeram (*Falha no áudio.*) Isso também é responsabilidade fiscal!

Quero lembrar a esta Comissão, que eu quero parabenizar, de Lasier, de Oriovisto... Lembrem-se: a responsabilidade fiscal não se restringe só à gestão... A gestão de recursos públicos não é só o gasto dos recursos públicos. As renúncias fiscais são graves também, e isso... (*Falha no áudio.*) Há renúncias fiscais neste País que são bilionárias, como em nenhum país do mundo. Não são só os serviços públicos que têm que ser contingenciados. Não se tem que cuidar só dos recursos fiscais da saúde e da educação, que podem ser a responsabilidade fiscal. É responsabilidade fiscal também deste Governo e desta Casa não permitir renúncias fiscais bilionárias para petroleiras, para bancos, para grandes empresários. Isso é responsabilidade fiscal também!

Está aqui. Como é que se fala tanto em responsabilidade fiscal e não se bota aqui que se tire do teto de gastos? Como é que o Governo vai fazer? Um teto de gastos que a gente há de convir, que é aquela Emenda 95... Nenhum país do mundo botou nada na Constituição que, durante 20 anos (*Falha no áudio.*) ... recursos para a saúde, para a educação, para a segurança pública e para a assistência social. Nenhum! Não existe isso! Meus colegas, parabéns! Vamos ter responsabilidade fiscal, mas não só para os serviços públicos que são oferecidos à população; vamos ter responsabilidade fiscal também com as renúncias fiscais bilionárias que são feitas para grandes petroleiras, para bancos e grandes empresários. Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, querida amiga, Senadora Zenaide Maia.

Esta Presidência faz um esclarecimento, apenas uma lembrança: os Senadores e/ou Senadoras que desejarem apoiar o posicionamento de S. Exa. o Senador Relator, Antonio Anastasia, que em seu parecer propõe a supressão do dispositivo destacado, votam "não", acompanhando o posicionamento do Relator, o Senador Antonio Anastasia; as Sras. e os Srs. Senadores que desejarem apoiar o Senador Paulo Rocha, autor do destaque defendido pelo Senador Rogério Carvalho, votam "sim" e mantêm o dispositivo destacado, desde que alcançados, pelo menos, 49 votos "sim", favoráveis.

Esta Presidência abre a votação.

(*Procede-se à votação.*)



O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Para orientação, nós concedemos a palavra aos Srs. e Sras. Líderes por um minuto.

Senador Eduardo Braga, pelo MDB.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, até por uma razão de coerência, porque este é um destaque do texto original da nossa proposta de emenda à Constituição, nós encaminhamos o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – O MDB orientou o voto "sim". O Senador Eduardo Braga assim orienta o MDB.

Pelo PSD, o Senador Sérgio Petecão, ainda na ausência do Senador Líder Nelsinho Trad.

O Senador Sérgio se encontra? (*Pausa.*)

Senador Alvaro Dias, pelo Podemos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para orientar a bancada.) – Presidente, o Podemos libera a bancada, e o nosso voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – O Podemos libera a bancada.

Senador Esperidião Amin, V. Exa. orienta, em nome da Senadora Daniella Ribeiro, pelo Progressistas?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, V. Exa. vai me permitir que, além de anunciar o voto "sim" do nosso partido, o Progressistas, eu registre aqui a presença dos queridos Vereadores e Vereadora do Município de Ilhota, Santa Catarina, que visitam esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Seja, querida Vereadora da cidade de Ilhota, muito bem-vinda, como também os queridos Vereadores da mesma cidade. Saudações aos demais integrantes do Poder Legislativo local.

O Progressistas orienta o voto "sim", Senador Esperidião Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, eu quis dizer que era a favor do destaque; portanto, o voto fica "não", não é?

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Não... Pelo destaque é voto "sim"; a favor do posicionamento do Senador Antonio Anastasia é "não".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para orientar a bancada.) – "Não", portanto, "sim" ao texto que foi destacado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Então, V. Exa. está votando...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – ... pelo posicionamento adotado na supressão proposta pelo Senador Antonio Anastasia. Então, o voto é "não". O Progressistas orienta o voto "não".

O PSDB, Senador Izalci Lucas. (*Pausa.*)

Senador Líder Marcos Rogério, pelo Democratas. (*Pausa.*)

Pergunto a S. Exa. o Senador, querido amigo e irmão, Jayme Campos se pode orientar a Bancada do Democratas.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu não estou entendendo muito bem o processo de votação, na



medida em que o ilustre Senador Eduardo Braga, que é autor da emenda, recomendou o voto "sim". O Relator da matéria, naturalmente, rejeitou a emenda proposta pelo Senador Paulo Rocha. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Exatamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Apoiado pelo Senador Rogério Carvalho.

Nesse caso aqui, para eu entender melhor, Senador Eduardo Braga, eu indago de V. Exa., porque está tão confuso o processo de votação que eu senti dificuldade até mesmo vendo o Senador amigo Amin na votação. Na votação, V. Exa., como autor da emenda, votou "sim". Lá, o nosso amigo Amin ia votar "sim", todavia, atendendo ali, porque foi rejeitada a proposta da emenda do Senador Paulo Rocha, recomenda "não". Então, fica um negócio meio assim...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador Jayme, só para esclarecer V. Exa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Pois não. Por favor, eu queria que me esclarecesse melhor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Na realidade, o Senador Paulo Rocha está destacando parte do texto original da PEC...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Que é o caso, nesse caso particularmente, que pode furar o teto, não é isso?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Que permitiria, portanto, que a renda básica não estivesse no teto...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Enquadrada no teto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E, para que V. Exa. tenha ideia, essa PEC foi apresentada no ano passado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Perfeito.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Portanto, quando apresentamos no ano passado – e foi isso que eu disse em sustentação ao que fez o eminente e brilhante Relator Anastasia –, era um princípio fundamental, e, por isso, apresentamos no texto original. Portanto, o Senador Rogério Carvalho não está destacando uma emenda, ele está destacando uma parte do texto principal da PEC, que foi suprimido pelo Senador Anastasia, e o destaque devolve esse texto do texto original.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Perfeito, entendi. Entretanto, é bom que se esclareça, V. Exa. votou "sim", certo?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Votei.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Já acompanhando o Relator da matéria, o caro Esperidião Amin vota "não".

Eu indago a V. Exa., porque eu acho louvável a iniciativa e meritória a emenda do Senador Paulo Rocha, apoiado pelo nosso Líder do PT, o grande amigo Rogério Carvalho, que... Nesse caso, particularmente, causou até certo ponto uma dúvida, na medida em que apenas se está fazendo uma supressão na originalidade da proposta de V. Exa...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não. Na realidade, a supressão aconteceu no relatório, por parte do Senador Anastasia.

O destaque tenta repor o texto original. É por isso que eu encaminhei "sim", coerentemente com o meu texto original, entendendo as razões pelas quais o Senador Anastasia, de forma prudente como sempre, de forma responsável como sempre, diante dos fatos e da votação da PEC dos precatórios, retirou,



mas o espírito original da PEC era o de que entrasse como direito social nas políticas públicas perenes da Constituição e que se extraísse isso de uma PEC chamada PEC 95, que estabeleceu o limite do teto de gastos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Nesse caso particularmente, eu teria que acompanhar, com certeza, eu imagino, o Senador Anastasia, pelo fato de que, eu imagino, de forma muito respeitosa e sobretudo responsável, ele entende que o melhor encaminhamento da matéria seria a recomendação, pelo relatório, com o voto "não".

É isso, Senador Anastasia?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Como Relator.) – Sim, exatamente, Senador Jayme Campos. Eu queria cumprimentar V. Exa. e dizer que, conforme houve a exposição, nós tomamos a decisão de suprimir do texto original o dispositivo apresentado pelo Senador Eduardo Braga, exatamente para, primeiro, ter um ambiente político mais adequado. A aprovação do princípio constitucional do direito à renda básica já é um grande passo – e nós sempre cumprimentamos e aplaudimos o Senador Eduardo por essa iniciativa, que é histórica –, exatamente pelo fato de que o debate sobre o teto de gastos hoje está muito inflamado, está envenenando o ambiente, e isso poderia prejudicar a aprovação, além de criar um ambiente instável economicamente.

Eu até acho que, se a matéria tivesse sido votada no ano passado, o ambiente era outro e possivelmente talvez não houvesse essa situação. Mas agora, com o ambiente que vivemos, o quadro, as circunstâncias, não me parece recomendável a oportunidade de uma discussão dessa questão do teto nessa PEC. A matéria virá a ser discutida aqui nesta PEC, que está sendo aprovada na Câmara dos Deputados, mas com outras circunstâncias e outra roupagem.

Por isso, eu me inclinei pela supressão. E, portanto, seria o voto "não", para não ter a aprovação do destaque.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para orientar a bancada.) – Concorde com V. Exa.

O DEM recomenda "não", em que pese aqui eu ter que fazer justiça.

Com certeza a emenda do Senador Paulo, aqui defendida pelo Senador Rogério, é maravilhosa. V. Exa. deixou muito claro que nós precisamos ter aqui recursos suficientes para atender a essa política pública, que é a inserção social para um melhor atendimento às famílias menos favorecidas.

Entretanto, diante do esclarecimento feito aqui pelo Senador Anastasia e pelo Autor, Senador Eduardo Braga, o DEM recomenda "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Jayme Campos, que se pronunciou em nome do Democratas.

Apenas para que renovemos: o MDB orientou "sim"; o PSD ainda não o fez; o Podemos orientou liberação da sua bancada pelo Senador Alvaro Dias; o PP, com S. Exa., o Senador Esperidião Amin, orientou "não".

E o PSDB, Senador Izalci Lucas?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para orientar a bancada.) – Presidente, esses alguns cabelos brancos aqui são um sinal de que a gente viveu muito. Eu, particularmente, acompanhei uma inflação de 82% ao mês. Não adianta a gente querer dar com uma mão e tirar com as duas. Tem que ter muita responsabilidade nessa hora.

Então, eu acompanho o Relator, o Senador Anastasia, com muita prudência, sempre vendo o Brasil. É evidente que todo mundo aqui defende os programas sociais. Eu acabei de dizer aqui que é inadmissível, num País como o nosso, as pessoas passarem fome. Então, tem que ter, mas dentro de uma responsabilidade. Não adianta pegar agora uma inflação que já está chegando a 10%, dois dígitos... E me preocupa muito



isso, bastando ver aí o preço do gás e o da gasolina. Então, responsabilidade fiscal.

O PSDB vota com o Relator, Presidente, ou seja, é "não".

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Izalci, votando ou orientando o seu partido pelo voto "não".

Senador Rogério Carvalho, pelo PT.

Apenas para lembrar a V. Exas. que nós pretendemos colocar em votação, em segundo turno, esta PEC. Portanto, votação nominal com quórum mínimo de 49 Srs. e Sras. Senadoras.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, todos nós temos uma preocupação com a inflação, mas, para a gente combater a inflação, a gente precisa tomar algumas medidas, como, por exemplo, definir uma política de preços para gasolina, óleo diesel e gás de cozinha, que estão dolarizados. E, portanto, com o dólar se valorizando, não tem como você não aumentar a inflação e como não impactar na taxa de juros. Da mesma forma que um País que não tem estoque regulador de nada, é óbvio que, numa demanda grande de *commodities*, nós vamos ter a dolarização dos preços dessas *commodities*, o que vai impactar na inflação e que vai impactar na taxa de juros. Isso custa muito mais caro ao País do que a gente ter uma definição clara de qual é a forma de financiar o fim da fome e das dificuldades do povo brasileiro.

É interessante, Sr. Presidente, também, chamar a atenção, com todo o respeito ao Senador Anastasia, mas o Governo está lá na Câmara, neste momento, burlando o teto, buscando um caminho para burlar o teto. E nós, aqui, sem querermos assumir, de fato, qual o caminho para, definitivamente, termos uma política de inclusão, pelo direito, através da renda básica, para todos os cidadãos e cidadãs brasileiros.

Por isso, a gente defende o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – O PT orienta o voto "sim".

PL, Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – Presidente, boa noite a todos.

Quero deixar bem claro que votei "sim" à proposta, iniciativa excelente do Senador Eduardo Braga, pois a política de renda básica deve ser uma política pública inserida na nossa Constituição, porque inclusive já adotada pelo Governo A, B, C, ou seja, já inserida, na prática, como política pública. E agora, graças à iniciativa do Senador Eduardo Braga, graças à iniciativa da relatoria do Senador Anastasia, consagrada também na Constituição. Isso eu defendo. Agora, ao destaque, a orientação é "não". Por quê? Porque temos que defender sim o teto de gastos, neste e em qualquer outro Governo.

Podemos discutir, à frente, a PEC, no que toca aos precatórios. Por quê? Os precatórios são despesas imprevisíveis, são obrigações que partem de decisões do Poder Judiciário, e aí podemos inclusive discutir depois um colchão pra isso, um fundo, de onde virão esses recursos, mas a questão da PEC que está na Câmara, ela leva a essa discussão, não para pagar auxílio emergencial, mas porque, realmente, os precatórios são despesas imprevisíveis.

Defendo o teto de gastos e defendo a renda básica proposta pelo Senador Eduardo Braga, que já é realidade no nosso País, em vários Governos, de esquerda, de direita, de centro, e assim será, para sempre, enquanto não gerarmos emprego e trabalho a mais do que precisamos hoje ainda neste pós-pandemia.

Então, o PL orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Carlos Portinho, orientando pelo "não" sua bancada do PL.

Pelo PSD, em nome do Líder Nelsinho Trad, Senador Antonio Anastasia.



O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Para orientar a bancada.) – Muito obrigado, Presidente.

O Senador Nelsinho me recomendou que transmitisse a orientação do voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Voto "não" para o PSD.

Pelo Cidadania, S. Exa., Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, ninguém está discutindo aqui a relevância, a importância, a necessidade da renda básica – sou Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista em defesa dessa renda mínima –, mas você não vai fazer isso nem vai corrigir os nossos rumos na economia olhando pelo retrovisor, falando em tabelamento de preços, falando em ruptura de teto. A manutenção das condições, dos fundamentos econômicos, é condição básica para ter taxa de juros mais baixa e controle da inflação.

Então, o Cidadania recomenda o voto "não", acompanhando a posição do Relator Antonio Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Alessandro Vieira.

Pelo PDT, S. Exa., o Senador Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - CE. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – Eu quero agora, nesta oportunidade, cumprimentar o nosso querido Senador Flávio Arns, desejar-lhe muita saúde, muita paz. Que Deus o inspire e ilumine sempre.

Sr. Presidente, estivesse essa matéria sendo votada ao tempo em que foi apresentada, não tenha dúvida de que me posicionaria favoravelmente aqui e essa questão ficasse excluída do teto de gasto. Até porque, Sr. Presidente, esse teto de gasto só existe para despesas que são voltadas para serviços públicos destinados à população. Quando se trata de juros da dívida, de encargos da dívida, de serviço da dívida, não há teto de gasto. O que a gente vê é crescentemente o orçamento da União tendo uma participação maior, a despeito até de a gente ter reduzido um pouco os juros, no ano passado, já em elevação novamente, o que já está permitindo aos bancos que, de novo, comecem a quebrar recordes, recordes. Em 2021, o anúncio agora, do segundo trimestre, aponta que os bancos conseguiram bater o recorde histórico. E, lamentavelmente, é isto que o orçamento da União faz: dar lucro a banqueiro, dar lucro a bilionário, dar mais dinheiro a quem já tem muito. E o teto de gastos é só para o servidor público, é só para os serviços públicos, é só para a educação, é só para o ensino superior, é só para o Fundeb, é só para o SUS, e etc., etc., etc.

De maneira que, se fosse um ano atrás, eu votaria a favor. No momento, essa discussão está contaminada, porque, oportunisticamente, o Governo Federal está querendo fazer um programa eleitoral, para ver se consegue conter a sua queda de popularidade. E, portanto, eu não quero dar margem, com o meu voto, a que o Governo possa, por oportunismo, implantar um plano que vale um ano para a eleição. De maneira que eu libero a bancada do PDT e, pessoalmente, me absterei, porque eu jamais quero registrar um voto meu favorável à manutenção de teto de gastos só para pobre, só para os brasileiros mais pobres e livre de gastos para os brasileiros mais ricos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Cid Gomes, que orienta a sua bancada, liberando-a, e se posiciona, pessoalmente, pela abstenção.

Senador Randolfe Rodrigues, pela Rede.



Senador Flávio Bolsonaro, pelo Patriota.

Senador Flávio.

Senado Zequinha Marinho, pelo PSC.

Senador Mecias de Jesus, pelo Republicanos.

Senadora Soraya Thronicke, pelo PSL.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, o PSL acompanha o Relator e vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – O PSL posiciona-se pelo voto "não", acompanhando o Relator.

Senadora Kátia não está conectada; Senador Jean Paul, igualmente.

Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Governo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, o Governo quer se alinhar à posição adotada pelo Senador Antonio Anastasia, ao fazer a leitura do seu relatório na proposta de emenda à Constituição do Senador Eduardo Braga.

Portanto, o Governo orienta o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Voto "não", é assim que orienta o Senador Fernando Bezerra Coelho, pela Liderança do Governo.

A Senadora Simone está entre nós? (*Pausa.*)

O Senador Randolfe, pela Oposição, também não? (*Pausa.*)

Senadora Zenaide Maia, pelo PROS. A Senadora Zenaide está ausente? (*Pausa.*)

Eu queria passar a palavra...

Apenas para lembrar e aqui chegar a uma convergência, nós abrimos o painel, na primeira votação, Senador Eduardo, com 64 votantes. Eu queria me comprometer com V. Exas. a também fazer um esforço para que nós cheguemos ao quórum, para que não haja dúvida sobre o compromisso desta Mesa de poder dar oportunidade aos senhores que se posicionam pelo voto "sim" e também pelo voto "não". Vamos esperar alguns minutos; caso contrário, teremos que abrir o painel, para que nós, assim, tenhamos o resultado final.

Eu fico aqui a identificar e diviso, com alegria, até pedindo desculpas ao Senador Jorge Kajuru – o Senador Jorge Kajuru me ouve –, porque V. Exa. mais cedo fazia referências – e aqui eu mencionei – e dizia que não poderia estar entre nós no início da sessão, até porque tinha sofrido uma queda glicêmica, mas gostaria, em nome da bancada do nosso querido e amado Estado de Goiás, de também transmitir as condolências, em nome pessoal e em nome público, representante que é nesta Casa como Senador, aos familiares e ao povo de Goiás pelo desaparecimento do nosso estimado amigo, Governador, ministro, Vereador, Deputado, homem público, digno de todas as nossas maiores e reconhecidas referências, Senador Iris Rezende.

Fico feliz em vê-lo e vê-lo bem, Senador Kajuru. (*Pausa.*)

Senador Kajuru, lamentavelmente, nós não estamos a ouvi-lo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Presidente, ouve-me neste momento?

Meu querido amigo, respeitado – você sabe o tanto que lhe quero bem –, nesta sessão, como Presidente, agradeço a sua postura durante o dia de hoje, porque diabético é assim: tem hora boa, tem hora ruim. E, no momento, também faço aqui um agradecimento a outro amigo, que é uma reserva moral e cultural do nosso Senado, Senador Esperidião Amin, que cedeu este espaço para mim, pois estaria eu mais lá na frente, em função de um compromisso. Agradeço ao querido amigo Amin.



Só rapidamente, em função do voto do que discutimos anteriormente, eu cumprimento o Senador Cid Gomes pelos seus argumentos. E eu não tenho compromisso com o erro, Presidente Vital do Rêgo, Veneziano querido. Se eu erro, eu volto atrás. E os argumentos do Senador Cid Gomes são absolutamente louváveis. Portanto, eu acompanhei o voto dele e mudei para abstenção.

Bem, eu começo o meu pronunciamento manifestando pesar pela morte do ex-Governador, ex-Ministro e ex-Prefeito Iris Rezende, o homem público de Goiás com maior projeção nacional em sua história. Não vou tecer loas a Iris Rezende, com quem tive várias divergências. Louvo o fato de que ele sempre teve mantido o debate nosso no plano das ideias. Jamais me processou por causa de declarações e críticas, como tantos outros que processam, pedindo dinheiro, como se a honra tivesse preço. Então, que Deus receba Iris e conforte sua família.

O assunto do dia, Presidente Veneziano, senhoras e senhores e Pátria amada, em especial: eu lamento que no mundo político hoje só se fale em orçamento paralelo e emendas secretas. Mais lamentável ainda é ver o Executivo e parte do Legislativo Federal enredados num conluio de flagrante desrespeito à Constituição. Que mau exemplo está se dando ao País com o abandono dos princípios da transparência e publicidade no uso do dinheiro público ou do público. Num Estado democrático de direito, nada pode justificar a distribuição de recursos orçamentários para a compra de apoio político. Basta citar levantamento da Associação Contas Abertas, com base em dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. Em outubro, mês que precedeu a votação na Câmara da PEC dos precatórios, foram empenhados 2,9 – 2,9! – bilhões em emendas do Relator, esse artifício que tem contornos de corrupção institucionalizada, senhoras e senhores.

Ainda bem que, provocado, o STF está questionando a constitucionalidade deste instrumento de barganha entre Executivo e Legislativo. Depois da decisão liminar da Ministra Rosa Weber, que suspendeu a execução do orçamento alternativo, o assunto já conta, no Pleno, com mais cinco votos. Agora é só esperar pelo julgamento do mérito.

Isso pode significar, Brasil, uma grande janela para o Legislativo restaurar um mínimo – um mínimo – de moralidade. Vamos buscar dinheiro para os pobres, remanejando os recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) em discussão no nosso Congresso. O Relator-Geral e os relatórios setoriais podem, sem mexer nas despesas obrigatórias, tirar um pouco de cada uma das 16 áreas existentes, destinando recursos para o auxílio aos mais pobres.

Termino com uma outra alternativa: o Governo enviar ao Congresso Nacional um crédito extraordinário com o valor do Auxílio Brasil, buscando recursos no mercado via emissão de títulos públicos. Do ponto de vista fiscal, seria muito mais salutar – muito mais.

Creio que este é nosso dever: o enfrentamento desse desafio. Será uma demonstração de que, em Brasília, não estamos dissociados do que realmente interessa ao Brasil e à Pátria amada.

Obrigado, Deus!

Saúde a todos e a todas!

Um carinho especial ao Presidente Veneziano Vital do Rêgo. Um abraço, irmão!

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, querido.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Saúde sempre. Cuide-se!

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Senador Flávio Arns e, em seguida, o Senador Eduardo Braga.

Nós atingimos o quórum de 62 Sras. e Srs. Senadores para que nós concluamos o segundo processo de votação.

Senador Flávio Arns, por gentileza.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Eu só gostaria, Sr. Presidente, rapidamente, de dizer que a gente tem aqui a presença do Edson Basso, que já foi Prefeito de Campo Largo, região metropolitana de Curitiba, Município muito próspero, com gente muito boa. É um Município que engrandece o Estado do Paraná.

Está aqui também presente o André Gabardo, Vereador do Município, parente inclusive, porque minha esposa também é Gabardo. Então, a gente quer dar as boas-vindas para o André Gabardo.

E, finalmente, o Prefeito Marcos César, que está aqui presente também representando o seu Município, Cruzeiro do Sul.

A gente fica muito feliz que as pessoas se aproximem do Congresso Nacional, do Senado Federal para buscar alternativas para suas regiões e Municípios.

Obrigado, Sr. Presidente.

Sejam muito bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Desculpem-me.

Pela Presidência, nós renovamos as saudações a todos os companheiros paranaenses que nos visitam nesta tarde.

Eu aproveito aqui, na condição de paraibano, para saudar a presença entre nós do suplente de Senador, mas que já nos deu a honra de, entre nós, estar na titularidade, Senador Diego Tavares, e do meu querido e jovem amigo Vice-Presidente da capital paraibana, João Pessoa, Vice-Prefeito Leo Bezerra.

Meus cumprimentos, querido! Leve as minhas mais sinceras congratulações ao Prefeito Cícero; ao Presidente da Casa, Dinho; enfim, a todos os companheiros também da administração da nossa capital. Um abraço a ambos.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Bem, Presidente, eu pedi a palavra pela ordem, primeiro, para externar, em nome da Liderança do MDB, o nosso sentimento de pesar pela perda de duas pessoas muito queridas neste País. Uma, um fenômeno do talento da mulher brasileira, da arte, da cultura, da música brasileira: Marília Mendonça, que, juntamente com o seu tio, o seu produtor, o piloto e o copiloto, deixaram-nos nesse final de semana, na sexta-feira, mais precisamente, de uma forma abrupta, num acidente aéreo. Quero aqui externar, em nome do MDB, o nosso mais profundo pesar aos familiares, aos amigos de todos que vieram a falecer nesse brutal acidente aéreo que aconteceu no Estado de Minas Gerais, de alguém que partiu de Goiânia.

E aí chego em Goiânia, para, como Líder do MDB, prestar aqui a minha homenagem póstuma a um grande líder político, a um grande goiano, a um grande brasileiro: Iris Rezende, que foi Senador da República, um homem público com uma carreira longa, inestimável e irreparável. Tanto é assim que foi Prefeito de Goiânia por inúmeras vezes, fruto do seu talento administrativo, fruto da sua criatividade, fruto da sua história e do seu compromisso com o povo e com a cidadania do Estado de Goiás.

Iris nos deixou, mas deixou um legado na vida pública brasileira, na vida pública do Estado de Goiás e no MDB, Sr. Presidente. Portanto, eu não poderia deixar de, em nome da Liderança, prestar esta homenagem e me solidarizar com a família e com os amigos do nosso querido Iris Rezende, nosso companheiro do MDB, emedebista histórico.



E, por fim, Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo a V. Exa. Há um requerimento de urgência já sobre a mesa, assinado por mais de 61 Senadores, pedindo para que venha à Plenário uma matéria que já foi sobejamente discutida, e sobejamente construídos os seus entendimentos, superados os seus obstáculos, aliás, por um trabalho que aqui quero destacar, de forma muito competente, do Senador Nelsinho Trad.

Eu me refiro à BR do Mar, como é conhecido o PL...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... O PL 4.199, de 2020.

Sr. Presidente, para que V. Exa. tenha a dimensão do que nós estamos falando, no dia 8 de dezembro, vence o AFRMM. Isso desempregará, na Amazônia brasileira, mais de 30 mil brasileiros; isso desempregará, no Estado do Rio Grande do Norte, todos os trabalhadores das minas de sal. Portanto, Sr. Presidente, esta é uma matéria que urge, porque se nós não a votarmos no Plenário do Senado, para ir ao Plenário da Câmara, em tempo de ser votada e ser sancionada antes do dia 8 de dezembro, nós estaremos causando um grave e sério prejuízo! Milhares de brasileiros perderão o emprego pelo fim do AFRMM. E esta matéria traz uma modernização para a navegação costeira...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... e para a navegação do interior do Brasil importantíssima. Portanto, apelo a V. Exa. para que a gente possa trazer a Plenário o Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, conhecido como BR do Mar, tendo em vista a urgência social, em função dos empregos e da necessidade de aprovação antes do dia 8 de dezembro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pertinentes as suas colocações, Senador Líder Eduardo Braga. Tenho absoluta certeza de que, ao retornar de missão internacional, S. Exa. o Senador Presidente Rodrigo Pacheco haverá, até segunda-feira, de reunir-se, marcar para a reunião de Líderes, e colocar como item ou um dos itens prioritários, o que, de fato, inescandivelmente, é a BR do Mar, amplamente discutida. Então, acolho como muito pertinente, como também as lembranças de V. Exa. a esse trágico episódio que, neste último final de semana, também se abateu sobre o Estado de Goiás e sobre toda essa gigante população brasileira de ardorosos fãs de Marília Mendonça e, obviamente, de todos que partiram, lastimavelmente, naquele episódio. A Presidência associa-se e também transmite as nossas condolências ao povo de Goiás e aos milhões de fãs daquela queridíssima, extraordinária, competentíssima e fulgurante expressão da música popular brasileira.

Eu queria inclusive, antes de passar a palavra à Senadora Nilda Gondim, fazer aqui a leitura do requerimento de autoria de S. Exa. o Senador Vanderlan Cardoso, requerendo, nos termos dos arts. 218, II, III, "d" e III, "e" e 221, I e II, do Regimento desta Casa, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do querido homem público brasileiro, Senador, Governador, enfim, de tantas representações, Iris Rezende Machado, acompanhado pelas seguintes homenagens: apresentação de condolências à senhora sua esposa, D. Íris, aos seus filhos, Ana Paula, Adriana e Cristiano, ao seu genro, Frederico, aos seus netos e a milhões de goianos que choram sua perda e representação nos funerais e cerimônias.

Assinado pelo querido companheiro goiano, Senador Vanderlan Cardoso.

Deferido.

E a nossa recomendação para publicação em ata.

Senadora Nilda Gondim tem a palavra para que nós concluamos a votação desse destaque.

Senadora Nilda.



A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem.) – Vou ser breve, Sr. Presidente.

Eu quero me acostar inclusive a esse requerimento do Senador Vanderlan, porque Iris Rezende foi realmente um partidário do MDB altamente competente, capaz, dinâmico, sério. Eu fui colega de Íris também, sua esposa, Deputada Federal conosco. Eu quero apresentar também meus sentimentos de pesar.

Sr. Presidente, nós perdemos também, inclusive, coincidentemente, ela é também de Cristianópolis, a cidade de Iris. A cidade perdeu duas ilustres pessoas, filhas da terra, não é? Marília e também o nosso Iris.

Perdemos, de forma trágica e precoce, uma cantora e compositora que se revelou um fenômeno nacional. Marília Mendonça, goiana, de família humilde, encontrou, na adolescência, inspiração para expressar o sentimento, a missão e os valores da mulher, através da música sertaneja. Deixou-nos no auge de sua carreira, tão meteórica, mas ficou a mensagem de amor, humildade, igualdade, autoestima, qualidades que devem nortear a vida e a conduta da mulher.

Descanse em paz, Marília, você, que vai se eternizar no coração de todos os brasileiros, e também os seus companheiros de viagem, que tiveram também uma trágica perda!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, nobre Senadora Nilda Gondim Vital do Rêgo.

Nós vamos concluir a votação. Chegamos ao mesmo quórum da primeira; portanto, sentimo-nos na condição de fazer o anúncio, determinando ou pedindo à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para que nós identifiquemos o resultado final.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Voto SIM, acompanhando o destaque, o requerimento para destaque do Partido dos Trabalhadores, 15 Sras. e Srs. Senadores votaram SIM; e NÃO, sob a recomendação do Relator Antonio Anastasia, 46 Sras. e Srs. Senadores. **(Lista de votação - Vide Item 3.1.2 do Sumário)**

Rejeitado, portanto, o destaque.

Fica retirado o art. 2º do texto da proposta.

Nós consultamos o Plenário se, ato contínuo, podemos passar à apreciação da matéria em segundo turno. *(Pausa.)*

Nenhuma objeção, Senador Eduardo Braga.

Havendo essa concordância que V. Exas. nos dão, passamos à discussão da proposta em segundo turno.

Não há, na lista de inscritos, nenhuma e nenhum companheiro, Senadora ou Senador, inscrito.

Esgotada a lista de oradores, sem inscrições, está encerrada a discussão em segundo turno.

Passamos à apreciação da matéria.

Em votação a proposta em segundo turno.

A matéria depende, para sua aprovação, como bem conhecemos, mas é importante que lembremos, de votos favoráveis de três quintos da composição da Casa, ou seja, pelo menos 49 votos "sim".

Solicitamos à Secretaria-Geral que abra o painel para que nós iniciemos o processo de votação.

Votação aberta, Sras. e Srs. Senadores.

(Procede-se à votação.)



O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Eu indago a V. Exas., Senadores e Senadoras Líderes, se nós podemos repetir a orientação que fora dada à matéria no primeiro turno. (*Pausa.*)

Todas e todos os Srs. Senadores concordam, então pedimos à Secretaria-Geral da Mesa que faça em painel a inscrição do voto "sim" para todas as Lideranças.

Vamos passar, então, até que nós cheguemos ao quórum desejável...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – A orientação foi "sim".

Vamos passar à lista de oradores e, nela, encontro, como primeiro orador, na retomada, Senador Eduardo Girão; em seguida, Senadora Zenaide Maia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para discursar.) – MUITÍSSIMO obrigado, Sr. Presidente Veneziano Vital do Rêgo, sempre muito cordial, muito gentil, um *gentleman*, realmente, conduzindo os trabalhos aqui da Casa.

Eu quero felicitar um Senador admirável, que é o Flávio Arns, pelo aniversário hoje. Que Deus lhe dê muita sabedoria, discernimento, saúde, paz e realizações nessa sua trajetória vitoriosa, Senador! É uma honra caminhar ao seu lado aqui no Senado. Tenho aprendido muito com o senhor nas Comissões e no Plenário.

Sr. Presidente, eu queria, neste momento, manifestar a minha preocupação crescente com um princípio básico nosso, Senadora Nilda Gondim, uma premissa que sempre esteve marcada na história do Brasil. A gente teve retrocessos, mas o avanço não para, desde a ditadura, que é a liberdade de expressão, princípio fundamental, Senadora Leila Barros.

Eu tenho notado, nas próprias redes sociais que eu acompanho – e, muitas vezes, nas minhas –, algumas manifestações estranhas, como se não entregassem certas mensagens conservadoras. Alguns temas específicos, que incomodam o *establishment*, o politicamente correto, aquilo, de alguma forma, perde a força nas redes sociais.

O que fazer? O que fazer sobre isso? Porque, um dia, todos aqui serão vítimas. Hoje, começam com médicos, começam com pessoas que estão aí tentando, simplesmente, opinar e, de alguma forma, estão sendo caladas, censuradas.

O Dr. Ricardo Zimerman é um renomado médico infectologista e também pesquisador. Foi um dos especialistas, aliás, convocados, convidados, na verdade, pela CPI da Pandemia para mostrar evidências científicas do tratamento preventivo imediato ou precoce, como queira chamar, sob, obviamente, orientação médica.

Por ter tido a coragem, o Dr. Zimerman, de ser um dos porta-vozes, representando milhares de médicos brasileiros, está pagando um preço alto pelo patrulhamento ideológico.

Na semana passada, Sr. Presidente, ele teve a sua conta do Twitter bloqueada. Olha só, vou repetir, Senador Marcos do Val: a conta do Twitter bloqueada, por haver repercutido a publicação de um artigo crítico, que vai contra, vamos dizer assim, o *establishment* do politicamente correto, que foi um artigo publicado na *British Medical Journal*, um dos mais influentes e conceituados veículos de comunicação sobre medicina no mundo, lá do Reino Unido.

Essa medida autoritária do Twitter vem se somar a uma série de decisões semelhantes tomadas, infelizmente, por alguns Ministros do STF e do TSE, bloqueando, desmonetizando *sites*, *blogs*, canais e jornalistas. Olhem o risco disso!

O interessante é que todos eles têm um ponto em comum – esses que estão sendo censurados: eles



são conservadores. É muita coincidência! A justificativa, Sr. Presidente, tem sido sempre o cuidado com a proliferação das chamadas notícias falsas, as *fake news*.

Todos concordamos aqui que tais abusos devem ser devidamente punidos, em acordo com a legislação vigente, é claro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas o que temos assistido é a uma crescente escalada autoritária, com o cerceamento do sagrado direito de expressão, pilar fundamental da democracia.

Já me encaminhando para o final, ressalto que há um verdadeiro patrulhamento, repito, ideológico, com censura prévia de tudo aquilo que se opõe ao pensamento considerado politicamente correto.

Nenhuma, Senador Esperidião Amin, Senador Dário Berger, nenhuma instituição está legitimada pela nossa Constituição, Senador Plínio Valério, para funcionar como censor nas redes sociais, dizendo o que pode e o que não pode ser dito. Ora, ora! Ora, ora, nem a Suprema Corte de Justiça e muito menos os gigantes da comunicação do mundo da internet!

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Portanto, penso que é responsabilidade nossa, do Congresso Nacional, nos manifestarmos, ouvindo a sociedade, na busca de mecanismos legais que possam coibir esses abusos, mas sem, jamais, restringir a liberdade de expressão. Esse é um bom desafio da moderna contemporaneidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Que Deus o abençoe!

Gratidão.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – A todos nós, Senador Eduardo Girão!

Senadora Zenaide Maia, remotamente, como inscrita na lista de oradores.

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, colegas Senadores, queria aqui me solidarizar com a família de Marília Mendonça, com a família de Iris Rezende, mas me solidarizar com os mais de 610 mil brasileiros e brasileiras, jovens e adultos, vítimas da covid-19.

Colegas Senadores, aqui nós estamos discutindo essa PEC que cria uma renda mínima, pelo que parabenizo o Senador Eduardo Braga, o Relator Anastasia, mas eu queria dizer que, aqui, a gente tem que falar que há urgência. Enquanto nós estamos falando aqui, há 20 milhões de brasileiros que não comeram hoje e que, provavelmente, não vão se alimentar amanhã. Então, isso é urgente, sim!

Eu sei que tudo que a gente está votando aqui é importante, mas nada é mais importante do que gerar emprego e renda para esse povo. E nós sabemos que não se gera emprego e nenhum país do mundo sai de uma crise econômica se o grande investidor, que é o Estado brasileiro, no caso, não investir em infraestrutura, na geração de emprego e renda.

E, como falou o Senador Cid, se olharmos o orçamento, mais uma vez, quase 50%, praticamente, são destinados a pagar juros e serviços de uma dívida que nunca foi auditada. Ou seja, os bancos no nosso País, no Brasil têm a metade do orçamento da décima economia do mundo. Enquanto isso, temos menos de 4% para a educação, menos de 4% para a saúde, menos de 1% para a segurança pública – pasmem, senhores! –, segurança pública, que a grande maioria (*Falha no áudio.*) ... se elegeu prometendo segurança pública para a população.



Aí temos, sim, um controle fiscal rigoroso para não se gastar. Ou seja, o Estado não gastar com a educação da criança e do seu jovem.

É uma pergunta que não quer calar: o Estado brasileiro não oferece educação de qualidade pública, em tempo integral, para sua criança e seus jovens, e depois é esse Estado que condena esses jovens, que ele não educou e quer que seja educado?

Senhores, nós temos mais da metade do povo deste País com insegurança alimentar, que está com um mínimo de alimento sobre a mesa. Então, qualquer assunto que seja pautado aqui tem que ser relevante. E eu não estou falando nem dos 100 milhões, eu estou falando dos 20 que amanhã, pais e mães de família, não vão ter o pão na mesa, não vão ter o café da manhã.

Eu não estou falando nem dos que eles consideram empreendedores, aquela mãe de família que coloca aqui no Eixão uma banquinha de madeira, Presidente, com dois refrigerantes, dois bolos e aquela já é cadastrada como empreendedora individual. E assim são mais de 30 milhões que são considerados e que estão dentro.

Senhores, nós temos que pensar em ajuste fiscal, mas nós temos... Eu digo que o ajuste fiscal só não vai resolver. Nós vamos ajustar cada vez mais os gastos com saúde, com educação e com segurança pública, e nada para evitar que Petrobras, outras petroleiras, que bancos, que grandes empresários tenham lucros estratosféricos e que os bancos façam a extorsão das famílias brasileiras, cobrando 300% ao ano. Eu não estou aqui dizendo que banco não é para ter lucro, que é para falir, não! Mas para tudo há um limite nesta vida, só para juro que não há? Trezentos por cento ao ano!

E esse povo enrica com lucros e dividendos e não paga nenhum imposto. Agora, um trabalhador que ganha R\$1.905 já paga Imposto de Renda, e quem faz retiradas de R\$300 mil/mês de dividendos não paga Imposto de Renda, ou seja, não paga, não contribui com a saúde, com a educação, nem com a assistência social.

Por isso, o nosso povo está com fome, gente! Não existe uma política econômica para gerar emprego e renda. Esse povo não é vagabundo. Esse povo está oferecendo o que tem de mais nobre: a sua força de trabalho para alimentar a sua família.

Por isso, hoje, o meu coração chora não só pelas perdas de que a gente falou aí e com que me solidarizei, mas com essas mais de 20 milhões de famílias que estão sem o jantar para os seus filhos e para eles próprios, e muito menos para amanhã. Amanhã, eles amanhecem com fome. Essa é uma morte lenta e cruel dessas famílias brasileiras!

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, querida Senadora Zenaide Maia, pela sua sempre sensível e oportuna participação.

Eu convido o Senador Plínio Valério para fazer uso...

Logo em seguida, penso eu, pelo resultado que nós obtivemos na primeira votação – a unanimidade –, que, quando o Senador Plínio Valério concluir a sua participação, nós poderemos encerrar a votação.

Eu queria, Senador Plínio Valério, se V. Exa. me confere alguns rápidos segundos, saudar o Presidente da Câmara Municipal de Campina Grande, o meu conterrâneo Marinaldo Cardoso, e abraçar com um beijo respeitoso a Vereadora e querida amiga Valéria Aragão. Sejam muito bem-vindos! Muito nos honram! E é o coração campinense que fala forte. Um abraço e parabéns, Presidente Marinaldo Cardoso, e a todos os que integram a Câmara Félix de Araújo pela grande reunião, pela sessão que V. Exa. promoveu, ao lado de outras entidades campinenses e paraibanas, em nome da defesa da duplicação da BR-230. Em nome de toda a bancada, nós queremos saudar V. Exa. e a Vereadora Valéria, ao lado da Senadora Nilda. Sejam muito bem-vindos!



O Senador Plínio Valério com a palavra.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, normalmente, eu subo à tribuna, quando se fala de Amazônia em encontros ambientais, e eu teço críticas. Eu queria começar elogiando o nosso Presidente – não é comum, Eduardo Braga –, o Presidente do Senado, por sua entrevista coletiva em Glasgow, onde ele participa da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança de Clima.

O Senador Rodrigo defendeu a remuneração de produtores rurais por serviços ambientais e ação para a conscientização da necessidade da preservação do meio ambiente. Ele defendeu, vejam bem, a remuneração dos produtores rurais, aquilo que nós da Amazônia vivemos defendendo, quando só se cobra e nada se oferece para quem realmente preserva a floresta, que é o nosso caboclo, que é o nosso ribeirão, que é o nosso índio.

E por que eu fico alegre? Porque eu vi um Presidente do Senado brasileiro não se quedar àquele complexo do colonizado, Senador Arns, àquele complexo do brasileiro que acha que o que vem de fora é bom, quando ele assume o papel de vilão, de bandido, na questão ambiental, que nós não somos, mas esses encontros ambientais, e perdoem-me aqueles que defendem, Senadora Leila, esses encontros ambientais... A COP já é a 26, imaginem o que disseram na primeira, na segunda, na terceira... Que a Amazônia ia ser devastada; que o clima ia mudar; que seria a hecatombe universal. Repetem sempre as mesmas previsões, os mesmos estudos, meu amigo Presidente, Senador. São as mesmas previsões: a Floresta Amazônica vai acabar, o mundo vai acabar... Países que passaram dois séculos emitindo gases de efeito estufa – dois séculos! A China não foi ao encontro, a Rússia não foi ao encontro, e a Índia não assinou. Juntando com a Europa, são os principais poluidores, são aqueles que jogam gases de efeito de estufa, são os culpados pela destruição da camada de ozônio.

O que acontece nesses encontros, Senador Izalci? Eles sempre querem que o Brasil assuma a responsabilidade, que o Brasil chame para si a responsabilidade de se comprometer em zerar a emissão de carbono, de diminuir a emissão de gases de efeito estufa. Sempre a responsabilidade é nossa! E anunciam um fundo bilionário para isso. E nunca dão! E nunca dão!

Por que eu fiquei contente com a declaração do Senador Rodrigo Pacheco? Porque ele podia fazer como tantos fazem: criticar o Brasil, apontar o dedo, apontar a ferida. Não, ele preferiu defender a remuneração dos produtores rurais, daqueles, Eduardo, que você conhece, que realmente preservam a floresta.

Por isso, eu vou continuar aqui, Presidente Veneziano, defendendo a instalação da CPI das ONGs para investigar as ONGs ambientais que atuam na Amazônia, das más ONGs. As boas ONGs essas serão preservadas.

Nós precisamos, sim, colocar um ponto final nessa história. E você brasileiro e você brasileira não podem, não devem, não aceitem assumir o papel de vilão! Nesse filme, se não somos os protagonistas, somos pelo menos atores coadjuvantes, mas vilão, o bandido da história, aquele que morre de tiro no final, não! Nós não somos bandidos, nós sabemos preservar. Somos responsáveis, os estudos mostram isso, por 3% da emissão de gases de efeito de estufa – 3%, três de cem. E eles querem que o Brasil assuma toda a responsabilidade. E há brasileiro que diz: "Realmente, a gente precisa. Nós estamos destruindo".

Somos a favor do desmatamento? Claro que não! Somos a favor da destruição da floresta? Óbvio que não! Somos a favor, acima de tudo, da assistência ao ser humano. Não pode haver preservação ambiental se não há assistência ao ser humano. Não podemos preservar a floresta se condenamos o homem à miséria.

Aí dizem para mim: "Na Amazônia é muita água". Não conhecem, Eduardo. Não conhecem que o ribeirão tem que captar, no verão, água a 300m, a 500m, porque aquela água não serve para beber.



É muito bonito se ajoelhar – ou pelo menos não se ajoelhar, mas dizer amém – à idiota da Greta. É uma menina, coitada, usada e utilizada pelos do meio ambiente. Essa indústria da questão do meio ambiente é tenebrosa.

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – E eu peço só um minuto e encerro, Senador.

À medida que a gente se aprofunda... Há o livro *Uma demão de verde*, de uma jornalista canadense, e há o *Máfia verde*, de um brasileiro. São coisas tenebrosas, horríveis de se ver.

Arrecada-se muito, arrecadam-se milhões de dólares em nome da Amazônia, e isso não chega à ponta.

Eles não sabem que aquela maloca dos índios, que aquelas índias de seios pontudos, bonitos, e índios musculosos não existem – não existem. O tipo indígena é pequeno. Há gente, índio dormindo em malocas, Presidente, e o morcego vai lá e chupa o sangue do dedão do pé. O índio carrega a mandioca para fazer a farinha no ombro e não é porque quer, não; é porque se diz que o índio tem que preservar a sua cultura. Cultura nada! Isso é sacrificar, é jogar um povo ao sacrifício desnecessário.

Fica aqui o registro, Presidente...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – ... do elogio ao Presidente que não se quedou, que mostrou que não tem complexo do colonizado. E o brasileiro tem que acabar com essa história do complexo do colonizado. Nós não somos bandidos, não somos vilões. Nós sabemos preservar.

Cadê a Índia? Cadê a Rússia? Cadê a China? Estão se lixando para a ECO 26. E a gente quer dar a maior importância do mundo para a ECO 26, como se eles fossem os donos da razão. Peguem a primeira, peguem a segunda, a terceira, a décima quinta, o Acordo de Paris, que prometeram dar dinheiro para os países em desenvolvimento e não deram nada. É falácia pura, é cretinice, é hipocrisia!

E eu estou aqui mais uma vez protestando, em meu nome, em nome do Amazonas, em nome da Amazônia, contra esse pessoal que se aproveita do nosso povo, da nossa situação, jogando-nos à condição de subdesenvolvidos. Nós não somos!

A Unicef atesta, Presidente, que na Amazônia existem cerca de 9 milhões de brasileiros e brasileiras...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – ... que não têm renda para uma cesta básica. No meu Estado, no Estado do Eduardo Braga, em 2017, a Unicef diz que morreram 1.226 crianças antes de completar um ano, um ano, um ano, porque as mães não tiveram acesso à saúde. No Amazonas, morre mulher com câncer de útero, porque não tem acesso ao ginecologista.

E isso eles não enxergam. Eles enxergam uma Amazônia bonita, verde e preservada. Embaixo dela, existe um povo. E é, em nome desse povo, que eu registro o meu protesto contra essa hipocrisia, contra esses cretinos!

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB -



PB) – Nós é que agradecemos, Senador Plínio Valério.

Nós alcançamos o mesmo quórum da primeira votação. Portanto, concluímos o processo, encerrando a votação em segundo turno.

Pego à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para que nós tenhamos o conhecimento do resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Votaram SIM, unanimemente, 63 Sras. e Srs. Senadores; nenhum voto NÃO. **(Lista de votação - Vide Item 3.1.2 do Sumário)**

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – S. Exa. o Senador Eduardo Braga, como autor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, é apenas para agradecer, agradecer a V. Exa., agradecer aos Srs. Senadores e Senadoras por termos aprovado, tanto no primeiro quanto no segundo turno, por unanimidade, esta PEC que implanta, de uma vez por todas, a política pública do direito social à renda básica. Doravante, esperamos que a Câmara assim o faça. Fazemos aqui, inclusive, um apelo à Câmara dos Deputados para que possa pautar o mais rápido possível esta PEC e, assim o fazendo, nós possamos promulgar de uma vez por todas este direito social que é o direito à redução da desigualdade econômica, o combate à fome. Como eu disse no início deste nosso debate, a fome não pode esperar, a fome tem pressa. E nós queremos reduzir essa desigualdade e essa injustiça, garantindo a renda básica como direito social na Constituição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Nós é que o cumprimos, como também o fazemos, na mesma dimensão, apreço e reconhecimento, ao seu trabalho e ao trabalho do Relator e dos demais outros todos que unanimemente colaboraram para a sua aprovação. As nossas mais francas saudações, Senador Eduardo Braga.

Encerrada a votação, já tivemos aprovada a proposta em segundo turno.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final será publicado na forma regimental. **(Parecer nº 279/2021-CDIR/PLEN-SF - Vide Item 3.1.2 do Sumário)**

Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai à Câmara das Sras. e Srs. Deputados.

Antes de anunciar o item 2, eu fiz menção às presenças ilustres de companheiros campinenses mencionando o Presidente da Câmara de Vereadores, minha querida Senadora Leila Barros, de Campina Grande e a Vereadora Valéria, e omiti – peço desculpas e me penitencio também – a presença do Vereador Sargento Neto; do Deputado Estadual, representando a Assembleia Legislativa da Paraíba, Tovar Correia Lima; dos nossos representantes das entidades civis: Carlinhos, Helder, da Associação Comercial, da CDL, do Procurador da Câmara Municipal e do representante da nossa Federação dos Municípios. Todos participam aqui, nesta semana, como outras bancadas estão a fazer, das reuniões com os Srs. Deputados e também com integrantes do Senado para o direcionamento das prioridades das emendas para o Orçamento



de 2022. O pleito é mais do que justo, necessário, por todas as razões que foram expendidas na última sexta-feira, quando, na Fiep – e quero mencionar e saudar o sempre querido anfitrião Presidente daquela casa, o Presidente Francisco Benevides Buega Gadelha –, nós fizemos a defesa e estamos fortemente engajados para que tenhamos definitivamente esse projeto fundamental para Campina, para a região do Sertão e para todo o Estado sob todos os aspectos. Refiro-me, mais uma vez, a todas as senhoras e os senhores. Os sinceros cumprimentos pela reunião e promoção desse propósito. Nossas saudações!

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – É só para dizer que os campinenses vieram prestigiá-lo também por assumir a Presidência do Senado nesta semana muito importante, de matéria muito importante. Os campinenses vieram também lhe dar esses parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Paulo Rocha. São queridos e queridas amigas que representam a nossa amada Rainha da Borborema.

Item 2, de nossa autoria, que estabelece como critérios para desempate em licitações públicas o patrocínio a atletas ou equipes de esporte olímpico, bem como a construção, o auxílio na construção, a manutenção e o auxílio na manutenção de estrutura pública destinada à prática de esporte olímpico.

Perante esta Mesa foram apresentadas as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6, já disponibilizadas na tramitação da matéria e que serão encaminhadas à publicação. **(Vide Item 3.1.3 do Sumário)**

A matéria depende de parecer.

Fizemos, para a nossa honra, a designação de S. Exa. o Senador Romário para proferir parecer de Plenário.

Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Boa noite, Presidente. Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Ouvindo-o, querido Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para proferir parecer. *Por videoconferência.*) – Boa noite, prezado Senador Veneziano Vital do Rêgo. Boa noite a todas as Senadoras, a todos os Senadores e a todos que estão nos acompanhando.

Antes de proferir o meu relatório, eu quero aproveitar a oportunidade e dar parabéns ao nosso grande Senador Flávio Arns, um dos maiores Senadores que nós temos hoje dentro desta Casa. Quero desejar ao Senador e amigo muita paz, muita felicidade e, principalmente, muita saúde. É um guerreiro na luta das pessoas com deficiência, das pessoas com doenças raras, e quero dizer que é uma honra poder estar participando, neste mandato, com V. Exa. nessas causas nobres.

Bem, Presidente, vem ao exame do Plenário desta Casa o PL nº 2.825, de 2021, de autoria de V. Exa., que altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer como critérios para desempate em licitações públicas o patrocínio a atletas ou equipes de esporte olímpico, bem como a construção, o auxílio na construção, a manutenção e o auxílio na manutenção de estrutura pública destinada à prática de esporte olímpico.

Conforme divulgação do relatório do projeto, consta-se que o PL possui sete artigos.

Na justificção é assinalado que: (i) o esporte olímpico e seus respectivos atletas têm um forte



potencial indutor da prática desportiva, sobretudo entre crianças e jovens; (ii) quanto mais cedo a prática de esportes é iniciada, maiores as chances de se converter num hábito, o qual contribui para uma vida mais saudável; (iii) é crônica a falta de recursos para garantir equipamentos, sobrevivência e tranquilidade aos atletas olímpicos. Assim, como uma das possíveis estratégias para assegurar recursos ao desporto olímpico, o projeto propõe que o seu fomento por parte das empresas possa ser utilizado como critério de desempate em licitações promovidas pela administração pública.

Vou agora direto à análise, Presidente.

Concluimos revelar-se formalmente constitucional o PL nº 2.825, de 2021, na medida em que veicula normas de desempate em licitações.

O projeto também é materialmente constitucional, uma vez que o conteúdo de suas previsões não colide com os preceitos constitucionais. É certo que as duas principais finalidades a que se presta um certame são assegurar a igualdade entre os potenciais contratantes com a administração e as melhores condições de contratação para o poder público. Isso não impede que outros objetivos também sejam perseguidos.

No tocante à juridicidade, o projeto se afigura irretocável. Igualmente, não vemos óbices regimentais à tramitação do PL.

As ações que as empresas devem adotar para terem direito de preferência na contratação, no caso de empate, são quaisquer destas: (i) o patrocínio de atleta ou equipe de esporte olímpico ou paralímpico, nos oito anos anteriores ao certame, com dispêndios correspondentes a pelo menos R\$5 milhões; (ii) a construção ou auxílio na construção de estrutura pública destinada ao esporte olímpico ou paralímpico, nos 20 anos anteriores ao certame, com dispêndios de pelo menos R\$30 milhões; (iii) a manutenção ou auxílio na manutenção de estrutura pública destinada ao esporte olímpico ou paraolímpico, em pelo menos quatro dos oito anos anteriores ao certame, com dispêndios de pelo menos R\$10 milhões.

Não resta dúvida de que o esporte carece de fomento no Brasil, seja por parte do Estado, seja por parte da iniciativa privada. A edição dos Jogos de Tóquio de 2020 novamente trouxe à tona o quadro contrastante do qual fazem parte os atletas olímpicos e paraolímpicos brasileiros. Por um lado, acabam por exercer um papel de enaltecimento às suas histórias de superação pessoal, sempre em busca da alta performance e da quebra de recordes. Por outro lado, esses momentos de realização dos jogos evidenciam as lastimáveis condições de preparo das quais dispõem nossos atletas.

Concordamos, Sr. Presidente, com o autor do projeto – que é V. Exa. –, quando afirma que nossos atletas são ídolos, exemplos de vigor, saúde, disciplina, determinação e autoconfiança.

Temos consciência de que o mencionado cenário de preparação para o desporto de rendimento olímpico e paraolímpico é complexo, e está inserido em um contexto ainda mais amplo, que é a realidade econômico-social do nosso País. Portanto, não acreditamos que existam soluções fáceis ou definitivas para a questão. Paralelamente, cabe a esta Casa e aos seus membros insistir na busca por soluções criativas que ao menos mitiguem o problema.

Assim, toda proposta que tenha como objetivo aprimorar as condições de preparação de atletas olímpicos e paraolímpicos brasileiros deve ser analisada criteriosamente.

Acreditamos que instituir os critérios de desempate em licitações de que trata a proposição em análise é mais um meritório passo no sentido de incentivar empresas a contribuir com a construção ou a manutenção de centros de treinamento e a patrocinar atletas e equipes.

Dito isso, cumpre examinar as seis emendas apresentadas em Plenário ao projeto.

A Emenda nº 1, de autoria da Senadora Rose de Freitas, sana um equívoco na redação do projeto. O art. 4º do PL realiza alterações nos arts. 6º e 60 da Lei nº 13.303, de 2016. No entanto, seu *caput* não faz referência ao art. 6º da lei. É preciso, pois, corrigir o texto nesse ponto.



A Emenda nº 2, do Senador Luiz do Carmo, visa a alterar o art. 337-L do Código Penal, que prevê o crime de fraude à licitação, para incluir como uma das condutas puníveis a de não observar os critérios de desempate das propostas previstas na legislação. Propomos que seja acolhida.

A Emenda nº 3, da Senadora Leila Barros, identifica, na nova redação do art. 55 da Lei nº 13.303, de 2016, um problema a merecer ação corretiva. Com efeito, a proposição, ao tempo que revoga o inciso III do *caput* do art. 55, desloca o seu conteúdo para um parágrafo que cria. Contudo, não revoga o inciso IV, que define o sorteio como critério de desempate nas licitações das empresas estatais. O inciso III do art. 55 da citada lei deve, portanto, ser revogado, tal como proposto na emenda.

Ao lado de tal revogação, a emenda acrescenta parágrafo ao multicitado art. 55, estabelecendo o sorteio como último dos critérios de desempate a ser aplicado quando os demais não forem suficientes para determinar o vencedor do certame.

Cremos que as modificações propugnadas pela Senadora Leila proporcionam uma solução perfeita para o problema antes descrito.

As duas emendas seguintes são de autoria do Senador Mecias de Jesus. A Emenda nº 4 introduz, no art. 1º do projeto, parágrafo único dispondo que o poder público estimulará, por meio de incentivos fiscais e subsídios, empresas que promoverem patrocínio a atletas ou equipes de esporte olímpico, bem como a construção, auxílio na construção, manutenção e o auxílio na manutenção de estrutura pública destinada à prática de esporte olímpico. Em primeiro lugar, ela não guarda relação de pertinência com o projeto. Este, como já acentuado, cria um critério de desempate em licitações cuja função é estimular que empresas dispensem patrocínio ao desporto. O PL se limita a alterar a legislação sobre licitações e contratos. Não cuida de outras formas de incentivo ao desporto. Já a emenda não guarda qualquer relação com a matéria de licitações e contratos. Aplica-se ao caso, portanto, a vedação do art. 230, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

A Emenda nº 5 autoriza o poder público a definir critérios relacionados ao patrocínio dos Jogos dos Povos Indígenas, bem como à construção, ao auxílio na construção, à manutenção e ao auxílio na manutenção de estrutura pública destinada aos referidos jogos. Compreendemos a preocupação do autor da Emenda e a consideramos legítima. A forma como ela se encontra redigida, contudo, é um pouco confusa. A nosso sentir, o que o Senador Mecias de Jesus pretende é permitir que a regra de desempate prevista no projeto também possa beneficiar empresas que tenham contribuído para o patrocínio de atletas, bem como para a construção e manutenção de estruturas destinadas à realização dos Jogos dos Povos Indígenas. Isso pode ser obtido pela inserção, no projeto, de artigo que promova a equiparação, para os fins da futura Lei, entre os atletas, equipes e estruturas nele referidos e os atletas, equipes e estruturas dos Jogos dos Povos Indígenas. Apresentamos subemenda com esse objetivo.

A Emenda nº 6, de autoria da Senadora Rose de Freitas, propõe a revogação do inciso IV do *caput* do art. 55 da Lei nº 13.303, de 2016, em moldes idênticos e pelas mesmas razões externadas na Emenda nº 3. A aprovação desta conduz, assim, à prejudicialidade da Emenda nº 6, ainda que concordemos inteiramente com o seu conteúdo.

Por fim, propomos duas mudanças no projeto, por razões redacionais e de técnica legislativa. A primeira delas consiste em modificação da ementa e do art. 1º do PL, para fazer referência aos esportes paralímpicos. Embora as alterações promovidas na legislação de licitações façam referência aos esportes paralímpicos, o art. 1º e a ementa da proposição aludem apenas a “esporte olímpico”. É necessário corrigir o texto nesse particular.

A segunda mudança se destina a corrigir remissões legais equivocadas e omissões de preposição ao longo do texto do projeto.

O voto, Sr. Presidente.



Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade do Projeto de Lei nº 2.825, de 2021, e, no mérito, pela sua aprovação, bem como pela aprovação das Emendas nº 1 a 3, pela rejeição da Emenda nº 4, pela aprovação da Emenda nº 5, na forma de subemenda, pela prejudicialidade da Emenda nº 6 e pela aprovação das seguintes Emendas:

Substitua-se, na ementa e no art. 1º do PL nº 2.825, de 2021, a expressão “esporte olímpico” por “esporte olímpico ou paralímpico”.

Substituam-se, nas alterações legislativas promovidas pelos arts. 2º a 4º do PL nº 2.825, de 2021:

- a) a expressão “inciso XXI do *caput* art. 6º” por “inciso XXII do *caput* do art. 6º”;
- b) a expressão “inciso XXI do *caput* art. 6º” por “inciso XXII do *caput* do art. 6º”.

SUBEMENDA - PLEN

(à Emenda nº 5 do PL nº 2.825, de 2021)

Dê-se à Emenda nº 5 do PL nº 2.825, de 2021, a seguinte redação:

“Inclua-se no PL nº 2.825, de 2021, o seguinte artigo, renumerando-se o atual art. 5º e os subsequentes:

‘Art. 5º O critério de desempate instituído por esta lei também se aplicará em favor de empresas que, nas mesmas condições, tenham patrocinado atletas ou equipes participantes dos Jogos dos Povos Indígenas ou ainda tenham construído ou auxiliado na construção, mantido ou auxiliado na manutenção de estrutura pública destinada à realização de tais jogos.’”

Esse é o voto, Sr. Presidente. **(Íntegra do Parecer nº 280/2021-PLEN-SF - Vide Item 3.1.3 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Senador Romário, gratíssimo pela atenção à designação que fora feita ainda pelo Senador Rodrigo Pacheco, para que pudesse colaborar com os seus brilhos, que todos nós aqui bem conhecemos, notadamente pela vivência e *expertise* que sempre demonstrou às matérias relacionadas ao esporte de maneira geral. À V. Exa., à nossa querida campeã Leila, toda e qualquer matéria bem entregue estará às vossas mãos, notadamente aquelas que dizem respeito a esportes, esporte olímpico, esporte paralímpico, de maneira geral. Eu agradeço a V. Exa. o carinho de ter podido acolher essa tarefa e colaborar decisivamente com o seu relatório.

O parecer é favorável ao projeto e às Emendas nºs 1, 2 e 3, favorável à Emenda nº 5, na forma da subemenda de S. Exa., o Senador Romário, com as Emendas nºs 7 e 8, também do Relator, e pela rejeição da Emenda nº 4 e prejudicialidade da Emenda nº 6.

Concluída a instrução da matéria, nós passamos à sua discussão.

Eu identifico que a nossa amada Senadora Leila deseja fazer uso da palavra.

Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente Veneziano.

É impossível não comentar uma matéria de tamanha relevância para o esporte nacional.

Quero agradecer. Nesta Casa, raríssimas vezes nós temos iniciativas nesse sentido, que beneficiam um setor tão penalizado, historicamente penalizado. Nós já conversamos várias vezes sobre essa dívida que o País tem com o esporte de modo geral, mas quero agradecer em nome do setor esportivo, de todos os atletas, por essa iniciativa, entregando esse projeto ao Senador Romário, que, com toda sua experiência, com toda sua bagagem como atleta olímpico, como campeão mundial no futebol, aprimora mais ainda



o texto. Quero agradecer também ao Relator por ter acatado a nossa emenda. E o texto sai perfeito, criando normas de desempate que beneficiam aquelas empresas que patrocinam atletas olímpicos, que trabalham, que constroem equipamentos esportivos para o esporte olímpico, além de sua manutenção.

Então, Senador Veneziano, agradeço demais essa iniciativa e o belo trabalho e comprometimento do Relator, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Querida Senadora, minha companheira de sempre, Senadora Leila Barros, nós é que nos sentimos enriquecidos pelas suas presenças e, repito, pelo brilho que cada uma dessas participações de V. Exa., do Senador Romário, nos emprestam, quando nós tratamos sobre esse segmento que, repito e repitamos sempre, é tão secundarizado ao longo das décadas, e nós estamos tentando aqui, diga-se de passagem, nesses dois últimos anos e 11 meses...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – ... fazendo, de certa forma, resgates. É bom que nós registremos à população brasileira.

Obrigado, Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pois não.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para orientar a bancada.) – Quero só dar orientação com relação ao Cidadania. O nosso encaminhamento é "sim" ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Já antecipando o encaminhamento pelo Cidadania.

Concluída a instrução, já discutimos, porque havia como inscrita...

Senador Izalci, querido amigo Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela Liderança.) – Presidente, é só para elogiar a autoria, esse belo relatório, que teve esse cuidado também, para que não estivessem contempladas aí pessoas, empresas que poderiam contribuir com uma pequena parcela para obter a vantagem do desempate. Então, parabênz.

E eu já queria sugerir que todos nós, já déssemos a orientação de "sim", porque acho que essa matéria merece ser aprovada rapidamente, não há nenhuma contestação. Então, se V. Exa...

Até porque também nós temos aí o item 3, que é de suma importância, que eu pedi a V. Exa. também que depois a gente pudesse... Aliás, o nosso grande Senador está aqui, Flávio Arns.

É porque eu queria pedir a V. Exa. que desse para a Senadora Mara Gabrilli, que me pediu, de uma forma, assim, bastante determinada, e a gente colocou na reunião de Líderes, para pautar essa matéria tão importante, que tem aí o Senador Flávio Arns como Relator. Então passo para a Senadora Mara orientar o item 3, Presidente.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente. Presidente, aqui, Paulo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Ô, Paulinho. Desculpe, Paulinho... Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela Liderança.) – Presidente, primeiro quero falar, para os nossos brasileiros que nos assistem e que percebem a atuação do Senado Federal, que nós estamos muito sintonizados, a geração que está neste mandato, o Senado Federal está muito sintonizado com os problemas do País e com a valorização dos vários setores.



Foi assim que nós viemos, ao longo do tempo, desse momento de crise no nosso País, temos resposta para um conjunto de setores aqui. Quer seja setor agropecuário, a micro e pequena empresa, e agora, através de V. Exa., do Romário e da Leila, que está aqui sempre muito presente nessas questões da valorização do esporte, do atleta, enfim, é fundamental que a nossa geração tenha essa preocupação com o todo do País.

Por isso, queria parabenizá-lo por essa iniciativa, assim como também todos aqueles que colaboraram, através de emendas, com esse projeto tão importante na valorização do nosso esporte e dos nossos atletas.

Por isso, o Partido dos Trabalhadores, sintonizado com esse sentimento, vai encaminhar "sim", com louvor também, em homenagem a sua autoria e também a sua Presidência aqui, neste momento, do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Sempre muito grato, Senador Paulo Rocha, pela confiança que esses queridos amigos, estimados amigos sempre reservaram à nossa modesta participação à frente dos trabalhos da Mesa. Obrigado mais uma vez.

O Senador Paulo Rocha antecipa a orientação de bancada "sim", da mesma forma o Senador Izalci.

Nós vamos dar celeridade, Senador Izalci, exatamente para que não percamos de vista e completemos a pauta do dia com o Item 3, também de muita importância.

Concluída a instrução, discutimos. Não há mais oradores, esgotando, portanto.

Está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá, inclusive pela anuência da Casa, Líderes de bancadas, senhores e senhoras presentes, diretamente à votação simbólica.

Em votação o projeto em turno único, nos termos do parecer, que é favorável ao projeto e às Emendas nºs 1, 2 e 3, favorável à Emenda nº 5, na forma de subemenda do Relator Senador Romário, com as Emendas nºs 7 e 8 também do Relator.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados o projeto e as Emendas nºs 1, 2, 3, 7 e 8, bem como a Emenda nº 5 na forma de subemenda.

O parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, será devidamente publicado na forma do nosso Regimento. (**Parecer nº 281/2021-CDIR/PLEN-SF - Vide Item 3.1.3 do Sumário**)

Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Concluimos a discussão.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

Renovo o meu mais sincero agradecimento pelo entendimento, a acolhida de todos para a aprovação desta matéria, particularmente, mais uma vez, ao Senador Romário e a todos os companheiros que puderam robustecê-la através das suas sugestões, por meio de emendas.

Muitíssimo grato ao Colegiado.

Item 3.

Projeto de Lei nº 3.517, do ano de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 402, do ano de 2008), de S. Exa. Senador Gerson Camata – em saudosíssima memória –, que dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou transtorno de déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.



A matéria teve os seguintes pareceres favoráveis ao Substitutivo da Câmara dos Deputados, Senador Flávio:

- o Parecer nº 52, de 2019, da Comissão de Assuntos Econômicos, o Relator foi S. Exa., querido companheiro que está licenciado, o Senador Confúcio Moura;
- o Parecer nº 24, de 2021, da Comissão de Assuntos Sociais, da Senadora, digníssima Senadora Mara Gabrilli; e
- o Parecer nº 37, deste ano, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, de S. Exa., Senador aniversariante desta data, Senador Flávio Arns.

Uma vez que a matéria já se encontra devidamente instruída, passamos, com muita alegria, a palavra a S. Exa. Senador Flávio Arns, que foi um dos relatores em Comissão temática, Relator da matéria, para as suas devidas considerações.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para proferir parecer.) – Eu agradeço, Sr. Presidente.

Como foi dito, a matéria já está devidamente instruída, tendo passado e sido aprovada sem alterações na Comissão de Assuntos Econômicos, de Assuntos Sociais e de Educação, Cultura e Esporte.

A gente tem que lembrar que é um projeto de lei do ex-Senador, também uma pessoa altamente representativa, também do Espírito Santo, o Gerson Camata, que foi, inclusive, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte aqui desta Casa. Ele apresentou o projeto, e o projeto foi para a Câmara dos Deputados, onde houve um trabalho importante, significativo da agora Senadora Mara Gabrilli, mas, na época, Deputada Federal, que fez um amplo debate na Câmara dos Deputados, apresentando um substitutivo. Esse substitutivo, então, retornou para o Senado Federal, passou pelas três Comissões que já foram mencionadas e foi aprovado sem alterações.

Eu quero dizer que o projeto é extremamente meritório, aborda uma área muito importante, que não vem sendo devidamente analisada, pesquisada, que pode melhorar muito no Brasil, que é a área dos transtornos de aprendizagem, disfunções de aprendizagem ou distúrbios de aprendizagem, com ênfase, como foi dito, Sr. Presidente, por V. Exa., no transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), dislexia ou outro transtorno de aprendizagem.

Eu acho que é importante só dizer para as pessoas que nos acompanham que o projeto aborda a identificação precoce de crianças com distúrbios de aprendizagem, a necessidade de se ter escalas de desempenho, observações, qualificação de profissões, profissionais, pediatria... Isso é essencial: não esperar que a criança reprove dois, três anos para, daí, achar que tem alguma dificuldade.

Ainda: fazer a avaliação diagnóstica quando necessário; criar uma infraestrutura na escola para o atendimento desses estudantes que apresentem disfunções ou distúrbios de aprendizagem e, ao mesmo tempo, a articulação com a saúde, para que muitos desses casos, quando necessário, que necessitem de médico, psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo etc., num trabalho multidisciplinar, possam ser atendidos.

Então, eu acho que o grande mérito também é a gente colocar: "Olha, gente, daqui para frente, distúrbios de aprendizagem, disfunções ou transtornos de aprendizagem constituem uma categoria dentro da área da pessoa que apresenta algum tipo de deficiência". Isso é importante de se colocar, porque isso vai permitir que essas pessoas sejam identificadas e recursos sejam colocados à disposição.

Eu quero lembrar que, nos Estados Unidos, a categoria mais prevalente não é a da deficiência intelectual e, sim, a da área de distúrbios de aprendizagem, onde há um trabalho assim importante de muitos profissionais.

Então, a gente vê com uma alegria muito grande a aprovação desse projeto, a discussão... Até eu quero, na semana que vem, já está agendado no Ministério da Educação, discutirmos isso, aprofundarmos.



É claro que os projetos podem ser sempre aprimorados no decorrer do tempo, mas a gente deve aprovar, porque isso vai trazer muito benefício para muitos estudantes que têm déficit de atenção, de percepção, de memória, de linguagem, de conceitos e, às vezes, déficits que precisam realmente de uma atenção bastante intensa por parte dos profissionais da educação, da saúde e de outras áreas.

Então, eu só fiz essa síntese, Sr. Presidente, para contextualizar o projeto, porque ele já foi aprovado, como foi dito, nas três Comissões. Nós não estamos acrescentando nada; é só para a gente saber da importância disso para a educação em nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente. **(Íntegra do Parecer nº 282/2021-PLEN-SF - Vide Item 3.1.4 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Flávio Arns, como um dos responsáveis, Relator que foi em uma das nossas Comissões.

Passamos à discussão da matéria.

No rol de inscritos, nós temos a querida Senadora Mara Gabrilli.

Senadora Mara.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Presidente.

Boa tarde, boa tarde ao senhor, às caras Senadoras e Senadores. Hoje é um dia histórico, eu estou muito feliz em ver o resultado de uma década de trabalho árduo à frente desse projeto de lei, com a aprovação de uma política que visa garantir os apoios aos estudantes com dislexia, com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade e outros transtornos de aprendizagem nas escolas, mas sem esquecer de garantir o acesso ao diagnóstico correto na rede de saúde pública.

Quero cumprimentar o Senador Flávio Arns pelo seu aniversário, Senador, e te dizer que quem me dá o presente é o senhor, pela sua importante ajuda nesta reta final da tramitação do projeto e por tê-lo aprovado com celeridade na Comissão de Educação, uma semana após a gente ter aprovado na CAS o substitutivo de minha autoria. Então, obrigada, Senador por confiar no meu trabalho de dez anos à frente desse projeto.

Eu agradeço também por todo apoio que recebemos do Senador Eduardo Gomes, que acreditou na importância do projeto e muito contribuiu na sua defesa e na articulação da aprovação junto ao Governo.

Quero parabenizar também o meu Líder Izalci Lucas, que sempre está ajudando a fazer com que os processos prosperem com velocidade. E, Sr. Presidente, eu queria te compartilhar também essa vitória e agradecer pelo precioso apoio e pelo imenso aprendizado nesses anos todos que as pessoas com dislexia, com transtorno de déficit de atenção com hiperatividade e às famílias de crianças e adolescentes como esses transtornos me trouxeram.

Eu agradeço pela força constante das queridas Iane Kestelman, da Associação Brasileira do Déficit de Atenção; Gabrielle de Andrade, da Associação Mato-Grossense de Dislexia; Ana Luiza Navas – Ana Luiza, em que percurso que você me fez mergulhar! –, a Ana Luiza é da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. Todos vocês me deram, ao longo desse processo, muita sabedoria e resiliência só de admirar vocês.

Eu quero também agradecer à jovem Catarina e ao seu pai, Luis Rohde, um psiquiatra extremamente responsável da admirável Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com os quais eu tive a honra de escrever artigo para a revista *Veja*, em setembro de 2019, ressaltando a aprovação... a importância desse projeto

Obrigada ao Yuri Maia, do Instituto de TDAH Descomplicado, e também a todas as famílias dos profissionais da Associação Brasileira de Dislexia e do Instituto ABCD por suas generosas contribuições e



ensinamentos. Assim, em nome das pessoas que eu citei, eu quero estender também a minha gratidão a todas as pessoas que nos ensinaram tanto durante esses dez anos de trabalho para aprovar o projeto.

E claro que eu não podia esquecer. Quero prestar homenagem ao nosso Senador Gerson Camata, esposo da Rita Camata, também uma grande representante da mulher brasileira e que honrou esta Casa por três mandatos, companheiros de partido no PSDB, e que é autor dessa importante iniciativa. Tenho muito orgulho de concluir a missão que eles nos propuseram.

Agora teremos uma política concreta, Presidente, para o sucesso das pessoas com esse tipo de transtorno, e isso é através do acesso a diagnóstico no SUS e para que esses brasileiros tenham o direito de receber, em todas as escolas públicas e privadas, os apoios de acordo com suas características e suas necessidades.

O nosso foco sempre foi prevenir as consequências emocionais e desastrosas do não reconhecimento desses distúrbios por parte da sociedade. Isso foi muito ruim. A gente não pode mais deixar que estudantes inteligentes e criativos sejam tachados de preguiçosos, baderneiros ou burros, o que infelizmente ainda acontece. Não vamos mais permitir que crianças e jovens fiquem à margem da educação e da cultura. E agora, com os seus direitos reconhecidos, poderão maximizar suas potencialidades. É isto que a gente quer da educação brasileira: valorizar a potencialidade do aluno.

O trâmite desse PL foi bastante demorado. Não faltaram debates. A gente promoveu diversas audiências públicas na Câmara dos Deputados neste ano mais uma aqui no Senado, com parceria do Senador Rogério Carvalho. E como Relatora e autora do texto final desse substitutivo, eu sempre busquei uma posição conciliadora. E todos os debates trouxeram importantes contribuições, o que mostra a importância da participação da sociedade civil para se fazer um projeto de qualidade. E hoje finalmente podemos celebrar a aprovação desse projeto de lei.

Senador Flávio, que alegria! A gente conseguiu corrigir uma lacuna e tirar milhões de pessoas da invisibilidade. Esse projeto facilitará demais o cotidiano das famílias, o cotidiano das pessoas com qualquer tipo desse transtorno para o acesso aos apoios nas escolas, aos recursos didáticos mais adequados para melhorar a vida escolar desses seus filhos.

Eu agradeço, mais uma vez, o apoio de todas as Senadoras e Senadores para que possamos oferecer o respeito, a atenção, o atendimento às pessoas com dislexia, com TDH, que é o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, e outros distúrbios que necessitam desses apoios.

Então, muito obrigada e boa sorte para todos nós nessa trajetória.

Eu quero encaminhar o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, querida Senadora. Todos os merecidos cumprimentos à sua histórica presença em defesa de causas tão importantes, como essa que, nesta tarde noite, estamos a nos debruçar.

Pela ordem de inscritos, passamos a palavra à Senadora Nilda Gondim.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero parabenizar Mara Gabrilli, essa figura notável. Eu convivi com ela, como Deputada Federal, e ela continua sempre atuante, dinâmica e competente, defendendo essas bandeiras que são as mais justas aqui no Brasil.

Quero cumprimentar o nosso aniversariante também, Flávio Arns, Relator, que tão bem defendeu, na sua relatoria, esse projeto.

Sr. Presidente, é um projeto justo, é humano, é solidário. É importante que as escolas consigam ter essa oportunidade, nesses transtornos, de lutar, para que as escolas brasileiras estejam preparadas para atender as necessidades de alunos com dislexia e demais transtornos de aprendizagem, ou deficiência. É o



que nós defendemos, arduamente, Sr. Presidente, e que, graças a Deus, depois de dez anos – iniciado com o Deputado Gerson Camata –, agora nós vamos conseguir realizar essa grande vontade, aspiração, sonho e necessidade das mães e das pessoas que têm, que são portadoras de dislexia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, nobre Senadora Nilda Gondim.

Nós esgotamos a lista de oradores e oradoras e, portanto, encerramos a fase de discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá, com a aquiescência das senhoras e dos senhores, a matéria, diretamente, à votação simbólica.

Em votação o projeto e a emenda, em turno único, nos termos do parecer, que é favorável ao projeto de resolução e à Emenda nº 1.

As senhoras... (*Pausa.*)

Nós vamos fazer uma pequena retificação.

A Presidência submeteu a matéria diretamente à votação simbólica, como dissemos, com a anuência dos Srs. e das Sras. Líderes e participantes, à votação do substitutivo da Câmara, em turno único, nos termos do Parecer.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 402, do ano de 2008.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Nós temos, senhores e senhoras, na lista de oradores, o Senador Esperidião Amin...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pois não, Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Pela ordem.) – Presidente, eu quero aqui apresentar um requerimento para a realização de sessão especial, a fim de homenagear os 75 anos do jornal *O Liberal*, lá do Estado do Pará.

Trata-se do maior veículo de comunicação do Estado do Pará, antigo, tem feito história, informando a sociedade paraense. E é justo que a gente possa aqui prestar uma homenagem a esse veículo de comunicação por tanto tempo, por tantos anos prestando um serviço de qualidade à sociedade paraense.

E eu quero pedir a V. Exa. que inclua na extrapauta para que a gente pudesse aprovar e realizar essa sessão solene, sessão especial no dia 22/11, às 14h, por gentileza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Acolhido por esta Mesa, ouvindo o Plenário, que se apresenta concordante para que nós incluamos, como item extrapauta, o Requerimento de nº 2.214, de 2021, de S. Exa. o Senador Zequinha Marinho e outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial a fim de homenagear os 75 anos do jornal *O Liberal*, do Estado do Pará.

A Presidência submete a matéria diretamente à votação simbólica, como regimentalmente nos é exigível.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)



Aprovado.

A sessão requerida será agendada, Senador Zequinha Marinho, pela Secretaria-Geral da Mesa.

Na lista de oradores, indago a S. Exa. o Senador Esperidião Amin se deseja fazer uso...

Senador Esperidião Amin!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu estou recebendo aqui uma aula de política do Senador Dário Berger, que é imperdível. De forma que eu abro mão da minha fala para continuar ouvindo-o.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – E invejando a todos nós, a mim, particularmente, por não estar também a aprender.

Senadora Leila Barros, a senhora está inscrita.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se eu não tivesse outro motivo, eu também queria ouvi-la

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, Senador Veneziano Vital do Rêgo, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu inicio a minha fala citando as palavras de Nelson Mandela: "A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo".

Lamentavelmente, para o atual Governo, o conceito de arma se restringe à proliferação das armas de fogo nas mãos da população – certamente, nunca na concepção defendida pelo líder sul-africano, ao definir a educação como arma transformadora da humanidade.

Afinal, desde que a atual administração chegou ao poder, o País assiste perplexo à destruição da nossa política educacional, seja na sucessão de ministros, de ministros da educação, seja no desmonte promovido nas instituições que compõem o sistema educacional, seja nos ataques permanentes à educação universitária, seja até no preconceito em relação à educação para as pessoas com necessidades especiais.

Um conjunto de desmandos e aberrações que conheceu ontem, Sr. Presidente, mais um novo capítulo: o pedido de demissão coletiva de 29 coordenadores do Inep há duas semanas da realização do Enem. Os servidores pertencem à Diretoria de Gestão e Planejamento da instituição, que é diretamente ligada à Coordenação de Logística e Supervisão de Contratos do Enem.

Vale lembrar que, na semana passada, dois coordenadores de áreas, ligados à aplicação do Enem, já tinham pedido exoneração. Muitos têm dito que o atual Presidente do Inep – o quinto indicado ao cargo por este Governo – perdeu o controle do órgão.

O pedido de exoneração em massa ocorre na esteira da crise enfrentada no Inep nas últimas semanas. Dentre as justificativas, os servidores citam a situação sistêmica do órgão e a fragilidade técnica e administrativa da atual gestão máxima do Inep. Além disso, há acusações claras de assédio moral e desmonte da estrutura do órgão.

Enfim, Sras. e Srs. Senadores, trata-se de mais uma demonstração do descompromisso deste Governo com a educação brasileira. Se não bastassem todos os equívocos praticados pelo MEC nos últimos anos, sua má gestão coloca em risco a realização do exame mais importante para os jovens do nosso País.

Diante deste quadro de horrores, eu gostaria de chamar a atenção do Presidente da Casa, Senador Rodrigo Pacheco, e estendo essa minha preocupação e peço a sua atenção, Senador Veneziano, e a de todos os Líderes, para a importância de o Congresso Nacional fazer sua parte, tomando medidas que defendam e resguarдем os nossos estudantes e o nosso futuro.

Saúdo a iniciativa da Comissão de Educação da Câmara, que hoje chamou o Ministro para dar explicações sobre o assunto, que é urgente, e agradeço o posicionamento da Frente Parlamentar em Defesa da Educação...



(Soa a campanha.)

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – ... que decidiu encampar, como alternativa para o enfrentamento dessa crise, a aprovação da PEC nº 27, Presidente, de 2021, de minha autoria, que transforma em instituições permanentes do Estado, responsáveis respectivamente pela produção das estatísticas nacionais das avaliações nacionais da qualidade da educação e das avaliações das políticas públicas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A crise atual, Sr. Presidente, demonstra, de forma clara e inequívoca, a importância de essas entidades serem preservadas da instabilidade, ingerência política e descontinuidade administrativa.

Chamo a atenção do Presidente desta Casa, dos Líderes e de todos os pares para a necessidade...

(Soa a campanha.)

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – ... de iniciarmos urgentemente o debate dessa proposição.

O Brasil, com muito investimento público e com a colaboração de seus servidores, conseguiu estruturar suas entidades produtoras de informações oficiais, que hoje são respeitadas nacional e internacionalmente.

Informações oficiais de qualidade orientam políticas públicas e são fundamentais para que a sociedade possa acompanhar e responsabilizar seus representantes nos governos nacionais e subnacionais a respeito de como estão sendo utilizados os poucos recursos, os recursos escassos que ela produz.

A PEC, Sr. Presidente, busca assegurar autonomia técnica, administrativa, financeira, orçamentária e patrimonial ao Inep, ao IBGE e ao Ipea, estabelecendo um mandato de quatro anos aos seus dirigentes, com possibilidade de recondução, indicados pelo Presidente e sabatinados e aprovados pelo Senado Federal.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, no momento em que assistimos a esta crise sem precedentes no Inep, espero poder contar com a sensibilidade do senhor, do Presidente Rodrigo Pacheco e de todos os Líderes para que possamos buscar uma solução efetiva para essa questão. E eu acredito que ela está na PEC 27, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a falar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, nobre, querida e atuante Senadora Leila Barros. E, de já, conte com a minha modesta colaboração, ao tornar-me subscritor, para que nós discutamos. E, obviamente, outro entendimento não há na sensibilidade que chegará também ao Presidente Rodrigo Pacheco e aos demais outros pares. Parabéns, mais uma vez, pela pertinência e oportunidade do seu preciso pronunciamento, Senadora Leila!

Como último inscrito, o querido Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para discursar.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu quero, neste momento aqui, informar a todos e registrar que, amanhã e depois, quinta-feira, 11 de novembro, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação promove o Encontro de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação da Região Norte-Amazônia Legal 2021.

Este ano, o Fórum Norte-Amazônia Legal está sendo coordenado pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), lá em Santarém, nossa bela, querida e próspera cidade de Santarém, e conta ainda com a colaboração de sete instituições de ensino superior da região. São elas: Universidade Federal do Acre, Universidade Estadual do Maranhão,



Universidade Federal do Amapá, Universidade do Estado do Amapá, Universidade Federal de Mato Grosso, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e Universidade Nilton Lins.

O fórum tem a importante missão de congregar esforços na identificação das necessidades nacionais e regionais nas áreas de pesquisa, inovação e pós-graduação. O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação visa ainda propor às agências de fomento nacionais, regionais e/ou estaduais a adoção de políticas para a implementação das soluções apresentadas e assessorar a concepção, o planejamento, a organização, o desenvolvimento e a execução de políticas de pesquisa, inovação e pós-graduação no País, colaborando com as associações de dirigentes universitários e com as instituições de fomento e apoio ao desenvolvimento de pesquisa e pós-graduação.

Especificamente sobre o desenvolvimento de pesquisa e pós-graduação, devo dizer que o Brasil precisa avançar muito para suprir a carência quanto ao número de mestres e doutores, figuras essenciais para a capacidade de qualquer país de absorver, transformar e produzir conhecimento, assim como gerar inovação.

É importante, Presidente, aqui lembrar também que, lá na Amazônia, na Região Norte como um todo, a presença de mestres, de doutores e de mestres e doutores ao mesmo tempo é uma coisa que assusta. O Governo Federal precisa fazer uma reflexão sobre a Região Amazônica. Estive fazendo alguns apanhados que nos assustam. Colocando por ordem de população essas regiões, no caso de mestres, nós temos, em uma população de quase 28 milhões de habitantes, só 0,12% de mestres, enquanto, na Região Sul, é 0,50%; no Sudeste, é 0,45%; aqui no Centro-Oeste, é 0,30%. Em termos de doutores, o nosso percentual não vai muito longe: é 0,01%. Olhem que dificuldade! No Nordeste, é de 0,04%; no Centro-Oeste...

(Soa a campanha.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – ... 0,05%; no Sudeste, 0,17%; e, no Sul, 0,12%. No caso de mestres e doutores, quer dizer, pessoas com essas duas qualificações, mais uma vez, o Norte, tão sofrido, fica lá embaixo: Região Sul, com 0,63%; Sudeste, com 0,62%; Centro-Oeste, com 0,33%; Nordeste, com 0,24%; e Norte, com 0,13%.

Não dá para desenvolver uma região sem se incentivar a pesquisa, sem se incentivar a formação acadêmica até o mais alto grau, financiando, facilitando. E, por incrível que pareça, é a região que mais tem potencial, que mais pode contar com matéria-prima a ser desenvolvida, e a gente não consegue fazer esses investimentos.

Esta Casa, o Congresso Nacional como um todo, precisa trazer esse debate para a mesa, para que a gente possa pensar melhor o Brasil. Continuar concentrando investimento em regiões que já estão lá em cima – é claro, todo mundo tem direito – é manter essa desigualdade regional, que sempre, sempre, prejudica aqueles que vivem lutando lá na Amazônia, lá na Região Norte, assim como no seu Nordeste, que é o segundo colocado no Brasil sob todos os aspectos.

Meus parabéns e meus cumprimentos a todos os nossos pró-reitores que, a partir de amanhã, estarão em Santarém, na nossa capital do oeste paraense, um lugar lindo, maravilhoso, aonde chega o Rio Tapajós, que entra no Rio Amazonas. Olhando de longe, vê-se a briga das águas: uma água de uma cor, outra, de outra.

(Soa a campanha.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – De modo que é interessante ver essa natureza fazer todo aquele espetáculo.

E nossos estudiosos e dirigentes dessas universidades estarão ali pensando a Amazônia, mas também pensando o Brasil, para propor políticas públicas que possam colaborar com o desenvolvimento daquela



região, assim como com o desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Fala da Presidência.) – Nós é que o cumprimentamos, queridíssimo Senador Zequinha Marinho, desejando, de já, êxito ao encontro o qual V. Exa. menciona e irresignação sempre nossa para não concordarmos com esse estado de coisas que permanece ao longo desse tempo. V. Exa. faz uma abordagem, e a ela me associo, como bem mencionou, por força de realidades que se aproximam nas desigualdades que ainda reinam e imperam no Norte e Nordeste do nosso País particularmente. Meus cumprimentos, Senador Zequinha Marinho, como o último orador desta terça-feira.

Nós partimos para o encerramento, com uma convocação.

A Presidência informa às Sras. e Srs. Senadores que convocada está a sessão deliberativa semipresencial para amanhã, quarta-feira, a partir das 16h, com pauta já divulgada por esta Secretaria-Geral da Mesa.

Cumprida a finalidade desta sessão, esta Presidência declara o seu encerramento, como sempre o fazemos, agradecendo, de já, aos meus companheiros, aos nossos companheiros que nos ladearam e que permitiram que a tarde noite desta terça-feira pudesse ser tão produtiva, com a apreciação de quatro itens pautados e devidamente discutidos e deliberados; aos companheiros que trabalham na Rádio e TV Senado, da mesma forma, por permitirem dar conhecimento à participação do Senado junto à sociedade brasileira.

Nós declaramos o encerramento desta sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 26 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal

56ª Legislatura

3ª Sessão Legislativa Ordinária

150ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 16 horas
Presenças no período: 09/11/2021 14:00:00 até 09/11/2021 20:28:00
Votos no período: 09/11/2021 14:00:00 até 09/11/2021 20:28:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	X	X
Podemos	PR	Alvaro Dias	X	X
PSD	BA	Angelo Coronel	X	X
PSD	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSD	MT	Carlos Fávaro	X	X
PL	RJ	Carlos Portinho	X	X
PSD	MG	Carlos Viana	X	X
DEM	CE	Chiquinho Feitosa	X	X
PDT	CE	Cid Gomes	X	X
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	X	X
MDB	SC	Dário Berger	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	X
MDB	AM	Eduardo Braga	X	X
Podemos	CE	Eduardo Girão	X	X
MDB	TO	Eduardo Gomes	X	X
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	X	X
PROGRES	SC	Esperidião Amin	X	X
REDE	ES	Fabiano Contarato	X	X
MDB	PE	Fernando Coelho	X	X
PROS	AL	Fernando Collor	X	X
Podemos	PR	Flávio Arns	X	X
Patriota	RJ	Flávio Bolsonaro	X	X
PSDB	DF	Izalci Lucas	X	X
MDB	PA	Jader Barbalho	X	X
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	X	X
DEM	MT	Jayme Campos	X	X
Podemos	GO	Jorge Kajuru	X	X
PL	SC	Jorginho Mello	X	X
PSDB	SP	José Aníbal	X	X
Podemos	RS	Lasier Martins	X	X
Cidadania	DF	Leila Barros	X	X
PSD	AP	Lucas Barreto	X	X
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	X	X
MDB	GO	Luiz do Carmo	X	X
PROGRES	AC	Mailza Gomes	X	X
PSDB	SP	Mara Gabrilli	X	X
MDB	PI	Marcelo Castro	X	X
PSL	AC	Marcio Bittar	X	X
Podemos	ES	Marcos do Val	X	X
DEM	RO	Marcos Rogério	X	X
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	X	X
MDB	RO	Maria Eliza	X	X
Republica	RR	Mecias de Jesus	X	X
MDB	PB	Nilda Gondim	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X

Emissão 09/11/2021 20:29:57





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal 56ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa Ordinária

150ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 16 horas

Presenças no período: 09/11/2021 14:00:00 até 09/11/2021 20:28:00

Votos no período: 09/11/2021 14:00:00 até 09/11/2021 20:28:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PSDB	AM	Plínio Valério	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
Podemos	DF	Reguffe	X	X
PSDB	MA	Roberto Rocha	X	X
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	X	X
PT	SE	Rogério Carvalho	X	X
PL	RJ	Romário	X	X
MDB	ES	Rose de Freitas	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
MDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSL	MS	Soraya Thronicke	X	X
Podemos	RN	Styvenson Valentim	X	X
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	X	X
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	X	
PL	MT	Wellington Fagundes	X	X
PDT	MA	Weverton	X	X
PROS	RN	Zenaide Maia	X	X
PSC	PA	Zequinha Marinho	X	X

Compareceram 67 senadores.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 150^a SESSÃO

DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Projeto de Resolução nº 60/2021





SENADO FEDERAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Resolução do Senado nº 60, de 2021**, que *"Institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar de Defesa da Responsabilidade Fiscal, em defesa dos fundamentos que regem a responsabilidade fiscal na gestão dos recursos públicos no Brasil."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	001

TOTAL DE EMENDAS: 1



[Página da matéria](#)



**PRS 60/2021
00001****SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

EMENDA Nº - PLEN

(ao PRS 60/2021)

Aditiva

O art. 1º do Projeto de Resolução do Senado nº 60, de 2021, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º, renumerando-se os subsequentes:

“Art 1º

.....

§ 3º A Frente da Responsabilidade Fiscal também tem por objetivo disseminar o debate, no âmbito do Senado Federal, sobre as melhores práticas internacionais em relação às regras fiscais e sua evolução, considerando arcabouços legais que busquem conciliar sustentabilidade fiscal, estabilidade econômica e redução de desigualdades sociais.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O PRS 60/2021 institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar de Defesa da Responsabilidade Fiscal, em defesa dos fundamentos que regem a responsabilidade fiscal na gestão dos recursos públicos no Brasil.

A Frente atuará em defesa dos fundamentos que regem a responsabilidade fiscal, considerando dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Emenda Constitucional nº 95, de 2016 (Novo Regime Fiscal).

A sustentabilidade fiscal é um importante instrumento para a economia. Contudo, é preciso ressignificá-la, à luz do debate de ponta na economia, inclusive considerando os desenvolvimentos da economia convencional e os pontos de vista expressos por instituições como o FMI.

As regras fiscais mais modernas miram a sustentabilidade fiscal no médio prazo, abrindo espaço (seja por estabilizadores automáticos, seja por medidas discricionárias) para gastos com fortes efeitos multiplicadores e redistributivos.



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

Deste modo, o arcabouço fiscal não atenta contra a estabilidade da economia, evitando redução de gastos estratégicos em momentos de baixa do ciclo econômico. Entre tais regras, encontramos, por exemplo, resultados fiscais estruturais (que descontam os efeitos do ciclo econômico) e regras de gasto (que não pressupõem congelamento das despesas). Instituições como o FMI têm defendido que a recuperação pós-Covid requer regras fiscais capazes de estimular investimentos e gastos com ciência e tecnologia, de modo a ampliar a produtividade da economia e o produto potencial.

Desde a crise de 2008, a política fiscal vem sendo reabilitada como instrumento para garantir maior convergência das economias em relação a seu produto potencial, sobretudo por meio de regras fiscais mais flexíveis capazes de combinar estabilização econômica (viabilizando gastos com forte efeito multiplicador e redistributivo) e sustentabilidade fiscal no médio prazo.

No entanto, esse debate não é absorvido no Brasil, país marcado pela sobreposição de regras rígidas que esterilizam a política fiscal, contribuindo para o desempenho econômico medíocre dos últimos anos. A rigidez do arcabouço fiscal, na contramão das regras modernas, faz com que gastos estratégicos sejam reduzidos em momentos de crise, deteriorando a atividade econômica e, em última instância, piorando ainda mais os indicadores fiscais.

A Frente poderia ter um papel fundamental em qualificar as regras brasileiras, trazendo para o debate público as melhores práticas e as experiências internacionais sobre regras fiscais.

Por esta razão, a emenda apresentada prevê que a Frente também tenha o objetivo de discutir a evolução do arcabouço fiscal em direção a regimes fiscais capazes de conciliar estabilização da economia e sustentabilidade fiscal.

Sala das Sessões,

Senador Rogério Carvalho

PT – SE





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

PARECER Nº 276, DE 2021

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 60, de 2021, do Senador Alessandro Vieira e outros, que institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar de Defesa da Responsabilidade Fiscal, em defesa dos fundamentos que regem a responsabilidade fiscal na gestão dos recursos públicos no Brasil.

SF/21811.81404-80

Relator: Senador **LASIER MARTINS**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame deste Plenário do Senado Federal o Projeto de Resolução do Senado Federal (PRS), nº 60, de 2021, de autoria do eminente Senador Alessandro Vieira, que institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar de Defesa da Responsabilidade Fiscal, em defesa dos fundamentos que regem a responsabilidade fiscal na gestão dos recursos públicos no Brasil.

O projeto é composto de dois artigos, sendo o primeiro o que estabelece, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar de Defesa da Responsabilidade Fiscal, doravante Frente da Responsabilidade Fiscal, dividido em quatro parágrafos, que estabelece:

- 1) tal Frente da Responsabilidade Fiscal tem por objetivo atuar em defesa dos fundamentos que regem a responsabilidade fiscal na gestão dos recursos públicos no Brasil;
- 2) Ademais, para efeitos da defesa da responsabilidade fiscal, são considerados, não exaustivamente, fundamentos que regem a responsabilidade fiscal o disposto nos artigos 106 a 114 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT (Novo





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

Regime Fiscal), os quais dispõe sobre o “Teto de Gastos”, e na Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

- 3) como de praxe, a Frente da Responsabilidade Fiscal será integrada, inicialmente, pelas Senadoras e pelos Senadores que assinarem sua ata de instalação, sendo facultada a adesão posterior de outros Parlamentares, nos termos de seu estatuto;
- 4) por último, determina que a Frente da Responsabilidade Fiscal reunir-se-á preferencialmente em Brasília, nas instalações do Senado Federal, sendo também admitido para esse fim, por questão de conveniência, qualquer outro lugar no território nacional.

Já o art.2º define que essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

No prazo regimental, foi apresentada a Emenda nº 01, do eminente Senador Rogério Carvalho.

II – ANÁLISE

Em sua justificação, o autor enfatiza que diante dos recentes avanços contra os fundamentos que regem a responsabilidade fiscal no Brasil sem que haja ampla discussão com a sociedade, propõe a instituição da Frente Parlamentar de Defesa da Responsabilidade Fiscal no Brasil. A Frente terá como objetivo atuar em defesa dos fundamentos que regem a responsabilidade fiscal na gestão dos recursos públicos no Brasil. São considerados fundamentos da responsabilidade fiscal no Brasil: a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF - Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000), o Novo Regime Fiscal (Emenda Constitucional nº 95 de 2016) e outras regras fiscais e orçamentárias consideradas pertinentes.

Relembra que, infelizmente, nos deparamos mais uma vez com tentativas de burlar as regras fiscais vigentes nos termos do NRF para atender a interesses eleitoreiros e políticos de ocasião. A tentativa de desfigurar o NRF é grave e gera incertezas com relação à gestão responsável das contas públicas do

SF/21811.81404-80





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

País. A discussão sobre a alocação de recursos orçamentários é de suma importância e deve acontecer de forma transparente e respeitando as regras vigentes. O casuísmo com as regras de responsabilidade fiscal gera insegurança jurídica, que afasta investimentos no País e torna o financiamento da dívida pública mais caro, pois os credores passam a demandar juros mais altos para emprestar ao Governo Brasileiro.

Assim, o presente projeto busca essencialmente criar uma união entre Senadores que queiram se engajar na luta dos princípios que buscam nortear a economia brasileira desde o Plano Real. Seria, como podemos metaforicamente dizer, uma “bancada do Erário”, que representa os contribuintes e cidadãos na manutenção da estabilidade econômica. Tais Senadores, como nas demais frentes, vinculam-se ao seu objetivo nas ações e posicionamentos.

Foi apresentada a Emenda nº 01, do Senador Rogério Carvalho, que acrescenta § 3º ao art. 1º, especificando como objetivo da Frente “disseminar o debate, no âmbito do Senado Federal, sobre as melhores práticas internacionais em relação às regras fiscais e sua evolução, considerando arcabouços legais que busquem conciliar sustentabilidade fiscal, estabilidade econômica e redução de desigualdades sociais”.

Tal emenda não altera a essência do projeto, simplesmente explicita a necessidade de debate a ser realizado pela Frente de Responsabilidade Fiscal a respeito de temas correlatos. Desse modo, pode vir a compor naturalmente o projeto inicial como um novo parágrafo.

É inegável o mérito da presente proposição legislativa. A responsabilidade fiscal é um dos principais gargalos para o desenvolvimento econômico do país e não voltemos ao caos econômico dos anos 1980, com hiperinflação, juros elevadíssimos, desestímulo aos investimentos produtivos etc.

III – VOTO

Diante do exposto, voto pela **aprovação** do Projeto de Resolução do Senado nº 60, de 2021, e da Emenda nº 01, que passa a compor a proposição como § 5º do art. 1º.



SF/21811.81404-80





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 277, DE 2021 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Resolução nº 60, de 2021.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 60, de 2021, que *institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar de Defesa da Responsabilidade Fiscal, em defesa dos fundamentos que regem a responsabilidade fiscal na gestão dos recursos públicos no Brasil*, consolidando a Emenda nº 1 – Plen, aprovada pelo Plenário.

Senado Federal, em 9 de novembro de 2021.

VENEZIANO VITAL DO RÊGO, PRESIDENTE

ROGÉRIO CARVALHO, RELATOR

ROMÁRIO

ZEQUINHA MARINHO



ANEXO DO PARECER Nº 277, DE 2021 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Resolução nº 60, de 2021.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº _____, DE 2021

Institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar de Defesa da Responsabilidade Fiscal, em defesa dos fundamentos que regem a responsabilidade fiscal na gestão dos recursos públicos no Brasil.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É instituída, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar de Defesa da Responsabilidade Fiscal, doravante referida como Frente da Responsabilidade Fiscal.

§ 1º A Frente da Responsabilidade Fiscal tem por objetivo atuar em defesa dos fundamentos que regem a responsabilidade fiscal na gestão dos recursos públicos no Brasil.

§ 2º Para efeitos do disposto no § 1º, são considerados, não exaustivamente, fundamentos que regem a responsabilidade fiscal o disposto nos arts. 106 a 114 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT (Novo Regime Fiscal) e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

§ 3º A Frente da Responsabilidade Fiscal será integrada, inicialmente, pelas Senadoras e pelos Senadores que assinarem sua ata de instalação, sendo facultada a adesão posterior de outros Parlamentares, nos termos de seu estatuto.



§ 4º A Frente da Responsabilidade Fiscal reunir-se-á preferencialmente em Brasília, nas instalações do Senado Federal, sendo também admitido para esse fim, por questão de conveniência, qualquer outro lugar no território nacional.

§ 5º A Frente da Responsabilidade Fiscal também tem por objetivo disseminar o debate, no âmbito do Senado Federal, sobre as melhores práticas internacionais em relação às regras fiscais e sua evolução, considerando arcabouços legais que busquem conciliar sustentabilidade fiscal, estabilidade econômica e redução de desigualdades sociais.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Proposta de Emenda à Constituição nº 29/2020





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

PARECER Nº 278, DE 2021

De PLENÁRIO, em substituição à COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2020, do Senador Eduardo Braga e outros, que *introduz a renda básica como direito social*.



Relator: Senador **ANTONIO ANASTASIA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame do Plenário, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 29, de 2020, que tem como primeiro signatário o Senador EDUARDO BRAGA, e acrescenta ao art. 6º da Constituição a renda básica como um direito social de qualquer brasileiro em situação de vulnerabilidade.

A Proposta possui quatro artigos. O primeiro altera o texto do art. 6º da Constituição para prever que a renda básica será regulamentada por lei ordinária, inclusive quanto aos requisitos de acesso ao benefício.

O segundo artigo altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), modificando o art. 107, introduzido pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016. Por esta mudança, as despesas com a renda básica não seriam consideradas para fins do Novo Regime Fiscal instituído por aquela Emenda — conhecido como “teto de gastos”.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Já o terceiro artigo dispõe que a renda básica poderá ser instituída em etapas, priorizando cidadãos em insuficiência de renda. Dispõe ainda que o gasto com a renda básica deve ser inteiramente compensado, seja com aumento da arrecadação ou com corte de despesas, o que incluiria aquelas previstas pela própria Constituição.

O quarto artigo traz a cláusula de vigência, imediata.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

O momento é oportuno para discutir esta proposta que, embora apresentada em 2020, revela-se atual. Há um grande anseio em nossa sociedade para que a proteção à renda se estenda a todos, inclusive aos informais, em um momento em que a crise social provocada pela pandemia continua a se mostrar desafiadora. Neste 2021, o quadro foi prejudicado pela alta internacional do preço dos alimentos, e a inflação chegou para pressionar ainda mais o poder de compra dos mais pobres.

A PEC nº 29, de 2020, vem ao encontro de uma tradição desta Casa em inovar para proteger os mais vulneráveis. A Casa da Federação, enquanto espaço em que há maior representação das regiões mais distantes dos centros econômicos, é um *locus* natural para isso. Foi neste Senado que foi proposto o fundo constitucional de combate e erradicação da pobreza ou a renda básica de cidadania, bandeira desde os anos 90 do ex-Senador Eduardo Suplicy, que virou lei no ano de 2004. Certamente seus esforços foram determinantes para que este assunto tenha hoje ganhado o destaque que merece.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Neste momento, diversos projetos buscam solucionar da forma mais efetiva possível o desafio da proteção social diante de uma conjuntura fiscal desfavorável. Nesse contexto, tenho a honra de relatar o PL nº 5.343, de 2020, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que institui a Lei de Responsabilidade Social. Em meu entender, esta PEC não apenas complementa esse conjunto de propostas, como as fortalece. De fato, não há ainda hoje em nosso arcabouço constitucional a previsão de um benefício às famílias pobres que não estejam incluídas no mercado de trabalho formal. Com isso, os benefícios atuais operam às vezes como um “semidireito”, sem muitas garantias aos beneficiários.

A constitucionalização desse direito alça essas transferências sociais ao mesmo patamar de outros benefícios. Seja o Bolsa Família, o Auxílio Brasil, ou outro novo benefício a ser criado, haverá o mesmo status que hoje possuem políticas consagradas como o seguro-desemprego, o Benefício de Prestação Continuada, o abono salarial, as aposentadorias e as pensões. É um ganho de legitimidade para parcela da população que frequentemente é vista por alguns não como beneficiárias de uma política pública, mas como receptoras de um favor. A constitucionalização da renda básica também permite que essas transferências de renda sejam uma política perene, uma política de Estado, que não poderia ser revogada por qualquer governo.

O poder aquisitivo dos brasileiros mais vulneráveis deve estar imune a conjunturas políticas. Nunca é demais lembrar que este é um tipo de política pública com grande alcance sobre as crianças de nosso País. Espera-se que o estigma seja combatido e a renda básica tenha estabilidade para florescer nos próximos anos.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Os beneficiários estarão mais seguros quanto aos seus direitos, e boatos ou rumores quanto aos benefícios, que tanto já prejudicaram a vida dos que recebiam o Bolsa Família, hão de acabar. Ademais, o novo status das transferências de renda dará maior força para este tipo de política que, em momentos de ajuste fiscal, acaba competindo por recursos com gastos decorrentes da Constituição.

Esta PEC, assim, completa a Carta Magna de 1988. Ali, estendemos, por exemplo, a cobertura de saúde para todos que precisam, não apenas os que tinham carteira assinada. A cobertura de proteção à renda precisa ir ao mesmo sentido: ser direito de todos. Este caminho inclusivo é um que hoje o Estado brasileiro tem condições de perseguir, afinal, ele é atualmente bem mais robusto do ponto de vista administrativo e financeiro do que era décadas atrás.

Julgo pertinente, porém, apresentar uma emenda para retirar dois dispositivos que poderiam ser objeto de contenda e prejudicar o necessário andamento célere desta proposta. São eles: o art. 2º e o parágrafo único do art. 3º, que tratam respectivamente da exclusão do teto de gastos e da compensação obrigatória do gasto com a renda básica. Ambos se referem ao custeio deste tipo de política pública, um tema complexo que o Parlamento já está discutindo em outras proposições.

Assim, entendemos que a questão encerra uma grande polêmica, a qual não deve ser resolvida por meio desta PEC, cuja importância central deve ser a garantia da renda básica como um direito social previsto na Constituição.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2020, bem como pela aprovação da seguinte Emenda:

EMENDA Nº 1- PLEN

(à PEC nº 29, de 2020)

Suprimam-se na PEC nº 29, de 2020:

- I - o art. 2º;
- II - o parágrafo único do art. 3º.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL

PARECER Nº 279, DE 2021 – PLEN/SF

Redação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2020, do Senador Eduardo Braga e outros.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2020, do Senador Eduardo Braga e outros, que *introduz a renda básica como direito social*, consolidando a Emenda nº 1, do Relator, aprovada pelo Plenário.

Senado Federal, em 9 de novembro de 2021.

VENEZIANO VITAL DO RÊGO, PRESIDENTE

ROGÉRIO CARVALHO, RELATOR

ROMÁRIO

ZEQUINHA MARINHO



ANEXO DO PARECER Nº 279, DE 2021 – PLEN/SF

Redação final da Proposta de Emenda à
Constituição nº 29, de 2020, do Senador
Eduardo Braga e outros.

EMENDA CONSTITUCIONAL

Nº , DE 2021

Introduz a renda básica como direito social.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal,
nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal,
promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 6º da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte
parágrafo único:

“Art. 6º

Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade
de renda terá direito a uma renda básica, garantida pelo poder público,
cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei.” (NR)

Art. 2º A renda básica de que trata o parágrafo único do art. 6º da Constituição
Federal será instituída por lei, que poderá prever sua implementação por etapas, priorizando
os cidadãos em situação de insuficiência de renda.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

PEC nº 29, de 2020, nos termos do Parecer, ressalvado o destaque (1º Turno)

Introduz a renda básica como direito social.

Matéria **PEC 29/2020**

Início Votação **09/11/2021 17:45:01**

Término Votação **09/11/2021 18:04:08**

Sessão **150ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

09/11/2021 16:24:00

Partido	Orientação
MDB	SIM
PSD	SIM
Podemos	SIM
PROGRES	SIM
PSDB	SIM
PT	SIM
DEM	SIM
PL	SIM
Cidadania	SIM
PDT	SIM
PROS	SIM
PSL	SIM
PSC	SIM
Patriota	SIM
Governo	SIM

Partido	UF	Nome Senador	Voto
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	SIM
Podemos	PR	Alvaro Dias	SIM
PSD	BA	Angelo Coronel	SIM
PSD	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSD	MT	Carlos Fávaro	SIM
PL	RJ	Carlos Portinho	SIM
PSD	MG	Carlos Viana	SIM
DEM	CE	Chiquinho Feitosa	SIM
PDT	CE	Cid Gomes	SIM
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SIM
MDB	SC	Dário Berger	SIM
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SIM
MDB	AM	Eduardo Braga	SIM
Podemos	CE	Eduardo Girão	SIM
MDB	TO	Eduardo Gomes	SIM
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	SIM
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SIM
MDB	PE	Fernando Coelho	SIM
PROS	AL	Fernando Collor	SIM

Emissão 09/11/2021 18:04:11





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

PEC nº 29, de 2020, nos termos do Parecer, ressalvado o destaque (1º Turno)

Introduz a renda básica como direito social.

Matéria PEC 29/2020

Início Votação 09/11/2021 17:45:01

Término Votação 09/11/2021 18:04:08

Sessão 150ª Sessão Deliberativa Ordinária

Data Sessão

09/11/2021 16:24:00

Podemos	PR	Flávio Arns	SIM
Patriota	RJ	Flávio Bolsonaro	SIM
PSDB	DF	Izalci Lucas	SIM
MDB	PA	Jader Barbalho	SIM
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SIM
DEM	MT	Jayme Campos	SIM
Podemos	GO	Jorge Kajuru	SIM
PL	SC	Jorginho Mello	SIM
PSDB	SP	José Aníbal	SIM
Podemos	RS	Lasier Martins	SIM
Cidadania	DF	Leila Barros	SIM
PSD	AP	Lucas Barreto	SIM
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SIM
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SIM
PSDB	SP	Mara Gabrilli	SIM
MDB	PI	Marcelo Castro	SIM
PSL	AC	Marcio Bittar	SIM
Podemos	ES	Marcos do Val	SIM
DEM	RO	Marcos Rogério	SIM
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SIM
MDB	RO	Maria Eliza	SIM
Republica	RR	Mecias de Jesus	SIM
MDB	PB	Nilda Gondim	SIM
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PSDB	AM	Plínio Valério	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
Podemos	DF	Reguffe	SIM
PSDB	MA	Roberto Rocha	SIM
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SIM
PT	SE	Rogério Carvalho	SIM
PL	RJ	Romário	SIM
MDB	ES	Rose de Freitas	SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM
MDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSL	MS	Soraya Thronicke	SIM
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SIM
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SIM
PL	MT	Wellington Fagundes	SIM
PDT	MA	Weverton	SIM

Emissão 09/11/2021 18:04:11





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

PEC nº 29, de 2020, nos termos do Parecer, ressalvado o destaque (1º Turno)

Introduz a renda básica como direito social.

Matéria	PEC 29/2020	Início Votação	09/11/2021 17:45:01	Término Votação	09/11/2021 18:04:08
Sessão	150ª Sessão Deliberativa Ordinária	Data Sessão	09/11/2021 16:24:00		
PROS	RN	Zenaide Maia	SIM		
PSC	PA	Zequinha Marinho	SIM		

Presidente: *Veneziano Vital do Rêgo*

SIM:63 NÃO:0 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:64

Primeiro-Secretario

Emissão 09/11/2021 18:04:11





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2020, destacado

Matéria **PEC 29/2020**

Início Votação **09/11/2021 18:18:21**

Término Votação **09/11/2021 18:58:08**

Sessão **150º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

09/11/2021 16:24:00

Partido	Orientação
MDB	SIM
PSD	NÃO
Podemos	LIVRE
PROGRES	NÃO
DEM	NÃO
PSDB	NÃO
PT	SIM
PL	NÃO
Cidadania	NÃO
PDT	LIVRE
PSL	NÃO
Governo	NÃO

Partido	UF	Nome Senador	Voto
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	NÃO
Podemos	PR	Alvaro Dias	NÃO
PSD	BA	Angelo Coronel	NÃO
PSD	MG	Antonio Anastasia	NÃO
PSD	MT	Carlos Fávaro	NÃO
PL	RJ	Carlos Portinho	NÃO
PSD	MG	Carlos Viana	NÃO
DEM	CE	Chiquinho Feitosa	NÃO
PDT	CE	Cid Gomes	ABSTENÇÃO
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	NÃO
MDB	SC	Dário Berger	SIM
DEM	AP	Davi Alcolumbre	NÃO
MDB	AM	Eduardo Braga	SIM
Podemos	CE	Eduardo Girão	NÃO
MDB	TO	Eduardo Gomes	NÃO
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	NÃO
PROGRES	SC	Esperidião Amin	NÃO
REDE	ES	Fabiano Contarato	SIM
MDB	PE	Fernando Coelho	NÃO
PROS	AL	Fernando Collor	NÃO
Podemos	PR	Flávio Arns	NÃO
Patriota	RJ	Flávio Bolsonaro	NÃO
PSDB	DF	Izalci Lucas	NÃO

Emissão 09/11/2021 18:58:13





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2020, destacado

Matéria **PEC 29/2020** Início Votação **09/11/2021 18:18:21** Término Votação **09/11/2021 18:58:08**
 Sessão **150º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **09/11/2021 16:24:00**

MDB	PA	Jader Barbalho	SIM
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SIM
DEM	MT	Jayne Campos	NÃO
Podemos	GO	Jorge Kajuru	ABSTENÇÃO
PL	SC	Jorginho Mello	NÃO
PSDB	SP	José Aníbal	SIM
Podemos	RS	Lasier Martins	NÃO
Cidadania	DF	Leila Barros	NÃO
PSD	AP	Lucas Barreto	NÃO
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	NÃO
MDB	GO	Luiz do Carmo	NÃO
PROGRES	AC	Mailza Gomes	NÃO
PSDB	SP	Mara Gabrilli	NÃO
MDB	PI	Marcelo Castro	SIM
PSL	AC	Marcio Bittar	NÃO
Podemos	ES	Marcos do Val	NÃO
DEM	RO	Marcos Rogério	NÃO
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	NÃO
Republica	RR	Mecias de Jesus	NÃO
MDB	PB	Nilda Gondim	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	NÃO
PSD	BA	Otto Alencar	NÃO
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PSDB	AM	Plínio Valério	NÃO
Podemos	DF	Reguffe	NÃO
PSDB	MA	Roberto Rocha	NÃO
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	NÃO
PT	SE	Rogério Carvalho	SIM
PL	RJ	Romário	NÃO
MDB	ES	Rose de Freitas	SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão	NÃO
PSL	MS	Soraya Thronicke	NÃO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	NÃO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	NÃO
PL	MT	Wellington Fagundes	NÃO
PDT	MA	Weverton	SIM
PROS	RN	Zenaide Maia	SIM
PSC	PA	Zequinha Marinho	NÃO

Emissão 09/11/2021 18:58:13





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2020, destacado

Matéria **PEC 29/2020**

Início Votação **09/11/2021 18:18:21**

Término Votação **09/11/2021 18:58:08**

Sessão **150º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

09/11/2021 16:24:00

Presidente: Veneziano Vital do Rêgo

SIM:15 NÃO:46 ABST.: 2 PRESIDENTE:1 TOTAL:64

Primeiro-Secretario

Emissão 09/11/2021 18:58:13





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2020 (2º Turno)

Introduz a renda básica como direito social.

Matéria **PEC 29/2020**

Início Votação **09/11/2021 18:59:56**

Término Votação **09/11/2021 19:23:20**

Sessão **150ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

09/11/2021 16:24:00

Partido	Orientação
MDB	SIM
PSD	SIM
Podemos	SIM
PROGRES	SIM
DEM	SIM
PSDB	SIM
PT	SIM
PL	SIM
Cidadania	SIM
PDT	SIM
PROS	SIM
PSL	SIM
Patriota	SIM
PSC	SIM
Governo	SIM

Partido	UF	Nome Senador	Voto
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	SIM
Podemos	PR	Alvaro Dias	SIM
PSD	BA	Angelo Coronel	SIM
PSD	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSD	MT	Carlos Fávaro	SIM
PL	RJ	Carlos Portinho	SIM
PSD	MG	Carlos Viana	SIM
DEM	CE	Chiquinho Feitosa	SIM
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SIM
MDB	SC	Dário Berger	SIM
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SIM
MDB	AM	Eduardo Braga	SIM
Podemos	CE	Eduardo Girão	SIM
MDB	TO	Eduardo Gomes	SIM
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	SIM
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SIM
REDE	ES	Fabiano Contarato	SIM
MDB	PE	Fernando Coelho	SIM
PROS	AL	Fernando Collor	SIM

Emissão 09/11/2021 19:23:23





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2020 (2º Turno)

Introduz a renda básica como direito social.

Matéria **PEC 29/2020** Início Votação **09/11/2021 18:59:56** Término Votação **09/11/2021 19:23:20**
 Sessão **150º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **09/11/2021 16:24:00**

Podemos	PR	Flávio Arns	SIM
Patriota	RJ	Flávio Bolsonaro	SIM
PSDB	DF	Izalci Lucas	SIM
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SIM
DEM	MT	Jayme Campos	SIM
Podemos	GO	Jorge Kajuru	SIM
PL	SC	Jorginho Mello	SIM
PSDB	SP	José Aníbal	SIM
Podemos	RS	Lasier Martins	SIM
Cidadania	DF	Leila Barros	SIM
PSD	AP	Lucas Barreto	SIM
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SIM
MDB	GO	Luiz do Carmo	SIM
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SIM
PSDB	SP	Mara Gabrilli	SIM
MDB	PI	Marcelo Castro	SIM
PSL	AC	Marcio Bittar	SIM
Podemos	ES	Marcos do Val	SIM
DEM	RO	Marcos Rogério	SIM
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SIM
MDB	RO	Maria Eliza	SIM
Republica	RR	Mecias de Jesus	SIM
MDB	PB	Nilda Gondim	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PSDB	AM	Plínio Valério	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
Podemos	DF	Reguffe	SIM
PSDB	MA	Roberto Rocha	SIM
PT	SE	Rogério Carvalho	SIM
PL	RJ	Romário	SIM
MDB	ES	Rose de Freitas	SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM
MDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSL	MS	Soraya Thronicke	SIM
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SIM
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SIM
PL	MT	Wellington Fagundes	SIM
PDT	MA	Weverton	SIM

Emissão 09/11/2021 19:23:24





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2020 (2º Turno)

Introduz a renda básica como direito social.

Matéria	PEC 29/2020	Início Votação	09/11/2021 18:59:56	Término Votação	09/11/2021 19:23:20
Sessão	150ª Sessão Deliberativa Ordinária	Data Sessão	09/11/2021 16:24:00		
PROS	RN	Zenaide Maia	SIM		
PSC	PA	Zequinha Marinho	SIM		

Presidente: *Veneziano Vital do Rêgo*

SIM:63 NÃO:0 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:64

Primeiro-Secretario

Emissão 09/11/2021 19:23:24



Projeto de Lei nº 2825/2021





SENADO FEDERAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 2825, de 2021**, que *"Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer como critérios para desempate em licitações públicas o patrocínio a atletas ou equipes de esporte olímpico, bem como a construção, o auxílio na construção, a manutenção e o auxílio na manutenção de estrutura pública destinada à prática de esporte olímpico."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)	001; 006
Senador Luiz do Carmo (MDB/GO)	002
Senadora Leila Barros (CIDADANIA/DF)	003
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	004; 005

TOTAL DE EMENDAS: 6



[Página da matéria](#)



PL 2825/2021
00001

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 2.825, de 2021)

Dê-se ao *caput* do art. 4º do Projeto de Lei nº 2.825, de 2021, a seguinte redação, mantidas as alterações por ele promovidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

“**Art. 4º** Os arts. 6º e 60 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, passam a vigorar com a seguinte redação:

.....”

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 2.825, de 2021, modifica as normas sobre licitações para instituir um novo critério de desempate de propostas, que leve em conta o patrocínio do licitante ao desporto olímpico e paralímpico.

Em seu art. 4º, o projeto promove alterações nos arts. 6º e 60 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Entretanto, por um lapso, o *caput* do art. 4º não faz referência ao art. 6º daquela Lei. É mister, portanto, promover tal correção, o que propomos mediante esta singela emenda, para a aprovação da qual contamos com o apoio de nossos Pares.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS

Minuta



EMENDA Nº - PLEN

(ao PL nº 2.825, de 2021)

Dê-se ao art. 5º do Projeto de Lei nº 2.825, de 2021, a seguinte redação:

“Art. 5º Revogam-se os incisos III e IV do **caput** do art. 55 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.”

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 2.825, de 2021, modifica as normas sobre licitações para instituir um novo critério de desempate de propostas. Uma das normas alteradas é a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Tal Lei possui um capítulo inteiramente dedicado às licitações realizadas por empresas estatais que exercem atividade econômica.

O art. 55 da mencionada Lei cuida dos critérios de desempate nas licitações. O projeto modifica o artigo, para introduzir o novo critério de desempate, qual seja, o de patrocínio a atletas ou equipes de esporte olímpico, bem como a construção, o auxílio na construção, a manutenção e o auxílio na manutenção de estrutura pública destinada à prática de esporte olímpico.

Para tanto, inclui três parágrafos no art. 55 e revoga o inciso III de seu *caput*. Entretanto, deixa de revogar o inciso IV, que prevê como critério de desempate o sorteio. Com isso, inviabiliza a incidência das novas previsões normativas. Senão, vejamos.

A aplicação dos critérios de desempate se dá na ordem definida pelos incisos do *caput* do art. 55 e o projeto desloca para o novo § 1º os critérios hoje constantes no inciso III, aos quais acrescenta o de patrocínio ao desporto. A regra do § 1º será aplicada quando, utilizados os critérios dos incisos do *caput* do art. 55, remanescer o empate. Ocorre que não há possibilidade de remanescer o empate numa disputa por sorteio.



Assim, para que as inovações do projeto possam efetivamente ser aplicadas, é necessário revogar o inciso IV do *caput* do art. 55 da Lei nº 13.303, de 2016, o que propomos por meio desta emenda, ao tempo em que solicitamos o apoio de nossos Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS





PL 2825/2021
00002

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador LUIZ DO CARMO

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 2.825, de 2021)

Inclua-se o seguinte artigo no Projeto de Lei nº 2.825, de 2021, renumerando-se o atual art. 5º e seguintes:

“**Art. 5º** O art. 337-L do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

‘**Art. 337-L**

VI – inobservância dos critérios de desempate das propostas previstos na legislação:

.....’ (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 2.825, de 2021, pretende alterar a legislação sobre licitações e contratos, para incluir como critério de desempate de propostas o patrocínio a atletas ou equipes de esporte olímpico, bem como a construção, o auxílio na construção, a manutenção e o auxílio na manutenção de estrutura pública destinada à prática de esporte olímpico.

É louvável o intuito do autor do projeto de fomentar o patrocínio ao desporto por essa via. Entretanto, não basta instituir mais um critério de desempate, que se juntará a outros tantos já existentes, sem que se assegurem condições para que a aplicação de tais critérios seja efetiva. É preciso instituir mecanismos de punição dos agentes públicos que desconsiderem os mandamentos legais afetos à matéria. Por isso, a presente emenda insere artigo no projeto com o objetivo de incluir entre as condutas consideradas





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador LUIZ DO CARMO

crime de fraude em licitação (art. 337-L do Código Penal) a de inobservância dos critérios de desempate das propostas previstos na legislação.

Certo de contar com o apoio dos nobres Pares, submeto à consideração do Plenário a emenda, com a convicção de que ela aprimora o texto original do projeto.

Sala das Sessões,

Senadora **LUIZ DO CARMO**





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

PL 2825/2021
00003

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 2.825, de 2021)

Acrescente-se § 4º ao art. 55 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, nos termos propostos pelo art. 3º do PL nº 2.825, de 2021, e dê-se ao 5º do PL 2.825, de 2021, a seguinte redação:

Art. 3º

“**Art. 55.**

.....

§ 4º Caso não se obtenha o desempate na forma do *caput* e do § 1º deste artigo, será utilizado um sorteio.” (NR)

.....

Art. 5º Revoga-se os incisos III e IV do *caput* do art. 55 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

JUSTIFICAÇÃO

O PL 2.825, de 2021, apresenta uma ideia original, criando nova modalidade de incentivo ao esporte, sem custo efetivo à sociedade. O projeto adiciona, como critérios de desempate em licitações públicas, o patrocínio de atletas e de equipes de esportes olímpicos, bem como a construção e manutenção de estruturas públicas para prática desses esportes. O texto estabelece um mínimo para que o patrocínio, a construção ou a manutenção fossem considerados relevantes e estipula prazos - dois ciclos olímpicos de patrocínio de atletas e equipes.

Para tanto, dentre as medidas propostas, o art. 5º do PL revoga o inciso III do *caput* do art. 55 da Lei nº 13.303, de 2016, que trata do estatuto jurídico das estatais. O artigo citado estabelece critérios de desempate, que devem ser utilizados em ordem predefinida. O inciso III contempla os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, e no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

O art. 3º do PL acrescenta três novos parágrafos ao mesmo art. 55, estabelecendo os critérios de desempate referentes ao apoio ao esporte, listando-os após os critérios referentes à preferência às empresas nacionais e às empresas que cumprem com seus deveres sociais, como cumprimento de reserva de cargos para pessoa com deficiência

O problema é que o art. 5º deixa de revogar o inciso IV do art. 55 da Lei 13.303 de 2016, que trata do sorteio como último critério de desempate. Esse equívoco acaba por inviabilizar o PL como um todo, já que sempre haverá desempate no sorteio. Ou seja, os parágrafos que trazem os critérios para o desempate nunca serão utilizados.

Para resolver o problema, apresentamos a presente emenda, revogando o inciso IV, do sorteio, e introduzindo esse mecanismo de desempate num novo parágrafo, permitindo que seja utilizado apenas quando forem esgotados todos os demais critérios.

Diante do exposto, requeiro o apoio dos pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões,

Senadora LEILA BARROS



PL 2825/2021
00004



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

EMENDA Nº , DE 2021.
(ao PL 2.825, de 2021)

O art. 1º do Projeto de Lei nº 2.825, de 2021, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 1º.....

Parágrafo único. Para fins de que trata esta Lei, o poder público estimulará, por meio incentivos fiscais e subsídios, as empresas que promoverem patrocínio a atletas ou equipes de esporte olímpico, bem como a construção, auxílio na construção, manutenção e o auxílio na manutenção de estrutura pública destinada à prática de esporte olímpico.” (NR)

JUSTIFICATIVA

O PL em destaque estabelece como critérios para desempate em licitações promovidas por órgãos e entidades das administrações diretas e indiretas da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista e suas subsidiárias, o patrocínio a atletas ou equipes de esporte olímpico, bem como a construção, o auxílio na construção, a manutenção e o auxílio na manutenção de estrutura pública destinada à prática de esporte olímpico.

No âmbito dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, está a redução das desigualdades sociais e regionais constante do inciso III do art. 3º da Constituição Federal. O nobre autor da proposição, Senador Veneziano Vital





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

do Rego, sempre atento ao alcance social promovido pelo esporte, destaca que um patrocínio efetivo, produtivo e frutífero de equipe ou atleta, assim como a construção ou a manutenção de bons e adequados equipamentos para prática desportiva demandam recursos importantes das empresas.

Assim, a presente emenda visa que o poder público possa estimular, por meio incentivos fiscais e subsídios, as empresas a promoverem patrocínio a atletas ou equipes de esporte olímpico, bem como a construção, auxílio na construção, manutenção e o auxílio na manutenção de estrutura pública destinada à prática de esporte olímpico. Desta forma, elevaríamos o número de patrocinadores e garantiríamos mudanças significativas para promoção do esporte e por consequência a vida socioeconômica do Brasil.

Ante o exposto, considerando a relevância da temática proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares a sua aprovação.

Sala das Sessões, de novembro de 2021.

Senador MECIAS DE JESUS



PL 2825/2021
00005



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

EMENDA Nº , DE 2021.
(ao PL 2.825, de 2021)

O art. 7º do Projeto de Lei nº 2.825, de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando o atual art. 7º para o art. 8º:

“Art. 7º Para fins de que trata o art. 1º desta Lei, fica o poder público autorizado a definir critérios relacionados ao patrocínio dos Jogos dos Povos Indígenas, bem como a construção, o auxílio na construção, a manutenção e o auxílio na manutenção de estrutura pública destinada aos referidos jogos” (NR)

JUSTIFICATIVA

No âmbito dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, está a redução das desigualdades sociais e regionais constante do inciso III do art. 3º da Constituição Federal. Os Jogos dos Povos Indígenas, um dos maiores eventos esportivos e culturais indígenas do Brasil, merecem a atenção do Poder Público e do Congresso Nacional, em razão das dificuldades e extrema necessidade de patrocínio para sua realização.

Consideramos de extrema relevância para população, em especial, para nossos jovens a prática esportiva, sobretudo quando este cenário tem destaque cultural primordial para o Brasil, a exemplo dos jogos indígenas. Destaco, nobres pares, o nosso comparecimento no I Festival de Jogos Etnocultural de Roraima. Evento, de grande força cultural e que consagra Roraima como estado que prioriza o esporte, sobretudo, dos indígenas que passam por tantas dificuldades. Os atletas





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

indígenas dos municípios de Bonfim, Amajari, Alto Alegre, Iracema, Pacaraima, Normandia, Cantá, Caroebe, Boa Vista, Uiramutã e a presença de indígenas venezuelanos abrilhantaram o I Festival de Jogos Etnocultural de Roraima. O evento contou com várias etnias, a exemplo, Macuxi, Taurepang, Wapichana, Ingarikó, Patamona, Sapará, Yanomami, Wamiri Atroari e Waiwai.

Assim, a presente emenda visa que o poder público defina critérios relacionados ao patrocínio dos Jogos dos Povos Indígenas, bem como a construção, o auxílio na construção, a manutenção e o auxílio na manutenção de estrutura pública destinada aos referidos jogos.

Ante o exposto, considerando a relevância da temática proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares a sua aprovação.

Sala das Sessões, de novembro de 2021.

Senador MECIAS DE JESUS



PL 2825/2021
00006

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 2.825, de 2021)

Dê-se ao art. 5º do Projeto de Lei nº 2.825, de 2021, a seguinte redação:

“**Art. 5º** Revogam-se os incisos III e IV do **caput** do art. 55 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.”

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 2.825, de 2021, modifica as normas sobre licitações para instituir um novo critério de desempate de propostas. Uma das normas alteradas é a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Tal Lei possui um capítulo inteiramente dedicado às licitações realizadas por empresas estatais que exercem atividade econômica.

O art. 55 da mencionada Lei cuida dos critérios de desempate nas licitações. O projeto modifica o artigo, para introduzir o novo critério de desempate, qual seja, o de patrocínio a atletas ou equipes de esporte olímpico, bem como a construção, o auxílio na construção, a manutenção e o auxílio na manutenção de estrutura pública destinada à prática de esporte olímpico.

Para tanto, inclui três parágrafos no art. 55 e revoga o inciso III de seu *caput*. Entretanto, deixa de revogar o inciso IV, que prevê como critério de desempate o sorteio. Com isso, inviabiliza a incidência das novas previsões normativas. Senão, vejamos.

A aplicação dos critérios de desempate se dá na ordem definida pelos incisos do *caput* do art. 55 e o projeto desloca para o novo § 1º os critérios hoje constantes no inciso III, aos quais acrescenta o de patrocínio ao desporto. A regra do § 1º será aplicada quando, utilizados os critérios dos incisos do *caput* do art. 55, remanescer o empate. Ocorre que não há possibilidade de remanescer o empate numa disputa por sorteio.



Assim, para que as inovações do projeto possam efetivamente ser aplicadas, é necessário revogar o inciso IV do *caput* do art. 55 da Lei nº 13.303, de 2016, o que propomos por meio desta emenda, ao tempo em que solicitamos o apoio de nossos Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS





SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (Partido Liberal-RJ)

PARECER Nº 280, DE 2021

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei nº 2.825, de 2021, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que *altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer como critérios para desempate em licitações públicas o patrocínio a atletas ou equipes de esporte olímpico, bem como a construção, o auxílio na construção, a manutenção e o auxílio na manutenção de estrutura pública destinada à prática de esporte olímpico.*

Relator: Senador **ROMÁRIO****I – RELATÓRIO**

Vem ao exame do Plenário desta Casa o Projeto de Lei (PL) nº 2.825, de 2021, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que *altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer como critérios para desempate em licitações públicas o patrocínio a atletas ou equipes de esporte olímpico, bem como a construção, o auxílio na construção, a manutenção e o auxílio na manutenção de estrutura pública destinada à prática de esporte olímpico.*

O projeto foi inicialmente distribuído às Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo a última deliberar terminativamente sobre a matéria. Antes, porém, que houvesse pronunciamento de qualquer dos dois colegiados, o



exame da proposição foi deslocado para o Plenário, com a sua inclusão na Ordem do Dia da presente sessão deliberativa.

O PL nº 2.825, de 2021, é composto de sete artigos. No **art. 1º** é enunciado o objeto e o âmbito de aplicação da futura lei. Pretende-se, com a proposição, criar novo critério de desempate nas licitações promovidas pela Administração Pública de todas as esferas da Federação. Basicamente, a ideia é, havendo empate entre licitantes, não desfeito pela aplicação das regras de desempate já existentes, dar preferência na contratação ao licitante que desenvolva ações de patrocínio de atletas ou equipes de esporte olímpico ou paralímpico, ou ainda de construção, auxílio na construção, manutenção ou auxílio na manutenção de estruturas públicas destinadas à prática de esporte olímpico ou paralímpico.

Para viabilizar o objetivo do projeto, são promovidas alterações em três leis básicas de regência das licitações e contratos da Administração Pública: a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

As alterações na Lei nº 8.666, de 1993, são operadas pelo **art. 2º** do PL, que dá nova redação ao § 2º do art. 3º daquela Lei, além de acrescentar, no mesmo artigo, os §§ 16 e 17. Atualmente, os critérios de desempate previstos na Lei envolvem, nesta sequência, a produção do bem ou prestação do serviço: (i) no Brasil; (ii) por empresa brasileira; (iii) por empresa que invista em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; (iv) por empresa que comprove cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação.

Com as alterações do projeto, remanescendo empate após a aplicação dos aludidos critérios, dar-se-á preferência, na contratação, à empresa que *a)* tenha patrocinado atleta ou equipe de esporte olímpico ou paralímpico durante todos os 8 anos anteriores à data do julgamento das propostas; *b)* tenha construído ou auxiliado na construção de estrutura pública destinada à prática de esporte olímpico ou paralímpico no período de 20 anos anteriores à data do julgamento das propostas; ou *c)* por pelo menos 4 anos, dos 8 anteriores à data do julgamento das propostas, tenha mantido ou auxiliado na manutenção de estrutura pública destinada à prática de esporte olímpico ou paralímpico.



Os novos parágrafos do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, acrescentados pelo **art. 2º** do projeto, destinam-se a especificar os valores mínimos das ações de fomento desenvolvidas pela empresa que desejar usufruir da preferência na contratação com o Poder Público, bem como a definir esporte olímpico e paralímpico.

Os valores mínimos são fixados em: *a)* 5 milhões de reais, para o caso de patrocínio de atleta ou equipe de esporte olímpico ou paralímpico; *b)* 30 milhões de reais, para o caso de construção ou auxílio na construção de estrutura pública destinada à prática de esporte olímpico ou paralímpico; *c)* 10 milhões de reais, para o caso de manutenção ou auxílio na manutenção de estrutura pública destinada à prática de esporte olímpico ou paralímpico.

Por seu turno, esporte olímpico ou paralímpico é definido como *a modalidade ou o conjunto de modalidades representado por Federação Nacional e por Federação Internacional e que seja reconhecido pelo Comitê Olímpico Internacional para fins de competição, respectivamente, em jogos olímpicos e paralímpicos.*

Para estender às empresas estatais exercentes de atividade econômica o mesmo critério de desempate antes mencionado, o **art. 3º** do projeto modifica a Lei nº 13.303, de 2016, que *dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios*. Atualmente, as regras de desempate em licitações daquelas empresas, previstas no art. 55 da Lei, são, nesta ordem: (i) disputa final, com apresentação de nova proposta fechada pelos licitantes empatados; (ii) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes; (iii) os critérios definidos na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no caso de bens e serviços de informática, e os definidos no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, nos demais casos; e (iv) o sorteio.

Em sendo aprovadas as mudanças propostas no art. 3º do projeto, bem como revogado o inciso III do *caput* do art. 55 da Lei nº 13.303, de 2016, tal como determinado pelo art. 5º do PL, os critérios de desempate serão os seguintes: (i) disputa final entre os licitantes empatados; (ii) avaliação do desempenho contratual prévio; (iii) sorteio; (iv) os critérios definidos pela Lei nº 8.248, de 1991, para bens e serviços de informática, e, para os demais casos, os previstos na redação atual do § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993; (v) a adoção das já mencionadas medidas de apoio ao esporte olímpico ou paralímpico, cabendo assinalar que a disciplina



SF/21399.45574-50



estabelecida é exatamente a mesma resultante das alterações promovidas pelo projeto na Lei nº 8.666, de 1993, seja quanto aos tipos de ação que ensejam a preferência, ao período de sua adoção ou ainda aos valores despendidos pela empresa. Também a definição dada a esporte olímpico e paralímpico é idêntica à constante do art. 2º do PL.

Com igual objetivo, o **art. 4º** do projeto modifica os arts. 6º e 60 da Lei nº 14.133, de 2021, a nova Lei de Licitações e Contratos. As mudanças no art. 6º se prestam a veicular as definições de esporte olímpico e paralímpico. Já a alteração no art. 60 pretende introduzir o novo critério de desempate em licitações. Segundo a redação atual do art. 60 da Lei, havendo empate entre os licitantes, devem ser observados, nesta ordem, os seguintes critérios para pôr fim a ele: (i) disputa final entre os licitantes empatados, com apresentação de nova proposta; (ii) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes; (iii) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho; (iv) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade. Com a modificação proposta, em subsistindo o empate após a aplicação desses critérios, dar-se-á preferência ao licitante que desenvolver as ações de fomento ao esporte olímpico ou paralímpico já descritas. Aqui, novamente, a disciplina é idêntica, seja quanto às medidas que asseguram o direito de preferência, ao período de sua adoção ou ainda aos valores que devem ser despendidos pela empresa.

Conforme já registrado, o **art. 5º** do projeto revoga o inciso III do *caput* do art. 55 da Lei nº 13.303, de 2016, que indica como critérios de desempate em licitações promovidas por empresas estatais exercentes de atividade econômica aqueles previstos no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, e no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993. Tal previsão normativa não desaparece com a revogação do referido inciso, mas se desloca para o § 1º do art. 55 da Lei nº 13.303, de 2016, inserido pelo PL.

O **art. 6º** da proposição estabelece que seu art. 2º será revogado simultaneamente à revogação dos dispositivos de que trata o art. 193, II, da Lei nº 14.133, de 2021. Por força do art. 191 dessa Lei, nos dois primeiros anos de sua vigência, permanecerá em vigor também a Lei nº 8.666, de 1993, podendo o administrador, em cada licitação, optar pela aplicação de um ou outro diploma legal. O art. 6º do projeto pretende, portanto, explicitar que, quando a Lei nº 8.666, de 1993, tiver encerrada a sua vigência, também o art. 2º da futura lei, que nela promove alterações, será considerado revogado.



SF/21399.45574-50



Por fim, o **art. 7º** do PL estabelece que a futura lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificção é assinalado que: (i) o esporte olímpico e seus respectivos atletas têm um forte potencial indutor da prática desportiva, sobretudo entre crianças e jovens; (ii) quanto mais cedo a prática de esportes é iniciada, maiores as chances de se converter num hábito, o qual contribui para uma vida mais saudável; (iii) é crônica a falta de recursos para garantir equipamentos, sobrevivência e tranquilidade aos atletas olímpicos. Assim, como uma das possíveis estratégias para assegurar recursos ao desporto olímpico, o projeto propõe que o seu fomento por parte das empresas possa ser utilizado como critério de desempate em licitações promovidas pela Administração Pública.



SF/21399.45574-50

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 22, XXVII, da Constituição Federal, a União detém competência para editar normas gerais sobre licitações e contratos para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como, na forma do art. 173, § 1º, III, da mesma Carta, para as empresas públicas e sociedades de economia mista. A matéria não submete às regras de reserva de iniciativa, podendo ser tratada em projeto de lei de autoria parlamentar. Em razão disso, concluímos revelar-se formalmente constitucional o PL nº 2.825, de 2021, na medida em que veicula normas de desempate em licitações.

O projeto também é materialmente constitucional, uma vez que o conteúdo de suas previsões não colide com os preceitos constitucionais. É certo que as duas principais finalidades a que se presta um certame são assegurar a igualdade entre os potenciais contratantes com a Administração e as melhores condições de contratação para o Poder Público. Isso não impede que outros objetivos também sejam perseguidos. A legislação já prevê alguns deles, como o desenvolvimento nacional sustentável. No caso específico do projeto em comento, é evidente que nem a isonomia entre os licitantes nem a busca por condições mais favoráveis para a Administração resta comprometida quando, reconhecido que duas ou mais propostas são igualmente vantajosas, elege-se como critério de desempate a adoção de medidas de patrocínio ao desporto. Tanto mais porque o fomento ao esporte é um dever do Estado, nos termos do art. 217 da Constituição Federal, e o estabelecimento desse critério de desempate é uma forma lícita e apta a alcançar tal objetivo.



No tocante à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto: (i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; (ii) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico; (iii) possui o atributo da generalidade; (iv) se afigura dotado de potencial coercitividade; e (v) se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio. Igualmente, não vemos óbices regimentais à tramitação do PL.

Como já assinalamos, as ações que as empresas devem adotar para terem direito de preferência na contratação, no caso de empate, são quaisquer destas: (i) o patrocínio de atleta ou equipe de esporte olímpico ou paralímpico, nos 8 anos anteriores ao certame, com dispêndios correspondentes a pelo menos 5 milhões de reais; (ii) a construção ou auxílio na construção de estrutura pública destinada ao esporte olímpico ou paralímpico, nos 20 anos anteriores ao certame, com dispêndios de pelo menos 30 milhões de reais; (iii) a manutenção ou auxílio na manutenção de estrutura pública destinada ao esporte olímpico ou paralímpico, em pelo menos 4 dos 8 anos anteriores ao certame, com dispêndios de pelo menos 10 milhões de reais.

Não resta dúvida de que o esporte carece de fomento no Brasil, seja por parte do Estado, seja pela iniciativa privada. A edição dos Jogos de Tóquio de 2020 novamente trouxe à tona o quadro contrastante do qual fazem parte os atletas olímpicos e paralímpicos brasileiros. Por um lado, são profundamente admirados por milhões de jovens brasileiros: as Olimpíadas acabam por exercer o papel de enaltecimento às suas histórias de superação pessoal, sempre em busca da alta performance e da quebra de recordes. Por outro lado, esses momentos de realização dos Jogos evidenciam as lastimáveis condições de preparo das quais dispõem nossos atletas, seja pela precariedade dos centros de treinamento e equipamentos desportivos, seja pela dificuldade de acesso a patrocínios.

Concordamos com o autor do projeto quando afirma que nossos atletas são ídolos, exemplos de *vigor, saúde, disciplina, determinação e autoconfiança*. Nossas equipes olímpicas e paralímpicas influenciam o imaginário de jovens e crianças, exaltando valores como o jogo limpo, o companheirismo e o comprometimento, e incentivando a prática de atividade física e a adoção de um estilo de vida saudável. Cuidar da preparação de nossos atletas, portanto, significa ir além do mérito esportivo, ao contribuir para a construção de uma sociedade saudável em que os valores mencionados são vividos cotidianamente.



SF/21399.45574-50



Temos consciência de que o mencionado cenário de preparação para o desporto de rendimento olímpico e paralímpico é complexo, e está inserido em um contexto ainda mais amplo que é a realidade econômico-social de nosso País. Portanto, não acreditamos que existam soluções fáceis ou definitivas para a questão. Paralelamente, cabe a esta Casa e aos seus membros insistir na busca por soluções criativas que ao menos mitiguem o problema. Assim, toda proposta que tenha como objetivo aprimorar as condições de preparação de atletas olímpicos e paralímpicos brasileiros deve ser analisada criteriosamente. Acreditamos que instituir os critérios de desempate em licitações de que trata a proposição em análise é mais um meritório passo no sentido de incentivar empresas a contribuir com a construção ou a manutenção de centros de treinamento e a patrocinar atletas e equipes.

Dito isso, cumpre examinar as seis emendas apresentadas em plenário ao projeto. A **Emenda nº 1**, de autoria da Senadora Rose de Freitas, sana um equívoco na redação do projeto. O art. 4º do PL realiza alterações nos arts. 6º e 60 da Lei nº 13.303, de 2016. No entanto, seu *caput* não faz referência ao art. 6º da Lei. É preciso, pois, corrigir o texto nesse ponto.

A **Emenda nº 2**, do Senador Luiz do Carmo, visa a alterar o art. 337-L do Código Penal, que prevê o crime de fraude à licitação, para incluir como uma das condutas puníveis a de não observar os critérios de desempate das propostas previstos na legislação. Embora propugne a alteração de uma outra lei, não há como negar a correlação entre o conteúdo da emenda e o do projeto, já que ambos se referem ao desempate em licitações, o projeto criando um novo critério para tal e a emenda atribuindo sanção a quem deixar de observar as regras de desempate. Até pouco tempo atrás, os crimes em licitações eram inclusive capitulados na própria lei de regência dos certames. Reputamos positiva a Emenda e propomos seja ela acolhida.

A **Emenda nº 3**, da Senadora Leila Barros, identifica, na nova redação do art. 55 da Lei nº 13.303, de 2016, um problema a merecer ação corretiva. Com efeito, a proposição, ao tempo em que revoga o inciso III do *caput* do art. 55, desloca o seu conteúdo para um parágrafo que cria. Contudo, não revoga o inciso IV, que define o sorteio como critério de desempate nas licitações das empresas estatais. Assim, a ordem de aplicação dos critérios de desempate passa a ser a dos incisos remanescentes no *caput* do artigo, seguindo-se, no caso de persistência do empate, as regras do novo § 1º. Como resultado, todos os critérios mencionados no § 1º do art. 55 da Lei, inclusive o de patrocínio ao desporto, ficam sem possibilidade de

SF/21399.45574-50



aplicação, já que não se concebe que subsista empate após um sorteio. O inciso III do art. 55 da citada Lei deve, portanto, ser revogado, tal como proposto na emenda.

Ao lado de tal revogação, a Emenda acrescenta parágrafo ao multicitado art. 55, estabelecendo o sorteio como último dos critérios de desempate, a ser aplicado quando os demais não forem suficientes para determinar o vencedor do certame. cremos que as modificações propugnadas pela Senadora Leila proporcionam uma solução perfeita para o problema antes descrito.

As duas emendas seguintes são de autoria do Senador Mecias de Jesus. A **Emenda nº 4** introduz no art. 1º do projeto parágrafo único dispondo que o poder público estimulará, por meio de incentivos fiscais e subsídios, empresas que promoverem patrocínio a atletas ou equipes de esporte olímpico, bem como a construção, auxílio na construção, manutenção e o auxílio na manutenção de estrutura pública destinada à prática de esporte olímpico. Somos pela rejeição da emenda, pelas razões que expomos. Em primeiro lugar, ela não guarda relação de pertinência com o projeto. Este, como já acentuado, cria um critério de desempate em licitações cuja função é estimular que empresas dispensem patrocínio ao desporto. O PL se limita a alterar a legislação sobre licitações e contratos. Não cuida de outras formas de incentivo ao desporto. Já a emenda não guarda qualquer relação com a matéria de licitações e contratos. Aplica-se ao caso, portanto, a vedação do art. 230, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Ademais, a previsão da Emenda nº 4 é bastante genérica, não produzindo efeitos práticos. Tem as feições de uma recomendação ou diretriz. A legislação vigente já possui comandos mais diretos, exatamente no sentido de realizar aquilo que motivou a apresentação da Emenda. A Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, por exemplo, dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo, prevendo a possibilidade de pessoas físicas e jurídicas deduzirem de parte do imposto de renda devido os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte.

A **Emenda nº 5** autoriza o poder público a definir critérios relacionados ao patrocínio dos Jogos dos Povos Indígenas, bem como à construção, ao auxílio na construção, à manutenção e ao auxílio na manutenção de estrutura pública destinada aos referidos jogos.



SF/21399.45574-50



Compreendemos a preocupação do autor da Emenda e a consideramos legítima. A forma como ela se encontra redigida, contudo, é um pouco confusa. A nosso sentir, o que o Senador Mecias de Jesus pretende é permitir que a regra de desempate prevista no projeto também possa beneficiar empresas que tenham contribuído para o patrocínio de atletas, bem como para a construção e manutenção de estruturas destinadas à realização dos Jogos dos Povos Indígenas. Isso pode ser obtido pela inserção, no projeto, de artigo que promova a equiparação, para os fins da futura Lei, entre os atletas, equipes e estruturas nele referidos e os atletas, equipes e estruturas dos Jogos dos Povos Indígenas. Apresentamos subemenda com esse objetivo.

A **Emenda nº 6**, de autoria da Senadora Rose de Freitas, propõe a revogação do inciso IV do *caput* do art. 55 da Lei nº 13.303, de 2016, em moldes idênticos e pelas mesmas razões externadas na Emenda nº 3. A aprovação desta conduz, assim, à prejudicialidade da Emenda nº 6, ainda que concordemos inteiramente com o seu conteúdo.

Por fim, propomos duas mudanças no projeto, por razões redacionais e de técnica legislativa. A primeira delas consiste em modificação da ementa e do art. 1º do PL, para fazer referência aos esportes paralímpicos. Embora as alterações promovidas na legislação de licitações façam referência aos esportes paralímpicos, o art. 1º e a ementa da proposição aludem apenas a “esporte olímpico”. É necessário corrigir o texto nesse particular.

A segunda mudança se destina a corrigir remissões legais equivocadas e omissões de preposição ao longo do texto do projeto.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade do Projeto de Lei nº 2.825, de 2021, e, no mérito, pela sua aprovação, bem como pela aprovação das Emendas nº 1 a 3, pela rejeição da Emenda nº 4, pela aprovação da Emenda nº 5, na forma de subemenda, pela prejudicialidade da Emenda nº 6 e pela aprovação das seguintes Emendas:

EMENDA Nº 7- PLEN



SF/21399.45574-50



10

Substitua-se, na ementa e no art. 1º do PL nº 2.825, de 2021, a expressão “esporte olímpico” por “esporte olímpico ou paralímpico”.

EMENDA Nº 8 -PLEN

Substituíam-se, nas alterações legislativas promovidas pelos arts. 2º a 4º do PL nº 2.825, de 2021:

- a) a expressão “inciso XXII do *caput* art. 6º” por “inciso XXII do *caput* do art. 6º”;
- b) a expressão “inciso XXI do *caput* art. 6º” por “inciso XXII do *caput* do art. 6º”.

SUBEMENDA Nº 1 - PLEN (à Emenda nº 5 ao PL nº 2.825, de 2021)

Dê-se à Emenda nº 5 ao PL nº 2.825, de 2021, a seguinte redação:

“Inclua-se no PL nº 2.825, de 2021, o seguinte artigo, renumerando-se o atual art. 5º e os subsequentes:

‘**Art. 5º** O critério de desempate instituído por esta Lei também se aplicará em favor de empresas que, nas mesmas condições, tenham patrocinado atletas ou equipes participantes dos Jogos dos Povos Indígenas, ou ainda tenham construído ou auxiliado na construção, mantido ou auxiliado na manutenção de estrutura pública destinada à realização de tais Jogos.’”

Sala das Sessões,

Relator

Senador Romário Faria

(PL – RJ)



**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 281, DE 2021 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Lei nº 2.825, de 2021, do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Lei nº 2.825, de 2021, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que *altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer como critérios para desempate em licitações públicas o patrocínio a atletas ou equipes de esporte olímpico, bem como a construção, o auxílio na construção, a manutenção e o auxílio na manutenção de estrutura pública destinada à prática de esporte olímpico*, consolidando as emendas e subemenda aprovadas pelo Plenário.

Senado Federal, em 9 de novembro de 2021.

VENEZIANO VITAL DO RÊGO, PRESIDENTE

ROGÉRIO CARVALHO, RELATOR

ROMÁRIO

ZEQUINHA MARINHO



ANEXO DO PARECER Nº 281, DE 2021 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Lei nº 2.825, de 2021, do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer como critérios para desempate em licitações públicas o patrocínio a atletas ou equipes de esporte olímpico ou paralímpico, bem como a construção, o auxílio na construção, a manutenção e o auxílio na manutenção de estrutura pública destinada à prática de esporte olímpico ou paralímpico.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece como critérios para desempate em licitações promovidas por órgãos e entidades das administrações diretas e indiretas da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista e suas subsidiárias, o patrocínio a atletas ou equipes de esporte olímpico ou paralímpico, bem como a construção, o auxílio na construção, a manutenção e o auxílio na manutenção de estrutura pública destinada à prática de esporte olímpico ou paralímpico.

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

.....

§ 2º

.....

VI – produzidos ou prestados por empresas que:

a) tenham patrocinado atleta ou equipe de esporte olímpico ou paralímpico durante todos os 8 (oito) anos anteriores à data de julgamento das propostas;



b) tenham construído ou auxiliado na construção de estrutura pública destinada à prática de esporte olímpico ou paralímpico no período de 20 (vinte) anos anteriores à data de julgamento das propostas; ou

c) por pelo menos 4 (quatro) anos, dos 8 (oito) anteriores à data de julgamento das propostas, tenham mantido ou auxiliado na manutenção de estrutura pública destinada à prática de esporte olímpico ou paralímpico.

.....

§ 16. Para os fins do inciso VI do § 2º deste artigo, os valores mínimos destinados pelo licitante à construção, ao auxílio na construção, à manutenção ou ao auxílio na manutenção nele referidos, individualmente considerados, bem como a forma de suas comprovações, serão definidos no edital, obedecidos os seguintes parâmetros:

I – para a alínea “a” do inciso VI do § 2º deste artigo, não poderá ser menor do que 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor limite inferior de que trata o inciso XXII do *caput* do art. 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

II – para a alínea “b” do inciso VI do § 2º deste artigo, não poderá ser menor do que 15% (quinze por cento) do valor limite inferior de que trata o inciso XXII do *caput* do art. 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

III – para a alínea “c” do inciso VI do § 2º deste artigo, não poderá ser menor do que 5% (cinco por cento) do valor limite inferior de que trata o inciso XXII do *caput* do art. 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 17. Para os fins desta Lei, considera-se esporte olímpico e esporte paralímpico a modalidade ou o conjunto de modalidades representado por federação nacional e por federação internacional e que seja reconhecido pelo Comitê Olímpico Internacional para fins de competição, respectivamente, em jogos olímpicos e paralímpicos.” (NR)

Art. 3º O art. 55 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 55.

.....

III – (revogado);

IV – (revogado).

§ 1º Caso não se obtenha o desempate na forma do *caput* deste artigo, serão utilizados adicionalmente:



I – nas aquisições de bens e serviços de informática e automação, os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

II – nas demais aquisições, obedecida a ordem em que estão enumerados, os bens ou serviços:

a) produzidos no País;

b) produzidos ou prestados por empresa brasileira;

c) produzidos ou prestados por empresa que invista em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) produzidos ou prestados por empresa que comprove cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitados da Previdência Social e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação;

e) produzidos ou prestados por empresa que:

1. tenha patrocinado atleta ou equipe de esporte olímpico ou paralímpico durante todos os 8 (oito) anos anteriores à data de julgamento das propostas;

2. tenha construído ou auxiliado na construção de estrutura pública destinada à prática de esporte olímpico ou paralímpico nos 20 (vinte) anos anteriores à data de julgamento das propostas; ou

3. tenha mantido ou auxiliado na manutenção de estrutura pública destinada à prática de esporte olímpico ou paralímpico por pelo menos 4 (quatro) dos 8 (oito) anos anteriores à data de julgamento das propostas.

§ 2º Para os fins da alínea “e” do inciso II do § 1º deste artigo, os valores mínimos destinados pelo licitante à construção, ao auxílio na construção, à manutenção ou ao auxílio na manutenção nele referidos, individualmente considerados, bem como a forma de suas comprovações, serão definidos no edital, obedecidos os seguintes parâmetros:

I – para o item 1 da alínea “e” do inciso II do § 1º deste artigo, não poderá ser menor do que 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor limite inferior de que trata o inciso XXII do *caput* do art. 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

II – para o item 2 da alínea “e” do inciso II do § 1º deste artigo, não poderá ser menor do que 15% (quinze por cento) do valor limite inferior de que trata o inciso XXII do *caput* do art. 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

III – para o item 3 da alínea “e” do inciso II do § 1º deste artigo, não poderá ser menor do que 5% (cinco por cento) do valor limite inferior de que trata o inciso XXII do *caput* do art. 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.



§ 3º Para os fins desta Lei, considera-se esporte olímpico e esporte paralímpico a modalidade ou o conjunto de modalidades representado por federação nacional e por federação internacional e que seja reconhecido pelo Comitê Olímpico Internacional para fins de competição, respectivamente, em jogos olímpicos e paralímpicos.

§ 4º Caso não se obtenha o desempate na forma do *caput* e do § 1º deste artigo, será realizado sorteio.” (NR)

Art. 4º Os arts. 6º e 60 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

.....

LXI – esporte olímpico: modalidade ou conjunto de modalidades representado por federação nacional e por federação internacional e que seja reconhecido pelo Comitê Olímpico Internacional para fins de competição em jogos olímpicos;

LXII – esporte paralímpico: modalidade ou conjunto de modalidades representado por federação nacional e por federação internacional e que seja reconhecido pelo Comitê Olímpico Internacional para fins de competição em jogos paralímpicos.” (NR)

“Art. 60.

.....

V – desenvolvimento pelo licitante de alguma das seguintes ações:

a) patrocínio a atleta ou equipe de esporte olímpico ou paralímpico em todos os 8 (oito) anos anteriores à data de julgamento das propostas;

b) construção ou auxílio na construção de estrutura pública destinada à prática de esporte olímpico ou paralímpico nos 20 (vinte) anos anteriores à data de julgamento das propostas; ou

c) manutenção ou auxílio na manutenção de estrutura pública destinada à prática de esporte olímpico ou paralímpico por pelo menos 4 (quatro) dos 8 (oito) anos anteriores à data de julgamento das propostas.

.....

§ 3º Para os fins do inciso V do *caput* deste artigo, os valores mínimos destinados pelo licitante à construção, ao auxílio na construção, à manutenção ou ao auxílio na manutenção nele referidos, individualmente considerados, bem como a forma de suas comprovações, serão definidos no edital, obedecidos os seguintes parâmetros:

I – para a alínea “a” do inciso V do *caput* deste artigo, não poderá ser menor do que 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor limite inferior de que trata o inciso XXII do *caput* do art. 6º;



II – para a alínea “b” do inciso V do *caput* deste artigo, não poderá ser menor do que 15% (quinze por cento) do valor limite inferior de que trata o inciso XXII do *caput* do art. 6º;

III – para a alínea “c” do inciso V do *caput* deste artigo, não poderá ser menor do que 5% (cinco por cento) do valor limite inferior de que trata o inciso XXII do *caput* do art. 6º.” (NR)

Art. 5º O art. 337-L do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

“Art. 337-L.

.....

VI – inobservância dos critérios de desempate das propostas previstos na legislação:

.....” (NR)

Art. 6º O critério de desempate instituído por esta Lei também se aplicará em favor de empresas que, nas mesmas condições, tenham patrocinado atletas ou equipes participantes dos Jogos dos Povos Indígenas, ou ainda tenham construído, auxiliado na construção, mantido ou auxiliado na manutenção de estrutura pública destinada à realização de tais Jogos.

Art. 7º Revogam-se os incisos III e IV do *caput* do art. 55 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Art. 8º O art. 2º desta Lei será revogado simultaneamente com a revogação prevista no inciso II do art. 193 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Projeto de Lei nº 3517/2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 402/2008)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

PARECER Nº 282, DE 2021

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei nº 3.517, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 402/2008, PL nº 7.081/2010), que *dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.*



Relator: Senador **FLÁVIO ARNS**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame deste Plenário o Projeto de Lei (PL) nº 3.517, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados – SCD ao Projeto de Lei do Senado – PLS nº 402, de 2008, de autoria do Senador Gerson Camata), que dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.

Na versão final aprovada pelo Senado Federal e enviada à Câmara dos Deputados para revisão, quando foi inicialmente protocolado como PL nº 7.081, de 2010, o PLS nº 402, de 2008, obrigava o poder público a manter programa de diagnóstico e tratamento a educandos com dislexia e com transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH).

Outras determinações do PLS incluíam: a) no art. 2º, que o diagnóstico e o tratamento desses transtornos seriam feitos por equipe multidisciplinar; b) no art. 3º, que as escolas de educação básica deveriam

1





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

oferecer material didático adequado aos educandos diagnosticados com dislexia e TDAH; c) no art. 4º, que os sistemas de ensino deveriam propiciar aos professores da educação básica treinamento sobre diagnóstico e tratamento de dislexia e TDAH.

O art. 5º do projeto estipulava que a lei dele decorrente entraria em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

A proposição aprovada na Câmara dos Deputados, nos termos da emenda substitutiva em epígrafe, incorporou inovações ao texto original do PLS.

Exemplar a esse respeito foi a ampliação do público-alvo das ações e serviços a serem prestados, uma vez que os cuidados previstos no projeto passaram a contemplar pessoas com qualquer tipo de transtorno relacionado à aprendizagem.

Na mesma linha, outras modificações agregadas pelo SCD ao texto original incluem, sempre voltadas a assegurar o atendimento tempestivo e a complementaridade pelo sistema de saúde:

- a) a ênfase na identificação precoce dos transtornos de aprendizagem questão;
- b) a proteção ao educando com transtorno de aprendizagem pelas escolas e serviços de saúde;
- c) a garantia de acompanhamento precoce aos alunos diagnosticados com transtorno de aprendizagem, por educadores e profissionais como os da área de saúde e de assistência social;
- d) o encaminhamento do educando para serviço de saúde nos casos de necessidade de intervenção terapêutica; e





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

e) a difusão de informações e do conhecimento sobre transtornos de aprendizagem aos professores.

O início da vigência do projeto também foi alterado em relação ao determinado no PLS, para que nova a lei passe a vigorar na data de sua publicação.

Com o retorno ao Senado Federal, a matéria foi distribuída à análise das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação, Cultura e Esporte (CE), tendo obtido parecer favorável em todas elas, sem alterações.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

O exame do Projeto de Lei nº 3.517, de 2019 (SCD ao PLS 402/2008), a que ora se procede neste Plenário, observa o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, que instituiu o Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal.

No que tange ao mérito, é sabido, com esteio na literatura especializada, que esses transtornos decorrem de alterações do desenvolvimento neurológico, que se manifestam, em geral, nas crianças em idade escolar. Por conseguinte, à falta de serviços de diagnose, não são poucos os casos que passam despercebidos na escola, sujeitando a criança a constrangimentos e julgamentos.

Em consequência, o diagnóstico intempestivo, feito muitas vezes apenas na idade adulta, dificulta o enfrentamento completo e adequado dos fatores que afetam o mau desempenho escolar. Isso evita, por exemplo, que tenhamos como estimar a parcela de resultados indesejáveis de nosso alunado da educação básica, em termos de desempenho acadêmico, passível de melhoria com a atenção adequada a esses transtornos de aprendizagem.



SF/21805.13004-20



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

Do ponto de vista da incidência na população, estimativas produzidas pela Associação Americana de Psiquiatria indicam que entre 5% e 15% das crianças em idade escolar têm dificuldades de aprendizagem. Esses números, sozinhos, são ilustrativos acerca da dimensão dos problemas que podem ser gerados por uma posição de indiferença do poder público em face desses transtornos.

Com efeito, se não forem diagnosticados e tratados tempestivamente eles podem ter consequências que se avolumam e, ao cabo, além de provocar fraco desempenho escolar limitado, quando não a evasão e o abandono, prejudicam a qualidade de vida desses educandos como um todo, geram depressão desde cedo e culminam com a impossibilidade de acesso ao mundo do trabalho.

Dessa maneira, como tem defendido a Senadora Mara Gabrilli, a quem recorremos mais uma vez, como o fizemos em nossa relatoria junto à CE, o ponto de partida para intervir de forma eficaz nessa realidade é o reconhecimento institucional desses transtornos, o que passa pela aprovação de um projeto como o que se examina. Sem tal reconhecimento, é pouco crível que as dificuldades de aprendizagem das pessoas desses segmentos deixem de ser naturalizadas e atribuídas a causas de outra ordem.

Não que outras razões inexistam. Todavia, a questão central é entender que quando presentes na vida do educando, ainda que em manifestações moderadas, esses transtornos já causam dificuldades de aprendizagem. Ocorre que, quando se associam a outros problemas de ordem pessoal e familiar que os encobrem, eles passam a ter impacto ainda mais significativo na aprendizagem.

Por isso mesmo, o projeto, ainda que apresentado há mais de uma década, remanesce oportuno e teve seu mérito enriquecido com as inovações agregadas pela Câmara dos Deputados à proposição original.

A esse respeito, mostra-se particularmente positiva a mudança atinente à ampliação do escopo do projeto em termos de público-alvo, com o que o SCD passou a garantir a atenção especial das ações do poder público,

4





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

nos termos da proposição, a qualquer escolar com transtorno de aprendizagem.

A nosso sentir, essa mudança é pertinente e promissora, pois, se aprovada na forma do PLS, a lei não se aplicaria às crianças com transtornos de aprendizagem que ali não estivessem expressamente previstos, como a disgrafia ou a discalculia. De igual modo, ainda que recebesse interpretação extensiva favorável para cobrir tais transtornos, restaria muito operoso imprimir efetividade ao atendimento em tais moldes.

Outro grande avanço do SCD reside no fato de a lei mostrar-se aberta para compreender transtornos de aprendizagem que porventura venham a ser reconhecidos pela ciência no futuro. No contexto de mudanças ambientais intensivas e de instabilidade que vivenciamos – muito propício a acentuar ou potencializar o surgimento desses transtornos, dada a sua base neurobiológica –, essa abertura da lei se mostra especialmente relevante.

Feitos esses apontamentos, e não havendo nada a ressaltar no tocante à análise do projeto quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, cumpre-nos tão somente renovar o nosso posicionamento quanto ao mérito do PL 3.517, de 2019.

A propósito, além das manifestações mais recentes nesta Casa, que só reforçam o mérito e a atualidade da matéria, não é demais lembrar que o projeto sob exame foi objeto de acurada e demorada análise do Congresso Nacional no período de 2008 a 2019, como bem lembrou o relatório apresentado na CE.

É incompreensível, e igualmente inaceitável, que um país que se deseja inclusivo, como o Brasil, não tenha uma política de Estado que materialize a atenção proposta pelo projeto no cotidiano de nossas escolas.

Essa negligência tem muitas consequências, que afetam não apenas os alunos individualmente, mas também os próprios resultados educacionais e econômico do País.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

Por tudo isso, não se vislumbra do Plenário do Senado Federal, nesta apreciação, outra atitude que não seja a de ratificar todo o percurso da proposição no Congresso Nacional e as sucessivas contribuições incorporadas à matéria, em todos os aspectos.

III – VOTO

Em vista do exposto, nosso voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 3.517, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2008).

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Encaminhamento de matérias



- Projeto de Lei nº 1.472, de 2021, do Senador Rogério Carvalho, que *dispõe sobre diretrizes de preços para diesel, gasolina e gás liquefeito de petróleo – GLP, cria Fundo de Estabilização dos preços de combustíveis e institui imposto de exportação sobre o petróleo bruto.*

A matéria vai à CAE.



Mensagens do Presidente da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 58, DE 2021

(nº 566/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)



MENSAGEM N° 566

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 3 de novembro de 2021.



EM nº 00206/2021 MRE

Brasília, 19 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Colômbia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



00001.008162/2021-19



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 903/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 04 de novembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 04/11/2021, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código

Página 4 de 29

Avulso da MSF 58/2021.

OFÍCIO 903 (2985744)

SEI 00001.008162/2021-19 / pg. 1





verificador **2985744** e o código CRC **01B5F2A3** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.008162/2021-19

SEI nº 2985744

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA**

CPF.: 349.807.170-04

ID.: 9015255831 SSP/RS

1959 Filho de Antônio Setembrino de Mesquita e Ruth Estivallet de Mesquita, nasce em 17 de dezembro, em Porto Alegre/RS

Dados Acadêmicos:

1983 Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 1984 CPCD - IRBr
 1986 Pós-graduação em Administração, École Nationale d'Administration, Paris/FR
 2004 CAD, IRBr - Multifuncionalidade e Preocupações Não-Comerciais: Implicações para as Negociações Agrícolas na OMC

Cargos:

1985 Terceiro-Secretário
 1989 Segundo-Secretário
 1997 Primeiro-Secretário, por merecimento
 2001 Conselheiro, por merecimento
 2006 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
 2013 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1986-89 Divisão de Política Comercial, Assistente
 1989-93 Embaixada em Roma/FAO, Terceiro e Segundo-Secretário
 1993-95 Embaixada em Santiago, Segundo-Secretário
 1995-96 Secretaria de Planejamento Diplomático, Assessor
 1996-2000 Divisão de Política Comercial, Assessor e Subchefe
 2000-01 Divisão da Ásia e Oceania II, Chefe, substituto
 2001-03 Gabinete do Ministro de Estado, Assessor
 2003-08 Delegação Permanente em Genebra, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
 2008-11 Delegação do Brasil junto à OMC, ministro-conselheiro
 2011-15 Departamento Econômico, Diretor
 2015-16 Subsecretaria-Geral da América do Sul, Central e do Caribe, Subsecretário
 2016-18 Subsecretaria-Geral da América Latina e do Caribe, Subsecretário
 2016-18 Membro do Conselho de Administração da Itaipu Binacional
 2018- Embaixada em Pequim, Embaixador

Condecorações:

1986 Prêmio Rio Branco, IRBr, Medalha de Prata
 1996 Medalha Mérito Tamandaré,
 2001 Ordem do Mérito Militar, Cavaleiro
 2002 Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial
 2002 Ordem de Rio Branco, Grã Cruz
 Ordem do Mérito Cartográfico, Grande Oficial
 Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho

Obras Publicadas:

2006 "Multifuncionalidade e Preocupações Não-comerciais: Implicações para as Negociações Agrícolas na OMC". Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.
 2009 "Taxation and Representation in the WTO". In Stewart, Terence P. (ed.) "Opportunities and Obligations:



- 2013 New Perspectives on Global and US Trade Policy". Alphen aan den Rijn: Kluwer Law.
- 2013 "A Organização Mundial do Comércio". Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- 2013 "O papel central do setor privado na atuação do Brasil no Sistema de Solução de Controvérsias da OMC". In Benjamim, Daniela Arruda (org.). "O Sistema de Solução de Controvérsias da OMC". Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**COLÔMBIA****INFORMAÇÃO OSTENSIVA**
Outubro de 2021

APRESENTAÇÃO

A Colômbia localiza-se ao norte da América do Sul e compartilha fronteiras com Brasil, Venezuela, Peru, Equador e Panamá. O país tem saída para o Caribe (Oceano Atlântico) e para o Oceano Pacífico.

Com cerca de 1 milhão de km², é o quarto maior país da América do Sul. Sua extensão territorial assemelha-se à da região sudeste do Brasil. A Colômbia é o segundo país mais populoso da América do Sul, com cerca de 49 milhões de habitantes. Sua população é formada, majoritariamente, por descendentes de espanhóis, africanos e indígenas.

O país iniciou seu processo de independência da Espanha em 1810 e, em 1886, adotou seu nome atual, República da Colômbia. Sua data da independência é celebrada no dia 20 de julho.

A partir da década de 1940, na esteira de graves tensões políticas entre os antigos partidos Liberal e Conservador, a Colômbia ingressou em um período de convulsão social conhecido como “La Violencia”, que contribuiu para a criação de grupos paramilitares como as FARC-EP (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejército del Pueblo) e o autodenominado ELN (Ejército de Liberación Nacional).

A firma dos Acordos de Paz de 2016 com as FARC-EP não levou à pacificação total do país, dada a necessidade de se equacionarem questões como a reintegração de ex-combatentes, a garantia dos direitos humanos em áreas afetadas pelo conflito, o tráfico de entorpecentes e a desmobilização de grupos paramilitares ainda ativos.

Não obstante os desafios ainda por superar, a Colômbia tem, desde então, renovado sua imagem como uma nação dinâmica e com grandes potencialidades. A Colômbia constitui a 3^a maior economia da América do Sul e tem dado forte apoio estatal ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, assim como na área ambiental e na promoção de uma agenda modernizante. O país é, hoje, o segundo destino prioritário de internacionalização de firmas brasileiras e se tornou, em 2020, o 37º membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).



PERFIL BIOGRÁFICO**IVÁN DUQUE MÁRQUEZ***Presidente da República da Colômbia*

Iván Duque Márquez (Bogotá, 1976) é advogado, formado pela Universidade Sergio Arboleda, com mestrados em Finanças e Administração Pública, pela Georgetown University, e Direito Internacional, pela American University. Durante o governo de Andrés Pastrana, foi Registrador Nacional (autoridade eleitoral) e assessor do então ministro da Fazenda, Juan Manuel Santos. De 2001 a 2010, foi conselheiro principal da Colômbia na diretoria-executiva do BID. Foi consultor da presidência Uribe. Elegeu-se senador em 2014 pelo partido Centro Democrático, de centro-direita. Elegeu-se presidente em segundo turno, com cerca de 54% dos votos, para mandato de 4 anos, iniciado em 7 de agosto de 2018.

RELAÇÕES BILATERAIS

A convergência de programas dos atuais governos do Brasil e da Colômbia é alicerce sobre o qual se estabeleceu diálogo e parceria estratégicos para a atuação dos dois países no plano regional. Cabe ainda, no entanto, traduzir a ampla convergência de valores em avanços concretos em alguns setores (com destaque para o comércio bilateral, ainda abaixo de sua potencialidade) e em agenda regular dos mecanismos institucionais existentes. Entre os recentes contatos de alto nível, em janeiro de 2019, a Vice-Presidente colombiana, Marta Lucía Ramírez, viajou a Brasília para a posse do Presidente Jair Bolsonaro. No mesmo mês, o Presidente Bolsonaro encontrou-se com o Presidente Duque à margem do Foro Econômico



Mundial em Davos. Os líderes encontraram-se novamente em agosto de 2019, por ocasião de reunião de cúpula que deu origem ao Pacto de Leticia. Em 12 de agosto de 2021, Marta Lucía Ramírez, já como Vice-Presidente e Chanceler, realizou visita oficial a Brasília. Desde o encontro em Davos, vem-se buscando data para visita do mandatário colombiano ao Brasil. Após tentativas de organização da visita em abril e agosto de 2020 e em março de 2021, malogradas em decorrência da pandemia, a visita do presidente Iván Duque encontra-se agendada para 19 de outubro de 2021. Espera-se que resulte do encontro a assinatura de diversos acordos e o anúncio de importantes iniciativas bilaterais.

Situação na fronteira

Durante os meses de fechamento das fronteiras terrestres, o trânsito entre as cidades-gêmeas de Leticia e Tabatinga manteve-se, na prática, parcialmente aberto, com base na discricionariedade de autoridades locais colombianas, que permitiram a continuidade do ingresso de pedestres e de veículos, com aplicação de reciprocidade pela Polícia Federal brasileira. Em 19 de maio de 2021, a Colômbia reabriu suas fronteiras terrestres com o Brasil.

Cooperação contra a COVID-19

Após registro do primeiro caso de COVID-19 na Colômbia (março de 2020), a cidade de Leticia tornou-se o município com maior incidência da doença por habitante. A situação na fronteira sul da Colômbia atraiu a atenção da mídia e das autoridades do país vizinho, que, por vezes, creditaram publicamente a rápida disseminação da doença na região fronteiriça à “importação” de casos do Brasil.

Buscando equacionar o problema de maneira concertada, realizou-se, em 15 de maio de 2020, videoconferência do Mecanismo 2+2, envolvendo as pastas das Relações Exteriores e da Defesa e o Ministro da Saúde colombiano, para definir estratégia de contenção da epidemia na fronteira. O entendimento promovido pelo encontro resultou em esforços para acelerar implantação de sala binacional de saúde e de monitoramento epidemiológico. O processo de operacionalização da sala binacional encontra-se em estágio avançado.

O Brasil deverá oferecer cooperação à Colômbia na área de produção de vacinas, no marco do esforço do país vizinho para retomar sua capacidade produtiva.

Defesa

O Brasil apoia o processo de desminagem na Colômbia, por meio do envio de



especialistas do Exército e da Marinha. Desde 2006, foram enviados ao país vizinho, no âmbito de programa da Junta Interamericana de Defesa, quase uma centena de militares brasileiros, que contribuíram para a destruição de mais de 3.500 minas terrestres e de 320 artefatos explosivos improvisados. Em 2018, durante reunião do Mecanismo 2+2, foi assinado memorando de entendimento, que aumentou o contingente militar brasileiro envolvido nessas atividades. O Brasil é, ainda, um dos países garantes dos diálogos de paz entre o governo colombiano e o Exército de Libertação Nacional (ELN), por ora suspensos.

Atualmente, a empresa brasileira Technicae, com apoio da IMBEL, desenvolve programa de modernização de veículos blindados Cascavel e Urutu colombianos. Há interesse também da Embraer em fornecer aeronaves para a Colômbia.

Segurança pública

O processo de paz na Colômbia, com assinatura de Acordos de Paz com as FARC-EP, em 2016, não conduziu à pacificação total. O vácuo de poder resultante da desmobilização do agrupamento guerrilheiro levou a considerável elevação da produção de cocaína, associada a altos índices de violência e à atuação de grupos criminosos, incluindo cartéis mexicanos, por vezes associados a dissidentes das FARC ou ao autodenominado Exército de Libertação Nacional (ELN).

A porosidade dos cerca de 1.600 quilômetros de fronteira compartilhada entre Brasil e Colômbia, assim como a concentração de forças públicas colombianas no Mar do Caribe e no Oceano Pacífico, deram oportunidade para que grupos armados dissidentes das FARC se envolvessem com o tráfico de drogas e armas pelo território brasileiro, por vezes em associação com facções criminosas brasileiras. O Brasil considera importante a intensificação do diálogo bilateral no combate ao tráfico de drogas. Os países mantêm diálogo sobre o tema por meio de Comissão Mista em Matéria de Drogas. Sua décima edição ocorreu nos dias 7 e 8 de julho de 2021, de maneira virtual.

Educação

A Colômbia é o país com maior número de participantes acumulados no Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), alcançando a marca de 724 estudantes desde 2000. Há 126 participantes colombianos no Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G).



Ciência e tecnologia

A gestão de Iván Duque forneceu relevante impulso à área da promoção tecnológica, com a criação do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MinCiencias), em 2019.

Em contatos bilaterais ao longo de 2019 e de 2020, a Colômbia manifestou interesse em estabelecer colaboração institucional entre o novo MinCiencias e o MCTI. O MinCiencias pretendia realizar, em 2020, missão técnico-científica ao Brasil para conhecer o ecossistema de ciência e tecnologia brasileiro, adiada devido à pandemia. Em contatos recentes, reforçou o interesse em organizar visita em 2021.

Em 19 de agosto de 2021, em cerimônia virtual, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) assinou com o Ministerio de Tecnologías de la Información y las Comunicaciones (MinTIC) Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Atividades Espaciais para Fins Pacíficos.

MEIO AMBIENTE

Em meio à visibilidade dada pela imprensa internacional aos incêndios na Amazônia no segundo semestre de 2019, o governo colombiano liderou tratativas que levaram à adoção do Pacto de Letícia, composto por compromissos referentes à preservação da floresta e à promoção do desenvolvimento sustentável.

O Brasil privilegia a condução do tema pelos países amazônicos, sem ingerência extra-regional, e favorece a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) como instância de coordenação e execução de políticas públicas para a região. Nos últimos meses, esteve em curso esforço de convergência entre Pacto e OTCA, de forma que os compromissos políticos adotados no âmbito do primeiro possam ser implementados pela organização, que conta com a institucionalidade, a capacidade e a experiência para levar adiante tais iniciativas.

POLÍTICA INTERNA

O Presidente Iván Duque iniciou seu mandato em agosto de 2018. Sua plataforma baseia-se no firme combate à criminalidade e na rígida condução do processo de paz, em especial diante de dissidências das FARC-EP e dos novos grupos armados. O Presidente teve vitórias importantes, mas encontra dificuldades para implementar a agenda de reformas (política, tributária, judicial) proposta em sua plataforma de governo.

O avanço no processo de paz no país segue como questão central da



política interna colombiana após os acordos de paz de 2016. Fatores a serem equacionados são: reincorporação à sociedade dos ex-combatentes; eliminação de cultivos ilícitos; proteção de defensores de direitos humanos; e divisão entre apoiadores do acordo e partidários de postura mais rígida quanto às antigas lideranças e combatentes das guerrilhas.

Em resposta ao incremento de demonstrações de insatisfação social em 2019, o Presidente Duque anunciou a convocação de um grande “diálogo nacional”, estabelecendo encontros com representantes da sociedade civil para planejar políticas públicas em seis eixos temáticos: crescimento com equidade, transparência e luta contra a corrupção, educação, paz com legalidade, meio ambiente e fortalecimento das instituições.

A partir de março de 2020, em razão da pandemia, o Governo colombiano concentrou-se no fortalecimento da infraestrutura hospitalar no país, que não dispõe de sistema público de acesso universal como o SUS, e na retomada de capacidade de produção de vacinas. Ademais, buscou implementar medidas que evitassem colapso do sistema de saúde nacional e diminuíssem o impacto negativo sobre a economia.

Em abril e maio de 2021, no entanto, registraram-se novas e expressivas manifestações populares em diversas cidades colombianas, em reação à apresentação de proposta de reforma tributária com o objetivo de incrementar a arrecadação e sanear as contas públicas. A retirada da proposta não freou o ímpeto dos manifestantes, que passaram a avançar pauta de reivindicações diversas, como reforma no sistema de saúde, criação de empregos, subsídios agrícolas, redução de violência contra líderes sociais e fim da fumigação de cultivos ilícitos. O Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos da ONU registrou 74 vítimas fatais nos protestos (sendo ao menos 20 ocasionadas por disparos policiais). A OEA, PROSUL, Grupo de Puebla e países como Argentina, Paraguai, Chile, Alemanha e Vaticano manifestaram preocupação com a escalada de violência no país. O secretário de Estado dos EUA ressaltou a importância do direito de manifestação pacífica, mas ressaltou os esforços de diálogo do governo colombiano. O Escritório da Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos e o Serviço Europeu de Ação Externa condenaram os “atos de violência policial”. Em resposta, o presidente Iván Duque anunciou reforma no Ministério da Defesa e das forças policiais do país, com o objetivo de revisar protocolos para uso da força.

Na esteira dos protestos, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, entre 8 e 10 de junho corrente, realizou visita de trabalho à Colômbia. Em 7 de julho, publicou relatório com 41 recomendações e informou sobre a instalação de



Mecanismo Especial de Acompanhamento em Matéria de Direitos Humanos para a Colômbia. A chancelaria colombiana afirmou receber “de maneira respeitosa” o relatório, mas o governo colombiano decidiu “apartar-se” das recomendações em vários temas e rejeitou enfaticamente a criação do Mecanismo Especial.

O quadro político colombiano em 2021 deverá seguir atrelado à evolução da situação sanitária e, especificamente, ao resultado da campanha governamental de vacinação, após aprovação, pelo Congresso, de marco regulatório para a imunização gratuita da população. A Colômbia firmou acordos de fornecimento de imunizantes com a Janssen-Johnson & Johnson, Pfizer, AstraZeneca, COVAX, Moderna e Sinovac e iniciou negociações para adquirir a Sputnik V.

As perspectivas para a eleição presidencial de 2022 seguem polarizadas. Enquanto não é tornada pública uma candidatura do oficialismo uribista, o atual senador Gustavo Petro, representante do espectro de esquerda, e segundo colocado nas eleições de 2018, desponta à frente em pesquisas eleitorais. Nota-se, paralelamente, movimentação, até o momento sem sucesso, para o lançamento de uma “terceira via” e para a promoção de candidatos como o centrista Sergio Fajardo, terceiro colocado no pleito de 2018, e os candidatos independentes Alejandro Gaviria e Federico Gutierrez.

POLÍTICA EXTERNA

A assinatura do Acordo de Paz com as FARC, em 2016, possibilitou ao país renovar sua imagem internacional, substituindo tradicional vinculação à guerrilha e ao narcotráfico pela perspectiva de uma nação dinâmica e com grandes potencialidades. Nesse contexto, a diplomacia colombiana busca diversificar parceiros e campos temáticos de atuação, explorando novos espaços no cenário externo.

Em nível bilateral, o Governo Duque reafirmou a centralidade dos Estados Unidos, tido como principal aliado externo da Colômbia. Ocorreram diversos encontros bilaterais de alto nível, que incluíram visita de Estado aos EUA em fevereiro de 2019. Percebe-se também incremento da relação entre Bogotá e Pequim, escorada na atratividade chinesa como fonte de investimentos e mercado a ser explorado. Em julho de 2019, Iván Duque visitou a China e subscreveu, junto a Xi Jinping, diferentes acordos com o objetivo de incrementar comércio e investimento bilaterais.

Brasil e Colômbia mostram-se afinados na OEA, sobretudo em temas ligados à



defesa da democracia e à promoção da segurança multidimensional. O Governo colombiano apresenta alto engajamento na Organização, inclusive sediando reuniões hemisféricas sobre temas diversos. Em 2019, sediou o 49º Período Ordinário de Sessões da Assembleia-Geral da OEA, em Medellín. Em dezembro do mesmo ano, realizou, em Bogotá, reunião do Órgão de Consulta do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) sobre a crise na Venezuela. Brasil e Colômbia atuaram em prol da reeleição de Luis Almagro ao cargo de Secretário-Geral da OEA, em março de 2020. Ambos os países foram protagonistas em iniciativas de resoluções críticas aos regimes de Nicolás Maduro, na Venezuela, e de Daniel Ortega, na Nicarágua. Como temas adicionais, registre-se firme apoio do Brasil à atuação da Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia (MAPP/OEA), que inclui participação de militares brasileiros em atividades de desminagem.

Como o Brasil, a Colômbia é membro fundador do PROSUL, que constitui novo espaço de diálogo regional para fortalecimento da cooperação entre Estados sul-americanos, baseado em compromisso com valores fundamentais como defesa da democracia, do Estado de Direito e dos direitos humanos. A Colômbia busca dar maior visibilidade, reforçar a institucionalidade e ampliar o escopo temático do PROSUL.

Em fevereiro de 2019, o regime venezuelano anunciou rompimento de relações diplomáticas e consulares com a Colômbia. Desde então, a relação entre ambos os países tem se mantido tensa. O governo colombiano tem condenado os vínculos do regime bolivariano com organizações paramilitares, como o Exército de Libertação Nacional (ELN). Em 21 de março de 2021, noticiaram-se combates entre efetivos militares da Venezuela e grupos armados possivelmente associados a uma dissidência das FARC no estado venezuelano de Apure. O conflito ocorreu em área fronteira ao território colombiano e ocasionou o deslocamento de mais de 5 mil cidadãos venezuelanos, que buscaram proteção na Colômbia. Em julho último, o presidente Iván Duque sofreu atentado quando seu helicóptero sobrevoava cidade fronteira, o qual teria sido reivindicado por dissidência das FARC em território venezuelano.

Bogotá tem adotado políticas que buscam contribuir para aliviar o sofrimento humano ocasionado pela crise na Venezuela. País mais afetado pela crise migratória, tendo já recebido mais de 1,7 milhão de imigrantes, a Colômbia manteve política de acolhimento a cidadãos venezuelanos, suspensa apenas pela pandemia, em função do fechamento de fronteiras. O país tem implementado incentivos à regularização da migração, a exemplo do anúncio de oferta de imunização contra COVID-19 a imigrantes venezuelanos documentados.



ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Desde o início do Governo de Iván Duque (agosto de 2018), o país recuperava seu ritmo de crescimento: de 1,4%, em 2017, evoluiu para 2,6%, em 2018, e 3,3% em 2019. Todavia, devido a efeitos da pandemia, o país encerrou 2020 com queda de 6,8% no PIB e nível recorde de endividamento público de 61,4% do PIB. Em decorrência da suspensão das regras fiscais em contexto de pandemia e dificuldade para a implementação de reforma tributária e medidas de ajuste econômicos, a Colômbia teve retirado seu grau de investimento pela agência Standard & Poor's em maio de 2021, após mais de uma década ostentando essa qualificação.

A Colômbia é o 20º destino das exportações brasileiras e o 25º fornecedor de produtos importados ao Brasil. Por sua vez, o Brasil é o 4º principal fornecedor de produtos à Colômbia (atrás de EUA, China e México) e o 5º maior destino de exportações colombianas. A Colômbia representa o segundo destino prioritário de internacionalização de empresas brasileiras (atrás somente dos EUA). Mais de 100 empresas nacionais, incluindo conglomerados como Gerdau, Votorantim, Bovespa BM&F, Itaú, BTG Pactual, Natura e O Boticário, operam no país vizinho.

A composição da pauta comercial contribuiu para o superávit persistente do Brasil ao longo de toda a última década. Ao passo que as exportações brasileiras são concentradas em produtos de maior valor agregado (como automóveis de passageiros, partes e acessórios de veículos automotivos e produtos da indústria de transformação), os produtos importados pelo Brasil da Colômbia são menos elaborados, constituindo sobretudo insumos produtivos (como carvão não aglomerado, coques, semi-coques e carvão de retorta, e polímeros).

O comércio bilateral encontra-se amparado pelo Acordo de Complementação Econômica nº 72 (ACE-72), firmado entre MERCOSUL e Colômbia, em aplicação provisória desde 2017 (por falta de internalização pela Colômbia). O acordo, que conta com Protocolos Adicionais para os setores automotivo, siderúrgico e têxtil, permitiu a liberalização comercial bilateral de 97% da pauta comercial bilateral. O Brasil tem interesse na revisão e no aprofundamento do ACE-72.

O Protocolo de Serviços, que tem por objetivo oferecer maior transparência e segurança jurídica a prestadores de serviços, por meio da adoção de compromissos de acesso a mercados e não discriminação, ainda não foi ratificado nem pelo Brasil nem pela Colômbia. O governo colombiano comprometeu-se a apresentar tanto o Protocolo de Serviços quanto o próprio ACE-72 a seu Legislativo para aprovação, o



que ainda não ocorreu.

A negociação de acordo de compras governamentais poderia abrir ao Brasil o mercado colombiano, estimado em US\$ 50 bilhões anuais, no qual empresas brasileiras não possuem as mesmas condições de participação de empresas de EUA, União Europeia, México e Canadá, que já contam com benefícios advindos da assinatura de tratados por seus governos. O tema está na agenda bilateral há quatro anos, sem avanço significativo.

A assinatura do Acordo para Evitar Dupla Tributação – ADT (cuja negociação foi concluída em setembro de 2021) e a entrada em vigor do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos – ACFI (ratificado pelo Brasil em 2018, mas ainda pendente de aprovação pela Colômbia) poderão incrementar a segurança jurídica necessária à ampliação da presença de empresas brasileiras no país vizinho.

Em 28 de abril de 2020, a Colômbia tornou-se oficialmente o 37º membro da OCDE, após ter concluído procedimentos internos para ratificação da Convenção da OCDE e depósito de seu instrumento de adesão. A Colômbia tem reiterado apoio ao pleito brasileiro de acesso à Organização, favorecendo a inclusão de mais um membro latino-americano.



DADOS BÁSICOS

	Colômbia	Brasil
Nome oficial	República da Colômbia	República Federativa do Brasil
Idioma oficial	Espanhol	Português
População	48,2 milhões (DANE)	211,7 milhões (IBGE)
Área	1,141 milhão km ²	8,516 milhões km ²
PIB nominal (FMI, 2020)	US\$ 264,9 bilhões	US\$ 1,36 trilhão
PIB <i>per capita</i> (FMI)	US\$ 5,2 mil	US\$ 6,4 mil
Crescimento do PIB (FMI; BACEN)	-8,2% (2020) 5,1% (2021)	-4,5% (2020) 3,2% (2021)
IDH (PNUD, 2019)	0,767 (83ª posição)	0,761 (79ª posição)
Índice de alfabetização (PNUD, 2019)	95,1%	93,2%
Expectativa de vida (PNUD, 2019)	77,3 anos	74,7 anos
COVID-19 (04/10)	4.963.243 casos 126.425 óbitos	21.478.546 casos 598.152 óbitos

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões)

BRASIL-COLÔMBIA	2018	2019	2020
Intercâmbio total	4.519,8	4.546,7	3.605,4
Exportações	2.802,2	3.100,3	2.291,2
Importações	1.717,5	1.446,4	1.314,2
Saldo	1.804,7	1.653,9	977

* Principais produtos da pauta comercial (2020)

- **Exportações:** veículos automóveis de passageiros, 13%; partes e acessórios de veículos automotivos, 7%; produtos da indústria de transformação, 4,9%; etc.



- **Importações:** coques, semi-coques e carvão de retorta, 19%; carvão não aglomerado, 17%; polímeros, 16%; etc.

Embaixador da Colômbia no Brasil: Darío Montoya Mejía.

Embaixador do Brasil na Colômbia: Luis Antonio Balduino Carneiro.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1810	Independência da dominação espanhola
1819	Batalha de Boyacá, que consolidou a independência de Nova Granada
1821	Fundação formal da Grã-Colômbia, a partir do Congresso de Cúcuta
1829	Venezuela declara-se independente da Grã-Colômbia
1830	Equador declara-se independente da Grã-Colômbia. Morre Simón Bolívar
1852	Abolição da escravatura
1899	Guerra dos Mil Dias, entre facções de poder colombianas
1903	Independência do Panamá, apoiada pelos EUA
1933	Negociações de paz com o Peru, que reconheceu a soberania colombiana sobre a cidade de Letícia.
1946	Início do período denominado “La Violencia”, de conflitos entre Conservadores e Liberais
1948	“Bogotazo”, revolta pelo assassinato do liberal Jorge Gaitán
1958	Início da Frente Nacional, monopólio dos partidos Conservador e Liberal, com vistas a superar o período de “La Violencia”.
1964	Invasão militar em Marquetália
1964	Criação do Exército de Libertação Nacional (ELN)
1966	Criação oficial das “Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia” (FARC)
1969	Criação do Pacto Andino (depois, Comunidade Andina de Nações - CAN)
1974	Fim do período da Frente Nacional



1974	Eleição de Alfonso López Michelsen
1974	Início das ações militares urbanas do M-19
1974	Início das atividades de grupos paramilitares
1978	Julio César Turbay Ayala é eleito Presidente
1980	M-19 ocupa Embaixada da República Dominicana em Bogotá
1982	Belisario Betancour é eleito Presidente
1982	FARC decidem atuar com vista à conquista definitiva do poder. Acrescentam as letras EP (Exército do Povo) em sua sigla.
1984	Acuerdo de La Uribe, estabelece cessar-fogo entre as Forças Armadas e as FARC-EP
1985	As FARC-EP fundam o partido União Patriótica-UP
1985	Rompimento do cessar-fogo entre o governo e as FARC-EP
1986	Virgilio Barco é eleito Presidente
1986	O M-19 depõe armas e se torna partido, a Aliança Democrática M-19
1990	César Gaviria é eleito Presidente
1990	Desmobilização do M-19
1994	Ernesto Samper é eleito Presidente
1994	A CAN adota uma tarifa externa comum
1997	Formação das “Autodefensas Unidas de Colômbia”, união de paramilitares
1998	Andrés Pastrana toma posse como Presidente
1998	Início de novas negociações com as FARC-EP, com desmilitarização de área
2000	É lançado o “Plano Colômbia”, com apoio dos EUA
2002	As FARC-EP sequestram avião e Presidente Pastrana declara fim das negociações



2002	As FARC-EP sequestram Senadora e candidata presidencial Ingrid Betancourt
2002	Eleição de Álvaro Uribe como Presidente
2004	Congresso aprova emenda à Constituição para permitir reeleição
2005	Congresso aprova Lei para a desmobilização dos paramilitares
2006	Presidente Álvaro Uribe é reeleito, em primeiro turno
2006	Anunciado fim do desarmamento dos paramilitares
2006	Corte Suprema ordena prisão de parlamentares envolvidos com paramilitares
2006	Assinatura do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos
2008	Ataque a acampamento das FARC-EP em território equatoriano.
2008	Falecimento de "Manuel Marulanda", líder histórico das FARC-EP.
2008	Libertação da Senadora Ingrid Betancourt
2009	Libertação de seis reféns das FARC-EP com apoio logístico brasileiro
2010	Libertação de dois reféns das FARC-EP (militares) e devolução dos restos mortais de militar morto em cativeiro, com apoio logístico brasileiro.
2010	Corte Suprema considera inexecutável a proposta de referendo para a segunda reeleição (fevereiro).
2011	Eleição de Juan Manuel Santos à Presidência da República, em segundo turno.
2011	Libertação de seis reféns das FARC-EP, com apoio logístico brasileiro
2011	O Comandante das FARC-EP, Alfonso Cano, é abatido em operação militar do governo. As FARC-EP escolhem "Timochenko" (Rodrigo Londoño) como seu novo comandante
2012	Libertação de 10 reféns das FARC-EP com apoio logístico brasileiro
2012	Entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio Colômbia-EUA



2012	As FARC-EP anunciam libertação de todos os reféns políticos em seu poder
2012	Anúncio de novo processo de paz com as FARC-EP
2012	Início do diálogo com as FARC-EP em Cuba. Cuba e Noruega são definidos como os países garantes do processo.
2013	Anúncio do acordo entre as FARC-EP e o Governo sobre participação política
2014	Reeleição do Presidente Juan Manuel Santos, em segundo turno
2014	Anúncio do acordo entre as FARC-EP e o Governo sobre a solução dos problemas das drogas ilícitas
2014	Anúncio do acordo entre as FARC-EP e o Governo sobre uma Política de Desenvolvimento Agrário Integral
2015	Anúncio do acordo entre as FARC-EP e o Governo sobre a criação de uma justiça de transição e reparações às vítimas do conflito
2016	Assinatura de acordo para dar início às negociações oficiais de paz com o ELN
2016	Aprovada reforma política que acaba com o direito à reeleição para Presidente
2016	Assinatura do acordo entre as FARC-EP e o Governo sobre o cessar-fogo bilateral e definitivo das hostilidades, a entrega de armas e a garantia de segurança dos integrantes das FARC-EP desmobilizados.
2017	Início da fase pública das negociações de paz entre o governo colombiano e o ELN.
2017	Finalizado processo de desmobilização das FARC-EP e entrega de armas.
2017	Aprovação de propostas legislativas para implementação do acordo de paz com as FARC-EP, como as que criam e regulamentam a Justiça Especial para a Paz – JEP.



2018	Em abril, o Equador renuncia à condição de país-sede das negociações de paz com o ELN. As negociações se deslocam para Havana.
2018	Eleição de Iván Duque Márquez como presidente da República. Carlos Holmes Trujillo é apontado Chanceler.
2018	Suspensão das negociações de paz com o ELN.
2019	Atentado contra a Escola de Cadetes General Santander, em Bogotá, é reivindicado pelo ELN. Presidente Duque se dissocia das negociações de paz.
2020	A Colômbia tornou-se oficialmente o 37º membro da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1827	O Governo da Grã-Colômbia envia para o Rio de Janeiro Leandro Palácios, como seu primeiro representante junto ao Império do Brasil
1829	O Império do Brasil envia Luiz de Souza Dias para Bogotá, na qualidade de Enviado Especial e Ministro Plenipotenciário do Brasil junto à Grã-Colômbia
1907	Tratado de Limites entre o Brasil e a Colômbia, usando como base de demarcação a linha Tabatinga-Apapóris
1925	Ata de Washington, entre Brasil, Colômbia e Peru, que assegura o reconhecimento da linha Tabatinga-Apapóris como fronteira entre o Brasil e a Colômbia.
1971	Encontro entre o Presidente Médici e o Presidente colombiano Misael Pastrana Borrero, para realizarem o primeiro encontro de cúpula bilateral entre mandatário brasileiro com homólogo colombiano (Letícia, 07 de agosto)



1981	Visita do Presidente João Baptista Figueiredo à Colômbia, a primeira visita oficial de um Chefe de Estado do Brasil ao país (10-13 de março).
2009	I Reunião da Comissão Bilateral Brasil-Colômbia, co-presidida pelos Chanceleres (Cartagena das Índias, 08 de junho)
2011	Visita do Presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, ao Brasil, para a posse da Presidente Dilma Rousseff (Brasília, 01 de janeiro)
2012	Participação da Presidente Dilma Rousseff na Cúpula das Américas (Cartagena das Índias, 14-15 de abril)
2014	Visita do Presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, ao Brasil (Brasília, 19 de junho)
2014	Visita do Vice-Presidente Michel Temer à Colômbia para participar da cerimônia de posse do Presidente Juan Manuel Santos (Bogotá, 7 de agosto)
2015	Visita do Vice-Presidente da Colômbia, Germán Vargas Lleras, ao Brasil, para participar da cerimônia de posse da Presidente Dilma Rousseff (Brasília, 01 de janeiro)
2015	Visita da Presidente Dilma Rousseff à Colômbia (Bogotá, 08-09 de outubro)
2016	Criação do Grupo de Amigos do Brasil para a Paz na Colômbia (15 de março)
2016	Viagem do Senhor Presidente da República à Colômbia, por ocasião da assinatura do acordo de paz entre o Governo da Colômbia e as FARC (Cartagena das Índias, 26 de setembro)
2018	Visita ao Brasil da ministra das Relações Exteriores da Colômbia, María Ángela Holguín, e do ministro da Defesa Nacional da Colômbia, Luis Carlos Villegas (Brasília, 21 de fevereiro)
2018	Visita do presidente da República da Colômbia, Juan Manuel Santos (20 de março)
2018	Viagem do Ministro das Relações Exteriores para participar da posse do presidente Iván Duque Márquez (7 de agosto)



2019	A Vice-Presidente colombiana, Marta Lucía Ramírez, representa o Presidente Duque na posse do presidente Jair Bolsonaro (1º de janeiro)
2019	Encontro presidencial bilateral à margem do Foro Econômico Mundial em Davos, na Suíça
2021	Visita da Vice-Presidente e Chanceler colombiana, Marta Lucía Ramírez, a Brasília (12 de agosto)



ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Data de Entrada em Vigor	Data de Publicação
Tratado de Limites e Navegação	24/04/1907	20/04/1908	24/04/1908
Tratado de Limites e Navegação Fluvial	15/11/1928	09/01/1930	19/02/1930
Convênio Rádio-Elétrico	04/11/1936	04/05/1938	29/04/1938
Tratado de Extradicação	28/12/1938	02/10/1940	27/09/1940
Acordo sobre Transportes Aéreos	28/05/1958	27/06/1975	03/07/1975
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais.	24/07/1962	02/08/1962	16/11/1962
Acordo de Intercâmbio Cultural	20/04/1963	30/08/1974	13/09/1974
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Comuns	26/08/1969	26/08/1969	24/09/1969
Acordo de Cooperação Sanitária para a Região Amazônica	10/03/1972	13/07/1976	13/07/1976
Acordo Básico de Cooperação Técnica.	13/12/1972	27/09/1973	05/11/1973
Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos.	20/06/1973	17/07/1976	13/07/1976
Acordo de Assistência Recíproca para a Prevenção do Uso e Tráfico Ilícitos de Substâncias Estupefacientes e Psicotrópicas	12/03/1981	11/05/1981	18/05/1981
Tratado de Amizade e Cooperação	12/03/1981	10/07/1985	31/07/1985
Acordo sobre Turismo	12/03/1981	28/07/1983	11/08/1983



Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	12/03/1981	05/03/1986	31/03/1986
Acordo de Cooperação Amazônica	12/03/1981	10/04/1986	15/05/1986
Acordo de Cooperação sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear	12/03/1981	05/03/1986	31/03/1986
Acordo sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira	16/07/1985	18/05/1994	24/04/2000
Acordo sobre Sanidade Animal para o Intercâmbio de Animais e Produtos de Origem Animal	09/02/1988	28/01/1997	24/04/2000
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	14/04/1993	24/09/1995	11/09/1995
Acordo de Cooperação Mútua para o Combate ao Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais	07/11/1997	22/03/2006	27/06/2006
Acordo de Cooperação para Impedir o Uso Ilegal de Precursores e Substâncias Químicas Essenciais para o Processamento de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas	07/11/1997	09/09/1999	14/10/1999
Acordo de Cooperação Judiciária e Assistência Mútua em Matéria Penal	07/11/1997	29/06/2001	24/08/2001
Acordo entre o Brasil e a Colômbia sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios	21/08/2007	27/10/2010	23/05/2014



Acordo entre o Brasil e o Governo da Colômbia sobre Cooperação em Matéria de Defesa	19/07/2008	28/01/2014	29/12/2015
Acordo para o Estabelecimento da Zona de Regime Especial Fronteiriço para as Localidades de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)	19/09/2008	22/10/2013	18/12/2015
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República da Colômbia sobre Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Colombianos entre as Localidades Fronteiriças Vinculadas	01/09/2010		Em tramitação no Poder Executivo
Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre Brasil e Colômbia	09/10/2015	20/04/2018	Em ratificação pela Colômbia





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 56, DE 2021

(nº 567/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado Plurinacional da Bolívia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)



MENSAGEM N° 567

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado Plurinacional da Bolívia.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 3 de novembro de 2021.



EM nº 00207/2021 MRE

Brasília, 19 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Estado Plurinacional da Bolívia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



00001.008164/2021-16



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 902/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 04 de novembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado Plurinacional da Bolívia.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 04/11/2021, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22791





A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2985726** e o código CRC **3BA12F6D** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.008164/2021-16

SEI nº 2985726

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES**

CPF.: 221.191.591-49

ID.: 7728 MRE

1958 Filho de Jair Baptista Lopes e Rita Vilela Sobreira Lopes, nasce em 28 de setembro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1979 CPCD - IRBr
 1984 CAD - IRBr
 2004 CAE - IRBr, O Brasil e a febre aftosa na América do Sul: um chamado concreto à liderança

Cargos:

1980 Terceiro-secretário
 1983 Segundo-secretário
 1989 Primeiro-secretário, por merecimento
 1996 Conselheiro, por merecimento
 2005 Ministro de segunda classe, por merecimento
 2014 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1980-83 Divisão da África I, assistente
 1983 Departamento do Oriente Próximo, assistente
 1983-86 Cerimonial, assessor
 1986-89 Embaixada em Londres, segundo-secretário
 1989-93 Embaixada em Ottawa, segundo e primeiro-secretário
 1993-95 Divisão da América Meridional I, assessor
 1995-97 Divisão de Protocolo, chefe, substituto
 1995 Instituto Rio Branco, orientador profissional
 1996-97 Coordenação-Geral de Protocolo, coordenador-geral, substituto e coordenador-geral
 1997-01 Embaixada em Washington, conselheiro
 2001-03 Embaixada em Montevidéu, conselheiro e encarregado de negócios
 2003-05 Embaixada em La Paz, conselheiro
 2005-07 Instituto Rio Branco, coordenador-geral de ensino e diretor-geral adjunto
 2007-10 Missão junto à CEE, Bruxelas, ministro-conselheiro e encarregado de negócios
 2010-13 Missão junto à UE, Bruxelas, ministro-conselheiro e encarregado de negócios
 2013-14 Embaixada em Roma, ministro-conselheiro e encarregado de negócios
 2014-16 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, assessor especial
 2015-16 Coordenador-geral do Grupo de Trabalho de Organização de Eventos (GTOEV)
 2016-18 Departamento da África, diretor
 2018- Embaixada do Brasil em Seul, embaixador

Publicações:

2018 SOBREIRA LOPES, Luís Henrique, FIGUEIRA DE MELLO, Fernando, LIMA KALLÁS, Maria (Org.). A Presidência Brasileira da CPLP (2016-2018) - Textos e Documentos. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília

Condecorações:

1984 Ordem Alauíta, Marrocos, Cavaleiro
 1984 Ordem de Isabel, a Católica, Espanha, Cavaleiro



1984	Ordem da Águia Azteca, México, Insígnia
1985	Ordem Nacional do Mérito, Cavaleiro, França
1986	Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Oficial
1989	Ordem de Rio Branco, Brasil, Cavaleiro
1995	Ordem ao Mérito da República, Oficial, Itália
1995	Ordem Militar de Cristo, Portugal, Cavaleiro
1995	Ordem do Mérito Federal, Alemanha, Oficial
1996	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
1997	Ordem da Rosa Branca, Finlândia, Comendador
2011	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
2017	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã Cruz
2019	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial
2020	Medalha Exército Brasileiro

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA****INFORMAÇÃO OSTENSIVA**
Outubro de 2021

APRESENTAÇÃO

O Estado Plurinacional da Bolívia está localizado na região central da América do Sul. O país faz fronteira, ao norte e a leste, com o Brasil; ao sul, com a Argentina; a oeste, com o Peru; a sudeste, com o Paraguai; e a sudoeste, com o Chile.

A Bolívia apresenta geografia variada. A oeste, encontra-se a Cordilheira dos Andes, que se estende de norte a sul em duas cadeias paralelas. Entre elas, está a área central do país, formada por um planalto, o “Altiplano”, além do Lago Titicaca, considerado o lago navegável mais alto do mundo, a 3.810 metros acima do nível do mar. Mais da metade do país está na região tropical, que vai do norte, onde há floresta amazônica, até as terras baixas a leste. O Chaco, ao sul, é pantanoso na época das chuvas, mas quente e desértico no resto do ano.

Com um território de 1.098.581 km², a Bolívia é o 29º país mais extenso do mundo, sendo o 5º na América do Sul. A população boliviana é de aproximadamente 11,7 milhões de habitantes, o que torna a Bolívia o 8º país mais populoso na América do Sul.

Declarada em 1825, a independência da Bolívia resultou da combinação do êxito militar dos Exércitos Libertadores, que vinham da Colômbia, liderados por Simón Bolívar e José Antonio de Sucre, e da revolta de dezenas de guerrilhas locais que, no decorrer de quinze anos, enfraqueceram a presença militar espanhola na região.

A Bolívia é o país com o qual o Brasil compartilha sua maior fronteira terrestre, de 3.423 km (a oitava fronteira internacional em extensão, maior que a fronteira entre Estados Unidos e México, de 3.141 km). É o único país da América do Sul que tem zona limítrofe com quatro Estados brasileiros (Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul). Assim como o Brasil, a Bolívia integra as duas principais bacias hidrográficas sul-americanas, as bacias Amazônica e do Prata.



PERFIL BIOGRÁFICO**LUIS ARCE CATACORA**
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nascido em La Paz em 28 de setembro de 1963. Formou-se em Economia pela Universidad Mayor de San Andrés (UMSA) e tem mestrado nessa disciplina pela Universidade de Warwick, no Reino Unido. Foi professor catedrático da UMSA e funcionário do Banco Central da Bolívia, onde exerceu diferentes cargos entre 1987 e janeiro de 2006.

Foi um dos mais longevos ministros sob a presidência de Evo Morales. Comandou o Ministério da Fazenda de 2006 a 2009 e o Ministério da Economia e Finanças Públicas entre 2009 e 2019. Afastou-se das funções somente por breve período para tratamento de saúde em São Paulo. Atribui-se à sua gestão o sustentado crescimento econômico observado na Bolívia, entre 2006 e 2019.

Candidato pelo partido “Movimiento al Socialismo” (MAS), foi eleito com 55,1% dos votos válidos no primeiro turno das eleições gerais realizadas em outubro de 2020. Assumiu a presidência em 8 de novembro de 2020.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações com a Bolívia abrangem diversas áreas de interesse estratégico, como integração energética, combate a ilícitos transnacionais, projetos de infraestrutura, cooperação fronteiriça e defesa. No marco da consolidada parceria em energia, o gás natural boliviano contribui para a estabilidade energética brasileira e é fonte de renda para o Estado boliviano. Há amplo potencial para diálogos construtivos em diferentes áreas, como integração de infraestrutura, comércio, investimentos, cooperação técnica e gestão de recursos hídricos.



No contexto da integração energética, destaca-se a criação, em julho de 2015, do Comitê Técnico Binacional Brasil-Bolívia (CTB) em matéria energética. A primeira reunião do Comitê Técnico ocorreu em Brasília, em dezembro de 2015, quando foram criados os Grupos de Trabalho sobre Hidrocarbonetos e sobre Eletricidade, os quais têm mantido reuniões periódicas.

Para além da cooperação no fornecimento de gás natural, Brasil e Bolívia têm trabalhado pelo aprimoramento da vertente da integração elétrica em vista do potencial de fontes renováveis de energia e do intercâmbio de excedentes energéticos. Na agenda do Comitê Técnico, estão previstos estudos de inventário e pré-viabilidade de projeto de hidrelétrica binacional no rio Madeira, de potencial estimado em 3.000 MW, bem como estudo de interconexão elétrica entre os dois países.

Brasil e Bolívia também têm avançado na atuação conjunta para o combate a ilícitos transnacionais, com atividades de cooperação e encontros de alto nível. Em 2017, teve lugar a primeira edição do Gabinete Binacional de Segurança Brasil-Bolívia, que reuniu autoridades ministeriais de defesa e segurança dos dois países. Em 2019, realizou-se a X Reunião da Comissão Mista Brasil-Bolívia sobre Drogas e Temas Conexos, mecanismo para o diálogo sobre temas de segurança regional e o estabelecimento de compromissos recíprocos no combate a ilícitos.

O diálogo em defesa é outra matéria de destaque na agenda bilateral. Desde 2017, a Força Aérea Brasileira (FAB) coopera na implementação do novo sistema de controle de tráfego aéreo boliviano (SIDACTA) com o uso de radares adquiridos pela Bolívia em 2016. Em março de 2019, foi estabelecida a Missão Técnica Aeronáutica Brasileira na Bolívia (MTAB) para dar suporte à referida atividade de cooperação técnica, além de auxiliar na elaboração de doutrina e regulamentação pertinentes à defesa e controle aéreos e na capacitação e formação de quadros bolivianos. Com impactos positivos inclusive para o combate ao narcotráfico, a missão continua a exercer atividades. Note-se, ademais, a colaboração do Exército, da Marinha e da Aeronáutica brasileiros na capacitação e formação de quadros bolivianos em diferentes áreas.

A integração fronteiriça também figura como tema de fundamental importância para o relacionamento bilateral. Em 2009, foi promulgado acordo bilateral assinado em 2004 em benefício de localidades fronteiriças vinculadas, que permite residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos. Ademais, desde 1997, vêm sendo realizadas as reuniões dos “Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Bolívia”. Os Comitês têm por objetivo promover a integração política, econômica, social, física e cultural das populações lindeiras. Os Comitês operam em quatro localidades: Brasiléia-Epitaciolândia (AC)/Cobija; Guajará-Mirim (RO)/Guayaramerín; Corumbá (MS)/Puerto Suárez; e



Cáceres (MT)/San Matías. Coordenados pelas chancelarias dos dois países, são foros de composição flexível, aos quais são convidados a participar representantes dos governos federal, estaduais e municipais, bem como membros da sociedade civil.

Mais recentemente, no contexto de fechamento de fronteiras em razão da crise sanitária, os dois países negociaram a adoção de regime que permitiu, a partir de 1º de setembro de 2020, a retomada do trânsito vicinal fronteiro entre cidades-gêmeas. O acordo estabeleceu a possibilidade de tráfego de residentes fronteiros em cidades-gêmeas mediante a apresentação de documento de residente fronteiro ou de outro documento comprobatório, desde que garantida a reciprocidade no tratamento de um país ao outro.

O Brasil mantém com a Bolívia extenso programa de cooperação técnica. As iniciativas em execução abrangem, por exemplo, as áreas de segurança pública, agricultura, metrologia e meio ambiente, com destaque para a gestão de recursos hídricos. O Brasil também tem prestado assistência humanitária ao país vizinho, por meio de doações humanitárias financeiras, de alimentos e medicamentos. No contexto da pandemia do novo coronavírus, o Governo brasileiro autorizou, em caráter humanitário, exportações de oxigênio líquido medicinal para uso na rede de hospitais públicos bolivianos.

No que concerne à vertente comercial, em 2020, o Brasil continuou a figurar como segundo principal fornecedor da Bolívia, depois da China, com exportações de US\$ 1,03 bilhão, redução de 27,4% em relação ao ano anterior, em vista do significativo impacto da crise sanitária sobre a economia boliviana e da queda acentuada das importações do país. Manteve-se, ademais, como principal destino das exportações da Bolívia, com participação de 15,5% na corrente exportadora boliviana. A corrente de comércio bilateral foi de US\$ 2,1 bilhões no ano passado, representando queda de 24,2%. O saldo comercial brasileiro em 2020 foi deficitário em US\$ 53,6 milhões.

As importações brasileiras da Bolívia estão fortemente concentradas em gás natural (93% do total em 2020), ao passo que prevalecem produtos industrializados na pauta de exportação brasileira para o país vizinho, entre os quais, ferro e aço (8,7%), produtos comestíveis e preparações (4,8%), produtos da indústria de transformação (4,7%), papel e cartão (2,9%), máquinas agrícolas (2,5%), calçados (2,3%) e veículos automóveis de passageiros (2,2%).

Em 1º de janeiro de 2019, por ocasião da posse do Presidente Jair Bolsonaro, Evo Morales, então presidente boliviano, esteve presente à solenidade em Brasília. No mesmo ano, o então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, reuniu-se com a Chanceler do governo provisório, Karen Longaric, à margem da 55ª Cúpula de Chefes de Estado



do MERCOSUL e Estados Associados e da 55ª Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, realizadas em dezembro de 2019, em Bento Gonçalves (RS).

Assuntos consulares: A rede consular brasileira na Bolívia conta com os consulados-gerais em Cochabamba e Santa Cruz de La Sierra, os consulados em Cobija, Guayaramerín e Puerto Quijarro, além do setor consular na Embaixada em La Paz. Há consulados honorários em San Ignacio de Velasco, Sucre, Tarija e Oruro.

O Itamaraty estima em cerca de 39.258 (2020) o número de brasileiros que moram na Bolívia, com presença substantiva de estudantes universitários. Os estudantes brasileiros concentram-se em Santa Cruz de la Sierra, Cochabamba, Cobija e Guayaramerín. Parcela importante da comunidade brasileira é integrada por agricultores. Destaca-se, nesse contexto, a produção de soja por agricultores brasileiros no Departamento de Santa Cruz.

Empréstimos e financiamentos oficiais: Atualmente, há operações no montante de US\$ 2.411.231 envolvendo exportações à Bolívia no âmbito do FGE da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF).



POLÍTICA INTERNA

Em 2006, com a eleição de Evo Morales a presidente, inaugurou-se novo período político na Bolívia. No mesmo ano, foi convocada assembleia constituinte, a qual apresentou texto constitucional ao Congresso em 15 de dezembro de 2007. A Constituição Política do Estado foi submetida à consulta popular e aprovada em 25 de fevereiro de 2009.

O Estado Plurinacional da Bolívia passou então a ser composto por quatro poderes: Legislativo, Executivo, Judiciário e Eleitoral. A Assembleia Legislativa Plurinacional divide-se em duas câmaras: Câmara dos Deputados, composta por 130 representantes, e Câmara de Senadores, com 36 membros (quatro por departamento). O mandato é de cinco anos, com possibilidade de reeleição.

O Poder Executivo é composto pela Presidência, Vice-Presidência e Ministérios. Presidente e vice-presidente são eleitos por voto universal, obrigatório, livre, secreto e direto. O mandato tem duração de cinco anos, podendo haver reeleição (Artigo 168).

O Poder Judiciário conta com jurisdição ordinária, exercida pelo Tribunal Superior de Justiça, tribunais departamentais, tribunais de sentença e juízes; jurisdição agroambiental; e jurisdição indígena originária campesina. Matéria constitucional é submetida ao Tribunal Constitucional Plurinacional.

O Órgão Eleitoral Plurinacional está composto pelo Tribunal Supremo Eleitoral, tribunais eleitorais departamentais, juízes eleitorais, jurados das mesas de sufrágio e notários eleitorais. O Tribunal Supremo é formado por sete membros (pelo menos dois devem ter origem indígena originária campesina), os quais exercem a função por seis anos, sem possibilidade de reeleição. A Assembleia Legislativa, em votação com maioria de 2/3, indica seis nomes. A Presidência detém a prerrogativa de indicação do sétimo membro.

A Bolívia vivenciou, em fins de 2019, período de grande instabilidade política, social e econômica. No sufrágio presidencial levado a cabo em outubro daquele ano, os resultados eleitorais deram vitória em primeiro turno a Evo Morales. Observadores da OEA apontaram, porém, diversas irregularidades no pleito e acordaram com o Governo boliviano a realização de uma auditoria vinculante do processo eleitoral, a qual recomendou a realização de novas eleições. A crise política e social que se havia instalado no país levou o então Presidente Evo Morales a renunciar em 10 de novembro de 2019, gesto que desencadeou renúncias em sequência da alta cúpula do governo.

Em 12 de novembro de 2019, assumiu a presidência interina do país a segunda vice-presidente do Senado, Jeanine Áñez, do partido “Unión



Democrática”. Pela Lei 1266, aprovada por unanimidade, a Assembleia Legislativa Plurinacional anulou, ainda em novembro de 2019, os resultados das eleições de outubro e determinou a realização de novo pleito. O governo provisório liderado por Áñez administrou o país por um ano, convocando novas eleições gerais para 2020.

Em 18 de outubro de 2020, após dois adiamentos em razão da pandemia do novo coronavírus, realizou-se o primeiro turno das eleições gerais na Bolívia, que conferiu ampla vitória (55,1%) ao candidato Luis Arce Catacora, do partido do ex-presidente Evo Morales, “Movimiento al Socialismo” (MAS). No pleito, o MAS também logrou assegurar maioria simples na Câmara e no Senado. As principais forças políticas bolivianas reconheceram os resultados oficiais, respeitando a vontade popular expressa nas urnas.

O pleito foi acompanhado por missões internacionais de observação, como a Missão de Peritos Eleitorais encaminhada pela União Europeia, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos (OEA), para a qual o Brasil aportou recursos. As missões de observação atestaram a idoneidade do processo eleitoral.

Em 12 de março de 2021, o Ministério Público boliviano decretou a prisão da ex-Presidente Jeanine Áñez e de membros civis e militares do primeiro escalão do governo transitório, sob acusação de prática de “golpe de Estado” e de crimes de sedição, terrorismo e conspiração.

O Senhor Presidente da República e o Itamaraty emitiram manifestações públicas de preocupação com os eventos aludidos e manifestaram a importância do pleno respeito ao Estado de Direito no processo judicial. O Itamaraty recordou que a posse da Presidente Jeanine Áñez em caráter provisório se deu de modo constitucional, reconhecida pelas instituições bolivianas e em conformidade com instrumentos jurídicos internacionais, como o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático.

Também manifestaram preocupação com as detenções o secretário de Estado dos EUA, o alto representante da União Europeia para Assuntos Exteriores e Política de Segurança, o governo de Juan Guaidó na Venezuela, o Senado do Paraguai, o Presidente do Chile, a Secretaria-Geral da OEA, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o secretário-Geral da ONU e o Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos, que, em 8 de abril, realizou visita a Áñez na prisão.

POLÍTICA EXTERNA



Com a vitória do partido “Movimiento al Socialismo” (MAS) nas eleições gerais de outubro de 2020, encerrando o breve período marcado pelo Governo provisório de Jeanine Añez, a política externa voltou a caracterizar-se por fortes nexos com a ação política interna, especialmente na busca de maior projeção boliviana nos cenários regional e global e na valorização de temas indígenas e camponeses, assim como da pauta ambiental.

Em seu discurso de posse, o Presidente Luis Arce destacou a importância da multipolaridade e dos princípios da autodeterminação dos povos, da não intervenção e da igualdade jurídica e política entre os países. Defendeu o exercício da “diplomacia dos povos” em prol da integração e da igualdade e contra a discriminação e a opressão. Conferiu prioridade às relações Sul-Sul e ao relacionamento com os países da região, ressaltando a importância da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Com efeito, uma das primeiras medidas tomadas pela administração de Luis Arce na área de política externa foi a revisão das medidas adotadas pelo Governo provisório e a retomada da participação plena da Bolívia nos mecanismos de CELAC, UNASUL e ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América). A adesão do país ao MERCOSUL como membro pleno recebeu, igualmente, destaque na condução da política externa.

Sob essas diretrizes, o Governo boliviano tem atuado para fortalecer os vínculos com países com os quais possui afinidades político-ideológicas, como México, Venezuela, Argentina, Cuba, Nicarágua e Peru, além de Rússia e China. A esse respeito, destacam-se as visitas oficiais realizadas pelo novo mandatário boliviano ao México em março e, por ocasião da VI Cúpula da CELAC, em setembro de 2021, à Venezuela, em junho de 2021, por ocasião da XIX Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da ALBA, e sua participação na cerimônia de posse do atual presidente peruano, Pedro Castillo, em julho último.

Um dos principais itens da agenda internacional boliviana continua a ser o pleito pela recuperação de acesso soberano ao Pacífico. Durante a Guerra do Pacífico (1879-1884), a Bolívia perdeu para o Chile parcela do território e um total de 400 km de linha costeira. Sob o governo de Evo Morales, o país submeteu a pendência bilateral à Corte Internacional de Justiça (CIJ). Em 2018, o órgão proferiu decisão segundo a qual o Chile não teria obrigação de negociar um acesso ao mar com a Bolívia. Atualmente, verifica-se tentativa de retomada do diálogo e da cooperação entre os dois países, cujas relações diplomáticas foram rompidas em 1962.

Em âmbito multilateral, o Governo boliviano tem liderado campanha pelo alívio da dívida externa dos países em desenvolvimento como meio de superação da grave crise econômica resultante da pandemia, assim como



pela liberação de patentes e pela distribuição equitativa de imunizantes contra o novo coronavírus.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Após desempenho positivo em termos de crescimento e estabilidade macroeconômica ao longo da última década, a Bolívia registrou, pela primeira vez em 25 anos, contração do PIB de cerca de 8,8% em 2020, em razão dos efeitos da pandemia do novo coronavírus. A rígida quarentena imposta em março de 2020 afetou, fortemente, diversos setores econômicos, à exceção da agricultura, que se apoiou na demanda interna e nas exportações de carne.

Recente projeção do FMI aponta, porém, para crescimento econômico de 5% em 2021. Estima-se que a taxa de desemprego caia de 8% (2020) para 4%. O crescimento econômico expressivo esperado para 2021, apoiado na campanha nacional de vacinação, deverá ser impulsionado pela retomada dos setores-chave de mineração e de hidrocarbonetos e pela recuperação dos preços internacionais dos principais produtos de exportação do país, como minerais, gás natural e soja.

Ante dificuldades no setor de hidrocarbonetos, agravadas pelo choque de demanda provocado pela pandemia, o Governo boliviano tem buscado diversificar a pauta exportadora do país, com ampliação da venda de mineirais e produtos agrícolas, bem com a industrialização de recursos naturais, por exemplo, ureia e lítio. O atual governo tem investido no uso de energias renováveis, as quais, segundo as autoridades locais, permitirão diminuir o consumo interno de gás natural, que poderá ser processado industrialmente e convertido em produtos para exportação, e a dependência da eletricidade produzida por termelétricas.

O estímulo à demanda interna, aos investimentos públicos, que o Governo pretende elevar da tradicional marca de cerca de 8% para 10% do PIB, e à substituição de importações, especialmente de diesel e trigo, constituem, com efeito, os pilares do Modelo Econômico Social Comunitário Produtivo (MESCP), pelo qual a administração de Luis Arce afirma buscar, em contraposição ao modelo neoliberal, a retomada do crescimento econômico boliviano.

Dentre os principais desafios econômicos a curto prazo, em meio a um regime de câmbio fixo e ao distanciamento em relação ao Fundo Monetário Internacional (FMI), está a tentativa de contenção da contração das reservas internacionais bolivianas, motivada pelos sucessivos déficits comerciais de 2015 a 2020 e, sobretudo, pela demanda dos agentes econômicos locais, o que poderá implicar a ampliação do endividamento externo do país. No ano passado, ante dificuldades para equilibrar as contas externas, o país chegou a recorrer a empréstimos de cerca de US\$ 1 bilhão



junto a organismos financeiros regionais e multilaterais. Note-se, entretanto, que o endividamento externo boliviano, de 31,7% do PIB, segue relativamente baixo, sendo considerado sustentável e dentro dos parâmetros recomendados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, de 40%.

Cita-se, ademais, o desafio de contenção do déficit fiscal, que alcançou 12,7% do PIB em 2020, em razão da paralisação de atividades econômicas no contexto da pandemia e dos programas sociais emergenciais implementados. O Governo boliviano também terá o desafio de melhorar os indicadores sociais e do mercado de trabalho em uma economia fortemente impactada pela crise sanitária e ainda caracterizada por elevada informalidade. Oito em cada dez trabalhadores atuam no setor informal, segundo o FMI.

Com relação à balança comercial, ainda que a pandemia tenha provocado, em apenas um ano, redução de um quarto na corrente total de comércio, os efeitos foram mais graves sobre as importações (-28%) do que sobre as exportações (-21%) em 2020. As exportações bolivianas totalizaram US\$ 7,015 bilhões, enquanto as importações do país somaram US\$ 7,080 bilhões. Com isso, o déficit comercial, no ano passado, foi de apenas US\$ 65 milhões. Trata-se do menor déficit da balança comercial observado nos últimos seis anos.

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Estado Plurinacional da Bolívia
CAPITAL	La Paz (sede do Governo) e Sucre (sede Constitucional)
ÁREA	1.098.581 km ²
POPULAÇÃO (FMI, 2020)	11,72 milhões
IDIOMAS OFICIAIS	Espanhol, quéchua e aimará
SISTEMA POLÍTICO	República unitária e presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Luis Arce Catacora (desde 08/11/2020)
CHANCELER	Rogelio Mayta Mayta (desde 09/11/2020)
PIB (FMI, 2020)	US\$ 39,38 bilhões
PIB PPP (FMI, 2020)	US\$ 97,8 bilhões
PIB <i>per capita</i> (FMI, 2020)	US\$ 3.360
PIB PPP <i>per capita</i> (FMI, 2020)	US\$ 8.340
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	5% (2021, est.), -8,8% (2020), 2,2% (2019), 4,2% (2018), 4,2% (2017), 4,3%



	(2016), 4,9% (2015), 5,5% (2014), 6,8% (2013), 5,1% (2012)
IDH (PNUD, 2020)	0,718 (107º)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (PNUD, 2020)	92,5%
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2020)	71,5 anos
UNIDADE MONETÁRIA	Boliviano
EMBAIXADOR EM LA PAZ	Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes (beneplácito foi concedido, em 1º/10/2021, ao pedido de “agrément” em favor do Embaixador Luís Henrique Sobreira Lopes)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	A ser nomeado
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA (2020)	Cerca de 39.258

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB)

Brasil– Bolívia	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2019-2020
Exportações	1.511,4	1.472,9	1.534,3	1.612,3	1.482,0	1.428,1	1.506,2	1.452,6	1.411,0	1.025,1	-27,35%
Importações	2.863,3	3.431,0	4.035,2	3.816,3	2.506,2	1.341,8	1.285,1	1.636,4	1.365,9	1.078,7	-21,02%
Saldo	-1.351,8	-1.958,0	-2.500,9	-2.203,9	-1.024,2	86,3	221,1	-183,8	45,1	-53,6	-218,93%
Intercâmbio	4.374,7	4.903,9	5.569,5	5.428,6	3.988,2	2.769,9	2.791,3	3.089,1	2.776,9	2.103,8	-24,2%

Fonte: Ministério da Economia



CRONOLOGIA HISTÓRICA

1400	Surgimento dos reinos Aymara.
1460s	Conquista Inca.
1532	Chegada dos espanhóis ao Peru.
1538	Chegada dos espanhóis ao Altiplano boliviano.
1545	Descoberta de prata em Cerro Rico, Potosí.
1624	Criação da Universidade de Chuquisaca.
1695	Descoberta de prata em Oruro.
1809	Rebelião popular pela independência de La Paz.
1825	Independência da Bolívia (6 de agosto).
1825-1828	Primeiro governo republicano de Antonio José de Sucre. Nacionalização da Igreja Católica.
1860-1870	Descoberta por chilenos de guano, prata e nitratos no Deserto de Atacama.
1879	Guerra do Pacífico contra o Chile. Derrota da Bolívia, que perde o acesso ao Oceano Pacífico.
1899-1903	Movimento separatista do Acre.
1903	Tratado de Petrópolis. Acre é incorporado ao Brasil.
1920-1934	Governos civis do Partido Republicano.
1932-1935	Guerra do Chaco contra o Paraguai. Derrota da Bolívia.
1942	Fundação do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR).
1943-1946	Governo de Gualberto Villarroel. Aliança militar radical e MNR.
1952	Revolução do MNR.
1964-1978	Governos militares.
1978-1979	Transição política. Reorganização de partidos políticos.
1980-1982	Governo militar. Protestos populares.
1982-presente	Redemocratização. Governos civis.
1995	Fundação do Movimento ao Socialismo (MAS).
2006-2010	Primeiro mandato de Evo Morales. Nacionalização dos setores de hidrocarbonetos e eletricidade.



2009	Nova Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia.
2010-2014	Segundo mandato de Evo Morales.
2015-2019	Terceiro mandato de Evo Morales.
2019	Eleições gerais são realizadas em 20 de outubro e dão vitória em primeiro turno a Evo Morales, que renuncia após contestação dos resultados. A segunda vice-presidente do Senado, Jeanine Áñez (Unión Democrática), assume a presidência interina em 12 de novembro.
2020	Novas eleições gerais são realizadas em 18 de outubro. Luis Arce Catacora, do partido do ex-presidente Evo Morales, “Movimiento al Socialismo” (MAS), assume a presidência em 8 de novembro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1831	São estabelecidas as relações diplomáticas entre Brasil e Bolívia, com a nomeação de Antônio Gonçalves da Cruz como Encarregado de Negócios e Cônsul-Geral do Brasil em território boliviano.
1867	Tratado de La Paz de Ayacucho estabelece linha Madeira-Javari como fronteira comum.
1872	Chile e Bolívia rompem relações diplomáticas. Brasil representa Bolívia em Santiago.
1879	Início da Guerra do Pacífico. O Brasil permanece neutro.
1884	Fim da Guerra do Pacífico contra o Chile. Bolívia perde acesso ao Oceano Pacífico.
1899	Ex-diplomata espanhol Luís Galvez R. Arias proclama a independência do Acre.
1902	Revolução Acreana de Plácido de Castro (60 mil brasileiros opõem-se ao Governo boliviano e ao arrendamento do Acre à companhia norte-americana “Bolivian Syndicate”).
1903	Modus vivendi sobre o Acre é assinado com a Bolívia para cessação das hostilidades. Tratado de Petrópolis. Acre é incorporado ao Brasil, que paga indenização de 2 milhões de libras à Bolívia e se compromete a construir a ferrovia Madeira-Mamoré.
1912	Inauguração da ferrovia Madeira-Mamoré.
1958	Acordos de Roboré (exploração de petróleo, obras ferroviárias e cooperação econômica).



1969	Tratado da Bacia do Prata (Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai).
1973	Acordo para construir gasoduto entre Santa Cruz de la Sierra e a refinaria de Paulínia (SP).
1984	Visita do Presidente Figueiredo a Santa Cruz: primeira viagem de um Presidente brasileiro à Bolívia.
1992	Acordo de Compra de Gás Natural Boliviano. Construção de gasoduto de 3 mil km.
1996	Área de Livre Comércio entre o MERCOSUL e Bolívia. Acordo para Isenção de Impostos para Implementação do Gasoduto Brasil-Bolívia.
1999	Início do funcionamento do gasoduto GASBOL.
2005	Aprovação de nova lei boliviana para a nacionalização dos hidrocarbonetos por meio de referendo popular.
2006	Efetivação, em 1º de maio, da nacionalização dos hidrocarbonetos. Início das negociações com Petrobras sobre nacionalização dos seus ativos (maio). Adesão da Bolívia à Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA).
2007	Petrobras anuncia novos investimentos na Bolívia. Firmam-se acordos de cooperação e de financiamento para a Bolívia (dezembro).
2008	Convite do Governo boliviano ao Brasil para integrar “Grupo de Países Amigos da Bolívia”, com vistas a promover a facilitação do diálogo entre Governo e oposição (março). Viagem do Ministro Celso Amorim a La Paz e Santa Cruz de la Sierra, em que manteve contatos com o Presidente Morales, o Vice-Presidente Linera e o Ministro de Negócios Estrangeiros Choquehuanca (abril).
2009	Inauguração de dois trechos do futuro Corredor Interoceânico Brasil-Bolívia-Chile. (janeiro). Reunião de Alto Nível sobre os Projetos Hidroelétricos do Rio Madeira, em Brasília (março).
2015	Assinatura do Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao MERCOSUL (julho).
2016	Visita do Presidente Evo Morales a Brasília (fevereiro).
2017	Visita do Ministro de Governo da Bolívia, Carlos Romero Bonifaz (maio). Visita do Ministro Fernando Huanacuni a Brasília (outubro). Visita do Presidente Evo Morales a Brasília (dezembro).



2018	Visita do Ministro Aloysio Nunes Ferreira a La Paz (agosto).
2019	Visita do Presidente Evo Morales a Brasília, por ocasião da cerimônia de posse do Presidente Jair Bolsonaro (1º de janeiro). Encontro entre o Ministro Ernesto Araújo e a Chanceler Karen Longaric à margem da 55ª Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados e da 55ª Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, em Bento Gonçalves (dezembro). Visita a Brasília do Ministro de Hidrocarbonetos, Victor Hugo Zamora (dezembro).
2020	Visita do Ministro da Defesa, Luis Fernando López, a São Paulo e Manaus (janeiro).





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 55, DE 2021

(nº 568/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora VIVIAN LOSS SANMARTIN, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Namíbia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)



MENSAGEM N° 568

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **VIVIAN LOSS SANMARTIN**, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Namíbia.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **VIVIAN LOSS SANMARTIN** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 3 de novembro de 2021.



EM nº 00210/2021 MRE

Brasília, 21 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **VIVIAN LOSS SANMARTIN**, ministra de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na Namíbia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **VIVIAN LOSS SANMARTIN** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



00001.008258/2021-87



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 901/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 04 de novembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora VIVIAN LOSS SANMARTIN, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Namíbia.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 04/11/2021, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2985575** e o código CRC **BA82E6B3** no site:





https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.008258/2021-87

SEI nº 2985575

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE VIVIAN LOSS SANMARTIN**

CPF.: 635.254.020-15

1965 Filha de Zeniro José Sanmartin e Maria Edi Loss Sanmartin. Nasce em Porto Alegre - RS, em 12 de maio.

Dados Acadêmicos:

1990 Letras pela Pontífica Universidade Católica / RS, 1990.

1993 CPCD IRBr, 1993

2003 CAD IRBr, 2003

2009 Curso de Altos Estudos (CAE), IRBr. Tese: "A terceira nacionalização do setor de hidrocarbonetos na Bolívia: repercussões sobre a integração gasífera no Cone Sul e a atuação diplomática brasileira na região".

Cargos:

1994 Terceira-secretária

1999 Segunda-secretária

2004 Primeira-secretária, por merecimento

2007 Conselheira, por merecimento

2010 Ministra de segunda classe, por merecimento

Funções:

1994-97 Divisão do Meio Ambiente, assistente

1997-99 Embaixada em Moscou, terceira e segunda-secretária. Chefe dos setores cultural e de imprensa.

1999-2003 Missão junto à CEE, Bruxelas, segunda-secretária. Responsável pelos setores de política interna e externa da UE; responsável pela coordenação das relações ALC-UE.

2003-06 Embaixada em Assunção, segunda e primeira-secretária. Chefe de Gabinete do embaixador; chefe do setor econômico e de Mercosul.

2006 Departamento de Integração, assessora

2007-08 Divisão de Recursos Energéticos Não-Renováveis, chefe

2008-12 Embaixada em Buenos Aires, conselheira. Chefe do setor de energia; chefe do SECOM.

2012-18 Embaixada do Brasil em Viena, ministra-conselheira. Chefe da Chancelaria. Responsável pela coordenação dos setores de administração, de política interna e externa; cultural e de educação; de imprensa; consular; SECOM e dos temas multilaterais acompanhados pelo posto junto aos escritórios das Nações Unidas com sede em Viena (UNODC, UNOOSA, UNCITRAL) e à Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO); bem como junto à Academia Internacional Anticorrupção (IACA) e à organização Energia Sustentável para Todos (SEforAll)

2018- Embaixada em laundê (cumulativa com o Chade), junho de 2018. Chefe do posto.

Condecorações

Ordem de Rio Branco, Grande Oficial

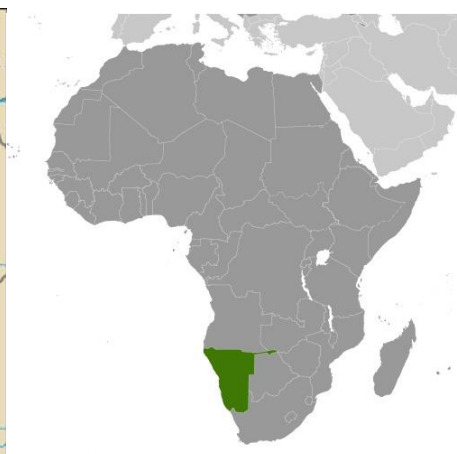
JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS

Chefe da Divisão do Pessoal



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Maço Básico

NAMÍBIA



OSTENSIVO

Divisão de África II – DAF II



Setembro de 2021

Sumário

PERFIS BIOGRÁFICOS 3

APRESENTAÇÃO..... 5

RELAÇÕES BILATERAIS 5

POLÍTICA INTERNA 13

ECONOMIA..... 14

POLÍTICA EXTERNA 15

MAPA DA NAMÍBIA 21

DADOS ECONÔMICOS-COMERCIAIS 24



PERFIS BIOGRÁFICOS**HAGE GEINGOB**
Presidente da República

Nascido em 3 de agosto de 1941, Hage Geingob iniciou sua militância ainda jovem. Aos vinte anos, teve de se exilar no Botsuana, onde foi nomeado, em 1963, representante da *South West Africa People's Organization* (SWAPO) – atualmente partido político e antes movimento pró-independência. Em 1964, migrou para os Estados Unidos, onde concluiu a educação superior e obteve título de mestre em Relações Internacionais pela *New School University*, em Nova York. Também em 1964, foi escolhido representante da SWAPO junto às Nações Unidas, posto no qual permaneceu até 1971. Em 1972, foi nomeado oficial de assuntos políticos junto ao Secretariado das Nações Unidas, e em 1975, diretor do Instituto da ONU para a Namíbia. Em 1989, voltou à Namíbia – após 27 anos – para chefiar a campanha da SWAPO nas primeiras eleições independentes do país. No mesmo ano, foi eleito *chairman* da Assembleia Constituinte responsável pela redação da Constituição. Em 1990, tornou-se primeiro-ministro, cargo para o qual foi reeleito em 1995. Em 2002, deixou o cargo e, no ano seguinte, assumiu o secretariado executivo do fórum intergovernamental *Global Coalition for Africa*, baseado em Washington. Em 2007, foi eleito vice-presidente da SWAPO e indicado para o Ministério da Indústria e Comércio. Em 2012, foi reeleito para a vice-presidência do partido e novamente nomeado primeiro-ministro, credenciando-se para a sucessão do presidente Hifikepunye Pohamba nas eleições de 2014. Em novembro de 2014, foi eleito presidente da Namíbia com 86,7% dos votos, maior votação da história do país, sendo reconduzido ao cargo em novembro de 2019, com margem de votos sensivelmente menor, 56,3%.

SAARA KUUNGONGELWA-AMADHILA

Primeira-Ministra

Nascida em 12 de outubro de 1967, na província de Omusati, Saara Kuugongelwa-Amadhila é membro da SWAPO desde 1980. No âmbito de sua militância pela independência da Namíbia, exilou-se em Serra Leoa em 1982, com apenas quinze anos. Graduiu-se em economia pela *Lincoln University* (Pensilvânia, Estados Unidos), em 1994. É membro da Assembleia Nacional da Namíbia desde 1995, ano em que foi designada diretora-geral da Comissão Nacional de Planejamento (órgão ligado à Presidência). Em 2003, foi indicada para o cargo de ministra das Finanças, no qual permaneceu até 2015. Com a eleição de Hage Geingob para a Presidência, foi convidada a ocupar o cargo de primeira-ministra da Namíbia.

NETUMBO NANDI-NDAITWAH
Ministra de Relações Internacionais e Cooperação

Nascida em 1952, a Chanceler Nandi-Ndaitwah ingressou no SWAPO aos 14 anos de idade. Ativa na luta anti-*apartheid* e em favor da independência da Namíbia, exilou-se na Zâmbia (1974-1980) e na Tanzânia (1980-1986). Chefiou o Escritório de Representação da SWAPO em Lusaca. Realizou estudos de pós-graduação em Administração Pública e Gestão, pela Faculdade de Tecnologia de Glasgow (1987). Concluiu mestrado em Estudos Diplomáticos e em Relações Internacionais na Keele University (1989), também no Reino Unido. Assumiu o ministério de Relações Internacionais e Cooperação (MIRCO) em fins de 2012.

MPBAPEUA MUVANGA
Embaixador da Namíbia no***Brasil***

Formado em sensoriamento remoto e uso do solo, com pós-graduação em administração. Exerceu as funções de vice-diretor no então Ministério de Terras, Reassentamento e Reabilitação (1990-2005). Na chancelaria namibiana, foi subchefe (2005-2006) e chefe do Protocolo (2006-2014). Foi Alto Comissário da Namíbia em Gaborone (2015-2019). Também exerce atividade privada, como fazendeiro. O embaixador Mbapeua Muvangua é casado com Dina Muvangua, tendo oito filhos.

APRESENTAÇÃO

A República da Namíbia, com área superior a 800 mil km² e população de cerca de 2,5 milhões de habitantes, localiza-se na porção sudoeste do continente africano, banhada pelo Oceano Atlântico. Possui fronteiras terrestres com a África do Sul, ao sul; com o Botsuana, a leste; com Angola, ao norte; e, no extremo nordeste do país, nos limites da região do Zambeze (outrora conhecida como “Faixa de Caprivi”), com a Zâmbia. A cerca de 200 metros da fronteira namibiana com a Zâmbia está o Zimbábue, com o qual oficialmente a Namíbia não possui fronteiras.

A maior parte do território namibiano tornou-se um protetorado do Império Alemão em 1884, tendo permanecido como colônia germânica até o fim da Primeira Guerra Mundial. Em 1920, a Liga das Nações transferiu sua administração para a África do Sul, que impôs suas leis ao novo território, inclusive a política de *apartheid*, em vigor desde 1948. Em 1973, em meio ao processo de descolonização no continente africano, a ONU reconheceu a SWAPO como representante oficial do povo namibiano. Após longa luta contra o governo sul-africano, em 21/03/1990, a Namíbia teve reconhecida sua independência (a cidade portuária de Walvis Bay, no entanto, permaneceu sob controle sul-africano até 1994).

RELAÇÕES BILATERAIS

O governo brasileiro estabeleceu contatos com a SWAPO desde a década anterior à independência da Namíbia (21/03/1990). Sam Nujoma, principal liderança da SWAPO, realizou visita ao Brasil em março de 1987. Dois anos depois, o Brasil abriu Escritório de Observação em Windhoek. No âmbito da ONU, o Brasil apoiou o processo negociador que levou à independência do país.



As relações bilaterais iniciaram-se formalmente ainda em 1990, com a criação da embaixada brasileira na Namíbia, e, em 1991, com a visita oficial do então presidente Fernando Collor de Mello a Windhoek. Ao longo da década de 1990, as relações bilaterais adensaram-se com a assinatura do Acordo de Cooperação Naval, em 1994, e do Acordo Básico de Cooperação Técnica, em março de 1995.

A década de 2000 representou momento de fortalecimento da relação bilateral. Em 2001, com a assinatura de novo Acordo de Cooperação Técnica, renovou-se o principal instrumento de cooperação entre os dois países. Entre 2003 e 2004, houve duas visitas presidenciais recíprocas e a ida à Namíbia do então chanceler brasileiro.

Logo após sua eleição, em 2004, o presidente Hifikepunye Pohamba afirmou esperar que o relacionamento com o Brasil fosse aprofundado não só em nível político, mas também – e principalmente – no âmbito econômico-comercial. Em março de 2005, o vice-presidente José Alencar visitou a Namíbia por ocasião da posse de Pohamba. Em setembro de 2008, o ministro das Relações Exteriores namibiano, Marco Hausiku, assinou, no Brasil, Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas. No ano seguinte, o presidente Pohamba visitou novamente o Brasil.

Em 2011 e 2012, os então chanceleres de Brasil e Namíbia visitaram-se reciprocamente. Entre os temas abordados, destacaram-se a cooperação naval e o apoio brasileiro ao levantamento da plataforma continental namibiana, bem como a expectativa de que a presença brasileira no país pudesse ser estendida a setores como mineração, beneficiamento de diamantes e modernização do porto de Walvis Bay. A última visita do ministro da Defesa do Brasil à Namíbia ocorreu em 2013, e a última visita de chanceler brasileiro àquele país teve lugar em maio de 2017, oportunidade em que foram tratados temas de cooperação naval e nas áreas de saúde, agricultura e investimentos.

Em 03/11/2020, realizou-se reunião virtual de consultas políticas. A delegação brasileira foi chefiada pelo Senhor SOMEA, e a delegação namibiana, pela Diretora do Departamento de Relações Bilaterais do Ministério de Relações Internacionais e Cooperação (MIRCO), embaixadora Sabine Bölke-Möller. O encontro permitiu que se elencassem inúmeras áreas de conexão no bojo da parceria bilateral, entre as quais se destacaram a escolha de pontos focais para discutir parcerias entre academias diplomáticas e a cooperação em segurança e defesa – a partir da revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE DEFESA

A cooperação em matéria de defesa, e em especial a cooperação naval, constitui tema de grande importância nas relações entre o Brasil e a Namíbia. Em 2009, foi assinado o Acordo de Cooperação em Defesa, que entrou em vigor internacional em agosto de 2011 e serve de base para as relações bilaterais na matéria.

Cooperação naval

A cooperação naval é o principal motor da cooperação bilateral em matéria de defesa. Foi iniciada em 1994, quando da devolução do porto de Walvis Bay à Namíbia pela África do Sul, tendo sido a fragata brasileira "Niterói" o primeiro navio a atracar sob a jurisdição namibiana.



Naquele ano, foi firmado Acordo de Cooperação Naval a fim de prestar apoio à criação e formação da Ala Naval da Força de Defesa da Namíbia; assistência na organização do Serviço de Patrulha Naval; aquisição de meios; e assistência ao desenvolvimento de infraestrutura e suporte logístico à Ala Naval. Este acordo foi revisado em 2001, para, por exemplo, fornecimento de uniformes; construção de meios navais; assessoria técnica para construção da nova Base Naval de Walvis Bay, entre outros.

O Brasil tem exercido importante papel na formação de militares da Marinha da Namíbia, com diversas atividades de intercâmbio e treinamento militar, em territórios brasileiro e namibiano, como: cursos de formação de marinheiros na Base de Walvis Bay; em curso de formação de fuzileiros navais; cursos de especialização em infantaria, para fuzileiros navais, entre outros.

As ações decorrentes do referido acordo permitiram a criação da Marinha da Namíbia, em 2004, e do Corpo de Fuzileiros Navais, em 2016, com a formação de mais de mil militares namibianos, entre oficiais e praças, a partir da realização de cursos no Brasil e na Namíbia e o estabelecimento da Missão de Assessoria Naval e do Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais, em Walvis Bay, para assessoria ao Adestramento, Manutenção e Ensino nos âmbitos da Armada e do Corpo de Fuzileiros Navais. Durante sua missão, o Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais já formou a quase totalidade da força namibiana, num total de 673 soldados, 194 cabos (com previsão de mais 49, em 2021) e 15 sargentos.

A profundidade da presença brasileira pode ser constatada pelo fato de que todos os postos de comando das forças navais da Namíbia são atualmente ocupados por oficiais treinados no Brasil, o que faz do português língua amplamente disseminada naquela força. Na maioria dos atos solenes a cargo da Marinha do Brasil e de que participam oficiais da Marinha namibiana, o português é a língua de trabalho.

No início de 2020, após dois anos consecutivos sem apresentar candidatos, a Marinha da Namíbia indicou três militares para o Curso de Graduação na Escola Naval (CGEN), voltado para a formação de oficiais, com duração de cinco anos.

Ainda no âmbito da cooperação naval, o Brasil ajudou na coleta de dados da plataforma continental da Namíbia e na elaboração do Relatório de Submissão às Nações Unidas apresentado por aquele país, em 2009, à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC).

Em 2004, o Brasil doou à Marinha da Namíbia a corveta "Purus", rebatizada "NS Lt-Gen Dimo Hammambo", e forneceu apoio logístico, assistência técnica e treinamento a toda a tripulação. No mesmo ano, foi assinado acordo para o fornecimento de um navio-patrulha de 200 toneladas e duas lanchas-patrulha, o que resultou na entrega oficial à Marinha da Namíbia, em 2009, do navio patrulha "Brendan Sinbwaye", da classe Grajaú, construído pela Indústria Naval do Ceará (INACE), e de duas lanchas de patrulha da classe Marlim.

Cooperação em matéria de forças terrestres

Em 2013, após a 1ª Reunião Bilateral de Defesa, ocorrida em Windhoek, ficou estabelecida a Cooperação Militar entre os Exércitos do Brasil (EB) e da Namíbia. A partir do ano seguinte, oficiais do Exército brasileiro passaram a ministrar aulas de português aos militares namibianos, com vistas a possibilitar-lhes seguir curso de



treinamento no Brasil. A partir de 2015, oficiais e praças do Exército da Namíbia começaram a cursar os institutos de treinamento militar no Brasil, nos seguintes centros de ensino: Escola de Comando do Estado-Maior do Exército, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Academia Militar Agulhas Negras, Escola de Sargentos das Armas e Escola de Aperfeiçoamento de Sargento das Armas, entre outros.

Em 2020, o "VII Curso Internacional de Língua Portuguesa para Militares das Forças Armadas da Namíbia", com duração de dez meses, conduzido por instrutores do Exército Brasileiro, teve quinze alunos inscritos, entre oficiais e praças, para a preparação de candidatos a diversos outros programas de treinamento a serem ministrados no Brasil.

Ainda no plano da defesa, recorda-se, também, acordo de cooperação celebrado em 2009 entre os Ministérios da Defesa do Brasil e da Namíbia, por meio do qual se pretende (i) promover a cooperação no domínio da defesa, nas áreas da pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos, sistemas e serviços de defesa; (ii) partilhar conhecimentos e experiências adquiridos no campo de operações, na utilização de equipamentos militares de origem nacional e estrangeira, bem como no cumprimento de operações internacionais de manutenção da paz; (iii) partilhar experiências na área de ciência e tecnologia; (iv) promover ações conjuntas de instrução e treinamento militar, exercícios militares conjuntos, bem como a correspondente troca de informações; (v) colaborar em assuntos relacionados a sistemas, softwares e equipamentos militares; e (vi) cooperar em outras áreas do domínio da defesa que possam ser de interesse dos dois países.

É inegável o aspecto central que a pauta de defesa, sobretudo naval, assume nas relações do Brasil com a Namíbia. Seu alcance de longo prazo e sua especificidade temática permitiram que dela se cristalizasse espaço privilegiado de rotinas e de contatos de alto nível, a ponto de gerar os desejáveis resultados concretos.

Cooperação policial

Em março de 2019, o embaixador em Windhoek reuniu-se com o inspetor-geral de Força Policial da Namíbia (NPF), Sebastian H. Ndeitunga, com quem discutiu a possibilidade de explorar eventual cooperação bilateral em âmbito policial. A reunião teve como pano de fundo sinalização da ministra de Relações Internacionais e de Cooperação (MIRCO), Netumbo Nandi-Ndaitwah, quanto ao aprofundamento de discussões sobre o tema.

Ndeitunga transmitiu a expectativa de que a robustez da cooperação naval entre os países – em suas palavras: "*solidified in terms of capacity-building*" – se dissemine para o campo policial, para o que indicou, como passo necessário, a assinatura de Memorando de Entendimento. Apontou a conveniência de que eventual MdE a ser negociado privilegie itens como treinamento e troca de informações. Sugeriu fossem estabelecidas, ainda, metas de curto, médio e longo prazo.

Como resultado desses entendimentos, entre 19/08 e 30/08/2019, policiais namibianos participaram do 23º Ciclo do Programa Internacional de Cooperação Policial – INTERCOPS, oferecido pela Polícia Federal e realizado no Aeroporto de Guarulhos. Na oportunidade, dois policiais namibianos puderam acompanhar aulas



teóricas e práticas, ministradas em língua inglesa, com o objetivo de apresentar as práticas operacionais da Polícia Federal no campo da investigação criminal em aeroportos internacionais, discutir desafios comuns na repressão do crime naquele ambiente e trocar experiências e metodologias de trabalho entre os participantes sobre a repressão ao tráfico internacional de drogas.

Mulheres, paz e segurança

Em outubro de 2019, a Embaixada do Brasil em Windhoek foi consultada sobre a possibilidade de que fossem recebidas mulheres da NPF para treinamento no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), no âmbito da agenda de Mulheres, Paz e Segurança do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Consultado, o Ministério da Defesa informou que haveria possibilidade de realização de estágio específico no Brasil, “desde que os custos de passagens aéreas possam ser arcados por aquele país ou por outra fonte”.

Em junho de 2019, a Namíbia lançou seu segundo “*National Action Plan on Women, Peace and Security*” (NAP). Na ocasião, a ministra das Relações Internacionais e Cooperação, Netumbo Nandi-Ndaitwah, realizou intervenção em que recordou seu papel na coordenação das negociações que levaram à aprovação da Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Comprometeu-se a envidar esforços, no âmbito do NAP, para ampliar o percentual de mulheres na corporação militar, atualmente 23%.

Em 01/09/2021, na reunião de despedida do Embaixador José Augusto Andrade da chefia da Embaixada em Windhoek com a chanceler namibiana, Nandi-Ndaitwah, foi feita referência ao estabelecimento, em Windhoek, em 31 de outubro de 2020, do Centro Internacional das Mulheres pela Paz, para o qual o lado namibiano desejaria contar com apoio internacional, oportunidade de cooperação com o Brasil.

COMÉRCIO BILATERAL

A pauta econômico-comercial entre o Brasil e a Namíbia mostra oscilações abruptas no volume anual de trocas. No rol de particularidades, deve-se considerar, ainda, o peso relativo da África do Sul sobre o perfil de circulação de mercadorias na União Aduaneira da África Austral (SACU), tendente a mascarar, para baixo, a participação efetiva dos produtos provenientes do Brasil na economia namibiana.

O retrospecto analítico do comércio bilateral registra períodos em que bens de capital ou industriais de alto valor agregado foram negociados. Em razão do reduzido fluxo de negócios, as aquisições esporádicas de itens como locomotivas, tratores, maquinários ou outros implementos para uso agrícola tendem a elevar, substantivamente, ainda que com incidência pontual, a curva estatística em determinado ano.

O intercâmbio entre os países revela a existência de saldo comercial constante em favor do Brasil – ao menos até 2019 e sem que se considere o impacto de variáveis exógenas. Tal tendência parece explicar-se, de um lado, pela reduzida diversificação na pauta de exportações namibiana e, de outro, pela orientação dos principais exportadores



à Europa e à China, compradores preferenciais de minérios – sobretudo cobre, diamantes, urânio, zinco e chumbo –, carne bovina e pescados.

Em 2019, a corrente de comércio bilateral foi de US\$ 9 milhões, com aumento de 34,3% em relação a 2018.

Em 2020, a corrente de comércio bilateral somou US\$ 18 milhões (aumento de 97,1% em relação ao período anterior). Nesse período, o Brasil importou US\$ 11 milhões e exportou US\$ 6 milhões, com saldo negativo para o lado brasileiro de US\$ 5 milhões. Tais dados representam movimento incomum, em especial do lado das importações. Explica-os, muito provavelmente, o contexto de impedimentos, por conta da pandemia de COVID-19, para a exportação de produtos aos mercados mais consolidados na pauta namibiana e para a produção de bens localmente.

A lista dos dez principais produtos exportados pelo Brasil em 2020 compõe-se de: i) carnes e miudezas; ii) máquinas mecânicas; iii) vestuário e acessórios, exceto malha; iv) cereais; v) papel e cartão, obras de pasta de celulose; vi) açúcares e produtos de confeitaria; vii) chapéus e artefatos; viii) produtos cerâmicos; ix) móveis e mobiliário; x) instrumentos de precisão. O Brasil ficou na posição 150 entre os exportadores para a Namíbia.

A pauta de exportações concentrou-se, apesar do declínio relativo, em produtos do agronegócio, sobretudo em carnes de aves e miudezas (54%) e arroz (6,2%). No período, nota-se também aumento de produtos industrializados no rol das exportações: maquinário de uso industrial (12%); roupas (8,1%); equipamentos mecânicos (4,2%); e papel e cartão (3,5%).

As principais importações, por outro lado, constituíram-se, no mesmo período, de: i) minérios, escórias e cinzas; ii) sais, terras, cal e cimento; iii) outros artefatos têxteis; iv) máquinas elétricas; v) máquinas mecânicas; vi) sementes e frutos oleaginosos; vii) obras de ferro fundido; viii) instrumentos de precisão; ix) borracha e suas obras. A Namíbia ficou na posição 91 entre as origens das importações brasileiras. 98% do total das importações foram classificados como “outros minérios e concentrados dos metais de base”.

O cômputo de saldo comercial em 2020 favorável à Namíbia refletiria, em leitura superficial, tração nova no movimento comercial entre os países. A excepcionalidade gráfica não pode, porém, ser desconsiderada, à luz das medidas restritivas oriundas da COVID-19 e do conjunto amplo de medidas que muitos países aplicaram, a título emergencial, para suavizar o ciclo epidêmico.

COOPERAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ACADEMIA DIPLOMÁTICA

Na área de cooperação internacional, o Instituto Rio Branco (IRBr) mantém memorandos de entendimento com cerca de 70 países, cujos objetivos principais traduzem-se, geralmente, na participação de jovens diplomatas estrangeiros em dois semestres do Curso de Formação de Diplomatas (CFD) e no envio de diplomatas brasileiros para estudarem em academias diplomáticas estrangeiras. Até o presente,



cerca de 260 diplomatas estrangeiros, oriundos de 50 países, participaram do curso do Instituto Rio Branco.

Os programas de cooperação internacional são executados com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e da Divisão de África-II (DAF-II), órgãos do Ministério das Relações Exteriores que se encarregam, por exemplo, do custeio das passagens aéreas e das bolsas de estudo dos intercambistas.

Em ocasiões anteriores, as autoridades namibianas manifestaram interesse em enviar diplomatas para cursar do IRBr e na abertura de canais de diálogo sobre formação diplomática para conhecer, em detalhes, como se dá o preparo para o desempenho das atividades profissionais, sua grade curricular e os procedimentos de seleção.

O IRBr está à disposição para cooperar para a instalação de academia diplomática na Namíbia, desde que sejam bem definidas as questões dos objetivos, do financiamento e dos cronogramas a cumprir.

Brasil e Namíbia não possuem memorando de entendimento sobre cooperação entre academias diplomáticas, ou similar. Assinar um instrumento com esse escopo é condição prévia para o desenvolvimento de projetos comuns na área.

O assunto foi tratado na reunião de consultas políticas de novembro de 2020 e reveste-se de importância política doméstica na Namíbia.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

Estudantes namibianos beneficiam-se, desde 2002, da possibilidade de participação no Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G). Atualmente, são dezoito alunos, treze dos quais em Engenharia, quatro em Arquitetura e um em Meteorologia. A maioria deles recebe apoio financeiro do governo namibiano, por intermédio do Ministério dos Transportes e Obras Públicas, para o deslocamento e a manutenção no Brasil.

Desde 2017, contudo, devido ao agravamento das restrições orçamentárias dos órgãos públicos namibianos, foi reduzido o valor do auxílio governamental e suspensa a concessão de novas bolsas. Não sendo o exame para a obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) aplicado na Namíbia, os candidatos namibianos selecionados desfrutam da oportunidade de, previamente ao início do curso escolhido, estudar português no Brasil, durante um ano, a título de preparação para o Celpe-Bras.

TEMAS CONSULARES

Estimativas da comunidade brasileira residente e de passagem na Namíbia apontam para 120 pessoas, entre militares, pequenos empresários, membros de igrejas e brasileiros(as) casados(as) com nacionais do país, de acordo com as matrículas consulares. Cabe notar que geólogos, engenheiros, técnicos e mergulhadores brasileiros trabalham para empresas petrolíferas multinacionais, como Total, Shell e Exxon, em plataformas marítimas de prospecção no litoral. Muitos possuem dupla nacionalidade e são deslocados à Namíbia por períodos limitados.



A eclosão da pandemia da Covid-19, com o fechamento das fronteiras namibianas entre março e setembro de 2020, afetou o fluxo de brasileiros de passagem. Da mesma forma, a restrição da oferta de voos internacionais para a Namíbia contribuiu para a expressiva redução do número de visitantes.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

A cooperação técnica com a Namíbia está amparada pelo Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia, que foi celebrado em 7 de março de 1995. Atualmente, não existem projetos vigentes com o país.

No entanto, a ABC tem ciência de que, segundo informações da Embaixada do Brasil em Windhoek, há áreas de interesse do governo daquele país para a cooperação técnica: agricultura familiar (cultivo de espécies adaptadas a climas áridos, tanto para consumo humano como animal); combate à malária; comercialização local de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar; e treinamento em segurança presidencial para oficiais da Namíbia.

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA E EM SEGURANÇA ALIMENTAR

Em razão do agravamento, em 2019, dos períodos de ausência de chuvas que a Namíbia vinha enfrentando em anos recentes, o governo namibiano viu-se obrigado a decretar estado de calamidade e a lançar pedido de apoio à comunidade internacional, prontamente atendido pelo Brasil, com a doação de US\$ 100 mil, efetuada, a título de ajuda humanitária, por intermédio do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA). O montante foi utilizado, por sugestão do PMA, para a aquisição de 29,84 toneladas cúbicas de alimento-suplementar-pronto-para-uso (RUSF, na sigla em inglês), distribuídas em centros de saúde a crianças em estado de desnutrição grave.

A entrega formal da referida doação foi feita, em 3 de fevereiro de 2020, à primeira-ministra Saara Kuugongelwa-Amadhila, cujo gabinete concentrou as iniciativas governamentais de mitigação dos efeitos da seca. A primeira-ministra foi enfática em seus agradecimentos ao governo brasileiro, tendo mencionado que havia sido surpreendida por número muito maior de solicitantes de apoio governamental do que originalmente previsto.

Uma segunda contribuição brasileira foi aplicada, entre outras, em iniciativa de trabalhadores para a manutenção de horta destinada à preparação de sopa a ser distribuída a crianças, mães, mulheres gestantes e puérperas, com vistas à melhoria de seu nível nutricional, inserida no conceito maior de estímulo à produção local de alimentos em instituições de saúde e ensino, com potencial efeito disseminador junto a famílias e pequenos produtores regionais, e agrupada pelo PMA em "projetos integrados para melhoria da disponibilidade e do acesso a dietas nutritivas". A chanceler Netumbo Nandi-Ndaitwah agradeceu reiteradas vezes ao Brasil seu engajamento na promoção da segurança alimentar na Namíbia.

De modo a atender às necessidades nutricionais diárias dos estudantes namibianos, representantes do governo da Namíbia transmitiram a expectativa de conhecer a experiência brasileira de aprimoramento da merenda escolar, a partir de



estímulos à agricultura de pequena escala da região das escolas para a produção e o fornecimento de legumes e frutas frescas para consumo dos alunos.

Em almoço com o embaixador em Windhoek, o novo representante do PMA na Namíbia, George Fedha, mencionou o interesse da chanceler Netumbo Nandi-Ndaitwah em conhecer projeto-piloto, nos moldes do modelo brasileiro, estabelecido pelo PMA no país. Aventou-se, na ocasião, a possibilidade de que venham a ser abertas discussões para eventual cooperação trilateral nessa área.

Interlocutores namibianos fizeram, ainda, referência, em diferentes oportunidades, sobre a possibilidade de cooperação com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). A existência de centro de pesquisa da Embrapa relacionado especificamente ao desenvolvimento de espécies, tanto para consumo humano como animal, adaptadas ao clima semiárido – a "Embrapa Semiárido", situada em Petrolina, Pernambuco –, despertou particular interesse do governo namibiano.

POLÍTICA INTERNA

INSTITUIÇÕES

Desde que se tornou independente da África do Sul, em 1990, a Namíbia constituiu-se como uma república semipresidencialista democrática, fundada no Estado de Direito. Reconhece-se o pluripartidarismo, e eleições diretas presidenciais, parlamentares e provinciais são realizadas regularmente a cada cinco anos. O Poder Legislativo é bicameral, dividido em Assembleia Nacional (câmara baixa, com 72 representantes) e Conselho Nacional (câmara alta, com 26 representantes). O Poder Judiciário opera com independência e o Ministério Público exerce efetivo e permanente controle sobre as ações de governo e sobre as finanças públicas. A Comissão Anticorrupção tem atuado para preservar um ambiente de respeito ao bem público e favorece a formação de um bom clima de negócios.

A Namíbia destaca-se entre os principais investidores africanos na área social. Cerca de 30% do orçamento é destinado à área social, especialmente educação e saúde.

DESDOBRAMENTOS RECENTES

Em 30/11/2019, o presidente Hage Geinbgob foi reeleito, com 56,3% dos votos válidos. O partido Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO, na sigla em inglês) manteve maioria na Assembleia Nacional, ao conquistar 536.861 votos (65,5%), sem o privilégio, porém, do domínio de 2/3 de que usufruiu desde a independência, há trinta anos. Dos 1.358.468 eleitores registrados, 826.198 (60,8%) exerceram o direito de escolher seus representantes – percentual alto, à luz do voto facultativo garantido na legislação local.

Apesar da vitória, os números destoam do êxito absoluto que o partido dirigente obtivera em eleições anteriores. Jamais o chefe do Executivo havia sido eleito com menos de 75% dos votos (92,4% em 2014; 75,2% em 2009; 76,4% em 2004; 76,8% em 1999; e 76,3% em 1994). É também inédito o percentual de votação que o SWAPO colheu para a Assembleia Nacional (havia sido de 85,1% em 2014; 74,2% em 2009; 75,8 em 2004; 76,1% em 2004; 76,1% em 1999; e 73,8% em 1994), o que significou, pela primeira vez, a perda da maioria qualificada.



Trata-se de cenário político novo, talvez impulsionado por questões sociais.

Deve-se notar, também, a ascensão de Panduleni Itula no espectro político. O dissidente do SWAPO – dentista de profissão – foi a escolha de 242.657 namibianos (29,4%) no último pleito, havendo capitaneado candidatura independente e longe dos espaços tradicionais da mídia. Mesmo em contexto de adversidades várias, Itula sagrou-se vitorioso no departamento de Khomas, onde se encontra a capital, e no do Erongo, com 50% e 48% dos votos, respectivamente (o atual mandatário alcançou 35% em ambas as regiões). Venceu, portanto, em Windhoek, maior colégio eleitoral do país, e nas cidades litorâneas de Swakopmund e Walvis Bay, as quais reúnem, nessa ordem, o terceiro e o quarto maior número de eleitores.

As eleições distritais, 25 de novembro de 2020, também puseram em xeque a predominância do SWAPO, apesar da vitória do partido na maioria dos municípios. Na votação para os conselhos regionais, o SWAPO contabilizou 292.772 votos, correspondentes a 56,7% dos que participaram do sufrágio. Os números situam-se em patamares bem inferiores aos percentuais obtidos nas eleições de 2015 e de 2010, quando o partido alcançara, respectivamente, 83% e 78% das preferências. Os partidos opositores passaram a constituir a força representativa dominante nos departamentos do Erongo (*Independent Patriots for Change*); de Hardap (*Landless People's Movement*); de Kharas (*Landless People's Movement*); e do Kunene (*Popular Democratic Movement*).

ECONOMIA

No plano econômico, o triênio 2019-2021 trouxe muitas adversidades. A pandemia de Covid-19 solapou os fundamentos socioeconômicos de um país que iniciou 2020 já fragilizado pelos efeitos da seca de extremas proporções no decorrer de 2019, e pelo insistente ciclo recessivo, ininterrupto desde meados de 2015. Nessas condições, os motores geradores de renda tradicionais, ao longo de toda a cadeia produtiva, foram submetidos a choque adicional, com grave impacto no índice de desemprego, que ultrapassou 40% na população ativa, devendo chegar a 50% entre os jovens em 2021.

Estimativas oficiais apontam que, ao fim do exercício financeiro de 2020, a produção de bens e serviços no país retroagiu a patamares de 2013. Considerando o cenário mais otimista, espera-se que o montante produzido pelo país em 2015 seja retomado somente em 2024. Sob intensa desmobilização do parque produtivo, por conta das medidas para contenção da Covid-19, o Ministério das Finanças namibiano publicou relatório atualizado – de agosto de 2021 – sobre o declínio do PIB em 2020, que atingiu 8,5%. As perspectivas para 2021 pouco trazem de alvissareiro.

Comércio exterior da Namíbia

De acordo com os dados mais atuais da Agência de Estatísticas da Namíbia (NSA, na sigla em inglês), a corrente de comércio na Namíbia movimentou NAD 197 bilhões (USD 12,7 bilhões) em 2020, cifra 3,7% inferior ao valor registrado em 2019. Daquele montante, NAD 88,7 bilhões (USD 5,7 bilhões) resultaram das exportações e NAD 108,3 bilhões (USD 6,9 bilhões), das importações. Estruturalmente, os números



comprovam padrão deficitário. Em 2020, observou-se déficit de NAD 19,6 bilhões (USD 1,2 bilhão), pouco abaixo dos NAD 20 bilhões (USD 1,3 bilhão) registrados em 2019. A participação da África do Sul no comércio namibiano é significativa. Do lado das importações, os artigos sul-africanos, na primeira colocação, representaram 38,1% do total importado pela Namíbia em 2020.

Políticos, estudiosos e agentes econômicos locais acalentam o desejo de que a Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA), em vigor desde 1º de janeiro de 2021, possa oferecer, a um só tempo, maior amplitude nas opções comerciais do país e maior densidade nas redes logísticas de comércio a partir do porto namibiano de Walvis Bay.

POLÍTICA EXTERNA

LINHAS GERAIS

Desde a independência, a política externa namibiana tem sido marcada por uma participação construtiva do país em fóruns multilaterais, como as Nações Unidas, a União Africana, a União Aduaneira da África Austral (SACU), a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e o Movimento Não-Alinhado.

Premissa no mapa estratégico da chancelaria namibiana, o multilateralismo tem no contexto regional um de seus principais pilares. Conforme terminologia elaborada pelo ex-presidente Hifikepunye Pohamba, haveria seis círculos concêntricos dentro dos quais a Namíbia busca movimentar-se no plano externo, quais sejam as Nações Unidas, a União Africana, a Commonwealth, a SADC, a SACU e, recentemente, a Zona de Livre Comércio Africana (AfCFTA, na sigla em inglês). No entorno regional, o país parece encontrar sua expressão nacional na construção de consensos, sobretudo nos foros de discussão da SADC.

O governo namibiano também tem mantido relações estreitas com países que o ajudaram materialmente durante as lutas pela independência, como Cuba, China e Rússia.

Ressalte-se a preocupação do governo com a formação e atualização dos quadros diplomáticos. Os namibianos orgulham-se da experiência negociadora internacional acumulada pelos seus líderes ao longo da luta pela emancipação política do país. Anualmente, os chefes de missão diplomática são chamados à capital, a fim de atualizarem-se acerca dos principais projetos e programas nacionais.

Em seu discurso na 75ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em 23/09/2020, o presidente Hage Geingob não escapou da linha mestra de continuidade histórica da política externa da Namíbia. O multilateralismo ascendeu, uma vez mais, ao estatuto de premissa conceitual, a partir do que se iluminam os caminhos de atuação do país no contexto externo.

A chanceler Netumbo Nandi-Ndaitwah goza de reconhecida reputação na ONU, por ter ela capitaneado, como mencionado, a edição da resolução 1325 do Conselho de Segurança – *"Women, Peace and Security"*, aprovada em 31/10/2000 –, à época sob a presidência da Namíbia. A Namíbia distingue-se de muitos países por terem as suas



principais lideranças políticas vivência no sistema onusiano, por valorizarem as práticas e iniciativas multilaterais e por prestigiarem a atuação em foros regionais.

Entre as linhas conceituais desenvolvidas ou acolhidas pela Namíbia em âmbito regional se destacam, dentre outros temas, em elenco não exaustivo:

- o respeito às normas internacionais e a primazia às iniciativas multilaterais;
- a noção de "solidariedade africana" e a promoção de união continental;
- a busca de soluções negociadas para impasses ou conflitos regionais;
- a imanência dos ideais de paz e de segurança, como pressupostos necessários ao crescimento e ao desenvolvimento;
- a valorização das "credenciais democráticas";
- o não-alinhamento, assim como – para país que se libertou há poucas décadas da ocupação externa – a filiação ideológica aos principais países que o ajudaram nesse combate e a promoção da autodeterminação dos povos;
- o favorecimento da institucionalização nos foros de concertação política;
- o apoio às iniciativas de integração comercial, com expectativa de ganhos de escala da produção nacional com o aprimoramento das trocas no mercado internacional;
- o patrocínio e respaldo às discussões para aperfeiçoamento da matriz energética;
- a priorização de ações voltadas à segurança alimentar, à garantia de recursos hídricos e à mudança do clima; e
- o reconhecimento da temática de gênero, com ênfase no empoderamento feminino e na perspectiva de equidade.

ÁFRICA

A Namíbia é tradicional defensora da união continental. O governo reconhece o apoio da Organização da Unidade Africana (OUA), predecessora da União Africana (UA), na luta pela independência do país. Como entusiasta da integração regional, o país tem tido papel de destaque na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), cuja presidência rotativa exerceu nos biênios de 2010-2011 e 2018-2019, e na União Aduaneira da África Austral (SACU). Em julho de 2018, a Namíbia firmou o Acordo Continental Africano de Livre Comércio (AfCFTA), ratificado em 31/01/2019.

Com efeito, a UA é considerada eixo formador da diplomacia namibiana, que, em seu seio, tem concentrado sua atuação no apoio à integração econômica, por meio



do AfCTA, e na implementação de políticas de desenvolvimento e erradicação à pobreza, como a Agenda 2063.

Em junho de 2016, a Namíbia assinou - conjuntamente com Botsuana, Lesoto, Moçambique, África do Sul e eSwatini, todos membros da SADC, Acordo de Parceria Econômica (APE) que lhe permite livre acesso ao mercado da União Europeia.

A Namíbia entende que se devem buscar soluções africanas para problemas africanos. Ancorado neste princípio, o governo condenou a intervenção na Líbia e considera que a decisão teve efeito direto sobre os desdobramentos no Mali. Opõe-se energicamente a toda tentativa de mudança de governo pela força e de alteração das fronteiras reconhecidas pela União Africana. A Namíbia é também defensora histórica da independência da autodenominada República Árabe Saaraui Democrática (RASD), tendo recebido, no fim de maio de 2018, com honras de Chefe de Estado, o senhor Brahim Gali, líder saaraui, em visita a Windhoek.

ZIMBÁBUE

Em seu discurso na 75ª AGNU, o presidente namibiano denunciou as sanções econômicas que continuam a ser aplicadas sobre o Zimbábue, pontuando que, entre outros impeditivos, aquelas medidas têm obstaculizado o enfrentamento satisfatório da pandemia no "país irmão". A passagem revela que o africanismo, como se sabe, é peça importante no tabuleiro de movimentações políticas da Namíbia.

REPÚBLICA ÁRABE SAARAUÍ DEMOCRÁTICA (RASD)

Outra tradicional vertente de sensibilidade na atuação externa da Namíbia no continente se vincula, nos tempos atuais, ao apoio à autodeterminação da autodenominada República Árabe Saaraui Democrática (RASD).

COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC)

O fato de constituir órgão de alcance assumidamente político, para o que se conjugam leque mais dinâmico de pautas temáticas e volume heterogêneo de vozes, empresta à SADC estatua especial na realidade namibiana. Convém recordar que o país sediou, na capital Windhoek, em 17/08/1992, a Cimeira de chefes de Estado e de Governo que fundou aquele foro. O tratado que o instituiu propiciou maior adensamento normativo e afinamento de propósitos ao órgão intergovernamental precedente, a SADCC ("*Southern African Development Coordination Conference*").

No fórum, convém mencionar que o país tem postura propositiva histórica sobre temas securitários e relacionados à democracia.

A perspectiva logística mereceu do mandatário namibiano o devido realce durante a presidência namibiana da Comunidade. Na oportunidade, Hage Geingob valorizou os aportes da SADC para o desenvolvimento de rodovias e portos na região – aspecto que mereceu também o registro da Ministra de Relações Internacionais e Cooperação (MIRCO) da Namíbia, Nandi-Ndaitwah em entrevista veiculada pela mídia local – com efeitos que oportunamente se podem multiplicar, inclusive junto aos países sem acesso ao mar (como o "porto seco" do Zimbábue em Walvis Bay, construído ao custo de N\$ 50 milhões – ou US\$ 3,5 milhões).



ÁFRICA DO SUL

As relações com a África do Sul são estreitas, apesar da excessiva dependência econômica de Windhoek em relação a Pretória. A África do Sul é o principal parceiro comercial da Namíbia. É também o principal investidor na Namíbia, notadamente nos setores minerador, bancário e de seguros. A África do Sul fornece metade da energia elétrica e do petróleo consumido pelo país vizinho. O presidente Hage Geingob compareceu às exéquias de Winnie Mandela, em Soweto, em abril de 2018, quando convidou a primogênita dos Mandela a receber, em Windhoek, a comenda civil que o presidente namibiano havia conferido a Winnie em 2016 – pois a homenageada não pudera comparecer na ocasião.

ANGOLA

As relações com o governo de Luanda são consideradas particularmente importantes, refletindo as ligações estreitas entre a SWAPO e o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola). Entre 1976 e 1985, Luanda foi sede do quartel-general do movimento independentista namibiano.

O governo namibiano tem expressado reiteradamente sua disposição de estreitar vínculos com o governo angolano, considerados estratégicos, de forma a reduzir a dependência econômica da Namíbia em relação à África do Sul. Em maio de 2018, o presidente angolano João Lourenço visitou a Namíbia e tomou parte na solenidade em memória do 40º aniversário do massacre de Cassinga, quando forças da África do Sul atacaram o campo de refugiados localizado no sul de Angola, matando cerca de 600 namibianos e 300 angolanos. Tropas cubanas prestaram os primeiros socorros e evacuaram os feridos, tendo acolhido dezenas de órfãos namibianos a quem foram oferecidos estudos até que pudessem retornar ao país – sendo uma das ações que contribuem para o imenso prestígio de Cuba junto ao governo da Namíbia. Durante a visita, João Lourenço anunciou que o banco de Angola liberaria montante de cerca de US\$ 51 milhões referentes ao acordo de conversão cambial firmado entre os dois países em 2014, o que representa ajuda significativa para o combalido estado das contas externas da Namíbia. Angola e Namíbia firmaram acordo sobre o uso comum do rio Cunene e projeto de construção de uma usina hidrelétrica (Baynes) na região fronteira, com capacidade de 600 MW.

O presidente João Lourenço ainda se fez presente na cerimônia de posse do presidente Hage Geingob, em março de 2020, apesar das medidas de suspensão de voos internacionais partindo de Angola, por causa da pandemia de Covid-19.

ALEMANHA

As relações entre a Namíbia e a Alemanha têm caráter especial. Antiga metrópole, a Alemanha ainda se faz presente na língua e em prédios e monumentos construídos no período colonial.

Os países têm disputa histórica referente ao pedido namibiano de compensações do governo alemão, em razão do genocídio perpetrado contra os povos autóctones herero e nama. O processo dos chamados “*Genocide Talks*” é dificultado, na origem, pelo fato de Berlim não reconhecer oficialmente as ações do governo colonial alemão como genocídio, a despeito das inúmeras comprovações históricas da campanha de



extermínio racial implementada notadamente entre 1904 e 1907, que levaram à morte cerca de 100.000 hereros e namas.

Atualmente, a Alemanha busca intensificar as relações comerciais e a cooperação para o desenvolvimento com a Namíbia, inclusive por meio de investimentos na infraestrutura social e econômica do país. O país é o principal beneficiário per capita da assistência ao desenvolvimento prestada pela Alemanha ao continente africano.

CHINA

Parceira histórica na época da luta pela independência, a China é uma clara prioridade política na agenda namibiana. A presença chinesa é considerável e expandiu-se constantemente nos últimos anos. Apesar da pouca relevância do mercado namibiano, a China parece atentar para a imagem da Namíbia como parceiro confiável e dotado de expressiva riqueza em recursos minerais. O urânio namibiano, em particular, tem despertado o interesse chinês. Em abril de 2017, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Zhang Ming, foi ao país para manter encontros com o presidente Hage Geingob e a chanceler Netumbo Nandi-Ndaitwah. O vice-ministro chinês prometeu doar US\$ 2,9 milhões para fundo de combate às secas e condenou a participação de chineses na caça ilegal de rinocerontes no país, que vem recebendo destaque da imprensa local.

Em março de 2018, o presidente Hage Geingob realizou visita de Estado à China, acompanhado de comitiva de 23 ministros de estado, governadores e mais de 60 empresários, com objetivo de atrair mais investimentos chineses para fomentar o desenvolvimento da Namíbia.

Em setembro de 2019, o embaixador chinês em Windhoek descreveu as relações diplomáticas entre China e Namíbia como “uma das melhores no continente africano”. Ressaltou a cooperação em ciência espacial entre os dois países, no âmbito do qual astronautas chineses visitaram o país e o presidente Geingob compareceu ao Centro de Controle Aeroespacial de Pequim.

Em novembro do mesmo ano, o presidente Geingob recebeu a vice-primeira ministra chinesa Sun Chunlan. Na ocasião, o mandatário namibiano declarou que seu país promoverá ativamente a iniciativa “*Belt and Road Initiative*” (BRI) e dela participará.

REFORMA DA ONU

A Namíbia segue a posição da União Africana no que se refere à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Em relação ao processo negociador, vê com resistências a proposta de arranjo intermediário, não aceitando “assentos de segunda classe” para a África. O país expressou apoio à candidatura do Brasil a assento permanente no CSNU em junho de 2004, por ocasião da visita do então Presidente Sam Nujoma a Brasília.

Ao proferir discurso na 75ª sessão da AGNU, o presidente Geingob ressaltou, na sessão de debates gerais da AGNU, a necessidade de reformulação dos critérios de representatividade no seio do Conselho de Segurança, de forma a torná-lo mais apto



20

para lidar com as complexas questões contemporâneas. Para o chefe de Estado namibiano, é inaceitável que um país africano não represente o continente nas instâncias decisórias daquele órgão. O mandatário reafirmou, nesse sentido, o compromisso e apoio da Namíbia aos princípios do Consenso de Ezulwini e da Declaração de Sirte, para a representação do continente no CSONU.

Cabe recordar que, desde outubro de 2020, a Namíbia sedia o Centro Internacional das Mulheres pela Paz.

DAF II, 13/09/2021



MAPA DA NAMÍBIA



DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República da Namíbia
GENTÍLICO:	Namibiano
CAPITAL:	Windhoek
ÁREA:	823.290 Km ²
POPULAÇÃO (2020):	2,53 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Inglês (oficial), africâner, alemão e línguas nativas (Oshivambo, Herero, Nama, etc)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristãs, sobretudo luterana (50%) e religiões tradicionais africanas (10 a 20%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Semipresidencialista
CHEFE DE ESTADO:	Hage Geingob (desde mar/2015, reeleito em novembro de 2019)
CHEFE DE GOVERNO:	Saara Kuugongelwa-Amadhila (desde mar/2015)
CHANCELER:	Netumbo Nandi-Ndaitwah (desde dez/2012)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2020):	US\$ 10,7 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2020):	US\$ 23,83 bilhões
PIB PER CAPITA (2020)	US\$ 4.211
PIB PPP PER CAPITA (2020)	US\$ 9.382
VARIAÇÃO DO PIB	-7,98% (2020); -0,6% (2019); +1,1% (2018); -1,02% (2017)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2018):	0,645 (130º no ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA (2018):	63,37 anos
ALFABETIZAÇÃO (2018):	91,5%



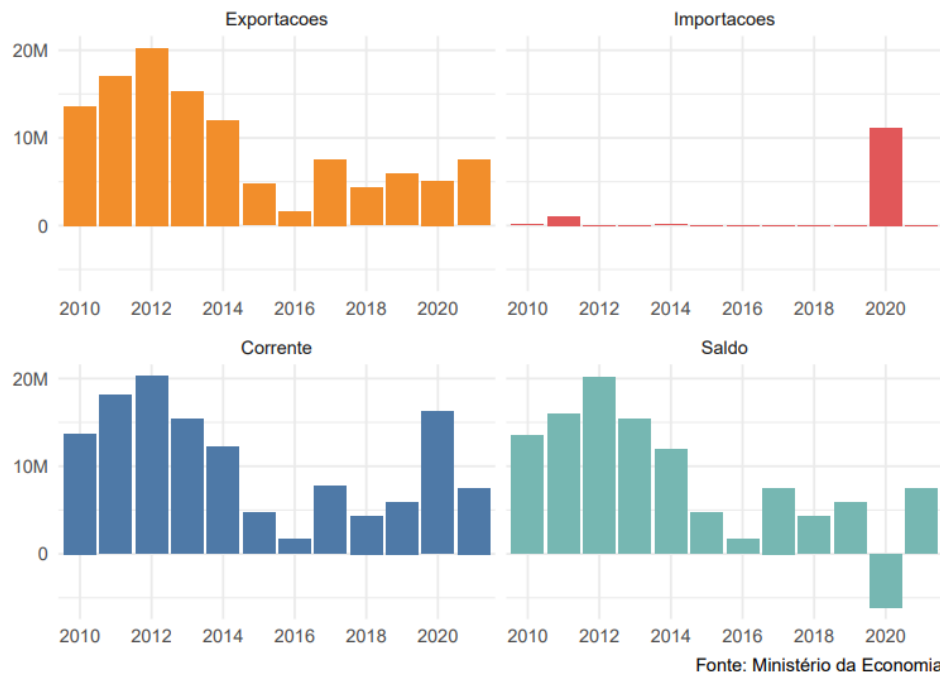
23

ÍNDICE DE DESEMPREGO (2021):	40%
UNIDADE MONETÁRIA:	dólar namibiano
EMBAIXADOR EM WINDHOEK:	A ser designado
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Mbapeua Muvanga (desde janeiro de 2021)



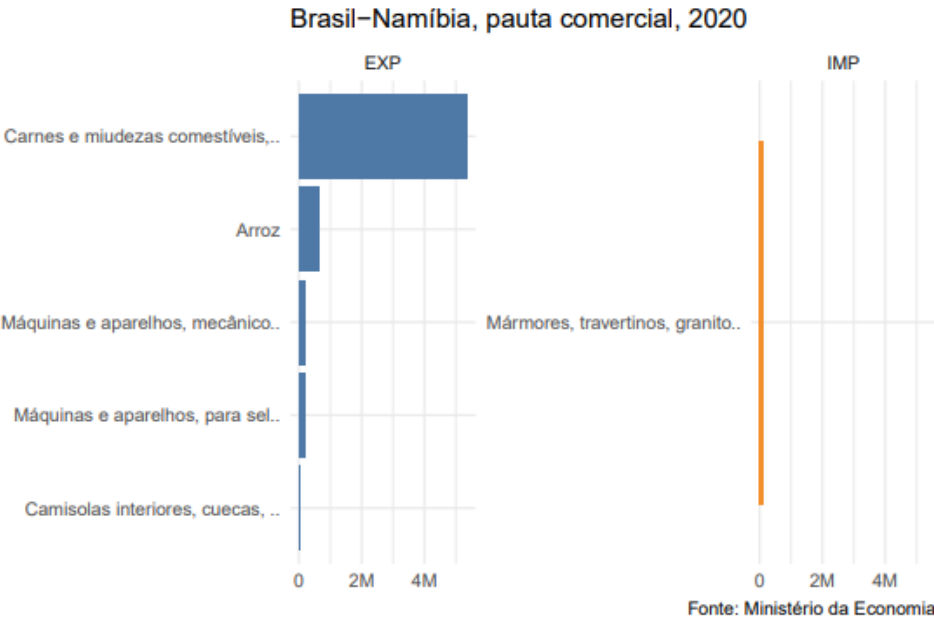
DADOS ECONÔMICOS-COMERCIAIS

Brasil–Namíbia, Fluxo de Comércio agregado até Agosto



	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	7M (48.0%)	5M (-14.0%)	6M (36.3%)	4M (-43.2%)	8M (354.1%)
Importacoes	48K (-99.57%)	11M (22 908.27%)	49K (10.26%)	44K (-53.25%)	94K (159.47%)
Saldo	7M (20.7%)	-6M (-205.7%)	6M (36.5%)	4M (-43.1%)	7M (358.4%)
Corrente	8M (-53.7%)	16M (174.6%)	6M (36.0%)	4M (-43.4%)	8M (350.0%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	2M (-64.6%)	5M (-60.8%)	12M (-21.3%)	15M (-24.2%)	20M (18.5%)
Importacoes	36K (3 044.56%)	1K (-99.04%)	120K (467.01%)	21K (-59.64%)	53K (-95.11%)
Saldo	2M (-65.4%)	5M (-60.5%)	12M (-22.0%)	15M (-24.1%)	20M (26.1%)
Corrente	2M (-63.8%)	5M (-61.2%)	12M (-20.6%)	15M (-24.3%)	20M (11.8%)



Brasil-Namfbia, Dados Comerciais

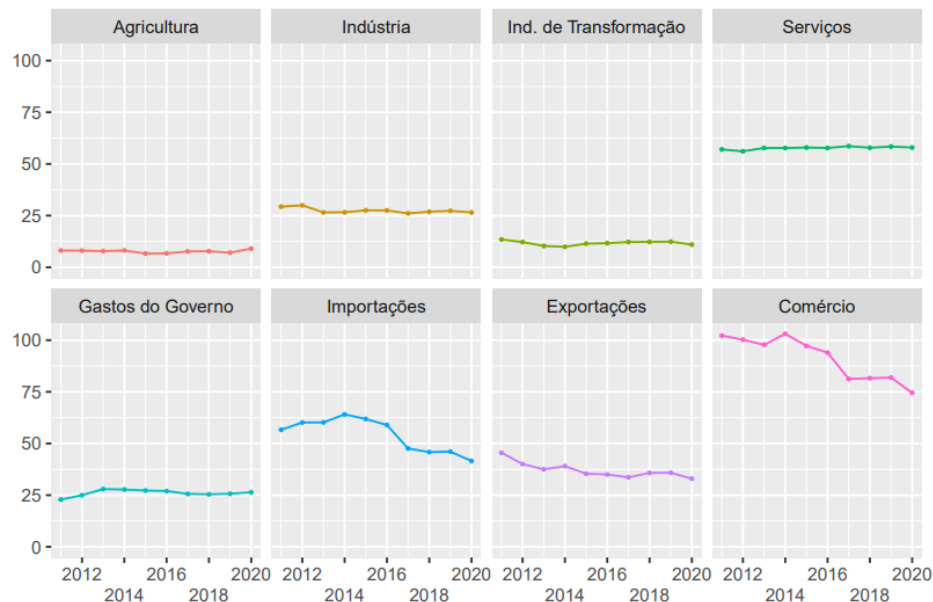
Dados Anuais						
	Direção	Produto (SH4)	Código (SH4)	Valor	Vari- ação	Pro- porção
2020	EXP	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	3.48M	-34,9%	54,1%
		Máquinas e aparelhos, mecânicos, com função própri..	8479	515.33K	132,5%	8,0%
		Arroz	1006	347.28K	-44,0%	5,4%
		Máquinas e aparelhos, para seleccionar, peneirar, ..	8474	253.31K	50,1%	3,9%
		Camisolas interiores, cuecas, ceroulas, camisas de..	6207	250.30K	1 215,4%	3,9%
	IMP	Mármore, travertinos, granitos belgas e outras pe..	2515	106.98K	-27,7%	1,0%
Máquinas automáticas para processamento de dados e..		8471	12.88K	146,1%	0,1%	
2019	EXP	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	5.35M	38,3%	61,0%
		Arroz	1006	619.68K	39,4%	7,1%
		Máquinas e aparelhos, mecânicos, com função própri..	8479	221.65K	-30,8%	2,5%
		Máquinas e aparelhos, para seleccionar, peneirar, ..	8474	168.80K	-11,1%	1,9%
	IMP	Mármore, travertinos, granitos belgas e outras pe..	2515	147.96K	-15,5%	75,1%
2018	EXP	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	3.87M	4,6%	58,6%
		Arroz	1006	444.67K	13,9%	6,7%
		Máquinas e aparelhos, para seleccionar, peneirar, ..	8474	189.93K	-5,3%	2,9%
	IMP	Máquinas automáticas para processamento de dados e..	8471	5.24K	74,0%	9,8%
2017	EXP	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	3.70M	367,5%	33,3%
		Arroz	1006	390.26K	-8,2%	3,5%
		Máquinas e aparelhos, mecânicos, com função própri..	8479	320.33K	100,2%	2,9%
		Máquinas e aparelhos, para seleccionar, peneirar, ..	8474	200.48K	11,5%	1,8%
	IMP	Mármore, travertinos, granitos belgas e outras pe..	2515	175.18K	147,8%	72,7%



Brasil-Namíbia, Dados Comerciais

2020			
Direção	Classificação ISIC	Valor	%
EXP	Indústria de Transformação	6.4M	100,0%
	Outros Produtos	2.5K	0,0%
IMP	Indústria Extrativa	11.1M	98,7%
	Indústria de Transformação	140.3K	1,2%
	Agropecuária	8.8K	0,1%
Direção	Classificação Fator Agregado	Valor	%
EXP	PRODUTOS BASICOS	4.0M	61,7%
	PRODUTOS MANUFATURADOS	2.5M	38,3%
IMP	PRODUTOS BASICOS	11.1M	98,8%
	PRODUTOS MANUFATURADOS	140.3K	1,2%
Direção	Classificação CGCE	Valor	%
EXP	BENS DE CONSUMO (BC)	4.7M	73,0%
	BENS DE CAPITAL (BK)	1.3M	20,3%
	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	431.5K	6,7%
IMP	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	11.1M	99,1%
	BENS DE CONSUMO (BC)	69.1K	0,6%
	BENS DE CAPITAL (BK)	27.1K	0,2%
Direção	Classificação CUCI	Valor	%
EXP	PRODUTOS ALIMENTICIOS E ANIMAIS VIVOS	4.1M	64,3%
	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	1.3M	20,2%
	OBRAS DIVERSAS	720.4K	11,2%
	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL	278.9K	4,3%
	PRODUTOS QUIMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.	89.0	0,0%
IMP	MATERIAS EM BRUTO, NAO COMESTIVEIS, EXCETO COMBUSTIVEIS	11.1M	98,8%
	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL	98.1K	0,9%
	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	40.9K	0,4%
	OBRAS DIVERSAS	1.4K	0,0%

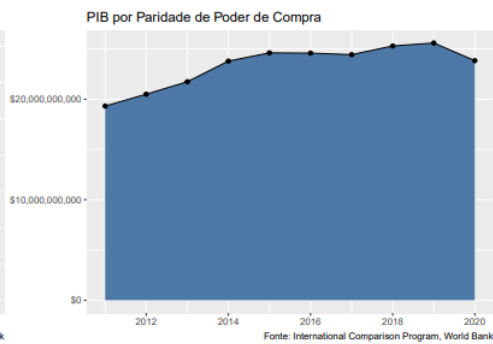
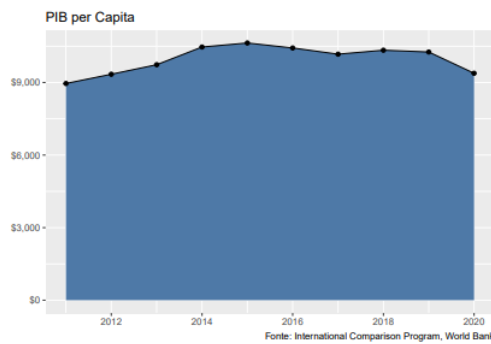
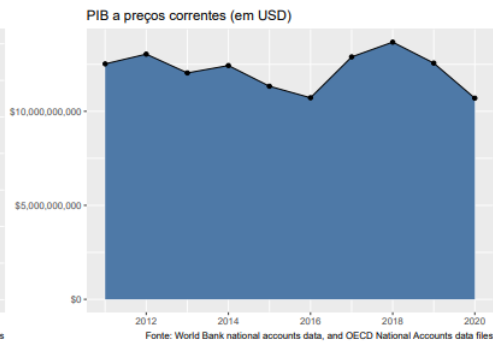
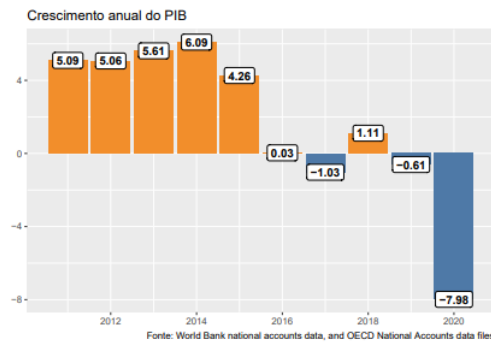
Estrutura da Economia em Proporção do PIB



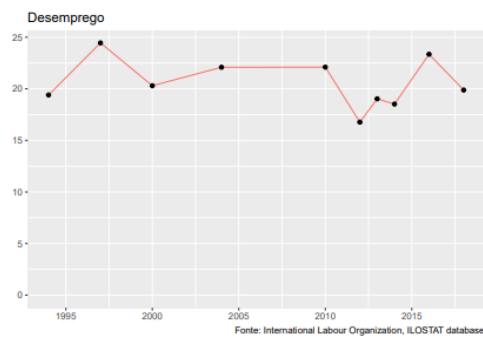
Fonte: World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files



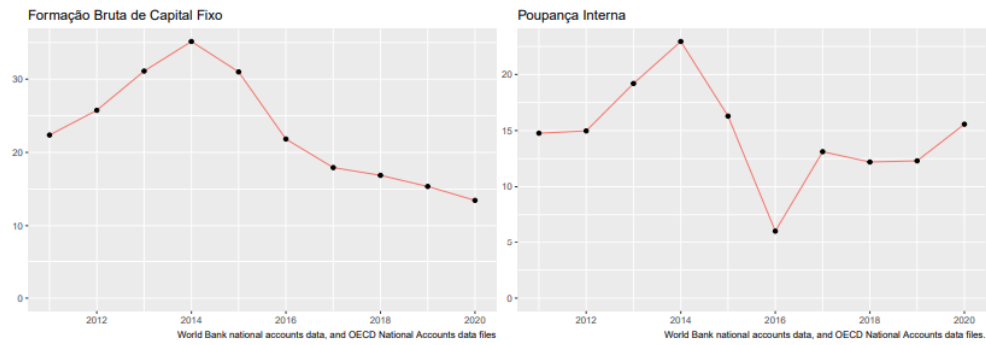
Produto Interno Bruto



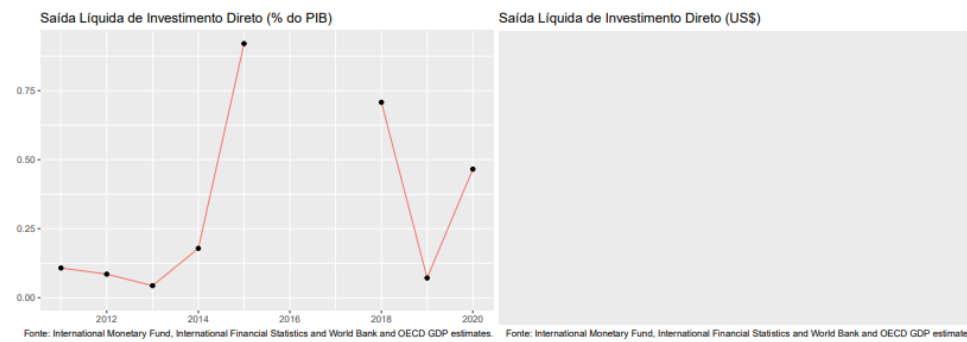
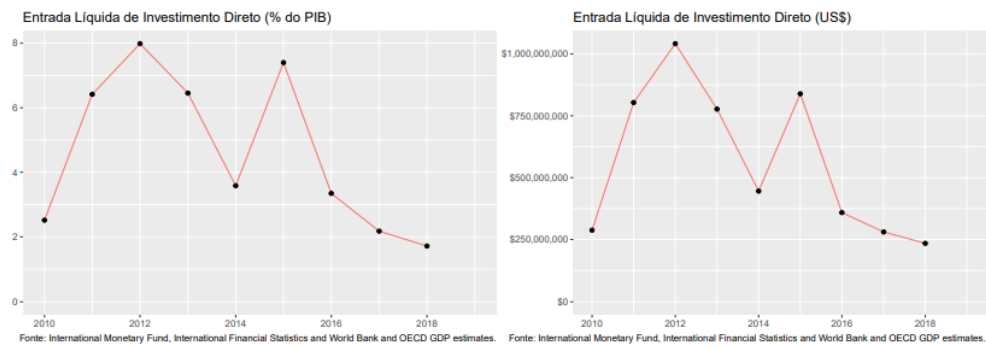
Indicadores de Inflação e Desemprego



Indicadores de Investimento



Fluxo de Investimentos





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 57, DE 2021

(nº 569/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ORLANDO LEITE RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

AUTORIA: Presidência da República



[Página da matéria](#)



MENSAGEM N° 569

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **ORLANDO LEITE RIBEIRO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **ORLANDO LEITE RIBEIRO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 3 de novembro de 2021.



EM nº 00222/2021 MRE

Brasília, 28 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **ORLANDO LEITE RIBEIRO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **POMPEU ANDREUCCI NETO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre os países e curriculum vitae de **ORLANDO LEITE RIBEIRO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



00001.008520/2021-93



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 904/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 04 de novembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ORLANDO LEITE RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 04/11/2021, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código





verificador **2985769** e o código CRC **3B821757** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº
00001.008520/2021-93

SEI nº 2985769

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ORLANDO LEITE RIBEIRO**

CPF.: 994.344.077-53

ID: 8086 MRE

1966 Filho de Raul Fernando Belford Roxo Leite Ribeiro e Elizabeth de Souza Dantas Strauss, nasce em 7 de junho, em Paris, França (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1991 Ciências Econômicas pela Faculdade Cândido Mendes/RJ

Cargos:

1993 Terceiro-secretário
 1999 Segundo-secretário
 2003 Primeiro-secretário, por merecimento
 2007 Conselheiro, por merecimento
 2011 Ministro de segunda classe, por merecimento
 2017 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1993-94 Divisão da África I, assistente
 1994-95 Divisão da África II, assistente
 1995 Embaixada em Harare, encarregado de negócios em missão transitória
 1995-96 Divisão de Política Financeira, assistente
 1996-97 Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e Comércio Exterior, assessor
 1997-00 Consulado-Geral em Nova York, terceiro-secretário e segundo-secretário
 2000-04 Embaixada em Assunção, segundo-secretário
 2004-06 Divisão de Integração Regional, assistente
 2006-07 Departamento de Comunicações e Documentação, assessor
 2008-11 Embaixada em Washington, conselheiro
 2011-15 Divisão de Agricultura e Produtos de Base, chefe
 2016 Divisão de China e Mongólia, chefe
 2016-18 Departamento de Promoção Comercial e de Investimentos, diretor
 2018- Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, secretário

Condecorações:

Ordem de Rio Branco, Grande Oficial

FERNANDO PERDIGÃO
 Chefe da Divisão do Pessoal





**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DIVISÃO DE EUROPA III**

ESPAÑA



OSTENSIVO

Setembro de 2021



DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Reino da Espanha
CAPITAL	Madri
ÁREA	505.370 km ²
POPULAÇÃO	47 milhões de habitantes
IDIOMAS	Castelhano, catalão, galego, valenciano, basco e aranês
RELIGIÃO	Católica Romana (94%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia Parlamentar
LEGISLATIVO	Bicameral (Cortes Generales): Congresso dos Deputados (<i>Congreso de los Diputados</i>) e Senado (<i>Senado</i>)
CHEFE DE ESTADO	Rei Felipe VI (desde junho de 2014)
CHEFE DE GOVERNO	Presidente de Governo Pedro Sánchez (desde junho de 2018)
CHANCELER	José Manuel Albares (desde julho de 2021)
PIB nominal (2020)	US\$ 1,28 trilhão
PIB PPP (2021, est)	US\$ 1,92 trilhão
PIB nominal <i>per capita</i> (2020)	US\$ 27.130
PIB PPP <i>per capita</i> (2021, est)	US\$ 41.546
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	6,2% (2021, est); -11% (2020); 2% (2019); 2,6% (2018); 3,0% (2017); 3,2% (2016); 3,6% (2015)
IDH (2019)	0,904 - 25º lugar (PNUD)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019)	83,6 anos (PNUD)
ALFABETIZAÇÃO (2018)	99,72% (UNESCO)



ÍNDICE DE DESEMPREGO (2021)	16,8% (FMI)
UNIDADE MONETÁRIA	euro
EMBAIXADOR NO BRASIL	Fernando García-Casas
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	80.480 (regulares ou não, segundo Instituto Nacional de Estatística da Espanha de 2018), sendo 36.689 também cidadãos da União Europeia.
EMBAIXADOR NA ESPANHA	Pompeu Andreucci Neto



PERFIS BIOGRÁFICOS**REI FELIPE VI**

O **Rei Felipe VI** (Felipe Juan Pablo Alfonso de Todos los Santos de Borbón y de Grecia) é o terceiro filho do Rei Juan Carlos e da Rainha Sofia. Nasceu em Madri, em 30 de janeiro de 1968. Em 1993, graduou-se em Direito pela Universidade Autônoma de Madri. Em 1995, completou mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Georgetown. Em 2004, casou-se com Letizia Ortiz Rocasolano. Em 19 de junho de 2014, fez o juramento previsto no artigo 61 da Constituição da Espanha e foi proclamado Rei diante do Parlamento, assumindo o nome de Felipe VI.

PRESIDENTE DE GOVERNO, PEDRO SÁNCHEZ

Pedro Sánchez. Nasceu em Madri, em 29 de fevereiro de 1972. Formado em Economia, trabalhou como professor universitário e assessor no Parlamento Europeu. Foi eleito deputado pelo Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) em 2009, reeleito em 2013. Durante as eleições gerais ocorridas em abril de 2019, o PSOE foi vitorioso tanto no Congresso quanto no Senado. Fortemente europeísta, tendo feito doutorado com tese sobre diplomacia europeia. É casado e tem duas filhas. Fluente em inglês e francês.

MINISTRO DOS ASSUNTOS EXTERIORES, UNIÃO EUROPEIA E COOPERAÇÃO, JOSÉ MANUEL ALBARES

José Manuel Albares Bueno. Nascido em Madri, em 1972. É licenciado em direito pela Universidade de Deusto. Ao longo de sua carreira diplomática, desempenhou os cargos de Cônsul Geral na Colômbia, Representante Permanente junto à OCDE e Embaixador na França. De junho de 2018 a fevereiro de 2020, ocupou o cargo de Secretário Geral de Assuntos Internacionais, União Europeia, G20 e Segurança Global no Gabinete do Presidente de Governo, Pedro Sánchez, atuando como *sherpa* espanhol tanto junto à UE como junto ao G20. Tem como um dos objetivos de sua gestão intensificar relações com países do norte da África e da “Iberoamérica”. Possui 4 filhos.



Comércio Bilateral - Fonte: MECON (US\$ bilhões)

Brasil → Espanha	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<i>Intercâmbio</i>	6,4	5,2	6,7	8,2	7,0	6,6
<i>Exportações</i>	2,9	2,6	3,8	5,1	4,0	4,0
<i>Importações</i>	3,5	2,6	2,9	3,1	3,0	2,6
<i>Saldo</i>	-0,556	0,038	0,963	2,0	1,21	1,4

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Espanha iniciaram-se com o reconhecimento espanhol da independência brasileira, em 1834. Desde então, houve estreitamento contínuo do relacionamento bilateral, marcado por forte imigração de espanhóis para o Brasil, na primeira metade do século XX e, a partir da década de 1990, pelos investimentos espanhóis no Brasil. Atualmente, o componente econômico representa eixo essencial da relação.

A comunidade brasileira na Espanha soma mais de 80 mil residentes cadastrados, sendo que cerca de 40 mil são também cidadãos da Comunidade Europeia. Do total de residentes, cerca de 25 mil são homens e 55 mil são mulheres.

A relação alcançou patamar superior com a assinatura, em 2003, do Acordo de Parceria Estratégica entre Brasil e Espanha. Em 2005, foi adotado Plano de Ação (Declaração de Brasília sobre a Consolidação da Parceria Estratégica), que previa reuniões anuais dos presidentes, consultas periódicas entre as segundas autoridades



das chancelarias e encontros em diversos níveis da administração. Em novembro de 2012, com a Declaração de Madri, foi criado novo mecanismo de consultas, a Comissão Ministerial de Diálogo Político, com vistas a garantir uma avaliação permanente da relação bilateral, além de estruturar o diálogo político.

A mais recente visita oficial de Chefe de Governo ocorreu com a vinda do então Presidente de Governo Mariano Rajoy ao Brasil, em 24 de abril de 2017, sendo a culminação de encontros ministeriais, ocorridos em novembro de 2016, por ocasião da visita do então Chanceler José Serra à Espanha. Durante o evento, foi aprovada nova Declaração Conjunta, contendo plano de ação que passou a orientar a agenda bilateral em suas diversas áreas temáticas. Segundo a Declaração, "o Presidente Mariano Rajoy convidou o Presidente Michel Temer a visitar a Espanha, o que foi aceito pelo mandatário brasileiro, em data a ser determinada de acordo com a conveniência mútua." Por ocasião da visita de Rajoy, o então Presidente Temer reiterou convite dirigido ao rei Felipe VI para que visitasse o Brasil.

A última visita de Chefe de Estado da Espanha ao Brasil foi de D. Felipe, ainda na condição de Príncipe das Astúrias, em março de 2014, quando manteve em São Paulo compromissos com empresários e autoridades locais. O lado brasileiro reiterou o convite ao monarca por meio de carta do Presidente Jair Bolsonaro encaminhada em fevereiro de 2020. Após a eclosão da pandemia de COVID-19, o assunto permaneceu em suspenso, até ser renovado em carta do Presidente Bolsonaro parabenizando o rei pelo sexto ano de reinado. Em julho de 2020, a Secretária-Geral da chancelaria espanhola mencionou ao Embaixador brasileiro em Madri que "conviria retomar" a ideia da viagem do rei ao Brasil.

Em relação a outras recentes visitas de autoridades, a então Presidente do Congresso dos Deputados da Espanha, Ana Pastor, esteve no Brasil para a posse do Presidente Jair Bolsonaro. O então Ministro do Turismo, Marcelo Henrique Teixeira Dias, manteve, em Madri, em maio de 2019, reunião com o CEO do grupo turístico espanhol Globalia, Javier Hidalgo, com o Secretário-Geral da Organização Mundial



do Turismo (OMT), Zurab Pololikashvili, e com a Secretária de Estado de Turismo da Espanha, Isabel Olivera. O Ministro Marcos Pontes (MCTIC) manteve reunião, em Barcelona, em fevereiro de 2019, com seu homólogo espanhol, Pedro Duque. Houve encontro bilateral entre o ex-ministro Ernesto Araújo e o então chanceler espanhol Borrell durante a 74ª AGNU, em setembro de 2019.

Em fevereiro de 2020, houve ligação telefônica entre o Ministro Carlos Alberto Franco França e a então Ministra Arancha González, seguido de diversos contatos ministeriais por videoconferência ao longo do ano. O então Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, realizou viagem oficial à Espanha, de 26 de fevereiro a 2 de março, acompanhado de delegação parlamentar. No dia 27/02, Rodrigo Maia manteve audiência com o Rei Felipe VI no Palácio da Zarzuela.

Em 2021, o Ministro de Relações Exteriores Carlos Alberto Franco França conversou por telefone com a então Ministra de Assuntos Exteriores, Arancha González, no mês de abril. Em maio, a ex-Ministra Arancha visitou Brasília, oportunidade em que teve lugar reunião da Comissão Ministerial de Diálogo Político Brasil-Espanha. Na ocasião, o Ministro Carlos Alberto Franco França agradeceu ao governo espanhol a doação de medicamentos para intubação para os hospitais brasileiros e reiterou a intenção de trabalhar de forma coordenada com a Espanha para a distribuição tempestiva e a promoção de vacinas seguras, eficazes e acessíveis. Foram também passadas em revista as perspectivas dos diálogos setoriais da Parceria Estratégica, com destaque para os campos econômico-comercial, de ciência e tecnologia e cooperação. Discutiu-se o fortalecimento de iniciativas de cooperação técnica entre a Agência Brasileira de Cooperação e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Adicionalmente, foi estabelecida a Comissão Permanente Bilateral Brasil-Espanha, com o objetivo de conferir organicidade à densa relação bilateral e assegurar agilidade na implementação dos compromissos assumidos em amplo espectro temático. A Comissão Permanente elaborará um “mapa do caminho” com metas e iniciativas prioritárias para os



diálogos setoriais. A ex-Ministra Arancha González foi recebida pelo Senhor Presidente da República em audiência em 6 de maio. Manteve ainda encontros com o Ministro do Desenvolvimento Regional, com a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com o Ministro da Economia e com a Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Mecanismos Bilaterais Existentes

A Comissão Ministerial de Diálogo Político, inaugurada em 2014, é o principal instrumento de consultas bilaterais regulares. É chefiada por ambos os ministros. Na visita do ex-Presidente Rajoy ao Brasil, foi acordado que a Comissão deverá reunir-se a cada dois anos, alternadamente em cada país, sem prejuízo da possibilidade de os ministros manterem consultas mais frequentes, quando necessário. A mais recente edição do diálogo ocorreu em maio de 2021.

De acordo com a declaração presidencial de 2017, nos intervalos entre reuniões da Comissão Ministerial, serão realizadas consultas entre o Secretário de Estado de Cooperação Internacional e para Ibero-américa (SECIPI) da Espanha e o Secretário-Geral de Relações Exteriores do Ministério de Relações Exteriores do Brasil. Não houve, ainda, reunião inaugural nesse nível. Com a alteração estrutural do organograma do Ministério dos Assuntos Exteriores, União Europeia e Cooperação espanhol, entende-se que as reuniões entre o Secretário-Geral seriam mantidas com o Secretário de Estado de Assuntos Exteriores para Ibero-américa, consoante ligação telefônica realizada em maio de 2020.

A última edição da reunião de Consultas Políticas, em nível de SG (Secretário-Geral), teve lugar em Brasília, em março de 2015.



Os demais mecanismos bilaterais são:

Comissão Permanente Bilateral (CPB) Brasil-Espanha - estabelecida em maio de 2021, tem como objetivo conferir maior organicidade à densa relação bilateral e assegurar agilidade na implementação dos compromissos assumidos em amplo espectro temático, seguindo o modelo já existente da CPB Brasil-Portugal. A CPB pretende ser instância superior de subcomissões temáticas, que deverão subsidiar os encontros da CPB e da Comissão Ministerial. O Memorando de Entendimento que estabeleceu a CPB não definiu o nível de autoridade a presidir suas reuniões, de forma a flexibilizar futuras reuniões do mecanismo. Não obstante, o Ministro José Manuel Albares, em sua missiva, indicou interesse em que a CPB fosse realizada em nível ministerial. A realização da primeira edição em nível de chanceleres simbolizaria a prioridade dada tanto ao mecanismo como ao relacionamento bilateral.

Comissão Mista de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação - houve primeira reunião em Brasília, em novembro de 2017. No âmbito da Comista, há grupos de trabalho para tratamento de temas de biotecnologia, saúde, nanotecnologia, energia, cidades inteligentes e indústria 4.0.

Comissão Mista de Defesa - último encontro realizado em novembro de 2016.

Grupo de Trabalho Bilateral de Cooperação Industrial para Defesa – inaugurado em setembro de 2015.

Grupo de Trabalho sobre Comércio e Investimentos e Infraestrutura – última reunião em dezembro de 2019.



Comissão Mista de Educação e Cooperação - ainda não se reuniu.

Há interesse no estabelecimento dos seguintes mecanismos:

Comissão Mista de Interior, Justiça e Segurança - estabelecido no Convênio entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Cooperação em Matéria de Combate à Criminalidade, firmado em Madri, em 25 de junho de 2007, promulgado em 2013. Ainda não houve nenhuma reunião, mas há interesse do Ministério da Justiça.

Mecanismo de Cooperação Técnica entre a ABC e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento do Reino da Espanha - em janeiro de 2019, o Embaixador espanhol levantou a ideia de “estabelecimento de comissão específica Brasil-Espanha de cooperação técnica” ao Diretor da ABC, mas não houve estabelecimento formal do mecanismo. Atualmente, a ABC e a Espanha estão em processo de negociação de Memorando de Entendimento para a cooperação em defesa civil e proteção ao meio ambiente mediante projetos nas seguintes áreas prioritárias: identificação e análise de riscos naturais; gestão de riscos naturais e implantação de normativas pertinentes; medidas preventivas estruturais e não estruturais diante de riscos naturais; fenômenos meteorológicos adversos em defesa civil; modelos de simulação aplicados à análise de riscos naturais; coordenação de emergências a partir de centros nacionais de operações; respostas a desastres; operações de extinção de incêndios florestais e inundações; assistência psicossocial em situações de riscos, emergências e catástrofes; e informação e promoção da cultura preventiva em comunidades e em situações de risco e escolas.

POLÍTICA INTERNA



O Reino da Espanha é uma monarquia parlamentar, na qual a chefia do Estado está a cargo do monarca, o Rei Felipe VI, que também cumpre o papel de árbitro do funcionamento estável das instituições e de símbolo de unidade nacional. O Parlamento é denominado “Cortes Gerais” e se compõe de duas casas, o Senado e o Congresso dos Deputados. A chefia do Executivo está a cargo do presidente de Governo, cuja nomeação, pelo Rei, após as eleições-gerais, depende de votação da maioria do Congresso dos Deputados.

Pedro Sánchez (Partido Socialista Obrero Español - PSOE em janeiro de 2020, formou o primeiro governo de coalizão nos 40 anos da democracia espanhola. Durante as prorrogações dos “estados de alarme” em decorrência da pandemia de Covid-19, o governo utilizou-se de configurações de geometria variável, ora com apoio da base parlamentar que permitiu a investidura, ora com apoio de partidos de oposição, como foi o caso do Ciudadanos.

A posse, em 12/7, de José Manuel Albares no cargo de Ministro de Assuntos Exteriores, União Europeia e Cooperação confirma o foco “europeísta” da administração Pedro Sánchez, tendo em conta a experiência prévia de mais de dois anos do chanceler como sherpa espanhol tanto junto à UE como junto ao G20. Poucas semanas após sua posse, Albares promoveu mudanças na estrutura do Ministério, dentre as quais se destacam a recriação de Secretaria de Estado dedicada aos assuntos de Ibero-América e Caribe, a qual terá entre suas competências a promoção do idioma espanhol do exterior, uma das prioridades delineadas pelo chanceler em seu discurso de posse.

POLÍTICA EXTERNA



Há grande interesse por parte da diplomacia espanhola no sentido de evidenciar aos parceiros da UE que, além de nutrir laços e interesses compartilhados com a Europa, a Espanha possui forte ligação com países latino-americanos. A Espanha é um dos principais investidores na região, com forte presença em setores como construção, energia e telecomunicações. O Brasil é o principal destino dos investimentos espanhóis na América Latina, com 40% do total. A Espanha reivindica o papel de facilitador dos contatos entre América Latina e União Europeia, já que percebe sua proximidade com a região como capital político que alavanca sua influência e seu status político em Bruxelas.

A União Europeia constitui o núcleo da política externa espanhola. A Espanha é um dos principais fiadores do projeto de integração, e a UE constitui um de seus principais referentes políticos e econômicos, embora o país tenha ingressado tardiamente no bloco, em 1986. Na condição de 4ª principal economia da Zona do Euro e detentora da 5ª maior população, a Espanha aspira a assumir posições de maior destaque na liderança de temas comunitários. A Chancelaria espanhola costuma sublinhar agendas específicas como Política de Vizinhança Euromediterrânea e o Diálogo Birregional União Europeia-CELAC, bem como sua postura construtiva no âmbito da Política Externa e de Segurança Comum (PESC).

Desde o início de sua gestão à frente do Ministério de Assuntos Exteriores, União Europeia e Cooperação, o chanceler José Manuel Albares tem defendido ação exterior que permita reposicionamento do país frente a parceiros estratégicos, algo que teria sido evidenciado, segundo sua análise, pela contribuição da Espanha para a retirada de Cabul de ocidentais e cidadãos afegãos durante a tomada de poder pelo Talibã no Afeganistão. Tais acontecimentos teriam demonstrado aos EUA que a Espanha é um “sócio confiável”, conforme mencionou o chanceler em entrevista ao periódico “La Vanguardia” em 29/08. O governo espanhol tem buscado, igualmente, intensificar seu protagonismo nas altas instâncias comunitárias, juntamente com



intensa agenda internacional do Presidente Pedro Sánchez no âmbito europeu, para elevar a capacidade da Espanha de influir em temas-chave como o Pacto de Migração e Asilo, o Fundo de Recuperação Europeu, a cooperação com os países do Mediterrâneo e com o continente africano, e as relações com a América Latina (Acordo Mercosul-UE e Venezuela).

No contexto da crise sanitária internacional, a Espanha vem buscando papel de liderança no âmbito da UE, especialmente no que tange à aprovação de orçamento plurianual expansionista para o bloco, enfrentando a oposição dos países ditos “do Norte” ou “frugais” (especialmente Países Baixos e Suécia) que seriam contrários à concessão de doações aos países que mais sofreram com a pandemia (chamados “do Sul”). Nesse contexto, a Espanha vem se aproximando dos países do MED7 (França, Espanha, Chipre, Itália, Malta e Portugal). O grupo foi estabelecido informalmente em 2013, tendo realizado sua sétima cúpula de Chefes de Estado em 2020, ocasião em que se tratou, entre outros temas, de posição coordenada perante atividades da Turquia no Mediterrâneo Oriental e do apoio ao plano europeu de recuperação econômica – “Next Generation EU”.

Segundo a "Estratégia de Acción Exterior 2021-2024", publicada em janeiro de 2021, a Espanha coloca o Brasil entre as prioridades dos relacionamentos bilaterais do país. O documento destaca o Brasil como país de associação estratégica e prevê novos impulsos aos mecanismos de consultas políticas e à retomada dos contatos de alto nível. O texto afirma que a Espanha apoiará o ingresso do Brasil na OCDE e prosseguirá com planos de investimentos espanhóis em infraestrutura e desenvolvimento regional. A Espanha buscará trabalhar em conjunto com o Brasil na luta contra as mudanças climáticas, a preservação da floresta amazônica, assim como a proteção de minorias étnicas.

A “Estratégia” determina quatro eixos substantivos da política externa espanhola nos próximos anos: i) direitos humanos, democracia, segurança, feminismo e



diversidade; ii) economia e sociedade integrada, justa e equitativa; iii) planeta mais sustentável, resiliente, habitável e verde; iv) integração regional e multilateralismo reforçados.

Ainda que condicionada pela evolução e pelos resultados obtidos no combate à pandemia de COVID-19, a aprovação do Orçamento Geral do Estado para 2021 e a recente aprovação da Estratégia de Ação Exterior 2021-2024 tendem a conferir impulso às iniciativas de ação exterior espanholas. O Orçamento Geral garantiu incremento de 17% dos recursos alocados à pasta das Relações Exteriores em 2021. A contribuição voluntária espanhola a organismos das Nações Unidas, por exemplo, deverá ser mais de dez vezes superior à de 2020 (passou de EUR 3,2 milhões para EUR 39,2 milhões em 2021); e a Ajuda Oficial para o Desenvolvimento foi elevada em 20%.

A Estratégia de Ação Exterior 2021-2024, aprovada em 27/4 pelo Conselho de Ministros, reúne prioridades e objetivos setoriais e geográficos de ação exterior no médio prazo. O texto prioriza a inserção da Espanha na UE, a diplomacia econômica, o apoio ao multilateralismo e a um "bilateralismo estratégico", além de propor modernização dos instrumentos da cooperação para o desenvolvimento.

REPRESENTAÇÃO ESPANHOLA NO PARLAMENTO EUROPEU

Em maio de 2019, ocorreram eleições para o Parlamento Europeu. Houve manutenção de partidos de centro e de esquerda como majoritários.

O PSOE se destacou como maior partido (ligado ao partido europeu S&D), com 20 parlamentares (acrécimo de 6 parlamentares) e com desempenho mais satisfatório desde as eleições gerais de abril de 2019, fortalecendo o governo de Pedro Sánchez. O PSOE se sobressaiu, ainda, como partido com maior votação do S&D no contexto europeu.



Os encolhimentos mais expressivos foram do PP (partido europeu PPE, com perda de 4 parlamentares) e do Podemos (perda de 6 parlamentares). Em contrapartida, cresceram o Vox (pela primeira vez no Parlamento Europeu, com 3 representantes) e o Partido da Catalunha (2 parlamentares), ambos sem filiação europeia.

Houve grande aumento da participação de eleitores, circunstância relacionada à realização de pleitos municipais e das comunidades autônomas na mesma data. Entre os partidos nacionalistas catalães e bascos, a coalizão Ahora Repúblicas, formada por ERC, EH Bildu e BNG, obteve 3 assentos. O ex-presidente da Generalitat da Catalunha, Carles Puigdemont, prófugo da justiça espanhola na Bélgica, conseguiu eleger-se pela lista do Junts per Catalunya (JxCat), que obteve 2 assentos.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia espanhola foi proporcionalmente mais afetada pela crise epidemiológica de 2020 do que outras economias europeias, conforme atestam dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), que indicam retração de 10,8% do PIB em 2020 - enquanto a média das economias da Zona do Euro sofreu contração de 6,8% no mesmo período. A queda foi menos acentuada pela melhora da situação econômica no terceiro e quarto trimestres do ano, com crescimento de 16,4% e 0,4%. A maior queda ocorreu no setor de construção (-18%) e em serviços (-9,8%). O impacto da crise econômica provocada pela pandemia da COVID-19 foi maior, em relação a outros europeus, pela dependência da economia espanhola dos serviços de turismo (que representam 12% do PIB) e pelas características do tecido produtivo,



majoritariamente composto por micro, pequenas e médias empresas pouco capitalizadas, por conseguinte, mais vulneráveis a choques macroeconômicos.

A despeito de retração de 0,4% do PIB no primeiro trimestre de 2021, a expansão de 2,8% da economia no segundo trimestre validou visão otimista do governo espanhol segundo a qual a recuperação econômica ganhará ímpeto no segundo semestre de 2021, com crescimento do PIB de 6,5%, e o de 2022 estimado em 7%, o que proporcionaria retorno da economia espanhola a níveis pré-pandêmicos já no ano que vem.

Por sua vez, a Comissão Europeia, em seu relatório de primavera publicado em maio, prevê crescimento da economia espanhola de 5,9% em 2021 e 6,8% em 2022. A Comissão Europeia avalia que o Plano de Recuperação, Transformação e Resiliência (PRTR) da Espanha terá papel decisivo para viabilizar a recuperação da atividade econômica no segundo semestre e para a expansão do PIB. Ademais, espera-se que a contribuição da demanda externa ao crescimento do PIB seja positiva a partir de 2022, quando o setor de turismo deve retornar ao nível de atividade registrado em 2019. Os dados recentemente publicados pela UE demonstram que a Espanha se tornou o quarto país mais endividado do bloco, logo atrás de Grécia, Itália e Portugal. Por outro lado, a Comissão Europeia também indica que, após ter alcançado 11% do PIB em 2020, o déficit público espanhol deve reduzir-se a 7,6% do PIB em razão da expectativa de redução da necessidade de medidas públicas de estímulo econômico. Espera-se que a dívida pública se reduza a 116,9% do PIB até o fim de 2022, após ter alcançado 120% do PIB em 2020. A inflação também deve elevar-se em 2021 à medida que o crescimento da demanda leve ao aumento de preços de serviços aos consumidores. A elevação dos preços de eletricidade e de combustíveis também poderá desencadear tendências inflacionárias. A Comissão também assinala que, apesar dos esforços governamentais, as empresas espanholas



ainda enfrentam riscos de insolvência, que podem impactar a capacidade produtiva e o nível de emprego do país.

Em 27 de abril último, o governo espanhol enviou à Comissão Europeia a versão definitiva, aprovada pelo Conselho de Ministros, do Plano de Recuperação, Transformação e Resiliência (PRTR), que apresenta os investimentos e reformas a serem realizadas pela Espanha no marco do "Recovery and Resilience Facility (RRF)" do programa "Next Generation EU". O plano espanhol foi aprovado em 16 de junho. A Espanha espera receber, entre 2021 e 2026, recursos da ordem de 140 bilhões de euros, dos quais 70 bilhões em transferências diretas, do total de 672,5 bilhões de euros do orçamento do RRF. Não havendo objeção do Conselho para Assuntos Econômicos e Financeiros (Ecofin) ou dos governos nacionais, espera-se que a primeira transferência de recursos ocorra já no mês de julho, após a próxima reunião do Ecofin. Estima-se que em 2021 a Espanha receba até 19 bilhões de euros.

O INE revelou, em fevereiro de 2021, que a taxa de desemprego teria sido de 16,1% em 2020. O dado oficial do FMI foi de 15,5%. O desemprego na Espanha afeta em especial a população jovem. Ao final de 2020, 40,1% da população com menos de 25 anos estavam fora do mercado de trabalho e sem perspectivas de absorção nos próximos seis meses. Apesar da intensa queda do PIB, a queda do desemprego foi menos expressiva do que a registrada no período que se seguiu à crise financeira de 2008. Tal comportamento seria explicado pelas medidas contracíclicas adotadas pelo governo. A queda na oferta de empregos na indústria e no comércio foi contrabalançada pelo aumento das vagas no setor público. As regiões mais afetadas pelo aumento do desemprego em números absolutos foram: Catalunha, Ilhas Canárias, Madri e Valência, regiões onde os setores de serviço, turismo e indústria são protagonistas econômicos.

O INE publicou, em junho, dados sobre indicadores demográficos da população espanhola. Com contribuição direta da pandemia do COVID-19, a



Espanha registrou no ano passado o mais baixo saldo populacional vegetativo da série histórica, iniciada em 1975. No decorrer de 2020, faleceram 492.930 pessoas na Espanha, 74.227 (17,7%) a mais do que em 2019. número de nascimentos em 2020, por sua vez, foi de 339.206, 5,9% menos do que o total registrado em 2019. Desde 2010, a queda no número de nascimentos é contínua – com exceção de 2014, quando nasceram cerca de 2.000 pessoas mais do que em 2013 - e chega a 30,3%. Do total de nascimentos que ocorreram na Espanha, 22,5% foram de mães estrangeiras, proporção semelhante àquela de 2019 (22,3%).

COMÉRCIO EXTERIOR

O fluxo de comércio entre o Brasil e a Espanha tem variado ao longo da última década, com pico de US\$ 8,1 bilhões em 2018 e mínima de US\$ 5,2 bilhões em 2016. Em 2020, a corrente de comércio bilateral foi de US\$ 6,5 bilhões, com queda de 4,1% em relação ao ano de 2019. As exportações brasileiras para a Espanha variaram positivamente e alcançaram o volume de US\$ 4,0 bilhões (+ 0,4%), o que representou 1,93% do total das exportações brasileiras. Por sua vez, as importações da Espanha ao Brasil, de US\$ 2,5 bilhões (-10,5%), representaram 1,59% do total das importações brasileiras. O saldo comercial bilateral manteve-se favorável ao Brasil, alcançando US\$ 1,524 bilhões, de modo que a Espanha figurou em 8º lugar no ranking de destino de exportações brasileiras e o 14º lugar no ranking das importações.

Os principais produtos exportados pelo Brasil são: óleos brutos de petróleo (26%); soja (24%); milho (9,5%); farelos de soja (7,8%); e minérios de cobre (7,7%). A pauta importadora é composta principalmente por produtos manufaturados, em particular: óleos combustíveis de petróleo (14%); compostos organo-inorgânicos (5,6%); medicamentos, incluindo veterinários (5,4%); defensivos agrícolas (5,1%); e outros produtos da indústria de transformação.



A Espanha é o segundo maior investidor estrangeiro no Brasil, com estoques de investimentos de mais de US\$ 78 bilhões. Por dados compilados até 2019, várias empresas espanholas entraram ou redobram sua aposta no Brasil, entre as quais AENA, Iberdrola/Neoenergia, Globalia/Air Europa e Red Eléctrica. Os principais setores em que as empresas espanholas estão presentes no Brasil são: serviços financeiros, telecomunicações e energia. É também significativo o interesse das empresas brasileiras em investir na Espanha. Ainda no ano de 2019, foi retomado o mecanismo do Grupo de Trabalho de Comércio e Investimento Brasil-Espanha, que não se reunia desde 2015.

TURISMO E ESPORTES

Os setores de Turismo e Esportes oferecem contribuição fundamental ao desenvolvimento de países com inegável vocação turística como Brasil e Espanha, e podem, portanto, estimular investimentos recíprocos, além de intercâmbios de experiências, especialmente na área de formação profissional. Em 2019, a Espanha recebeu 83,7 milhões de turistas, que gastaram cerca de 92,2 bilhões de euros no país, aumento exponencial comparado a 2001, quando o país recebeu 48,6 milhões de turistas. A promoção de maior e melhor cooperação no setor turístico poderia beneficiar-se da revisão dos instrumentos bilaterais existentes nesse campo. Há ainda potencial turístico a ser explorado, cerca de 145 mil turistas espanhóis vieram ao Brasil em 2019 (11º emissor, Embratur) e 566 mil brasileiros foram ao país ibérico (dados da Secretaria de Estado de Turismo da Espanha).

CRONOLOGIA HISTÓRICA DA ESPANHA



Anos	Eventos
1873	Proclamação da Primeira República Espanhola
1888	Fundação da União Geral de Trabalhadores e do Partido Socialista Operário Espanhol
1898	Guerra Hispano-Americana, perda para os EUA dos territórios de Cuba e das Filipinas
1914	Neutralidade espanhola na I Guerra Mundial
1923	Início da ditadura do General Primo de Rivera (até 1930)
1931	Proclamação da Segunda República Espanhola, em 12 de abril
1936	Início da Guerra Civil Espanhola (até 1939), conflito entre nacionalistas e republicanos
1939	Início do governo do General Francisco Franco (até 1975)
1939	Início da II Guerra Mundial. A Espanha permanece neutra
1945	Fim da II Guerra Mundial; a Espanha tem seu ingresso negado pela ONU
1955	Admissão da Espanha na ONU
1960	Fase de crescimento econômico, com expansão do turismo e entrada de divisas de emigrantes
1960	Surgimento de grupos como o ETA e o FRAP
1962	Espanha solicita sua entrada no Mercado Comum Europeu
1973	Assassinato do Presidente de Governo, Luis Carrero Blanco, pelo ETA
1975	Morte do General Francisco Franco, em 20 de novembro
1975	Início da transição da Espanha para a democracia (até 1982), com a coroação do Rei Juan Carlos I
1975	Adolfo Suárez é designado Presidente de Governo pelo Rei Juan Carlos
1978	Promulgação da Constituição democrática (ainda em vigor)
1982	Eleição de Felipe González, do PSOE, à Presidência de Governo
1986	Adesão da Espanha à Comunidade Econômica Europeia



1996	Partido Popular (PP) vence as eleições gerais, liderado por José María Aznar
1999	Adesão da Espanha à União Econômica e Monetária Europeia
2000	Eleições gerais: maioria absoluta do PP. Aznar continua à frente do Governo
2002	Entra em vigor o euro como moeda única europeia
2003	Aznar apoia a invasão do Iraque e envia tropas espanholas para combate na região
2004	Série de atentados terroristas em Madri mata 191 pessoas
2004	PSOE ganha as eleições e José Luis Rodríguez Zapatero torna-se Presidente da Espanha
2004	Zapatero toma, como primeira medida de seu governo, a retirada das tropas espanholas do Iraque
2006	ETA anuncia cessar-fogo permanente em toda região espanhola
2007	Atentado a bomba põe fim às negociações entre os separatistas e o governo de Madri
2008	Zapatero é reeleito à Presidência de Governo, em eleições em que tanto o PSOE quanto o PP logram aumentar seu número de deputados
2010	Espanha preside a UE no primeiro semestre, quando divide pela primeira vez as decisões da Presidência com as instâncias europeias
2010	ETA apresenta novo cessar-fogo, após período de intensa repressão policial, na Espanha e na França
2010	Governo empreende reformas trabalhista, previdenciária, financeira e do sistema de bancos; média nacional de desemprego chega a 20%
2011	ETA anuncia o fim do uso da violência (20/10)
2011	Eleições nacionais vencidas pelo PP. Posse de Mariano Rajoy como novo Presidente de Governo (21/12)
2014	O Rei Juan Carlos I abdica em favor de seu filho, Felipe VI
2018	Eleições nacionais vencidas pelo PSOE. Posse de Pedro Sánchez como novo Presidente de Governo



2019	Eleições nacionais vencidas pelo PSOE com maioria simples. PSOE encabeça o primeiro governo de coalizão desde a Segunda República. Pedro Sánchez é mantido como Presidente de Governo
2020	Pandemia de COVID-19 provoca mais de 80.000 mortes na Espanha e infecta aproximadamente 10% da população até o mês de novembro.



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
Ano	Evento
1834	A Espanha reconhece a independência do Brasil
1880	Década em que se inicia a imigração espanhola oficial em grande escala
1890	Reconhecimento da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Governo da Espanha
1933	A Legação do Brasil na Espanha é elevada à categoria de Embaixada
1936-40	Nova onda de imigração espanhola para o Brasil
1962	Inauguração da Casa do Brasil em Madri, do Colégio Maior Universitário na Universidade Complutense e do Centro Cultural brasileiro
1988	Assinatura do Tratado de Extradução entre Brasil e Espanha
1989	Assinatura do Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil
1991	Assinatura do Convênio de Seguridade Social
1996	Assinatura do Tratado sobre Transferência de Presos
2001	Início das atividades da Fundação Cultural Hispano-Brasileira, destinada à divulgação e promoção da cultura brasileira na Espanha
2003	Visita do Presidente Aznar ao Brasil. Assinatura do "Plano de Parceria Estratégica" entre Brasil e Espanha, durante a Cúpula Ibero-Americana em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia
2005	Assinatura da "Declaração de Brasília sobre a Consolidação do Plano de Parceria Estratégica", por ocasião da visita do Presidente do Governo José Luis Rodríguez Zapatero ao Brasil
2007	Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realiza visita oficial à Espanha.
2008 (maio)	Presidente de Governo José Luis Zapatero realiza visita oficial ao Brasil
2008 (outubro)	Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realiza visita à Espanha (Toledo e Madri)
2010	Assinatura do Acordo de Cooperação no âmbito da Defesa



2011	Início de programa de bolsas para alunos do Prouni na Universidade de Salamanca, para curso de graduação
2012 (junho)	Rei Juan Carlos, acompanhado do Ministro García-Margallo e de empresários espanhóis, visita o Brasil
2012 (novembro)	Presidente Dilma Rousseff visita a Espanha. Firmada a Declaração Presidencial Conjunta de Madri, que estabelece, entre outros, Grupo de Trabalho bilateral sobre cooperação industrial para a defesa.
2015 (abril)	Vice-Presidente Temer visita a Espanha.
2016 (setembro)	Presidente Temer encontra-se com o Presidente de Governo Rajoy à margem da Reunião do G-20 em Hangzhou, China.
2016 (novembro)	Chanceler Serra visita a Espanha, onde participa de Seminário sobre Oportunidades de Investimentos no Brasil, e, entre encontros com outras altas autoridades, entrega ao Rei Felipe VI e ao Presidente de Governo Mariano Rajoy convites do Presidente Temer para que visitem o Brasil.
2017	O Ministro de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), Gilberto Kassab, visita a Espanha.
2017	Visita do Presidente do Governo da Espanha, Mariano Rajoy, ao Brasil (24 e 25 de abril)
2018	Visita do Ministro Aloysio Nunes Ferreira à Espanha (Madri, 11 de outubro)
2019	A Presidente do Congresso dos Deputados da Espanha, Ana Pastor, esteve no Brasil para a posse do Presidente Jair Bolsonaro (janeiro)
2019	O Ministro do Turismo, Marcelo Henrique Teixeira Dias, visita Madri (maio de 2019)
2019	O Ministro de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, visita a Espanha
2020	O Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia realiza viagem oficial à Espanha (26 de fevereiro a 2 de março)
2021	Visita da Ministra Arancha González a Brasília.



ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação D.O.U.
Convenção para Regular a Troca de Correspondência	21/01/1870	30/04/1870	
Convenção de Arbitramento	08/04/1909	29/06/1911	04/02/1912
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares	28/11/1949	22/02/1954	15/03/1954
Acordo Cultural	25/06/1960	01/06/1965	19/08/1965
Acordo de Migração	27/12/1960	10/06/1964	06/07/1964
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	14/11/1974	03/12/1975	05/01/1976
Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha	12/05/1983	02/04/1993	08/06/1993
Convênio Zoossanitário para a Importação e a Exportação de Animais e de Produtos de Origem Animal	12/04/1984	26/02/1986	17/06/1986
Convênio de Defesa Fitossanitária	12/04/1984	14/12/1990	13/12/1990
Tratado de Extradicação	02/02/1988	30/06/1990	25/06/1990
Convênio de Cooperação para a Realização de Obras Previstas no Estudo de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa - Protocolo Anexo ao Convênio de Cooperação para João Pessoa, Correspondente ao Financiamento de Obras para o Ano de 1988	26/04/1988	05/10/1990	20/12/1990
Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil	13/04/1989	31/07/1991	04/07/1991



Convênio Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica e Protocolo de Intenções	13/04/1989	27/07/1992	20/08/1992
Convênio de Seguridade Social	16/05/1991	01/12/1995	08/11/1995
Tratado Geral de Cooperação e Amizade	23/07/1992	06/07/1994	04/08/1994
Tratado sobre Transferência de Presos	07/11/1996	22/04/1998	04/05/1998
Acordo de Cooperação na Área de Turismo	18/04/1997	20/05/1998	20/07/1998
Ajuste Complementar relativo à Realização da Terceira Edição do curso Ibero-Americano em Integração de Pessoas Portadoras de Deficiências	14/05/1998	17/06/1998	05/08/1998
Programa de Cooperação Brasil-Espanha para o Desenvolvimento Rural Integrado e Autossustentado da Região Semiárida brasileira	19/02/2002	26/08/2002	
Convênio Complementar ao Convênio de Seguridade Social	14/05/2002		Em ratificação
Acordo de Cooperação e Auxílio Jurídico em Matéria Penal entre o Brasil e a Espanha	22/05/2006	01/02/2008	09/12/2008
Convênio entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Cooperação em Matéria de Combate à Criminalidade	25/06/2007	31/08/2011	12/07/2013
Acordo para o Reconhecimento Recíproco e a Troca das Carteiras de Habilitação Nacionais	17/09/2007	07/04/2009	18/03/2009
Acordo Relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais	17/09/2007	16/11/2009	13/12/2012



Acordo sobre o Livre Exercício de Atividades Econômicas Remuneradas por Parte de Familiares de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares	17/09/2007	10/11/2009	11/02/2010
Acordo Complementar de Revisão do Convênio de Seguridade Social Firmado entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha	24/07/2012		Tramitação CN
Emenda, por troca de Notas, ao Acordo relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais	23/08/2013		Tramitação MRE



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ANDORRA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Setembro de 2021



DADOS BÁSICOS SOBRE ANDORRA	
NOME OFICIAL:	Principado de Andorra
GENTÍLICO:	andorrano (a)
CAPITAL:	Andorra-a-Velha
ÁREA:	467,63 km ²
POPULAÇÃO:	77.543 mil habitantes
LÍNGUA OFICIAL:	Catalão
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica (88,2%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Democracia parlamentar
PODER LEGISLATIVO:	Parlamentarismo Unicameral (Conselho Geral, com 28 membros)
CHEFE DE ESTADO:	Co-príncipes: Arcebispo Joan-Enric Vives i Sicília (desde 12 de maio de 2003); representado por Josep Maria Mauri (desde 20 de julho de 2012); e Emmanuel Macron (desde 14 de maio de 2017), representado por Patrick Strzoda (desde 14 de maio de 2017)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Xavier Espot Zamora (desde 16 de maio de 2019)
CHANCELER:	Maria Ubach Font (desde 17 de julho de 2017)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2019):	US\$ 3,154 bilhões (Banco Mundial)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):	US\$ 3,320 bilhões



PIB PER CAPITA (2019)	US\$ 45,887
PIB PPP PER CAPITA (2015)	US\$ 49,900
VARIAÇÃO DO PIB	1,8% (2019); 1,5% (2018); 0,3% (2017); 1,2% (2016)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2020):	0,868 (36ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2020):	81,9 anos
ALFABETIZAÇÃO:	n.d.
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019):	1,7%
UNIDADE MONETÁRIA:	euro
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Não há representação diplomática andorrana residente no Brasil.
BRASILEIROS NO PAÍS:	300

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-ANDORRA (FONTE: MDIC, US\$)						
BR → Andorra	2013	2015	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	1,300,899	161,463	124,450	393,000	2,055,000	228,800
Exportações	14,649	152,825	100,953	382,000	2,042,000	202.000
Importações	128,625	8,638	33,497	10,000	11,400	26,800
Saldo	-1,271,601	144,187	67,456	372,000	2,032,000	175,200



APRESENTAÇÃO

O Principado de Andorra é um país europeu localizado na cordilheira dos Pirineus, entre o nordeste da Espanha e o sudoeste da França. Com território de 467,63 km², Andorra é o sexto menor país da Europa, maior apenas que Malta, Liechtenstein, São Marino, Mônaco e Vaticano. O principado é também o único país do mundo cuja única língua oficial é o catalão.

O país é conhecido como uma principalidade ou diarquia, devido ao papel honorário concedido aos dois Co-Príncipes: o Bispo de Urgel, na Espanha, e o Presidente da França. Seu Parlamento, conhecido como Conselho Geral, criado em 1419, é o mais antigo da Europa.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Arcebispo Joan-Enric Vives i Sicília Co-príncipe



Nascido em 1949, em Barcelona. Em 1965 ingressou no Seminário, onde estudou Humanidades, Filosofia e Teologia. Foi ordenado sacerdote em 1974, tendo se tornado posteriormente Bispo Auxiliar de Barcelona, em 1993. Foi nomeado pelo papa João Paulo II como bispo coadjutor de Urgel em 2001. Após dois anos, tornou-se bispo de Urgel e, portanto, co-príncipe de Andorra.



Emmanuel Jean-Michel Frédéric Macron
Co-príncipe



Nascido em 1977, em Amiens. Estudou Filosofia na Universidade de Nanterre e concluiu Mestrado em Relações Públicas na Sciences Po. Formou-se na École Nationale d'Administration (ENA) em 2004. Trabalhou como funcionário público superior na Inspeção Geral de Finanças, e mais tarde, tornou-se banqueiro de investimento na Rothschild & Cie Banque. Macron foi nomeado vice-secretário geral do presidente por François Hollande em 2012 e ministro da Economia, Indústria e Assuntos Digitais em 2014. Em 2017, aos 39 anos, Macron tornou-se o presidente mais jovem da história da França.

Xavier Espot Zamora
Primeiro-ministro



Nascido em 1977, em Andorra. Graduou-se em Direito e Filosofia. Sua carreira foi predominantemente na área jurídica, tendo sido Secretário Judicial de Andorra entre 2004 a 2008. Também possui experiência jurídica em tribunais da França e da Espanha. Em 2011, tornou-se Secretário da Justiça e do Interior de Andorra, e em 2012 foi nomeado Ministro do Interior, no Governo de Antoni Martí (2015-2019, do partido Democratas por Andorra). Em 2015, acumulou a pasta de Ministro de



Assuntos Sociais. É líder do partido Democratas por Andorra (centro direita) desde dezembro de 2018. Foi eleito em abril de 2019 e assumiu a chefia do Governo em maio daquele ano.

RELAÇÕES BILATERAIS

A partir do ingresso de Andorra na Organização das Nações Unidas (ONU), em 1993, Brasil e Andorra passaram a manter diálogo político regular. A densidade das relações bilaterais é, contudo, modesta. Os contatos, usualmente por meio da Embaixada de Andorra em Madri, favorecem diálogo fluido e cordial. Nesse sentido, as excelentes relações bilaterais culminaram em positivos resultados em termos de apoios a candidaturas brasileiras a cargos multilaterais, principalmente no âmbito do sistema das Nações Unidas.

Em 2009, Andorra adotou normas de transparência bancária e fiscal ditadas pela OCDE, deixando de integrar a lista de paraísos fiscais da organização. Note-se, contudo, que a Receita Federal do Brasil ainda mantém o país na lista de países com tributação favorecida.

Episódio marcante das relações bilaterais entre Brasil e Andorra consistiu na visita do Ministro de Negócios Estrangeiros Gilbert Saboya Sunyé a Brasília, em abril de 2013, quando manteve contato com o então Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota. Tratou-se da primeira visita de chanceler andorrano ao país. Na ocasião, foi assinado Memorando de Entendimento para a Cooperação na Área do Turismo, com o intuito de encorajar o intercâmbio de turistas e os investimentos mútuos no setor, além do intercâmbio de especialistas e de troca de experiências e informações sobre turismo.

O ex-Presidente Michel Temer, teve a oportunidade de saudar o então Chefe de governo do Principado, Antoni Petit, e sua esposa durante a recepção por ocasião da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos Rio-2016. Além disso, Petit encontrou-se com o então Vice-Presidente Temer por ocasião da Cúpula Ibero-americana de Veracruz, em 2014. Em 2016, o então Ministro do Turismo, Henrique Alves, manteve encontro com o Ministro do Turismo e Comércio de Andorra, Francesc Camp Torres, à margem da Feira de Turismo, em Madri, ocasião na qual a parte andorrana



manifestou interesse em promover o turismo entre os brasileiros que visitam a Espanha todos os anos, tendo em vista a proximidade histórica e cultural entre Andorra e a Catalunha.

Em 2018, o então Presidente da República, Michel Temer, manteve reunião com o Presidente de Governo andorrano à margem da XXVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em Antígua, Guatemala, quando trataram da Secretaria Pro Tempore andorrana da Conferência Ibero-Americana (2019-2020).

A cooperação bilateral segue focada no âmbito consular, dado o elevado número de turistas brasileiros que anualmente chegam ao Principado, assim como o emprego de nacionais brasileiros na indústria do turismo sazonal de inverno. Também são frequentes os intercâmbios de pedidos de cooperação jurídica internacional.

Nesse contexto, em abril de 2018, foi criado Consulado Honorário em Andorra-a-Velha.

Andorra tem participação ativa no âmbito ibero-americano. Desde 2005, o país participa das Reuniões de Cúpula Ibero-Americanas. Em 2016, a capital andorrana ostentou o título de Capital da Cultura Ibero-Americana e sediou a XXV Conferência Ibero-Americana de Ministros da Educação. Cumpre sublinhar a eleição de Andorra para assumir a Presidência Pro Tempore Ibero-Americana, por ocasião do encontro de chanceleres realizado, em dezembro de 2018, em Antígua, Guatemala. Desse modo, a capital Andorra-a-Velha sediou, em abril de 2021, a XXVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

Ainda no âmbito ibero-americano, Andorra participou com contribuição financeira a projeto trilateral Brasil-Guatemala-México na área de aleitamento materno e banco de leite humano.

Na XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada na Ilha do Sal, em Cabo Verde, nos dias 17 e 18 de julho de 2018, foi atribuída a categoria de Observador Associado ao Principado de Andorra.

Em 12 de novembro de 2020, realizou-se videoconferência entre o ex-Ministro Ernesto Araújo e sua homóloga andorrana, dando continuidade a contato telefônico de outubro do mesmo ano. Na ocasião, tratou-se da Conferência Ibero-Americana e de temas bilaterais, como transparência bancária e fiscal, combate ao financiamento do crime internacional, em especial o impedimento da lavagem de dinheiro, e aprofundamento das



negociações bilaterais para um acordo sobre bitributação e cooperação em matéria de turismo.

POLÍTICA INTERNA

As origens da organização estatal andorrana são baseadas no instituto do co-principado e remontam ao século XIII, quando se estabeleceu espécie de "condomínio feudal" entre Roger Bernardo III de Foix e Pedro de Urtx. No século XV, foi criado um Conselho da Terra, formado por representantes das unidades administrativas ("paróquias"), instituição que evoluiu gradativamente até se converter no parlamento (Conselho Geral) de Andorra, no século XIX. Inicialmente, a figura do Síndico Geral do parlamento concentrava atividades executivas e judiciais. Desde que Napoleão voltou a assumir a soberania sobre Andorra, após breve lapso de tempo em que a França a recusara, formalizou-se o condomínio entre França e a Sé de Urgel, razão pela qual, até os dias atuais, a chefia de Estado recai sobre o Presidente da República Francesa e o Bispo de Urgel. Em 1982, foi estabelecido o Conselho Executivo de Andorra, composto por um presidente e quatro ministros.

No contexto da modernização gradativa das instituições andorranas, aprovou-se por referendo popular, em 1993, a primeira Constituição escrita do país. O texto acordado assegura a soberania popular, inclusive por meio de iniciativa legislativa da população (desde que reunidas assinaturas de 10% dos habitantes) e limita a dois mandatos sucessivos a escolha do Síndico, dos prefeitos e integrantes do Judiciário. A aprovação da Constituição coincide com o ingresso de Andorra nas Nações Unidas e seu reconhecimento internacional.

Segundo a Constituição de Andorra, "os co-príncipes são o símbolo e a garantia da permanência e da continuidade de Andorra, assim como de sua independência e do sustento do espírito de igualdade nas relações de equilíbrio com os Estados vizinhos". Embora as atribuições sejam, na prática, meramente protocolares, o texto constitucional estabelece que os co-príncipes encarnam as funções de arbitrar e moderar o funcionamento dos poderes públicos e das instituições andorranas.



O país tem cerca de 77 mil habitantes, dos quais 50% são estrangeiros, oriundos, principalmente, de França, Espanha e Portugal.

Em abril de 2011, Antoni Martí Petit, líder do partido de centro-direita "Dèmoçrates de Andorra" (DA), assumiu a chefia de governo do Principado, havendo sido reeleito, em março de 2015, para novo mandato de quatro anos. A reeleição de Martí Petit foi interpretada como voto de confiança do eleitorado andorrano em amplo de processo de reformas iniciado por seu Governo, a raiz dos efeitos da grave crise econômica que derivou da recessão espanhola entre 2008 e 2012. A bancada do partido governista, não obstante, reduziu-se em sete representantes em relação à legislatura anterior, quando detinha 22 assentos. A vitória do DA foi matizada pelo crescimento da agremiação Liberals d'Andorra (LdA), de orientação conservadora, que passou a ser a segunda força política do país, com oito deputados.

O então governo andorrano tinha os objetivos de consolidar a abertura do Principado ao exterior, ao identificar sete desafios a serem enfrentados pelo país: i) intercâmbio automático de informações tributárias; ii) soberania energética e sustentabilidade; iii) incremento da oferta educativa; iv) melhoria das comunicações com o exterior; vi) oferta cultural; e vii) associação com a União Europeia.

Em 2019, Petit dissolveu o Conselho Geral (Parlamento) e convocou eleições. O Decreto correspondente foi assinado pelos co-príncipes, seguindo medida prevista no calendário eleitoral andorrano. Nas eleições, a chapa do então Ministro de Assuntos Sociais, Justiça e Interior, Xavier Espot Zamora, também pelo DA, foi exitosa com acordo de coalizão com as lideranças do LdA e do Cidadãos Comprometidos (CC), que ocupam Ministérios da atual administração. Nas eleições de 2019, o DA obteve 11 assentos, o LdA 4, o CC, 2 (totalizando 17 conselheiros na coalizão), o Partido Social-Democrata (oposição) 7, Terceira Via 4 (abstiveram-se na eleição do Chefe de Governo).

POLÍTICA EXTERNA

Em 1993, Andorra tornou-se membro pleno das Nações Unidas. O país busca adequar-se paulatinamente ao amplo acervo de diplomas multilaterais. Andorra sublinha a importância do Objetivo de



Desenvolvimento Sustentável N° 4 (educação), declaradamente o eixo da diplomacia multilateral do Principado.

Ressalta-se a singularidade de Andorra como único país dotado de identidade em suas relações internacionais com a Ibero-América e a Francofonia. O país mantém relações reconhecidamente excelentes com a Espanha, consubstanciadas em cerca de 40 acordos nos mais diversos setores e marcada por frequentes visitas de alto nível. O então Presidente Rajoy visitou o país em 2015 - a primeira visita de um Chefe de Governo espanhol ao país.

Andorra está empenhada em negociações para um Acordo de Associação com a União Europeia (UE) que lhe permita aceder, sem barreiras, ao mercado comunitário, preservando, contudo, especificidades próprias. O país já assinou com o bloco instrumentos que regulam a participação na união aduaneira comunitária (1990), acordo monetário (2011), e acordo sobre intercâmbio automático de informações em matéria fiscal (2014). Em 2016, foi firmado acordo sobre troca de dados de contas financeiras.

Além da ONU, Andorra é membro da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), do Tribunal Penal Internacional (TPI), da União Internacional de Telecomunicações (ITU), do Conselho da Europa, da Organização Mundial do Turismo, da Organização de Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), e da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol). O país acedeu ao FMI como membro em 16 de outubro de 2020.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O PIB nacional é em grande medida centrado no sistema financeiro e no turismo. O país adquiriu grande experiência e *know-how* na prestação de serviços turísticos, notadamente no inverno. Andorra recebe cerca de 500 mil visitantes por mês, totalizando número recorde de 8 milhões em 2019, com foco voltado para as estações de esqui e o comércio de luxo. O Principado está incluído em circuitos esportivos como a Copa do Mundo de Esqui Alpino e o “Tour de France”.



As prioridades do Governo consistem, em contexto dos planos de modernização da economia local, na construção de imagem de transparência de seu sistema financeiro por meio de compromissos de intercâmbio automático de informações tributárias e acordos de bitributação. Em 2009, Andorra adotou normas de transparência bancária e fiscal ditadas pela OCDE, deixando de integrar a lista de paraísos fiscais da organização. A partir de então, Andorra firmou mais de vinte acordos bilaterais sobre intercâmbio de informação fiscal, bem como convênios para evitar bitributação.

Em 2018, entrou em vigor, uma das principais medidas legislativas com impacto sobre o modelo econômico andorrano: a lei de intercâmbio automático de informação em matéria fiscal. Trata-se de importante esforço de modernização da economia local, com vistas ao reconhecimento internacional da transparência do setor bancário local.

O Governo de Antoni Petit também implementou modelo de isenção tributária para determinados setores, como “ferramenta de competitividade fiscal”. Estima-se que 25% da mão-de-obra do país esteja isenta de pagamento de imposto sobre a renda, a maioria nos setores de hotelaria, comércio e estações de esqui. As sociedades andorranas são isentas de pagamentos de impostos sobre dividendos.

Em 2019, a Standard & Poor’s manteve a qualificação de risco do país como BBB/A-2, considerando positivas as políticas de diminuição da dívida pública, candidatura ao FMI e evolução das negociações para ingresso na UE. Em outubro de 2020, Andorra acedeu ao FMI como membro.

Por suas dimensões, o país é essencialmente importador, tendo déficit na corrente de comércio com o mundo de cerca de um pouco mais de US\$ 1 bilhão. Seus principais parceiros comerciais são: Espanha, França, China, Itália, Alemanha e Reino Unido. A Espanha é o maior demandante dos serviços financeiros andorranos, maior investidor estrangeiro no país, comprador de metade de suas exportações, fornecedor de cerca de 62% de suas importações e principal país de origem dos turistas que chegam a Andorra. Cerca de 40% dos investimentos externos em Andorra provêm da Espanha.

Intercâmbio comercial Brasil - Andorra



As trocas comerciais Brasil-Andorra são ainda pouco expressivas. O principado é o 216º destino das vendas e a 182ª origem das compras brasileiras (2020). Após cinco anos consecutivos de déficits nas transações comerciais com o principado, o Brasil reverteu a tendência e obteve superávits a partir de 2015. Vale observar que não existe tradição nos produtos comercializados: a cada ano, novos produtos compõem a pauta, que não se repete no período seguinte.

Em 2020, o fluxo comercial foi de US\$ 228.800 (-90% frente a2019). As exportações brasileiras recuaram 90% (de US\$ 2,04 milhões em 2019 para US\$ 202.000 em 2020), ao passo que as importações mantiveram-se em baixo patamar, no nível dos US\$ 26.800.

Os produtos industrializados representaram a totalidade do fluxo comercial bilateral. Os produtos brasileiros exportados em 2020 foram: motores de pistão e suas partes (22%); madeiras (13%), compressores de ar (10%) e manufaturas de madeira (8,7%). Os principais produtos importados foram: artigos de plástico (32%), compressores de ar e ventiladores (24%), instrumentos e aparelhos de medição (13%) e material impresso (12%).

A Receita Federal do Brasil mantém Andorra na lista de países com tributação favorecida.



CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1133	O conde de Urgell cede Andorra ao bispo de Urgell.
1278	Nos termos do acordo de "pareage", Andorra adota fidelidade conjunta a um príncipe francês e um espanhol, após disputas entre herdeiros franceses do condado de Urgell e bispos espanhóis de Urgell.
1419	O Conselho da Terra, órgão eleito, é estabelecido para lidar com questões locais.
1607	Édito real francês estabelece que chefe de Estado francês e bispo de Urgell serão co-príncipes de Andorra.
1936-39	Tropas francesas são enviadas para proteger Andorra na Guerra Civil Espanhola.
1982	Primeiro ramo executivo do governo toma posse. Sua liderança é eleita pelo Conselho da Terra.
1990	Andorra assina acordo que estabelece união aduaneira com a União Europeia.
1993	Primeira constituição é adotada, por referendo. Documento reduz poderes feudais dos dois príncipes. Novos órgãos executivos, legislativos e judiciais do governo são criados.
1993	Andorra se junta às Nações Unidas.
1993	França, Espanha estabelecem embaixadas em Andorra.
2004	Assinado Acordo de Cooperação com a União Europeia (UE), que entra em vigor no ano seguinte.
2011	Assinado acordo com a UE que permite que o euro seja a moeda oficial de Andorra. O acordo entra em vigor em 2012.
2013	Andorra introduz o imposto de renda pessoal pela primeira vez, sob pressão da União Europeia para combater a evasão fiscal.
2016	EUA suspendem sanções impostas em 2015 contra o quarto maior banco de Andorra, o Banca Privada d'Andorra, por lavagem de dinheiro.
2016	O Parlamento aprova planos para acabar com o sigilo das contas bancárias de residentes da UE a partir de janeiro de 2018.
2019	O Parlamento Europeu emite recomendação positiva à eventual assinatura de acordo de associação entre a UE e Andorra.



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
1993	Com a entrada de Andorra nas Nações Unidas, o Brasil passa a manter diálogo político regular com o Principado.
1997	Nomeação do primeiro embaixador não-residente do Brasil para Andorra, residente em Madri.
2013	O ministro dos Assuntos Exteriores de Andorra, Gilbert Saboya Sunyé, visita o Brasil, ocasião na qual é firmado Memorando de Entendimento sobre Turismo.
2016	O então ministro do Turismo, Henrique Alves, mantém encontro com o ministro do Turismo e Comércio de Andorra, Francesc Camp Torres, à margem da Feira de Turismo, em Madri.
2020	O então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, mantém videoconferência com sua homóloga de Andorra, Maria Ubach Font, dando continuidade a contato telefônico de outubro do mesmo ano.

ACORDOS BILATERAIS

Não há registro de acordos bilaterais entre Brasil e Andorra além de Memorando de Entendimento Bilateral em Turismo, assinado em 2013.





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 59, DE 2021

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)



MENSAGEM N° 574

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de novembro de 2021.



EM nº 00211/2021 MRE

Brasília, 21 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Áustria, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



09/11/2021 09:29

SEI/PR - 2992308 - OFÍCIO

00001.008260/2021-56



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 908/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 08 de novembro de 2021.

A Sua Excelência, o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de Autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a essa Secretaria, Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa, o nome do Senhor NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

Atenciosamente,

MARIO FERNANDES

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República, Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Mario Fernandes, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República substituto**, em 08/11/2021, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2992308** e o código CRC **AB60E4E5** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



09/11/2021 09:29

SEI/PR - 2992308 - OFÍCIO

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.008260/2021-56

SEI nº 2992308

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA**

CPF.: 186.636.481-20

ID.: 8293 MRE

1957 Filho de João Tabajara de Oliveira e Anna Maria Tabajara de Oliveira, nasce em 4 de março, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1982 CPCD – IRBr
 1995 CAD – IRBr
 2007 CAE - IRBr, Novas ameaças, velhas vulnerabilidades: o novo conceito de segurança hemisférica e a agenda de desenvolvimento latino-americana.

Cargos:

1983 Terceiro-secretário
 1988 Segundo-secretário
 1996 Primeiro-secretário, por merecimento
 2003 Conselheiro, por merecimento
 2008 Ministro de segunda classe, por merecimento
 2013 Ministro de primeira classe

Funções:

1983-85 Divisão de Passaportes, assistente
 1985-87 Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, assistente
 1987-90 Embaixada no Vaticano, terceiro-secretário e segundo-secretário
 1990-93 Embaixada em Santiago, segundo-secretário
 1993-96 Embaixada em Nova Delhi, segundo-secretário
 1996-99 Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, chefe, substituto
 1998 XXI Reunião da Comissão Internacional para Conservação do Atum Atlântico, chefe de delegação
 1999 Reunião Extraordinária para Determinação de Critérios para Designação de Quotas no âmbito da ICCAT, chefe de delegação
 1999-2001 Embaixada em Estocolmo, primeiro-secretário
 2001-03 Departamento de Organismos Internacionais, assessor
 2003-06 Divisão da Organização dos Estados Americanos, chefe
 2006-08 Missão junto à OEA, Washington, conselheiro
 2008-11 Representação Permanente junto à Conferência do Desarmamento, Genebra, ministro-conselheiro
 2001-13 Departamento de América Central e Caribe, diretor
 2013-15 Gabinete do Ministro de Estado, assessor especial
 2015-16 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, assessor especial
 2016-18 Departamento de Assuntos de Defesa e Segurança, diretor
 2018-19 Subsecretaria-Geral de Assuntos Multilaterais, Europa e América do Norte, subsecretário-geral
 2019- Embaixada em Estocolmo, embaixador

Condecorações:

1987 Medalha do Mérito de Tamandaré, Brasil
 1989 Ordem de São Gregório Magno, Vaticano, Comendador
 1997 Medalha de Amigo da Marinha, Brasil
 2010 Ordem do Mérito Militar, Comendador
 2011 Ordem do Mérito Naval, Comendador
 2012 Ordem de Rio Branco, Grande Oficial



2014	Medalha Mérito da Polícia do Exército - Exército do Brasil - 2014
2016	Ordem do Mérito da Defesa, Comendador
2016	Ordem do Mérito Santos-Dumont
2016	Medalha Ordem do Mérito Naval, Brasil, promoção a Grande Oficial
2016	Medalha Mérito do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, Grão Mestre
2016	Medalha do Pacificador - Exército do Brasil
2016	Medalha Marechal Cordeiro de Farias - Escola Superior de Guerra
2016	Ordem do Mérito da Aeronáutica, Grande Oficial
2017	Medalha da Vitória, Ministério da Defesa
2017	Ordem de Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, Grã Cruz
2018	Ordem do Mérito Militar, Exército do Brasil, promoção a Grande Oficial
2019	Ordem do Mérito Judiciário Militar - Grande Oficial

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Europa
Divisão de Europa II

ÁUSTRIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Setembro de 2021



DADOS BÁSICOS SOBRE ÁUSTRIA	
NOME OFICIAL	República da Áustria
GENTÍLICO	austriaco
CAPITAL	Viena
ÁREA	83.879 km²
POPULAÇÃO (2019)	8,9 milhões
LÍNGUA OFICIAL	Alemão
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo (73,8%), Protestantismo (4,9%), Islamismo (4,2%), Nenhuma (12%).
SISTEMA DE GOVERNO	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral, composto pelo Conselho Nacional (<i>Nationalrat</i>) e pelo Conselho Federal (<i>Bundesrat</i>)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Federal Alexander Van der Bellen (desde 26 de janeiro de 2017)
CHEFE DE GOVERNO	Chanceler Alexander Schallenberg (desde outubro de 2021)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Michael Linhart (desde outubro de 2021)
PIB NOMINAL (2020)	US\$ 429 bilhões
PIB “per capita” NOMINAL (2020)	US\$ 58.150
VARIAÇÃO DO PIB	3,5% (2021, est); -6,6% (2020); 1,4% (2019); 2,6% (2018).
IDH (2020)	0.922 (18ª posição)
EXPECTATIVA DE VIDA	81,5 anos
TAXA DE DESEMPREGO (2020)	5,7%
UNIDADE MONETÁRIA	Euro
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Dr. Stefan Scholz
COMUNIDADE BRASILEIRA	Registram-se 10 mil brasileiros residentes na Áustria.

Brasil → Áustria (Em US\$ milhões)	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	1.748	1.527	1.277	1.040	1.139	1.050	1.312	1.112	966
Exportações	228	139	147	139	89	137	212	149	114
Importações	1.520	1.388	1.130	901	1.050	913	1.100	963	852
Saldo	-1.292	-1.249	-983	-762	-961	-776	-888	-814	-738



APRESENTAÇÃO

A Áustria é uma República Federal democrática que se localiza na Europa Central. O país faz fronteira com a Alemanha e a República Tcheca ao Norte; com a Itália e a Eslovênia ao Sul; com a Hungria e a Eslováquia ao Leste; e com a Suíça e Lichtenstein a Oeste. O território austríaco ocupa 83.879 quilômetros quadrados, e a sua população compreende 8,9 milhões de habitantes. A língua oficial federal é o alemão.

As origens da Áustria moderna remontam aos domínios da Dinastia Habsburgo na Europa central. Nos séculos XVII e XVIII, a dinastia ampliou seus territórios frente ao enfraquecimento das soberanias otomana e polonesa. Com as Guerras Napoleônicas, no início do século XIX, o imperador Francisco José I da Áustria abdicou da coroa do Sacro Império Romano-Germânico e viu seus domínios serem repartidos por aliados de Napoleão Bonaparte: o Tirol foi ocupado pelo Reino da Baviera e pelo Reino da Itália, e o Principado de Trento e o Bressanone foram ocupados por tropas francesas.

Em aliança com o Reino Unido, a Prússia e a Rússia, o Império Austríaco dedicou-se a conter a expansão napoleônica no continente europeu. A serviço do ministro do Exterior imperial austríaco desde 1809, o príncipe Von Metternich teve papel central na construção de aliança para contenção da França, da restauração e da construção do novo equilíbrio europeu, que culminou, em 1815, com o Congresso de Viena. O Império obteve, então, terras do antigo Sacro Império, que consistiram basicamente na atual Alemanha, ainda à época fragmentada em várias monarquias regionais. Na ocasião, a Áustria tomou parte, em conjunto com a Prússia e estados alemães menores, da Confederação Germânica.

As derrotas nas guerras contra a Itália (1859) e a Prússia (1866) puseram fim à suserania austríaca no norte da Itália e à influência de Viena sobre os estados alemães. A derrota provocou, também, a saída da Áustria da Confederação Germânica, fator que facilitou a unificação da Alemanha logo após, em 1871. Enfraquecida, a monarquia austríaca aceitou compartilhar o poder com os húngaros, então a segunda etnia mais importante do império, dando origem, ao Império Austro-Húngaro. A criação do Império não aplacou os ânimos de grupos que reclamavam autonomia e autogoverno. As revoltas internas culminaram com o assassinato do arquiduque e herdeiro do trono, Francisco Ferdinando, o que foi, por sua vez, o estopim da Primeira Guerra Mundial.

Ao final da Grande Guerra, o Império Austro-Húngaro foi derrotado e dissolvido. Hungria, Tchecoslováquia, Polônia, Romênia e Iugoslávia herdaram territórios então vinculados a Viena. Em 1918, foi proclamada a Primeira República, que durou até a ascensão do fascismo na Áustria, em 1933. Em 1938, o país foi anexado à Alemanha nazista. Em 1945, foi instaurada a Segunda República, embora a Áustria seguisse dividida em áreas de ocupação britânica, francesa, norte-americana e soviética até 1955, ano em que recuperou a soberania plena sobre seu território. No mesmo ano, o país declarou sua neutralidade permanente por norma constitucional e tornou-se membro das Nações Unidas.

A Áustria é composta por nove províncias: Viena, Alta Áustria, Baixa Áustria, Estíria, Caríntia, Salzburgo, Tirol, Vorarlberg e Burgenland. A capital do país e maior



cidade, com população de cerca de 1,7 milhão, é Viena. Outras grandes áreas urbanas da Áustria incluem Graz, Linz, Salzburgo e Innsbruck. O país tem alto padrão de vida e ocupa a 18ª posição no ranking global de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A Áustria foi, ainda, membro fundador da OCDE em 1961. Aderiu à União Europeia em 1995, assinou o Acordo de Schengen em 1995 e adotou o euro em 1999.



PERFIS BIOGRÁFICOS**Alexander Van der Bellen**
Presidente Federal da República da Áustria

Nasceu em Viena, em 18 de janeiro de 1944. Membro de família nobre russa de ascendência neerlandesa, refugiada do stalinismo, Van der Bellen cursou economia na Universidade de Insbruke, onde recebeu seu doutorado em 1970. Foi professor de economia na Universidade de Viena antes de ingressar na carreira política. Ex-membro do Partido Social-Democrata (SPÖ), integrou o Conselho Nacional austríaco (Assembleia Nacional) pelo Partido Verde de 1994 a 2012 e foi líder do Partido entre 1997 e 2008. Em 2012, deixou o Parlamento e tornou-se membro do Conselho Municipal de Viena (legislativo municipal). É presidente federal da Áustria desde 26 de janeiro de 2017.

Alexander Schallenberg
Chanceler Federal da República da Áustria

Alexander Schallenberg nasceu em Berna, em 1969. É filho de antigo secretário-geral do MNE austríaco. Após graduar-se em direito pela Universidade de Viena e pela Universidade de Paris II Panthéon-Assas, ingressou na carreira diplomática em 1997. Quando Sebastian Kurz (ÖVP) tornou-se ministro dos Negócios Estrangeiros, em 2013, Schallenberg foi nomeado chefe do Planejamento Estratégico. Apesar de não ser filiado a qualquer partido, Schallenberg fez parte da equipe negociadora do Partido Popular



(ÖVP) para a coalizão do primeiro governo de Kurz, em 2017. Como chefe da Seção de Coordenação Europeia na Chancelaria Federal, desempenhou papel central na presidência austríaca do Conselho Europeu, em 2018. Em junho de 2019, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros pelo governo transitório de Brigitte Bierlein. Em janeiro de 2020, foi reconduzido ao cargo no gabinete Kurz II. Tomou posse como Chanceler Federal em outubro de 2021.



RELAÇÕES BILATERAIS

As relações Brasil-Áustria são cordiais. Ancoram-se em laços históricos e culturais, entre os quais: (i) o casamento, em 1817, da arquiduquesa Leopoldina de Habsburgo com o futuro imperador do Brasil, D. Pedro I; (ii) o exílio no Brasil, durante o nazismo, de Stefan Zweig (à época o mais popular escritor austríaco), bem como de outros migrantes, como o escritor e jornalista Otto Maria Carpeaux; (iii) a iniciativa do Brasil, na 7ª AGNU, em 1952, em favor do pleno restabelecimento da soberania austríaca. Brasil e Áustria, ademais, compartilham e defendem, no plano internacional, valores e objetivos comuns, como democracia e estado de direito, direitos humanos, reforço do multilateralismo, desarmamento nuclear, proteção ao meio ambiente e apoio ao desenvolvimento sustentável.

Há amplo espaço para a cooperação em foros internacionais, em razão da mencionada convergência de valores. No plano econômico, deve-se sublinhar a importante dimensão dos investimentos diretos brasileiros na Áustria. Outro aspecto relevante da relação bilateral é a presença na Áustria de comunidade brasileira estimada em 10 mil nacionais. Há aproximadamente 3.800 austríacos residentes no Brasil. A cooperação cultural é outro elemento importante. Em outubro de 2013, foi assinado memorando de entendimento entre o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), o Kunsthistorisches Museum (KHM - Museu de História da Arte) e o Weltmuseum Wien (antigo Museu de Etnologia). O acervo do Weltmuseum Wien, cujo material foi recolhido pela expedição científica austríaca que acompanhara a arquiduquesa Leopoldina ao Brasil, constitui, possivelmente, a mais importante coleção de etnologia sobre o País no exterior. Parte do acervo foi visto pela primeira vez no Brasil na exposição "Leopoldina, a princesa da Independência", ocorrida até junho de 2017, no Museu de Arte do Rio.

A mais recente visita em nível presidencial foi realizada em 2006, a Viena (à margem de cúpula CELAC-UE), reciprocando visita ao Brasil do ex-Presidente Federal Heinz Fischer, em 2005, e do ex-Chanceler Federal Alfred Gusenbauer, em 2008. Em 2013, o então Ministro das Relações Exteriores brasileiro visitou Viena em duas oportunidades, havendo, em ambas as ocasiões, mantido encontros bilaterais com seu então homólogo, Michael Spindelegger, o qual havia realizado, em 2010, visita ao Brasil. Do lado austríaco, registraram-se visitas ao Brasil dos ministros da Justiça, Beatrix Karl (2012) e Wolfgang Brandstetter (2014), bem como do Ministro da Ciência e Pesquisa Karlheinz Töchterle (2013), entre outras.

No âmbito do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas (2008), foram realizadas, no período de 2010 a 2018, seis reuniões de Consultas Políticas. A sexta reunião ocorreu em 2018, em Brasília, no nível de subsecretários políticos, ocasião em que foram discutidos temas de interesse comum nas esferas bilateral, multilateral e regional.

Em 31/10/2019, foi realizada visita ao Brasil do Secretário-Geral do MNE austríaco, Johannes Peterlik, o qual manteve encontro com a sra. Secretária-Geral interina e reunião de consultas com o sr. Diretor do Departamento de Europa.



Em 12/11/2020, por fim, foi realizada conversa telefônica entre o então Ministro Ernesto Araújo e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Áustria, Alexander Schallenberg, com o objetivo de trocar impressões sobre o acordo Mercosul-União Europeia, a acessão do Brasil à OCDE, a situação na Venezuela e temas das relações bilaterais.

Entre os acordos bilaterais em vigor destacam-se: o Acordo para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital (1976); o Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial (1986); o Acordo sobre Serviços Aéreos (1995); e o Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica (2005). Tratado de Extradução, celebrado em 03/09/2014, e acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia, assinado em 19/6/2019, encontram-se em tramitação no Congresso Nacional. Em 31/10/2019, por ocasião da visita ao Brasil do secretário-geral austríaco Johannes Peterlik, foi celebrado acordo sobre o exercício de atividades remuneradas por dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico. Os textos bilaterais de acordos sobre Previdência Social e Cooperação Cultural encontram-se em fase final de negociação.

Assuntos Consulares

Estima-se haver cerca de 10 mil cidadãos brasileiros na Áustria. Além do setor consular da Embaixada em Viena, consulados honorários em Bregenz, Graz, Innsbruck, Linz e Salzburgo prestam assistência a cidadãos brasileiros na Áustria.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais para a Áustria.

POLÍTICA INTERNA

A Áustria está entre os países de mais alto desenvolvimento, com estabilidade democrática, economia avançada e competitiva e alto nível de homogeneidade e coesão social. A conjuntura interna recente tem sido marcada, entretanto, por tendências de fragmentação e de erosão do apoio popular aos dois partidos políticos tradicionais do pós-guerra.

Desde o início da chamada Segunda República, a chefia de governo vinha sendo exercida por um dos grandes partidos tradicionais – o Social-Democrata (SPÖ) e o Democrata-Cristão (CS), que se fundiu ao Partido Popular (ÖVP) – ou por meio de uma “grande coalizão” entre os dois.

Nas eleições legislativas de 1999, observou-se o crescimento na preferência dos eleitores pelo partido Partido da Liberdade (FPÖ), de direita, que ficou então em segundo lugar no pleito e obteve 26,9% dos votos, seu melhor resultado em uma eleição nacional, à frente do tradicional Partido Popular (ÖVP). O ÖVP e FPÖ lograram então formar governo de coalizão, que perdurou até 2006, sob a chefia do ÖVP. Nas eleições legislativas de 2013, o FPÖ obteve 20,5% dos votos e, mais recentemente, logrou estar à frente do SPÖ e do ÖVP em algumas eleições regionais, tendo sido o segundo maior partido no pleito em Viena.



Nesse contexto inserem-se a eleição presidencial de 2016, com primeiro turno em abril e segundo turno em maio daquele ano. No passado, sempre que houve segundo turno em eleições presidenciais, o confronto fora disputado entre candidatos do SPÖ e do ÖVP. Todos os chefes de estado da Segunda República pertenciam, na origem, a um desses dois partidos. Em 2016, pela primeira vez, chegaram ao segundo turno apenas os candidatos dos “Verdes” (ainda que nominalmente apresentado como independente), Alexander Van der Bellen, e do FPÖ, Norbert Hofer. O segundo turno foi vencido por estreitíssima margem, pelo candidato “verde”, mas acabou anulado pelo Tribunal Constitucional. Este determinou a repetição do pleito, realizado em 4 de dezembro de 2016, quando Van der Bellen derrotou Hofer com 53,8% dos votos, tornando-se presidente federal.

O primeiro governo do Chanceler Federal Sebastian Kurz, iniciado em dezembro de 2017, chegou ao final em maio de 2019. Em 20 de maio, Kurz aceitou a renúncia de todos os ministros do ÖVP, e, no dia 27, seu governo foi derrotado em moção de desconfiança no parlamento.

No dia 30/6/2019, o presidente Van der Bellen nomeou a juíza Brigitte Bierlen, vice-presidente do Tribunal Constitucional, para assumir o cargo de Chanceler Federal do governo de transição até a realização de novas eleições, que ocorreram em 29 de setembro de 2019. Nestas últimas, o Partido Popular (ÖVP) obteve 38,4% dos votos, que lhe garantiram 71 representantes no Conselho Nacional (de um total de 183 assentos); o Partido Social-Democrata (SPÖ) alcançou 21,5% dos votos e 40 cadeiras; o Partido da Liberdade (FPÖ), 17,3% dos votos e 30 cadeiras; os Verdes, 12,4% e 26 cadeiras; e os NEOS, 7,4% dos votos e 15 cadeiras (há ainda um deputado independente). Os deputados tomaram posse em 23 de outubro de 2019.

Após meses de negociação, tomou posse o governo Kurz II em 7 de janeiro de 2020. Foi costurada inédita aliança entre o ÖVP e os Verdes.

Frente a acusações de corrupção apresentadas pelo Ministério Público, Kurz renunciou em 10/10/2021. Ele retorna a seu mandato de deputado, segue como líder do ÖVP no Parlamento e se mantém na presidência do partido. Nessas condições, preserva o assento nas reuniões do Conselho de Ministros e a influência sobre a legenda.

Poder Executivo

O chefe de Estado da Áustria é o "*Bundespräsident*" (presidente federal), que é eleito diretamente pela população a cada seis anos, limitado a dois mandatos consecutivos. O presidente federal nomeia o "*Bundeskanzler*" (chanceler federal), bem como os outros membros do governo federal. O chanceler federal é o chefe de governo, que pode ser destituído por decreto presidencial ou por voto de desconfiança do Conselho Nacional (Assembleia Nacional).

Poder Legislativo

O Poder Legislativo é bicameral. O Parlamento é composto pelo Conselho Nacional (Assembleia Nacional, Câmara Baixa) e pelo Conselho Federal (Assembleia Estadual, Câmara Alta). O primeiro tem 183 deputados; o segundo, 61 membros. O



Conselho Nacional é constituído a partir de eleições gerais a cada cinco anos e é a casa principal do legislativo austríaco. Os membros da segunda câmara, o Conselho Federal, são nomeados pelas nove províncias (*Länder*). O Conselho Federal representa os interesses das províncias e o seu poder é de natureza negativa, facultando-lhe vetar decisões do Conselho Nacional, o qual pode, contudo, anular eventuais vetos do Conselho Federal.

A eleição para o Conselho Nacional é realizada a cada cinco anos, ou a qualquer momento, em caso de dissolução da Casa, determinada pelo presidente a pedido do governo, ou por autodissolução, a partir de uma moção de censura.

POLÍTICA EXTERNA

A União Europeia é o centro da política externa austríaca e “âncora” do posicionamento e da identidade internacional do país (a Áustria tornou-se membro da UE em 1995). Subsidiariamente, outras áreas de atenção da política externa austríaca são as seguintes: (i) Balcãs e Europa Oriental; (ii) Mediterrâneo e Oriente Médio; (iii) grandes mercados emergentes.

A Áustria posiciona-se tradicionalmente em favor da importância do multilateralismo e especialmente das Nações Unidas na condução da agenda internacional. Outra instituição internacional particularmente valorizada é a Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), sediada em Viena. A política externa do país, da mesma forma que a brasileira, tem tradição de busca de consensos e soluções negociadas. Essas características da política externa austríaca estão relacionadas ao estatuto de neutralidade, adotado pelo país em 1955, e à tradição de promoção do diálogo entre os blocos Leste-Oeste na época da Guerra Fria.

Em relação à reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU), a Áustria nutre certa simpatia pela visão de que se deveria corrigir a sub-representação de países em desenvolvimento ou de regiões como América Latina e Caribe e África. Em 2015, em discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, o então Ministro do Exterior e ex-Chanceler Federal, Sebastian Kurz, defendeu um Conselho de Segurança “mais representativo, responsável e transparente”. Apesar da referência, a Áustria evita posicionamento em favor “de um dos grupos”.

Aspecto permanente da política externa austríaca é o objetivo prioritário de promover Viena como centro diplomático e sede de organizações internacionais. A cidade é a terceira mais importante sede das Nações Unidas e abriga duas agências especializadas: a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO). Também estão sediados em Viena o Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime (UNODC), o Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior (UNOOSA), o Secretariado da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL) e a Iniciativa Energia Sustentável para Todos (SE4ALL), entre outros órgãos. A OPEP e seu fundo de ajuda ao desenvolvimento (OFID) têm igualmente sede



em Viena. O Plano de Ação Conjunto Global (em inglês: *Joint Comprehensive Plan of Action* – JCPoA), sobre o programa nuclear iraniano, foi assinado em Viena, em julho de 2015.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

País que detém um dos mais altos níveis de desenvolvimento, renda per capita e coesão social no mundo, a Áustria destaca-se, no conjunto da UE, por sua economia forte, com base industrial sólida e atuação em setores tecnológicos de ponta, como máquinas e equipamentos, indústria automotiva, metal-mecânica, farmacêutica e química, entre outros.

Após alguns anos de crescimento moderado, a economia austríaca passou a ter crescimento mais acelerado a partir de 2016, apoiado por reforma tributária que entrou em vigor naquele ano e pela retomada no comércio internacional. O PIB austríaco, entretanto, decresceu 6,6% em 2020, e o desemprego aumentou para 5,3%, como consequências da pandemia de Covid-19.

O Instituto de Estudos Avançados (IHS), importante "think tank" austríaco, divulgou suas projeções para a economia nacional no período 2021-2025, com perspectivas positivas que refletem a forte retomada da atividade no primeiro semestre de 2021. Para o IHS, este ano e o próximo serão marcados por crescimento mais acelerado, de 3,5% e 4,5%, respectivamente, como resultado da recuperação da demanda doméstica e dos investimentos. No médio prazo, a economia austríaca deve retornar ao seu padrão pré-crise, com crescimento anual médio de 1,5%. Nesse cenário, ao longo do período de análise, o PIB da Áustria deve se expandir à taxa média de 2,5% a.a. As altas taxas de inflação, por sua vez, devem ser passageiras, em razão de situações circunstanciais, envolvendo a elevada demanda por matérias-primas e atrasos em cadeias de suprimentos. Com a normalização da atividade, porém, o indicador deve estabilizar-se em torno de 2%. O mercado de trabalho, no entanto, deve ter um tempo mais dilatado de resposta, retornando aos níveis pré-crise apenas ao final do quinquênio.

Parcela majoritária do PIB austríaco – quase 56% – é gerada pela exportação de bens e serviços, sendo a UE responsável por 70% de seu mercado externo, que, em grande parte, é composto pela Alemanha. A balança comercial do país é tradicionalmente deficitária: em 2019, obteve o saldo negativo de US\$ 5 bilhões, com exportações no valor de US\$ 171,5 bilhões e importações de US\$ 176,5 bilhões.

Quanto ao comércio bilateral, a Áustria foi o 86º parceiro comercial no ranking nacional brasileiro de exportações (representou 0,06% do total) em 2020, e 33º em termos de importações (representou 0,5%). Houve redução de 13% no intercâmbio comercial entre Brasil e Áustria em relação a 2019. As exportações brasileiras (US\$ 114 milhões) reduziram-se em 24%, e as importações (US\$ 852 milhões) decresceram 12%. Os principais produtos exportados pelo Brasil, em 2020, foram sucos de frutas ou vegetais (30%), motores de pistão (11%) e veios de transmissão, manivelas e engrenagens (8,5%). Os produtos importados da Áustria, por sua vez, foram sobretudo



medicamentos e produtos farmacêuticos (12%), medicamentos veterinários (8,7%) e bebidas não-alcoólicas (7,7%).

Constitui aspecto relevante do relacionamento bilateral no plano econômico o fato de ser a Áustria um dos principais destinos de investimentos brasileiros diretos (IBD), segundo dados do BACEN. Até 2013, o país ocupava a primeira posição. Em 2020, encontra-se em sétimo lugar, com estoque de US\$ 12 bilhões. As principais empresas brasileiras presentes na Áustria são: Banco do Brasil, BRF Foods, Celulose Eldorado, Citrosuco, CSN, Fibria Internacional, Intercement (Camargo Correa), Magnesita Refractories, Nitroquímica, OAS Energy, Odebrecht Oil & Gas, Sotreq, Vale Internacional, Votorantim e WEG.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

Século 4º a.C. – Celtas habitam a região que hoje é a Áustria
Século 4º d.C. – Ondas de povos tribais invadem a Áustria
1156 – A Áustria, parte do Sacro Império Romano, torna-se Ducado
1282 – Albert de Habsburgo torna-se Duque da Áustria
1438 – O Duque da Áustria torna-se Sacro Imperador Romano
1740 – Maria Theresa torna-se Imperatriz da Áustria
1806 – Dissolução do Sacro Império Romano-Germânico
1815 – Congresso de Viena e participação da Áustria na Confederação Germânica
1848 – Onda de revoluções sacode o Império Austríaco. Metternich renuncia.
1866 – A Áustria é derrotada pela Prússia
1867 – Concedido status de igualdade à Hungria. Império Austro-Húngaro
1914 – Assassinato do Arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono austríaco, em Sarajevo
1918 – Desintegração do Império Austro-Húngaro. Proclamação da Primeira República
1934 – Dolfuss, Chanceler da Áustria, sofre atentado
1938 – Anexação da Áustria pela Alemanha
1945 – Governo provisório. Segunda República. A Áustria é dividida em zonas de ocupação
1955 – A Áustria recupera plena soberania sobre seu território. Ingressa nas Nações Unidas
1995 – A Áustria ingressa na União Europeia
1999 – A Áustria adota o Euro
2004 – Heinz Fischer (SPÖ) é eleito presidente federal.
2008 – Setembro - Os Partidos Social-Democratas (SPÖ) e Partido Popular (ÖVP) sofrem elevadas perdas. O Partido da Liberdade (FPÖ) avança e recebe 29% dos votos.
2008 - Dezembro - O novo governo de coalizão formado pelos Social-Democratas (SPÖ) e o Partido Popular (ÖVP) são empossados. O líder da SPO, Werner Faymann, torna-se chanceler federal.
2010 – Heinz Fischer (SPÖ) é reeleito presidente federal.
2016 – Dezembro: Alexander Van der Bellen (Verdes) derrota Norbert Hofer (FPÖ) na reedição do segundo turno da eleição presidencial e torna-se presidente federal
2017 – Outubro: As eleições federais registram avanço do Partido FPÖ. O ÖVP, de centro, e o FPÖ, de direita, acordam um governo de coalizão. O líder do



Partido Conservador (FPÖ), Sebastian Kurz, torna-se Chanceler Federal
2019 – Dissolução da aliança ÖVP-FPÖ e do governo. Briggite Bierlen é nomeada Chanceler de transição.
2020 - Tomou posse o governo Kurz II em 7 de janeiro, em inédita aliança entre o OVP e os Verdes.
2021 – Alexander Schallenberg tomou posse como Chanceler Federal, em 11 de outubro.



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1817 – Casamento da Arquiduquesa Leopoldina com o então Príncipe herdeiro do trono de Portugal e futuro Imperador do Brasil, Dom Pedro I
1825 – Reconhecimento, pela Áustria, da independência do Brasil. Estabelecimento de relações diplomáticas plenas entre os dois países (27 de dezembro)
1871 e 1877 – Visitas a Viena do Imperador Dom Pedro II
1891 – Reconhecimento, pela Áustria, da proclamação da República no Brasil (22 de janeiro)
1933 – Andreas Thaler, ex-Ministro da Agricultura da Áustria, funda a colônia de Treze Tílias, em Santa Catarina
1952 – Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores austríaco, Karl Gruber
1976 – Entrada em vigor do Acordo para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital
1980 – Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores austríaco, Willibald Pahr
1982 – Visita à Áustria do Ministro das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro
1986 – Entrada em vigor do Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial
1995 – Entrada em vigor do Acordo sobre Serviços Aéreos
2005 – Visita ao Brasil do Presidente Federal Heinz Fischer
2005 – Assinatura e entrada em vigor do Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica
2005 – Assinatura e entrada em vigor do Protocolo de Intenções entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática de Viena
2006 – Visita à Áustria do Presidente brasileiro
2008 – Visita ao Brasil do Chanceler Federal Alfred Gusenbauer
2008 – Assinatura e entrada em vigor do Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas
2010 – Visita ao Brasil do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Europeus e Internacionais, Michael Spindelegger; visitas à Áustria do Ministro das Relações Exteriores e do Secretário-Geral das Relações Exteriores
2011 – Visita ao Brasil do Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Europeus e Internacionais, Johannes Kyrle
2012 – Visita à Áustria do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Ruy Nunes Pinto Nogueira, e visita ao Brasil da Ministra da Justiça, Beatrix Karl
2013 – Duas visitas à Áustria do Ministro das Relações Exteriores, Antonio de



Aguiar Patriota; visita ao Brasil do Ministro de Ciência e Pesquisa, Karlheinz Töchterle
2013 – Assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação nos Domínios da Educação e da Educação Superior; do Memorando de Entendimento sobre Ensino Superior, Ciência e Pesquisa entre CAPES e OeAD; do Convênio de Cooperação entre CAPES e OeAD para Implementação de Bolsas de Graduação Sanduíche na Áustria no Âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF).
2013 – Assinatura e entrada em vigor do Memorando de Entendimento entre o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), o Kunsthistorisches Museum (KHM - Museu de História da Arte) e o Weltmuseum Wien (antigo Museu de Etnologia)
2014 – Visita ao Brasil do Ministro da Justiça, Wolfgang Brandstetter
2014 – IV reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Áustria
2017 – V reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Áustria
2017 – Bicentenário do casamento de Dona Maria Leopoldina de Habsburgo, filha do Imperador Francisco II, com Dom Pedro I.



ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO D.O.U.
Acordo-Quadro de Cooperação nos Domínios da Educação e da Educação Superior entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Áustria	11/03/2013	01/08/2017	08/06/2017
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Áustria sobre Cooperação Técnica	19/09/2005	19/11/2005	26/11/2005
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Federal da Áustria	16/07/1993	01/09/1995	11/10/1993
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Áustria Referente ao Reconhecimento dos Certificados de Origem e de Bens de Produção Artesanal	15/03/1993	26/04/1993	17/07/1993
Acordo, por Troca de Notas, sobre Radioamadorismo, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Federal Austríaco	29/06/1988	28/07/1988	04/08/1988
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial entre República Federativa do Brasil e o Governo Federal da Áustria.	03/05/1985	01/10/1986	14/08/1985
Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e República Federal da Áustria.	29/05/1980	29/05/1980	Dado inexistente
Convenção para Evitar a	24/05/1975	01/07/1976	11/11/1975



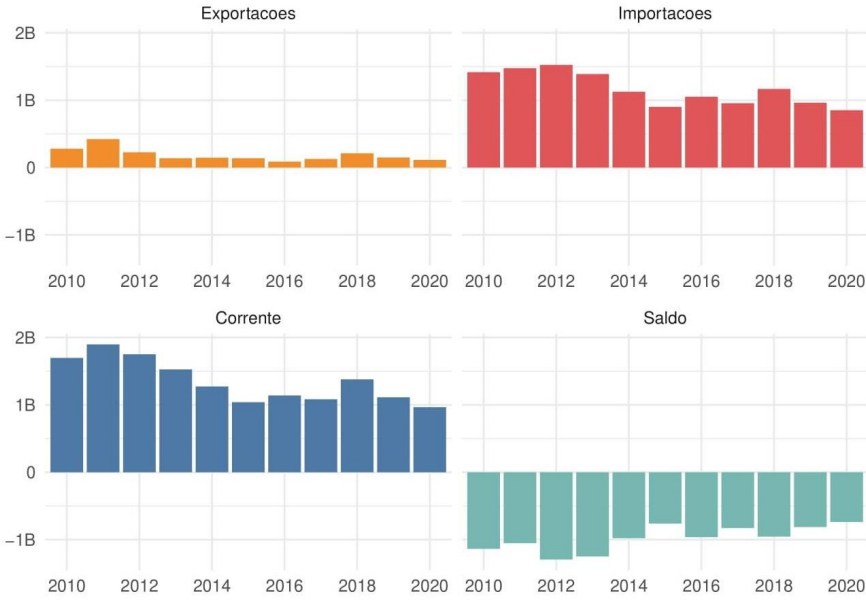
Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e sobre o Capital entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Áustria			
Acordo, por troca de notas, para a Supressão de Vistos em Passaportes Comuns entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República da Áustria	22/08/1967	21/10/1967	05/09/1967
Acordo, por Troca de Notas, sobre Direitos Autorais entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República da Áustria	21/12/1965	21/12/1965	Dado inexistente
Acordo, por troca de notas, sobre Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República da Áustria	07/12/1959	01/01/1960	Dado inexistente
Ajuste de Pagamentos e Comércio, por troca de notas, Modificando as Disposições do "Acordo Regulando o Comércio e o Regime de Pagamentos, de 1956" entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República da Áustria	27/02/1958	27/02/1958	10/03/1958
Acordo de Pagamentos Brasil - Áustria	20/10/1952	19/11/1952	Dado inexistente



DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Material preparado pela Divisão de Promoção e Negociação de Temas da Indústria (DPIND) do Ministério das Relações Exteriores.

Brasil-Áustria, Fluxo de Comércio até 2020



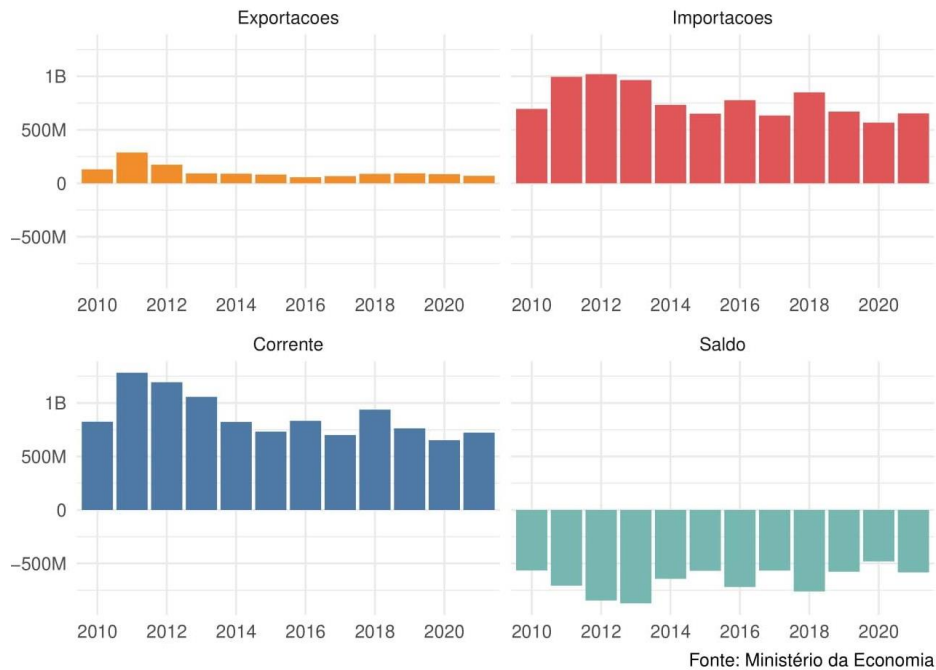
Fonte: Ministério da Economia

	2020	2019	2018	2017	2016
Exportacoes	114M (-23.7%)	149M (-29.4%)	212M (65.8%)	128M (44.6%)	88M (-36.5%)
Importacoes	852M (-11.55%)	963M (-17.48%)	1B (22.17%)	955M (-9.18%)	1B (16.73%)
Saldo	-738M (-190.68%)	-814M (-185.17%)	-955M (-215.44%)	-828M (-185.89%)	-964M (-226.45%)
Corrente	966M (-13.17%)	1B (-19.31%)	1B (27.31%)	1B (-5.01%)	1B (9.61%)

	2015	2014	2013	2012	2011
Exportacoes	139M (-5.3%)	147M (6.0%)	139M (-39.2%)	228M (-46.1%)	423M (50.8%)
Importacoes	901M (-20.00%)	1B (-18.89%)	1B (-8.86%)	2B (3.28%)	1B (4.11%)
Saldo	-762M (-177.80%)	-980M (-178.35%)	-1B (-196.47%)	-1B (-223.08%)	-1B (-192.61%)
Corrente	1B (-18.30%)	1B (-16.63%)	2B (-12.81%)	2B (-7.71%)	2B (11.81%)



Brasil-Áustria, Fluxo de Comércio agregado até Agosto

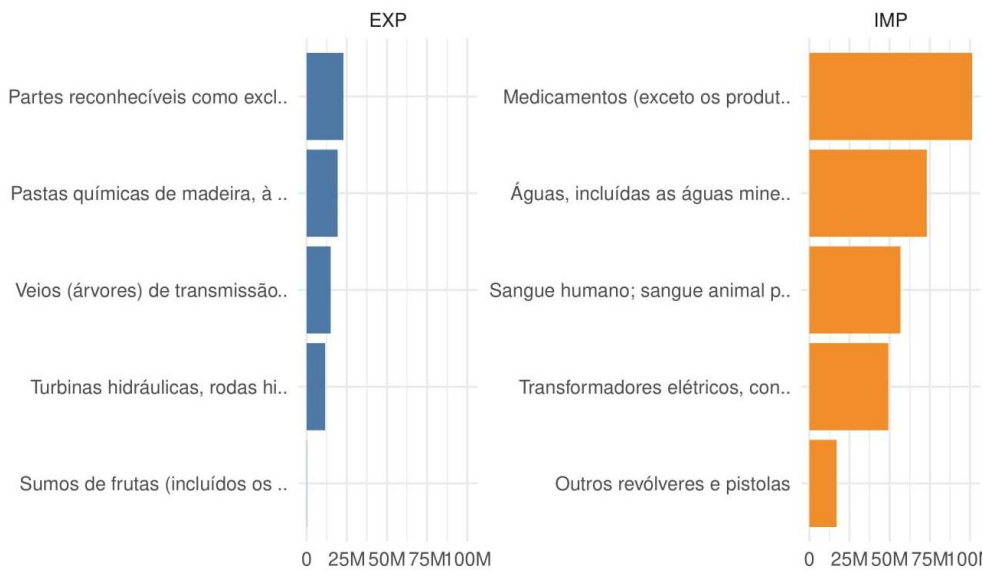


	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	70M (-18.36%)	85M (-7.85%)	93M (4.92%)	88M (32.13%)	67M (18.01%)
Importacoes	653M (15.3%)	566M (-15.5%)	670M (-21.1%)	850M (34.2%)	633M (-18.5%)
Saldo	-583M (-221.3%)	-481M (-183.3%)	-577M (-175.8%)	-761M (-234.4%)	-566M (-178.7%)
Corrente	723M (10.90%)	652M (-14.54%)	762M (-18.70%)	938M (34.00%)	700M (-15.99%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	57M (-30.78%)	82M (-8.66%)	89M (-2.58%)	92M (-47.10%)	174M (-39.60%)
Importacoes	776M (19.4%)	650M (-11.3%)	733M (-24.0%)	965M (-5.4%)	1B (2.5%)
Saldo	-720M (-226.6%)	-569M (-188.4%)	-644M (-173.7%)	-873M (-203.2%)	-846M (-219.6%)
Corrente	833M (13.77%)	732M (-11.00%)	823M (-22.16%)	1B (-11.44%)	1B (-6.94%)



Brasil-Áustria, pauta comercial, 2020

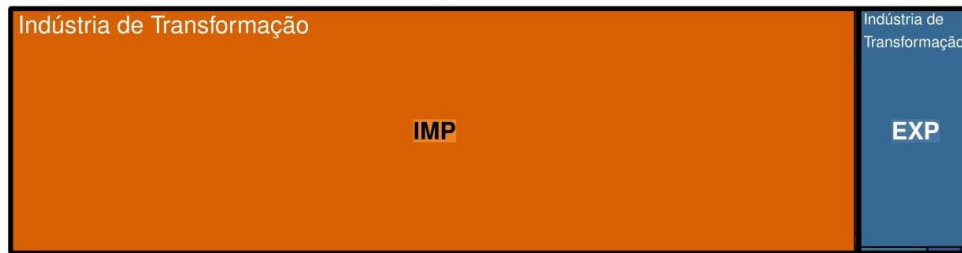


Fonte: Ministério da Economia

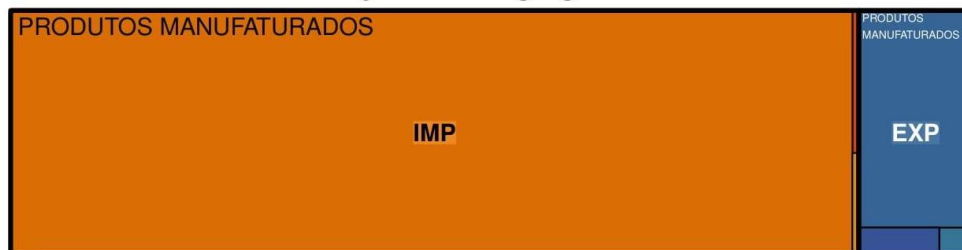
Brasil-Áustria, Proporção de Exportações e Importações em 2020



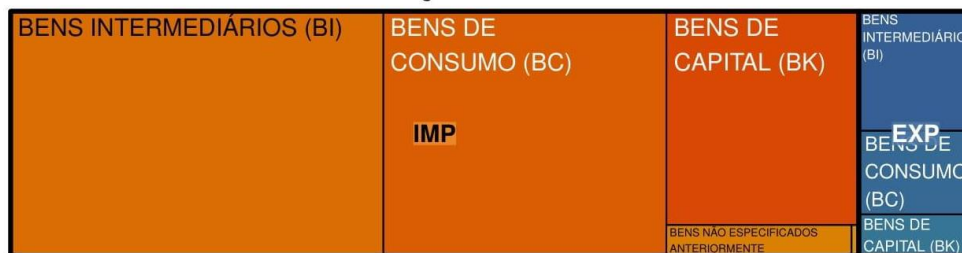
Classificação ISIC em 2020



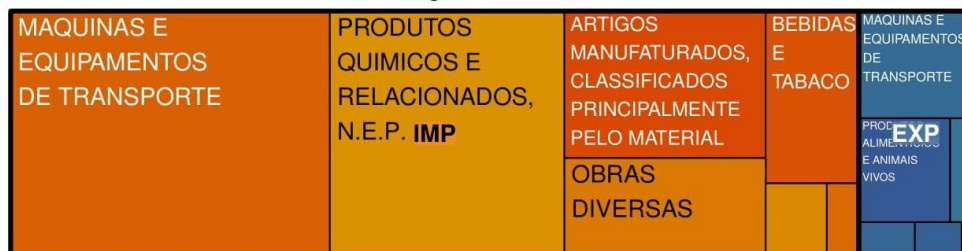
Classificação Fator Agregado em 2020



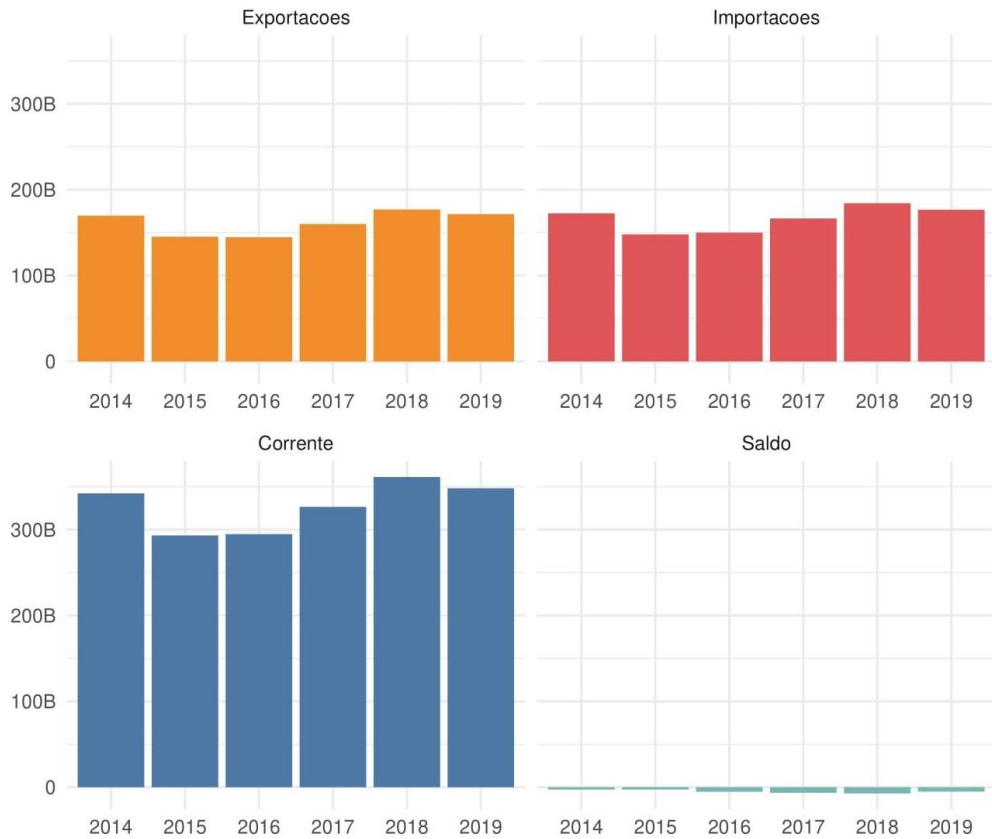
Classificação CGCE em 2020



Classificação CUCI em 2020



Austria–Mundo, Fluxo de Comércio até 2019

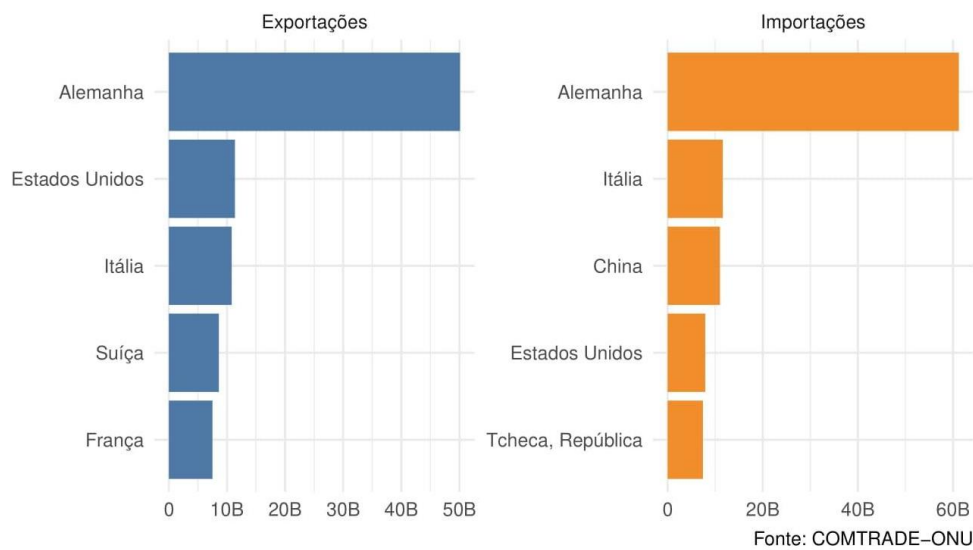


Fonte: Ministério da Economia

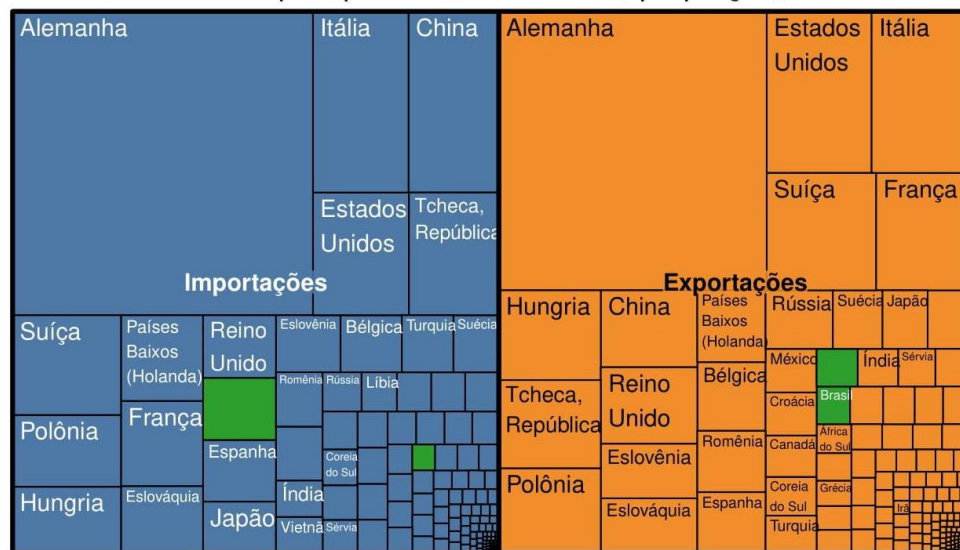
	2019	2018	2017
Exportacoes	171.53B (-3.085%)	176.99B (10.640%)	159.97B (10.553%)
Importacoes	176.60B (-4.13%)	184.20B (10.64%)	166.48B (10.99%)
Saldo	-5.06B (-170%)	-7.20B (-211%)	-6.50B (-223%)
Corrente	348.13B (-3.62%)	361.19B (10.64%)	326.45B (10.78%)



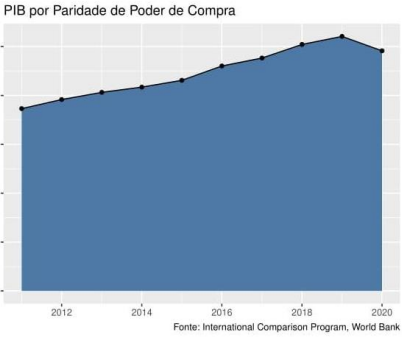
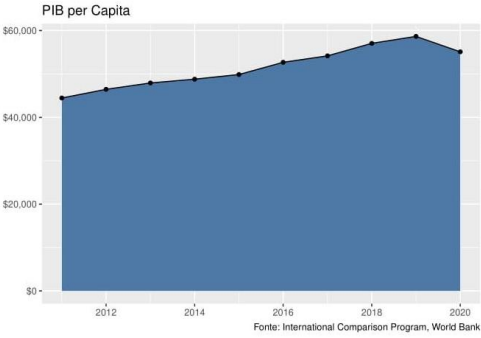
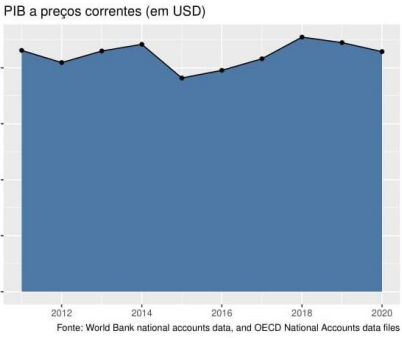
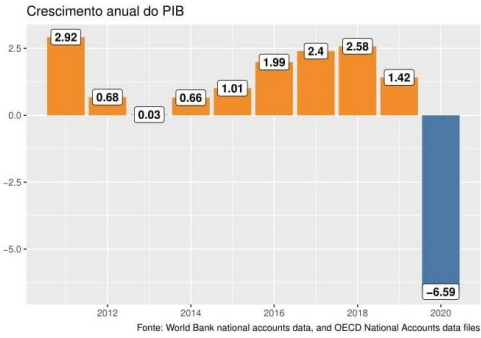
Austria–Mundo, principais parceiros comerciais em 2019



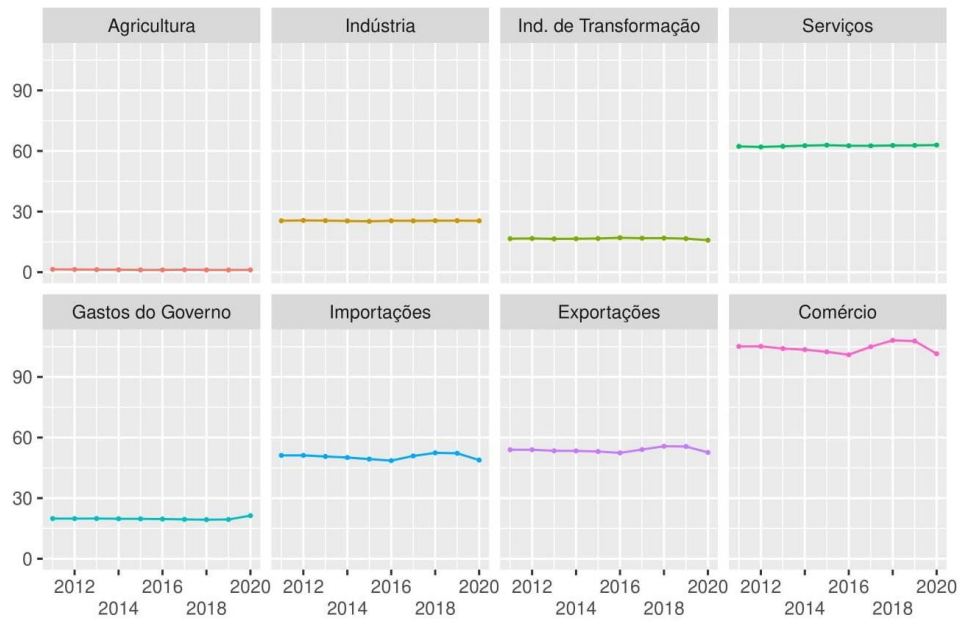
Austria – Principais parceiros comerciais, proporção, em 2019



Produto Interno Bruto

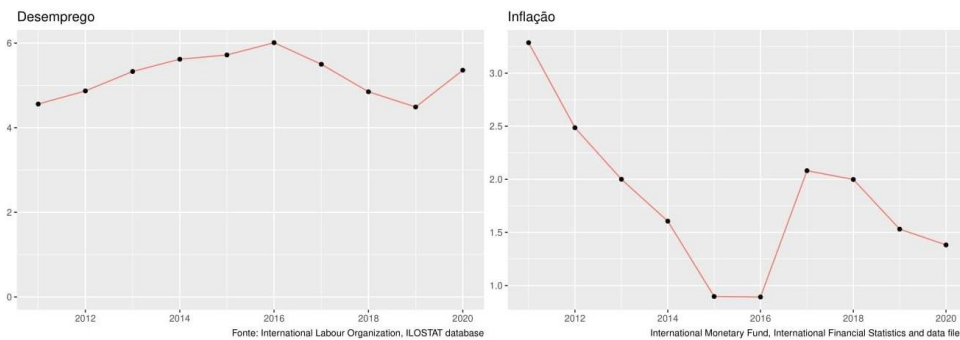


Estrutura da Economia em Proporção do PIB



Fonte: World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files

Indicadores de Inflação e Desemprego



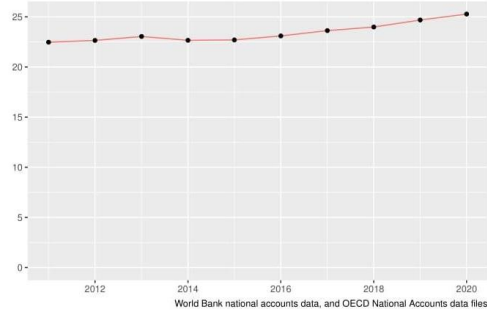
Fonte: International Labour Organization, ILOSTAT database

International Monetary Fund, International Financial Statistics and data files.

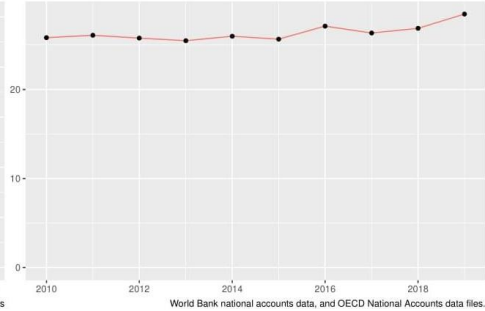


Indicadores de Investimento

Formação Bruta de Capital Fixo

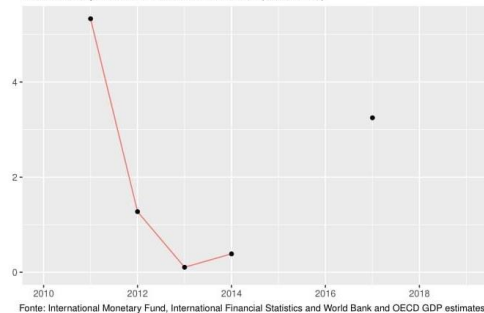


Poupança Interna

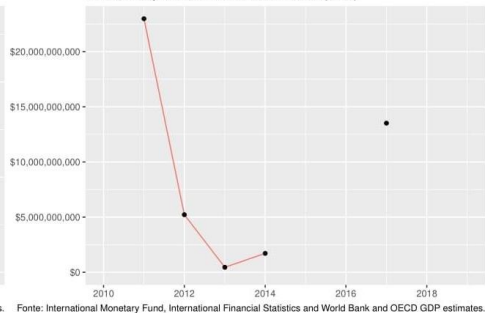


Fluxo de Investimentos

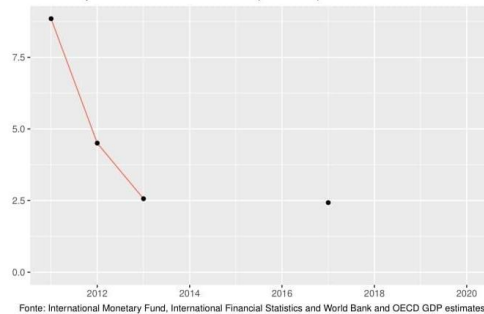
Entrada Líquida de Investimento Direto (% do PIB)



Entrada Líquida de Investimento Direto (US\$)



Saída Líquida de Investimento Direto (% do PIB)



Saída Líquida de Investimento Direto (US\$)





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 60, DE 2021

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora SUSAN KLEEBANK, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Hungria.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)



MENSAGEM N° 575

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **SUSAN KLEEBANK**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Hungria.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **SUSAN KLEEBANK** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de novembro de 2021.



EM nº 00212/2021 MRE

Brasília, 22 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **SUSAN KLEEBANK**, ministra de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na Hungria, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **SUSAN KLEEBANK** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



09/11/2021 09:32

SEI/PR - 2992323 - OFÍCIO

00001.008293/2021-04



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 909/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 08 de novembro de 2021.

A Sua Excelência, o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de Autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a essa Secretaria, Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa, o nome da Senhora SUSAN KLEEBANK, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Hungria.

Atenciosamente,

MARIO FERNANDES

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República, Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Mario Fernandes, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República substituto**, em 08/11/2021, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2992323** e o código CRC **F55AFB15** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.008293/2021-04

SEI nº 2992323

Página 4 de 26

Avulso da MSF 60/2021.

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=5545520&id...

09/11/2021 09:32

SEI/PR - 2992323 - OFÍCIO

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE SUSAN KLEEBANK**

CPF.: 238.617.461-15

ID.: 8122 MRE

1961 Filha de Ruben Kleebank e Miriam Kleebank, nasce em 11 de outubro, em Porto Alegre/RS

Dados Acadêmicos:

1980 História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 1981 CPCD - IRBr
 1985 Pós-graduação em História pela Universidade de Paris X, Nanterre/FR
 1989 CAD – IRBr
 2000 CAE - IRBr, Cooperação judiciária por via diplomática: avaliação e propostas de atualização do quadro normativo

Cargos:

1982 Terceira-Secretária
 1986 Segunda-Secretária
 1992 Primeira-Secretária, por merecimento
 1999 Conselheira, por merecimento
 2005 Ministra de Segunda Classe, por merecimento
 2009 Ministra de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1983-84 Divisão da Ásia e Oceania I, Assessora
 1986-87 Embaixada em Berlim Oriental, Terceira e Segunda-Secretária
 1987-89 Embaixada em Pequim, Segunda-Secretária
 1989-92 Embaixada em Bonn, Segunda-Secretária
 1992 Departamento de Organismos Internacionais, Assessora
 1992-95 Fundação Alexandre de Gusmão, Assessora
 1995-98 Embaixada em Roma, Primeira-Secretária
 1998-99 Departamento da Ásia e Oceania, Assessora
 1999-01 Divisão Jurídica, Chefe de Divisão
 2001-03 Embaixada em Ottawa, Conselheira
 2003-07 Embaixada em Washington, Conselheira e Ministra-Conselheira
 2007-08 Coordenação-Geral de Organizações Econômicas, Coordenadora-Geral
 2008-10 Supremo Tribunal Federal, Presidência, Assessora-Chefe de Assuntos Internacionais
 2010-12 Tribunal Superior Eleitoral, Assessora de Cerimonial e Internacional
 2012-2017 Embaixada em Bratislava, Embaixadora
 2017- Consulado-Geral em Genebra, Cônsul-Geral

Condecorações:

1989 Medalha do Mérito Santos-Dumont
 2009 Ordem de Rio Branco, Grande Oficial
 2018 Medalha Mérito Tamandaré

Publicações:

2004 Cooperação judiciária por via diplomática: avaliação e propostas de atualização do quadro normativo, Editora Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS

Chefe da Divisão do Pessoal





MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África
Departamento de Europa
Divisão de Europa II

HUNGRIA



Ficha-País

SETEMBRO DE 2021



APRESENTAÇÃO

A Hungria (em húngaro: *Magyarország*) é um país localizado na Europa Central, especificamente na Bacia dos Cárpatos. Faz fronteira com a Eslováquia ao norte, Romênia ao leste, Sérvia ao sul, Croácia a sudoeste, Eslovênia a oeste, Áustria a noroeste e Ucrânia a nordeste. A capital do país é Budapeste. A Hungria é membro da União Europeia, da OTAN, da OCDE, do Grupo de Visegrado e do Espaço Schengen. A língua oficial é o húngaro, que é o idioma não indo-europeu mais falado na Europa.

Após séculos de sucessivas ocupações de celtas, romanos, hunos, eslavos, gépidas e ávaros, a Hungria foi fundada no final do século IX pelo grão-príncipe Árpád durante o *Honfoglalás* ("conquista da pátria"). Seu bisneto, Estêvão I, subiu ao trono no ano 1000, quando converteu o país em reino cristão. Até o século XII, a Hungria era potência média no mundo ocidental, alcançando seu auge no século XV. Após a Batalha de Mohács, em 1526, e de cerca de 150 anos sob ocupação otomana (1541-1699), a Hungria ressurgiu sob o domínio dos Habsburgos e, mais tarde, formou parte significativa do Império Austro-Húngaro (1867-1918).

Suas fronteiras atuais foram estabelecidas pela primeira vez pelo Tratado de Trianon (1920), após a Primeira Guerra Mundial, quando o país perdeu 71% de seu território, 58% da sua população e 32% dos húngaros étnicos. Após o período entre-guerras, a Hungria aderiu às Potências do Eixo na Segunda Guerra Mundial, quando sofreu danos significativos. Após o conflito, ficou sob a esfera de influência da União Soviética, o que contribuiu para o estabelecimento de ditadura comunista por quatro décadas (1947-1989). O país ganhou ampla atenção internacional por conta da Revolução Húngara de 1956 e da abertura parcial de sua fronteira anteriormente restrita com a Áustria, em 1989, o que acelerou o colapso do Leste Europeu.

Em 23 de outubro de 1989, a Hungria tornou-se república parlamentar democrática e atualmente tem economia considerada de alta renda, com alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O país também é destino turístico popular no continente europeu, atraindo cerca de 10 milhões de visitantes por ano. A Hungria abriga o maior sistema de fontes termais, o segundo maior lago termal do mundo (Lago Hévíz), o maior lago da Europa Central (lago Balaton) e as maiores pastagens naturais do continente europeu (o Parque Nacional de Hortobágy).



DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Hungria
CAPITAL	Budapeste
ÁREA	93.030 km²
POPULAÇÃO	9,8 milhões de habitantes
IDIOMAS	Húngaro (oficial, 93,6%), dialetos ciganos
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos (57,8%); Protestantes (23,9%); Outras crenças (5%)
REGIME DE GOVERNO	República Parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente János Áder
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Viktor Orbán
MINISTRO DO EXTERIOR	Péter Szijjártó
PIB NOMINAL (2020)	US\$ 155 bilhões
PIB PPP (2020)	US\$ 323 bilhões
PIB per capita (2020)	US\$ 15.863
PIB per capita PPP (2020)	US\$ 33.084
VARIAÇÃO DO PIB	-5,0% (2020), 4,9% (2019), 5,1% (2018)
UNIDADE MONETÁRIA	Florim húngaro
IDH	0,854 - 40º lugar
EXPECTATIVA DE VIDA	76,9 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO	3,4% (OIT 2020)
BRASILEIROS NO PAÍS	Estima-se que 800 brasileiros residam na Hungria
EMBAIXADOR DA HUNGRIA NO BRASIL	Zoltán Szentgyörgyi
EMBAIXADORA DO BRASIL NA HUNGRIA	José Luiz Machado e Costa

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões, FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL □ HUNGRIA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	484,3	633,2	650,8	656,3	479,7	526,7	480,9	381,5	341,3
Exportações	145,6	145,8	164,0	239,0	197,7	181,7	115,64	69,5	53,5
Importações	338,6	487,4	486,8	417,2	282,0	345,0	364,45	312	287,8
Saldo	-193,0	-341,5	-322,7	-178,1	-84,2	-163,3	-248,81	-242,4	-234,3



PERFIS BIOGRÁFICOS**János Áder**
Presidente da República

János Áder nasceu no dia 9 de maio de 1959, na pequena cidade de Csorna, próxima à fronteira com a Áustria. Entre 1978 e 1982, frequentou o curso de direito da Faculdade de Direito e Ciências Políticas da Universidade Eötvös Loránd (ELTE), em Budapeste. Colou grau *cum laude* em 1983. Em seguida, atuou como advogado em Budapeste até 1986, quando passou a atuar como pesquisador do Instituto de Sociologia da prestigiosa Academia de Ciências Húngara, até 1990.

Em 1988, juntamente com Viktor Orbán e outras lideranças estudantis, foi um dos membros fundadores da Aliança dos Jovens Democratas (Fiatl Demokraták Szövetsége - FIDESZ) e, no ano seguinte, participou das negociações que culminaram no final do regime comunista na Hungria. Foi o arquiteto das campanhas do FIDESZ em 1990, nas primeiras eleições livres na Hungria desde 1945, e novamente em 1994. Por cinco vezes consecutivas foi eleito para a Assembleia Nacional.

Em 1998, no início do primeiro governo do FIDESZ, liderado por Viktor Orbán (1998-2002), foi eleito presidente da Assembleia Nacional, cargo que ocupou até o final daquela legislatura. Em seu mandato seguinte (2002-2006), assumiu a liderança da bancada do FIDESZ no parlamento.

Com a renúncia do presidente Pál Schmitt, em abril de 2012, foi candidato único para o mandato presidencial de cinco anos. Em 2017, novamente indicado por Viktor Orbán, foi reeleito e cumpre mandato que se estende até 2022.

János Áder é um dos 11 chefes de estado que compõem o "High Level Panel on Water - HLPW", constituído em abril de 2016 pelo secretário-geral das Nações Unidas e pelo presidente do Banco Mundial, com vistas a buscar soluções inovadoras no gerenciamento de recursos hídricos. Participou do segmento de alto nível da oitava edição do Fórum Mundial da Água, em Brasília, de 17 a 23 de março de 2018.

Esteve no Brasil para participar da Rio+20 (2012) e da abertura dos Jogos Olímpicos Rio 2016, ocasião na qual também visitou São Paulo e Foz do Iguaçu.



Viktor Mihály Orbán
Primeiro-ministro



Nasceu em 31 de maio de 1963 em Székesfehérvár, capital da Transdanúbia, de uma família rural de classe média. Completou o ensino médio na Escola Blanka Teleki em 1981, onde aprendeu inglês. Aos 14 anos, foi secretário da organização de juventude comunista Kisz. Após dois anos de serviço militar, estudou direito na Universidade Eötvös Loránd (ELTE) em Budapeste, tendo apresentado, em 1987, tese de mestrado sobre o Movimento Solidariedade. Em 1988, ingressou na política como um dos membros fundadores do movimento Aliança dos Jovens Democratas (Fiatl Demokraták Szövetsége – FIDESZ), sendo seu primeiro porta-voz.

Em junho de 1989 ganhou notoriedade nacional quando proferiu discurso na Praça dos Heróis, no Centro de Budapeste, em que exigiu eleições livres e a retirada das tropas soviéticas. Semanas depois, foi convidado para participar das “Round Table Talks” que resultaram no fim do unipartidarismo.

Após estudar por alguns meses em Oxford, retornou ao país natal em 1990 para participar das primeiras eleições livres realizadas na Hungria desde 1945. Foi eleito deputado, encabeçando a lista do FIDESZ. Ao assumir, tornou-se o primeiro líder parlamentar do partido e, em 1993, foi seu primeiro presidente.

Em 1998, elegeu-se primeiro-ministro pela primeira vez, em uma coalizão, permanecendo no cargo até 2002. Em 2010, Orbán voltou ao poder com grande votação e supermaioria no parlamento. Graças à maioria obtida pelo seu partido, aprovou nova constituição em 2011, promulgada em 1º de janeiro de 2012.

Orbán reelegeu-se em 2014, com ampla vantagem de votos, e seu partido manteve a supermaioria de dois terços no parlamento. Em 2018, elegeu-se para o terceiro mandato consecutivo, dispondo, novamente, de maioria de dois terços.



RELAÇÕES BILATERAIS

Em 2017, Brasil e Hungria celebraram 90 anos de relações diplomáticas. A presença de aproximadamente cem mil descendentes húngaros no Brasil, sobretudo em São Paulo e nos estados do Sul, constitui importante aspecto do relacionamento bilateral. Merecem destaque as atuações, em São Paulo, da Associação Húngara, que promove a cultura e o idioma húngaros, bem como a do Colégio Santo Américo, fundado por monges beneditinos húngaros em 1951, cujo nome presta homenagem a um dos filhos de Santo Estevão, primeiro rei da Hungria.

Em 2011, o governo húngaro anunciou a inclusão do Brasil entre as prioridades da política externa do país. Na sequência, registraram-se encontros de alto nível - especialmente a visita a Budapeste do vice-presidente brasileiro, em 2013 - e a implementação de alguns dos acordos firmados anteriormente (cooperação econômica; cooperação em ciência, tecnologia e inovação; e consultas políticas).

O governo húngaro decidiu reabrir, em 2015, o Consulado-Geral da Hungria em São Paulo, fechado em 2009, por conta da crise econômica do país.

Os eventos esportivos realizados pelo Brasil – Mundial FIFA 2014 e Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 – aproximaram os dois países. A atividade desportiva é muito valorizada na Hungria, que se orgulha de ser o 10º maior vencedor de medalhas olímpicas (o Brasil é o 26º). O primeiro-ministro Viktor Orbán, aficionado por futebol, esteve no Brasil em visita privada, quando da Copa do Mundo. O presidente János Áder, por sua vez, representou o país na abertura dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

O presidente János Áder esteve presente à Rio+20 e participou no segmento de alto nível da oitava edição do Fórum Mundial da Água, que ocorreu em Brasília de 17 a 23 de março de 2018, na terceira viagem ao Brasil do chefe de estado húngaro desde 2012. Anteriormente, o presidente Árpád Göncz realizara visita ao Brasil em 1997.

Em 2016, o subsecretário dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior Laszlo Szábo visitou o Brasil e manteve reunião de consultas políticas. Em novembro de 2017, o então Subsecretário Geral de Assuntos Econômicos, Embaixador Santiago Mourão, esteve em Budapeste para participar da IV Reunião da Comissão Econômica Mista Brasil-Hungria e do III Fórum Hungria-América Latina. O embaixador aproveitou o ensejo para manter consultas políticas com o país e com o Grupo de Visegrado (Hungria, Eslováquia, Polônia e República Tcheca).

A partir de 2017, depois de celebrado memorando de entendimento entre o Ministério das Capacidades Humanas da Hungria e o MEC, o governo húngaro passou a oferecer anualmente 250 bolsas para brasileiros no âmbito do seu programa *Stipendium Hungaricum*, voltado ao ensino de graduação, pós-graduação e doutorado. As bolsas são objeto de grande procura por estudantes brasileiros. Mais de mil candidatos participaram do processo seletivo para o ano letivo 2021-2022.

As relações bilaterais ganharam novo ímpeto em 2019, como se verifica pelo alto número de visitas de alto nível. O Primeiro-Ministro Viktor Orbán esteve no



Brasil para a posse do senhor Presidente da República, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Comércio Exterior Péter Szijjártó visitou o país em outubro de 2019. O ex-Ministro Ernesto Araújo esteve em Budapeste em maio de 2019, e a Ministra Damares Alves, em setembro.

Em 18 de novembro de 2020, o ex-Ministro Ernesto Araújo manteve conversa por videoconferência com o MNE Szijjártó. Tratou-se da planejada visita do Sr. Presidente da República à Hungria, da acessão do Brasil à OCDE e do acordo MERCOSUL-UE, entre outros temas.

Mais recentemente, em setembro de 2021, o Chanceler Carlos França e seu homólogo húngaro mantiveram encontro à margem da 76ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Na ocasião, celebraram acordo para a cooperação na área de formação de diplomatas e examinaram perspectivas para a cooperação em educação e no campo da indústria de defesa, tendo em conta a aquisição pelas forças húngaras de duas aeronaves C-390 Millennium, de fabricação Embraer. Em Nova York, o chanceler húngaro reiterou o apoio de seu governo à adesão do Brasil à OCDE.

A convergência de posições em vários pontos da agenda internacional entre o novo governo brasileiro e o governo Orbán abre espaço para maior aproximação. Além do mencionado apoio à acessão do Brasil à OCDE, a Hungria apoiou a candidatura brasileira a assento não-permanente do CSNU, mandato 2022-2023, e apoia a assinatura do Acordo MERCOSUL-UE. Ambos os países fazem parte da Aliança Internacional para a Liberdade Religiosa, lançada em Washington, em fevereiro de 2020.

A firme intenção do governo da Hungria em aprofundar as relações com o Brasil ficou evidente com a publicação no diário oficial húngaro, em março de 2019, da resolução assinada pelo primeiro-ministro sobre a “refundação das relações Hungria-Brasil”. O documento instrui diversos ministros a realizar iniciativas com o Brasil, priorizando os seguintes itens:

- Organização da 5ª Reunião da Comissão Econômica Mista
- Fórum Comercial
- Cooperação em tecnologia da informação e comunicações
- Cooperação educacional (*Stipendium Hungaricum*)
- Identificação de barreiras tarifárias e não-tarifárias
- Investimentos húngaros no Brasil
- Cooperação aeroespacial
- Cooperação em ciência, tecnologia e inovação
- Gestão de recursos hídricos e tratamento de esgoto

Por ocasião de sua visita a Brasília em outubro de 2019, o MNE Péter Szijjártó co-presidiu a 5ª reunião da Comissão Mista Econômica Brasil-Hungria. Durante o evento, o ex-Ministro Ernesto Araújo e seu contraparte exploraram iniciativas para o aprofundamento da cooperação bilateral nas seguintes áreas: gestão de recursos hídricos, cooperação em ciência e tecnologia, cooperação em tecnologia espacial, cooperação em agricultura e cooperação educacional e cultural. Na mesma viagem, foi firmada declaração conjunta em que os países reafirmam seu desejo de continuar aprofundando sua cooperação e sua convergência de visões de mundo.



Em novembro de 2020, o governo húngaro, conforme mencionado, assinou contrato para a compra de duas aeronaves de transporte militar Embraer C-390, que serão entregues à Força Aérea Húngara até 2024. A Hungria tornou-se o terceiro país do mundo a adquirir o C-390 e o segundo com padrão técnico da OTAN, após Portugal, o que abre novas perspectivas de venda para outros países da organização. A venda, no valor total de 300 milhões de dólares, reflete o bom momento das relações bilaterais entre Brasil e Hungria, que certamente favoreceu a criação de um ambiente propício para a fluidez das negociações.

Cabe ressaltar que, ademais do significativo impacto do ponto de vista comercial, o acordo estabelecido entre a Embraer e a Força Aérea Húngara deverá estimular a cooperação científica e tecnológica entre os dois países em diferentes campos. Estão previstas ações de colaboração em matéria de pesquisa e desenvolvimento, em particular na área de satélites, bem como com "startups" e pequenas empresas potenciais fornecedoras locais de componentes. Em agosto de 2021, a Embraer abriu um escritório permanente na Hungria.

ASSUNTOS CONSULARES

Estima-se que 800 brasileiros residam na Hungria. No que diz respeito à comunidade brasileira no país, cabe mencionar o Conselho de Cidadãos Brasileiros, estabelecido em 2011. O grupo é composto por onze pessoas e foi responsável, entre outras iniciativas, pelo projeto “Brincando em Português”, dedicado à promoção do português como língua de herança entre crianças da comunidade.

POLÍTICA INTERNA

O parlamento (Assembleia Nacional) é unicameral, composto de 199 deputados (número estabelecido pela constituição de 2012). Os deputados são eleitos para mandatos de quatro anos, sendo as últimas eleições realizadas em abril de 2018, e as próximas, previstas para abril de 2022. O presidente, cujo mandato é de cinco anos, tem o poder de vetar leis aprovadas pelo parlamento ou enviá-las para revisão pelo Tribunal Constitucional. É permitida uma reeleição.

Os poderes executivos repousam no cargo de primeiro-ministro, eleito por maioria simples na Assembleia Nacional. Este tem o poder de selecionar o gabinete e propor projetos de lei. Não há limite para o tempo de permanência no cargo.

Embora a Suprema Corte seja o mais alto tribunal do país, a revisão de constitucionalidade de leis é feita pelo Tribunal Constitucional da Hungria. É composto de quinze juízes eleitos pelo parlamento para um mandato de nove anos, com possibilidade de uma reeleição.

A coligação FIDESZ-KDNP governa o país, sob a liderança do Primeiro-Ministro Viktor Orbán, desde 2010, contando com maioria de dois terços na Assembleia Nacional. A segunda maior agremiação representada no Parlamento é o partido Jobbik



(centro-direita; 26 assentos). A terceira posição é ocupada pelo MSZP (socialistas; 20 assentos), que governou a Hungria entre 2002 e 2010. Em seguida, o partido Coalizão Democrática (DK) conta com nove deputados, o LMP com oito. Sem representação parlamentar, cumpre destacar, ainda, o partido *Momentum*. Fundado em 2017 e integrado por jovens quadros, a nova legenda surpreendeu previsões políticas em maio de 2019, ao eleger duas eurodeputadas. Somados ao Diálogo para a Hungria (ou apenas Diálogo), agremiação do prefeito de Budapeste Gergely Karácsony, os partidos de oposição concorrerão juntos, pela primeira vez, nas eleições vindouras de 2022, com o objetivo de evitar um quinto mandato – o quarto consecutivo – da coalizão governista FIDESZ-KDNP.

POLÍTICA EXTERNA

Em discurso ao corpo diplomático, em janeiro de 2018, o Presidente János Áder apresentou as diretrizes da política externa húngara. De acordo com o mandatário, Budapeste continuaria discutindo o papel que pode e deve ter, como *policy shaper* na determinação do futuro do continente; reconhecendo a importância da OTAN e envidando esforços para honrar todos os compromissos assumidos no âmbito da Organização; atuando com vistas a proteger as comunidades magiares no estrangeiro; buscando coordenação com seu entorno imediato; engajada no combate ao terrorismo; e, acatando a responsabilidade na preservação de "nossas águas, terras e recursos naturais".

No plano regional, a questão migratória tem sido, desde 2015, tratada como assunto prioritário. Budapeste advoga a eficaz defesa das fronteiras externas da UE. O governo húngaro nega também a perspectiva de que a imigração possa contribuir para a economia doméstica ou atenuar desafios demográficos. Como alternativa, busca promover políticas de apoio a famílias e incentivo à natalidade.

O governo defende a permanência da Hungria em um bloco europeu ampliado - inicialmente com a acessão de Montenegro e Sérvia e, posteriormente, dos demais países dos Bálcãs Ocidentais – e reformado, retomando de Bruxelas competências que julga exclusivas dos estados nacionais.

A Hungria ocupa desde julho de 2021 a presidência de turno do Grupo de Visegrado (V4), composto também por Eslováquia, Polônia e República Tcheca. Com a chegada ao poder do partido Lei e Justiça (PiS) na Polônia, os governos húngaro e polonês aproximaram-se. Essa sintonia implicou a elevação do perfil do V4 na representação dos interesses regionais face à União Europeia.

Budapeste conta com Moscou para o fornecimento de gás natural e para a construção da usina nuclear de Paks 2. Com Pequim, destaca-se a importância do fluxo de comércio e de investimentos, além de projeto para a instalação em Budapeste de campus da universidade chinesa de Fudan.

Recentemente, a política húngara de “Abertura para o Leste” tem-se traduzido em intensa agenda de visitas diplomáticas aos países da Ásia Central, com foco nas



relações econômicas, comerciais e energéticas, e, em particular, aos estados-membros do Conselho de Cooperação dos Estados de Línguas Túrquicas (Azerbaijão, Cazaquistão, Quirguistão, Turquia e Uzbequistão), do qual é membro associado.

No âmbito de sua política de "Abertura para o Sul", cujo foco é África e América Latina, a Hungria abriu embaixadas em Bogotá e em Lima. Em reciprocidade, foram estabelecidas missões diplomáticas da Colômbia e do Peru em Budapeste.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Após a queda do regime comunista em 1990, a Hungria passou de economia centralizada para uma economia baseada no mercado, por meio de reformas econômicas que incluíram privatização de empresas estatais e redução de programas de gastos sociais. Em maio de 2004 ingressou na União Europeia, sem, contudo, ter adotado o Euro. Em 2008, atingida pela crise econômica global, a Hungria negociou pacote de resgate econômico com o FMI, o Banco Mundial e a União Europeia, concretizado em 2009.

Em 2010, foram adotadas políticas fiscais e monetárias (conhecidas como plano "Széll Kálmán") com o objetivo de manter o déficit orçamentário abaixo de 3% do PIB; controlar a dívida pública; e assegurar o acesso aos fundos de desenvolvimento da União Europeia. O plano de reforma estrutural consolidou medidas de reajustes fiscais e de contenção de despesas públicas. Associadas a políticas de controle e eficiência da arrecadação, essas ações têm contribuído para manter o déficit orçamentário abaixo do limite de compromisso europeu de 3% do PIB.

Analistas consideram que o mercado de trabalho da Hungria tem apresentado notável resiliência à pandemia de Covid-19. Destacam, nesse sentido, a forte recuperação observada antes da segunda onda da pandemia, bem como a surpreendente manutenção dos níveis de emprego ao longo da segunda onda. Avaliam que as medidas governamentais de apoio a empresas e de manutenção de empregos evitaram, de fato, que os cenários pessimistas – considerados os mais prováveis – viessem a se concretizar. Com a superação dos efeitos da crise de 2020, prevê-se a continuação do aumento do poder de compra e da renda, mediante novos incentivos fiscais às pequenas e médias empresas, redução de impostos e das contribuições patronais à seguridade social.

Políticas fiscal e monetária asseguram ambiente econômico estável, onde vigem políticas de incentivos fiscais para atrair investidores. A estrutura da diplomacia húngara está organizada também para atender aos interesses econômicos magiares, com ênfase na exploração por oportunidades de negócios em novos mercados mediante iniciativas voltadas para o Leste e o Sul (que inclui a América Latina).

Em 2021, as três principais agências de classificação de risco mantêm o grau de investimento da Hungria. A Fitch, em julho, manteve a classificação em "BBB" com perspectiva estável; a Moody's elevou, em setembro, a classificação "Baa3" para "Baa2", com perspectiva estável; a Standard & Poor's, em agosto, manteve inalterada a classificação em "BBB" com perspectiva estável.



A Hungria tem crescido a taxas superiores às da União Europeia seguidamente, de acordo com o Banco Mundial:

2016: Hungria (2,3%) e UE (1,9%)

2017: Hungria (4,0%) e UE (2,4%)

2018: Hungria (5,4%) e UE (2,1%)

2019: Hungria (4,5%) e UE (1,5%)

2020: Hungria (-5,0%) e UE (-6,0%)

Após diversos anos com crescimento expressivo, o PIB da Hungria apresentou contração de 5% em 2020, em razão da crise decorrente da pandemia de Covid-19. A adoção de diferentes medidas governamentais de apoio à economia, que incluíram a facilitação de acesso ao crédito e diferentes isenções fiscais, evitou uma contração da economia ainda maior, mantendo taxas de desemprego em níveis inferiores a 4,5%. No entanto, a dívida pública da Hungria, que vinha seguindo trajetória descendente desde 2011, tendo recuado até 65,4% do PIB em 2019, alcançou, em 2020, 81,2% do PIB.

Desde o segundo trimestre deste ano, a Hungria tem apresentado forte retomada da atividade econômica, prevendo-se crescimento do PIB entre 6,5% e 6,7% em 2021, entre 5% e 6% em 2022, e entre 3% e 4% em 2023.

As exportações brasileiras para a Hungria em 2020 caíram 23,1% em relação a 2019, atingindo US\$ 54 milhões. A pauta exportadora brasileira registra prevalência de produtos semimanufaturados (52% do total). Couros e peles foram responsáveis por 40% da pauta de produtos brasileiros exportados para a Hungria, seguidos de tabaco (13%), produtos de aquecimento e resfriamento (7,1%), máquinas e aparelhos elétricos (6,2%) e demais produtos da indústria de transformação (4,6%).

As importações brasileiras originárias da Hungria decresceram 7,8% em relação a 2019, alcançando a cifra de US\$ 288 milhões. Na pauta, bastante diversificada, predominam os bens industrializados. Os principais produtos importados da Hungria pelo Brasil foram: automóveis (15%), medicamentos e produtos farmacêuticos (11%), partes para veículos (7,5%) e instrumentos e aparelhos de medição (5,5%).

Não há atualmente empresas brasileiras instaladas na Hungria. O país conta com presença de importantes montadoras (Audi/Volkswagen, Daimler/Mercedes, Opel/GM e Suzuki) e empresas de autopeças (Bosch) que, como multinacionais, realizam operações comerciais entre os dois países.

Por ocasião da 5ª reunião da Comissão Mista Econômica Brasil-Hungria, em outubro de 2019, o MNE Péter Szijjártó sublinhou a importância da criação de ambiente para a troca de experiências e de informações para o incremento do comércio e do investimento mútuos, bem como oportunidade de se dar maior visibilidade às iniciativas governamentais e intensificar a cooperação bilateral. Entre as oportunidades para ampliação das relações econômicas, citou a linha de crédito aberta pelo EXIMBANK húngaro no montante de cerca de EUR 460 milhões, para financiar empresas húngaras interessadas em operar no mercado brasileiro (comércio e “joint ventures”).

O MNE Péter Szijjártó manteve, também, agenda em São Paulo. Na capital paulista, Szijjártó abriu o Fórum Empresarial Brasil-Hungria e participou de evento na FIESP. Na ocasião, defendeu a conclusão do acordo Mercosul-UE “at the earliest opportunity”.



A Hungria apoia a acessão do Brasil à OCDE.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

670	Nômades magiares deslocam-se dos Montes Urais para os Cárpatos.
896	Árpád é eleito príncipe pelos chefes das sete tribos magiares e se torna o primeiro governante de um povo húngaro unificado.
1000	Estêvão (posteriormente Santo Estêvão) é batizado e coroado rei pelo Papa Silvestre II, fundando o reino cristão da Hungria.
1241	A Hungria é invadida pelos mongóis, chefiados por Gengis Khan.
1521	Invasão da Hungria pelos turcos.
1526	O exército húngaro é derrotado na Batalha de Mohács, abrindo caminho para a conquista da Hungria pelos turcos.
1541	Tomada do castelo de Buda. Opera-se a divisão tripartite da Hungria: a Hungria Monárquica, governada por Fernando I de Habsburgo; o Principado da Transilvânia, Estado vassalo do Império Otomano; e o Território Central, sob controle direto do Império Otomano.
1718	Após longa campanha do exército cristão sob o comando do Sacro Império Romano-Germânico, a Hungria é libertada do domínio turco. Os Habsburgo mantêm o controle de todo o reino.
1848	Revolução húngara contra o domínio Habsburgo.
1849	Tropas russas, convocadas pelos Habsburgo, derrotam o exército magiar e restabelecem o domínio austríaco. Os 13 principais generais húngaros são executados na cidade de Arad.
1867	Monarquia Dual Austro-Húngara.
1918	Após a 1ª Grande Guerra, forças nacionalistas húngaras assumem o poder na Hungria sob o regente Almirante Miklós Horthy.
1920	Tratado de Trianon. A Hungria perde $\frac{2}{3}$ de seu território (190.000 km ²) e mais da metade da população é dividida pelas novas fronteiras.
1940	A Hungria alinha-se ao Eixo na 2ª Guerra.
1945	Tropas do exército soviético ocupam a Hungria.
1945	Nas primeiras eleições do pós-guerra, após a intervenção das forças aliadas em prol da formação de governo de coalizão, o partido comunista húngaro toma conta da máquina estatal.
1956	Violenta repressão da revolta popular que busca liberar a Hungria do controle soviético e torná-lo país neutro. Invasão soviética põe fim à tentativa húngara de deixar o bloco socialista.
1989	A Hungria abre sua fronteira com a Áustria. Queda do Muro de Berlim e fim do regime socialista na Hungria.
1990	Árpád Göncz eleito primeiro Presidente após o regime socialista.
1999	Adesão da Hungria à OTAN.
2004	Entrada da Hungria na União Europeia.
2010	Eleição do Primeiro-Ministro Viktor Orbán (maio).
2010	Eleição do Presidente Pál Schmitt (junho).
2011	Presidência húngara do Conselho da União Europeia.
2012	Entrada em vigor da nova Constituição da Hungria (janeiro). Renúncia do Presidente Pál



	Schmitt (abril). Eleição do Presidente János Áder (maio).
2014	Eleições parlamentares resultam em nova maioria para o Fidesz, com consequente manutenção de Viktor Orbán como primeiro-ministro.
2016	No contexto da crise migratória ensejada pela guerra civil na Síria, Orbán convoca referendo para decidir se a Hungria aceitará as cotas de refugiados estabelecidas pela UE.
2018	Uma vez mais, eleições parlamentares resultam maioria para o Fidesz, com consequente manutenção de Viktor Orbán como primeiro-ministro.



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1871	Imperador D. Pedro II visita a Hungria, na época integrante do Império Austro-Húngaro.
1873	Império do Brasil abre Consulado em Budapeste.
1925	Brasil abre Missão diplomática permanente junto ao Governo húngaro, em Budapeste, no nível de Legação.
1927	Estabelecimento de relações diplomáticas.
1942	Interrupção do relacionamento bilateral devido à II Guerra Mundial.
1961	Restabelecimento das relações bilaterais.
1962	Reabertura da Missão diplomática permanente em Budapeste, no nível de Legação.
1974	Brasil eleva a Missão diplomática permanente em Budapeste ao nível de Embaixada (maio).
1988	Hungria abre Consulado-Geral em São Paulo (dezembro).
1992	Géza Jeszenszky, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Hungria, visita o Brasil (abril).
1993	György Szabad, Presidente da Assembleia Nacional da Hungria, visita o Brasil (maio).
1994	Presidente-Eleito do Brasil visita a Hungria (novembro)
1997	Árpád Göncz, Presidente da Hungria, visita o Brasil (abril).
1998	Ministro do Exército visita a Hungria (maio).
1999	Ministro da Agricultura e Abastecimento, visita a Hungria (março).
1999	Ministro das Relações Exteriores participa em Budapeste de reunião ministerial preparatória à Conferência da OMC, a convite do Ministro da Economia (maio).
2000	János Áder, Presidente da Assembleia Nacional da Hungria e atual Presidente da Hungria, visita o Brasil (maio).
2004	Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior visita a Hungria (maio).
2004	Presidente do Senado Federal visita a Hungria (julho).
2005	Ministro da Agricultura visita a Hungria (fevereiro).
2008	O Brasil reconhece a Hungria como economia de mercado.
2009	Visita a Hungria do Secretário Executivo do MDIC.
2010	Péter Balázs, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Hungria, visita o Brasil (março).
2011	László Kövér, Presidente da Assembleia Nacional da Hungria, visita o Brasil (outubro). O então Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aloizio Mercadante, visita a Hungria (novembro).
2012	O Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento visita a Hungria (março). Visitas ao Brasil do Chanceler János Martonyi (maio), do Presidente János Áder e do Ministro do Desenvolvimento Rural Sándor Fázekas (junho).



	Realização da I Reunião da Comissão Mista Brasil-Hungria (novembro).
2013	Visita do Vice-Presidente Michel Temer à Hungria
2016	Visita do Presidente János Áder e do primeiro-ministro Viktor Orbán ao Brasil, no contexto da realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016.
2017	IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Hungria
2018	Visita do Presidente János Áder a Brasília, por ocasião do Fórum Mundial da Água.
2019	Visita do Primeiro-Ministro Viktor Orbán para participar da posse do Presidente Jair Bolsonaro
2019	Visita do Ministro das Relações Exteriores a Budapeste
2019	Visita do MNE Péter Szijjartó ao Brasil, ocasião em que foi realizada V Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil-Hungria.
2020	O governo húngaro adquire duas aeronaves de transporte militar Embraer C-390 Millennium



ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data	Status da Tramitação
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Instituto Húngaro de Relações Internacionais sobre Cooperação Mútua para o Treinamento de Diplomatas	18/05/2012	Em Vigor
Protocolo entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Hungria sobre Consultas Políticas	10/03/2010	Em Vigor
Acordo de Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria	05/05/2006	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	27/09/2005	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários nas Áreas Veterinária e de Saúde Pública Animal	10/11/1999	Expirado
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria sobre Cooperação nos Campos da Quarentena Vegetal e da Proteção das Plantas	10/11/1999	Expirado
Acordo, por Troca de Notas, para a Abolição Recíproca da Exigência de Visto de Entrada entre	09/11/1999	Em Vigor



o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria		
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria	03/04/1997	Em Vigor
Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria	03/04/1997	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria no Campo da Cooperação Cultural	19/03/1992	Em Vigor
Acordo, por troca de Notas, para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria	13/12/1990	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, sobre a Abertura do Consulado-Geral em São Paulo, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria	12/12/1988	Em Vigor
Protocolo de Intenções entre o Ministério das Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério da Indústria da República Popular da Hungria	26/11/1987	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria	17/11/1987	Em Vigor
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria	17/11/1987	Em Vigor
Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria Destinada a Evitar a Dupla	20/06/1986	Em Vigor



Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda		
Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria	20/06/1986	Em Vigor
Pró-Memória do Governo da República Federativa do Brasil e do Governo da República Popular da Hungria	07/10/1982	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, de Fornecimento Recíproco a Longo Prazo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria	25/03/1982	Expirado
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria para o Estabelecimento de Escritórios para Fins Comerciais nas Cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo	29/01/1980	Em Vigor
Acordo de Comércio e Pagamentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria	30/04/1979	Denunciado
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria sobre Aquisição de Trigo pelo Brasil à Hungria	13/02/1969	Superado
Acordo entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria sobre a Aquisição de Trigo pelo Brasil na Hungria	09/05/1967	Superado
Acordo Referente à Cooperação Técnico-Científica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Popular Húngara	15/05/1961	Superado
Acordo Cultural entre o Governo da República	15/05/1961	Superado



dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Popular Húngara		
Acordo de Comércio, Pagamentos e Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria	15/05/1961	Substituído
Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria sobre o Restabelecimento de Relações Diplomáticas	21/03/1961	Em Vigor



As Mensagens n^{os} 55 a 60/2021 vão à CRE.



Projetos de Decreto Legislativo





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 981, DE 2021

Susta PARCIALMENTE a Portaria SECULT/MTUR nº 44, de 05 de novembro de 2021, que dispõe sobre a exigência de comprovação de vacinação nos projetos financiados pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC, pune os projetos culturais que respeitem as medidas sanitárias impostas pelos gestores Municipais, Distritais e Estaduais, e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Humberto Costa (PT/PE)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2021

Susta PARCIALMENTE a Portaria SECULT/MTUR nº 44, de 05 de novembro de 2021, que dispõe sobre a exigência de comprovação de vacinação nos projetos financiados pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC, pune os projetos culturais que respeitem as medidas sanitárias impostas pelos gestores Municipais, Distritais e Estaduais, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam suspensos, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, os artigos 2º e 3º da Portaria SECULT/MTUR nº. 44, de 5 de novembro de 2021.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Portaria SECULT/MTUR nº. 44, de 5 de novembro de 2021, estipula, em seu artigo 1º que os projetos culturais que comprovarem a adoção dos protocolos de medidas de segurança, para prevenir a Covid-19, tais como, aferição de temperatura, exame de testagem para Covid e uso de materiais de higiene, terão prioridade na análise de homologação de admissibilidade.

Tal dispositivo, que prioriza a análise de projetos culturais que prevejam protocolos de medidas de segurança contra Covid-19, parece-nos perfeitamente adequado à luta contra essa terrível pandemia, que já custou a vida



SF/21403.64922-87





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

de mais de 600 mil brasileiros. Afinal, projetos culturais como shows, peças de teatro, exposições de arte, filmes etc. em geral tendem a provocar aglomerações, as quais têm o potencial de disseminar o coronavírus.

Os projetos culturais que comprovarem a adoção dos protocolos de medidas de segurança, para prevenir a Covid-19, tais como, aferição de temperatura, exame de testagem para Covid e uso de materiais de higiene, terão prioridade na análise de homologação de admissibilidade.

Entretanto, a portaria em apreço, tal como a Portaria MTP N° 620, de 1° de novembro de 2021, do Ministério de Trabalho e Previdência, contém também outros dois artigos, que pretendem proibir que quaisquer autoridades possam, visando conter a disseminação do novo coronavírus, exigir comprovante de vacinação para a participação de tais eventos culturais.

Assim, os artigos 2° e 3° têm a seguinte redação:

Art. 2° Fica vedado pelo proponente a exigência de passaporte sanitário para a execução ou participação de evento cultural a ser realizado, sob pena de reprovação do projeto cultural e multa.

Art. 3° Havendo decreto, lei municipal ou estadual, que exija o passaporte, o proponente terá que adequar seu projeto ao modelo virtual, não podendo impor discriminação entre vacinados e não vacinados nos projetos financiados pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC.

Ora, esses artigos são incongruentes com o artigo 1° da portaria. Com efeito, o artigo 1° reconhece, implicitamente, que os espetáculos culturais têm o potencial de disseminar o novo coronavírus e, por isso, prioriza os projetos que prevejam protocolos de segurança adequados. Contudo, os artigos 2° e 3° excluem, de forma incoerente e injustificada, a apresentação de passaporte sanitário como parte integrante dos protocolos de segurança, o que contraria



SF/21403.64922-87





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

frontalmente todas as recomendações da ciência médica, a qual enfatiza a vacinação como a principal medida para conter a pandemia do Covid-19.

Assim, não se pode elogiar os critérios estabelecidos nos artigos 2º e 3º, que punem os projetos culturais que busquem conferir maior segurança aos seus públicos, exigindo o certificado de vacina. Pune de três formas: rejeição do projeto, a aplicação de multas e, caso seja uma obrigatoriedade imposta pelos sistemas de saúde locais, os projetos deverão ser adaptados para o modo virtual somente.

Sabe-se que, graças às vacinas, as atividades estão retomando a normalidade, mas que, ainda os cuidados sanitários se fazem necessários, para evitar que nova onda da pandemia atinja o país. Assim, a malfadada Portaria pune exatamente àqueles que primam por boas práticas coletivas.

Os artigos 2º e 3º ferem o pacto federativo, pois interferem na prerrogativa de Estados e municípios definirem a forma como querem lidar com a questão da pandemia, fato já reconhecido pelo STF no âmbito da ADI 6.341/2020. Como se sabe, de acordo com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil é composta pela parceria indissolúvel de Estados, municípios e Distrito Federal. Ainda segunda a Constituição, a organização político-administrativa brasileira compreende a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, todos eles autônomos. Assim, os artigos 2º e 3º são claramente inconstitucionais e devem ser sustados.

Além disso, é importante rememorar que, em 17/12/2020, o Supremo Tribunal Federal considerou constitucional a vacinação compulsória e as medidas necessárias para fazer cumprir esse compromisso com a saúde pública.

O Supremo Tribunal Federal julgou duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs 6.586 e 6.587) e um recurso extraordinário, ante os quais firmou o posicionamento no sentido de que os entes estatais podem, sim, exigir da população a vacinação compulsória, por entender que se trata de um direito coletivo, que se sobrepõe ao interesse individual.



SF/21403.64922-87





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

Nossa Corte Suprema determinou também que a vacinação compulsória pode ser implementada por medidas indiretas, como a restrição ao exercício de certas atividades ou à presença em determinados lugares, respaldando assim, os estados e municípios que adotem a verificação das carteiras de vacinação em locais coletivos.

Da mesma forma, foi definido que pais são obrigados a levar os filhos para vacinação, conforme prevê o calendário de imunização, devendo ser afastadas convicções filosóficas ou religiosas

Relator da ADI 6.586, o Ministro Ricardo Lewandowski, argumentou que:

Alcançar a imunidade de rebanho mostra-se deveras relevante, sobretudo para pessoas que, por razões de saúde, não podem ser imunizadas, dentre estas as crianças que ainda não atingiram a idade própria ou indivíduos cujo sistema imunológico não responde bem às vacinas.¹⁸ Por isso, a saúde coletiva não pode ser prejudicada por pessoas que deliberadamente se recusam a ser vacinadas, acreditando que, ainda assim, serão beneficiárias da imunidade de rebanho.

Ainda segundo Lewandowski:

Aqui, vale rememorar que, dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, listados art. 3º da Constituição, sobressai o propósito de construir uma sociedade livre, justa e solidária, capaz de promover o bem de todos. Essa é a razão pela qual se admite que o Estado, atendidos os pressupostos de segurança e eficácia das vacinas, restrinja a autonomia individual das pessoas com o de o dever de dar concreção ao direito social à saúde, previsto no art. 196 da Lei Maior, fazendo-o por meio de “políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. O art. 197, ademais, preconiza que são “d e relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle”.



SF/21403.64922-87





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

A conclusão do colegiado foi a de que:

"(I) A vacinação compulsória não significa vacinação forçada, porquanto facultada sempre a recusa do usuário, podendo, contudo, ser implementada por meio de medidas indiretas, as quais compreendem, dentre outras, a restrição ao exercício de certas atividades ou à frequência de determinados lugares, desde que previstas em lei, ou dela decorrentes, e

i) tenham como base evidências científicas e análises estratégicas pertinentes,

(ii) venham acompanhadas de ampla informação sobre a eficácia, segurança e contraindicações dos imunizantes,

(iii) respeitem a dignidade humana e os direitos fundamentais das pessoas,

(iv) atendam aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade e

(v) sejam as vacinas distribuídas universal e gratuitamente;

(II) tais medidas, com as limitações acima expostas, podem ser implementadas tanto pela União como pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, respeitadas as respectivas esferas de competência."

Portanto, o STF já deixou abundantemente claro que o direito coletivo se sobrepõe, nesse caso, ao direito individual e que as autoridades podem e devem impor tal superveniência, através de uma série de medidas restritivas e coercitivas.

Em consequência, os artigos 2º e 3º da Portaria que ora discutimos colidem com o entendimento do STF além de serem inconstitucionais e carente de base jurídica.



SF/21403.64922-87





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

Ao emitir portaria em colisão com a Constituição Federal, contrariando sólido e recente entendimento do STF, o Poder Executivo, obviamente, extrapolou suas prerrogativas de legislar, bem como desestimula o cumprimento de regras adotadas pelos demais entes federados autônomos que buscam cumprir seu dever constitucional de cuidar da saúde pública.

Assim sendo, a Portaria SECULT/MTUR nº. 44, de 2021, deve ser sustada parcialmente.

Senador **HUMBERTO COSTA**
PT/PE



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art3

- art49_cpt_inc5





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 982, DE 2021

Susta o Decreto s/n de 5 de novembro de 2021, que tornou sem efeito o Decreto de 3 de novembro de 2021, publicado no Diário Oficial da União de 4 de novembro de 2021, Seção 1, página 239, na parte referente à admissão, na classe de Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico, de ADELE SCHWARTZ BENZAKEN, Diretora do Instituto Leônidas & Maria Deane da Fundação Oswaldo Cruz, e de MARCUS VINÍCIUS GUIMARÃES DE LACERDA, Médico da Fundação de Medicina Tropical Doutor Heitor Vieira Dourado..

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2021

Susta o Decreto s/n de 5 de novembro de 2021, que tornou sem efeito o Decreto de 3 de novembro de 2021, publicado no Diário Oficial da União de 4 de novembro de 2021, Seção 1, página 239, na parte referente à admissão, na classe de Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico, de ADELE SCHWARTZ BENZAKEN, Diretora do Instituto Leônidas & Maria Deane da Fundação Oswaldo Cruz, e de MARCUS VINÍCIUS GUIMARÃES DE LACERDA, Médico da Fundação de Medicina Tropical Doutor Heitor Vieira Dourado..



SF/21176.93533-36

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica sustado, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, o Decreto s/n de 5 de novembro de 2021, que tornou sem efeito o Decreto de 3 de novembro de 2021, publicado no Diário Oficial da União de 4 de novembro de 2021, Seção 1, página 239, na parte referente à admissão, na classe de Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico, de ADELE SCHWARTZ BENZAKEN, Diretora do Instituto Leônidas & Maria Deane da Fundação Oswaldo Cruz, e de MARCUS VINÍCIUS GUIMARÃES DE LACERDA, Médico da Fundação de Medicina Tropical Doutor Heitor Vieira Dourado.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Foi publicado no Diário Oficial da União de 4 de novembro de 2021, Seção 1, página 239, o Decreto s/n de 3 de novembro de 2021, pelo qual admitiu diversas personalidades na Ordem Nacional do Mérito Científico.

Entretanto, no dia de hoje, publicou novo Decreto s/n, de mesma data, tornando sem efeito o Decreto anterior, na parte referente à admissão, na classe de Comendador da

Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues – Anexo I - 9º andar
Tel.: (61) 3303-6568 – CEP 70165-900 – Brasília-DF – e-mail: randolfe.rodrigues@senador.gov.br





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

Ordem Nacional do Mérito Científico, de ADELE SCHWARTZ BENZAKEN, Diretora do Instituto Leônidas & Maria Deane da Fundação Oswaldo Cruz, e de MARCUS VINÍCIUS GUIMARÃES DE LACERDA, Médico da Fundação de Medicina Tropical Doutor Heitor Vieira Dourado.

Ocorre que ambos são grandes merecedores do reconhecimento, por terem atuado de forma científica de fato, diferente do próprio Presidente da República, notório negacionista e responsável direto pelo grande número de mortos pela covid-19 no Brasil, conforme demonstrado de forma clara pela CPI da Pandemia.

ADELE SCHWARTZ BENZAKEN foi demitida do cargo que ocupava no Ministério da Saúde no começo do governo Bolsonaro. O motivo? Provavelmente uma cartilha destinada a homens transgêneros¹.

MARCUS VINÍCIUS GUIMARÃES DE LACERDA é o responsável por uma das primeiras pesquisas que ajudou a enfrentar a ideia estapafúrdia da cloroquina como combate à Covid. Pesquisador da Fiocruz em Manaus, ele virou alvo dos filhos do presidente e do bolsonarismo e chegou a ser ameaçado²³.

Assim, é urgente a aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo para sustar a condecoração, que viola diretamente a Constituição Federal e os diversos compromissos internacionais que o Estado Brasileiro assumiu em defesa dos direitos humanos, razão pela qual solicito o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões, em de de 2021.

SENADOR RANDOLFE RODRIGUES
REDE/AP

¹ <https://oglobo.globo.com/saude/entidades-criticam-saida-de-diretora-do-departamento-de-hivaido-do-ministerio-da-saude-23364728>

² <https://sbi.org.br/2020/04/17/nota-de-repudio-aos-ataques-feitos-ao-cientista-marcus-vinicius-guimaraes-de-lacerda/>

³ <http://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/51215>



SF/21176.93533-36



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art49_cpt_inc5



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3938, DE 2021

Altera as Leis nºs 7.347, de 24 de julho de 1985, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e 9.008, de 21 de março de 1995, para estabelecer a destinação vinculada de recursos da fiscalização do trabalho aos respectivos territórios.

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Altera as Leis nºs 7.347, de 24 de julho de 1985, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e 9.008, de 21 de março de 1995, para estabelecer a destinação vinculada de recursos da fiscalização do trabalho aos respectivos territórios.



SF/21881.43022-45

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece a destinação vinculada de recursos da fiscalização do trabalho aos respectivos territórios.

Art. 2º O artigo 1º da Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, fica acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 1º.....
.....
§ 4º Os recursos e os bens arrecadados ou apreendidos relacionados à fiscalização do trabalho deverão ser aplicados no âmbito territorial do Estado da Federação onde foram arrecadados, salvo decisão fundamentada e comprovada para aplicação em Estado de maior necessidade, respeitando-se o disposto no § 3º.”

Art. 3º O artigo 11 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, fica acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 11.....
.....
Parágrafo único. Os recursos e os bens arrecadados ou apreendidos relacionados à fiscalização do trabalho deverão ser aplicados no fortalecimento dos órgãos de fiscalização do trabalho ou em ações relacionadas com a natureza da infração ou do dano causado, no âmbito territorial do Estado da Federação onde foram arrecadados, salvo decisão fundamentada e comprovada para aplicação em Estado de maior necessidade.”

Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues – Senado Federal Anexo I 9º Andar
Tel.: (61) 3303-6568 – CEP 70165-900 – Brasília-DF – e-mail: sen.randolferodrigues@senado.leg.br

1





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

Art. 4º O artigo 13 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, fica acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 13.....

.....
§ 3º Os recursos e os bens arrecadados ou apreendidos relacionados à fiscalização do trabalho deverão ser aplicados no âmbito territorial do Estado da Federação onde foram arrecadados, salvo decisão fundamentada e comprovada para aplicação em Estado de maior necessidade.”

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Reportagem de ontem da Folha de São Paulo dá conta que o Presidente Bolsonaro desvia verba para fundos e esvazia fiscalização trabalhista, na medida em que o Ministério do Trabalho vem recomendando barrar recebimento de recursos e bens previstos em TACs do MPT. Para que não restem dúvidas, confira-se a íntegra¹:

O governo Jair Bolsonaro (sem partido) passou a recusar recursos arrecadados em decorrência de infrações trabalhistas, usados diretamente para equipar grupos de fiscalização do próprio governo, e determinou que esses valores e bens sejam destinados ao FDD (Fundo de Defesa dos Direitos Difusos) ou ao FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

A mudança no uso de recursos e bens —como caminhonetes destinadas à atuação de auditores-fiscais do trabalho— esvazia a fiscalização trabalhista, em razão da forte dependência de gerências e superintendências regionais a bens, serviços e obras previstos nos TACs (termos de ajustamento de conduta) assinados pelo MPT (Ministério Público do Trabalho).

¹ Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/11/governo-bolsonaro-desvia-verba-para-fundos-e-esvazia-fiscalizacao-trabalhista.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

Auditores, integrantes do MPT e a Justiça do Trabalho apontam um retrocesso na imposição feita pelo governo Bolsonaro, capitaneada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência. A medida pode paralisar fiscalizações de trabalho escravo, acidentes de trabalho e trabalho infantil, segundo críticos da medida.

A mudança foi efetivada após a recriação do Ministério do Trabalho no fim de julho, uma ação de Bolsonaro para reacomodar na Esplanada um de seus principais aliados no campo político, Onyx Lorenzoni.

Bolsonaro havia extinguido a pasta assim que chegou ao Palácio do Planalto, em 2019. O Trabalho havia sido agregado ao Ministério da Economia, de Paulo Guedes.

Um ofício do Ministério do Trabalho e da Previdência de 27 de outubro, obtido pela Folha, comunica a subsecretarias, coordenações e superintendências regionais a "impossibilidade de recebimento de bens patrimoniais ou recursos financeiros decorrentes de TAC ou aplicação de multas".

O ofício é assinado pelo secretário de Trabalho do ministério, Luís Felipe Batista de Oliveira.

Quando recebe uma denúncia, o MPT costuma acionar equipes de fiscalização formadas por auditores vinculados ao Ministério do Trabalho. Um relatório —sobre trabalho escravo, sobre um acidente de trabalho ou sobre outra questão relacionada— é enviado aos procuradores que integram o MPT, que podem, a partir daí, fazer um TAC com a empresa envolvida.

O acordo pode envolver pagamentos por danos morais coletivos. Na execução do acordo, é comum que entre as possibilidades previstas estejam a destinação de veículos, drones, obras ou serviços para o funcionamento das equipes de fiscalização.

Auditores ouvidos pela Folha relatam que, diante de restrições orçamentárias, essa é a única maneira de equipes saírem às ruas para

SF/21881.43022-45





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

fiscalização trabalhista. E também o único caminho para a própria existência de unidades regionais, em cidades distantes dos grandes centros urbanos.

Para mudar o destino de recursos previstos em TACs do MPT, o Ministério do Trabalho fez uso de dois pareceres jurídicos elaborados no governo Bolsonaro.

Um foi elaborado pela AGU (Advocacia-Geral da União), entre dezembro de 2019 e março de 2020, quando o então advogado-geral substituto, Renato de Lima França, avalizou o documento.

O outro é resultado de uma consulta feita pela Secretaria de Previdência e Trabalho, quando ainda estava vinculada à Economia. Foi elaborado pela PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) em agosto deste ano.

"Conforme consta do parecer da AGU, os valores destinados à indenização de direitos difusos ou coletivos em sentido estrito, pactuados no âmbito de TACs, incluindo as multas decorrentes de seu eventual descumprimento, devem ser destinados ao FDD ou, nos casos em que os direitos difusos ou coletivos possuam natureza trabalhista, ao FAT", afirmou o ministério no ofício.

Já o parecer da PGFN, segundo a pasta, diz que o ministério não pode receber diretamente os bens e recursos destinados pelo MPT.

O ministério recomenda, então, que as unidades deixem de receber "bens permanentes (móveis e imóveis), serviços, obras ou mesmo recursos financeiros oriundos do MPT em decorrência de TACs".

Se a recomendação não for atendida, agentes públicos poderão ser responsabilizados, conforme o ofício.

As previsões feitas em TACs garantiam custeios básicos, como gasolina e pneus de carros.

SF/21881.43022-45





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

A nova orientação do Ministério do Trabalho —inédita, segundo auditores ouvidos pela reportagem— já levou a pelo menos três recusas de bens e recursos: R\$ 1 milhão no Paraná; uma caminhonete no Espírito Santo; e uma caminhonete para fiscalização rural no interior de Minas Gerais.

No caso desta última recusa, o MPT acionou a Justiça do Trabalho, que determinou que a gerência regional em Montes Claros receba o veículo.

O parecer jurídico usado pelo Ministério do Trabalho é de "caráter interno" e "não vincula este juízo", conforme decisão da Justiça do Trabalho de Pirapora (MG).

A Justiça apontou ilegalidade na destinação dos recursos aos fundos propostos.

O FDD, ao listar suas finalidades, não citou reparação de danos causados aos trabalhadores, conforme a decisão. E os recursos do FAT não atendem aos fins sociais previstos em lei, sendo destinados a seguro-desemprego, abono salarial e educação profissional, segundo a decisão.

O juiz Pedro Paulo Ferreira determinou que a Superintendência do Trabalho receba a caminhonete acertada no TAC firmado pelo MPT, "de maneira a permitir o cumprimento de sua função fiscalizadora".

O magistrado afirmou ser "incontroversa a necessidade de destinação" do bem à gerência regional em Montes Claros.

Em nota, o MPT afirmou que cumpre a lei da ação civil pública, resoluções do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) e do CSMPT (Conselho Superior do MPT) e decisões judiciais que determinam reparação de danos.

"O MPT entende que a destinação de recursos a fundos, no exercício de sua atividade finalística, judicial ou extrajudicial, não é a única



SF/21881.43022-45





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

alternativa posta pela ordem jurídica, cabendo também outras formas de reparação direta ou indireta dos danos causados, tudo em prol da promoção do trabalho decente", disse a nota.

O Ministério do Trabalho afirmou ter se baseado nos pareceres jurídicos da AGU e da PGFN.

"O ofício circular nada mais é que uma orientação às unidades subordinadas ao ministério para o cumprimento dos entendimentos jurídicos citados", afirmou, em nota.

A fiscalização do trabalho escravo, trabalho infantil, acidentes de trabalho e todas as fiscalizações relacionadas são garantidas por recursos disponíveis no Orçamento da União, conforme a pasta.

"Não se trata, portanto, de compensação pelo não recebimento desses bens. O Orçamento da União deve garantir o andamento das ações fiscais em todo o país."

Sobre a decisão da Justiça do Trabalho em Minas Gerais, o ministério afirmou que aguarda um parecer da AGU, que entrou com um recurso contra a decisão.

Em verdade, desde o início do seu governo, o Presidente Bolsonaro vem buscando mecanismos para frear a eficiência das auditorias trabalhistas, notadamente envolvendo questões sobre trabalho escravo e em outras condições degradantes de saúde e higiene laborais.

Além da extinção do Ministério do Trabalho, incorporando-o como uma Secretaria do Ministério da Economia desde o início de seu Governo — situação essa revertida há poucos meses, não com fins de corrigir a absurda medida, mas sim para acomodar aliados políticos —, o Presidente da República, agora, como denunciado pela referida reportagem, busca sucatear os trabalhos realizados pela fiscalização trabalhista, privando-a de recursos.

Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues – Senado Federal Anexo I 9º Andar
Tel.: (61) 3303-6568 – CEP 70165-900 – Brasília-DF – e-mail: sen.randolferodrigues@senado.leg.br



SF/21881.43022-45





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

A repentina, inédita, inoportuna e ilegal alteração promovida na metodologia de distribuição dos recursos arrecadados durante as fiscalizações de condições de trabalho em TACs e mediante decisões judiciais afronta o princípio da eficiência e impede que os bens e valores arrecadados mediante atuação do Ministério Público do Trabalho sejam revertidos diretamente para as ações de fiscalização empreendidas pelas equipes do Ministério do Trabalho e da Previdência. Com isso, há risco de paralisação das fiscalizações que coíbem trabalho escravo, acidentes de trabalho e trabalho infantil



O descalabro perpetrado mediante mero Ofício exarado pelo alto comando da Pasta ministerial do Executivo vem obrigando o Ministério Público do Trabalho a ajuizar ações pontuais, a fim de garantir que os bens necessários à realização da atividade fiscalizatória e arrecadados mediante TACs e decisões judiciais cheguem, de fato, a serem recebidos e utilizados na aludida atividade.

Cientes da importância do tema, contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação tempestiva do presente projeto, que pretende vincular os recursos e bens arrecadados decorrentes da fiscalização do trabalho para as atividades nos respectivos territórios.

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES

REDE/AP

Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues – Senado Federal Anexo I 9º Andar
Tel.: (61) 3303-6568 – CEP 70165-900 – Brasília-DF – e-mail: sen.randolferodrigues@senado.leg.br

7



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 7.347, de 24 de Julho de 1985 - Lei da Ação Civil Pública (Defesa de Interesses Difusos); Lei dos Interesses Difusos - 7347/85
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1985;7347>
 - art13
- Lei nº 7.998, de 11 de Janeiro de 1990 - Lei do Seguro-Desemprego - 7998/90
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;7998>
 - art11
- Lei nº 9.008, de 21 de Março de 1995 - LEI-9008-1995-03-21 - 9008/95
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1995;9008>
 - art1





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3941, DE 2021

Institui o Dia Nacional da Logística Humanitária.

AUTORIA: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Institui o Dia Nacional da Logística Humanitária.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional da Logística Humanitária, a ser celebrado, anualmente, no dia 1º de setembro.

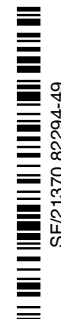
Parágrafo único. No Dia Nacional da Logística Humanitária serão realizadas ações, campanhas e outras atividades que visem a estimular a participação da sociedade e do poder público no debate e no diálogo sobre mecanismos de prevenção, controle e resolução de demandas relacionadas à solução de desastres e minimização de danos causados a pessoas em situação de vulnerabilidade, decorrente de desastres naturais como queimadas, furacões, avalanches, erupções vulcânicas, inundações, entre outros, ou por danos provocados pelo homem.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A logística humanitária é um ramo da logística responsável por todos os processos envolvidos na mobilização de pessoas, recursos e conhecimentos para ajudar comunidades afetadas por desastres naturais – como furacões, avalanches, erupções vulcânicas, inundações, queimadas, entre outros –, ou por danos provocados pelo homem.

A logística é um aspecto crítico para o sucesso de uma operação humanitária. A cadeia de suprimentos precisa ser flexível ao ponto de possuir a habilidade de resposta rápida aos eventos imprevisíveis e de forma eficiente, mesmo com limitações orçamentárias. Porém, como toda cadeia de suprimentos, a humanitária também tem seus desafios e dificuldades. Entre eles, os gargalos administrativos e logísticos devido à fraca





SENADO FEDERAL

Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES

infraestrutura no recebimento de doações, e o gerenciamento da ação de múltiplos agentes envolvidos nas operações: governo, agências de ajuda, doadores, militares, ONGs e instituições privadas.

Segundo dados divulgados pela Organização das Nações Unidas em 2011, na última década, o Brasil foi atingido, em média, por 6 desastres naturais por ano: 6 secas atingiram 2 milhões de pessoas; 37 enchentes deixaram 4,5 milhões de vítimas, das quais 1,2 mil morreram; 5 deslizamentos mataram 162 pessoas; 5 tempestades atingiram 15,7 mil pessoas, das quais 26 morreram; epidemias afetaram 606 brasileiros e mataram 203, sem contar a pandemia de covid-19; 1 terremoto afetou 286 pessoas; e 3 incidentes de temperaturas extremas mataram 39 pessoas. Ainda, o Relatório de Clima do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais mostra que eventos extremos de precipitação podem se tornar mais frequentes, gerando enchentes e alagamentos mais severos no país.

O Pantanal é uma das maiores áreas alagadas contínuas do planeta, com 151.487 km², sendo reconhecido como Patrimônio Nacional pela Constituição Federal e considerado Reserva da Biosfera e Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco, além de abrigar três Sítios Ramsar, Áreas Úmidas de Importância Internacional: Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense, Reserva Particular do Patrimônio Natural Sesc Pantanal, e Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Rio Negro. É o menor dos biomas brasileiros em extensão territorial e tem biodiversidade extremamente rica, com 3.500 espécies conhecidas de plantas, 463 de aves, 124 de mamíferos, 177 de répteis, 41 de anfíbios e 325 espécies de peixes de água doce.

O bioma vem sofrendo com o desmatamento, a pesca ilegal, as queimadas, os projetos de infraestrutura de hidrelétricas, hidrovias e mineradoras sem bases sustentáveis, caça, invasão de espécies exóticas e poluição dos rios pelo uso de pesticidas. Segundo dados do inédito Projeto de Monitoramento do Desmatamento dos Biomas Brasileiros por Satélite, entre 2002 e 2008 foram desmatados 2.479 km², o que equivale a 2,82% de seu território.

Um estudo apresentado pelos Ministérios Públicos de Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso identificou que quase 60% dos focos de



SF/21370.82294-49





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES

incêndios que afetaram o Pantanal em 2020 foram provocados por ações humanas, e possuem a probabilidade de ligação com atividades agropastoris.

De acordo com dados levantados pela coordenação de inteligência territorial do Instituto Centro de Vida, que monitora o Pantanal em Mato Grosso, em 2020, setembro foi o mês mais crítico – quando foi batido o triste recorde em queimadas.

Os processos logísticos de ajuda humanitária precisam de esforços para redução de danos com distribuição de cestas básicas; atendimento à fauna, como doação de equipamentos e medicamentos a centros de resgate aos animais e, ainda, na pesquisa, sobre o impacto do fogo na flora e fauna, mas também sobre as melhores técnicas de logística humanitária no manejo do fogo para o Pantanal.

As parcerias continuadas para prevenção podem fortalecer organizações sociais, população ribeirinha e indígenas a ajudar na prevenção, controle e combate aos incêndios e anteparo à fauna e à flora afetadas nos períodos de seca e grandes queimadas, por meio de treinamentos obtidos com a ajuda de apoio técnico.

Os constantes desastres chamam a atenção para a necessidade de se estruturar procedimentos que tornem mais eficientes as ações de atendimento à região atingida. Como principal foco deste processo está a assistência à população diretamente atingida pelo desastre e, em paralelo, uma imediata implantação de medidas para reduzir a extensão dos impactos provocados pelo homem no contexto geográfico, utilizando a logística humanitária como estratégia de apoio para a redução de danos.

Em atendimento às exigências da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para a instituição de data comemorativa, foi realizada audiência, no dia 27 de agosto de 2021, na sede da Confederação Nacional dos Transportes, em celebração ao Dia Nacional do Voluntariado, quando se debateram a “Logística Humanitária no Brasil” e a apresentação de projeto de lei que crie o Dia da Logística Humanitária no Brasil. A data objetiva promover um conjunto de ações e dispositivos destinados ao fomento, desenvolvimento e promoção da logística humanitária, articulando campanhas, estudos técnicos, políticas públicas e eventos que estimulem a população a participar e conhecer a importância do



SF/21370.82294-49





SENADO FEDERAL

Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES

tema. As ações a serem propostas no projeto de lei deverão incluir a realização de campanhas e atividades que estimulem a participação da sociedade e do poder público e privado na criação de mecanismos de prevenção, controle e resolução de demandas relacionadas a logística humanitária.

A audiência contou com a presença de deputados e senadores, especialistas no tema e representantes da sociedade em geral, entre outros. No evento, o presidente da Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura defendeu o projeto de lei que cria o Dia Nacional da Logística Humanitária. Os parlamentares então presentes parabenizaram os profissionais que atuam na logística humanitária pelo trabalho que vem sendo desenvolvido, bem como aqueles que atuaram na criação do Guia de Logística Humanitária. Além da Frente Parlamentar, também o Instituto Brasil Logística apoiou e trabalhou pela criação do Dia Nacional da Logística Humanitária. Para essas instituições, a data será útil para chamar a atenção da sociedade sobre a necessidade da participação de todas as pessoas no socorro às vítimas de desastres. São milhões de homens, mulheres, crianças e animais afetados anualmente.

Por essas razões, espero contar com o apoio dos nobres pares a esta iniciativa que ora apresento no sentido de instituir o Dia Nacional da Logística Humanitária, com o propósito de conscientizar a sociedade e o poder público sobre a importância da adoção de medidas relacionadas à minimização dos efeitos de danos decorrente de desastres naturais ou provocados pelo homem.

Sala das Sessões,

Senador WELLINGTON FAGUNDES



SF/21370.82294-49



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- Lei nº 12.345, de 9 de Dezembro de 2010 - LEI-12345-2010-12-09 - 12345/10

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2010;12345>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3946, DE 2021

Dispõe sobre o exercício da profissão de doula.

AUTORIA: Senadora Mailza Gomes (PP/AC)



[Página da matéria](#)



SF/21583.65003-32

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Dispõe sobre o exercício da profissão de doula.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O exercício da profissão de doula é livre em todo o território nacional, observadas as disposições desta Lei.

Art. 2º Para fins desta Lei, doula é a profissional que oferece apoio físico, informacional e emocional à pessoa durante o seu ciclo gravídico-puerperal e, especialmente, durante o parto, visando à melhor evolução desse processo e ao bem-estar da gestante, parturiente e puérpera.

Art. 3º O exercício da profissão de doula é assegurado:

I – aos portadores de diplomas de ensino médio oficial e de formação profissional em nível médio – curso técnico em doulagem;

II – aos portadores de diplomas de ensino médio oficial e de formação profissional em nível médio – curso técnico em doulagem, expedido por instituições estrangeiras e revalidado no Brasil, de acordo com a legislação vigente;

III – aos que, à data da publicação desta Lei, vinham exercendo, comprovadamente, há mais de cinco anos, a profissão de doula.

Art. 4º São atribuições dos profissionais de que trata esta Lei:

I – incentivar e facilitar à pessoa no seu ciclo gravídico puerperal a busca de informações sobre gestação, parto e pós-parto baseadas em evidências científicas atualizadas;

II – incentivar a pessoa grávida a buscar uma unidade de saúde para realizar o acompanhamento pré-natal;



III – orientar e apoiar a pessoa grávida durante todo o trabalho de parto, inclusive em relação às escolhas das posições mais confortáveis a serem adotadas durante o processo;

IV – informar à pessoa grávida sobre os métodos não farmacológicos para alívio da dor;

V – colaborar para a manutenção de um ambiente tranquilo, acolhedor e com privacidade para a pessoa grávida durante o trabalho de parto;

VI – auxiliar a pessoa grávida a utilizar técnicas de respiração e vocalização para obter maior tranquilidade;

VII – utilizar recursos não farmacológicos para conforto e alívio da dor da parturiente, como massagens, banhos mornos e compressas mornas;

VIII – estimular a presença e participação de acompanhante da escolha da pessoa grávida em todo o processo do parto e no pós-parto;

IX – orientar e prestar apoio aos cuidados com o recém-nascido e ao processo de amamentação.

Parágrafo único. É vedado às doulas utilizar ou manusear equipamentos médico-assistenciais, realizar procedimentos médicos ou de enfermagem, administrar medicamentos, bem como interferir nos procedimentos técnicos dos profissionais de saúde.

Art. 5º A doula é de livre escolha da pessoa grávida, sendo a doulagem parte da atenção multidisciplinar à pessoa no ciclo gravídico-puerperal.

Art. 6º Fica assegurada a presença da doula nas maternidades, casas de parto e em outros estabelecimentos congêneres, da rede pública ou privada, desde que solicitada pela pessoa grávida, durante o período de trabalho de parto, inclusive em caso de intercorrências e de aborto legal.

§ 1º A presença da doula não exclui a presença de acompanhante de livre escolha da pessoa grávida.



SF/21583.65003-32



00100.122124/2021-50
SF/21583.65003-32

§ 2º Para fins do disposto no *caput*, fica vedada a cobrança de qualquer taxa adicional vinculada à presença da doula durante o período de trabalho de parto.

§ 3º A presença da doula no estabelecimento de saúde, por solicitação da pessoa grávida, não implica obrigações por parte do estabelecimento, como remuneração ou vínculo empregatício.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A palavra doula tem origem grega e se traduz por “mulher que serve a outra mulher”; atualmente, refere-se às mulheres que dão suporte físico e emocional às pessoas grávidas durante a gestação, o parto e o puerpério, inclusive em relação aos cuidados com o recém-nascido e à amamentação. A atuação das doulas também favorece a disseminação de informações adequadas e cientificamente válidas sobre o ciclo gravídico-puerperal.

Com o advento da preocupação com a humanização do parto, a atuação das doulas ganhou papel de destaque. Ela não substitui o cuidado da família, nem a assistência dos profissionais de saúde, mas desempenha papel diverso, fazendo a ponte entre a pessoa grávida e a equipe de saúde.

O suporte fornecido pela doula por meio de informações, de diálogo e orientações pode promover o desenvolvimento de um trabalho de parto tranquilo, uma vez que as dúvidas e os medos da pessoa grávida podem ser mais facilmente entendidos e superados quando compartilhados com uma pessoa de confiança e preparada para essa escuta e acolhimento. Além disso, a atuação das doulas visa a promover o conforto materno, mediante o emprego de técnicas não farmacológicas que ajudam a aliviar as dores e favorecer o trabalho de parto.

Diversos estudos demonstraram que o suporte contínuo prestado pela doula à pessoa grávida durante o trabalho de parto resulta em diversos benefícios, como: aumento do número de partos vaginais espontâneos; redução da necessidade de analgesia ou anestesia; redução do número de cesáreas; experiência de parto mais positiva e satisfatória; e redução de quadros de depressão pós-parto.

ad-aw2021-12837



Em vários estados brasileiros já existe o reconhecimento da atuação da doula durante o trabalho de parto, quando solicitado pela gestante, tanto em hospitais públicos quanto privados.

Assim, cremos ser necessário editar uma lei nacional que reconheça a atuação das doulas, de forma a garantir que todas as pessoas grávidas de nosso país possam contar com o apoio dessa profissional, cuja atuação muito contribui para a humanização do parto.

Sala das Sessões,

Senadora MAILZA GOMES



ad-aw2021-12837





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3966, DE 2021

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a lavratura do auto de infração e o prazo para julgamento de recursos.

AUTORIA: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o *Código de Trânsito Brasileiro*, para dispor sobre a lavratura do auto de infração e o prazo para julgamento de recursos.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 280 e 285 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 280.**

§ 5º O auto de infração de que trata o *caput* deste artigo deverá ser lavrado:

I - por registro em talão eletrônico isolado ou acoplado a equipamento de detecção de infração regulamentado pelo CONTRAN; ou

II - por registro em sistema eletrônico de processamento de dados quando a infração for comprovada por equipamento de detecção provido de registrador de imagem, regulamentado pelo CONTRAN.” (NR)

“**Art. 285.**

§ 5º O não julgamento do recurso previsto no *caput* deste artigo no prazo de quarenta e cinco dias implicará a decadência do direito de aplicar a penalidade.

§ 6º O prazo disposto no § 5º aplica-se ao recurso previsto no art. 288.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor:



I - após decorridos 730 dias de sua publicação oficial, em relação às alterações do art. 280 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; e

II - na data de sua publicação oficial, em relação às alterações do art. 285, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

JUSTIFICAÇÃO

As alterações que ora sugiro ao Código de Trânsito Brasileiro (CTB) visam tornar mais ágil o processo de aplicação das penalidades previstas para as infrações de trânsito.

Primeiramente, considero que o preenchimento manual dos autos de infração deva ser abolido, com vistas a eliminar qualquer possibilidade de manipulação de suas informações, bem como reduzir o número de recursos motivados por questões meramente formais ou por erros no preenchimento do documento de autuação.

Quanto ao julgamento de recursos interpostos pelos infratores, nos termos dos artigos 285 e 288 do CTB, a autoridade de trânsito tem o prazo de trinta dias, sem prorrogações, para julgar os recursos administrativos remetidos às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI) ou aos Conselhos Estaduais de Trânsito (CETTRAN).

A despeito de haver essa previsão, o descumprimento do prazo estabelecido não acarreta qualquer desdobramento importante para o Poder Público, a não ser a possibilidade de concessão de efeito suspensivo, pela autoridade que impôs a penalidade, de ofício, ou por solicitação do recorrente.

Assim, o projeto de lei aqui proposto, no intuito de resolver a questão do prazo para apreciação dos recursos, estabelece um limite máximo de tempo de 45 dias para a decisão sobre os recursos interpostos, findo o qual, não mais subsistirá a penalidade imputada ao condutor.

Certo da importância das alterações pretendidas, conto com o apoio dos nobres pares.



Sala das Sessões,

Senador STYVENSON VALENTIM



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - 9503/97

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9503>

- art280

- art285





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3967, DE 2021

Institui a Política Nacional de Economia Circular e o Selo Produto Economicamente Circular.

AUTORIA: Senadora Maria Eliza (MDB/RO)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora MARIA ELIZA

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Institui a Política Nacional de Economia Circular e o Selo Produto Economicamente Circular.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Economia Circular e o Selo Produto Economicamente Circular para produtos que atendam às exigências nela previstas.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, entende-se por Economia Circular o sistema de produção e consumo que viabiliza a reutilização, o reaproveitamento, a reparação, o acondicionamento e a reciclagem de materiais e produtos.

Art. 3º São princípios da Política Nacional de Economia Circular:

I – a redução dos materiais, insumos e resíduos dos processos produtivos;

II – a transparência nas relações de consumo;

III – o direito à informação;

IV – a responsabilidade ambiental compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

V – a eficiência no uso dos recursos naturais;



VI – o desenvolvimento econômico associado a boas práticas de produção e consumo.

Art. 4º São objetivos da Política Nacional de Economia Circular:

I – reduzir o impacto ambiental da cadeia produtiva nacional;

II – estimular a economia da reciclagem;

III – premiar boas práticas de produção e de oferta de serviços;

IV – reduzir os custos sociais, ambientais e econômicos da disposição final de resíduos;

V – incutir nos consumidores a noção de responsabilidade ambiental de suas escolhas;

VI – promover a transparência sobre os custos ambientais dos produtos e serviços.

Art. 5º São instrumentos da Política Nacional de Economia Circular:

I – a avaliação do ciclo de vida dos produtos;

II – os sistemas de logística reversa previstos nos termos da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010;

III – o Selo Produto Economicamente Circular;

IV – os incentivos fiscais, financeiros e creditícios, na forma da legislação pertinente;

V – o pagamento por serviços ambientais, na forma de legislação específica;

VI – o investimento em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, nos termos da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.



SF/21095.99339-04




SF/21095.99339-04

Art. 6º Fica instituído o Selo Produto Economicamente Circular, com o objetivo de estimular práticas de produção e consumo sustentáveis e desestimular o consumo de bens que não atendam aos princípios da economia circular, da sustentabilidade ambiental e da equidade social.

§ 1º O regulamento disporá sobre as modalidades e critérios para concessão de autorização para uso do selo de que trata o *caput*, entre os quais:

I – procedimentos adotados para redução da quantidade e periculosidade dos resíduos gerados e incremento da reciclagem, assim como destinação final ambientalmente adequada;

II – procedimentos adotados para redução do potencial de poluição e degradação do meio ambiente, incluindo a redução da emissão de gases de efeito estufa, assim como recuperação ou neutralização dos gases de emissão inevitável;

III – procedimentos adotados para redução do consumo de água, energia e matéria-prima;

IV – emprego de fontes renováveis de energia;

V – maior possibilidade de reciclagem, reutilização e retorno dos bens utilizados a processos produtivos;

VI – existência de sistema de logística reversa, nos termos da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

§ 2º Na análise dos aspectos a que se refere o § 1º, serão consideradas as fases de produção e utilização do produto, bem como a destinação dos resíduos gerados.

§ 3º A autorização para uso do selo de que trata o *caput* somente será concedida aos produtos que, em seu ramo de atividades, obtiverem certificação ambiental de organismos acreditados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro.

§ 4º Após concessão, pelo Poder Público, da autorização para uso do selo de que trata o *caput*, os agraciados poderão utilizá-lo para efeitos de *marketing* e para obtenção de benefícios financeiros, creditícios ou



econômicos de outra natureza, enquanto perdurarem as razões para concessão do respectivo selo.

§ 5º O prazo de validade da autorização para uso do selo de que trata o *caput* será definido em regulamento, assim como a periodicidade de reavaliação dos produtos.

§ 6º Independentemente da aplicação das sanções previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, a autorização para uso do selo de que trata o *caput* poderá ser cancelada quando ocorrer:

I – superveniência de graves riscos ambientais e de saúde decorrentes da atividade, produto, processo produtivo ou prestação do serviço;

II – utilização do selo em desacordo com os requisitos estabelecidos na sua concessão;

III – alteração do processo produtivo;

IV – omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a concessão do selo.

Art. 7º As normas de acesso aos recursos federais dos programas de crédito, fomento ou estímulo econômico, como também aos programas de financiamento dos bancos estatais e fundos públicos e as compras públicas incluirão critérios que priorizem os produtos detentores de autorização para uso do Selo Produto Economicamente Circular, excluídas quaisquer modalidades de autodeclaração de desempenho ambiental.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Economia Circular não é uma nova moda ou uma terminologia ambiental recentemente criada para atrair consumidores amigos do meio ambiente, mas uma mudança de paradigma já em curso. Ela se opõe à lógica unilinear do modo tradicional de produção, na qual a produção de determinado bem segue a ordem “extração de matéria-prima; fabricação; uso dos produtos e descarte”. Ao contrário, a partir da Economia Circular



SF/21095.99339-04





SF/21095.99339-04

procura-se mimetizar a lógica cíclica da natureza, segundo a qual o que em determinada etapa é considerado resíduo torna-se insumo em outra.

Em si, a ideia da Economia Circular não é nova; está associada a conceitos como o gerenciamento do ciclo de vida; ecologia industrial; “design regenerativo”; e biomimética. Diferente das estratégias que focam a eficiência dos processos, como a “produção mais limpa”, a Economia Circular tem como principal objeto o projeto (design) dos produtos, de modo a utilizar os materiais de forma repetida em ciclos que mantêm seu valor intrínseco, além de rever padrões de consumo, com possibilidades como consumir menos e consumir produtos de melhor qualidade, mais duráveis e passíveis de reforma, conserto e remanufatura. Além disso, a Economia Circular propõe a substituição de “fatores de produção” escassos (recursos materiais e energéticos), por outros ilimitados (como trabalho) – proposta que traz evidentes benefícios econômicos à sociedade, principalmente num contexto de alto desemprego.

Os ganhos com essa estratégia podem ser consideráveis. Segundo avaliação da Comissão Europeia, a adoção de estratégias de aumento da eficiência no uso dos recursos pode trazer substanciais ganhos ao continente, tais como: redução de custos na indústria na ordem de € 630 bilhões/ano; impulso no crescimento econômico com aumento de 3,9% no PIB, criando mercados e agregando valor aos materiais; e uma redução no consumo de recursos naturais entre 17 e 24% até 2030. Outra estimativa, realizada pelo parlamento britânico, estima que o Reino Unido poderia obter substanciais ganhos econômicos na adoção da Economia Circular, tais como: aumento do PIB em £ 3 bilhões/ano e retornos financeiros da ordem de £ 23 bilhões.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, deu grande impulso à Economia Circular no Brasil. Entre seus objetivos, contam-se a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos e a adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais. Ademais, de acordo com a PNRS, na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Mas é preciso avançar mais. Sobretudo porque os principais entraves à Economia Circular não se limitam à questão dos resíduos sólidos. Por isso, propomos com a presente iniciativa uma Política Nacional de



Economia Circular, que abarca esse tema de modo abrangente. Preconizamos princípios, objetivos e instrumentos, entre os quais o *Selo Produto Economicamente Circular*, a ser conferido àqueles produtos que atinjam as qualificações estabelecidas.

Importa também a previsão de incentivos fiscais, financeiros e creditícios, mas cabe à legislação pertinente, a partir de debates mais aprofundados com a sociedade civil e setores econômicos, estabelecer a cadeia produtiva e os produtos específicos a receberem esses benefícios. Num contexto de restrições fiscais e orçamentárias, de grave desequilíbrio financeiro, cabe-nos, por ora, apenas franquear o instrumento. Defini-lo, com precisão, será tarefa para um momento futuro, num contexto socioeconômico mais favorável e oportuno.

Independentemente disso, temos a convicção de que a presente iniciativa contribui para a solidificação daquilo que já vemos aflorar em nosso País. Segundo dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), de 2019, 76% das empresas nacionais já desenvolvem alguma iniciativa de Economia Circular. Nossa proposta dinamiza esse quadro e alavanca esse novo paradigma que projetará o Brasil para a posição que cabe a ele ocupar no cenário internacional do desenvolvimento econômico.

Para o alcance dessa quimera, que é a de todos os brasileiros, peço aos nobres Pares o apoio a este importante Projeto de Lei que ora apresento.

Sala das Sessões,

Senadora MARIA ELIZA



SF/21095.99339-04



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998 - Lei dos Crimes Ambientais; Lei da Natureza; Lei dos Crimes contra o Meio Ambiente - 9605/98
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1998;9605>
- Lei nº 11.196, de 21 de Novembro de 2005 - Lei do Bem - 11196/05
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2005;11196>
- Lei nº 12.305, de 2 de Agosto de 2010 - Lei de resíduos sólidos - 12305/10
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2010;12305>



Projeto de Resolução





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 61, DE 2021

Dispõe sobre a divulgação, independentemente de solicitação, de dados sobre despesas e contratos celebrados no âmbito do Senado Federal.

AUTORIA: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2021

Dispõe sobre a divulgação, independentemente de solicitação, de dados sobre despesas e contratos celebrados no âmbito do Senado Federal.



O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a transparência ativa, ou divulgação independentemente de solicitação, de informações de interesse coletivo ou geral acerca de despesas e contratos celebrados no âmbito do Senado Federal.

Art. 2º O Senado Federal publicará em sua página oficial na Internet, independentemente de solicitação, todos os contratos administrativos que celebrar, na íntegra, e acompanhados dos seus respectivos termos aditivos, divulgando, de forma destacada, os objetos contratuais e os valores dispendidos.

Art. 3º Serão publicadas na página oficial na Internet do Senado Federal, independentemente de solicitação, informações pormenorizadas sobre as despesas incorridas pelos Senadores, inclusive aquelas relativas à Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar dos Senadores, publicidade, divulgação do mandato parlamentar e assessoramento de mídia, passagens e diárias de viagens oficiais, combustíveis, materiais de consumo e serviços de correio e transporte de bens e documentos.

Parágrafo único. As informações referidas no *caput* serão acompanhadas do teor integral dos respectivos instrumentos contratuais e de eventuais subcontratações, bem como de suas notas fiscais.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação.





JUSTIFICAÇÃO

O Senado Federal divulga, no portal da transparência de seu sítio oficial na Internet, uma série de informações sobre seus gastos e contratos administrativos, assim como dados específicos a respeito das remunerações dos Senadores e das despesas que efetuamos para o exercício de nossos mandatos parlamentares. Essa publicação, que atende as determinações da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), regulamentada nesta Casa pelo Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2012, representa um grande avanço para a transparência, proporcionando condições práticas para o controle social da atividade parlamentar.

Entendemos, contudo, que a transparência do Senado Federal e da atuação dos Senadores pode e deve ser aperfeiçoada, por meio da fortificação e ampliação do escopo da chamada transparência ativa, em que as informações de interesse público são oferecidas aos cidadãos independentemente de qualquer solicitação. O projeto de resolução que apresentamos tem precisamente essa orientação, ao determinar que todos os contratos administrativos celebrados pelo Senado Federal sejam disponibilizados na íntegra em sua página na Internet, tornando dispensável a apresentação pelos interessados de requerimento de acesso à informação nesse sentido. A obediência ao princípio da publicidade não pode depender de provocação.

O projeto também estabelece regras que ampliam a exigência de detalhamento da divulgação de despesas realizadas pelos Senadores no exercício das atividades parlamentares, determinando a publicação pormenorizada das despesas e respectivos contratos, subcontratos e notas fiscais. Esperamos que sejam, assim, tornadas efetivamente públicas as informações sobre os gastos incorridos para o desempenho do mandato, ao mesmo tempo em que se coíbe a contratação de terceiros como meio de encobrir despesas que sejam politicamente questionáveis.

Certos de que as medidas propostas trazem aperfeiçoamentos significativos à publicidade e à transparência dos contratos administrativos e da atuação parlamentar dos Senadores, rogamos aos nossos estimados Pares o apoio indispensável para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões,



Senador STYVENSON VALENTIM



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação, LAI - 12527/11
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2011;12527>



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 2235, DE 2021

Realização de Sessão solene, no dia 23 de novembro de 2021, para a 4ª edição do Ranking de Universidades Empreendedoras.

AUTORIA: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Carlos Fávaro (PSD/MT), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO No. DE

Requer a realização de sessão solene para a 4º edição do Ranking de Universidades Empreendedoras.



Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do inciso III e do § 5o. do artigo 154 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para realização de sessão solene no dia 23 de novembro de 2021, no plenário do Senado Federal à **4º edição do Ranking de Universidades Empreendedoras realizado pela Confederação Brasileira de Empresas Juniores.**

JUSTIFICAÇÃO

O Ranking de Universidades Empreendedoras (RUE) é um estudo feito pela Confederação Brasileira de Empresas Juniores, para avaliar e classificar o empreendedorismo nas universidades brasileiras. O levantamento é realizado a partir da percepção de 15 mil estudantes de 123 universidades das 27 unidades federativas.

Realizado a cada dois anos, o ranking enumera as universidades mais empreendedoras do País a partir de critérios de avaliação como cultura empreendedora, inovação, extensão, infraestrutura, internacionalização e capital financeiro. O levantamento se propõe a compreender quais práticas incentivam a inovação nas instituições de ensino superior. “Queremos que o poder público e toda a população se apropriem dos resultados e insights desse ranking para impulsionar o surgimento de um País mais empreendedor”, declara Lucas Martins, Coordenador Geral do Ranking.



Essa é a quarta edição do ranking e os números alcançados simbolizam um crescimento exponencial. A primeira edição do RUE foi realizada em 2016 e avaliou 42 universidades por meio da percepção de 6 mil alunos. A segunda, em 2017, contou com a avaliação de 10 mil alunos de 55 universidades. Da primeira para a terceira edição, teve-se um crescimento de 292,8% quanto ao número de universidades participantes, e quanto ao número de alunos participantes, um crescimento de 250%.

Diante da louvável iniciativa de valorização do incentivo ao empreendedorismo por parte das universidades brasileiras, faz-se necessário homenagear a 4ª edição do Ranking de Universidades Empreendedoras realizado pela Confederação Brasileira de Empresas Juniores.

Brasília, 26 de outubro de 2021.

Sala das Sessões,

SENADOR ALESSANDRO VIEIRA
(CIDADANIA-SE)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 2236, DE 2021

Homenagem de pesar pelo falecimento de Iris Rezende Machado.

AUTORIA: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 218, II, III, “d” e III, “e” e 221, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Iris Rezende Machado, acompanhada pelas seguintes homenagens: apresentação de condolências sua esposa Dona Iris, a seus filhos Ana Paula, Adriana e Cristiano, a seu genro Frederico, seus netos e milhões de goianos que choram sua perda e representação nos funerais e cerimônias.

JUSTIFICAÇÃO

Vivemos dias muito tristes no Estado de Goiás. Nós goianos ainda nem nos refizemos da perda da cantora, instrumentista e compositora Marília Mendonça e tivemos mais uma grande perda. O ex-ministro, ex-governador e ex-prefeito de Goiânia Iris Rezende Machado nos deixou na madrugada desta terça, 09 de novembro.

Eu e minha esposa Izaura Cardoso recebemos com imensa tristeza essa notícia. Iris deixa um legado político inestimável a toda população goiana e brasileira. Nos seus 60 anos de vida pública, construiu grandes marcas em obras e serviços que estão registradas na história de Goiás e do Brasil. Sempre foi um homem público dedicado à boa gestão, à boa prática política e o resultado foi uma folha de serviços inalcançável.

Na vida privada, também é exemplo de pai, cônjuge e avô. Peço a Deus console que os corações de Dona Iris, das filhas Ana Paula, Adriana, do filho



SF/21284.03765-71 (LexEdit)



Cristiano, do genro Frederico, de seus netos e de milhões de goianos que choram sua perda.

Iris Rezende sempre fez parte de nossas vidas, mas quem teve o privilégio de conhecê-lo de perto o admirava ainda mais. Disputei com ele a eleição de 2010 e depois o apoiei no 2º turno. Nos aproximamos muito e aprendi com ele, um homem que respirava política 24 horas. Enfrentei Iris nas urnas em 2014 e 2016 e meu respeito e admiração só aumentaram em cada disputa. Sempre vi nele uma inspiração para a política do bem.

Iris Rezende nasceu em Cristianópolis, Goiás, em 1933. Mudou-se para Goiânia no final da década de 1940, cidade onde realizou seus estudos. Formou-se em Direito e ingressou na política com 22 anos por meio de grêmios estudantis. Ocupou as funções de vereador, deputado estadual, prefeito, senador e governador foi ministro de Agricultura no governo de José Sarney (1986-1990) e da Justiça no governo Fernando Henrique Cardoso (1997-1998). Lutou pela redemocratização do país sendo um dos líderes do Movimento Diretas Já. Foi, sem dúvida, o prefeito mais querido de Goiânia e deixa uma rica e extensa trajetória escrita nos livros de história e nas nossas mentes e corações. Presto aqui minhas homenagens e esse grande líder!

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2021.

Senador Vanderlan Cardoso
(PSD - GO)

SF/21284.03765-71 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 2238, DE 2021

Voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador e ex-Governador Iris Rezende.

AUTORIA: Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 218, II, III, “d” e III, “e” e 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Ex-Senador e ex-Governador Iris Rezende Machado, ocorrido na madrugada de hoje em São Paulo, bem como a apresentação de condolências à sua família e ao Governo do Estado de Goiás.

JUSTIFICAÇÃO

Iris Rezende foi um dos grandes políticos deste País, homem público com trajetória de mais de 60 anos de muitos serviços prestados, nos mais variados cargos públicos, e sempre com a indelével marca de estar ao lado das causas democráticas e humanitárias.

Foi Vereador de Goiânia, Prefeito desta capital, Deputado Estadual, Governador de seu Estado de Goiás em mais de uma oportunidade, Senador da República, Ministro de Estado da Agricultura e também Ministro de Estado da Justiça.

Destacou-se, em sua carreira política, pelos grandes mutirões que realizava, sobretudo para a construção de moradia para os mais carentes, uma marca que sempre o consagrou, ao lado de tantas outras, como a luta pela redemocratização do País nas fileiras do Movimento Democrático Brasileiro, onde foi um militante histórico com atuação marcante no período da ditadura.



Nasceu em Cristianópolis, no dia 22 de dezembro de 1933, e faleceu na madrugada de hoje, em São Paulo.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2021.

Senador Jarbas Vasconcelos
(MDB - PE)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 61, DE 2021

Homenagem de pesar pelo falecimento de Iris Rezende Machado.

AUTORIA: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)



[Página da matéria](#)



REQ
00061/2021**REQUERIMENTO Nº DE - CAE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 218, II, III, “d” e III, “e” e 221, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Iris Rezende Machado, acompanhada pelas seguintes homenagens: apresentação de condolências a sua esposa Dona Iris, a seus filhos Ana Paula, Adriana e Cristiano, a seu genro Frederico, seus netos e milhões de goianos que choram sua perda e representação nos funerais e cerimônias.

JUSTIFICAÇÃO

Vivemos dias muito tristes no Estado de Goiás. Nós goianos ainda nem nos refizemos da perda da cantora, instrumentista e compositora Marília Mendonça e tivemos mais uma grande perda. O ex-ministro, ex-governador e ex-prefeito de Goiânia Iris Rezende Machado nos deixou na madrugada desta terça, 09 de novembro.

Eu e minha esposa Izaura Cardoso recebemos com imensa tristeza essa notícia. Iris deixa um legado político inestimável a toda população goiana e brasileira. Nos seus 60 anos de vida pública, construiu grandes marcas em obras e serviços que estão registradas na história de Goiás e do Brasil. Sempre foi um homem público dedicado à boa gestão, à boa prática política e o resultado foi uma folha de serviços inalcançável.

Na vida privada, também é exemplo de pai, cônjuge e avô. Peço a Deus console que os corações de Dona Iris, das filhas Ana Paula, Adriana, do filho


SF/21840.44285-93 (LexEdit)

Cristiano, do genro Frederico, de seus netos e de milhões de goianos que choram sua perda.

Iris Rezende sempre fez parte de nossas vidas, mas quem teve o privilégio de conhecê-lo de perto o admirava ainda mais. Disputei com ele a eleição de 2010 e depois o apoiei no 2º turno. Nos aproximamos muito e aprendi com ele, um homem que respirava política 24 horas. Enfrentei Iris nas urnas em 2014 e 2016 e meu respeito e admiração só aumentaram em cada disputa. Sempre vi nele uma inspiração para a política do bem.

Iris Rezende nasceu em Cristianópolis, Goiás, em 1933. Mudou-se para Goiânia no final da década de 1940, cidade onde realizou seus estudos. Formou-se em Direito e ingressou na política com 22 anos por meio de grêmios estudantis. Ocupou as funções de vereador, deputado estadual, prefeito, senador e governador foi ministro de Agricultura no governo de José Sarney (1986-1990) e da Justiça no governo Fernando Henrique Cardoso (1997-1998). Lutou pela redemocratização do país sendo um dos líderes do Movimento Diretas Já. Foi, sem dúvida, o prefeito mais querido de Goiânia e deixa uma rica e extensa trajetória escrita nos livros de história e nas nossas mentes e corações. Presto aqui minhas homenagens e esse grande líder!

Conto com o apoio dos nobres pares.

Obrigado!

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2021.

Senador Vanderlan Cardoso
(PSD - GO)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 483, DE 2021

Retirada do REQ nº 464/2021 - CDIR.

AUTORIA: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rodrigo Cunha

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do REQ 464/2021 - CDIR.

Sala das Reuniões, 9 de novembro de 2021.

Senador Rodrigo Cunha

SF/21494.34979-02 (LexEdit)



Requerimento nº 483, de 2021 da Comissão Diretora do Senado Federal, do Senador Rodrigo Cunha, por meio do qual requer, nos termos do art. 256, I do RISF, a retirada do Requerimento nº 464, de 2021 – CDIR, de missão.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 485, DE 2021

Requer autorização para desempenho de missão parlamentar, em Lisboa, Portugal e Dubai, Emirados Árabes, a fim de participar do Seminário "O Agronegócio Sustentável no Brasil" – Exposição da Economia Criativa e Gastronomia da Amazônia, do IX Fórum Jurídico de Lisboa e 25 anos de CPLP – Jornada "Agostinho da Silva" e da Missão Prospectiva Brasil-Emirados Árabes Unidos, na Expo Dubai, conforme os seguintes documentos anexos: Convite CRE - Seminário "Agronegócio Sustentável no Brasil", Convite IX Fórum Jurídico de Lisboa e Convite CNI Missão Prospeção Brasil-Emirados Árabes Unidos.

AUTORIA: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)



[Página da matéria](#)



**REQ
00485/2021**

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Lisboa, Portugal e Dubai, Emirados Árabes, de 10/11/2021 a 20/11/2021, a fim de participar do Seminário “O Agronegócio Sustentável no Brasil” – Exposição da Economia Criativa e Gastronomia da Amazônia, do IX Fórum Jurídico de Lisboa e 25 anos de CPLP – Jornada “Agostinho da Silva” e da Missão Prospectiva Brasil-Emirados Árabes Unidos, na Expo Dubai, conforme os seguintes documentos anexos: Convite CRE - Seminário “Agronegócio Sustentável no Brasil”, Convite IX Fórum Jurídico de Lisboa e Convite CNI Missão Prospecção Brasil-Emirados Árabes Unidos.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 10/11/2021 a 20/11/2021, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2021.

**Senadora Soraya Thronicke
(PSL - MS)**



SENADO FEDERAL
Comissão de Relações
Exteriores e Defesa Nacional



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Relações
Exteriores e de Defesa Nacional

Convite

O Senado Federal e a Câmara dos Deputados do Brasil, por intermédio de suas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, têm a honra de convidá-lo a participar de Seminário Internacional a ser realizado nos dias 11 e 12 de novembro do corrente ano, no EPIC SANA Lisboa Hotel, Av. Engenheiro Duarte Pacheco 15, em Lisboa - Portugal.

Nesse contexto, no dia 12, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – (CRE) do Senado Federal, realizará seminário intitulado **“Agronegócio Sustentável no Brasil”**. O evento foi idealizado de maneira a projetar a imagem do Brasil como potência agroambiental, um dos países com o maior potencial para o desenvolvimento da chamada “economia verde” e culturalmente rico e diverso. O Legislativo brasileiro tem priorizado ações e medidas que contribuam para a mitigação do aquecimento global, a promoção do desenvolvimento sustentável e a transição rumo à chamada “economia verde”.

De acordo com o programa anexo, serão promovidos debates sobre o Agronegócio Sustentável no Brasil, Comércio Exterior e Segurança Alimentar, Financiamento do Desenvolvimento Sustentável, com destaque à degustação da Gastronomia da Amazônia, com toques de ingredientes exóticos e sabores da floresta.

Tendo presente a celebração, em 2021, dos 25 anos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o seminário será precedido, no dia 11, de homenagem, organizada pela Comissão de Relações Exteriores (CREDN) da Câmara dos Deputados, à CPLP, em que serão debatidos temas relacionados à língua portuguesa no mundo, conforme programa anexo.

Tenho o prazer de convidá-lo (a) para participar do Seminário “Agronegócio Sustentável no Brasil”. Sua presença muito me honrará. Agradeceria a gentileza de **confirmar sua participação pelo endereço eletrônico cre@senado.leg.br ou pelos telefones: +55 61 3303-5919 /3303 - 3496 e 3303-4777.**

Atenciosamente,

Senadora **KÁTIA ABREU**
Presidente da Comissão de Relações
Exteriores e Defesa Nacional do
Senado Federal

Deputado **AÉCIO NEVES**
Presidente da Comissão de Relações
Exteriores e de Defesa Nacional da
Câmara dos Deputados



PROGRAMAÇÃO

Seminário em Lisboa – Portugal

12 de novembro

Local: EPIC SANA Lisboa Hotel, Av. Engenheiro Duarte Pacheco 15, 1070-100 Lisboa, Portugal

Horário	Tema	Palestrante
08:00 às 09:00	Welcome Coffee	
09:00 às 09:30	Boas-vindas	Ministro Gilmar Mendes - Supremo Tribunal Federal - STF - Brasil
		Senadora Katia Abreu – Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Fedral do Brasil - CRE
		Deputado Aécio Neves – Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados do Brasil-CREDN
09:30 às 10:00	Palestra de abertura	Senador Rodrigo Pacheco – Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional do Brasil
		Deputado Arthur Lira – Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil
		Embaixador Augusto Pestana - Presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos - APEX-Brasil
	Vídeo do Turismo na Amazônia (5 min.)	
10:00 às 10:20	Amazônia: Destino Turístico Sustentável	Roberto Tadros - Presidente da Confederação do Comércio e Turismo - CNC - Brasil
Ciclo de Palestras 1: Agronegócio Sustentável no Brasil		
10:20 às 10:40	Agricultura de Baixo Carbono: um ativo brasileiro	Celso Moretti – Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa - Brasil
10:40 às 11:00	Brasil: Um modelo de Energia Limpa	Senador Eduardo Braga - Ex Ministro do Ministério de Minas e Energia - MME - Brasil
11:20 às 11:40	A Tecnologia a Serviço da Sustentabilidade	Caio Mário Paes de Andrade - Secretário Especial de Desburocratização Mininstério da Economia - ME - Brasil
11:40 às 12:00	20 minutos para perguntas dos convidados	
12:00 às 13:30	Almoço no local do evento: Panelinhas de Feijoada Brasileira	
Ciclo de palestras 2: Comercio Exterior e Segurança Alimentar		
13:30 às 14:00	Acordo de Livre Comércio Mercosul – União Europeia	Senadora Katia Abreu – Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Fedael do Brasil - CRE
14:00 às 14:20	Proteína animal: pilar das exportações do Brasil	Antônio Jorge Camardelli - Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes - ABIEC
14:20 às 14:40	Agronegócio e Meio Ambiente: convergências	André Nassar – Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais - ABIOVE e Ex-Secretário de Política Agrícola do MAPA
14:40 às 15:00	A Importância do Brasil para a Segurança Alimentar do Mundo	Maximo Torero - Economista Chefe da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agropecuára - FAO
15:20 às 15:40	20 minutos para perguntas dos Convidados	
15:40 às 16:40	coffee break	
Ciclo de palestras 3: Financiando o Desenvolvimento Sustentável		
16:40 às 17:00	Resiliência e Reconstrução da economia pós-Covid	Marcos Troyjo – Presidente do Novo Banco de Desenvolvimento - NBD (Banco do BRICS)
17:00 às 17:20	Sustentabilidade do Mundo Financeiro	Roberto Campos Neto - Presidente do Banco Central do Brasil
17:20 às 17:40	Infraestrutura de Baixo Carbono	Vander Francisco Costa – Presidente da Confederação Nacional do Transporte - CNT - Brasil
17:40 às 18:00	20 minutos para perguntas dos convidados	
18:00 às 18:30	Encerramento	Ministro Gilmar Mendes - Supremo Tribunal Federal - STF - Brasil
Ciclo 4: Economia Criativa da Amazônia		
18:30 às 19:30	Abertura Oficial da Economia Criativa da Amazônia - Corte de Fita	Embaixador Augusto Pestana - Presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos - APEX-Brasil
		Carlos Melles - Presidente do Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae Nacional - Brasil
	Apresentação Cultural	
	Degustação de Comidas Típicas	



SF/21409.12551-90 (LexEdit)


PROGRAMAÇÃO

Seminário em Lisboa – Portugal

25 anos de CPLP – *Jornada Agostinho da Silva*

Data: 11 de novembro – 14h00-20h00

Local: EPIC SANA Lisboa Hotel, Av. Engenheiro Duarte Pacheco 15, Lisboa Portugal, 1070-100

Organizadores:

- Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) – Senado Federal
- Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) – Câmara dos Deputados do Brasil

Sessão de Abertura (14h00-15h30): O Parlamento nos 25 anos da CPLP

Vídeo: retrospecto dos 25 anos de existência da CPLP – 5min

- Presidente da República Portuguesa: **Marcelo Rebelo de Sousa** (a confirmar)
- Mensagem do SG-ONU, **Antonio Guterres** – (PM de Portugal durante a 1ª. Cimeira da CPLP em 1996) – 5 min
- Presidente da Assembleia da República Portuguesa, **Eduardo Ferro Rodrigues** (a confirmar)
- Presidente do Congresso Nacional, **Senador Rodrigo Pacheco**
- Presidente da Câmara dos Deputados, **Deputado Arthur Lira**
- Ministro do Supremo Tribunal Federal, **Gilmar Ferreira Mendes**
- Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau e da Assembleia Parlamentar da CPLP, **Cipriano Cassamá**
- Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, **Senadora Kátia Abreu**
- Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, **Deputado Aécio Neves**

⇒ Convidado Especial José Fernando Aparecido de Oliveira fará entrega da PLACA de HONRA AO MÉRITO em razão dos 25 anos da CPLP

SF/21409.12551-90 (LexEdit)



Painel 1 (15h40 – 17h10): A Língua Portuguesa no Mundo

Moderador: **Incanha Intumbo** (Guiné Bissau), Diretor Executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP)

- **Filipe Zau** (Angola), Embaixador da Boa Vontade da CPLP
- **Embaixador João Ribeiro de Almeida** (Portugal) – presidente do Instituto Camões
- **Marco Lucchesi** – Presidente da Academia Brasileira de Letras
- **Paulina Chiziane** (Moçambique), escritora (a confirmar)

Painel 2 (17h20 – 19h00): Os 25 anos de CPLP – passado e futuro

Moderador: Embaixador **Lauro Moreira** (Brasil)

- **Manuel Lapão** (Portugal), Diretor de Cooperação da CPLP
- **Oliveira Francisco Joaquim Encoge**, Embaixador de Angola junto à CPLP (presidência de turno da CPLP)
- **Vera Duarte** (Cabo Verde), escritora
- **Geraldo Carneiro** (Brasil), Membro da Academia Brasileira de Letras

Sessão de Fechamento (19h10-20h00)

Lançamento da publicação da FUNAG – Panorama da Contribuição do Brasil para a Difusão da Língua Portuguesa

- **Zacarias da Costa**, Secretário Executivo da CPLP,
- **Embaixador Pedro Bretas**, Embaixador do Brasil junto à CPLP
- **Alexandre Pilati**, da Universidade de Brasília e **Nelson Viana**, da Universidade Federal de São Carlos (editores da publicação da FUNAG)

⇒ **Vinho de honra a ser fornecido pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil**





Brasília-DF, 28 de outubro de 2021

Excelentíssima Senhora Soraya Vieira Thronicke
Senadora

O Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e o Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (ICJP/CIDP), o Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e a Fundação Getúlio Vargas, por meio do Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário (FGV/CIAPJ) realizam o **IX Fórum Jurídico de Lisboa** nos dias **15, 16 e 17 de Novembro de 2021**.

Sob o tema central **Sistemas Políticos e Gestão de Crises**, o fórum anual visa debater sobre importantes questões do Direito Constitucional contemporâneo, a partir do diálogo entre os sistemas jurídicos português e brasileiro. Em 2021, a edição ocorrerá em formato presencial e será transmitida de forma online.

Autoridades políticas, jurídicas e acadêmicas participarão do seminário com o objetivo de traçar um panorama sobre os principais conceitos relacionados a crises, bem como promover recomendações para enfrentá-las.

Nesse contexto, conforme prévio contato, temos a honra de convidar V. Exa. para participar assistindo ao fórum principal, assim como das atividades simultâneas que estão sendo planejadas acerca do tema **Sistemas de Governo**. Na certeza de contar com a participação de V.Exa., renovamos nossos votos de consideração, colocando-nos à disposição para sanar quaisquer dúvidas, bem como para tomar providências que se façam necessárias.

Endereçamos à Vossa Excelência a mais elevada estima.

Cordialmente,

Coordenação
IX Fórum Jurídico de Lisboa





Carta nº 458/2021-Pres.

Brasília, 29 de outubro de 2021.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Soraya Thronicke
Senado Federal
Brasília – DF

Assunto: **Convite para a Missão Prospectiva Brasil-Emirados Árabes Unidos**

Anexo: **Programação das atividades da Missão**

Senhora Senadora,

Convido Vossa Excelência para compor a comitiva da Confederação Nacional da Indústria (CNI) que participará da Missão Prospectiva Brasil-Emirados Árabes Unidos, durante a Expo Dubai, que será realizada de 10 a 20 de novembro de 2021, conforme programação anexa.

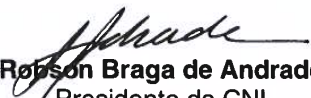
Trata-se de uma importante iniciativa conjunta do setor industrial brasileiro, com intuito de conhecer programas e iniciativas globais de 191 países nas áreas de inovação tecnologia, empreendedorismo, negócios, educação, alimentos, agricultura, saúde, clima, biodiversidade, desenvolvimento urbano e rural, entre outros. O evento internacional contará com representantes de governos, setor privado, sociedade civil e organizações internacionais, os quais contribuirão ao intercâmbio e fortalecimento de políticas públicas brasileiras nos referidos temas.

As feiras Expo ocorrem a cada ano e são o maior evento do mundo em número de visitantes. O público estimado para a edição de Dubai é de 25 milhões de participantes durante os seis meses de evento. Estão previstos pavilhões de 192 países, distribuídos, em mais de quatro quilômetros de exposição.

A missão tem como objetivo divulgar a imagem do país e sua produção sustentável, prospectar oportunidades de negócios para a indústria brasileira e promover os Institutos SENAI de Tecnologia e de Inovação.

A comitiva está sendo organizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), com a participação de mais de 100 empresários do setor industrial e 23 presidentes de Federação das Indústrias, além de presidentes de associações setoriais da indústria.

Atenciosamente,


Robson Braga de Andrade
Presidente da CNI





SENADO FEDERAL
Presidência

Ofício nº 2038.2021-PRESID

Brasília, 3 de novembro de 2021.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora **Soraya Thronicke**
Senado Federal

Assunto: Autorização de viagem.
Ref.: Documento nº 00100.113991/2021-02.

Senhora Senadora,

Cumprimentando-a cordialmente, autorizo, excepcionalmente, a participação de Vossa Excelência, com ônus ao Senado Federal com diárias e passagem apenas para o trecho de Brasília-DF/Lisboa-Portugal, para participar do Seminário “O Agronegócio Sustentável no Brasil” – Exposição da Economia Criativa e Gastronomia da Amazônia, “IX Fórum Jurídico de Lisboa” e “25 anos de CPLP – Jornada Agostinho da Silva”, com realização na cidade de Lisboa, em Portugal, no período de **10 a 16 de novembro de 2021**, além de participar, com ônus ao Senado Federal com meias-diárias e seguro viagem, do evento “CNI na Missão Prospecção Brasil-Emirados Árabes Unidos”, em Dubai, a ser realizado no período de **17 a 20 de novembro de 2021**, nos termos do Ofício nº 322/2021-GSSTHRON e convite anexos.

Atenciosamente,

Senador **Rodrigo Pacheco**
Presidente do Senado Federal

Senado Federal – Presidência
Praça dos Três Poderes - Edifício Principal - 70.165-900 Brasília/DF



A Presidência defere, em caráter excepcional, nos termos do art. 41 do Regimento Interno do Senado Federal, o Requerimento nº 485/2021, da Senadora Soraya Thronicke, a fim de participar do Seminário “O Agronegócio Sustentável no Brasil” – Exposição da Economia Criativa e Gastronomia da Amazônia, do IX Fórum Jurídico de Lisboa e 25 anos de CPLP – Jornada “Agostinho da Silva”, em Lisboa, Portugal e da Missão Prospectiva Brasil-Emirados Árabes Unidos, na Expo Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, respectivamente, entre os dias 10 a 20 de novembro de 2021, e comunica, nos termos do art. 39, I, que estará ausente do País no mesmo período da missão (Ofício 2038.2021- PRESID.);



Término de Prazos



Encerrou-se em 8 de novembro o prazo para interposição de recurso para apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei nº 1.400, de 2019.

Não houve interposição de recurso.

Tendo sido aprovada terminativamente pela CAS, a matéria vai à Câmara dos Deputados.



Encerrou-se em 8 de novembro o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 3.766, de 2021.

Não foram apresentadas emendas.

A matéria será despachada à CAS oportunamente.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

Bloco-PL - Romário*
Bloco-PL - Carlos Portinho** (S)
PATRIOTA - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-CIDADANIA - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Aníbal* (S)
Bloco-MDB - Giordano** (S)
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli**

Minas Gerais

PSD - Antonio Anastasia*
PSD - Carlos Viana**
PSD - Rodrigo Pacheco**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-PODEMOS - Jorge Kajuru**
PSD - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

Bloco-PL - Wellington Fagundes*
PSD - Carlos Fávaro**
Bloco-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PODEMOS - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-DEM - Chiquinho Feitosa* (S)
Bloco-PDT - Cid Gomes**
Bloco-PODEMOS - Eduardo Girão**

Paraíba

Bloco-MDB - Nilda Gondim* (S)
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-MDB - Veneziano Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-MDB - Rose de Freitas*
Bloco-REDE - Fabiano Contarato**
Bloco-PODEMOS - Marcos do Val**

Piauí

Bloco-PP - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Eliane Nogueira** (S)
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
Bloco-PODEMOS - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PL - Jorginho Mello**

Alagoas

Bloco-PROS - Fernando Collor*
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-CIDADANIA - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Paraná

Bloco-PODEMOS - Alvaro Dias*
Bloco-PODEMOS - Flávio Arns**
Bloco-PODEMOS - Oriovisto Guimarães**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-PSL - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelsinho Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

Bloco-PODEMOS - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-CIDADANIA - Leila Barros**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-DEM - Marcos Rogério**
Bloco-MDB - Maria Eliza** (S)

Tocantins

Bloco-PP - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-REPUBLICANOS - Mecias de Jesus**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 23

MDB-15 / PP-7 / REPUBLICANOS-1

Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Eliane Nogueira.	PP / PI
Elmano Férrer.	PP / PI
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Giordano.	MDB / SP
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
Kátia Abreu.	PP / TO
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Maria Eliza.	MDB / RO
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Nilda Gondim.	MDB / PB
Renan Calheiros.	MDB / AL
Rose de Freitas.	MDB / ES
Simone Tebet.	MDB / MS
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB

Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL - 17

PODEMOS-9 / PSDB-6 / PSL-2

Alvaro Dias.	PODEMOS / PR
Eduardo Girão.	PODEMOS / CE
Flávio Arns.	PODEMOS / PR
Izalci Lucas.	PSDB / DF
Jorge Kajuru.	PODEMOS / GO
José Aníbal.	PSDB / SP
Lasier Martins.	PODEMOS / RS
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Marcio Bittar.	PSL / AC
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Reguffe.	PODEMOS / DF
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN

PSD - 12

Angelo Coronel.	BA
Antonio Anastasia.	MG
Carlos Fávaro.	MT
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Rodrigo Pacheco.	MG
Sérgio Petecão.	AC
Vanderlan Cardoso.	GO

Bloco Parlamentar Vanguarda - 11

DEM-6 / PL-4 / PSC-1

Carlos Portinho.	PL / RJ
Chico Rodrigues.	DEM / RR
Chiquinho Feitosa.	DEM / CE
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Romário.	PL / RJ
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Fernando Collor.	PROS / AL
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

PDT/CIDADANIA/REDE - 8

PDT-3 / CIDADANIA-3 / REDE-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Leila Barros.	CIDADANIA / DF
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Weverton.	PDT / MA

PATRIOTA - 1

Flávio Bolsonaro.	RJ
-------------------	----

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	23
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL.	17
PSD.	12
Bloco Parlamentar Vanguarda.	11
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
PDT/CIDADANIA/REDE.	8
PATRIOTA.	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)
Angelo Coronel** (PSD-BA)
Antonio Anastasia* (PSD-MG)
Carlos Fávaro** (PSD-MT)
Carlos Portinho** (PL-RJ)
Carlos Viana** (PSD-MG)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)
Chiquinho Feitosa* (DEM-CE)
Cid Gomes** (PDT-CE)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)
Dário Berger* (MDB-SC)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)
Eduardo Braga** (MDB-AM)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)
Eliane Nogueira** (PP-PI)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)
Elmano Férrer* (PP-PI)
Esperidião Amin** (PP-SC)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)
Fernando Collor* (PROS-AL)
Flávio Arns** (PODEMOS-PR)
Flávio Bolsonaro** (PATRIOTA-RJ)
Giordano** (MDB-SP)

Humberto Costa** (PT-PE)
Irajá** (PSD-TO)
Izalci Lucas** (PSDB-DF)
Jader Barbalho** (MDB-PA)
Jaques Wagner** (PT-BA)
Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)
Jayme Campos** (DEM-MT)
Jean Paul Prates* (PT-RN)
Jorge Kajuru** (PODEMOS-GO)
Jorginho Mello** (PL-SC)
José Aníbal* (PSDB-SP)
Kátia Abreu* (PP-TO)
Lasier Martins* (PODEMOS-RS)
Leila Barros** (CIDADANIA-DF)
Lucas Barreto** (PSD-AP)
Luis Carlos Heinze** (PP-RS)
Luiz do Carmo* (MDB-GO)
Mailza Gomes* (PP-AC)
Mara Gabrilli** (PSDB-SP)
Marcelo Castro** (MDB-PI)
Marcio Bittar** (PSL-AC)
Marcos Rogério** (DEM-RO)
Marcos do Val** (PODEMOS-ES)
Maria Eliza** (MDB-RO)
Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)
Mecias de Jesus** (REPUBLICANOS-RR)
Nelsinho Trad** (PSD-MS)

Nilda Gondim* (MDB-PB)
Omar Aziz* (PSD-AM)
Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Otto Alencar* (PSD-BA)
Paulo Paim** (PT-RS)
Paulo Rocha* (PT-PA)
Plínio Valério** (PSDB-AM)
Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Reguffe* (PODEMOS-DF)
Renan Calheiros** (MDB-AL)
Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Rodrigo Pacheco** (PSD-MG)
Rogério Carvalho** (PT-SE)
Romário* (PL-RJ)
Rose de Freitas* (MDB-ES)
Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Simone Tebet* (MDB-MS)
Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Telmário Mota* (PROS-RR)
Vanderlan Cardoso** (PSD-GO)
Veneziano Vital do Rêgo** (MDB-PB)
Wellington Fagundes* (PL-MT)
Weverton** (PDT-MA)
Zenaide Maia** (PROS-RN)
Zequinha Marinho** (PSC-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Romário - (PL-RJ)

1º SECRETÁRIO

Irajá - (PSD-TO)

2º SECRETÁRIO

Elmano Férrer - (PP-PI)

3º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

4º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Jorginho Mello - (PL-SC)

2º Luiz do Carmo - (MDB-GO)

3º Eliziane Gama - (CIDADANIA-MA)

4º Zequinha Marinho - (PSC-PA)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/REPUBLICANOS) - 23 Líder Mailza Gomes - PP (55) Líder do MDB - 15 Eduardo Braga (20,45) Vice-Líder do MDB Marcelo Castro (65) Líder do PP - 7 Daniella Ribeiro (46) Vice-Líderes do PP Elmano Férrer (26,75) Luis Carlos Heinze (43) Líder do REPUBLICANOS - 1 Mecias de Jesus (5)	Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS/PSDB/PSL) - 17 Líder Lasier Martins - PODEMOS (15,62) Vice-Líderes Rodrigo Cunha (19,27,32,69) Soraya Thronicke (31,70) Flávio Arns (71) Líder do PODEMOS - 9 Alvaro Dias (2,59) Vice-Líderes do PODEMOS Oriovisto Guimarães (66) Eduardo Girão (14,67) Styvenson Valentim (68) Líder do PSDB - 6 Izalci Lucas (22,24,37,56) Vice-Líderes do PSDB Mara Gabrilli (58) Rodrigo Cunha (19,27,32,69) Líder do PSL - 2 Vice-Líder do PSL Soraya Thronicke (31,70)	PSD - 12 Líder Nelsinho Trad - PSD (48) Vice-Líderes Omar Aziz (54) Carlos Fávaro (53)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 11 Líder Wellington Fagundes - PL (9) Vice-Líderes Jorginho Mello (3,11,40,76) Zequinha Marinho (10,18) Líder do DEM - 6 Marcos Rogério (42) Líder do PL - 4 Carlos Portinho (39) Vice-Líder do PL Jorginho Mello (3,11,40,76) Líder do PSC - 1 Zequinha Marinho (10,18)	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9 Líder Zenaide Maia - PROS (44) Líder do PT - 6 Paulo Rocha (23,50) Vice-Líder do PT Rogério Carvalho (77) Líder do PROS - 3 Telmário Mota (8) Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (44)	CIDADANIA - 3 Líder Alessandro Vieira - CIDADANIA (41)
		PDT - 3 Líder Cid Gomes - PDT (61)
		REDE - 2 Líder Randolfe Rodrigues - REDE (63,64)
PATRIOTA - 1 Líder Flávio Bolsonaro - PATRIOTA (74)	Maioria Líder Renan Calheiros - MDB (52) Vice-Líder Kátia Abreu (73)	Minoria Líder Jean Paul Prates - PT (47)
Governo Líder Fernando Bezerra Coelho - MDB (21) Vice-Líderes Eduardo Gomes (25,30) Elmano Férrer (26,75) Carlos Viana (38) Jorginho Mello (3,11,40,76)	Oposição Líder Randolfe Rodrigues - REDE (63,64)	Bancada Feminina Líder Simone Tebet - MDB (72)

Notas:

1. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



2. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
3. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
4. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).
5. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
6. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT).
7. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
8. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA).
9. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
10. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
11. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
12. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
13. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
14. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
15. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
16. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
17. Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado o 2º vice-líder do PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (Of. s/nº/2019-GLPSD).
18. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
19. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
20. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
21. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54).
22. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
23. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD).
24. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
25. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
26. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
27. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL/ (Of. s/n).
28. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Patriota, passando a atuar como seu líder (Of. 041/2019-GSJKAJUR).
29. Em 27.08.2019, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Memo. 35/2019-GLDPSB).
30. Em 11.09.2019, o Senador Eduardo Gomes retornou à função de 1º vice-líder do Governo (Of. nº 48, de 2019).
31. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada vice-líder do Partido Social Liberal - PSL (Of. 96-GLIDPSL).
32. Em 01.04.2020, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL (Of. 28/2020-GLPSDB).
33. Em 24.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 092/2020-GSLB).
34. Em 08.05.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3ª vice-líder do PODEMOS (Of. 036/2020-GLPODE).
35. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 43/2020-GLDPP).
36. Em 24.09.2020, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Bloco Senado Independente até 21/01/2021, término da licença do Senador Veneziano Vital do Rego.
37. Em 07.10.2020, o Senador Izalci Lucas deixou a vice-liderança do Governo (Of. nº 007/2020-GLDGOV e Of. nº 141/2020-GSIZALCI).
38. Em 27.11.2020, o Senador Carlos Viana foi designado 3º vice-líder do Governo (Of. nº 135/2020-GSFERCOE).
39. Em 18.01.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado líder do Partido Liberal (Of. s/n).
40. Em 18.01.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado Vice-Líder do Partido Liberal (Of. s/n).
41. Em 01.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado Líder do CIDADANIA (Ofício nº 4/2021-GSEGAMA).
42. Em 01.02.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder do Democratas (Of. 001/2021-GLDEM).
43. Em 02.02.2021, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado 2º vice-líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
44. Em 02.02.2021, a Senadora Zenaide Maia foi designada Líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 01/2021-BLPRD).
45. Em 02.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi reconduzido como Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 004/2021-GLMDB).
46. Em 02.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
47. Em 02.02.2021, o Senador Jean Paul Prates foi designado Líder da Minoria (Of. 01/2021-GLDMIN).
48. Em 02.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado Líder do PSD (Of. 1/2021-GLPSD).
49. Em 02.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
50. Em 02.02.2021, o Senador Paulo Rocha foi designado Líder do PT (Of. 02/2021-GLDPT).
51. Em 02.02.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/nº/2021).
52. Em 03.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. 5/2021-GLMDB).
53. Em 03.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
54. Em 03.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
55. Em 04.02.2021, a Senadora Mailza Gomes foi designada Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 006/2021-GLMDB).
56. Em 08.02.2021, o Senador Izalci Lucas é designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. sn/2021-GLPSDB).
57. Em 09.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 9/2021-GSLB).
58. Em 09.02.2021, a Senadora Mara Gabrilli foi designada 1ª Vice-Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 7/2021-GLPSDB).
59. Em 09.02.2021, o Senador Alvaro Dias foi reconduzido como Líder do Podemos (Of. 004/2021-GLPODEMOS).
60. Em 10.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 001/2021-BLUNIDB).
61. Em 10.02.2021, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 3/2021-GLDPDT).
62. Em 10.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado Líder do Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
63. Em 11.02.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi reconduzido ao cargo de Líder da REDE (Of. 68/2021-GSRRD).
64. Em 12.02.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder da Oposição ao Governo (Of. 6/2021).
65. Em 23.02.2021, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 8/2021-GLMDB).
66. Em 24.02.2021, o Senador Oriovisito Guimarães foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
67. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
68. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado 3º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
69. Em 11.03.2021, o Senador Rodrigo Cunha é designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
70. Em 11.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke é designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
71. Em 11.03.2021, o Senador Flávio Arns é designado 3ª vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



72. Em 16.03.2021, a Senadora Simone Tebet foi designada Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. nº 12/2021)
73. Em 15.04.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder da Maioria (Of. nº 01/2021-GLDMAI)
74. Em 07.06.2021, o Senador Flávio Bolsonaro é designado Líder do Patriota (Of. 18/2021-GSFB).
75. Em 09.08.2021, o Senador Elmano Férrer foi designado 1º vice-líder do Progressistas (Of. nº 37/2021-GLDPP)
76. Em 12.08.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado 4º vice-líder do Governo (Of. nº 14/2021-GLDGOV)
77. Em 19.10.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado vice-líder do PT (Of. nº 31/2021-GLDPT)



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19

Finalidade: Acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus.
RQS 105, 2021

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Instalação: 03/03/2021

Prazo final: 30/06/2021

Prazo final prorrogado: 10/11/2021

Prazo final prorrogado: 10/12/2021

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,19)	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(4,19)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(2,19)	2. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(2,19)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(11,16,19)	3. ⁽¹¹⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(11,18)	4. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(11,18)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁷⁾	1. VAGO ⁽⁹⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(11,13)	2. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(11,13)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(11,15)	3. ⁽¹¹⁾
PSD	
Senador Otto Alencar ⁽³⁾	1. Senador Nelsinho Trad ⁽³⁾
⁽¹¹⁾	2. ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁸⁾	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁷⁾
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(11,14)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(11,12)

Notas:

- Em 25.02.2021, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2021-GLMDB).
- Em 25.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, e a Senadora Daniella Ribeiro membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPP).
- Em 25.02.2021, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, e o Senador Nelsinho Trad membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 37/2021-GLPSD).
- Em 02.03.2021, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 47/2021-GLMDB).
- Em 02.03.2021, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 22/2021-BLVANG).
- Em 03.03.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura, Presidente, e o Senador Styvenson Valentim, Vice-Presidente, deste colegiado (Of. 1/2021-CTCOVID19).
- Em 03.03.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 24/2021-GLPODEMOS).
- Em 03.03.2021, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 18/2021-BLPRD).
- Em 03.03.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 26/2021-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 04.03.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 24/2021-BLVANG).
11. Em 30.03.2021, foram criadas novas 6 vagas de titulares, e igual número de suplentes, em função da aprovação do Requerimento nº 974, de 2021.
12. Em 03.03.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 33/2021-BLSENIND).
13. Em 31.03.2021, os Senadores Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 34/2021-GLPODEMOS).
14. Em 05.04.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. 16/2021-GSEGAMA).
15. Em 06.04.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 43/2021-GLPSDB).
16. Em 06.04.2021, o Senador Marcelo Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 53/2021-GLMDB).
17. Em 12.04.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 20/2021-BLPRD).
18. Em 14.04.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira; e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLDPP).
19. Em 14.04.2021, os Senadores Confúcio Moura, Marcelo Castro e Rose de Freitas foram designados membros titulares; e os Senadores Luis Carlos Heinze e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2021-GLMDB).

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva

Telefone(s): 61 3303 3508



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO ÀS MANCHAS DE ÓLEO NO LITORAL BRASILEIRO.

Finalidade: Acompanhar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as ações de enfrentamento às manchas de óleo no litoral brasileiro e seus desdobramentos. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

RQS nº 959, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽³⁾

Início da suspensão de prazo: 20/03/2020

Instalação: 05/11/2019

Prazo final: 10/06/2020

MEMBROS

Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁾

Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾

Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾

Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾

Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹⁾

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾

Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽¹⁾

Senador Diego Tavares (PP-PB) ^(2,4,5)

Notas:

1. Em 22.10.2019, os Senadores Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Humberto Costa, Styvenson Valentim, Jaques Wagner, Fernando Bezerra Coelho, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares, para compor a comissão (RQS nº959/2019-CTEOLEO).
2. Em 29.10.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, para compor a comissão, conforme aprovação do Requerimento nº 977, de 2019.
3. Em 05.11.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jean Paul Prates, o Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CTEOLEO).
4. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
5. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro titular em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): (61) 3303-3492



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA AVERIGUAR AS CAUSAS E EFEITOS DA CRISE HIDROENERGÉTICA.

Finalidade: Averiguar as causas e efeitos da crise hidroenergética que assola o País, acompanhar a atuação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), criada pela Medida Provisória nº 1.055, de 28 de junho de 2021, e propor soluções que garantam a segurança energética e a modicidade tarifária do Sistema Elétrico Brasileiro (SEB).

RQS 1.749, de 2021

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁵⁾

RELATOR: Senador José Aníbal (PSDB-SP) ⁽¹⁵⁾

Instalação: 28/10/2021

Prazo final: 06/06/2022

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(10,11,12)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(10,11,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(10,11,12)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹²⁾
Senador Elmano Férrer (PP-PI) ⁽¹⁴⁾	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁹⁾	1. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽⁹⁾
Senador José Aníbal (PSDB-SP) ⁽⁸⁾	2.
PSD	
Senador Lucas Barreto ^(2,4)	1. Senador Carlos Fávaro ⁽²⁾
Senador Angelo Coronel ⁽²⁾	2. Senador Carlos Viana ^(2,4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽⁵⁾	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽³⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽³⁾
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁷⁾	1.

Notas:

1. Em 16.09.2021, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 22/2021-GLDEM)
2. Em 16.09.2021, os Senadores Carlos Viana e Angelo Coronel foram designados membros titulares e os Senadores Carlos Fávaro e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 78/2021-GLPSD)
3. Em 16.09.2021, o Senador Jean Paul Prates foi designado membro titular e o Senador Jaques Wagner, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 32/2021-BLPRD)
4. Em 16.09.2021, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passar a substituir o Senador Nelsinho Trad, como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 81/2021-GLPSD)
5. Em 16.09.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 38/2021-BLVANG)
6. Em 16.09.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 20/2021-GLDEM)
7. Em 16.09.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular, pelo PDT, para compor a comissão (Of. 11/2021-GLPDT)
8. Em 16.09.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 61/2021-GLPSDB)
9. Em 17.09.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 22/2021-BLPPP)
10. Em 21.09.2021, os Senadores Eduardo Braga e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares e o Senador Giordano, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 73/2021-GLMDB)
11. Em 22.09.2021, os Senadores Eduardo Braga e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, e o Senador Giordano deixa de compor a comissão como membro suplente (Of. 75/2021-GLMDB).



12. Em 22.09.2021, os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga e Fernando Bezerra Coelho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 76/2021-GLMDB)
13. Em 30.09.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 45/2021-GLDPP)
14. Em 21.10.2021, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 46/2021-GLDPP)
15. Em 28.10.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Jean Paul Prates e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado, e designou como Relator o Senador José Aníbal (Of. 001/2021-CTECRHE).



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Telmário Mota (PROS-RR)

Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)

Secretário(a): Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3511



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS
MEMBROS DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS EM ANGOLA

Finalidade: Constituir, no prazo de 30 (trinta) dias, uma comissão de parlamentares para verificar perseguição religiosa sofrida por pastores e bispos da Igreja Universal do Reino de Deus, em Angola.

RQS 1381, de 2020

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



6) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA TECNOLOGIA 5G NO BRASIL.

Finalidade: Realizar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, estudo sobre as melhores práticas para implantação da tecnologia 5G no Brasil.

RQS n. 2.883, de 2020

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
	1.
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽²⁾	2. Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) ^(2,7,8,9)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
VAGO ^(5,6)	1.
PSD	
Senador Vanderlan Cardoso ⁽³⁾	1. Senador Irajá ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) ⁽¹⁾	
	1.
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽¹⁾	
	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada.
2. Em 18.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro e o Senador Luis Carlos Heinze foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLDPP).
3. Em 19.02.2021, os Senadores Vanderlan Cardoso e Irajá foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo PSD, para compor a Comissão (Of. 31/2021-GLPSD).
4. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 08/2021-BLVANG).
5. Em 01.03.2021, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 05/2021).
6. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
7. Em 09.06.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 23/2021-GLDPP).
8. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
9. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP).



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE

Finalidade: Apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol assim como os familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas e, também, investigar e identificar o motivo pelos quais os familiares ainda não terem recebido suas devidas indenizações.

Requerimento nº 994, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁸⁾

Leitura: 05/11/2019

Instalação: 11/12/2019

Prazo final: 12/04/2022

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽²⁾	1. Senador Marcio Bittar (PSL-AC) ⁽²⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁴⁾	1.
(7,10)	2. (7,10)
PSD	
Senador Sérgio Petecão (AC) ^(1,9)	1. Senador Nelsinho Trad (MS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ^(3,11,12)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽⁶⁾	1.
Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) ⁽⁶⁾	

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.

1. Em 09.12.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 169/2019-GLPSD). ([DSF de 10/12/2019, p. 93](#))

2. Em 09.12.2019, os Senadores Dário Berger e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e o Senador Marcio Bittar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 239/2019-GLMDB). ([DSF de 10/12/2019, p. 93](#))

3. Em 09.12.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-BLVANG). ([DSF de 10/12/2019, p. 93](#))

4. Em 09.12.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPSDB). ([DSF de 10/12/2019, p. 93](#))

5. Em 10.12.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 85/2019-GLDPP).

6. Em 10.12.2019, os Senadores Leila Barros e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 149/2019-GLBSI).

7. Em 10.12.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 132/2019-GLPODEMOS).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 11.12.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jorginho Mello, Dário Berger e Izalci Lucas, o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CPICHAPE).
9. Em 27.04.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo PSD, em substituição ao Senador Otto Alencar, para compor a comissão (Of. nº 50/2021-GLPSD). ([DSF de 28/04/2021, p. 256](#))
10. Em 27.04.2021, o Senador Eduardo Girão, membro titular, e o Senador Marcos do Val, membro suplente, deixaram de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. 037/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 28/04/2021, p. 256](#))
11. Em 29.04.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado membro suplente, deixando de atuar como titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda e também como Presidente da comissão (Of. nº 30/2021-BLVANG).
12. Em 27.10.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2021-BLVANG).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 3303 3510



2)CPI DAS QUEIMADAS E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas da ampliação dos índices de desmatamento e de queimadas na Amazônia Legal, entre outros.

Requerimento nº 1.006, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 06/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
	1.
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
	1.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
	1.
PODEMOS	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
	1.
PSD	
	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



3)CPI DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas de ampliação dos índices do desmatamento na Amazônia Legal no período entre 1º de janeiro de 2018 e 27 de agosto de 2019, assim como o aumento dos índices de queimadas na Amazônia Legal.

Requerimento nº 993, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
	1.
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
	1.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
	1.
PODEMOS	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
	1.
PSD	
	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(1,55)

VICE-PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(1,55)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (8,54,57,72)	1. Senador Marcio Bittar (PSL-AC) (8,18,54,57,72)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8,54,57,72)	2. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (8,18,54,57,72)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8,54,57,72)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8,42,44,54,65,72)
Senadora Maria Eliza (MDB-RO) (8,54,57,72,75)	4. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (8,72)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,54,57,72)	5. VAGO (9,41,45)
Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) (4,57,59,72)	6. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (11,17,59,72)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (5,38,39,46,48,67,68)	7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (10,59)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO)	8.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador José Aníbal (PSDB-SP) (12,51,69,70)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (7,31,36,51)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (12,51,53,73,74)	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (7,40)
Senador Chiquinho Feitosa (DEM-CE) (12,51,79)	3. VAGO (7,50,53,71,74)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7,30)	4. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13,34)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (7,26,29,50)	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (16,51)
Senador Giordano (MDB-SP) (14,32,34,63,64)	6. VAGO (16)
PSD	
Senador Otto Alencar (2,49)	1. Senador Angelo Coronel (2,24,49)
Senador Omar Aziz (2,23,49)	2. Senador Antonio Anastasia (2,33,35,49)
Senador Vanderlan Cardoso (2,49)	3. Senador Carlos Viana (2,25,49)
Senador Carlos Fávaro (61,78)	4. Senador Nelsinho Trad (61)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
VAGO (3,47)	1. VAGO (15,43,60)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (3,27,28)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3)	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (6,52)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (6,52)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (6,20,22,52)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6,52)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6,52)	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,52)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁶⁶⁾	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (56)	1. VAGO (56,62)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (37,56)	2. VAGO (56,58,77)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (56,58,76,77)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (19,21,56)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE). ([DSF de 14/02/2019, p. 76](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 90](#))



3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))
5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
6. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 97](#))
7. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID). ([DSF de 14/02/2019, p. 175](#))
8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 117](#))
9. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 118](#))
10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 166](#))
11. Em 13.02.2019, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 169](#))
12. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 143](#))
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 77](#))
16. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 96](#))
17. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB). ([DSF de 22/02/2019, p. 50](#))
18. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB). ([DSF de 27/02/2019, p. 64](#))
19. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI). ([DSF de 03/04/2019, p. 119](#))
20. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
21. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI). ([DSF de 28/05/2019, p. 60](#))
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 101](#))
23. Em 21.08.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 127/2019-GLPSD). ([DSF de 22/08/2019, p. 109](#))
24. Em 21.08.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente em substituição ao Senador Ângelo Coronel, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPSD). ([DSF de 22/08/2019, p. 111](#))
25. Em 03.09.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro suplente em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 131/2019-GLPSD). ([DSF de 04/09/2019, p. 120](#))
26. Em 03.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo PODEMOS, na comissão, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Of. 99/2019-GLPODE). ([DSF de 04/09/2019, p. 124](#))
27. Em 03.09.2019, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 61/2019-BLVANG). ([DSF de 04/09/2019, p. 117](#))
28. Em 09.09.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 62/2019-BLVANG). ([DSF de 10/09/2019, p. 62](#))
29. Em 01.10.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 111/2019-GLPODE). ([DSF de 02/10/2019, p. 186](#))
30. Em 25.11.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 120/2019-GLPODE).
31. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPODEMOS).
32. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 110/2019-GLIDPSL).
33. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
34. Em 06.02.2020, o Senador Major Olimpio deixa de atuar como suplente e passa a membro titular, e o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Memo nº 6/2020-GLIDPSL). ([DSF de 07/02/2020, p. 46](#))
35. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 051/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 126](#))
36. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
37. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



38. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
39. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro titular em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
40. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
41. Em 14.10.2020, o Senador José Maranhão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2020-GLMDB). ([DSF de 15/10/2020, p. 7](#))
42. Em 16.10.2020, o Senador Ney Suassuna foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, no Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão em vaga cedida pelo MDB (Of. nº 32/2020-GLMDB). ([DSF de 17/10/2020, p. 7](#))
43. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
44. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ney Suassuna, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 6](#))
45. Em 22.10.2020, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 7](#))
46. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
47. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
48. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
49. Em 11.02.2021, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Antonio Anastasia e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSD).
50. Em 18.02.2021, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Reguffe, que passa a ser o suplente, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS).
51. Em 19.02.2021, os Senadores José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPSDB).
52. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-BLPRD).
53. Em 19.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS).
54. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Luiz do Carmo e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 20/2021-GLMDB).
55. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Vanderlan Cardoso a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
56. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Leila Barros e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-BLSENIND).
57. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Luiz do Carmo e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 26/2021-GLMDB).
58. Em 23.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 23/2021-BLSENIND).
59. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLMDB).
60. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
61. Em 26.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 38/2021-GLPSD).
62. Em 15.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 37/2021-BLSENIND).
63. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
64. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).
65. Em 06.05.2021, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 59/2021-GLMDB).
66. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
67. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
68. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP).
69. Em 10.08.2021, o Senador José Serra licenciou-se, nos termos do artigo 43, I, do RISF, até 10.12.2021.
70. Em 16.08.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, em substituição ao Senador José Serra, para compor a comissão (Of. nº 54/2021-GLPSDB).
71. Em 23.08.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLPODEMOS).
72. Em 01.09.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo e Flávio Bolsonaro, foram designados membros titulares, e os Senadores Márcio Bittar, Luiz do Carmo, Jader Barbalho, Eduardo Gomes e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 71/2021-GLMDB).
73. Em 27.09.2021, o Senador Reguffe deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 54/2021-GLPODEMOS).
74. Em 27.09.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, deixando a vaga de 3º suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 55/2021-GLPODEMOS).



75. Em 06.10.2021, a Senadora Maria Eliza foi designada membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 80/2021-GLMDB).

76. Em 18.10.2021, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, como titular, pelo Cidadania (Of. nº 6/2021-GLCID).

77. Em 26.10.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Cidadania (Of. nº 7/2021-GLCID).

78. Em 26.10.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Irajá, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 91/2021-GLPSD).

79. Em 08.11.2021, o Senador Chiquinho Feitosa foi designado membro titular, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão em vaga cedida ao DEM pelo PSDB (Of. nº 72/2021-GLPSDB e Of. nº 29/2021-GLDEM).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

(Requerimento 20, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ⁽¹⁾	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)
2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).
3. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(13,42)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(13,42)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(8,41)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(8,41,45,47)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(8,41)	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(7,41)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(8,41)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(7,17,20,25,30,31,41)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ^(8,41)	4. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(9,41)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹¹⁾	5. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(10,33)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) ^(51,53,54)	6. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁵⁵⁾
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(4,39)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(6,18,23,39)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(5,36)	2. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(5,37)
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(5,35)	3. VAGO ^(5,28,38,48)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(14,18,32,39)	4. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(19,39)
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽⁴⁹⁾	5.
PSD	
Senador Sérgio Petecão ^(1,34)	1. Senador Nelsinho Trad ^(1,34)
Senador Lucas Barreto ^(1,34)	2. Senador Irajá ^(1,12,22,24,34)
Senador Angelo Coronel ^(12,34)	3. Senador Otto Alencar ^(16,34)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽²⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽²⁾	2. Senador Romário (PL-RJ) ^(15,29,46,50)
	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(3,40)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(3,40)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(3,40)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(3,40)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵²⁾	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽⁴³⁾	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(43,44)
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽⁴³⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(21,26,27,43)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº4/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 79](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº33/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 95](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 169](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 166](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 171](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 122](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 123](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 77](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styverson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID). ([DSF de 14/02/2019, p. 176](#))



4. Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 142](#))
3. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD). ([DSF de 14/03/2019, p. 103](#))
2. Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 139](#))
13. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS). ([DSF de 15/02/2019, p. 76](#))
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 77](#))
14. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))
16. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD). ([DSF de 28/02/2019, p. 108](#))
17. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB). ([DSF de 22/06/2019, p. 29](#))
18. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 95/2019-GLIDPSL). ([DSF de 02/10/2019, p. 183](#))
19. Em 09.10.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 112/2019-GLPSDB). ([DSF de 10/10/2019, p. 92](#))
20. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 237/2019-GLMDB).
21. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 156/2019-GLBSI).
22. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
23. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020. ([DSF de 16/04/2020, p. 546](#))
24. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 052/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 127](#))
25. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
26. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
27. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 032/2020-BLSENIND). ([DSF de 04/09/2020, p. 233](#))
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 21.10.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 035/2020-GLMDB). ([DSF de 22/10/2020, p. 52](#))
31. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
32. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLDPP).
34. Em 11.02.2021, os Senadores Sérgio Petecão, Lucas Barreto e Angelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Irajá e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSD).
35. Em 18.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
36. Em 18.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
37. Em 18.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
38. Em 18.02.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
39. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLPSDB).
40. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 14/2021-BLPRD).
41. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 18/2021-GLMDB).
42. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Sérgio Petecão e a Senadora Zenaide Maia a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
43. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2021-BLSENIND).
44. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 25/2021-BLSENIND).
45. Em 23.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Renan Calheiros, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2021-GLMDB).
46. Em 25.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixa de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 19/2021-BLVANG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



47. Em 26.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLMDB).

48. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).

49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).

50. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG).

51. Em 17.06.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLDPP).

52. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.

53. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).

54. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP).

55. Em 28.10.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-BLUNIDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

Finalidade: Acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	1. Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ⁽²⁾	3.
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽²⁾	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	5.

Notas:

1. Em 30.09.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Mara Gabrilli e Flávio Arns, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 38/2021-CAS).
2. Em 30.09.2021, foram designados os Senadores Mara Gabrilli, Flávio Arns, Nilda Gondim, Maria do Carmo e Zenaide Maia, como membros titulares, e os Senadores Romário e Paulo Paim, como membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. 38/2021-CAS).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

(Requerimento 27, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽²⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾	6. Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾

Prazo final: 31/12/2022

TITULARES	SUPLENTES
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	1.
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	2.
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ⁽²⁾	3.
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	5.

Notas:

1. Em 30.09.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Flávio Arns e Mara Gabrilli, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 39/2021-CAS).
2. Em 30.09.2021, foram designados os Senadores Flávio Arns, Mara Gabrilli, Nilda Gondim, Romário e Zenaide Maia como membros titulares, para compor a subcomissão (Of 39/2021-CAS).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(1,91)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) ^(1,91)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (8,89)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (8,89)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8,89)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,25,31,89)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (8,89)	3. Senador Marcio Bittar (PSL-AC) (8,89)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8,20,89)	4. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (8,47,58,89,115,116)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8,81,89,112)	5. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (8,19,71,73,89,112)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (4,89)	6. Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) (9,66,67,76,80,89)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (11)	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (10)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (94,108,109)	8. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6,53,55,84,87)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (6,29,56,84,87)
Senador Chiquinho Feitosa (DEM-CE) (6,84,118)	2. Senador José Aníbal (PSDB-SP) (6,29,35,39,51,52,84,87,110,111)
Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) (7,28,30,36,105)	3. Senador Giordano (MDB-SP) (6,84,101)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (7,18,26,27,72,74)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7,72,74,90,96)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (7,44,45,46,60,68,72,74,86,90,96,106)	5. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (13,42,57,59,61,69,72,74,86)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (12,42,78)	6. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (14,43,78,99,102,105,106)
PSD	
Senador Antonio Anastasia (2,54,83)	1. Senador Nelsinho Trad (2,83,113)
Senador Lucas Barreto (2,83)	2. Senador Carlos Viana (2,63,83)
Senador Omar Aziz (2,70,75,77,83)	3. Senador Carlos Fávaro (2,54,77,83,97,100,114,117)
Senador Vanderlan Cardoso (97,114,117)	4. Senador Sérgio Petecão (103)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (3,79,82,92)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (3)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3,34,37)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (3)	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (3,93)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5,85)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (5,15,16,85)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5,15,17,32,33,40,85)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5,85)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (5,85)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (5,16,41,85)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽¹⁰⁷⁾	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (65,88,95,98,104)	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (88,95,98)
Senador Weverton (PDT-MA) (50,62,64,88)	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (38,88)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (22,23,48,49,88)	3. VAGO (21,24,88,104)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ). ([DSF de 14/02/2019, p. 75](#))
2. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nilsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 80](#))
3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))



5. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 96](#))
6. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 144](#))
7. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Férrer, Orlívio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLI). ([DSF de 14/02/2019, p. 174](#))
8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB). ([DSF de 13/02/2019, p. 116](#))
9. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
10. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 13/02/2019, p. 169](#))
11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))
12. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
15. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 109](#))
16. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permutaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD). ([DSF de 15/03/2019, p. 117](#))
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
18. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Orlívio Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 18/04/2019, p. 55](#))
19. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB). ([DSF de 25/04/2019, p. 133](#))
20. Em 06.05.2019, o Senador Orlívio Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 07/05/2019, p. 52](#))
21. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI). ([DSF de 10/05/2019, p. 72](#))
22. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI). ([DSF de 22/05/2019, p. 102](#))
23. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI). ([DSF de 22/05/2019, p. 102](#))
24. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI). ([DSF de 22/05/2019, p. 111](#))
25. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB). ([DSF de 23/05/2019, p. 118](#))
26. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Orlívio Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 07/06/2019, p. 118](#))
27. Em 06.06.2019, o Senador Orlívio Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 08/06/2019, p. 89](#))
28. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 11/06/2019, p. 35](#))
29. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB). ([DSF de 13/06/2019, p. 108](#))
30. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 14/06/2019, p. 54](#))
31. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB). ([DSF de 19/06/2019, p. 107](#))
32. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 102](#))
33. Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD). ([DSF de 14/08/2019, p. 85](#))
34. Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG). ([DSF de 15/08/2019, p. 83](#))
35. Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB). ([DSF de 15/08/2019, p. 85](#))
36. Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE). ([DSF de 16/08/2019, p. 86](#))
37. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG). ([DSF de 20/08/2019, p. 68](#))
38. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI). ([DSF de 21/08/2019, p. 32](#))



39. Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB). ([DSF de 21/08/2019, p. 35](#))
40. Em 11.09.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD). ([DSF de 12/09/2019, p. 169](#))
41. Em 11.09.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD). ([DSF de 12/09/2019, p. 169](#))
42. Em 25.09.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 91/2019-GLIDPSL). ([DSF de 26/09/2019, p. 62](#))
43. Em 20.11.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 107/2019-GLIDPSL).
44. Em 19.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 119/2019-GLPODEMOS).
45. Em 20.11.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº sn/2019-GLPODEMOS).
46. Em 25.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPODEMOS).
47. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 238/2019-GLMDB).
48. Em 09.12.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 145/2019-GLBSI).
49. Em 16.12.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 147/2019-GLBSI).
50. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 157/2019-GLBSI).
51. Em 05.02.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador José Serra (Of. nº 15/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/02/2020, p. 114](#))
52. Em 18.02.2020, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Plínio Valério (Of. nº 16/2020-GLPSDB). ([DSF de 19/02/2020, p. 77](#))
53. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
54. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 22/2020-GLPSD). ([DSF de 21/02/2020, p. 52](#))
55. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 21/2020-GLPSDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 80](#))
56. Em 05.03.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/03/2020, p. 51](#))
57. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
58. Em 20.04.2020, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Pastore, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2020-GLMDB). ([DSF de 23/04/2020, p. 122](#))
59. Em 23.04.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 32/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 30/04/2020, p. 106](#))
60. Em 27.04.2020, o Senador Romário foi designado membro titular, em substituição ao Senador Álvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 033/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 30/04/2020, p. 107](#))
61. Em 28.04.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 30/04/2020, p. 108](#))
62. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
63. Em 07.08.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 61/2020-GLPSD). ([DSF de 08/08/2020, p. 6](#))
64. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-BLSEIND). ([DSF de 04/09/2020, p. 234](#))
65. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
66. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
67. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
68. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 6](#))
69. Em 30.09.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 6](#))
70. Em 07.10.2020, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 63/2020-GLPSD). ([DSF de 08/10/2020, p. 63](#))
71. Em 19.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-GLMDB). ([DSF de 20/10/2020, p. 7](#))
72. Em 20.10.2020, os Senadores Lasier Martins, Eduardo Girão, Alvaro Dias e Oriovisto Guimarães permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Lasier Martins designado membro titular e o Senador Alvaro Dias suplente; o Senador Eduardo Girão designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães suplente, pelo PODEMOS (Of. nº 40/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 21/10/2020, p. 213](#))
73. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 9](#))
74. Em 05.11.2020, os Senadores Alvaro Dias, Oriovisto Guimarães, Lasier Martins e Eduardo Girão permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Alvaro Dias designado membro titular e o Senador Lasier Martins suplente; o Senador Oriovisto Guimarães designado membro titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo PODEMOS (Of. nº 42/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 06/11/2020, p. 6](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



75. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 65/2020-GLPSD). ([DSF de 06/11/2020, p. 7](#))
76. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
77. Em 02.02.2021, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Nelsinho Trad passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-GLPSD).
78. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
79. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
80. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
81. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
82. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 02/2021-BLVANG).
83. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSD).
84. Em 19.02.2021, os Senadores Roberto Rocha e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPSDB).
85. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-BLPRD).
86. Em 19.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que passar a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 6/2021-GLPODEMOS).
87. Em 22.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passa a atuar como 1º suplente; e o Senador José Serra passa então a 2º suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPSDB).
88. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2021-BLSENIND).
89. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Rose de Freitas e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Jader Barbalho e Flávio Bolsonaro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLMDB).
90. Em 23.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 20/2021-GLPODEMOS).
91. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre e o Senador Antonio Anastasia a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
92. Em 24.02.2021, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-BLVANG).
93. Em 24.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLVANG).
94. Em 24.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLDPP).
95. Em 24.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 26/2021-BLSENIND).
96. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lasier Martins, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 23/2021-GLPODEMOS).
97. Em 25.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLPSD).
98. Em 25.02.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que passa a ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente na comissão (Memo 28/2021-BLSENIND).
99. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
100. Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 46/2021-GLPSD).
101. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).
102. Em 30.04.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 39/2021-GLPODEMOS).
103. Em 13.05.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLPSD).
104. Em 17.05.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Of. 27/2021-GSEGAMA).
105. Em 05.07.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Marcos do Val permutaram as vagas de titular e suplente, o Senador Jorge Kajuru passa a ser titular e o Senador Marcos do Val suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLPODEMOS).
106. Em 05.07.2021, os Senadores Marcos do Val e Eduardo Girão permutaram as vagas de titular e suplente, o Senador Marcos do Val passa a ser titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLPODEMOS).
107. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
108. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
109. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP).
110. Em 10.08.2021, o Senador José Serra licenciou-se, nos termos do artigo 43, I, do RISF, até 10.12.2021.



111. Em 16.08.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, em substituição ao Senador José Serra, para compor a comissão (Of. nº 53/2021-GLPSDB).
112. Em 19.08.2021, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil (Of. nº 70/2021-GLMDB).
113. Em 24.08.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Otto Alencar, para compor a comissão (Of. nº 68/2021-GLPSD).
114. Em 13.09.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que passa a membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 79/2021-GLPSD).
115. Em 15.09.2021, o Senador Dario Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz do Carmo, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil (Of. nº 72/2021-GLMDB).
116. Em 22.09.2021, o Senador Luiz do Carmo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dario Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 74/2021-GLMDB).
117. Em 27.09.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que passa a membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 87/2021-GLPSD).
118. Em 08.11.2021, o Senador Chiquinho Feitosa foi designado membro titular, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão em vaga cedida ao DEM pelo PSDB (Of. nº 71/2021-GLPSDB e Of. nº 30/2021-GLDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁴⁵⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽⁴⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(7,44)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(7,44)
Senadora Maria Eliza (MDB-RO) ^(7,44,59)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(8,44)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(7,44)	3. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ^(13,30,31,35,38,48)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(8,44)	4. VAGO ⁽¹⁴⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(8,44,46)	5. VAGO ^(21,53)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽⁹⁾	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁸⁾
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(10,23,27,39)	7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁴⁸⁾
	8.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(5,42)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(5,42)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(6,41)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(5,42)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(6,41)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(6,41)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(6,41,51)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(6,32,41)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(11,42)	5. VAGO ^(12,37,41)
VAGO ^(55,57)	6. VAGO ^(19,26)
PSD	
Senador Antonio Anastasia ^(1,2,40)	1. Senador Nelsinho Trad ^(1,40)
Senador Carlos Viana ^(1,20,40)	2. Senador Otto Alencar ^(1,22,34,36,40)
Senador Vanderlan Cardoso ^(1,34,36,40)	3. Senador Sérgio Petecão ^(1,20,40)
	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽³⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽³⁾	2. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ^(16,52)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽³⁾	3. Senador Romário (PL-RJ) ^(18,33,49,50,54)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(4,43)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(4,43)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,15,17,43)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,43)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(4,43)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,43)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵⁸⁾	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁴⁷⁾	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(25,47,56)
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ^(24,28,29,47)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁷⁾
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(41,47)	3. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽⁴⁷⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 84](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 94](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 98](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 146](#))



6. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLIID). ([DSF de 14/02/2019, p. 177](#))
7. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 119](#))
8. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 134](#))
9. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 171](#))
10. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP). ([DSF de 15/02/2019, p. 82](#))
11. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 97](#))
12. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO). ([DSF de 20/02/2019, p. 104](#))
13. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB). ([DSF de 22/02/2019, p. 51](#))
14. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB). ([DSF de 27/03/2019, p. 150](#))
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
16. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG). ([DSF de 05/07/2019, p. 55](#))
17. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 106](#))
18. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG). ([DSF de 08/08/2019, p. 143](#))
19. Em 29.08.2019, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 101/2019-GLPSDB). ([DSF de 30/08/2019, p. 111](#))
20. Em 11.09.2019, os Senadores Irajá e Carlos Viana permutam e passam a ocupar, respectivamente, vaga de titular e suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 133/2019-GLPSD). ([DSF de 12/09/2019, p. 170](#))
21. Em 02.10.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLUNIDB). ([DSF de 03/10/2019, p. 93](#))
22. Em 16.10.2019, o Senador Arolde de Oliveira deixou de ocupar a vaga de suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 151/2019-GLPSD). ([DSF de 17/10/2019, p. 110](#))
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 234/2019-GLMDB).)
24. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 158/2019-GLBSI).
25. Em 05.02.2020, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 005/2020-BLSENIND). ([DSF de 06/02/2020, p. 112](#))
26. Em 03.03.2020, o Senador Antônio Anastasia deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 23/2019-GLPSDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 82](#))
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
29. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 034/2020-BLSENIND). ([DSF de 04/09/2020, p. 235](#))
30. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
31. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
32. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
33. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
34. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 68/2020-GLPSD). ([DSF de 06/11/2020, p. 8](#))
35. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
36. Em 02.02.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Carlos Fávaro passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 3/2021-GLPSD).
37. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
38. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
39. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
40. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Otto Alencar e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSD).
41. Em 18.02.2021, os Senadores Flávio Arns e Styvenson Valentim são designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Lasier Martins e Romário, suplentes, pelo Podemos (Of. nº 7/2021-GLPODEMOS).
42. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSDB).



43. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia, Paulo Paim e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-BLPRD).
44. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Rose de Freitas, Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB).
45. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcelo Castro e a Senadora Leila Barros o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
46. Em 23.02.2021, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB).
47. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes, Leila Barros e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 12/2021-BLSENIND).
48. Em 23.02.2021, o Senador Jarbas Vasconcelos foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 29/2021-GLMDB).
49. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
50. Em 26.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 21/2021-BLVANG).
51. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em vaga cedida ao PL, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPPP).
52. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 23/2021-BLVANG).
53. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).
54. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG).
55. Em 28.04.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLPODEMOS).
56. Em 17.05.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. 27/2021-GSEGAMA).
57. Vago, em razão de o Senador Jorge Kajuru não compor mais a Comissão (Of. 45/2021-GLPODEMOS).
58. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
59. Em 28.09.2021, a Senadora Maria Eliza de Aguiar e Silva foi designada membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 77/2021-GLMDB).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

Finalidade: Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

(Requerimento 1, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽²⁾

Instalação: 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,3,4)	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)
2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEEFCB).
3. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)
4. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA

Finalidade: Avaliar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os impactos da pandemia de covid-19 na área educação, com o fim de garantir a continuidade das atividades de ensino, especialmente na forma remota, bem como acompanhar e avaliar o planejamento e as ações quanto a um possível retorno das aulas presenciais.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾

Instalação: 13/09/2021

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO)	1.
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR)	2.
Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)	3.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT)	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN)	5.

Notas:

1. Em 13.09.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Flávio Arns e Zenaide Maia, Presidente e Vice-Presidente (Of. nº 001/2021-CECTCOVID).

*. Em 17.08.2021, os Senadores Confúcio Moura, Flávio Arns, Antonio Anastasia, Wellington Fagundes e Zenaide Maia foram designados membros titulares para compor a subcomissão (Of. 9/2021-CE).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(1,47)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,47)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(10,17,28,34,42,43,46)	1. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(6,16,42,43,46)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(10,42,43,46)	2. Senador Marcio Bittar (PSL-AC) ^(16,17,37,43,46)
VAGO ^(10,23,27,29,35,42)	3. VAGO ^(17,42)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹³⁾	4. Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) ^(17,51,52)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽⁵³⁾	5. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁵⁾
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,40)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(11,36,40)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(9,36,40)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(14,40)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁵⁾	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(15,30,33,39,48)
Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ^(19,39)	4. Senador Giordano (MDB-SP) ^(19,22,31,49)
PSD	
Senador Carlos Fávaro ^(2,21,24,25,38)	1. Senador Vanderlan Cardoso ^(2,21,38,54)
Senador Otto Alencar ^(2,38)	2. Senador Carlos Viana ^(2,18,26,38)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(12,32,44)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(7,41)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(7,41)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(7,41)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(7,41)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵⁰⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(3,45)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,45)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(3,20,45)	2. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ^(3,45)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 85](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 157](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 137](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 107](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 147](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 77](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 129](#))
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
- Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 77](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP). ([DSF de 15/02/2019, p. 81](#))
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB). ([DSF de 27/02/2019, p. 62](#))
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE). ([DSF de 27/02/2019, p. 62](#))
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB). ([DSF de 13/03/2019, p. 107](#))
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB). ([DSF de 27/03/2019, p. 149](#))
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD). ([DSF de 27/03/2019, p. 147](#))
19. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 09/04/2019, p. 48](#))
20. Em 19.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Memo. nº 110/2019-GLBSI). ([DSF de 20/08/2019, p. 69](#))
21. Em 21.08.2019, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo PSD (Of. nº 128/2019-GLPSD). ([DSF de 22/08/2019, p. 110](#))
22. Em 09.10.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 112/2019-GLPODE).
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 233/2019-GLMDB).
24. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 049/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 124](#))
26. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Osmar Aziz, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 54/2020-GLPSD).
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 15.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2020-GLMDB). ([DSF de 16/10/2020, p. 7](#))
29. Em 15.10.2020, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2020-GLMDB). ([DSF de 16/10/2020, p. 8](#))
30. Em 16.10.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 17/10/2020, p. 8](#))
31. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPSDB). ([DSF de 20/10/2020, p. 10](#))
32. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
33. Em 21.10.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 41/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 22/10/2020, p. 53](#))
34. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 37/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 8](#))
35. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Esperidião Amin, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 10](#))
36. Em 05.02.2021, os Senadores Soraya Thronicke e Major Olimpio deixaram as vagas de titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
37. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
38. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Fávaro e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2021-GLPSD).
39. Em 18.02.2021, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPODEMOS).
40. Em 19.02.2021, os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSDB).
41. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 10/2021-BLPRD).
42. Em 22.02.2021, os Senadores Marcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e o Senador Confúcio Moura, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLMDB).
43. Em 22.02.2021, os Senadores Márcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLMDB).
44. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-BLVANG).
45. Em 23.02.2021, os Senadores Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e as Senadoras Eliziane Gama e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 18/2021-BLSENIND).
46. Em 23.02.2021, os Senadores Confúcio Moura e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Rose de Freitas e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLMDB).
47. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaques Wagner e o Senador Confúcio Moura a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
48. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPODEMOS).
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).



50. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.

51. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).

52. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP)

53. Em 12.08.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2021-GLDPP).

54. Em 30.08.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 74/2021-GLPSD).

55. Em 20.09.2021, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLDPP).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO AO PANTANAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 24/2021-CMA, destinada a estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal e para propor aprimoramento da legislação e políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 24, de 2021)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾

Instalação: 22/09/2021

TITULARES	SUPLENTES
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) ⁽¹⁾
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,3)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾	3. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽¹⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 01.09.2021, foram designados os Senadores Wellington Fagundes, Jayme Campos, Luis Carlos Heinze e Izalci Lucas como membros titulares, e os Senadores Carlos Fávaro, Jean Paul Prates, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a Comissão (Of. 113/2021-CMA)
2. Em 22.09.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wellington Fagundes e Izalci Lucas a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 1/2021-CMABIOPANT).
3. Em 05.11.2021, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jean Paul Prates, para compor a Comissão (Of. 174/2021-CMA)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁰⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽⁵⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(9,32,49)	1. Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ^(9,13,49)
Senador Marcio Bittar (PSL-AC) ^(13,49)	2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(10,13,14,16,20,36,37,42,44)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(13,18,20)	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(14,22)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁵⁾	4. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ^(27,49)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(24,32)	5. VAGO ^(29,35)
	6.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(7,46)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(6,26,33,47)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(7,46)	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(7,46,55)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(8,25,47)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(8,38,47)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(11,26,47)	4. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(12,25,47,54)
PSD	
Senador Irajá ^(1,40,41,43,45)	1. Senador Carlos Fávaro ^(1,2,45,60)
VAGO ⁽¹⁾	2. VAGO ^(1,31,34)
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽²³⁾
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(21,39,53,59)	2. Senador Romário (PL-RJ) ⁽⁵⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(5,48)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(5,17,48)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,48)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(5,48)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵⁸⁾	
VAGO ^(3,51,56)	1. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ^(3,28,30,51,52)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(3,51,52)	2. VAGO ⁽¹⁹⁾

Notas:

*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº7/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 82](#))

2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº20/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 91](#))

3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gugacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 158](#))

4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))

5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 106](#))

6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 181](#))

7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLIID).

8. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLIID).

9. Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 135](#))

10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 171](#))

11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB). ([DSF de 28/02/2019, p. 109](#))
13. Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB). ([DSF de 29/03/2019, p. 89](#))
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3ª suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2ª suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB). ([DSF de 29/03/2019, p. 89](#))
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB). ([DSF de 04/04/2019, p. 105](#))
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB). ([DSF de 09/04/2019, p. 49](#))
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD). ([DSF de 11/04/2019, p. 128](#))
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDDB). ([DSF de 25/04/2019, p. 132](#))
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI). ([DSF de 08/05/2019, p. 112](#))
20. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLDPP). ([DSF de 05/07/2019, p. 57](#))
21. Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG). ([DSF de 14/08/2019, p. 84](#))
22. Em 13.08.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP). ([DSF de 14/08/2019, p. 86](#))
23. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG). ([DSF de 20/08/2019, p. 67](#))
24. Em 23.09.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 215/2019-GLMDB). ([DSF de 24/09/2019, p. 61](#))
25. Em 25.09.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em permuta com o Senador Lasier Martins, que passa a ocupar vaga como suplente (Of. nº 110/2019-GLPSDB). ([DSF de 26/09/2019, p. 63](#))
26. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 94/2019-GLIDPSL). ([DSF de 02/10/2019, p. 182](#))
27. Em 15.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 220/2019-GLMDB). ([DSF de 16/10/2019, p. 137](#))
28. Em 07.11.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 136/2019-GLBSI). ([DSF de 08/11/2019, p. 61](#))
29. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 236/2019-GLMDB).
30. Em 11.12.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 146/2019-GLBSI).
31. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
32. Em 11.03.2020, os Senadores Márcio Bittar e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, em substituição aos Senadores Jader Barbalho e Eduardo Gomes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 17/2020-GLMDB). ([DSF de 13/03/2020, p. 69](#))
33. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
34. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 053/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 128](#))
35. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
36. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
37. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
38. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
39. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
40. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
41. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 67/2020-GLPSD). ([DSF de 11/11/2020, p. 7](#))
42. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
43. Em 02.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLPSD).
44. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
45. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-GLPSD).
46. Em 12.02.2021, os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns foram designados membros titulares e o Senador Romário membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPODEMOS).
47. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-GLPSDB).
48. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim e Humberto Costa foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-BLPRD).



49. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas e Márcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Nilda Gondim e Jarbas Vasconcelos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 12/2021-GLMDB).
50. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e o Senador Fabiano Contarato a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
51. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Leila Barros foram designados membros titulares; e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 15/2021-BLSENIND).
52. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 22/2021-BLSENIND).
53. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
54. Em 03.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021).
55. Em 04.03.2021, o Senador Styvenson Valetim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2021).
56. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 36/2021-BLSENIND).
57. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG).
58. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
59. Em 04.08.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 34/2021-BLVANG).
60. Em 11.08.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 64/2021-GLPSD).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Segundas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

(Requerimento 7, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽³⁾

Instalação: 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Segundas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Finalidade: Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

(Requerimento 48, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
VAGO ^(1,2)	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	5.

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)
2. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Segundas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(1,47)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,22)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(9,49,52)	1. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(9,49,51,52)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(9,49,52)	2. Senador Marcio Bittar (PSL-AC) ^(9,49,52)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ^(9,49,52)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(8,49,52)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ^(11,49,50,52)	4. Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) ^(4,21,33,34,37,39,49,50,52,54)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(5,17,21,41)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(10,41)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO)	6. Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) ^(59,60)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(7,29,30,44)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(7,25,27,32,44)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(7,44)	2. Senador Chiquinho Feitosa (DEM-CE) ^(13,44,61)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(12,38,53)	3. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(14,38,53)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(19,24,43)	4. Senador Giordano (MDB-SP) ^(19,24,26,35,43,55,57)
PSD	
Senador Antonio Anastasia ^(2,42)	1. Senador Lucas Barreto ^(2,31,42)
Senador Nelsinho Trad ^(2,28,42)	2. Senador Sérgio Petecão ^(2,28,42)
Senador Carlos Viana ⁽⁴⁶⁾	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(3,36)	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽³⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(6,16,20,45)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(6,45)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,45)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(6,15,45)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵⁸⁾	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁴⁸⁾	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(48,56)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(23,48)	2. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁴⁸⁾

Notas:

*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 87](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 14](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 148](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 124](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 125](#))



10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 166](#))
11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))
12. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
13. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
14. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO). ([DSF de 19/02/2019, p. 116](#))
15. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD). ([DSF de 14/03/2019, p. 103](#))
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
17. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 105](#))
21. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP). ([DSF de 08/08/2019, p. 142](#))
22. Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
23. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI). ([DSF de 21/08/2019, p. 33](#))
24. Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS(Of. nº 91/2019-GLPODE). ([DSF de 22/08/2019, p. 107](#))
25. Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB). ([DSF de 23/11/2019, p. 96](#))
26. Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE). ([DSF de 29/11/2019, p. 78](#))
27. Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/02/2020, p. 113](#))
28. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD). ([DSF de 21/02/2020, p. 53](#))
29. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
30. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente(Of. nº 22/2020-GLPSDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 81](#))
31. Em 14.09.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD (Of. nº 62/2020-GLPSD).
32. Em 17.09.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão(Of. nº 35/2020-GLPSDB). ([DSF de 18/09/2020, p. 172](#))
33. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
34. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
35. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
36. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
37. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
38. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
39. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
40. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL(Of. 2/2021-GLPODEMOS).
41. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLDPP).
42. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 23/2021-GLPSD).
43. Em 12.02.2021, os Senadores Marcos do Val e Romário foram indicados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLPODEMOS).
44. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSDB).
45. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Collor e Telmário Motta membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 16/2021-BLPRD).
46. Em 22.02.2021, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Ofício nº 33/2021-GLPSD).
47. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu a Senadora Kátia Abreu a Presidente deste colegiado.
48. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 13/2021-BLSEININD).



49. Em 23.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2021-GLMDB).

50. Em 23.02.2021, o MDB cede a vaga ao Republicanos.

51. Em 25.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLMDB).

52. Em 26.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos e Nilda Gondim foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 45/2021-GLMDB).

53. Em 26.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que passa para a vaga de suplente, em substituição ao Senador Major Olimpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLPODEMOS).

54. Em 02.03.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 48/2021-GLMDB).

55. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).

56. Em 30.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, para compor a comissão (Memo 40/2021-BLSENIND).

57. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).

58. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.

59. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).

60. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP).

61. Em 08.11.2021, o Senador Chiquinho Feitosa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão em vaga cedida ao DEM pelo PSDB (Of. nº 73/2021-GLPSDB e Of. nº 31/2021-GLDEM).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

(Requerimento 8, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (PSL-AC) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (PSL-AC) ⁽²⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾
Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽²⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽²⁾	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(2,3)	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).
3. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O FAVORECIMENTO À LEROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 52/2019-CRE, do Senador Jaques Wagner, para se informar sobre a tentativa de favorecimento ilegal à empresa de energia Leros.

(Requerimento 52, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

Instalação: 10/09/2019

Prazo prorrogado: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(1,3)

Notas:

1. Em 30.08.2019, os Senadores Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Antonio Anastasia, Soraya Thronicke e Chico Rodrigues, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 138/2019-CRE)

2. Em 10.09.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad a Presidente, e designou o Senador Jaques Wagner como relator deste Colegiado (Of. 148/2019-CRE).

3. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.

*. Em 31.10.2019, foi prorrogado o prazo da Subcomissão para 60 (sessenta) dias (Of. 182/2019-CRE).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(1,42)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ^(1,42)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(7,39)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(7,39)
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(7,39)	2. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ^(7,39)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(7,39)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(7,39)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(7,39)	4. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(6,12,13,30,33)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁸⁾	5. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(14,39)
Senador Elmano Férrer (PP-PI) ^(11,47)	6. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁶⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁴⁶⁾	7. Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) ⁽⁴⁶⁾
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Giordano (MDB-SP) ^(5,36,49)	1. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(5,36)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(9,19,23,29,36)	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(5,31)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(15,36)	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,24,36,45)
^(18,20)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽³⁵⁾
VAGO ^(18,28,38)	5. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(18,35)
PSD	
Senador Angelo Coronel ^(2,21,25,34)	1. Senador Carlos Fávaro ^(2,34,44,48)
Senador Carlos Viana ^(2,34)	2. Senador Otto Alencar ^(2,34)
Senador Lucas Barreto ^(2,34)	3. Senador Vanderlan Cardoso ^(2,34)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽³⁾	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(3,40,43)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽³⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁰⁾	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽⁵¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(4,37)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,37)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(4,37)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(4,37)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵⁰⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(22,26,27,41)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴¹⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁴¹⁾	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ^(26,41)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI). ([DSF de 14/02/2019, p. 189](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 88](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 100](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 145](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 121](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 120](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))



9. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
10. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))
11. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP). ([DSF de 20/02/2019, p. 95](#))
12. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDDB). ([DSF de 25/04/2019, p. 131](#))
13. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDDB). ([DSF de 16/05/2019, p. 116](#))
14. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDDB). ([DSF de 24/05/2019, p. 97](#))
15. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB). ([DSF de 04/06/2019, p. 140](#))
16. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP). ([DSF de 05/07/2019, p. 58](#))
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
18. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Orioivisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLIID).
19. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 111/2019-GLIDPSL).
20. Em 05.02.2020, o Senador Styvenson Valentim, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 004/2020-GLPODE). ([DSF de 06/02/2020, p. 106](#))
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
22. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND). ([DSF de 06/02/2020, p. 111](#))
23. Em 05.02.2020, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/02/2020, p. 115](#))
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 048/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 123](#))
26. Em 28.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 028/2020-BLSENIND).
27. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
29. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. nº 40/2020-GLPSDB). ([DSF de 20/10/2020, p. 11](#))
30. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
34. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel, Carlos Viana e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Fávaro, Otto Alencar e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSD).
35. Em 12.02.2021, os Senadores Lasier Martins e Orioivisto Guimarães permutaram suas vagas de suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PLS, na Comissão (Of. 9/2021-GLPODEMOS).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSDB).
37. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Fernando Collor foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPRD).
38. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLPODEMOS)
39. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jarbas Vasconcelos, Marcelo Castro e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLMDDB).
40. Em 23.02.2021, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 9/2021-BLVANG).
41. Em 23.02.2021, os Senadores Acir Gurgacz e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 17/2021-BLSENIND).
42. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Dário Berger e o Senador Jayme Campos a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 18/2021-BLVANG).
44. Em 24.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 35/2021-GLPSD).
45. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 25/2021-GLPSDB).



46. Em 02.03.2021, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular e o Senador Flávio Bolsonaro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 02/2021-GLREP).
47. Em 04.03.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em vaga cedida pelo PP, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLDPP).
48. Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 47/2021-GLPSD).
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).
50. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
51. Em 10.08.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 36/2021-BLVANG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(1,40)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) ^(12,40)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(10,36,41)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(10,36,41)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ^(10,36,41)	2. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(9,11,41)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(5,13,23,41)	3. VAGO ^(14,27,28,30)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) ^(43,44)	4. VAGO ⁽¹⁹⁾
Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) ⁽³⁹⁾	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(7,35)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(7,35)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(7,35)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(7,35)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(7,8)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(18,24,33)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(17,22,33)	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(17,33)
PSD	
Senador Angelo Coronel ^(2,21,25,32)	1. Senador Irajá ^(2,32)
Senador Carlos Fávaro ^(2,32)	2. Senador Nelsinho Trad ^(2,32)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(4,29)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(6,34)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(6,34)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(6,34)	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(6,34)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁴²⁾	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ^(3,26,37)	1. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(3,15,20,37)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,37)	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(3,38)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR). ([DSF de 14/02/2019, p. 187](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 83](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 161](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 104](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 151](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 114](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 128](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 127](#))
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 98](#))
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).



13. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 06/2019-BPUB). ([DSF de 22/02/2019, p. 52](#))
14. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB). ([DSF de 03/04/2019, p. 135](#))
15. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 95/2019-GLBSI). ([DSF de 13/06/2019, p. 103](#))
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
17. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
19. Em 18.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 221/2019-GLMDB). ([DSF de 19/10/2019, p. 45](#))
20. Em 22.10.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 131/2019-GLBSI). ([DSF de 23/10/2019, p. 131](#))
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
22. Em 05.02.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 011/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 06/02/2020, p. 107](#))
23. Em 03.03.2020, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 02/2020-BLUNIDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 86](#))
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 24.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 047/2020-GLPSD). ([DSF de 30/04/2020, p. 109](#))
26. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
31. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
32. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Carlos Fávaro foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSD).
33. Em 12.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular, e os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPODEMOS).
34. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Jean Paul Prates, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-BLPRD).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSDB).
36. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e o Senador Eduardo Gomes membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 11/2021-GLMDB).
37. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Cid Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 16/2021-BLSENIND).
38. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 24/2021-BLSENIND).
39. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 13/2021-GLDPP).
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Flávio Bolsonaro a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 1/2021-CDR).
41. Em 04.03.2021, os Senadores Marcelo Castro, Nilda Gondim e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 50/2021-GLMDB).
42. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
43. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
44. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP)

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(12,40)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(9,37,38,44,46)	1. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(9,19,37,38,44,46)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ^(8,37,38,44,46)	2. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(11,44,46)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(8,32,44,48)	3. VAGO ^(13,44)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁰⁾	4. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(17,37,38,44)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽⁴⁵⁾	5. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽⁴⁴⁾
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(5,35,41)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(7,34)	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ^(7,30)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(14,25,35)	3. Senador Elmano Férrer (PP-PI) ^(16,22,24)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(15,35)	4. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽³⁵⁾
PSD	
Senador Carlos Fávaro ^(1,23,26,33)	1. Senador Irajá ^(1,20,21,28,33)
Senador Sérgio Petecão ^(1,27,33)	2. Senador Nelsinho Trad ^(1,18,33)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(3,31,42)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(3,43)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(4,36)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(4,36)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,36)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(4,36)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁴⁷⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(2,39)	1. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(2,29,39)
VAGO ⁽²⁾	2. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁹⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 86](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 162](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 108](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 149](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 77](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID). ([DSF de 14/02/2019, p. 180](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 131](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 130](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 169](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))
- Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA). ([DSF de 15/02/2019, p. 78](#))



13. Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP). ([DSF de 16/02/2019, p. 61](#))
14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO). ([DSF de 19/02/2019, p. 117](#))
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 99](#))
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA). ([DSF de 21/02/2019, p. 97](#))
17. Em 23.05.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB). ([DSF de 13/03/2019, p. 106](#))
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD). ([DSF de 22/05/2019, p. 109](#))
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB). ([DSF de 24/05/2019, p. 98](#))
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD). ([DSF de 29/05/2019, p. 119](#))
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG). ([DSF de 30/05/2019, p. 110](#))
22. Em 04.02.2020, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 002/2020-GLPODE). ([DSF de 05/02/2020, p. 91](#))
23. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
24. Em 11.02.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, para compor a comissão (Of. nº 20/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 12/02/2020, p. 93](#))
25. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
26. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 050/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 125](#))
27. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD). ([DSF de 30/04/2020, p. 111](#))
28. Em 23.04.2020, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD). ([DSF de 30/04/2020, p. 111](#))
29. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
30. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
31. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
32. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
33. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Fávaro e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 22/2021-GLPSD).
34. Em 12.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado, novamente, membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 15/2021-GLPODEMOS).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2021-GLPSDB).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 11/2021-BLPRD).
37. Em 22.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLMDB).
38. Em 23.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLMDB).
39. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular; e os Senadores Cid Gomes e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 19/2021-BLSENIND).
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz a Presidente deste colegiado.
41. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério deixou o cargo de suplente na comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 24/2021-GLPSDB).
42. Em 24.02.2021, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-BLVANG).
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 19/2020-BLVANG).
44. Em 24.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLMDB).
45. Em 26.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLDPP).
46. Em 24.03.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2021-GLMDB).
47. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
48. Em 26.10.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 81/2021-GLMDB).



Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(1,24,28,44)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(9,40,42)	1. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ^(9,40,42)
Senadora Maria Eliza (MDB-RO) ^(9,40,42,49)	2. Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) ^(9,43)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(6,27)	3. VAGO ⁽⁹⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(10,23)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ^(5,15)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ⁽⁴²⁾	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(8,38)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,38)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(8,38)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(8,38)
^(18,26)	3. VAGO ^(19,33,38)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(17,37)	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(17,37)
PSD	
Senador Angelo Coronel ^(2,30,31,32,36)	1. Senador Sérgio Petecão ^(2,3,36,50)
Senador Vanderlan Cardoso ^(2,3,36)	2. Senador Carlos Viana ^(2,25,32,36)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(4,29)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽³⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(7,39)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(7,14,20,39)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(7,39)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(7,39)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁴⁷⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(11,41,46,48)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(12,37,41)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(21,41)	2. VAGO ^(41,45)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT). ([DSF de 14/02/2019, p. 188](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 81](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 92](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 102](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 150](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 126](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT(Memo. nº 17/2019-GLBSI). ([DSF de 20/02/2019, p. 103](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI). ([DSF de 21/02/2019, p. 99](#))
13. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT). ([DSF de 27/02/2019, p. 63](#))
14. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
15. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB). ([DSF de 10/04/2019, p. 120](#))
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019) ([DSF de 03/07/2019, p. 33](#))
17. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID).
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
19. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 104](#))
21. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição ao Senador Marcos do Val (Memo. nº 115/2019-GLBSI). ([DSF de 28/08/2019, p. 114](#))
22. Em 23.09.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2019-BLVANG). ([DSF de 24/09/2019, p. 60](#))
23. Em 03.03.2020, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso (Of. nº 15/2020-GLDPP). ([DSF de 05/03/2020, p. 88](#))
24. Em 04.03.2020, a Comissão reunida elegeu a Senadora Daniella Ribeiro para Presidente deste colegiado (Of. 2/2020-CCT). ([DSF de 05/03/2020, p. 84](#))
25. Em 12.03.2020, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 36/2020-GLPSD). ([DSF de 13/03/2020, p. 67](#))
26. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020. ([DSF de 16/04/2020, p. 546](#))
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno.
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
31. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 66/2020-GLPSD). ([DSF de 11/11/2020, p. 6](#))
32. Em 02.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Sérgio Petecão passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLPSD).
33. Em 05.02.2021, o Senador Major Olimpio deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
34. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
35. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-BLVANG).
36. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSD).
37. Em 18.02.2021, o Senador Styvenson Valentim deixa de atuar como suplente, sendo designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães; e o Senador Flávio Arns passa a atuar como suplente, pelo Podemos (Of. nº 12/2021-GLPODEMOS).
38. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2021-GLPSDB).
39. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-BLPRD).
40. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes e Confúcio Moura foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 10/2021-GLMDB).
41. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 14/2021-BLSENIND).
42. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 23/2021-GLMDB).
43. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 14/2021-GLDPP).
44. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Cunha para Presidente deste colegiado.
45. Em 05.03.2021, a Senadora Leila Barros deixa de compor, como membro suplente, a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Memo. 34/2021-BLSENIND).
46. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 35/2021-BLSENIND).
47. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
48. Em 19.08.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular, pelo PDT, para compor a comissão (Of. nº 48/2021-GLPDT).
49. Em 06.10.2021, a Senadora Maria Eliza foi designada membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2021-GLMDB).
50. Em 21.10.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 89/2021-GLPSD).



Secretário(a): Leomar Diniz
Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 33031120
E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(6,20)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(6,20)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,8,9)	2.
	3.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁸⁾	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁸⁾
VAGO ^(11,12,19)	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹¹⁾
	3.
PSD	
Senador Omar Aziz ^(1,16)	1. Senador Angelo Coronel ^(1,13,14,16)
	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,5)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(3,17)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(3,17)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽²²⁾	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²¹⁾	1.

Notas:

*. A 11ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

- Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 93](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 101](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 136](#))
- Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019). ([DSF de 20/02/2019, p. 105](#))
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF). ([DSF de 27/02/2019, p. 60](#))
- Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB). ([DSF de 27/02/2019, p. 59](#))
- Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB). ([DSF de 07/06/2019, p. 119](#))
- Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB). ([DSF de 22/06/2019, p. 28](#))
- Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019) ([DSF de 03/07/2019, p. 33](#))
- Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).
- Em 10.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 100/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 12/09/2019, p. 168](#))
- Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
- Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 69/2019-GLPSD). ([DSF de 11/11/2020, p. 8](#))
- Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
- Em 11.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLPSD).
- Em 19.02.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, e a Senadora Zenaide Maia membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPRD).
- Em 19.02.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSDB).



19. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLPODEMOS)
20. Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Izalci Lucas e Mecias de Jesus o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2021-CSF).
21. Em 31.05.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão, pelo Bloco Senado Independente (Of. 28/2021-GSEGAMA).
22. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.

Secretário(a): Andréia Mano

Telefone(s): 61 3303-4488

E-mail: csf@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ⁽³⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(9,39)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (5,38)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (6,38)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (5,12,38)	2. VAGO (5,38)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (5,38)	3. VAGO (5,11,25,29)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (8,42,43)	4.
	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (4,35)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (4,35)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (4,13,35)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (4,13,35)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (20,28,31,37)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (21,37)
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) (18,23,34)	4. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (18,19,24,34)
PSD	
Senador Irajá (1,33)	1. Senador Nelsinho Trad (1,22,27,33)
VAGO (1)	2. VAGO (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
VAGO (2,30)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (7)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2,7)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) (14,15,16,44)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3,36)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3,36)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (3,36)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3,36)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁴¹⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (26,40)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (10,40)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (40)	2. VAGO

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 89](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 99](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 152](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 133](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 80](#))
- Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP). ([DSF de 21/02/2019, p. 94](#))
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC). ([DSF de 28/02/2019, p. 111](#))
- Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI). ([DSF de 13/03/2019, p. 102](#))
- Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB). ([DSF de 21/03/2019, p. 96](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB). ([DSF de 03/04/2019, p. 120](#))
13. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB). ([DSF de 21/05/2019, p. 81](#))
14. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG). ([DSF de 05/07/2019, p. 56](#))
15. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessão do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG). ([DSF de 10/07/2019, p. 131](#))
16. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB). ([DSF de 11/07/2019, p. 130](#))
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
18. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).
19. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID).
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
22. Em 03.09.2019, o Senador Carlos Viana, membro suplente pelo PSD, deixou de compor a comissão (Of. nº 134/2019-GLPSD). ([DSF de 04/09/2019, p. 118](#))
23. Em 24.09.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, pelo PODEMOS, em substituição ao Senador Eduardo Girão, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 25/09/2019, p. 28](#))
24. Em 29.10.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, em substituição à Senadora Rose de Freitas, para compor a comissão (Of. nº 115/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 30/10/2019, p. 112](#))
25. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 235/2019-GLMDB).
26. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND). ([DSF de 06/02/2020, p. 111](#))
27. Em 03.03.2020, o Senador Irajá foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2020-GLPSD). ([DSF de 05/03/2020, p. 83](#))
28. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
29. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
30. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
33. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPSD).
34. Em 18.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPODEMOS).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSDB).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
37. Em 22.02.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, em substituição do Senador Major Olimpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 17/2021-GLPODEMOS).
38. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Renan Calheiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLMDB).
39. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Reguffe a Presidente e o Senador Marcos do Val a Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2021-CTFC).
40. Em 23.02.2021, os Senadores Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 20/2021-BLSENIND).
41. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
42. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
43. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP)
44. Em 10.08.2021, o Senador José Serra licenciou-se, nos termos do artigo 43, I, do RISF, até 10.12.2021.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

(Requerimento 4, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾

Instalação: 03/09/2019

Prazo final: 10/07/2020

TITULARES	SUPLENTES
VAGO ^(1,5)	1. Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ^(1,3,4)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾	3.

Notas:

1. Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)
2. Em 03.09.2019, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli presidente do colegiado (Of. 34/2019-CTFC)
3. Em 25.09.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor o Colegiado, pois não pertence mais ao quadro da CTFC (Memorando nº 05/2019-CTFCGPCC)
4. Em 12.02.2020, o senador Reguffe foi designado membro suplente na subcomissão (Of. nº 1/2020-CTFCGPCC).
5. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁹⁾
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽⁹⁾	2.
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁹⁾	3.
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁹⁾	4.
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁶⁾	5.
Senador Elmano Férrer (PP-PI) ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	1. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁸⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹²⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽³⁾	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽³⁾
PSD	
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Otto Alencar ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad ⁽¹³⁾
Senador Carlos Viana ⁽²⁾	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	1.
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁷⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁷⁾
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽¹⁵⁾	
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(5,14)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁴⁾
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽⁵⁾	2.

Notas:

- Em 16.03.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPODEMOS).
- Em 16.03.2021, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Carlos Viana foram designados membros titulares; e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLPSD).
- Em 16.03.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Tasso Jereissati e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 42/2021-GLPSDB).
- Em 17.03.2021, os Senadores Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-BLVANG).
- Em 22.03.2021, os Senadores Eliziane Gama e Alessandro Vieira foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 38/2021-BLSENIND).
- Em 22.03.2021, os Senadores Daniella Ribeiro e Elmano Férrer foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLDPP).
- Em 23.03.2021, os Senadores Rogério Carvalho e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPRD).
- Em 23.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLPPP).
- Em 23.03.2021, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Renan Calheiros e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLMDB).
- Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Omar Aziz e Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2021-CSP).
- Em 24.03.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 32/2021-GLPODEMOS).



12. Em 24.03.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 33/2021-GLPODEMOS).
13. Em 24.03.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLPSD).
14. Em 25.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Memo. nº 39/2021-BLSENIND).
15. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.

Secretário(a): VAGO

Reuniões: Quintas-feiras às 9:00hs -



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 18 de setembro de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**11ª Eleição Geral:** 30/05/2017**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
VAGO	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)	2.
Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	3.
VAGO ⁽¹⁾	4.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾	1.
VAGO	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT)	1.
VAGO ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁴⁾
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Weverton (PDT-MA)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES)
PODEMOS	
Senador Marcos do Val (ES)	1. Senador Eduardo Girão (CE)

Atualização: 07/06/2017**Notas:**

1. Vago devido à renúncia do Senador Confúcio Moura, de acordo com o Memorando - MEMO nº048/2019 - GSMOURA, data: 25/09/2019.
2. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do PSDB, Roberto Rocha, por meio do Ofício nº 109/2019 - GLPSDB.
3. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
4. Senadora eleita na sessão do dia 25/09/2019, indicada pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
5. Vago devido ao pedido de desligamento imediato do Senador Chico Rodrigues, de acordo com o Ofício nº37/2020 - GSCRODRI, data: 19/10/2020.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio à Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**E-mail:** saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

MEMBROS
DEM
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
PSD
Senador Irajá (TO)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)



4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

Notas:

1. Ato do Presidente do Senado Federal, nº 11, de 2021, designa a Senadora LEILA BARROS, como Procuradora Especial da Mulher, para o período de 2021 a 2023.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019**Notas:**

1. Designado por meio da Portaria do Presidente do Senado Federal nº1, de 2021.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL*(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)***Número de membros:** 1 titulares**PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS	
REDE	
Senador	Randolfe Rodrigues (AP)



7) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



8) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



9) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

